

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Doutorado**

Marcio Lucena Filho

Carneiro Vilela:

Língua de ‘navalha’ e pena de ‘ponta de faca’

Recife

2016

Marcio Lucena Filho

Carneiro Vilela:

Língua de ‘navalha’ e pena de ‘ponta de faca’

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tanya Maria Pires Brandão

Recife

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

L935c Lucena Filho, Marcio.
Carneiro Vilela : língua de 'navalha e pena de 'ponta de faca' / Marcio
Lucena Filho. – 2016.
323 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Literatura e história. 3. Biografia. 4. Academia Pernambucana
de Letras 5. Vilella, Carneiro, 1846-1913, Tanya Maria Pires (Orientadora). II.
Título.

981.34 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-49)



MÁRCIO JOSÉ LUCENA OSIAS FILHO

Carneiro Vilela: língua de 'navalha' e pena de 'ponta de faca'

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **07/07/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Anco Márcio Tenório Vieira
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Lourival Holanda
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Para Patrícia, meu norte, sul, leste e oeste.

Para Daniel e Rafael, todo o alfabeto do amor.

Para minha mãe e meu pai (in memoriam), que souberam reunir amor e justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a melhor parte do trabalho. É reconhecer, com alegria, a presença de algumas pessoas absolutamente importantes em nossas vidas, seja no aspecto afetivo ou intelectual. Agradecer é uma “alegria da memória, esse amor do passado – não o sofrimento do que não é mais, nem o pesar pelo que não foi, mas a lembrança alegre do que foi. É o tempo reencontrado, se quisermos”.

Primeiramente gostaria de agradecer ao Departamento de História da UFPE e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, a quem devo toda a minha formação acadêmica. Tive o prazer de estudar com diversos professores inspiradores ao longo da minha trajetória. Intelectuais como Antônio Paulo, Socorro Ferraz, Marc Hoffnagell, Antônio Montenegro, Marcus Carvalho, Carlos Miranda, Suzana Rosas e Virgínia Almoedo foram imprescindíveis na minha formação.

Não poderia deixar de demonstrar a minha gratidão por algumas instituições que ajudaram no processo de construção desse trabalho: Fundação Joaquim Nabuco, Academia Pernambucana de Letras, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, Biblioteca Nacional, Biblioteca Estadual de Pernambuco, Instituto de Estudos Brasileiros da USP e Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Infelizmente, cometendo alguns esquecimentos, gostaria de agradecer aos zelosos funcionários dessas instituições, como Vanda Lúcia da Silva, Juliana Patrícia da Silva e Sílvia Carvalheira do Gabinete Português; Marcones Oliveira da Fundação Joaquim Nabuco; Daniela Piantola do IEB-USP; Marines Vidal e Ingrid Rique da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife; Hildo Leal e Noêmia Queiroz do Arquivo Público Estadual; Poliana do Nascimento Silva da Biblioteca Estadual de Pernambuco; José Luiz da Mota Menezes, Reinaldo José Carneiro Leão e Tácito Luiz Cordeiro Galvão do IAHP; Fátima Quintas, Ivoneide Calado e Leonice Ferreira da Academia Pernambucana de Letras. Também agradeço a Patrícia Campello e a Sandra Regina Albuquerque, diligentes funcionárias do Programa de Pós Graduação em História.

Sou grato a algumas pessoas que escutaram pacientemente as minhas dúvidas e questionamentos sobre Carneiro Vilela e contribuíram para a construção dessa tese. Destaco, sempre sendo traído pela memória, Patrícia Beltrão, Ivete Zamboni, Marcela

Lucena, Yves Zamboni, Bruno Dornelas Câmara, Manuel Cavalcanti, Marcus Carvalho, Anco Márcio Tenório Viveira, Lourival Holanda, Jorge de Siqueira, Antônio Paulo Rezende, Luzilá Gonçalves Ferreira, Rômulo Oliveira e Suzana Cavani Rosas. Agradeço especialmente a minha orientadora, Tanya Brandão.

Não poderia esquecer de agradecer ao meu esteio afetivo, sem o qual a realização desse trabalho seria impossível. Patrícia, pelo companheirismo, carinho, tolerância; meus queridos filhos, Daniel e Rafael, pela paciência de conviver com um doutorando estressado e com o ‘tempo curto’; minha querida mãe, sempre incentivadora dos estudos históricos e uma grande referência para mim; meus irmãos, Marquinho e Marcela e meu pequeno sobrinho Miguel, Miguilim para os íntimos.

RESUMO

O presente trabalho é uma biografia intelectual do escritor cidadão Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913), jornalista político e literário; tradutor e crítico literário; magistrado e advogado; poeta épico, satírico e lírico; romancista histórico e de costumes; folhetinista e panfletário; dramaturgo e comediógrafo; caricaturista; e ainda cenógrafo, pintor e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Carneiro Vilela não foi um beletista afeito exclusivamente ao belo, ou um nefelibata alheio à realidade nacional, mas um escritor engajado, integrante da geração de 1870, que empunhou a sua pena com o objetivo de influenciar reformas econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais. A sua obra precisa ser analisada levando em consideração o contexto político-intelectual em que surge; apenas a inscrição da sua obra no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político da crise do Império e das primeiras décadas da República. Os seus escritos delinearam um ‘retrato do Brasil’, e dessa maneira é possível inseri-lo no vasto panteão de intérpretes do país que se dedicaram, basicamente, a responder duas perguntas: quem somos? E o que queremos ser? Vilela foi um ‘mosqueteiro intelectual’ que, durante quatro décadas, mais ou menos entre 1870 a 1910, procurou entender o Brasil e sonhou com a construção de uma nova arquitetura social, política, cultural, etc. Defendemos que Vilela usou seus escritos para vocalizar insatisfações e para formalizar críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial, bem como às práticas republicanas que bloquearam projetos democráticos para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: História; Literatura; Biografia Intelectual; Joaquim Maria Carneiro Vilela; Geração 1870; Escritor Cidadão; Academia Pernambucana de Letras

ABSTRACT

This work is a biography of the “citizen-writer” Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913). He was a journalist on politics and literature, who also worked on a myriad of other activities related to several areas. On Arts he wrote several plays, did countless caricatures, and did scenography for his and other plays. On literature he translated plays, books and texts, at same time that was a literature analyst. He was one of the founders of the Literature Society of Pernambuco State. As a member of the “1870 Cohort”, his writings aimed at political and social transformation, as well as religious and cultural changes. His work shall be analyzed considering the political and ideological context of that time. It can only be understood taking the political struggle of those years into account. He as an intense activist and took part on the political debate during the twilight of Brazilian Empire, and the first years of the Republican Regime which followed it. His writings have drawn a “portrait” of Brazilian society, which allow us to include him as part of a large group of intellectuals devoted to understand the Brazilian Society. For those, there were two basic questions to be answered: who are we? What do we want to be? Mr. Vilela was a kind of “intellectual musketeer”, which have tried to understand and change his country, around the 1870-1910 period. He dreamed about a country with a new political, cultural and social shape. I understand that Mr. Vilela saw his works as tools for those changes, and was especially critic of Brazilian Imperial institutions and social values, but did not spare the Republican regime of acid comments, when the Government walked away from the democratic project it was supposed to be inspired.

Keywords: History; Literature; Intellectual Biography; Joaquim Maria Carneiro Vilela; 1870 Cohort; Citizen-Writer; Literature Society of Pernambuco

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

BN – Biblioteca Nacional.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco.

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

GPL – Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.

APL – Academia Pernambucana de Letras.

AFDR – Arquivo da Faculdade de Direito do Recife

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – O Maribondo	37
FIGURA 02 – O Carcundão	42
FIGURA 03 – Non Plus Ultra.....	44
FIGURA 04 – O Arara.....	59
FIGURA 05 – O João Pobre.....	61
FIGURA 06 – Ilustração Acadêmica.....	93
FIGURA 07 – Cumbuca Patifaria.....	112
FIGURA 08 – Ora...Mas não labora.....	113
FIGURA 09 – Figura sem nome.....	114
FIGURA 10 – Interior de um wagon da machambomba.....	115
FIGURA 11 – Jardim Pedro II.....	117
FIGURA 12 – Jornal do Recife - manifestos.....	118
FIGURA 13 – Verso e Reverso.....	119
FIGURA 14 – Perseguição justíssima.....	120
FIGURA 15 – Modus Vivendi.....	121
FIGURA 16 – Recreio Popular – Revista Semanal.....	150
FIGURA 17 – Carneiro Vilela - As Tragédias do Recife.....	173
FIGURA 18 – As Tragédias do Recife.....	174
FIGURA 19 – A Emparedada da rua Nova.....	175
FIGURA 20 – Dia de Finados.....	192
FIGURA 21 – Uma página da história da liberdade!.....	198
FIGURA 22 – Dois pesos e duas medidas.....	199
FIGURA 23 – Uma página da liberdade.....	201
FIGURA 24 – Uma página da história da liberdade.....	202
FIGURA 25 – <i>Sub tegmine fagi</i>	203
FIGURA 26 – Tribunal da Relação.....	204
FIGURA 27 – Figura sem nome.....	205
FIGURA 28 – Figura sem nome.....	205
FIGURA 29 – Dois de Dezembro.....	207
FIGURA 30 – Quatro sacramentos ou verdades acerca dos nossos amigos.....	208
FIGURA 31 – Figura sem nome.....	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – As famílias Carneiro e Vilela ou “ou nada vos oferto além destas mortes de que me alimento”.....	36
1.1 – Os Vilelas: família de ‘cabedal intelectual’.....	38
1.2 – Os Carneiros: família de fortuna e armas.....	47
1.3 – A união entre os Carneiros e os Vilelas.....	54
1.4 – Joaquim Vilela: 1849-58 (pai de Carneiro Vilela).....	66
1.5 – Jerônimo Vilela: 1851-69 (tio de Carneiro Vilela).....	68
1.6 – Antônio Carneiro: 1849-81 (tio-avô de Carneiro Vilela).....	72
1.7 – Francisco Carneiro Machado Rios: 1849-74 (avô de Carneiro Vilela) e Francisco Carneiro Machado Rios Júnior: 1849-82 (tio de Carneiro Vilela).....	75
Capítulo 2 – Carneiro Vilela entre os anos de 1846 a 1885 ou “caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão”.....	79
2.1 – A infância de Carneiro Vilela (1846-59).....	80
2.2 – Das primeiras letras à Faculdade de Direito do Recife (1860-66).....	87
2.3 – Carneiro Vilela entre a magistratura e o Grêmio Dramático (1867-71).....	99
2.4 – Carneiro Vilela no periódico ‘ <i>América Ilustrada</i> ’ (1871-75).....	109
2.5 – Vilela no tempo da ‘Questão Religiosa’ (1872-75).....	135
2.6 – Vilela transfere-se para Belém do Pará (1876-79).....	152
2.7 – Vilela no Rio de Janeiro (1880-85).....	160
Capítulo 3 – Carneiro Vilela entre os anos de 1885 a 1889 ou “aqui se inicia uma viagem clara para a encantação”.....	168
3.1 – O teatro Vileliano entre os anos de 1885-89.....	169
3.2 – ‘ <i>As Tragédias do Recife</i> ’ ou ‘ <i>A Emparedada da Rua Nova</i> ’ (1886-87).....	173
3.3 – Vilela e os últimos anos da monarquia (1886-89).....	195
Capítulo 4 – Carneiro Vilela entre os anos de 1889 a 1913 ou “fonte, flor em fogo, o que é que nos espera por detrás da noite?”.....	215
4.1 – Carneiro Vilela: ‘soldado marianista’ (1890-95).....	216
4.2 – Carneiro Vilela: sempre multifacetado (1895-1901).....	243
4.3 – 1902-1913: convalescência, trabalho intelectual e polêmicas.....	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
FONTES E BIBLIOGRAFIA	307
ANEXOS	321

“Só faço o que quero e o que devo, sem precisar dos conselhos de ninguém”
(Carneiro Vilela)

“Sei falar e dizer mal de tudo e de todos...tenho uma língua que é uma navalha, uma pena que é uma faca de ponta e uma consciência que é...uma atmosfera”
(Carneiro Vilela)

INTRODUÇÃO

O último capítulo de *‘A Emparedada da rua Nova’*, de Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913), é de tirar o fôlego. Um pedreiro, com os olhos vendados, ingressou na calada da noite no sobrado da família Favais para executar um hediondo crime: empregar viva a jovem Clotilde, filha do abastado comerciante Jaime Favais. Ela estava amarrada num dos banheiros do sobrado, envolta num lençol branco, como se fosse uma mortalha, gemia e debatia-se convulsiva e violentamente. O pedreiro foi obrigado a empregar Clotilde. Num diálogo tenso com Jaime ele, entretanto, procurou recuar: “mas o Sr. me obriga a cometer um crime”. Ao que o pai de Clotilde retrucou: “Não! Obrigoo a castigar uma criminosa¹”. O pedreiro, em pânico, executou o serviço. E à medida que a parede foi subindo, os gritos da ‘miserável sepultada’ foram-se tornando medonhos e sufocados. Em pouco tempo, depois de levantadas as paredes firmes e espessas, não se ouvia mais um só lamento da jovem Clotilde. O silêncio reinava. Clotilde fora emparedada.

O folhetim *‘A Emparedada da rua Nova’*, publicado originalmente em 1886 com o título *‘As Tragédias do Recife’*, é, sem dúvida, o mais lembrado romance de Carneiro Vilela. Infelizmente, o escritor Carneiro Vilela, dono de uma obra caudalosa, teve o mesmo destino da jovem Clotilde, sendo também ‘emparedado’. Com o passar do tempo um silêncio espesso cobriu quase a totalidade da sua obra, apesar dele ter construído “uma das obras mais vigorosas que um intelectual do seu tempo poderia ter

¹ VILELA, Carneiro. **A emparedada da rua Nova**. Recife: Ed. do Organizador. 2005. p. 473

produzido²”. Lamentavelmente, Carneiro Vilela foi quase esquecido, tornando-se, aparentemente, autor de um único romance. Ele foi lentamente ‘emparedado’ pelo seu folhetim mais famoso.

Depois de ler a ‘*Emparedada*’ em 2007, fomos procurar outras obras de Carneiro Vilela. Pouco a pouco descobrimos diversos títulos, todos fora de catálogo. Havia partes da obra no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco e na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, tudo coberto pela espessa poeira do esquecimento. Quase ninguém lia Carneiro Vilela. Dezenas de romances, livros de poesia, peças de teatro e uma volumosa produção jornalística jaziam nas coleções especiais das duas citadas bibliotecas e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Inconformados com tamanho silêncio sobre uma vida tão dedicada às letras, resolvemos arregaçar as mangas e partimos para a difícil tarefa de pesquisar sobre a sua vida intelectual e artística. Interessou-nos, desde os primeiros momentos da pesquisa, situar o autor na sociedade do seu tempo, procurando relembrar a sua atuação nos grandes debates das últimas décadas do Império e do início da República, bem como entender o diálogo que Carneiro Vilela travou com as circunstâncias históricas nas quais estava imerso. Queríamos entender as motivações que o levaram a escrever daquela forma, normalmente tão ácida e dura, bem como entender os sentidos dos seus escritos.

Joaquim Maria Carneiro Vilela viveu num período de forte efervescência entre o ocaso da Monarquia e a instituição e consolidação da República. Intelectual multifacetado, foi magistrado, jornalista, bibliotecário, poeta, romancista, dramaturgo, tradutor, crítico literário, caricaturista, ilustrador, pintor, cenógrafo e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras.

O *Jornal Pequeno*, um dia após a sua morte, comentou que sua pena era forte como um látego, vibrava como um açoite e que ele era “grave e doutrinário, quando queria no artigo editorial; sarcástico no comentário político; encantador no humorismo e finura no *fait-divers*; satírico no verso; sensacional no folhetim³”. Vilela, com sua voz crítica, falava de tudo e de todos. Era dono de uma “franqueza rude que não conhecia conveniências quando era preciso dizer a verdade sobre qualquer assunto⁴”. Era um

² VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Prefácio. In: VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. Organização, notas e apresentação: Fátima Maria Batista de Lima; Prefácio: Anco Márcio Tenório Vieira. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 29

³ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. Academia Pernambucana de Letras, Pasta dos Acadêmicos, número 21. Recife: Mimeo, 1973. p. 1-2

⁴ Jornal do Recife (PE), 02.06.1925

“homem sem reticências”, irascível e colérico, que ia direto ao alvo que tinha em mira, sendo a sua palavra desferida sempre com vigor e coragem, acicatando o interlocutor. Não fugia de uma boa polêmica e não escapava pela tangente. Esse traço da sua personalidade sem dúvida ajudou a aumentar o séquito de inimigos. Talvez isso explique, ao menos em parte, o ostracismo em que caiu. Anco Márcio Tenório Vieira afirma que a sua morte foi um “descanso para todos. Daí se explicar o silêncio que recaiu sobre a sua produção jornalística. Assim como a obra de Gregório de Matos foi silenciada e esquecida durante mais de dois séculos, o nosso ‘Boca do Inferno’ também viu cair sobre si um silêncio tumular⁵”.

De convicções progressistas, Carneiro Vilela foi um ativo intelectual pernambucano que construiu, a partir da década de 1860, uma consistente obra literária, artística e uma volumosa produção jornalística. Desde a época em que foi estudante da Faculdade de Direito do Recife (1862-66) até o fim da sua vida, ele se envolveu em atividades intelectuais, artísticas e políticas. Vilela tinha febre de trabalho e produzia compulsivamente, chegando a dormir apenas três horas por dia⁶.

O autor da *Emparedada da Rua Nova* escreveu em diversos jornais pernambucanos, fluminenses e paraenses, e foi proprietário de seis jornais: ‘*A América Ilustrada*’, ‘*Jornal da Tarde*’, ‘*O João Fernandes*’ e ‘*O Oriente*’ em Pernambuco; o ‘*Diário do Gram Pará*’ no Pará e a ‘*Gazetinha*’ no Rio de Janeiro. Ele devotou quase cinco décadas ao trabalho na imprensa, estreando em 1864, no ‘*Diário de Pernambuco*’, e encerrando sua carreira no ‘*Jornal Pequeno*’, em 1912. Ao longo de 48 anos o Brasil escutou a sua pena, normalmente inconformada com os rumos que o país trilhava. Na imprensa periódica, Vilela publicou diversos folhetins e poemas, desenhou muitas caricaturas e escreveu um gigantesco número de artigos analíticos⁷ e jocosos.

Além do trabalho jornalístico, Vilela escreveu vinte e cinco peças teatrais⁸, dramas ou comédias que foram encenados no Rio de Janeiro, na Bahia, no Ceará, em

⁵ VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Prefácio. In: VILELLA, Carneiro. *Cartas sem arte*. *Op cit.* p. 29

⁶ *Jornal do Recife* (PE), 02.06.1925

⁷ Duas dessas séries de artigos publicados na ‘*A Província*’, entre os anos de 1890 e 1891, com os títulos de ‘*Monólogos*’ e ‘*Cartas na Mesa*’, foram posteriormente enfileirados em livro com o título de ‘*Monólogos*’.

⁸ Escritas entre 1869 a 1906: ‘*Soberba*’, ‘*Como se ganha uma aposta*’, ‘*Gabriela*’, ‘*Os Maçons e Jesuítas, Brasil e Paraguai*’, ‘*Os amores de Quinquim das Moças*’, ‘*Os Sete Passos*’, ‘*Entre Syllas e Charibides*’, ‘*Avareza*’ ou ‘*Demônio do Crime*’, ‘*Um Coração de Mãe*’, ‘*Emília ou quatro anos depois*’, ‘*As Proezas do Ministro*’, ‘*Princesa do Catete*’, ‘*A Vingança de um Morto*’, ‘*O Nihilista*’, ‘*O Espião Fidalgo*’, ‘*A Bertoleza*’, ‘*O Diabinho do Lar*’, ‘*Quando Elas Querem*’, ‘*Guardiões Fora*’, ‘*Pérola*’, ‘*A Filha do*

Pernambuco, no Maranhão e no Pará, bem como pintou vinte e seis cenários para peças apresentadas no Rio de Janeiro e em Pernambuco⁹. Também na área teatral, ele se aventurou na parte empresarial do negócio e fundou, em 1887, uma companhia dedicada à dramaturgia.

Homem de múltiplos talentos, Vilela destacou-se na atividade de tradutor, vertendo do francês, do alemão ou do espanhol; peças de teatro, folhetins e poemas¹⁰. Também escreveu vinte folhetins¹¹, seis séries de poemas¹² e duas colunas de crônicas¹³, alguns publicados em jornais e outros em livros. Inegavelmente, ele foi muito lido e conhecido pelos seus contemporâneos.

Carneiro Vilela estudou na Faculdade de Direito do Recife numa época de forte ebulição intelectual, quando estudantes desfraldaram, na fértil imprensa acadêmica, novas bandeiras num atrasado país escravista. Atraso que não se limitava ao campo econômico, social e político, mas inundava a esfera da cultura, da religião, da educação, etc.

Entre as décadas de 1860 a 1880, os bancos da Faculdade de Direito do Recife viram nascer uma geração frustrada com os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil. Esta faculdade ajudou a formar parte da *intelligentsia* brasileira que lutou em várias trincheiras pela “modernização” do país. Entre os acadêmicos formados nessas décadas destacam-se: Araripe Júnior, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Rosa e

Mandarim, ‘*A Princesa do Motocolombó*’, ‘*Folgam os ratos, quando os gatos saem*’, ‘*As donzelas d’Honor ou o Duende da Noite*’.

⁹ Pintados entre 1885 a 1904, em parte ou no todo, os cenários das seguintes peças: ‘*A Dama das Camélias*’, os ‘*Botocudos*’, ‘*Família Benoiton*’, ‘*Os Tirolezes*’, ‘*De Petrópolis a Paris*’, ‘*O Remorso Vivo*’, ‘*A Filha do Guedes*’, ‘*No Seio da Morte*’, ‘*O Conde de Monte Cristo*’, ‘*O Domador de Férias*’, ‘*José do Telhado*’, ‘*O Filho da Noite*’, ‘*Kean ou Desordem e Gênio*’, ‘*A Filha do Mascote*’, ‘*As Ruínas do Castelo Negro*’, ‘*A Tempestade*’, ‘*La Guerra Santa*’, ‘*Os Náufragos da Bahia*’, ‘*Uma Viagem a Lua*’, ‘*O Nihilista*’, ‘*Caim, o Pirata*’, ‘*O Amor Molhado*’, ‘*O Salteador da Floresta Negra*’, ‘*O Filho do Montanhês*’, ‘*Fidalgos e Operários ou a Tomada da Bastilha*’, ‘*Nu e Cru*’.

¹⁰ A pesquisa conseguiu descobrir doze obras traduzidas por Vilela, sendo que destas dez são peças de teatro e dois poemas, sendo um deles o poema ‘*Cântico dos Cânticos*’ e o segundo ‘*A poesia dos sinos*’, de Johann Friedrich Von Schiller. Boa parte do trabalho de Vilela no campo da tradução não foi descoberto pela pesquisa pois as traduções dos folhetins não eram assinadas. Peças traduzidas por Vilela entre os anos de 1878 a 1898: ‘*Trinta Anos ou a Vida de um Jogador*’, ‘*Lisbeth e Tylozeza*’, ‘*O Casal das Giestas*’, ‘*O Sogro de Campinas*’, ‘*A Vingança de um Nihilista*’, ‘*O Colar de Ouro*’, ‘*Caim, o Pirata*’, ‘*A Herança de um Náufrago*’, ‘*Os Dois Themoteos*’, ‘*O Salteador da Floresta Negra*’.

¹¹ Folhetins escritos entre 1871 a 1907: ‘*O Amor*’, ‘*O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda*’, ‘*Inah – História de Três Dias*’, ‘*Noivados Originais*’, ‘*A mulher de Gelo – perfil do século XX*’, ‘*A Mulher ou Menina de Luto*’, ‘*Uma História de Rapazes*’, ‘*Os Mistérios do Recife*’, ‘*Biosia*’, ‘*Drama do Rio de Janeiro*’, ‘*Tragédias do Recife*’, ‘*Venda Grande*’, ‘*Os Mistérios da Rua da Aurora*’, ‘*Três Crônicas*’, ‘*Noêmia*’, ‘*Gandaia*’, ‘*Drama Íntimo*’, ‘*Os Filhos do Governador*’, ‘*Eterno Tema*’, ‘*Misérias do Recife*’.

¹² Poemas escritos entre 1875 a 1901: ‘*À Margarida*’, ‘*Viagens pelas Mulheres*’, ‘*Viagem pelos Homens*’, ‘*Era Maldita*’, ‘*Legendas da Pátria*’ e ‘*Urtigas*’.

¹³ Crônicas escritas entre 1888 a 1901: ‘*Cartas sem Arte*’ e ‘*Quadros da Vida*’,

Silva, José Joaquim Seabra, José Mariano, Sylvio Romero, Aníbal Falcão, Clóvis Bevilacqua, Raul Pompéia, Graça Aranha, Borges de Medeiros. Dos bancos da Faculdade de Direito nasceram literatos, juristas, jornalistas, diplomatas, estadistas, ministros de Estado, políticos, tribunos.

Diversos intelectuais que se formaram nesse período tiveram uma grande influência no pensamento (social, político, cultural, jurídico...) brasileiro até as primeiras décadas do século XX. Carneiro Vilela está inserido nesse ambiente de forte ebulição, e muitas das questões debatidas por essa geração reverberaram na sua obra, pois ele enfeixou na sua produção intelectual um “programa reformista” que dialogava com a agenda produzida pela ‘geração de 1870’¹⁴.

Ângela Alonso, no seu livro “*Ideias em Movimento*”, analisa o movimento intelectual surgido no Brasil nos anos de 1870¹⁵. Esse movimento nasceu numa conjuntura de crise política e de modernização conservadora e incompleta. As ideias divulgadas por essa geração

“eram tributárias de um pensamento que, ancorado na confiança na razão, ciência e progresso europeus, condenava a religião, a metafísica e o clericalismo. Essa geração iria difundir e defender novas correntes de pensamento como o positivismo de Comte, o biologismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer e o determinismo de Taine¹⁶”.

Esse ‘bando de ideias novas’ emergiram num contexto de crise, de um mundo que se acabava, de um edifício que se esboroava, como afirmou Tavares Bastos.

Diversos estudos sobre a geração 1870 foram realizados. Cruz Costa¹⁷ e Antonio Paim¹⁸ entenderam o movimento intelectual como versão tupiniquim do pensamento

¹⁴ Joaquim Nabuco, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça, Miguel Lemos, Raimundo Teixeira Mendes, Aníbal Falcão, José Isidoro Martins, Júlio Castilho, Joaquim Francisco Assis Brasil, Luiz Pereira Barreto, Alberto Sales, Araripe Júnior, Tobias Barreto, Clóvis Bevilacqua, José Mariano, Sylvio Romero, Raul Pompéia, Joaquim Maria Carneiro Vilela.

¹⁵ ALONSO, Ângela. ***Ideias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império***. São Paulo: Paz e Terra. 2002. Ângela Alonso no seu livro “*Ideias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império*” analisa as principais correntes de pensamento da Geração de 1870 (liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas da Corte e de Pernambuco, federalistas científicos de São Paulo e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul) e apresenta os principais intelectuais de cada grupo (Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André de Rebouças, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Aníbal Falcão, Martins Júnior, Júlio Castilho, Assis Brasil, Alberto Sales e Pereira Barreto). A “agenda” da geração de 1870, inclui, entre outros pontos: a questão do trabalho, as reformas das instituições políticas, o sistema eleitoral, a ligação Estado-Igreja, a união entre Justiça e Polícia, o sistema representativo de dois níveis e a centralização política.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. ***Dicionário do Brasil Império (1822-89)***. Rio de Janeiro. Objetiva. 2002. p. 310

¹⁷ COSTA, João Cruz. ***Contribuição à história das ideias no Brasil***. Rio de Janeiro. José Olympio. 1956

¹⁸ PAIM, Antonio. ***A filosofia da Escola do Recife***. Rio de Janeiro. Saga. 1966.

européu, considerando-o do ponto de vista de sua capacidade de elaborar teorias sociais. Cruz Costa e Antonio Paim reduziram o movimento “a seus escritos e classificaram os textos em escolas, conforme sua filiação a teorias europeias. Seria, assim, um movimento de intelectuais, mais especificamente de filósofos¹⁹”. Paim, ao valorizar uma abordagem heurística das obras, não enxergou a conexão das mesmas com a problemática social e política contemporânea brasileira. A ação política dos intelectuais não foi cogitada²⁰.

Outros intérpretes abandonaram a perspectiva cognitiva de Cruz Costa e Antonio Paim e explicaram o movimento a partir da posição social dos seus membros, enxergando uma correlação entre classes sociais e ideologia. Dessa maneira, o movimento intelectual expressaria anseios de grupos sociais novos, nascidos no processo de modernização econômica. Essa linha de interpretação reduz o movimento intelectual às origens sociais dos seus membros. Esse raciocínio “equaliza o pertencimento a uma classe e escolhas intelectuais²¹”. Para Ângela Alonso, Hall²² “associa classe média a novo liberalismo; Carvalho²³ faz o mesmo para o positivismo ortodoxo²⁴”; Bresciani²⁵ relaciona a “burguesia paulista do café com o liberalismo democrático e positivismo ilustrado”; e Graham²⁶ conecta a “burguesia urbana com o darwinismo social”. Essa equiparação “redunda em equívocos, como a apresentação dos filhos da elite imperial, de família socialmente enraizada, como representantes de novas classes médias²⁷”.

Outra suposição dessas duas linhas de interpretação é afirmar que as ideias importadas da Europa ficaram completamente deslocadas, dadas às diferenças de realidade entre ‘centro’ e ‘periferia’, “apontando sempre o descompasso entre ideias

¹⁹ ALONSO, Ângela in GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. Vol. 3. 2009. p. 85

²⁰ ALONSO, Ângela. 2002. *Op. cit.* p.25-26

²¹ *Idem.* p. 28

²² HALL, Michael. **Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração**. Revista História. Número 105. 1976.

²³ CARVALHO, José Murilo. **A ortodoxia positivista no Brasil – um bocheviquismo de classe média**. Revista Brasileira. Ano 4. Número 8. 1989.

²⁴ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998. p.188-201

²⁵ BRESCIANI, Maria Stella. **O cidadão da república. Liberalismo versus positivismo no Brasil: 1870-1900**. Revista USP. Número 17. 1993.

²⁶ GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 1973.

²⁷ ALONSO, Ângela. 2002. *Op. cit.* p. 28

modernas e sociedade atrasada²⁸”. Skidmore argumenta que as ideias chegavam ao Brasil sem nenhum espírito crítico, pois os intelectuais brasileiros não estavam preparados para discutir as doutrinas europeias²⁹. Schwarz diz que o Brasil “põe e repõe ideias europeias sempre em sentido impróprio³⁰”, as ideias estão fora do lugar. Nessa linha de interpretação é negada aos membros do movimento “perspicácia ou capacidade de discernimento da situação e capacidade de seleção interessada de ideias³¹”. Além disso, perde-se de vista que a reflexão dos intelectuais da geração 1870 ocorreu ligada à conjuntura, com forte acento político.

Essas duas linhas de interpretação entendem o movimento de 1870 como estritamente intelectual, preocupado apenas com a produção de conhecimento e alheio ao processo político. Ângela Alonso rebate esse argumento constatando que no Brasil oitocentista não havia uma nítida separação entre campo intelectual e político; pois “tanto os autores de ‘obras filosóficas’ desenvolveram atividade política contínua quanto os ‘políticos’ escreveram interpretações com base em recursos doutrinários³²”, sendo impossível distinguir intelectuais e políticos.

Alonso propõe outra interpretação para o movimento da geração 1870, argumento basilar para a elaboração desta tese. Ela argumenta que dada a ausência, no Brasil oitocentista, de um campo intelectual autônomo, “toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político. A experiência dos membros da geração 1870 era, pois, política³³”. Ela defende que a “inscrição da produção doutrinária do movimento intelectual no processo sociopolítico em que surge lhe confere nova inteligibilidade: a própria redação de textos se revela uma forma de ação³⁴”. Nessa perspectiva os escritos podem ser lidos como formas de intervenção política. Alonso entende o movimento intelectual de tal geração como suprapartidário, socialmente heterogêneo, reformista e de contestação político institucional.

Apesar de heterogênea, a geração 1870 experimentou uma comunidade de experiência social, uma vez que seus integrantes foram prejudicados pelas instituições imperiais que dificultaram suas carreiras ou bloquearam seu acesso às posições elevadas

²⁸ ALONSO, Ângela in GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *Op. cit.* p. 86

²⁹ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo. Cia das Letras. 1993. p.16

³⁰ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo. Duas Cidades. Ed. 34. 2000. p. 29

³¹ ALONSO, Ângela in GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *op. cit.* p. 87

³² ALONSO, Ângela. 2002. *Op. cit.* p. 31

³³ *Ibidem.* p. 38

³⁴ *Ibidem.* p. 38

no regime imperial. Alonso argumenta que esta experiência compartilhada de marginalização política, fruto da longa dominação conservadora (1868-78), é a chave para compreender o sentido de suas manifestações intelectuais: “são formas coletivas de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem Imperial³⁵”. Os intelectuais da geração de 1870 contestaram a ordem imperial e demandaram um conjunto de reformas estruturais. A palavra de ordem desses intelectuais era “condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia³⁶”, entendidas como ampliação da participação política.

Esse movimento intelectual surgiu num contexto de aguda crise, em que “os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação³⁷”. Esse processo de mudança era de “natureza estrutural e, pela sua magnitude, modificava a distribuição de recursos econômicos, sociais, políticos e de status³⁸”.

No entender de Alonso, no Brasil da segunda metade do século XIX,

“as instituições políticas falharam em responder às demandas de parte dos membros da própria comunidade política. Essa situação permitiu que pequenos grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e das formas de representação política, antes silenciosos e inaudíveis, vocalizassem suas demandas mesmo fora das instituições políticas estabelecidas³⁹”.

Dessa forma, os escritos dessa geração podem ser interpretados como intervenção no debate político da época. As suas “interpretações desembocam num diagnóstico da contemporaneidade como período de crise e na proposição de um programa de reformas⁴⁰”. Enfim, em “resposta à agenda política brasileira, o movimento intelectual da geração de 1870 produziu programas completos de reformas modernizadoras⁴¹”, que incluíam abolição da escravidão, modernização econômica, reforma das instituições políticas imperiais, implantação de um Estado burocrático legal, suspensão ou esvaziamento dos cargos públicos vitalícios, descentralização política administrativa e tributária, secularização das instituições, separação da Igreja e do Estado, independência

³⁵ *Ibidem.* p. 45

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. p. 97

³⁷ ALONSO, Ângela. 2002. *Op. cit.* p. 41

³⁸ *Ibidem.* p. 42

³⁹ *Ibidem.* p.41.

⁴⁰ *Ibidem.* p.178.

⁴¹ *Ibidem.* p.246.

do judiciário, garantia de lisura eleitoral, liberdade de exercício público de cultos religiosos, mudança no critério de representação política, ampliação dos direitos civis e políticos, liberdade de imprensa, universalização do ensino básico, política externa não ‘imperialista’. É importante destacar que esse movimento preferiu a evolução social e a reforma à revolução. Seus integrantes possuíam uma forte inclinação elitista e antipopular, e mantinham o “horror imperial à erupção descontrolada das massas na política⁴²”.

Carneiro Vilela integrou esta profícua e heterogênea geração de contestadores. A sua obra precisa ser analisada levando em consideração o contexto político-intelectual em que surge; apenas a inscrição da sua obra no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político da crise do Império e das primeiras décadas da República. A sua obra é marcada por um desejo reformista e por fortes traços de frustração, pois a República proclamada em 1889 abriu caminho para uma “Era Maldita⁴³”.

Defendemos a tese que Carneiro Vilela inseriu na sua obra vários tópicos da agenda reformista construída pela geração de 1870. A obra de Vilela guarda uma interpretação crítica acerca dos principais problemas brasileiros vivenciados entre o ocaso da Monarquia e a consolidação da República. A sua obra é engajada e apresenta um programa de reformas.

Seguindo a trilha de interpretação aberta por Sevcenko, Carneiro Vilela, profícuo literato e jornalista pernambucano, pode ser considerado um escritor-cidadão⁴⁴, que desejou transformar o Brasil e esteve engajado em causas sociais e políticas. Na acepção de Sevcenko, o escritor-cidadão representa

“uma minoria de consciência íntegra, animada pela sensibilidade humana, pelo anseio de justiça e pela inteligência crítica, clamando corajosamente, embora em vão, por uma sociedade equilibrada, capaz de denunciar os efeitos nefastos da escravidão, do colonialismo, da exploração predatória da natureza, tanto quanto de uma modernidade

⁴² *Ibidem.* p. 259

⁴³ Título do livro de poesia publicado por Vilella em 1895 que apresenta um testemunho sombrio dos primeiros anos da República em Pernambuco. Este livro é escrito depois do assassinato do diretor proprietário do Jornal “A Província” José Maria de Albuquerque. José Maria era da oposição e o seu assassinato teve motivação política.

⁴⁴ Nicolau Sevcenko, no seu livro “Literatura como Missão”, analisa a literatura de Lima Barreto e de Euclides da Cunha. Ele defende a tese que esses escritores desempenharam o papel de “escritores-cidadão”.

excludente, discriminatória, antidemocrática e concentradora de bens, riquezas e oportunidades⁴⁵”.

Na visão de Antonio Candido, alguns escritores estão imbuídos de um sentimento de missão, que “acarreta a obrigação tácita de descrever a realidade imediata⁴⁶”. Podemos afirmar que a obra vileliana possui esse senso de missão.

Carneiro Vilela pode, portanto, ser considerado um escritor-cidadão que viveu na aurora da modernização do Brasil e manteve os olhos atentos aos centros de decisão política e aos caminhos que a sociedade brasileira trilhava. Ele teve forte envolvimento com as questões do seu tempo. A sua obra traz alguns dilemas experimentados entre o fim da Monarquia e a consolidação da República, ela guarda os “rumores de combates longínquos”; revisitá-la nos ajuda a entender um momento crucial da nossa história quando ocorreu um acelerado processo de transformação política, econômica, social, religiosa, cultural, mental. A sua produção intelectual e artística apresenta elementos que ajudam a elucidar algumas das tensões históricas vivenciadas naquele período, bem como relaciona um conjunto de alternativas possíveis ao país e especialmente a Pernambuco, estado que sentia os fortes efeitos da decadência da indústria açucareira e conhecia uma “modernização conservadora⁴⁷”, momento no qual o ‘arcaico’ sobrevive sob disfarces do ‘moderno’. Sua obra produziu profundas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial e republicana.

Em síntese, os trabalhos de Ângela Alonso, *‘Ideias em Movimento’*, e de Nicolau Sevcenko, *‘Literatura como Missão’*, ajudaram a entender o sentido dos escritos vilelianos: são intervenções de um escritor-cidadão no debate político. Vilela não foi um beletista afeito exclusivamente ao belo, ou um nefelibata alheio à realidade nacional, mas um escritor engajado, integrante da geração de 1870, que empunhou a sua pena com o objetivo de influenciar reformas econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais. Os seus escritos delinearam um ‘retrato do Brasil’, e dessa maneira é possível inseri-lo no vasto panteão de intérpretes do país que se dedicaram, basicamente, a responder duas perguntas: quem somos? E o que queremos ser? Vilela foi um ‘mosqueteiro intelectual’ que, durante quatro décadas, mais ou menos entre 1870 a 1910, procurou entender o Brasil e sonhou com a construção de uma nova arquitetura

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.* p. 30

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro.: Ouro sobre Azul. 2007. p. 28

⁴⁷ EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco**. São Paulo: Paz e Terra. 1989

social, política, cultural, etc. Defendemos que Vilela usou seus escritos para vocalizar insatisfações e para formalizar críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial, bem como às práticas republicanas oligárquicas que bloquearam projetos democráticos para a sociedade brasileira.

O escritor-cidadão Carneiro Vilela estava imbuído da missão de corrigir a sociedade, recorrendo à “palmatória”, à “espora”, ao “rebenque” e aos “sinos da crítica⁴⁸”. É o que confessa um dos seus alter egos, o João Fernandes. Para atingir o seu objetivo, o ‘João Fernandes’ possuía a “risada para o que é ridículo, o azorrague para o que é mau, a palmatória para o que é incorrigível, o estilete para o que é desapiedado, a ponta do pé para o que é torpe e a bofetada para o que é infame⁴⁹”. O ‘João Fernandes’ também prometia a “consolação para quem chora, o perdão para o que suplica, a piedade para o que está desamparado, o respeito para o que é digno, a admiração para o que é grande e a caridade para o que merece⁵⁰”.

Carneiro Vilela é um integrante pouco estudado da geração 1870, apesar de ter construído uma obra caudalosa. É lamentável o silêncio em torno da obra e do homem e “causa estranheza que o fundador e o primeiro presidente da Academia Pernambucana de Letras tenha o seu nome lembrado apenas quando das reedições do seu romance mais famoso: *A Emparedada da Rua Nova*⁵¹”. O silêncio não se justifica, pois Vilela foi um intelectual multifacetado, jornalista político e literário; magistrado e advogado; poeta épico, satírico e lírico; romancista histórico e de costumes; folhetinista e panfletário; dramaturgo; comediógrafo; ilustrador; e ainda cenógrafo e pintor. A sua pena, lâmina afiada, atacou a igreja, a polícia, a justiça, o estado confessional, a escravidão, a educação religiosa e os desmandos dos poderosos. O abolicionismo, o anticlericalismo e a moralização dos costumes políticos também fizeram parte do acervo de questões discutidas pelo autor. Em seus escritos nota-se um olhar atento e crítico sobre alguns dos principais problemas e dilemas vivenciados pelo Brasil.

Para entender melhor a atuação do escritor cidadão Carneiro Vilela, optamos pela elaboração de uma biografia intelectual, percebendo-o com uma ‘testemunha’ reveladora de uma época. Esse tipo de biografia, segundo Pallares-Burke, pode ser

⁴⁸ O João Fernandes (PE), 11.07.1886

⁴⁹ O João Fernandes (PE), 11.07.1886

⁵⁰ O João Fernandes (PE), 22.08.1886

⁵¹ VIEIRA, Anco Márcio Tenório in VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. Cit.* p. 29

definida “como o estudo do desenvolvimento das principais ideias e interesses⁵²” do biografado e “está essencialmente preocupada com o que o protagonista publicou ao longo dos anos e em grande parte se baseia nessa produção⁵³”.

O presente estudo sobre Vilela é uma porta de acesso que permite que a cultura e a sociedade sejam melhor compreendidas. Segundo Nathan Wachtel, os “indivíduos representam mais do que eles mesmos e cada qual, a seu modo, exprime algo do coletivo do qual não podem se abstrair⁵⁴”. Para Burguiere, a “biografia preocupada em reconstruir os laços entre o indivíduo e a sociedade, apareceu, como um lugar de observação particularmente eficaz⁵⁵”. Os recentes estudos biográficos desfizeram a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo⁵⁶”. Para Priore, o indivíduo é

“ao mesmo tempo, ator crítico e produto de sua época, seu percurso iluminando a história por dois ângulos distintos. Um explícito, pela iniciativa voluntária do observador que propõe uma análise da sociedade na qual o personagem está inscrito. O outro, implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra, por sua vez, as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o indivíduo encarna, ele mesmo, tais tensões⁵⁷”.

O estudo da trajetória de vida de Carneiro Vilela fornece um ângulo privilegiado para avaliar a participação dos intelectuais da geração de 1870 na vida política e social brasileira entre o ocaso da Monarquia e a consolidação da República. Ela ajuda a desvelar parte da agenda reformista proposta por intelectuais dessa geração que se utilizaram do nascente espaço público, paralelo à vida parlamentar, para vocalizar as suas insatisfações e os seus desejos por reformas sociais e políticas através da imprensa periódica.

A biografia de Vilela contribui para iluminar outros percursos de vidas de intelectuais que experimentaram o fenômeno da marginalização política, e tiveram que

⁵² PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora Unesp. 2005. p. 19

⁵³ *Ibidem*. p. 29

⁵⁴ WACHTEL, Nathan. **La foi du souvenir: labyrinthes marranes**. Paris. Seuil. 2001. *Apud*. PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi. v.10. n.19. jul-dez. 2009. p. 10

⁵⁵ BURGUIERE, André. **Dicionário das Ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago. 1993. p. 96

⁵⁶ GOFF, Jacques Le. **São Luís biografia**. São Paulo: Record. 1999. p. 25

⁵⁷ PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi. v.10. n.19. jul-dez. 2009. p.11

dar um outro sentido às suas carreiras profissionais. Como Vilela, muitos da sua geração, quando perceberam que as portas da carreira política e/ou burocrática estavam parcialmente ou totalmente fechadas, recorreram ao trabalho sistemático na imprensa periódica para sobreviver.

O estudo das condições de vida do romancista Carneiro Vilela deixa transparecer o contexto da produção literária no Brasil, entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República. A sua vida evidencia as vicissitudes do processo de profissionalização dos homens de letras no Brasil, devido à grande dificuldade de conciliar o trabalho cotidiano na imprensa com a construção de uma obra literária sólida e bem acabada, bem como permite conhecer melhor as condições objetivas da produção literária no país. A sua trajetória de vida também esclarece que os homens de letras, incapazes de viver exclusivamente da literatura, recorriam ao jornalismo como uma opção de sobrevivência, como um remédio para evitar a miséria; pois segundo Jean Yves Mèrian, durante os últimos anos do século XIX, “nenhum escritor podia viver exclusivamente da literatura, salvo durante espaços de tempo, ainda assim acumulando esta atividade com a do jornalista⁵⁸”.

Por fim destacamos que a biografia sobre Vilela ajuda a esclarecer o pensamento e a atuação de intelectuais do ‘segundo escalão’ da geração de 1870; intelectuais que são mais ‘vulgarizadores’ das teses elaboradas pelos principais expoentes da geração de 1870⁵⁹. Vilela não foi um intelectual doutrinário, mas fez parte de uma grande plêiade de divulgadores que ajudaram a disseminar ideias modernizadoras pelo tecido social. A sua biografia apresenta algumas pistas sobre o processo de divulgação dessas teses através do teatro, da literatura e da imprensa.

Algumas precauções foram tomadas para evitar a construção de um Carneiro Vilela olímpico, figura de mármore, sem imperfeições ou incoerências. Vilas Boas alerta o biógrafo para alguns cuidados que devem balizar o seu trabalho. No seu livro, “*Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*”, ele convida o leitor a problematizar as escritas biográficas a partir das seguintes variáveis: descendência, fatalismo,

⁵⁸ MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional e Garamond. 2013. pag. 356

⁵⁹ Segundo Ângela Alonso, Joaquim Nabuco, André de Rebouças, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Aníbal Falcão, Martins Júnior, Júlio Castilho, Assis Brasil, Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Alberto Sales e Pereira Barreto são os principais intelectuais doutrinários da geração de 1870. Cf ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. *Op cit.*

extraordinariedade e verdade. Ele defende a reflexão sobre o biografismo para produzir um salto qualitativo nas produções biográficas.

O tema da ascendência é fator recorrente nas produções biográficas⁶⁰. Vilas Boas tece críticas aos biógrafos que recorrem aos pais ou avós para explicar traços pessoais de seus biografados, usando como exemplo o livro de Ruy Castro, *Estrela Solitária*, com a construção de um Garrincha mecanicamente tributário dos seus ancestrais consanguíneos. Contrariando essa visão uniangular das causalidades, Alberto Dines, autor da biografia de Stefan Zweig, *Morte no Paraíso*, afirma que “pai e mãe fornecem uma moldura e geram as mensagens que vão ficando. Não são relações diretas. São sutis. Porque a vida é sutil. A relação com os pais é feita em gotas, vapores⁶¹”. Portanto é importante rejeitar a tese de que o biografado seja mero efeito ou mera consequência dos seus ancestrais.

Outra crítica realizada por Boas é a obsessão fatalista de diversos biógrafos⁶². O fatalismo pressupõe um rígido determinismo e uma mítica inexorabilidade da jornada humana, sendo os principais acontecimentos de uma existência pré-determinados pelo destino. Muitas biografias realçam qualidades do biografado supostamente inatas. Como exemplo a não ser seguido na confecção de uma narrativa biográfica, ele cita a biografia de ‘JK, o artista do impossível’, escrita por Claudio Bojunga:

“Juscelino começou a suspeitar que tinha um destino a cumprir, que uma estrela lhe orientava os passos. (...) O esforço concentrado de industrialização era uma tarefa prometeica. (...) JK sabia disso e estava decidido a ser o parteiro desse doloroso processo de conquista⁶³”.

Ao contrário de “traçar uma reta fatal e ascendente rumo ao sucesso (...) como consequência natural de um edifício desenhado, fundado e concluído⁶⁴”, Boas defende que a trajetória da figura biografada é errática e que seria um equívoco presumir que a vida obedece a uma lei do destino.

⁶⁰ BOAS, Sergio Vilas. **Biografismo reflexões sobre as escritas da vida**. São Paulo: editora Unesp, 2008, p. 43-84

⁶¹ *Ibidem*. p. 51

⁶² *Ibidem*. p. 85-119

⁶³ *Ibidem*. p. 93

⁶⁴ *Ibidem*. p. 93

Igualmente danosa ao biografismo é a percepção do biografado como gênio e como pessoa extraordinária⁶⁵, pois esta percepção acarreta num processo de desumanização. No percurso de construção da narrativa biográfica, deve-se

“voltar os olhos e os sentidos também para os coadjuvantes, os co-autores da obra da pessoa em foco. Mesmo que o protagonista tenha atendido a seu chamado íntimo, mesmo que esteja movido por ideais coletivos não-egóicos (...). Não importa. O fato é que uma pessoa não é, não foi, não poderá ser um simples self-made nascido com o gene da vitória⁶⁶”.

Outra relevante questão refere-se ao estatuto da verdade na obra biográfica⁶⁷. Muitas dessas obras partem do pressuposto que a ‘verdadeira’ vida de um indivíduo pode ser apreendida em sua totalidade. Boas contrapõe essa ilusão, pois “a totalidade dos fios da verdadeira história permanece inacessível para todos nós⁶⁸”, com a afirmação de que como na escrita da história, que é uma resposta provisória sobre o passado, “a escrita biográfica também transporta a carga de seu autor, suas impressões pessoais, sua história de vida, seus compromissos com a sociedade que o formou e consigo⁶⁹”. Alberto Dines conta que certa vez perguntou a Michael Holroyd, mestre da biografia inglesa e autor de um ‘retrato’ de Lytton Strachey, por que razão voltou a reescrever essa biografia concluída um quarto de século antes:

“eu queria verificar como os meus biografados (e eu mesmo) haviam se transformado durante o intervalo. Strachey, na minha primeira versão, apareceu como figura dos anos 1960, apóstolo do *flower power* e do *let’s make love, not war*. Nos anos 1990, mudou de posição, passei a vê-lo como o historiador da era vitoriana que contrabandeou comportamentos desviantes para a herança nacional britânica e tornou-se atraente graças a seu estilo irresistível⁷⁰”.

‘Biografia definitiva’ ou ‘verdadeira biografia’ são apenas frases de efeito que não fazem o menor sentido, uma vez que o biógrafo “jamais conseguirá sair do seu trabalho com a satisfação de um matemático, que acaba de resolver uma equação e está

⁶⁵ *Ibidem.* p. 122-152

⁶⁶ *Ibidem.* p. 152

⁶⁷ *Ibidem.* p. 153-177

⁶⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Op cit.* p. 22

⁶⁹ BOAS, Sergio Vilas. *Op. cit.* p. 153

⁷⁰ DINES, Alberto. **Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig**. Rio de Janeiro: Rocco. 2012. p. 23

seguro da exatidão dos resultados”; ele “jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar. Diante dele abrem-se novas pistas⁷¹”.

Por fim destacamos que biografar Joaquim Maria Carneiro Vilela não envolveu “soerguer o véu que encobre uma estátua já toda esculpida”, mas sim “viver em sua companhia de maneira a vê-lo ir-se formando gradativamente, em ações que revelem de cada vez tudo o que ele é em dado momento⁷²”, porque a biografia é “o registro das coisas que mudam, em vez das coisas que acontecem⁷³”. A identidade biográfica não pode ser apreendida como uma estátua congelada, mas sempre às voltas com as mutações⁷⁴, imperfeições, incoerências, pois “querer a perfeição nos homens é desumanizá-los. Deficiências, irregularidades e fracassos de vários tipos indicam abertura para mudanças e progressos e são sinais de vida e fontes de beleza; querer banir a imperfeição significa, na verdade, paralisar a vitalidade⁷⁵”.

As fontes utilizadas nesse trabalho são, sobretudo, oriundas da imprensa periódica, publicadas em jornais de Pernambuco, do Pará e do Rio de Janeiro. Nos jornais pesquisados pululam textos escritos por Vilela: artigos analíticos ou jocosos, crônicas, poesias, folhetins e caricaturas, além das diversas polêmicas que ele se envolveu ao longo da vida. Além dos jornais, recorreremos a diversos livros publicados por ele: peças de teatro, romances, contos e poesia. As fontes foram lidas sobretudo a partir da seguinte perspectiva: o escritor cidadão Carneiro Vilela, integrante da geração de 1870, utilizou seus variados escritos para vocalizar críticas à ordem imperial e às práticas republicanas oligárquicas, bem como para propor um amplo programa de reformas modernizadoras da sociedade brasileira. A sua escrita tinha como fim a transformação social, ela era portadora de projetos sociais alternativos.

As fontes literárias vilelianas foram trabalhadas na tese a partir do seguinte marco teórico: todo romance é histórico, na medida em que é uma narrativa que constata e dá testemunho⁷⁶. Há inegavelmente uma estreita ligação entre os estudos literários e as ciências sociais, pois a “literatura se presta como um índice admirável, e em certos momentos mesmo privilegiado, para o estudo da história social⁷⁷”. A

⁷¹ DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo. Edusp. 2009. p. 14

⁷² BOAS, Sergio Vilas. *Op. cit.* p. 236

⁷³ BOAS, Sergio Vilas. *op. cit.* p. 240.

⁷⁴ DOSSE, François. *op. cit.* p. 406

⁷⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *op. cit.* p. 45

⁷⁶ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005. p. 95.

⁷⁷ *Ibidem*. p. 31.

literatura “é um encontro tenso de espelhamentos e resistências, transparências e opacidades, o que às vezes lhe dá a figura de enigma⁷⁸”. Defendemos que Vilela, dono de uma literatura combativa, “inculcou na sua produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança⁷⁹”. Fica patente a sua participação no processo histórico em curso. Os seus folhetins não eram escritos unicamente com a finalidade de divertir o leitor, mas possuíam o intuito de sensibilizar o público para problemas e questões discutidos pela geração de 1870. Os folhetins possuíam uma dimensão política inegável. Eles nos auxiliam a “compreender ou aprofundar nossa visão da vida e enriquecer nossas possibilidades de análise da realidade⁸⁰”.

As indagações brevemente discutidas nessa introdução, estão distribuídas da seguinte forma:

No primeiro capítulo, “*As famílias Carneiro e Vilela ou nada vos oferto além destas mortes de que me alimento*”, traçamos um sucinto painel dos ascendentes de Carneiro Vilela e constatamos que muitos integrantes da sua família obtiveram destaque econômico, político e social e ocuparam postos burocráticos e/ou políticos e/ou militares na máquina imperial. Observamos também que a família dos Carneiros era dona de razoável fortuna e se destacou fortemente no campo da política e das armas; enquanto que a família dos Vilela possuía proeminência na seara intelectual e política. Verificamos que Carneiro Vilela não teve a mesma sorte dos seus familiares. Diferentemente dos seus ascendentes que conseguiram ocupar postos relevantes na estrutura político e/ou burocrática e/ou militar, Vilela não teve acesso regular a cargos na máquina burocrática, exercendo ao longo da vida poucos cargos públicos, como o de delegado literário em 1867, o de juiz municipal de Natal em 1868-69, o de secretário de governo provincial do Pará em 1877-78, o de juiz municipal de Niterói em 1881 e o de bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife em 1891. Nas suas quase cinco décadas de carreira profissional, os cargos públicos ocupados representam uma pequena fração desse tempo.

Construímos essa pequena trajetória dos Carneiros e Vilelas não para concluir que o biografado é um mero efeito, mera consequência do que foram e pensaram os seus pais, avós e tios. Não acreditamos que os ancestrais consanguíneos moldem, de maneira

⁷⁸ BOSI, Alfredo. **Caminhos entre a literatura e a história**. Estudos Avançados. V.19. N.55. São Paulo. set. 2005.

⁷⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Op cit.* p. 286

⁸⁰ *Ibidem.* p. 19

atávica, as gerações seguintes. Escrevemos esse capítulo com o interesse de descobrir parte da moldura familiar onde Carneiro Vilela estava inserido. Ao que parece, boa parte da altivez, da coragem, do gosto pelo conflito e pelo combate, Vilela aprendeu no seio da sua família, recebendo inúmeros exemplos de familiares que enfrentaram governos seja através das armas ou da pena de jornal. Essas histórias de lutas devem ter marcado, com o ferro quente das palavras, a carne da sensibilidade de Vilela. Os Carneiros e os Vilelas respiravam política. Como há uma ausência absoluta de fontes mais pessoais sobre Carneiro Vilela, como cartas e/ou diários, ficou difícil avaliar o grau de influência que cada parente exerceu sobre a sua formação. Possivelmente aquela atmosfera incensada de fortes paixões partidárias tenha inflado os pulmões de Vilela com ar para toda a vida.

No segundo capítulo, “*Carneiro Vilela entre os anos de 1846 a 1885 ou caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão*”, apresentamos um quadro sucinto da infância e adolescência de Vilela, registrando aspectos da sua educação secundária e superior recebidas, bem como abordando os seus primeiros passos no campo do jornalismo e do teatro. Apresentamos nesse capítulo um Vilela multifacetado: magistrado, chefe da secretaria do governo do Pará, dramaturgo, crítico teatral, delegado literário, chargista, folhetinista, poeta, jornalista, polemista, tradutor, empresário da imprensa periódica e cenógrafo; bem como discutimos as principais teses reformistas defendidas pelo escritor cidadão Carneiro Vilela, abolicionista militante e republicano. Esse capítulo recupera algumas facetas da sua atuação intelectual e artística em Pernambuco, no Pará e no Rio de Janeiro.

Nesse capítulo demonstramos que um dos traços mais marcantes da sua pena de escritor foi o anticlericalismo e a defesa do secularismo. Para Vilela, o catolicismo ultramontano identificado ao jesuitismo, um dos sustentáculos da Monarquia⁸¹, era uma força social retrógrada e reacionária que emperrava o progresso do Brasil, representando uma relevante resistência ao progresso e à modernização do país. Por conta disso, Vilela atacou de várias maneiras a Igreja, denunciando a ‘corrupção moral’ do clero católico e as práticas ‘supersticiosas’ do catolicismo popular, bem como demandando profundas reformas que incluíam a separação entre Igreja e Estado, a diminuição radical da influência da Igreja em assuntos morais e educacionais e a liberdade religiosa.

⁸¹ ALONSO, Ângela. *Op. cit.* 2002. p. 64

Defendemos nesse capítulo que Vilela, seja através do folhetim ou do jornalismo, da caricatura ou do teatro, denunciou as práticas políticas voltadas para atender interesses pessoais, as recorrentes fraudes eleitorais, o clientelismo, a corrupção, a incompetência do poder público no tocante à prestação de serviços adequados à sociedade, o comércio de varejo dominado pelos portugueses, as práticas educacionais retrógradas da Faculdade de Direito do Recife, o sistema representativo brasileiro, o tratamento desigual dispensado pela Monarquia à Província de Pernambuco e as práticas políticas que levavam à indiferença das classes populares. Vilela também criticou duramente algumas das mais importantes instituições brasileiras, como o Senado, a Assembleia Geral, as Assembleias Provinciais, as Câmaras Municipais, os tribunais de justiça e a polícia, enfatizando que o processo de recrutamento de jovens bacharéis para exercerem cargos de alta complexidade na burocracia estatal era muito mal feito, uma vez que marcado pelo clientelismo e pelo nepotismo. Fica claro que na visão de Vilela muitas das instituições brasileiras eram disfuncionais e atendiam mais aos interesses pessoais do que públicos e que a política servia, sobretudo, como meio de obter posições. Sintonizado com as aspirações da combativa geração de 1870, Vilela defendeu a reforma das instituições imperiais, a implementação de um Estado burocrático legal, a independência do poder judiciário e a ampliação de direitos civis e políticos.

Ainda no segundo capítulo, destacamos que Vilela usou os folhetins como instrumento moralizador, criticando os maus costumes da sociedade brasileira, procurando modificar no leitor práticas e valores sociais. Na sua cruzada moralista, além de atacar o clero e as suas práticas desonestas, ele denunciou a hipocrisia dos casamentos arranjados e o apego, por muitos integrantes da sociedade, pelas ‘aparências’ sociais. Também demonstramos os esforços de Carneiro Vilela, similar a de outros intelectuais do período, para que fosse criado no Brasil um teatro nacional. Defendemos que Vilela fez parte da geração que nacionalizou o teatro e que procurou transmitir nos palcos valores relacionados à moralização dos costumes sociais. O teatro Vileliano possuía um ideal social.

No terceiro capítulo, “*Carneiro Vilela entre os anos de 1885 a 1889 ou aqui se inicia uma viagem clara para a encantação*”, esquadrimos a atuação de Vilela no campo da dramaturgia, da cenografia, do folhetim, da crônica, do jornalismo e da caricatura. Nesse período de sua vida Vilela manteve a mesma toada de escritor

engajado e não diminuiu o seu tom anticlerical, criticando a Igreja de Roma, que, segundo sua visão, impedia o Brasil de se movimentar em direção ao progresso e à civilização, bem como frustrava reformas necessárias, como a liberdade de culto, o sufrágio universal, a secularização dos cemitérios e o casamento civil. Constatamos também nesse capítulo que Vilela denunciou as práticas educacionais das escolas vinculadas às ordens religiosas, acusando-as de serem fanáticas e hipócritas e que os padres que atuavam como docentes eram sem princípio, sem moral e sem estudos.

Observamos no capítulo 3 que não escapou da sua pena a monarquia brasileira, apresentada como um empecilho à liberdade e incapaz de promover as reformas que levariam o Brasil ao progresso e à civilização. Seja através do folhetim ou da crônica, Vilela vocalizou as suas insatisfações, criticando práticas arcaicas da imprensa, da polícia e da justiça do Brasil oitocentista. Ele também criticou as práticas capitalistas predatórias, o clientelismo, o patrimonialismo, o arrivismo e a moral sempre vinculada a máxima ‘antes que me logrem, logro eu’. Na sua visão a sociedade está apodrecida.

A sua pena, fortemente marcada por uma ação empenhada, construiu um ‘programa de reformas’ que incluía justiça isenta, sistema educacional não obscurantista, igualdade de todos perante a lei e constituição de um governo não voltado aos interesses privados. Além disso, ele defendeu a abolição da escravatura, a República e o ‘passo agigantado’ da democracia. Constatamos um Vilela intransigente com o seu livre pensamento, acicatando o Papa, o imperador do Brasil, magistrados, delegados, governantes, homens de letras e religiosos.

Constatamos também nesse capítulo que Vilela teceu duras críticas à Câmara Municipal, ao Liceu de Artes e Ofícios e ao Tribunal da Relação, bem como lamentou o ensino infecundo da Faculdade de Direito do Recife, a falta de hábito de leitura, a ausência de livros de autores nacionais nas livrarias, o comércio desonesto e a falta de progresso material, intelectual, artístico e moral em Pernambuco.

No quarto capítulo, “*Carneiro Vilela entre os anos de 1889 a 1913 ou fonte, flor em fogo, que é que nos espera por detrás da noite?*”; constatamos, num primeiro momento, o seu entusiasmo pela proclamação da República e a esperança de ver implementadas as tão sonhadas reformas, a regeneração dos costumes, a reconstrução moral do Brasil e a extinção das oligarquias com os seus ‘torpes’ privilégios pessoais. Ele esperava que a República fosse capaz de erguer um fulgurante edifício que

abrigasse “em seu seio fecundo tudo quanto de livre e de bom tem no mundo”⁸²”. Vilela defendeu profundas reformas no campo da educação, advogando o ensino público, gratuito, obrigatório e laico e a extinção do analfabetismo. Ele reivindicou a criação de escolas primárias, cursos superiores e técnicos, além de escolas noturnas para adultos. No seu entusiasmo ele sugeriu que as escolas deveriam fazer as crianças memorizarem as leis orgânicas do país, “verdadeira cartilha do ABC moral da pátria”⁸³”. Para Vilela, a escola republicana exerceria o papel de ‘ortopedia da consciência’ e deveria instruir e educar o povo, entidade una e indivisível e base soberana da nação, para que o mesmo ficasse imune às mistificações das oligarquias, deixasse de ser mero espectador da política e tivesse condições objetivas para participar do governo do povo pelo povo.

No seu porre de esperança, defendeu a criação de colônias agrícolas e industriais capazes de fornecer empregos aos ‘vadios’, transformando-os em cidadãos trabalhadores, a implementação de uma política protecionista, a liberação de capitais para investimentos produtivos, a moralização das eleições, a participação do povo na política, a probidade administrativa, o ecumenismo religioso, o divórcio, a arborização da cidade e a estruturação de carreiras para o funcionalismo público, sobretudo no poder judiciário. Ele também advogou a existência de um jornalismo que fosse uma espécie de lanterna de Diógenes, que iluminaria o espírito crítico do povo, sendo a exata síntese do espírito público, bem como valorizou o papel dos intelectuais na sociedade, argumentando que eles ajudam a construir o edifício moral da nação, difundindo as letras e as artes no país. Além disso, Vilela defendeu a colocação dos ‘heróis pernambucanos’ no panteão da pátria, e a exclusão de Tiradentes do posto de herói, por se tratar de um “pseudo autor de uma pseudo revolução republicana”⁸⁴”. O que Vilela desejava era a ‘republicanização’ da República, com a efetivação dos seus princípios, como a igualdade, a moralidade, a probidade, a liberdade, a fraternidade, o progresso e a justiça.

O Vilela dessa fase é um jornalista vinculado ao grupo político marianista⁸⁵. Ele exerceu na imprensa o papel de ‘soldado de infantaria’ desse grupo, atacando com

⁸² A Província (PE), 17.06.1890

⁸³ A Província (PE), 15.02.1890

⁸⁴ A Província (PE), 01.02.1891

⁸⁵ Proclamada a República em 1889, três grupos políticos disputaram o poder em Pernambuco: os *republicanos históricos* ou *os martinistas*, liderados por José Isidoro Martins Júnior; os *liberais* ou *marianistas*, guiados por José Mariano Carneiro da Cunha e os *conservadores* do conselheiro João Alfredo e Francisco de Assis Rosa e Silva.

destemperos verbais e de maneira extremamente agressiva as facções políticas rivais. Muitas vezes ele praticou um jornalismo rasteiro, marcado por muita parcialidade e por ataques à honra pessoal dos adversários, regido sob a batuta da paixão, do *pathos*, pura perturbação do ânimo, distante da moderação. Na sua retórica, o seu grupo político era tratado com muita indulgência, enquanto o grupo rival era atacado com uma virulência avassaladora. Seus destemperos verbais suscitaram reações dos adversários que o acusaram de ‘desclassificado moral’, ‘repugnante’, ‘canalha’, ‘tapado’, ‘ignóbil’, ‘vendido’, ‘indelicado’, ‘grosseiro’ e ‘podre’.

Constatamos também que nos primeiros anos da República, devido ao seu grande talento como cenógrafo e pintor, Vilela ficou encarregado de elaborar imagens favoráveis ao reforço do poder simbólico de Deodoro da Fonseca, fiador, em última instância, do grupo marianista.

Observamos também nesse capítulo a desesperança de Vilela com os rumos da República brasileira e as suas práticas excludentes e violentas. Para ele, a República se desvirtuou completamente depois de alguns anos, pois o direito foi substituído pela força, a justiça vendada pela justiça vendida e o povo livre transformou-se em um rebanho de escravos. Na sua visão, a República era marcada pela negação de direitos civis e políticos, inércia administrativa, corrupção sistêmica, venalidade da justiça, tirania, indiferentismo político das massas, falta de liberdade de imprensa, eleições fraudulentas e perseguições de natureza política. Frustrado, ele criticou fortemente as práticas ilícitas do comércio de varejo, a desvalorização da moeda nacional, a perda do poder de compra da população, o empastelamento de jornais, a destruição do patrimônio histórico, os assassinatos políticos, a cooptação, as demissões de funcionários públicos por motivação política, a absoluta falta de instrução da população e a proliferação de escolas católicas, sob a responsabilidade de frades e freiras.

Também nesse capítulo, esquadrihamos a participação de Vilela na *Academia Pernambucana de Letras* e no *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, bem como apresentamos alguns trabalhos de sua lavra no campo da crítica literária.

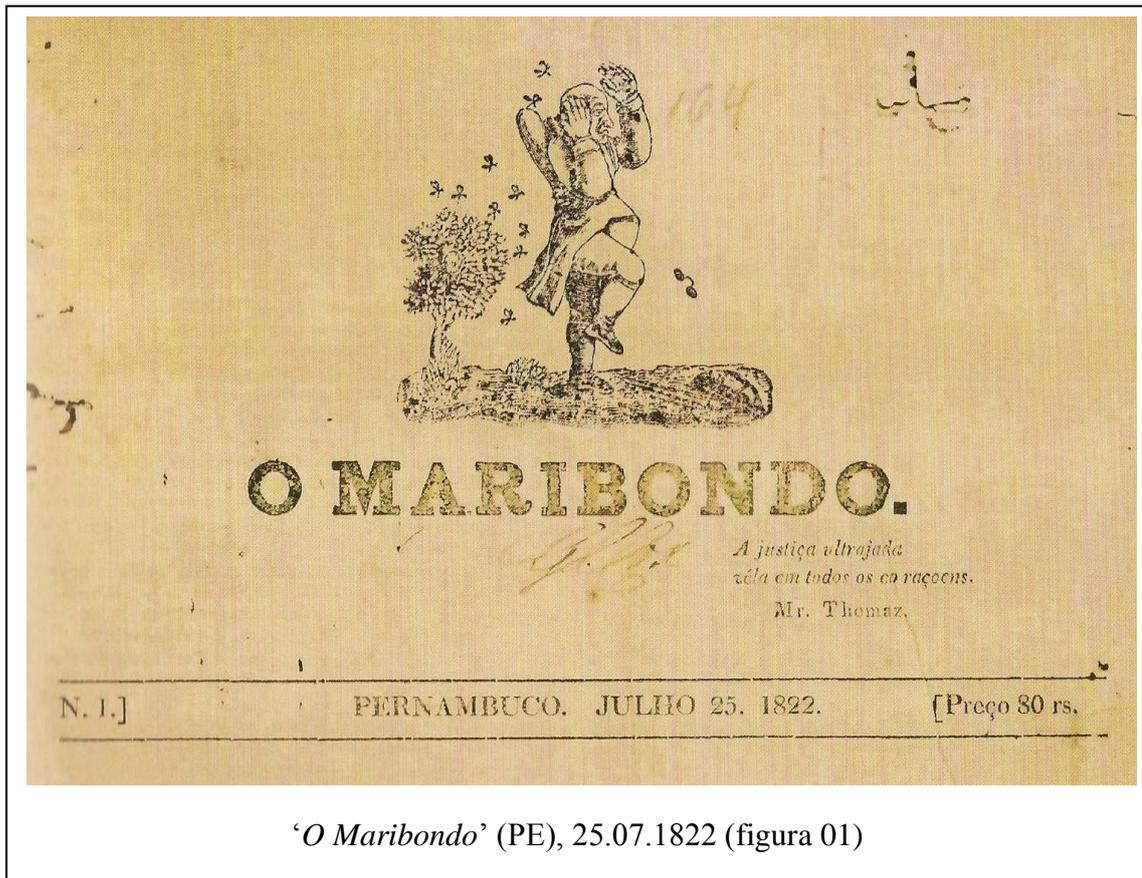
Por fim, quanto à contribuição da nossa tese, esperamos que o estudo apresentado inspire a produção de outros trabalhos sobre a obra intelectual e artística de Carneiro Vilela, uma vez que a sua caudalosa obra é depositária de dilemas e tensões

que o Brasil viveu na aurora da sua modernização. Acreditamos que a literatura, a caricatura, o teatro e o jornalismo vilelianos ajudam a iluminar um importante período histórico e fornecem pistas sobre diversos aspectos da sociedade de seu tempo.

Capítulo 1:

As famílias Carneiro e Vilela ou

**“nada vos oferto além destas mortes de que me
alimento”**



‘O Maribondo’ (PE), 25.07.1822 (figura 01)

A caricatura inserida no periódico pernambucano ‘O Maribondo’, em 25 de julho de 1822 (figura 01), representa a primeira charge brasileira⁸⁶, o “ponto de partida de todo um desenvolvimento estético⁸⁷”. Não é sabido o nome do desenhista que apresentou “um horroroso corcunda – representando os portugueses – a pular acossado por um enxame de maribondos – os brasileiros, que o atacavam⁸⁸”. Na linguagem política da época, a figura deformada do ‘corcunda’ ou ‘carcunda’, representava, pejorativamente, o português. Essa xilogravura transmitia uma crítica política aos lusitanos e à situação colonial do Brasil que aspirava à independência. Segundo Magno, a ilustração é considerada uma charge “em face da sua carga crítica e irônica, e sua ligação com o programa político da publicação⁸⁹”.

No mundo luso-brasileiro, a palavra ‘corcunda’ entrou para a linguagem política a partir de 1821, na esteira do Vintismo português, simbolizando um homem infame,

⁸⁶ MAGNO, Luciano. **História da Caricatura Brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Gala edições de Arte LTDA. 2012. p.40.

⁸⁷ *Ibidem*. p. 43.

⁸⁸ *Ibidem*. p. 40

⁸⁹ *Ibidem*. p. 43.

hipócrita, amigo do dinheiro, sem brio, sem honra, inimigo das Luzes, “sendo as suas palavras as de religião e trono⁹⁰”. Lúcia Neves constata que o ‘corcunda’ é partidário do despotismo e seguidor das ideias anticonstitucionais⁹¹. Frei Caneca se utilizou da adjetivação ‘corcunda’ para atacar os portugueses: o “demônio do corcundismo é de todos os espíritos das trevas o mais maligno e prejudicial aos filhos da razão e da lei. (...) O corcundismo nem pelo jejum, nem pela oração sai do corcunda: é uma fúria que torna desgraçado o homem que lhe abriu entrada em sua alma⁹²”.

As famílias Carneiro e Vilela não ficaram alheias a essa luta contra os portugueses: Jerônimo Vilela Tavares, avô paterno do nosso biografado, participou da Revolução de 1817⁹³. Francisco Carneiro do Rosário, bisavô materno do biografado, também esteve presente nos acontecimentos de 1817 e abriu as portas da sua residência para a realização, em 1821, da eleição dos deputados pernambucanos às Cortes de Lisboa⁹⁴. Manuel Carneiro Machado Rios, tio avô materno de Carneiro Vilela foi signatário da Convenção de Beberibe⁹⁵.

1.1 – Os Vilelas: família de ‘cabedal intelectual’⁹⁶

Joaquim Dias Martins, em ‘*Mártires Pernambucanos*’, informa que Jerônimo Vilela Tavares, cirurgião baiano radicado no Recife⁹⁷, devido às suas íntimas relações com ativos participantes da Revolução de 1817, foi enviado para o cárcere em 1818. Jerônimo possuía relações com os ‘chefes da liberdade’, entre eles João Ribeiro Pessoa Montenegro Domingos, que, depois da derrota dos revolucionários de 17, “teve o

⁹⁰ *Ibidem*. p. 43

⁹¹ NEVES, Lucia Maria Bastos P. **A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil**. Revista Tempo. 1999. p. 7. Disponível em: [Http://www.historia.ufrpe.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf](http://www.historia.ufrpe.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf). Acesso em: 05/07/2014.

⁹² Typhis Pernambucano (PE), 29.07.1824

⁹³ MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Recife. Tipographia de F. C. Lemos e Silva. 1853. p. 391

⁹⁴ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: **a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37)**. Recife.: Tese de Doutorado em História. UFPE. 2015. p. 330-31

⁹⁵ *Ibidem*. p. 340

⁹⁶ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Recife. Imprensa Universitária/UFPE. 1967. V. 2. p. 12. Nascimento destaca quatro membros da família Vilela, durante três gerações. Os Vilelas ‘militaram’ no jornalismo pelo menos por oito décadas, entre os anos de 1829 a 1913. Sobre os Vilelas, afirma Nascimento: “O passado assinalou considerável quantidade de jornalistas de escol, panfletários, polemistas ou doutrinários (...) a ressaltar (...) o médico baiano Jerônimo Vilela Tavares, seus filhos pernambucanos Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Joaquim Vilela de Castro Tavares e seu neto Joaquim Maria Carneiro Vilela”.

⁹⁷ VILELLA, Carmélio. **Carneiro Vilella: nascimento, vida e morte**. Recife. Novo Estilo. 2003. p. 14

cadáver exumado, após o suicídio, para ser mutilado⁹⁸ e José Martins, que recebeu pena máxima e foi executado⁹⁹. Jerônimo foi acusado de conspiração, de “ir aos clubes, de ser apaixonadíssimo, de querer matar o cunhado por ser europeu, de ser declamador, de ser cirurgião do batalhão de cavalaria¹⁰⁰”.

A Revolução de 1817 produziu um saldo de aproximadamente 300 presos políticos, enviados para a Bahia¹⁰¹. Entre eles se destacaram Frei Caneca, Gervásio Pires, Muniz Tavares, Pedro da Silva Pedroso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, o futuro Visconde de Suassuna. Bernardes destaca que a partir de 1818 as condições do cárcere, que eram extremamente difíceis e cruéis, melhoraram. Segundo ele foi instalada na Bahia a “primeira escola que funcionou em uma cadeia no Brasil, organizada por iniciativa de presos políticos¹⁰²”. Frei Caneca confessou que com avultado ganho, o carcereiro deixou entrar papel, penas, tintas, novelas, dicionários. Foram ministradas aulas de francês, de inglês, de lógica, direito civil e direito natural. Caneca argumenta que Jerônimo se aplicou ao estudo da língua inglesa¹⁰³. Muniz Tavares afirma entusiasmado, na sua *História da Revolução de Pernambuco de 1817*: “fenômeno raríssimo! A habitação das trevas transformou-se em asilo da luz! A maior sala daquela cadeia assemelhava-se à sala de um liceu. Ali moços e velhos consagravam o dia inteiro à aplicação literária, ao estudo da língua, às matemáticas, à filosofia racional e moral¹⁰⁴”. Foi no cárcere que Frei Caneca escreveu a sua “Gramática Portuguesa, lecionou e fez versos¹⁰⁵”.

Jerônimo ficou preso até o ano de 1821, quando a anistia das Cortes de Lisboa o libertou¹⁰⁶. Regressou ao Recife e, em agosto de 1822, foi nomeado cirurgião do Tribunal da Relação de Pernambuco, com a incumbência “de curar as enfermidades dos

⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad. 1999. p. 93

⁹⁹ MARTINS, Joaquim Dias. *Op. cit.* p. 258 e 514.

¹⁰⁰ Manuscrito. Revolução de 1817. Relação dos réus presos existentes na cadeia da Relação da Bahia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_div_manuscritos/cmc_ms618_20_02/cmc_ms618_20_02.pdf. Acesso em: 15/08/2014

¹⁰¹ BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. Recife. Editora Universitária UFPE. 2006. p. 188

¹⁰² *Ibidem*. p. 188

¹⁰³ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife. Produção editora Gráfica Star. 1979. p. 14-15

¹⁰⁴ TAVARES, Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. Recife. Governo do Estado. 1969. p. CCLXXI

¹⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.* p. 91

¹⁰⁶ MARTINS, Joaquim Dias. *Op. cit.* p. 391

desembargadores e suas famílias”, recebendo 60\$000 de ordenado e 16\$000 de gratificações¹⁰⁷. Ele também ocupou o cargo de primeiro cirurgião do hospital militar¹⁰⁸.

Em 1824, Jerônimo Vilela se envolveu na tentativa de deposição do presidente de província de Pernambuco Manuel de Carvalho Paes de Andrade; preso por algumas horas na fortaleza do Brum, em golpe articulado pelos majores Lamenha e Seara que lideraram uma tropa de 200 soldados¹⁰⁹. Frei Caneca, em artigo publicado no *‘Typhis Pernambucano’*, cobra uma punição com “todo o rigor da severidade” à ‘facção munística’, integrada pelo padre Muniz Tavares, “ex-professor de latim do Cabo”, por Jerônimo Vilela Tavares, “ex-cirurgião do partido privado do Cabo”, por Thomaz Xavier, Bernardino de Sena Lins e Manoel Clemente do Rego Cavalcanti. Segundo Caneca, estes são “as grandes cabeças que deitaram a perder tantos mancebos de esperança¹¹⁰”. Frei Caneca usa palavras duras ao se referir à ajuda financeira que Jerônimo recebeu do seu cunhado, Joaquim José da Silva e Castro, durante a sua estada na prisão baiana: “que uso deu este vadio à mesada? (...) Faz vergonha dizê-lo”. Além disso, Caneca diz que Jerônimo não possuía recursos suficientes para o seu sustento: “a sua arte, as suas traficâncias, nem lhe dão para comer, como ele mesmo confessa; tem sempre andado às costas do seu honrado cunhado¹¹¹”. Caneca, nesse mesmo artigo, afirma que essa “súcia” apoiou o Imperador depois que ele fechou a Assembleia Nacional Constituinte.

Jerônimo foi um dos pioneiros no jornalismo político no Brasil, colocando a sua pena para defender as bandeiras liberais e atacar os ‘corcundas’. Nas décadas de 1820-30, escreveu em diversos periódicos, como o *‘Diário de Pernambuco’*, a *‘Abelha Pernambucana’* e *‘O Constitucional’*. Bateu-se em defesa do sistema constitucional e contra os jornais ‘colunáticos’¹¹² *‘O Amigo do Povo’*, *‘O Cruzeiro’* e *‘O Liberalão’*, edição pastiche deste último¹¹³. Segundo Nascimento, *‘O Amigo do Povo’*, possuía

¹⁰⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife. Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNДАРPE, 1983. V. 8, p. 291

¹⁰⁸ *O Constitucional* (PE), 18.03.1830

¹⁰⁹ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Op. cit.* p. 508

¹¹⁰ *Typhis Pernambucano* (PE), 01.04.1824

¹¹¹ *Typhis Pernambucano* (PE), 01.04.1824

¹¹² LIMA, Manoel de Oliveira. **Pernambuco e o seu desenvolvimento histórico**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1975. p. 298

¹¹³ NASCIMENTO, Luiz do. *Op. cit.* v. 4. p. 67-74 e p. 81

como “alvo principal da sua catilinária o médico Jerônimo Vilela Tavares, o padre Lopes Gama e Antônio Borges da Fonseca¹¹⁴”.

Os Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco informam que Jerônimo foi o primeiro jornalista em Pernambuco que sofreu, em junho de 1829, agressões físicas, levando um bocado de cacetadas, por razões políticas¹¹⁵. ‘*O Amigo do Povo*’ afirma que Jerônimo foi espancado de “modo que o maltratou bastante¹¹⁶”. O próprio Jerônimo conta que foi assaltado por um indivíduo armado com um cacete e que recebeu duas cacetadas nas costas e duas nos braços¹¹⁷. Na ocasião, Jerônimo acusou ‘*os colunas*’ de serem mandatários da sova que ele sofreu. Dias depois, o jornal ‘*O Constitucional*’ acusou o Major Macedo e o Capitão Leal de mandarem assassinar Jerônimo e afirmou que ambos se “regozijaram com as pauladas que o mesmo levou¹¹⁸”.

Segundo Marcus Carvalho, ‘*os colunas*’ designavam uma abreviatura para os integrantes da “sociedade absolutista Coluna do Trono e do Altar, organizada em 1828 com sólidas ramificações em Pernambuco, no exército, no clero e na burocracia¹¹⁹” e “com a conivência das autoridades¹²⁰”. Em Pernambuco, o vigário Ferreira Barreto e o padre José Marinho Falcão Padilha propagavam, através da imprensa, as doutrinas reacionárias dos colunas¹²¹, que se traduziam na luta apaixonada contra o constitucionalismo¹²².

Em Pernambuco, no contexto de lutas contra ‘*os colunas*’, os liberais ganharam reforços com a fundação de dois periódicos que contavam com a presença do redator Jerônimo Vilela. Em 1829, foi fundado o jornal de Antônio Borges da Fonseca, ‘*Abelha Pernambucana*’, contrária ao absolutismo e “inimiga acríssima dos dois extremos: república e abolicionismo¹²³”. No mesmo ano nasceu ‘*O Constitucional*’, “adstrito à

¹¹⁴ NASCIMENTO, Luiz do. *Op. cit.* v. 4. p. 73

¹¹⁵ **Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco.** Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf>> Acesso em: 08/09/2014

¹¹⁶ Amigo do Povo (PE), 07/06/1829.

¹¹⁷ Diário de Pernambuco (PE), 10.06.2014.

¹¹⁸ O Constitucional (PE), 21.12.1829

¹¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848).** In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009. p. 178

¹²⁰ ATAÍDE, Maria das Graças. **Guarda Nacional em Pernambuco.** Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 1986. p. 91

¹²¹ CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa periódica pernambucana. 1821-1908.** Recife. Tipografia Jornal do Recife. 1908. p.124

¹²² *Ibidem.* p. 127

¹²³ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco.** *Op. cit.* v. 4. p. 69

defesa do sistema constitucional e ao combate sistemático à Coluna do Trono e do Altar¹²⁴”. Jerônimo, em agosto de 1829, atacou os principais veículos do grupo ‘colunático’: “nada é mais fácil do que infringir a lei, ultrapassar as barreiras da decência, e cometer crimes mais atrozes. (...) Neste caso estão os colaboradores e correspondentes do ‘Cruzeiro’ e do ‘Amigo do Povo’¹²⁵”. Alfredo de Carvalho relata que nesse período o ‘Diário de Pernambuco’ foi “um dos mais resistentes baluartes do constitucionalismo, graças à assídua colaboração dos padres Lopes Gama e Venâncio Henrique de Rezende e do cirurgião Jerônimo Vilela Tavares¹²⁶”.

O ano de 1831 foi marcado pela abdicação de D. Pedro I e pela criação do jornal ‘O Carcundão’, que, pela segunda vez na história da caricatura brasileira, inseriu charges em suas publicações (figura 02). Essas ilustrações, segundo Lailson Cavalcanti, satirizavam os restauradores, que advogavam o retorno de D. Pedro I ao poder, e a Sociedade Coluna do Trono e do Altar¹²⁷.



‘O Carcundão’ (PE), 25.04.1831 (figura 02)

¹²⁴ *Ibidem.* v. 4. p. 73

¹²⁵ O Constitucional (PE), 20.08.1828

¹²⁶ CARVALHO, Alfredo de. *Op. cit.* 1908. p. 100

¹²⁷ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. **No princípio era o Carcundão.** Recife. Revista Continente Multicultural. Março. 2007.

Sobre a imagem¹²⁸ da página anterior (figura 02), Hernan Lima, autor da ‘*Historia da Caricatura no Brasil*’, afirmou que do ponto de vista caricatural eram absolutamente nulas, pois, a imagem “é uma vinheta xilografada, com um burro corcunda derrubando a coices uma coluna grega¹²⁹”. Lailson Cavalcanti refuta essa tese afirmando:

“o burro corcunda a que se refere Lima, na verdade, é a representação de um ser humano com cabeça de asno, alegoria muito usada por Francisco de Goya e Lucientes em sua série de ‘*Caprichos*’ para simbolizar a ignorância das elites. Essa figura bípede – e não quadrúpede – não escoiceia, mas, pelo contrário, tenta deter com as mãos a queda de uma coluna que despenca sobre ela¹³⁰”.

A caricatura do ‘*O Carcundão*’ inequivocamente fustiga *os colunas* e sugere a sua derrocada, uma vez que uma coluna partida cai em cima do corcunda. Isso vai ficar claro na segunda imagem publicada dias depois, em que o mesmo corcunda aparece agora “sob uma nuvem negra que saltava raios, soterrado pela coluna quebrada que agora trazia a inscrição em latim: *non plus ultra*” (figura 03). Para Cavalcanti, essa expressão era normalmente escrita em “mapas marítimos para indicar um ponto final a partir do qual não se podia mais prosseguir¹³¹”. O texto escrito abaixo da charge corrobora essa tese, pois o corcunda diz: “Que Vejo?! A Santa Liberdade, que tanto tenho ultrajado, armar-se do raio vingador; o corisco está descarregado: ai!...ai!...ai! eu morro esmagado sob os destroços da Coluna fulminada¹³²”. A caricatura e o texto indicam a derrocada dos ‘*colunas*’, confirmando o temor dos *colunas* apresentado em uma legenda da primeira edição do periódico: “apressemos-nos, o tempo é breve, a existência do Trono e Altar acha-se ameaçada por esses anarquistas niveladores¹³³”.

¹²⁸ O Carcundão (PE), 16.05.1831. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=xx1019&pasta=ano%20183&pesq> Acesso em: 24/09/2014:

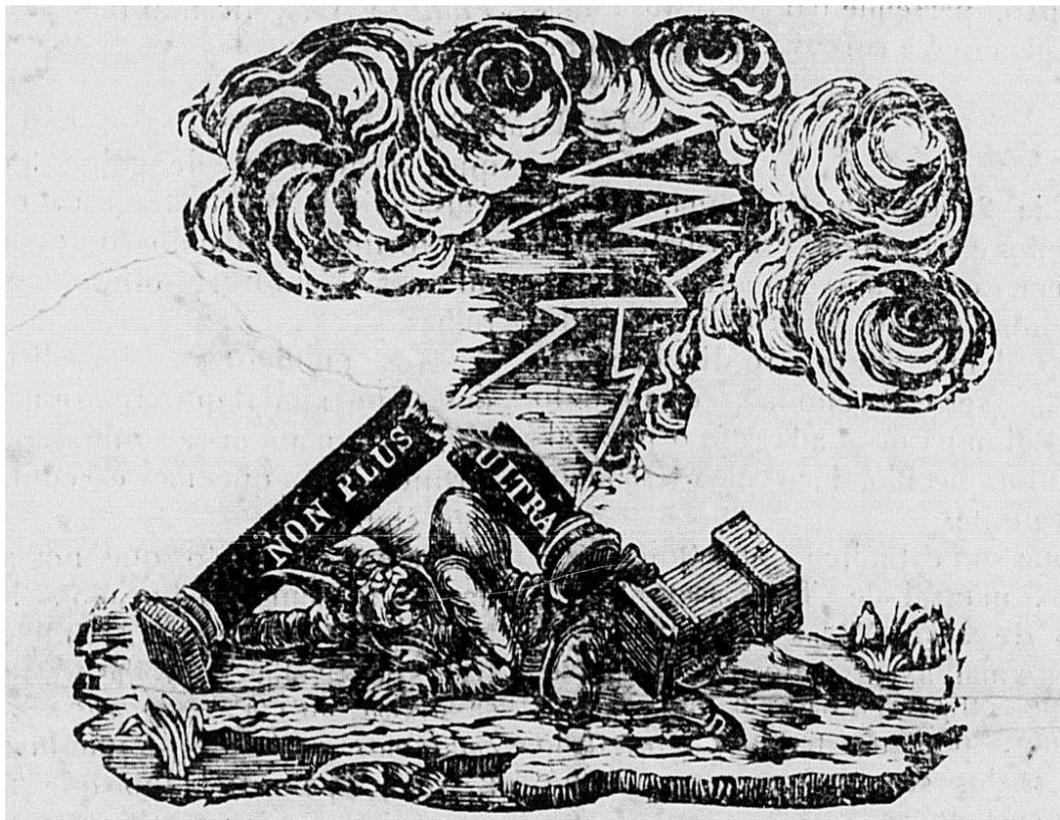
¹²⁹ LIMA, Hernan. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro. José Olympio editora. 1963. Volume I. p. 69

¹³⁰ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. **No princípio era o Carcundão**. *Op. cit.*

¹³¹ *Ibidem.*

¹³² O Carcundão (PE). 16.05.1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=xx1019&PagFis=2&Pesq=> Acesso em: 24/09/2014

¹³³ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. **Historia del humor gráfico en el Brasil**. Espanha. Lleida. Editorial Milênio. 2005. p. 21



‘O Carcundão’ (PE), 16.05.1831 (figura 03)

Depois da abdicação de D. Pedro I, Jerônimo ajudou a fundar e a elaborar o estatuto da Sociedade Patriótica Harmonizadora¹³⁴, “congregando moderados e liderada pelos Cavalcantis e por Maciel Monteiro”, que tinha como fim “sustentar a liberdade legal, promover a ordem pública e a harmonia dos cidadãos¹³⁵”. A Harmonizadora intentava evitar a radicalização da ‘Revolução de 7 de abril’, pois “reconhecia a relevância do 7 de abril para a manutenção do princípio da constitucionalidade, mas também considerava os excessos nativistas e federalistas ameaça à própria constituição e à unidade territorial¹³⁶”. Segundo Pereira da Costa, um dos “primeiros atos da nascente corporação foi a resolução de amparar os filhos das vítimas, mártires de 1817 e 1824, cuidando da sua educação e proporcionando-lhe uma pensão para a sua manutenção¹³⁷”. Afirma também Pereira da Costa que a Harmonizadora prestou

¹³⁴ O OLINDENSE (PE), 08.07.1831

¹³⁵ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. *Op cit.* V.9. p.400

¹³⁶ CARVALHO, Marcus J. M. *Op. cit.* 2009. p. 143

¹³⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. *Op. cit.* v. 9. p. 400

valiosos serviços à ordem pública por ocasião da sedição conhecida por Setembrizada¹³⁸.

A partir de 1832, Jerônimo começou a padecer de uma grave enfermidade que o acometeu pelo período aproximado de quatro anos. Essa moléstia dolorosa e mortal o deixou “acabrunhado e cadavérico, (...) rodeado pela esposa inseparável e nove filhos, sete dos quais de tenríssima idade e em estado de maior precisão”. Essas palavras fortes foram pronunciadas pelo próprio Jerônimo, em artigo publicado pelo *Diário de Pernambuco* de 15 de junho de 1835, quando soube do projeto encaminhado pelo deputado provincial, Gervásio Pires, propondo a sua aposentadoria como cirurgião do Tribunal da Relação; o que acarretaria a queda do seu salário para cerca de um terço do rendimento e que “levaria da boca dos meus tenros filhinhos essas migalhas de pão com que lhes matava a fome¹³⁹”.

Poucos meses depois, Jerônimo Vilela Tavares, cirurgião, jornalista e ex-presos político, faleceu e deixou na orfandade seus filhos; entre estes se destacavam Jerônimo Vilela de Castro Tavares, nascido em 1815 e futuro líder praieiro, e Joaquim Vilela de Castro Tavares, nascido em 1816 e futuro presidente de Província do Ceará, respectivamente, tio e pai de Carneiro Vilela.

A vida para a família Vilela, marcada por privações e necessidades, não foi fácil depois da morte do patriarca. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, convertido em arrimo de família, e ainda cursando a Academia Jurídica de Olinda, tornou-se vice-diretor do Colégio de Órfãos de Olinda. Em 1835, ele recebeu o grau de doutor em ciências jurídicas, depois de “conquistar uma brilhante reputação (...) por sua aplicação e conhecimento (...) a ponto de receber uma medalha de ouro¹⁴⁰” pelos seus méritos acadêmicos. Passou a exercer, a partir de 1836, o cargo de promotor público na comarca de Bonito e posteriormente foi nomeado secretário de governo da presidência da Paraíba. Em 1840, voltou a exercer o cargo de promotor na comarca de Rio Formoso e passado algum tempo foi removido para Garanhuns. Em 1844 ele foi nomeado professor da Academia Jurídica de Olinda¹⁴¹.

¹³⁸ *Ibidem.* p. 401

¹³⁹ *Diário de Pernambuco* (PE), 15.06.1835.

¹⁴⁰ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife. Typographia Universal. 1882. V. 2. p. 433-36

¹⁴¹ *Ibidem.* p. 433-36

Joaquim Vilela também estudou direito em Olinda, enfrentando dificuldades financeiras para conseguir se matricular¹⁴². Em 1836, conquistou o grau de bacharel em direito, sendo, em 1840, nomeado professor da referida academia, com apenas 23 anos de idade; inicialmente foi professor de direito eclesiástico e posteriormente passou a reger a cadeira de direito comercial¹⁴³. Segundo Pereira da Costa, Joaquim, ao longo de sua vida, conquistou glória e renome “não só sobre os seus discípulos que o ouviram com atenção e respeito, como também sobre todos em geral, que sabem distinguir o verdadeiro merecimento e prestar o devido culto à sabedoria¹⁴⁴”.

¹⁴² Academia Pernambucana de Letras (APL). Sessão Patronos da APL. Pasta 8. Discurso de posse do dr. Silvino Lopes na cadeira número 8 (Joaquim Vilela de Castro Tavares)

¹⁴³ Academia Pernambucana de Letras (APL). Sessão Patronos da APL. Pasta 8. Discurso de posse do dr. Silvino Lopes na cadeira número 8 (Joaquim Vilela de Castro Tavares)

¹⁴⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres**. *Op cit.* p. 519-520

1.2 – Os Carneiros: família de fortuna e armas

Francisco Carneiro do Rosário, marchante, sargento-mor e bisavô de Carneiro Vilela, era homem de grossa fortuna. Ele foi proprietário do “Sítio do Lucas, com olaria, casa de vivenda e árvores de frutos, situada à margem do rio Capibaribe, cujas terras constituem hoje o extremo do bairro da Capunga¹⁴⁵”. Francisco foi contratador do subsídio do açúcar e do tabaco em Pernambuco, bem como do subsídio militar da carne da cidade de Olinda e da vila do Recife¹⁴⁶. Como costume entre algumas famílias endinheiradas, mandou o seu filho, Manuel Carneiro Machado Rios, estudar em Portugal, tendo o mesmo passado dez anos no Velho Continente, entre os anos de 1798 a 1807¹⁴⁷.

Francisco Carneiro foi bastante ativo politicamente, participou da Revolução de 1817 e da eleição dos deputados pernambucanos escolhidos para integrar as Cortes portuguesas. Ele também se envolveu na Junta Provisória de Governo, presidida por Gervásio Pires, sendo um dos “participantes com direito a voto na Sessão da Junta de 30 de janeiro de 1822, quando da discussão sobre o embarque de volta a Lisboa de tropas portuguesas ainda estacionadas em Recife. Seu voto pelo retorno daquelas tropas consta na ata da reunião¹⁴⁸”.

Os filhos de Francisco Carneiro do Rosário herdaram o gosto do pai pela política. Manuel Carneiro Machado Rios participou dos eventos relacionados à Convenção de Beberibe, assinando “o documento final como vereador pela Câmara Municipal de Serinhaém¹⁴⁹”. Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios participaram da Confederação do Equador militando em lados opostos, o primeiro ficou ao lado dos

¹⁴⁵ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 7. p. 75. Um outro exemplo da riqueza dos Carneiros pode ser aquilatada em 1857, quando Francisco Carneiro Machado Rios, um dos filhos de Francisco Carneiro do Rosário, doou um terreno entre a Estrada do Manguinho e a Capunga, para a construção da Igreja Nossa Senhora da Graça. Posteriormente, a construção da matriz foi também custeada, em grande parte, pelo doador do terreno.

¹⁴⁶ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 330. Um importante indício da riqueza da família Carneiro pode ser constatado a partir da leitura do processo movido por Estevão Cavalcante de Albuquerque contra a viúva e os herdeiros de Francisco Carneiro do Rosário referente a uma dívida relacionada a venda de 234 bois. Cf: IAHGP (Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco), Caixa 2, Ano 1831. Apelação civil (1824-31)

¹⁴⁷ *Ibidem*. p. 340

¹⁴⁸ MELLO, Antônio Joaquim de. **Biographia de Gervásio Pires Ferreira**. Recife. Typographia Universal. 1859. p. 47-48.

¹⁴⁹ *Idem*. **Biographia de alguns poetas, homens illustres da Província de Pernambuco**. Tomo III. Recife. Typographia Universal. 1859. p. 70.

‘morgadistas’, comandando “a polícia de Afogados, prendendo e maltratando os carvalhistas¹⁵⁰”. Os irmãos Francisco, Manuel e Antônio eram, respectivamente, avô e tios avós do nosso biografado.

Antônio Carneiro Machado Rios aderiu à causa revolucionária, sendo nomeado pelo presidente da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, comandante da companhia de guerrilha da freguesia da Boa Vista¹⁵¹. Quando as tropas legalistas invadiram o Recife, ele comandou uma guarda avançada de guerrilha que fugiu para o Ceará¹⁵². Foi preso ao lado de Frei Caneca em dezembro de 1824 e enviado para o Recife¹⁵³. Chegando ao Recife, Caneca e o seu capitão de guerrilha, Antônio Carneiro, apelidado de ‘carneirinho’, foram presos, juntamente com outros revolucionários de 24, em um “terrível, estreito e imundo calabouço; tão tenebroso que estando nós unidos uns aos outros não nos avistamos porque nem um raio de luz por ele entrava¹⁵⁴”. O calabouço, que media treze palmos de comprimento, “antes servia de armário para guardar as cabeças dos enforcados¹⁵⁵”. Antonio Carneiro passou sete dias nessa ‘masmorra¹⁵⁶’.

No final da década de 1820, Antonio Carneiro¹⁵⁷, militante da causa constitucionalista, integrou a sociedade secreta ‘Jardineira’ ou ‘Carpinteiros de São José¹⁵⁸’, que combateu a ‘Coluna do Trono’, de caráter absolutista.

Na Regência, os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios passaram a militar na facção política de ‘liberais exaltados’¹⁵⁹ e desempenharam papel significativo

¹⁵⁰ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 81 e Diário de Pernambuco, 06/12/1834. Os ‘morgadistas’ eram liderados por Francisco de Paes Barreto, visconde e depois marquês do Recife. A sua nomeação para presidente de província de Pernambuco desencadou a Confederação do Equador. Ele foi nomeado para substituir Manuel de Carvalho Paes de Andrade, líder dos ‘carvalhistas’, presidente eleito da província de Pernambuco.

¹⁵¹ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 9. *Op. cit.* p. 8-9

¹⁵² CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Op. cit.* p. 124.

¹⁵³ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V 9. *Op. cit.* p. 110

¹⁵⁴ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Op. cit.* p. 135

¹⁵⁵ *Ibidem.* p. 134

¹⁵⁶ *Ibidem.* p. 135

¹⁵⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V 9. *Op. cit.* p. 293

¹⁵⁸ SANTOS, Mário Márcio. **Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca**. João Pessoa. União editora. 1994. p. 33-34. CARVALHO, Marcus J. M. de. A “**República dos Afogados**”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador. In: Simpósio nacional de história. 20. 1999. Florianópolis. História: fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 487. FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife. Editora Universitária da UFPE.1996. p. 194

na política desse período. Francisco foi vereador do Recife por vários mandatos. Antônio e Francisco integraram a Sociedade Federal¹⁶⁰, que congregava liberais exaltados ansiosos “com a possibilidade de instituição de reformas federalistas, cujo corolário traria necessariamente o autogoverno, o controle local das forças militares, bem como das rendas provinciais¹⁶¹”. Os Carneiros possuíam alta patente da Guarda Nacional e “eram líderes populares entre as camadas mais baixas da população da capital¹⁶²”. Ambos ocuparam o cargo de juiz de paz por vários mandatos e foram eleitos deputados para a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco em 1834¹⁶³.

Vinculados às artes de Marte, os irmãos Carneiros tiveram participação ativa no tumultuado período regencial. Antônio foi um dos responsáveis pela repressão à *Setembrizada*¹⁶⁴ e à *Abrilada*¹⁶⁵. Francisco Carneiro também contribuiu na repressão à *Setembrizada*¹⁶⁶ e à *Novembrada*¹⁶⁷. Sobre este último, Wellington da Silva, afirma que era um “homem talhado para os conflitos e divergências políticas – dentro e fora do partido no qual ele militava¹⁶⁸”.

¹⁵⁹ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)**. Natal: Ampuh. XXVII simpósio nacional de história. 2013. p. 2

¹⁶⁰ FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)**. João Pessoa.: Revista Saeculum .Jan./jun. 2006. p. 68

¹⁶¹ *Ibidem*. p. 72

¹⁶² CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Recife. Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 2005. p. 123

¹⁶³ MELO, Jonas. **Memória Legislativa**. Recife. Editora da UFPE. 1996. p. 45-46 Padre Lopes Gama, campeão de votos, obteve 531 votos. Antonio obteve 207 votos e Francisco 150.

¹⁶⁴ NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Op cit.* 1999. p. 128

¹⁶⁵ COSTA, Francisco A. Pereira da. *op. cit.* 1983. v. 9. p. 475-76. Cf: NEVES, Lucia Maria Bastos. *Op cit.* p. 128 “A Abrilada de 1832, sendo composta na maior parte de portugueses que controlavam o comércio retalhista local, reivindicou a restauração de Pedro I no trono”. Cf: CARVALHO, Marcus J. M. *Op. cit.* 2009. p. 140. “A abrilada em 1832 foi uma reação contra as demissões implementadas, ou mesmo apenas prometidas, depois do 7 de abril”

¹⁶⁶ Diário Novo (PE), 12.09.1844

¹⁶⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 9. *Op. cit.* p. 444 Cf: NEVES, Lucia Maria Bastos. *Op cit.* p. 128. A Novembrada, ocorrida em 1831, “consistiu numa insurreição que exigia a expulsão dos portugueses, a proibição da imigração lusa para a província e a exoneração dos funcionários governamentais, chamados de corcundas ou absolutistas”. Cf: CARVALHO, Marcus J. M. *Op. cit.* 2009. p. 144-45 “Em novembro de 1831, um grupo de oficiais levantou-se na Fortaleza das Cinco Pontas. Exigiam a demissão de vários oficiais de milícias e ordenanças, e dos portugueses remanescentes na primeira linha. Uma das reivindicações interessava à massa local de desempregados: a expulsão de todos os cidadãos portugueses solteiros que possuíssem menos de dois contos de réis em bens ou renda”.

¹⁶⁸ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre A Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais do Recife do século XIX (1830-50)**. Recife. Tese de Doutorado em História. UFPE. 2003. p. 233

A *Setembrizada* foi um levante de soldados, com a adesão das camadas populares do Recife, que eclodiu em setembro de 1831¹⁶⁹. A ‘soldadesca desenfreada’ reinou durante 36 horas nas principais ruas da cidade e promoveu saques em 33 tabernas e 43 lojas. Posteriormente, as forças da ordem iniciaram uma brutal repressão, fato que levou ao cárcere aproximadamente 1000 pessoas, muitos enviados para Fernando de Noronha¹⁷⁰. A repressão deixou marcas no imaginário popular. O local onde ocorreram fuzilamentos sumários de soldados pelas forças repressivas ganhou fama de mal assombrado, pois populares diziam que escutavam o choro dos soldados assassinados. É possível que os irmãos Carneiros, que integraram as forças repressivas, tenham participado do massacre ocorrido no bairro da Boa Vista numa região nomeada pelo povo como ‘chora-menino’.

Os irmãos Carneiros ainda lutaram contra os *Cabanos*¹⁷¹ nas matas do vale do rio Jacuípe e de Panelas, na fronteira entre Pernambuco e Alagoas. Alfredo de Carvalho afirma que o “teatro da guerra ficou circunscrito à zona silvestre limítrofe de Alagoas¹⁷²”. Em março de 1834, as tropas alcançaram a cifra aproximada de 4000 homens cercando o perímetro das matas cabanas¹⁷³. Grande parte dessa tropa foi liderada pelos Carneiros.

Na Guerra dos Cabanos, os irmãos Carneiros ocuparam postos de destaque¹⁷⁴. Antônio Carneiro, tenente coronel chefe da Legião, em um *ultimatum* aos revoltosos, apresentou-se como um “patrício cujo nome talvez não seja incógnito desde 24” e anunciou que caso não se rendessem em 48h, os revoltosos seriam “caçados no recinto dos vossos bosques, e espingardeados como lobos sedentos de nosso sangue¹⁷⁵”.

¹⁶⁹ NEVES, Lucia Maria Bastos. *Op cit.* p. 128.

¹⁷⁰ CARVALHO, Marcus J. M. **Movimentos sociais: Pernambuco 1831-1848.** *Op. cit.* p. 140

¹⁷¹ *Ibidem.* p. 155-158. A história da Guerra dos Cabanos ou Cabanada, 1832-35, começou “com o protesto de militares insatisfeitos, apoiados pelos proprietários rurais e urbanos, que viram seus adversários ascenderem após o 7 de abril”. (...) Posteriormente, a Cabanada significou a luta pela terra ocupada por “posseiros pobres, escravos aquilombados e índios” na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Dessa maneira a Cabanada significou a “conquista das matas pelo capitalismo agrário”. (...) “A Cabanada envolveu índios e posseiros que viviam nas e das matas nos limites da fronteira até onde onde iam as plantações de cana-de-açúcar. Envolveu também quilombolas acolhidos pela floresta”.

¹⁷² CARVALHO, Alfredo. **As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos 1834-35.** In DANTAS, Leonardo (org). **A República em Pernambuco.** Recife. Fundaj Editora Massangana. 1989. p. 135

¹⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. **Movimentos sociais: Pernambuco 1831-1848.** *Op. cit.* p. 157

¹⁷⁴ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”:** a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 82

¹⁷⁵ Diário de Pernambuco (PE), 17.03.1834

Em 1834, em plena Guerra dos Cabanos, os irmãos Carneiros abriram uma tipografia e passaram a publicar o jornal ‘*Razão e Verdade*’, em franca oposição ao presidente de província, Manuel de Carvalho Paes de Andrade: “o Carvalho bem que podia ter deixado ficar lá pela sua Inglaterra e não vir outra vez a Pernambuco para de novo o envolver nas mesmas desgraças que o envolveram em 24¹⁷⁶”. Antonio Carneiro argumentou em seu periódico que Pernambuco é escravo do Rio de Janeiro e que de lá “saía o ouro para as Províncias com o intuito de comprar adesistas e perseguir os liberais¹⁷⁷”. Afirma Cavalcanti Júnior que os Carneiros foram inicialmente aliados de Manuel Carvalho, mas posteriormente não se sentiam atendidos pelo seu governo. Os Carneiros desejavam conquistar cargos, pois “estar bem inserido na máquina de poder representava a possibilidade de ganhos materiais e de exercer influência sobre um grande número de pessoas¹⁷⁸”. Antonio Carneiro, “envolvido com obras públicas, desde, pelo menos, 1832¹⁷⁹”, possivelmente não estava satisfeito com a fatia de influência que possuía no governo Carvalhista. Além disso, segundo Cavalcanti, os irmãos Carneiros “gostavam mais de comandar e eram difíceis no que dizia respeito a receber ordens. Foi este um dos principais fatores que levaram ao crescente afastamento dos Carneiros em relação ao presidente¹⁸⁰”.

Entre os anos de 1834-35, os irmãos Carneiros se envolveram em três ‘pronunciamentos militares’, conhecidos como as ‘Carneiradas’.

O primeiro desses eventos ocorreu em janeiro de 1834. Os tenentes coronéis Antonio e Francisco Carneiro, diante das tropas dos batalhões da Guarda Nacional dos bairros do Recife, Olinda, Santo Antônio e Boa Vista, dirigiram uma proclamação aos ‘Dignos e Livres Pernambucanos’ exigindo, do presidente de província, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, medidas enérgicas com o intuito de derrotar os cabanos das matas de Panelas e Jacuípe. Francisco de Paula não aguentou a pressão, e, alegando doença, renunciou ao cargo, sendo substituído por Manuel de Carvalho Paes

¹⁷⁶ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 4. *Op. cit.* p. 129

¹⁷⁷ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”**: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 83

¹⁷⁸ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)**. *Op. cit.* p. 10

¹⁷⁹ Diário de Pernambuco (PE), 14.03.1832

¹⁸⁰ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)**. *Op. cit.* p. 10

de Andrade¹⁸¹. Dias depois, os Carneiros marcharam para o teatro da guerra: Francisco comandando o 1º Batalhão Expedicionário e Antônio liderando toda a tropa¹⁸².

O segundo ‘pronunciamento’, ocorrido em janeiro de 1835, foi muito mais violento que o primeiro. Antônio marchou junto aos seus irmãos, João e Joaquim Carneiro, em direção ao Palácio de Governo, com a intenção de depor o presidente de província. Manuel Carvalho não se intimidou e abriu fogo, fato que provocou a fuga da pequena tropa liderada por Antônio Carneiro¹⁸³.

A terceira Carneirada ocorreu em março de 1835, quando Francisco e Antônio Carneiro tomaram, com uma tropa de 160 soldados, o quartel do batalhão da Guarda Nacional do Poço da Panela, apossando-se de trinta granadeiras e alguns cartuchos. O presidente de província não titubeou e mandou uma força comandada pelo tenente-coronel José Joaquim Coelho perseguir os sediciosos¹⁸⁴. Os Carneiros fugiram em direção à Goiana e invadiram essa povoação, sendo depois dispersados por tropas do governo. Diz Alfredo de Carvalho que os Carneiros fugiram para as matas do Catucá, “refúgio tradicional de todas as convulsões pernambucanas¹⁸⁵”.

Para Alfredo de Carvalho os irmãos Carneiros eram “tipos acabados de aventureiros políticos, pululando então às centenas por toda a América Latina¹⁸⁶”, que “utilizavam dos pronunciamentos militares e eram alçados à condição de salvadores da pátria¹⁸⁷”. Mário Marcio considerou os irmãos Carneiros demagogos, que se aproveitaram da difícil situação econômica da época para despertar, entre os homens livres pobres, “vagos sonhos de poder e esperança de justiça¹⁸⁸”. Socorro Ferraz enxergou as Carneiradas a partir de dois ângulos:

“uma tentativa de preenchimento de vazio de poder provocado pelos conflitos entre as facções de classe dominante do norte e do sul do Império; um reflexo da insatisfação das populações urbanas com a

¹⁸¹ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 10. *Op. cit.* p. 5

¹⁸² CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 86

¹⁸³ CARVALHO, Alfredo. *Op. cit.* p. 147

¹⁸⁴ *Ibidem.* p. 150-151

¹⁸⁵ *Ibidem.* p. 152

¹⁸⁶ *Ibidem.* p. 136

¹⁸⁷ *Ibidem.* p. 136.

¹⁸⁸ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **As Carneiradas**. In: *Clio – Revista do Curso de Mestrado em História*. nº 3. Recife: UFPE, 1980. p. 91-103. *Apud* CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 108

maneira pela qual os dirigentes políticos lidavam com as questões econômica e social da Província de Pernambuco¹⁸⁹”.

Para Cavalcanti Júnior, os eventos promovidos pelos irmãos Carneiros

“devem ser analisados dentro do quadro de disputa política que se desenrolava na época. (...) Desta forma percebe-se que os Carneiros não eram meros aventureiros políticos. Suas ações foram desenvolvidas dentro de uma lógica de luta entre facções políticas e planejadas para atingir objetivos claros: derrubar um Presidente de Província e enfraquecer o lado adversário. Exigir deles coerência ideológica soa anacrônico. (...) A coerência maior girava em torno da luta pura e simples pelo poder, o que resultaria no controle de nomeações, acesso aos recursos do Estado, influência política e domínio do aparelho repressivo estatal. (...) Os Carneiros e seus aliados de ocasião, como os Cavalcantis, não atingiram de imediato o seu intento principal: tirar à força Manoel de Carvalho da presidência. Mas ele saiu por ordem do próprio Gabinete¹⁹⁰”.

Por conta dos repetidos pronunciamentos militares, os irmãos Carneiros conquistaram uma péssima fama entre os seus adversários: “os Srs. Carneiros são fúria, são o emblema da anarquia, os protetores dos assassinos, introdutores da discórdia entre seus patrícios, inquietadores do sossego público, inimigos ferozes de todos os governos e de todas as autoridades legítimas¹⁹¹”. Ao contrário do que afirmavam os seus aliados:

“todo o Pernambuco sabe a popularidade de que goza o Sr. Carneiro em consequência de sua dedicação a coisa pública, a que tem sacrificado muitas vezes os seus bens e até a própria vida. Por estas ribeiras ainda não se apagarão da memória os serviços por ele prestados na célebre cabanada¹⁹²”.

¹⁸⁹ FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife. Editora Universitária da UFPE. 1996. p. 205-206. *Apud* CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 108

¹⁹⁰ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. “**O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37). *Op. cit.* p. 109

¹⁹¹ Diário Novo (PE), 29.05.1845

¹⁹² Diário Novo (PE), 19.09.1845

1.3 – A união entre os Carneiros e os Vilelas

Corria o ano de 1846 quando Maria Madalena Carneiro Rios deu à luz ao seu filho, Joaquim Maria Carneiro Vilela, rebento de Joaquim Vilela de Castro Tavares, lente da faculdade de direito do Recife, jornalista e deputado provincial por Pernambuco. Nasceu em casa, como era costume no Recife oitocentista. Nasceu numa família visceralmente envolvida com assuntos políticos, num tempo sacudido por uma renhida luta política entre ‘baronistas’ e ‘praieiros’. Vilela veio ao mundo em berço ‘praieiro’, epíteto dos integrantes do Partido Nacional de Pernambuco, que agitavam as suas bandeiras contra as hostes ‘baronistas’ do Partido Conservador. Vilela foi batizado no final do ano de 1846 pelo reverendo Francisco Muniz Tavares, tendo como padrinhos os seus avós maternos Francisco Carneiro Machado Rios e Cândida Tereza Vilela Rios¹⁹³.

As núpcias dos pais de Carneiro Vilela, em 1844, representaram o amálgama que uniu as famílias Carneiro e Vilela, envolvidas nas lutas políticas desde 1817, ano da ‘Revolução dos Padres’. O casamento certamente fortaleceu a aliança política entre as duas famílias. De um lado os Carneiros, senhores de certa fortuna e versados nas artes de Marte¹⁹⁴, de outro os Vilelas, com imenso cabedal intelectual, quase uma ‘casta’ de jornalistas¹⁹⁵. As eleições gerais de 1844 para juiz de paz, vereador, deputado geral e provincial, com a vitória do Partido da Praia, mostram essa aliança em movimento, bem como o seu sucesso.

Joaquim Vilela de Castro Tavares foi eleito juiz de paz na recém-criada freguesia de São José do Ribamar que fora desmembrada da maior freguesia da capital: a de Santo Antonio¹⁹⁶, numa eleição marcada por denúncias de fraudes eleitorais, uma vez que “indivíduos rodearam a mesa, cerraram-se para impedir o acesso dos moradores

¹⁹³ Certidão de idade de Joaquim Maria Carneiro Vilela. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife (PE). Livro 14.

¹⁹⁴ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. *“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife*. Recife. Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 2001. p. 43 Os Carneiros, segundo Cavalcanti Junior eram “nomes bastante populares e de tradição de luta contra os portugueses, tinham influência entre os soldados, pois Antonio Carneiro era tenente coronel do corpo de Artilharia. Eles seriam peças fundamentais para as pretensões eleitorais dos praieiros nas eleições de 1844”.

¹⁹⁵ NASCIMENTO, Luiz. *História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954*. Vol 2. *Op. Cit.* p. 12. Entre os jornalistas “de escol, panfletários, polemistas ou doutrinários”, elencados por Luiz Nascimento, destacam-se “o médico baiano Jerônimo Vilela Tavares, seus filhos pernambucanos Jerônimo e Joaquim Vilela de Castro Tavares e seu neto Joaquim Maria Carneiro Vilela”.

¹⁹⁶ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. *“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife*. *Op. cit.* p. 83

da freguesia, encheram a urna de maços e maços de cédulas; e quando ficou pejada, deu-se por findo o recebimento que durou 10 minutos¹⁹⁷”. Para Richard Graham, a escolha do juiz de paz era a ‘chave da eleição’, pois este integrava a mesa eleitoral e dirigia os trabalhos eleitorais¹⁹⁸.

Nessa eleição, Antonio Carneiro Machado Rios exercia o cargo de juiz de paz na freguesia da Boa Vista, reduto eleitoral dos irmãos Carneiros Rios, “sendo um dos centros de arregimentação dos componentes das manifestações populares que estas eleições iriam testemunhar¹⁹⁹”. Após uma manobra do grupo baronista para enfraquecer os praieiros, com a aprovação de uma lei na Câmara Municipal do Recife, a Boa Vista foi dividida em três distritos eleitorais. Depois da eleição, os irmãos Carneiros Rios saíram vitoriosos no 1º e 3º distritos, vencendo respectivamente Antonio e Joaquim Carneiro Machado Rios, ambos tios avôs de Carneiro Vilela. Essa eleição foi marcada, segundo o *Diário Novo*, pela tentativa de assassinato de Antônio Carneiro²⁰⁰. Já o jornal de oposição *O Guararapes*, acusa Antônio Carneiro de comprar navalhas e distribuí-las entre os seus correligionários²⁰¹.

Concluída a escolha dos juízes de paz dos distritos recém-instituídos, iniciou-se o processo de elaboração das listas de votantes de cada freguesia; tarefa desempenhada pelo pároco, subdelegado e juiz de paz. Essa segunda etapa do pleito, que elegeria vereadores e juízes de paz, foi marcada por diversas denúncias de fraudes e por muita violência. Em São José, por exemplo, segundo o *Diário de Pernambuco*, o juiz de paz Joaquim Vilela de Castro Tavares qualificou apenas os seus comparsas praieiros²⁰².

O tenente coronel da Guarda Nacional Francisco Carneiro Machado Rios foi lançado pelo seu grupo político candidato a vereador da Câmara Municipal do Recife e juiz de paz pela freguesia de Afogados. Nessa povoação, as eleições foram marcadas por imensa tensão. Segundo Cavalcanti Júnior, “os jornais baronistas denunciaram a participação de muitos líderes da Praia naqueles eventos”, como os “irmãos Joaquim,

¹⁹⁷ *Diário de Pernambuco* (PE), 05.08.1844

¹⁹⁸ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997. p. 146

¹⁹⁹ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife**. *Op. cit.* p. 88

²⁰⁰ *Diário Novo* (PE), 21.08.1844 e 22.8.44

²⁰¹ *O Guararapes* (PE), 17.08.44

²⁰² CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. **“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife**. *Op. cit.* p. 95

Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, juntos com o juiz de direito Nunes Machado e o capitão de cavalaria Pedro Ivo”, bem como o juiz de paz de São José, Joaquim Vilela de Castro Tavares, genro do candidato²⁰³. Sobre a sua participação nesses eventos, Joaquim Vilela assim se justifica: “entendi que deveria oferecer o meu contingente para o restabelecimento da ordem” e ajudar meu sogro e amigo a “livrar-se da coação em que queria por o Sr. Manuel Joaquim do Rego e Albuquerque²⁰⁴”.

Em Afogados, Francisco Carneiro, candidato preferido da Praia, desentendeu-se com Manuel Joaquim, subdelegado e juiz de paz da referida freguesia²⁰⁵. Manuel não gostou de ser preterido pelo grupo praieiro e resolveu agir, indicando nomes de sua confiança para compor a mesa eleitoral. O ‘povo’ ficou inconformado com os nomes escolhidos e o tumulto começou no interior da igreja em que se realizaria a eleição. O subdelegado não titubeou e convocou uma companhia da Guarda Nacional para manter a ‘ordem’. Entretanto a tensão não diminuiu, pois a chegada de uma ‘milícia’ de aproximadamente cem pessoas oriundas dos bairros centrais do Recife, ligada a Francisco Carneiro, deixou a situação mais explosiva. Na confusão um homem foi ferido na cabeça. Com muito custo as forças da ordem conseguiram dispersar a multidão, sendo a eleição adiada para o dia seguinte²⁰⁶.

As milícias praieiras, depois de saírem de Afogados, apavoram parte da cidade promovendo um fecha-fecha do comércio e uma onda de violências, sobretudo contra os portugueses. Muitos portugueses desesperados embarcaram em navios estacionados no porto e um jornal da época temeu que se repetissem os trágicos eventos da *setembrizada*²⁰⁷. Para Bruno Câmara, a eleição de 1844 “marcou o ressurgimento do antilusitanismo instaurando o terror e a insegurança na comunidade portuguesa²⁰⁸”.

Francisco Carneiro ficou como segundo suplente para vereador com 4629 votos²⁰⁹ e venceu para juiz de paz²¹⁰. É possível constatar em Afogados a atuação da

²⁰³ *Ibidem.* . p. 100

²⁰⁴ Diário Novo (PE), 16.09.1844

²⁰⁵ Diário Novo (PE), 12.09.1844

²⁰⁶ CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. *“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife.* *Op. cit.* p. 95

²⁰⁷ *Ibidem.* p. 101

²⁰⁸ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870.* Recife: Tese de Doutorado em História. UFPE. 2012. *Op cit.* p. 16

²⁰⁹ Diário de Pernambuco (PE), 12.11.1844

²¹⁰ Diário Novo (PE), 16.04.1847

aliança dos Carneiros e Vilelas mobilizada para vencer as eleições de postos estratégicos da administração provincial. Os Carneiros, Antonio e Joaquim, deslocaram-se da Boa Vista para ajudar o seu irmão, Francisco. Já o genro deste, Joaquim Tavares, moveu-se de São José para ajudá-lo. Todos acompanhados de farta clientela armada.

A última etapa do processo eleitoral culminou com a escolha dos 13 deputados gerais pela província de Pernambuco, bem como dos 39 deputados provinciais. A pequena oligarquia ‘Carneiro-Vilela’ saiu fortalecida desse pleito, com a vitória de Antônio Carneiro Machado Rios²¹¹ e Joaquim Vilela de Castro Tavares²¹² para deputado provincial e Jerônimo Vilela de Castro Tavares²¹³ para deputado geral. Além da relevante vitória nas eleições de 1844, Francisco Carneiro²¹⁴ foi nomeado tenente coronel chefe do 5º Batalhão da Guarda Nacional do Recife e subdelegado da freguesia de Afogados; Antônio Carneiro²¹⁵ foi nomeado comandante do corpo de polícia e Jerônimo Vilela conquistou uma vaga de lente da faculdade de direito, inicialmente dedicando-se à matéria de direito civil²¹⁶. Ele foi o último lente nomeado para Olinda²¹⁷.

Entre 1844 e 1847, a ‘rede’ construída pelos Carneiros e Vilelas atingiu o seu zênite. As duas famílias ocupavam postos relevantes na administração pública, bem como mantinham uma ativa participação no jornalismo político, com destaque para os irmãos Jerônimo e Joaquim Vilela de Castro Tavares.

Um episódio ocorrido em dia 25 de setembro 1845 contribuiu para revelar as engrenagens da aliança entre os Carneiros e os Vilelas. Nesse dia a cidade foi varrida por gritos de ‘mata marinheiro’²¹⁸; o estopim para a ira da ‘população’ contra os

²¹¹ CAMPELO, Neto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial, 1923. Antonio Carneiro foi deputado provincial pernambucano nas seguintes legislaturas: 1835-37 (1ª), 1837-39(2ª), 1839-41(3ª), 1841-43(4ª), 1845-47 (6ª), 1847-49 (7ª), 1849-51 (8ª), 1851-53 (9ª).

²¹² *Ibidem*. Joaquim Vilela de Castro Tavares foi deputado provincial pernambucano nas seguintes legislaturas: 1845-47 (6ª), 1847-49 (7ª) e deputado geral na 8ª legislatura (1850-52).

²¹³ *Ibidem*. Jerônimo Vilela de Castro Tavares foi deputado geral nas seguintes legislaturas: 1845-47 (6ª), 1848 (7ª), 1857-60 (10ª; eleito pelo 10º distrito), 1861-64(11ª; eleito pelo 4º distrito).

²¹⁴ Diário Novo (PE), 28.06.1845

²¹⁵ Diário Novo (PE), 14.06.1845

²¹⁶ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Brasília; Senado Federal, 1979. P XXXI

²¹⁷ BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves. 1927. Vol. 2. p. 29

²¹⁸ “Entre os anos de 1844 e 1848, aconteceram cerca de sete manifestações de rua, em que o alvo principal dos amotinados era a comunidade portuguesa residente na cidade”. (...) “A queda do padrão de vida na cidade do Recife deve ter ajudado, em parte, a insuflar a ira dos populares contra os portugueses nas manifestações de rua nos anos de 1840”. Cf. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. *Op. cit.* p. 117-118. Sobre o antilusitanismo: manifestou-se em todas as camadas sociais; aparece como afirmação de

portugueses foi o suposto assassinato, por adversários políticos, do subdelegado da freguesia de Afogados, Francisco Carneiro Machado Rios. Sinos do Convento de São Francisco ecoaram dobres fúnebres. A cidade se agitou; uma multidão, “formada pela ‘gentalha em massa’, como classificou o *Diário de Pernambuco*, saiu de Afogados²¹⁹”. O comércio fechou as portas. O comandante do corpo de polícia e deputado provincial, Antonio Carneiro Machado Rios, com uma forte escolta policial, agitou a sua espada para vingar a ‘morte’ do irmão e correligionário. O assassinato, entretanto, era jogo de cena dos irmãos Carneiros, senhores de enorme popularidade e prestígio entre as camadas populares citadinas, para mostrar ao presidente de Província, Chichorro da Gama, a sua força e prestígio junto ao ‘povão’, e dessa maneira, pressioná-lo para obter mais espaço na administração provincial²²⁰.

Alguns dias depois do ocorrido, Jerônimo Vilela Castro Tavares, um dos mais ativos jornalistas praieiros²²¹ e deputado geral, acusou no ‘*O Aràra*’, pasquim de sua lavra, o tenente coronel Manuel Joaquim do Rego e Albuquerque²²², cujo apelido servia de título ao jornal, de encomendar a morte, por motivos políticos, do sogro do seu irmão, Francisco Carneiro²²³. O jornal, irônico, além do texto impresso, atacou e ridicularizou, numa caricatura em xilogravura (figura 04), o Aràra,

uma nacionalidade em construção; representa uma repulsa aos portugueses nas forças armadas, nos cargos públicos, na administração e no comércio. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870.** *Op. cit.* p. 23 e 28

²¹⁹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O Recife e os motins anti lusitanos nos anos que antecederam a Revolução Praieira.** In: SILVA, Wellington Barbosa (org.). **Uma cidade várias histórias: o Recife no século XIX.** Recife. Editora Bagaço. 2012. p. 105

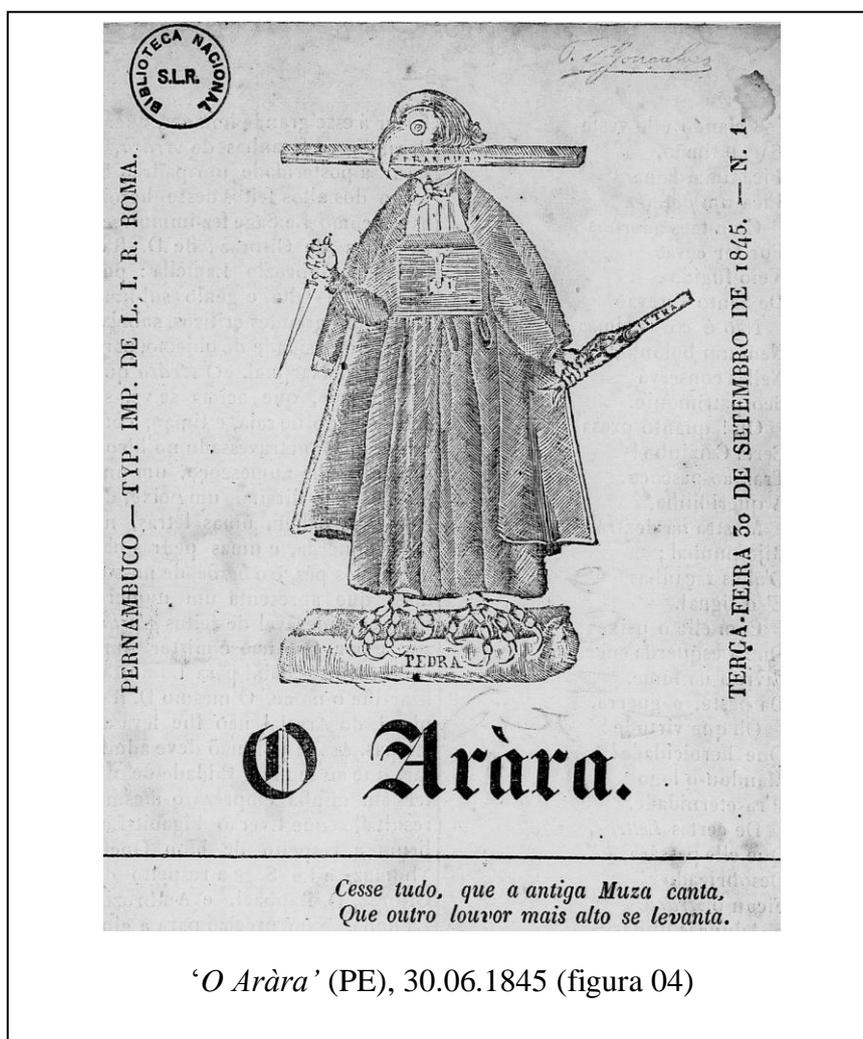
²²⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira.** *Op. cit.* p. 140

²²¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954.** V. 2. p. 36 e V. 4, p. 174-312. *Op. cit.* Jerônimo Vilela de Castro Tavares escreveu entre os anos de 1842-51 nos seguintes jornais pernambucanos: “Diário Novo” (1842-48), “O Guarda Nacional (1842-49)”, “O Indígena” (1843-44), “O Cometa” (1843-46), “O João Pobre” (1844-45), “A Marmota” (1844), “O Azorrague” (1845-46), “O Artista”, “A Barca de Vigia”, “A Tempestade”, “O Arara” (1845-46), “Bezerro de Pera” (1846), “Eleitor de Pernambuco” (1847), “O Artista” (1847), “A Tempestade” (1847), “Vapor Califórnia” (1847-49)

²²² O tenente coronel Manuel Joaquim do Rego e Albuquerque é um antigo desafeto de Francisco Carneiro Machado Rios. As trocas de acusações entre ambos foram marcadas por um tom nada amistoso. Ambos disputaram o cargo de Juiz de Paz nas eleições de 1844, sendo derrotado o tenente coronel Manuel Joaquim. No jornal ‘Diário Novo’, em 12/9/1844, Francisco se defende de uma acusação do Sr. Manuel, que afirma ‘que Francisco é anarquista e nunca desembainhou a espada em favor da ordem’. No mesmo jornal, em 16.09.1844, o Sr Manuel é acusado de ‘assassinar a lei, plantar o susto e o terror’.

²²³ O Arara (PE), 11.10.1845.

“que se acha vestido de saia e timão, com um pranchão atravessando o bico; uma caixinha no pescoço, um punhal na mão direita; um peixe de cuja boca saem umas letras, na mão esquerda, e umas pedras nas unhas dos pés, é o herói dos nossos dias, que apresenta um número considerável de feitos *gloriosos*, e por isso não é mister uma pena muito hábil para imortalizar-lhe o nome²²⁴”.



‘O Aràra’ (PE), 30.06.1845 (figura 04)

O punhal na mão direita é possivelmente uma referência às intenções homicidas do Aràra, que segundo o jornal chegou a comemorar o suposto sucesso do seu plano, ‘transbordando de júbilo’, ‘emborcando quatro garrafas’ e gritando pelas ruas ‘vi...va a mor...te do... Car...nei...ro! que... me... de...u... tan...to des...gos...to!’, depois que o boato do assassinato tomou a cidade²²⁵. Afirmo também o jornal que o povo se ia mostrando indignado com atentando “tão horroroso (...) e como se a justiça pública já o

²²⁴ O Arara (PE), 30.09.1845

²²⁵ O Arara (PE), 30.09.1845

procurasse para descarregar sobre sua cabeça a inexorável espada de Themis, fuge precipitadamente²²⁶” o Arara. Esse episódio demonstra que Jerônimo Vilela mobilizou a sua pena para defender Francisco Carneiro, aliado político e sogro do seu irmão. Alguns meses antes, Jerônimo Vilela defendeu, no jornal ‘Azorrague’, o mesmo Francisco Carneiro, “alvo de tremenda saraivada de impropérios²²⁷” do pasquim ‘*Liberal Afogadense*’, depois que este foi nomeado subdelegado de polícia de Afogados²²⁸.

Nas suas lides cotidianas, o jornalista político, além de defender com unhas e dentes os correligionários, agia “num dos ramos do aparelho ideológico de manutenção do *status quo*, por meio da formação e controle de opiniões e estimulando atitudes e comportamentos²²⁹”.

As “produções mais virulentas, apresentadas pelos pasquins, ficaram praticamente sob o encargo do deputado Jerônimo Vilela, que apareceu na redação de quase todos os pequenos jornais da Praia²³⁰”. Além do ‘*O Arara*’ e do ‘*Azorrague*’, ele redigiu o irônico jornaleco ‘*O João Pobre*’, atacando o então deputado conservador José Thomas Nabuco de Araújo. Luciano Magno afirma que este jornal “trazia no seu cabeçalho uma caricatura de uma garça, em refinado desenho²³¹”, representando o referido deputado, personificado em ave, acusado de ‘sem vergonha’, ‘sem princípios’, ‘nojento’, ‘vagabundo’, “com natureza de bicho e bicho de rapina, e com figura de homem, pois até traja casaca²³²”. O jornal diz que à “custa de treta e adulações já se elevava a ponto de representar na assembleia geral” a província de Pernambuco, vindo daí grossa pescaria²³³. Na página seguinte é possível observar a referida caricatura (figura 05):

²²⁶ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. V. 4. *Op. cit.* p. 235. Segundo Nascimento, o Arara circulou de 30.09.1845 até 28.01.1846. O jornal defendeu Francisco Carneiro Machado Rios.

²²⁷ *Ibidem.* v. 4, p. 221

²²⁸ *ibidem.* v. 4, p. 234

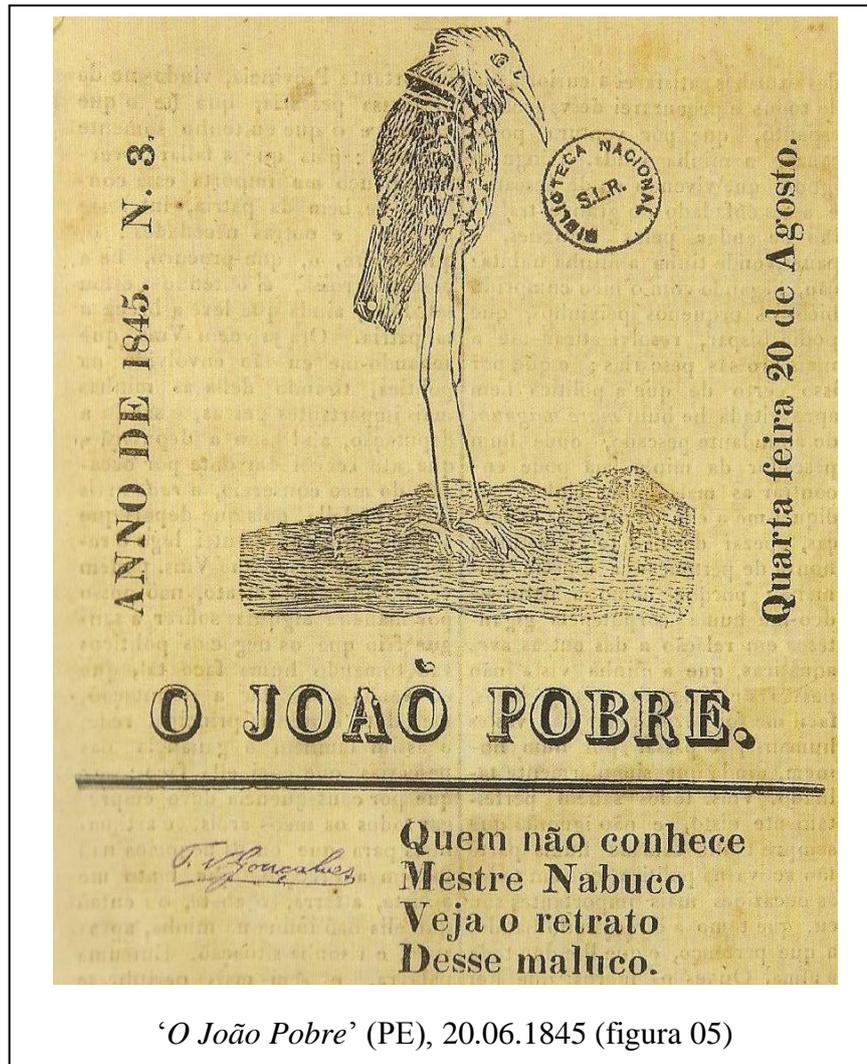
²²⁹ MARSON, Izabel Andrade. **Imprensa, ideologia, poder político**. São Paulo. Editora Moderna. 1980. p. 63

²³⁰ *Ibidem.* p. 43.

²³¹ MAGNO, Luciano. *Op. cit.* p. 99

²³² *Ibidem.* p. 100

²³³ *Ibidem.* p. 100



‘O João Pobre’ (PE), 20.06.1845 (figura 05)

Parte da aliança entre os Carneiros e os Vilelas rachou em 1847, com o advento do grupo político ‘Praia Nova’. Insatisfeitos com a divisão do poder, Joaquim Vilela, Antonio e Francisco Carneiro, passaram a fazer oposição ao Partido Praieiro, chamado a partir dessa cisão de ‘Praia Velha’. Jerônimo Vilela permaneceu do lado praieiro, ocupando o cargo de secretário da presidência de província²³⁴. A oposição ao grupo ‘Praia Nova’ custou caro a Francisco Carneiro que foi demitido do cargo de subdelegado da freguesia de Afogados²³⁵ e perdeu a chefia do 5º Batalhão da Guarda Nacional²³⁶. ‘O Camarão’, órgão praieiro, condenou as ‘traições’ de Antonio Carneiro, “capadócio sem conta, homem sem educação, sem nenhum princípio” e de Joaquim

²³⁴ Secretário entre 18 de dezembro de 1847 e 1 de abril de 1848.

²³⁵ Diário Novo (PE), 14.09.1848

²³⁶ Diário Novo (PE), 12.04.1848

Vilela, que segundo o periódico, “urra, berra, zurra, silva, zune, grosna e, finalmente, se o puserem em um poleiro, também cacareja²³⁷”.

No editorial de 4 dezembro de 1847, o jornal ‘*O Brasileiro*’, porta voz da dissidência ‘Praia Nova’, atacou a administração provincial de Chichorro da Gama:

“é, portanto, para promover os verdadeiros interesses do povo; para mostrar à população que o partido praieiro não é um partido composto somente de ganhadores, que sai a campo ‘*O Brasileiro*’, apoiado por uma numerosa sociedade e destinado a sustentar, na quadra atual, o posto mal honroso, qual o de fazer com que o partido praieiro tenha uma direção que satisfaça antes ao povo do que à ganância de alguns²³⁸”.

O mesmo jornal criticou a condenação de Antônio Borges da Fonseca por crime de imprensa, afirmando que o julgamento foi uma ‘monstruosidade’ e que a liberdade de imprensa foi mutilada e a instituição do júri morta: “essas duas garantias sem as quais não é possível um governo livre²³⁹”.

Segundo Luiz Nascimento, Joaquim Vilela e Antônio Carneiro eram redatores do ‘*O Brasileiro*’ que inicialmente defendia uma política nacionalista e fazia críticas aos baronistas e aos Praias Velhas, mas, passados alguns meses, emudeceu as críticas aos baronistas, pois se aproximou desta ala conservadora, bem como abandonou a verve nacionalista²⁴⁰; ao contrário do grupo ‘Praia Velha’, que depois de perder o poder para os guabirus²⁴¹, com a nomeação de um novo presidente de província, Herculano Ferreira Pena²⁴², em outubro de 1848, intensificou o discurso nacionalista e partiu para a radicalização armada. Segundo Carvalho, entre os líderes da rebelião praieira “não constam apenas liberais radicais, deputados, proprietários rurais e urbanos. Há trabalhadores urbanos muito bem sintonizados com a única bandeira da Revolta Praieira que unifica deputados e liberais radicais, a nacionalização do comércio a retalho²⁴³”.

No dia 31 de dezembro de 1848, oito deputados, entre eles Jerônimo Vilela, distribuíram uma proclamação pelas ruas do Recife: “Concidadãos! Nada temos a

²³⁷ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. V. 4. *Op. cit.* p. 284

²³⁸ *Ibidem.* p. 281

²³⁹ CARVALHO, Alfredo. *Op. cit.* 1908. p. 210

²⁴⁰ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. V. 4 *Op. cit.* p. 283

²⁴¹ Apelido pejorativo para os integrantes do Partido Conservador em Pernambuco.

²⁴² COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 9. *Op. cit.* p. 165

²⁴³ CARVALHO, Marcus J. M. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. *Op. cit.* p. 173

esperar do Rio de Janeiro. (...) Todo o Brasil tem os olhos fixos sobre Pernambuco; a sorte deste vasto Império depende hoje dos nossos esforços e da nossa valentia²⁴⁴”.

Duas semanas depois foi distribuído o *Manifesto ao Mundo*, sendo Jerônimo Vilela um dos signatários:

“um aluvião de fatos horrorosos nos obriga a colocar-nos à frente do povo armado, (...) já não temos as garantias constitucionais; um sem número de prisões arbitrárias estão se fazendo diariamente; somos ameaçadas pelo punhal e pelo bacamarte dos sicários que o presidente Penna pagou pelo tesouro público²⁴⁵”.

Em 1849, estourou a luta armada. Joaquim Vilela, Francisco e Antônio Carneiro deram “pleno apoio ao governo conservador de Herculano Ferreira Penna²⁴⁶”. Jerônimo Vilela, ao contrário, assinou a proclamação conclamando o povo à luta armada: “chegou o momento de salvar os brios da nossa província, corramos, pois, às armas²⁴⁷”. A cidade do Recife foi atacada na madrugada do dia 2 de fevereiro de 1849 por dois flancos²⁴⁸: pela Boa Vista e por Afogados, com cerca de dois mil homens. O tenente coronel Francisco Carneiro liderou a defesa da ponte de Afogados, atacada pela coluna praieira comandada por Pedro Ivo que contava com a presença de Borges da Fonseca. Francisco Carneiro recebeu um tiro no pescoço, ferindo-se gravemente²⁴⁹. A segunda coluna praieira, sob o comando de João Roma, contava com a presença dos deputados Nunes Machado, Antonio Afonso, Peixoto de Brito e Jerônimo Vilela, além do coronel Moraes. O delegado Antonio Carneiro ajudou a combater essa coluna e defendeu a ponte da Boa Vista, alcançando êxito na luta contra os praieiros²⁵⁰. Os praieiros foram derrotados e o balanço dos combates foi trágico: 200 mortos e 400 feridos²⁵¹; entre eles o deputado e desembargador Joaquim Nunes Machado, morto com um tiro na cabeça no

²⁴⁴ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Chronica da Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro. Typographia do Brasil. 1850. p. 27

²⁴⁵ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. *Op cit.* p. 21

²⁴⁶ Jornal Capibaribe (PE), 17/02/1849. Segundo Luiz Nascimento o redator principal deste periódico foi Joaquim Vilela de Castro Tavares. NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954*. V. 4. *Op. cit.* p. 291

²⁴⁷ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. *Op cit.* p. 6

²⁴⁸ LIMA, Manoel de Oliveira. *Op cit.* p. 313

²⁴⁹ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. *Op cit.* p. 226; O Capibaribe 17/4/1849, p.5

²⁵⁰ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Chronica da Rebelião Praieira*. *Op cit.* p. 294

²⁵¹ CARVALHO, Marcus J. e CÂMARA, Bruno. *A Insurreição Praieira*. Almanack Brasiliense. Número 8. Novembro 2008. p. 6

início das hostilidades²⁵². Com a derrota da Revolta Praieira, mais de 300 prisioneiros foram jogados nas fortalezas ou nos porões dos navios.

Entre os prisioneiros estava Jerônimo Vilela, mantido incomunicável na *Corveta Euterpe*. Sodré afirma que muitos dos encarcerados foram mantidos em porões de navios: “encerrados aos centos em um porão estreito, imundo, abafado; mergulhados n’água, que entrava por todos os poros dos navios, iam definhando, muitos morreram, outros adquiriram moléstias incuráveis²⁵³”. Jerônimo foi interrogado na *Euterpe* alguns dias depois dos combates e alegou que sendo ele “deputado da nação brasileira, entendia, à vista da Constituição do Império, que sua prisão era ilegal; e ilegal, por consequência, o processo”, uma vez que só poderia ser preso em “flagrante delito de pena capital²⁵⁴”. De nada adiantaram as suas reclamações, pois ele foi acusado pelo promotor Francisco Xavier Paes Barreto²⁵⁵ e julgado, em agosto de 1849, pelo juiz José Thomas Nabuco de Araújo, o ‘Pobre João’, seu antigo desafeto, como cabeça de rebelião, condenado à pena de prisão perpétua com trabalho e transferido para o presídio de Fernando de Noronha²⁵⁶. Jerônimo também foi destituído da sua cadeira de lente na faculdade de direito do Recife.

Antes de ser encaminhado ao presídio de Fernando de Noronha, Jerônimo, preso na Fortaleza do Brum, escreveu um pequeno jornal satírico chamado ‘*Vapor da Califórnia*’. Num artigo de tom jocoso, ele deseja que a província se livre de funcionários venais e corruptos e embarque no Vapor da Califórnia, constituído para o serviço do país, pois encarregado de levar para a Califórnia “toda essa gente, onde pode ser muito útil e satisfazer todas as ambições”. Jerônimo deseja que o ‘frade corrupto’, o ‘chefe de polícia venal e corrompido’, o ‘juiz de direito que atropela os direitos das partes’, o ‘militar que a troco de um galão sacrifica a honra’, todos devem tentar a sorte na Califórnia²⁵⁷. No referido jornal, no dia 19 de setembro de 1849, foi republicada²⁵⁸ a

²⁵² SABINO, Urbano. **Apreciação da Revolução Praieira**. Brasília. Senado Federal. 1978. p. 85

²⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.* p. 152-153

²⁵⁴ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Autos do inquérito da Revolução Praieira* *Op. cit.* p. 63

²⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.* p. 153. Nove foram condenados à prisão perpétua: Lopes Neto, Vilela Tavares, Abreu e Lima, Pessoa de Melo, Pereira de Lucena, Leandro César, Feliciano dos Santos, Feitosa de Melo e Borges da Fonseca.

²⁵⁶ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. *Op. cit.* p. 399

²⁵⁷ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* 1967. V. 4, p. 311-12

²⁵⁸ QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. Recife. Cepe (Companhia Editora de Pernambuco). 2011. p. 205. Segundo Quintas, o periódico ‘O Sete de Setembro’ publicou essa quadrinha em 14 de outubro de 1845.

famosa quadrinha de Jerônimo Vilela: “Quem viver em Pernambuco / Deve estar desenganado, Que ou há de ser Cavalcanti / Ou há de ser cavalgado²⁵⁹”.

O cárcere em Fernando de Noronha, em local tão ‘lúgubre e triste’, segundo as palavras do também prisioneiro general Abreu e Lima²⁶⁰, envelheceu Jerônimo Vilela. Num poema ele assim lamenta:

“Perdi pátria e liberdade
Perdi tudo quanto tinha
Minha vida se definha
Nos mais acerbos rigores
Vivendo vida de dores
Tão longe da minha terra
Tudo que é triste no mundo
Meu coração só encerra²⁶¹”.

Em novembro de 1850, acometido de uma grave enfermidade, contraída no cárcere, foi transferido para o Recife, retornando para a prisão na fortaleza do Brum. O periódico “*A Revolução de Novembro*”, diz que Jerônimo sofreu com a maior resignação todas as privações e todos os incômodos de uma enfermidade que contraiu em “tão inóspito lugar”, e que espera, com sua transferência para o Recife, obter os “socorros da medicina” para “reparar os danos causados em sua saúde pela tirania do poder”²⁶². Nos momentos de solidão e sofrimento Jerônimo deve ter recordado das agruras do cárcere que sofreu o seu pai, o também jornalista Jerônimo Vilela Tavares e constatado que já era a segunda geração de presos políticos na sua família.

²⁵⁹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954** *Op. cit.* v. 4, p. 312

²⁶⁰ CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: General de Bolívar**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985. p. 195

²⁶¹ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. V. 2. *Op. cit.* p. 438.

²⁶² A Revolução de Novembro (PE), 15.11.1850

1.4 – Joaquim Vilela: 1849-58 (pai de Carneiro Vilela)

Enquanto Jerônimo Vilela padecia na prisão, Joaquim Vilela integrou uma comissão de cinco deputados provinciais para parabenizar o presidente de província pelo sucesso na ‘pacificação de Pernambuco’, “reconhecendo os importantes serviços, que pela sua dedicação, prudência, coragem, energia acabava de prestar esse hábil administrador à paz pública²⁶³”. Através do jornal ‘*O Capibaribe*’, Joaquim apoiou os presidentes de província guabirus, como Herculano Penna, Honório Hermeto Carneiro Leão e Manoel Vieira Tosta, além de defender a candidatura deste último ao senado²⁶⁴.

Joaquim Vilela e os irmãos Carneiros foram recompensados pelos serviços prestados aos guabirus. Joaquim e Antônio Carneiro²⁶⁵ foram agraciados com a Ordem Imperial da Rosa, comenda criada por D. Pedro I em outubro de 1829²⁶⁶. Francisco Carneiro foi agraciado com a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro; além de receber uma pensão de 1:200\$000 reis anuais²⁶⁷. A concessão de pensão era uma forma do governo imperial remunerar os serviços prestados pelos ‘defensores da ordem’, uma vez que Francisco Carneiro foi gravemente ferido nas hostilidades de 1849.

O grupo Praia Nova “foi cada vez mais caminhando ao encontro dos guabirus”. O presidente de província Honório Carneiro Leão advogava “a organização de uma chapa de candidatos que contemplasse alguns nomes da Praia Nova²⁶⁸”. Com esse importante apoio, Joaquim Vilela, “Praia Nova mais renomado²⁶⁹”, foi eleito, mesmo a contragosto de boa parte dos correligionários do Partido Conservador, deputado geral nas eleições de 1849. No ano de 1853 atingiu o ápice da sua carreira política com a sua nomeação para o posto de presidente de Província do Ceará²⁷⁰. Segundo Muniz Tavares, Joaquim partiu para o Ceará com o “propósito firme de fazer justiça a todos, e promover o melhoramento moral e material” e que “a justiça era o seu norte, ao criminoso não

²⁶³ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Chronica da Rebelião Praieira*. *Op. cit.* p. 402

²⁶⁴ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* v. 4, p. 291-92

²⁶⁵ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira.. *Chronica da Rebelião Praieira*. *Op. cit.* p. 146

²⁶⁶ Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0272/346-359.pdf>. Acesso em: 13/09/2014

²⁶⁷ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. *Chronica da Rebelião Praieira*. *Op. cit.* p. 44

²⁶⁸ ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros (História da Conciliação em Pernambuco, 1849-57)*. Recife. Tese de Doutorado em História. UFPE. 1999. p. 41

²⁶⁹ *Ibidem*. p. 42

²⁷⁰ Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>. Acesso em: 15/08/2014

admitia patronato²⁷¹”. Pereira da Costa afirma que Joaquim passou pouco tempo no cargo, pois, “o partido dominante vendo frustradas as suas exageradas pretensões rompeu em hostilidades”, na medida “que o reto e consciencioso administrador apresentava maior firmeza e dignidade nos seus atos²⁷²”. Diante dessa insatisfação, a deputação cearense na Corte exigiu a demissão de Joaquim Vilela.

Retornando a Pernambuco, Joaquim retomou as suas atividades como lente na faculdade de direito. Em 1855 foi nomeado catedrático da cadeira de direito comercial²⁷³. Neste mesmo ano, segundo o ‘*Jornal do Recife*’²⁷⁴, fundou o periódico ‘*O Atheneu Pernambucano*’, ocupado com as “ciências jurídicas e sociais, a filosofia, a história e qualquer outro ramo da literatura²⁷⁵” e publicou o “vasto e profundo tratado de direito eclesiástico²⁷⁶”, ‘*Instruções de Direito Público e Eclesiástico*’²⁷⁷.

Em agosto de 1857, o governo Imperial concedeu um ano de licença com todos os vencimentos a Joaquim Vilela para tratar da sua saúde²⁷⁸. Em 11 de março de 1858, depois de “longo e doloroso padecimento”, faleceu, aos 42 anos, o doutor Vilela: “homem público, o seu nome é o símbolo eloquente do patriotismo, da dedicação e da honra. A sua vida não tem nódoa, que faça dor a um filho, que deixou na orfandade, que é herdeiro de sua reputação e do seu nome”. Esse filho citado é Carneiro Vilela. Muniz Tavares, amigo de cárcere do pai de Joaquim, o cirurgião Jerônimo Vilela Tavares, escreveu no *Jornal do Recife* um texto elogioso a Joaquim Vilela: “amante da liberdade, odiava a licença, amigo da monarquia detestava a tirania, a Constituição era o seu evangelho civil e político²⁷⁹”. O irmão de Joaquim, Jerônimo Vilela, ao abrir o curso de direito eclesiástico em 19 de março de 1858, revelou que estava partido de dor, coberto de luto, ralado de saudade, de coração amargurado pela morte do seu irmão e amigo²⁸⁰.

²⁷¹ *Jornal do Recife* (PE), 06.08.1859

²⁷² COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 2. p. 520.

²⁷³ *O Atheneu Pernambucano* (PE), agosto de 1858. Pág. 43

²⁷⁴ *Jornal do Recife* (PE), 06.08.1859

²⁷⁵ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* V. 5, p. 74. CARVALHO, Alfredo. *Op. cit.* 1908. p. 255

²⁷⁶ *O Atheneu Pernambucano* (PE), agosto de 1858. Pág. 43.

²⁷⁷ Academia Pernambucana de Letras. *Op. Cit.* Discurso de Posse do Sr. Doutor Silvino Lopes: “*Instruções de Direito Público e Eclesiástico* – parte desta introdução é um tratado de teologia dogmática. Expõe e justifica os dogmas pelo ensino deduzido do Velho e Novo Testamento. A linguagem é simples, clara, sem ornatos e fluente. A doutrina apoia-se nos teólogos mais autorizados, assim como nos historiadores dos faustos da Igreja Católica”.

²⁷⁸ *O Liberal Pernambucano* (PE), 17.08.1857

²⁷⁹ *Jornal do Recife* (PE), 06.08.1859

²⁸⁰ *Revista Acadêmica* (PE), 1858

1.5 – Jerônimo Vilela: 1851-69 (tio de Carneiro Vilela)

Depois de passar quase três anos na prisão, em novembro de 1851, Jerônimo Vilela foi anistiado pelo governo imperial. Com a recuperação da liberdade, ele retomou suas atividades políticas e jornalistas²⁸¹; recuperou o seu cargo de lente na faculdade de direito do Recife²⁸², bem como publicou, em 1853, o livro ‘*Compêndio de Direito Eclesiástico*’, adotado, em 1858, como manual nas duas faculdades de direito do Império²⁸³ e “pela qual estudaram sucessivas gerações até que a república eliminou tal cadeira do currículo²⁸⁴”. Jerônimo era uma das maiores referências brasileiras no campo do direito eclesiástico, envolvendo-se em diversas polêmicas nessa área, como por exemplo, a ‘contenda’ com o arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antonio de Seixas, no tocante à “legitimidade dos processos dos párocos pelo poder temporal, ao violarem as obrigações mistas e a lei do Estado²⁸⁵”. Outra polêmica relevante foi a famosa denegação de sepultura eclesiástica ao cadáver do general Abreu e Lima²⁸⁶, morto no Recife em 8 de março de 1869. Jerônimo era amigo do general e dividiu com ele as agruras do cárcere em Fernando de Noronha²⁸⁷.

O General Abreu e Lima se envolveu em ácida disputa com o padre e deputado monsenhor Joaquim Pinto de Campos. Abreu e Lima distribuiu alguns exemplares do Novo Testamento impressos em Londres, trazidos por missionários estrangeiros²⁸⁸. Este fato provocou a ira do monsenhor Pinto Campos que vociferou nos jornais dizendo que as Bíblias eram ‘falsificadas e venenosas’. O velho general Abreu e Lima, então com 75 anos de idade, não deixou barato e rebateu as acusações em “As Bíblias Falsificadas ou duas respostas ao Sr. Joaquim Pinto de Campos pelo Cristão Velho”, argumentando, entre outras coisas, que a Reforma Protestante foi a primeira grande revolução dos

²⁸¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* 1967. V. 5, p. 25-281. Jerônimo Vilela escreveu, entre os anos de 1851 a 1869, nos seguintes jornais pernambucanos: ‘O Mundo da Lua’ (1851), ‘A Regeneração’ (1857), ‘Aurora Pernambucana’ (1858-59), ‘O Liberal’ (1861-66), ‘Dona Liga’ (1863), ‘Ensaio Literário’ (1864-65), ‘O Oriente’ (1866).

²⁸² FERREIRA, Pinto. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife. Editora Universitária (UFPE). 1980. p. 109. Jerônimo Vilela foi “reintegrado na cátedra como professor por decreto de 28 de dezembro de 1851”.

²⁸³ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 2. p. 440. BEVILAQUA, Clóvis. *Op. cit.* V. 2. p. 24

²⁸⁴ FERREIRA, Pinto. *Op. cit.* p. 109

²⁸⁵ AGUIAR, Cláudio. **Franklin Távora e o seu tempo**. São Caetano do Sul. Ateliê Editorial. 1997. p. 78. Jerônimo reuniu em um livro intitulado ‘Cartas’ os textos relativos a essa polêmica.

²⁸⁶ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 2. p. 441.

²⁸⁷ CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: General de Bolívar**. *Op. cit.* p. 193

²⁸⁸ *Ibidem.* p. 232

tempos modernos²⁸⁹. O clima ficou tenso; o monsenhor afirmou que iria processar o general²⁹⁰, mas que preferia ‘chicotear-lhe o rosto’. Passado alguns meses, o general faleceu e o bispo Dom Francisco Cardoso Ayres negou sepultura canônica em cemitério brasileiro ao general²⁹¹. Segundo Aguiar, “os liberais, os maçons, os ateus, os progressistas, os intelectuais, os professores, os jornalistas e escritores, os jovens poetas e acadêmicos mobilizaram-se em manifestações pela cidade. O bispo, porém, não cedeu”. O general terminou sendo enterrado no British Cemetery²⁹².

Passado alguns dias da morte do general, Jerônimo publicou, no ‘*Jornal do Recife*’, um longo e bem fundamentado artigo²⁹³ criticando a atitude “pouco refletida e bem precipitada” do bispo, “sem exame algum, nem processo de julgamento eclesiástico”. O artigo em nada lembra os seus pasquins virulentos escritos na década de 1840. Jerônimo, com muita elegância, respeito e um pouco de medo, condenou a “dureza e falta de caridade com que foi tratado” o general. Digo medo, pois o articulista afirmou: “peço e rogo, que me perdoe, e interceda por mim para que não seja condenado a enterrar-me fora de lugar sagrado”. Apesar do medo, Jerônimo atacou: “o que houve foi a vontade soberana de condenar um homem, sem entrar nesse ato nem verdade, nem justificação, nem piedade, nem misericórdia”, concluindo que Abreu e Lima recebeu “pena imerecida”, sendo manchada a sua “memória pelo lado religioso”. Em essência a argumentação de Jerônimo alinhava que a condenação do general foi ilegal, uma vez que o mesmo não havia sofrido pena “de interdito ou excomunhão” e que o general exprimiu por “palavras e sinais que Jesus Cristo era seu Deus, imagem que ele possuía constantemente na sua cabeceira²⁹⁴”.

Jerônimo Vilela, depois da anistia, voltou a militar no Partido Liberal de Pernambuco, constituindo-se como uma das suas principais lideranças, bem como

²⁸⁹ *Ibidem*. p. 232. Na referida polêmica, Abreu e Lima “distinguiu ‘romanismo’ e ‘universalismo’ na Igreja Católica, atacou a Inquisição, ainda um tabu na época, repeliu o Concílio de Trento e a Contra-Reforma. Terminou advogando o retorno ao cristianismo primitivo de Santo Ambrósio, São João Crisóstomo, São Gregório de Nicéia”.

²⁹⁰ Diário de Pernambuco (PE), 29.10.1867

²⁹¹ CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: General de Bolívar**. *Op. cit.* 1985. p. 234

²⁹² AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 166-67.

²⁹³ Jerônimo, professor de direito eclesiástico, ampara a sua crítica ao bispo em razoável ‘bibliografia especializada’. Chama a atenção o número de livros e autores citados que fundamentam a sua argumentação.

²⁹⁴ Jornal do Recife (PE), 19.03.1869

atuando na imprensa como ‘ardoroso jornalista’, segundo as palavras de Beviláqua²⁹⁵. Jerônimo foi eleito deputado geral, exercendo mandato por duas legislaturas, entre os anos de 1857-64²⁹⁶. Durante as décadas de 1850-60, disputou com Nascimento Feitosa²⁹⁷ a proeminência no Partido Liberal em Pernambuco. Feitosa, argumenta Amaro Quintas, foi quem manteve “erguido o estandarte das ideias liberais” depois da derrota dos praieiros, “foi ele que aglutinou os destroços da Praia exangue depois da *débâcle*²⁹⁸”.

Nas eleições de 1856, primeiro teste da Lei dos Círculos, Jerônimo venceu, pelo círculo de Bonito, com o apoio do seu antigo desafeto, Nabuco de Araújo, então ministro da Justiça. Nabuco solicitou ao Barão de Camaragibe, líder do Partido Conservador em Pernambuco, o apoio a Jerônimo: “seria repugnante que V. protegesse a causa do Vilela pelo Bonito? Peço isto. O Bonito (...) deve ser da Praia”. Para Nabuco, Vilela era o verdadeiro chefe do Partido Liberal em Pernambuco, “pela importância que lhe dão seus talentos, sua vida privada sem mácula e a posição de deputado evidentemente bem aceito pelo governo²⁹⁹”. Nabuco colocou em prática a política da *Conciliação* em Pernambuco, evitando a “proscrição absoluta da opinião liberal³⁰⁰” no Parlamento, demonstrando que este também era acessível aos adversários políticos. Suzana Rosas afirma que o “programa de conciliação visava restabelecer e consolidar a ordem política e pôr termo ao conflito intraelites³⁰¹”.

Para o partido liberal essa eleição ajudou a acentuar a celeuma entre os seus membros, uma vez que Jerônimo foi eleito com o apoio dos conservadores, sendo o único deputado liberal eleito por Pernambuco em 1856³⁰². Com essa vitória, Jerônimo assumiu a liderança do partido liberal substituindo Nascimento Feitosa³⁰³.

²⁹⁵ JAMBO, Arnaldo. **História e Jornal de Quinze Décadas**. Recife. Diário de Pernambuco. 1975. p. 190

²⁹⁶ CAMPELO, Neto. *Op. cit.* p.63-65

²⁹⁷ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 2 p. 177. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa nasceu em 1816. Formou-se em direito em 1837 e exerceu o cargo de promotor público do Recife. Também foi advogado e um proeminente líder liberal, eleito em 1863 para a Assembléia Geral pelo primeiro distrito da província. Faleceu em 1868.

²⁹⁸ QUINTAS, Amaro. *Op. cit.* p. 280

²⁹⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5.ed. Rio de Janeiro. Topbooks. 1997. v.1. p 336

³⁰⁰ *Ibidem.* v. 1. p. 354

³⁰¹ ROSAS, Suzana Cavani. **Da “Constituinte Soberana” a “Conciliação política sobre as reformas”:** **o Partido Liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853**. São Paulo. Revista de História, número 170, Jan-Jul 2014. p 295

³⁰² ROSAS, Suzana Cavani. **Os Emperrados e os Ligueiros**. *Op. cit.* p. 208

³⁰³ *Ibidem.* p. 214

Além de professor, jornalista, político, jurista, advogado e poeta, Jerônimo foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro honorário do Instituto Episcopal brasileiro e integrante efetivo da Imperial Sociedade Amante da Instrução Pública. Pereira da Costa argumenta que ele recebeu, em 1860, em reconhecimento pelos serviços prestados ao país, a comenda da Ordem Imperial da Rosa³⁰⁴.

Assim como o pai e o irmão, Jerônimo Vilela sofreu uma longa enfermidade e morreu pobre, “mas legou um nome respeitável³⁰⁵”. ‘*O Liberal*’ reconheceu que Jerônimo era “homem de bastante talento e variada ilustração: prestou relevantes serviços ao Partido Liberal, açoitando com a sátira e a crítica joco-séria o Partido Conservador³⁰⁶”. O *Jornal do Recife* destacou que ele foi um “liberal de convicção” e que “uma multidão extraordinária acompanhou silenciosa e comovida os restos mortais do ilustre pernambucano” e que “havia pessoas de todas as classes e categorias, desde a primeira autoridade da província até o simples artesão”. Afirma o periódico que o “primeiro batalhão de artilharia da guarda nacional fez as honras fúnebres³⁰⁷”.

³⁰⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. *Op. cit.* V. 2. p. 442.

³⁰⁵ *Ibidem.* p. 442.

³⁰⁶ *O Liberal* (PE), 28.04.1869

³⁰⁷ *Jornal do Recife* (PE), 27.04.1869

1.6 – Antônio Carneiro: 1849-81 (tio avô de Carneiro Vilela)

Entre os anos de 1849-53, Antônio Carneiro Machado Rios exerceu o cargo de deputado provincial, encerrando, em 1853, a sua ‘carreira’ na Assembleia Provincial que somou oito legislaturas, entre os anos de 1835 até 1853³⁰⁸. Politicamente, Antonio Carneiro se vinculou ao Partido Conservador, transformando-se, segundo a ferina crítica do ‘*O Liberal Pernambucano*’ no mais “humilde servo e criado do mais humilde servo e criado do Sr. Barão de Camaragibe³⁰⁹”, o senador Pedro Francisco Cavalcanti e Albuquerque, líder dos conservadores em Pernambuco. Segundo o mesmo jornal, a aliança dos Carneiros com os Cavalcantis remonta à década de 1830, quando o Barão de Suassuna, o senador Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, teve a habilidade de jogar os Carneiros, no conjunto de episódios conhecidos como Carneiradas, contra o presidente de província Sr. Manoel de Carvalho Paes de Andrade, desmoralizando a sua administração. ‘*O Liberal Pernambucano*’ argumenta que o Barão de Suassuna fora a

“cabeça oculta dessa revolução, apareceu como pacificador e colheu amplamente o espólio revolucionário. (...) Não é pois de se admirar que ainda hoje se veja o Sr. Antônio Carneiro nas boas graças dos Srs. Cavalcantis, e lançando os bofes fora pela eleição do Sr. Camaragibe no segundo círculo da cidade³¹⁰”.

O segundo círculo eleitoral de Pernambuco, que elegeu o Barão de Camaragibe nas eleições de 1856, compreendia a Boa Vista, Afogados, Poço da Panela e Várzea³¹¹; como já vimos, Boa Vista e Afogados eram áreas fortemente influenciada pelos Carneiros.

‘*O Liberal Pernambucano*’ ainda revela que Antonio Carneiro representava a família Cavalcanti no Partido Praieiro, mas que quando este partido “se tornou temível à família Cavalcanti, foi ainda fácil a esta retalhá-lo, separando o Sr. Antônio Carneiro e com ele constituindo essa *praia nova*, que não foi outra coisa mais do que um instrumento cego dessa família³¹²”. Por fim, o referido periódico afirma que a família Cavalcanti sempre conservou a sua disposição “um instrumento de desordem, um facho anárquico, para o lançar à sociedade pernambucana, quando assim se faz mister ao seu

³⁰⁸ CAMPELO, Neto *Op. cit.* p. 58, 111, 118, 125.

³⁰⁹ *O Liberal Pernambucano* (PE), 06.12.1856

³¹⁰ *O Liberal Pernambucano* (PE), 14.04.1857

³¹¹ ROSAS, Suzana Cavani. **Os Emperrados e os Ligueiros** *Op. cit.* Anexo VI, p. XV

³¹² *O Liberal Pernambucano* (PE), 14.04.1857

engrandecimento. Desde que toda a ideia de desordem e de anarquia for radicalmente extinta, está quebrado o condão da família Cavalcanti³¹³”. Segundo o raciocínio do jornal, os Carneiros representam esse elemento de força, de desordem.

Antônio Carneiro exerceu, durante décadas³¹⁴, o importante cargo de administrador do Consulado Provincial de Pernambuco. Esta repartição era responsável pelo recebimento de diversos impostos: 10% sobre prédios urbanos, 5% sobre a renda oriunda de bens de raiz, 4% sobre casas de comércio fora da cidade do Recife, 8% sobre consultórios médicos e cirúrgicos, 20% sobre estabelecimentos de comércio em grosso e retalho, 5% pela venda de capim e imposto de carro, 20% do consumo de aguardente, entre muitos outros³¹⁵. O Consulado recebia vultosas somas em dinheiro, como podemos perceber a partir do balancete publicado no Jornal do Recife que apresentava a arrecadação de 94:985\$026 em apenas vinte dias do mês de abril de 1872³¹⁶. Os empregados do Consulado recebiam, como forma de bônus, um percentual da arrecadação geral. O valor a ser distribuído aos funcionários era dividido em 199 cotas, recebendo o administrador a maior delas, 17 cotas; e os guardas, a menor, 2 cotas³¹⁷.

Antonio Carneiro, aproveitando-se do poder que o seu cargo de administrador lhe conferia, nomeou o seu sobrinho, Francisco Carneiro Machado Rios Júnior, como guarda do consulado. O *‘Liberal Pernambucano’* não perdoou e atacou dizendo que o guarda nomeado era “filho de outro que já chupa dos cofres públicos a insignificante gorjeta de 1:200\$000 reis por conta e risco de uns tirinhos que deu no aterro de Afogados no dia 2 de fevereiro de 1849³¹⁸”. O mesmo jornal acusou Antônio Carneiro de há três meses não pisar no Consulado, “percebendo contudo os competentes emolumentos e ordenados³¹⁹”.

³¹³ O Liberal Pernambucano (PE), 14.04.1857

³¹⁴ Entre os anos de 1853-1875, Antonio Carneiro exerceu o cargo de administrador do Consulado Provincial. Encontremos comprovação da sua presença no referido cargo nos seguintes anos: 1853 (O Liberal Pernambucano, 07/10/1853); 1855 (O Liberal Pernambucano, 09/03/1855); 1863 (O Liberal, 26/09/1863); 1865 (Jornal do Recife, 03/01/1865); 1866 (Jornal do Recife, 01/02/1866); 1868 (Jornal do Recife, 04/08/1868); 1869 (Jornal do Recife, 12/01/1869); 1870 (Jornal do Recife, 04/01/1870); 1871 (Jornal do Recife, 04/04/1871); 1872 (Jornal do Recife, 25/05/1872); 1874 (Jornal do Recife, 05/04/1874); 1875 (Jornal do Recife, 27/04/1875)

³¹⁵ Jornal do Recife (PE), 04.01.1865; 09.01.1865; 23.12.1865; 01.02.1866; 14.02.1866

³¹⁶ Jornal do Recife (PE), 22.04.1872

³¹⁷ O Liberal (PE), 02.02.1862

³¹⁸ O Liberal Pernambucano (PE), 17.01.1853

³¹⁹ O Liberal Pernambucano (PE), 17.01.1853

Antonio Carneiro se transformou, entre as décadas de 1850 a 1870, numa importante liderança do Partido Conservador, exercendo o posto de Juiz de Paz em diversas ocasiões e ocupando um importante cargo na máquina de arrecadação na província de Pernambuco. Ele faleceu em 05/01/1881.

1.7 – Francisco Carneiro Machado Rios: 1849-74 (avô de Carneiro Vilela) e Francisco Carneiro Machado Rios Júnior: 1849-82 (tio de Carneiro Vilela)

A Praieira foi um divisor de águas na carreira de Francisco Carneiro Machado Rios, pois este passou a militar nas hostes conservadoras; fato que pode ser revelado pelo artigo publicado, em 06/03/1874, pelo Jornal ‘*A Província*’:

“faleceu na povoação de Afogados o tenente coronel Francisco Carneiro Machado Rios. Tomou parte ativa em diferentes movimentos políticos desta província; pertenceu ao partido liberal até a sua divisão em Praia Nova e Praia Velha. Foi gravemente ferido na Revolução de 1848 e desde então seus graves problemas de saúde o obrigaram a retirar-se da vida pública³²⁰”.

Essa matéria da *Província* ‘corrige’ a nota do conservador ‘*Diário de Pernambuco*’ sobre o passamento de Francisco Carneiro afirmando que ele militou desde a sua mocidade sob a bandeira conservadora³²¹. Alfredo de Carvalho afirma que os irmãos Carneiros foram “sucessivamente republicanos federalistas, liberais exaltados e por fim conservadores vermelhos³²²”.

Depois da Praieira, Francisco Carneiro abandonou a vida pública, mas não perdeu o seu poder de influência. Ele passou o ‘cetro’, agora conservador, para o seu filho Francisco Carneiro Machado Rios Junior, possuidor de certa fortuna³²³, que exerceu diversos cargos importantes, como o de juiz de paz³²⁴, subdelegado e tenente coronel comandante da polícia³²⁵. Carneiro Júnior, em 1856, exerceu o cargo de suplente da subdelegacia de Afogados. O jornal ‘*Liberal Pernambucano*’ combateu a sua permanência no cargo, afirmando que ele ‘não possuía caráter’, ‘lia e escrevia muito mal’ e possuía “um gênio altivo, de uma arrogância inaudita, de costumes bruscos³²⁶”. Em 1865, o então capitão do batalhão da Guarda Nacional, Rios Júnior, foi recrutado

³²⁰ A Província (PE), 06.03.1874

³²¹ Diário de Pernambuco (PE), 06.03.1874

³²² CARVALHO, Alfredo. **As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos 1834-35** *Op. cit.* p.136

³²³ Jornal do Recife (PE), 08.08.1882 e 16.10.1883. Depois da sua morte o juiz de órfão informa sobre o leilão dos bens do falecido que compreendia três terrenos de marinha na freguesia de Afogados, um terreno na rua do Quiabo, um terreno denominado Luca, um viveiro de peixes e casinhas. Além disso, ele era proprietário de uma olaria em Afogados na rua Motocolombó.

³²⁴ O Conservador (PE), 15.09.1868

³²⁵ Jornal do Recife (PE), 20.06.1882

³²⁶ Liberal Pernambucano (PE), 16.10.1856

para a Guerra do Paraguai³²⁷. O seu pai, entretanto, utilizou a sua influência política, peticionando ao presidente de província, que o dispensou do serviço da guerra³²⁸.

Entre os anos de 1868 e 1878, Carneiro Júnior exerceu o importante cargo de tenente coronel comandante do Corpo de Polícia da província de Pernambuco³²⁹. Usou este poder para fins pessoais, reprimiu liberdades individuais e esteve ao lado dos ‘jesuítas’, durante a questão religiosa. A sua passagem pelo cargo suscitou diversas críticas dos jornais liberais. O jornal ‘*A Província*’ o acusa de prepotente e de realizar prisões arbitrárias³³⁰ e diz que ele “não foi uma aquisição útil para o serviço policial³³¹”. O mesmo periódico, afirma que, nas eleições de 1876, o comandante do corpo de polícia Carneiro Júnior liderou um “grande grupo de desordeiros armados de cacete, dando vivas ao Partido Conservador, com o propósito de impedir a entrada dos liberais na Igreja³³²”.

O jornal ‘*O Liberal*’, por seu turno, o acusa de inquirir testemunhas em sua própria casa, “uma circunstância que notadamente escandalizou a expectativa pública, veio dar ainda um colorido carregado e tétrico a imagem dessa política funesta, que domina o país inteiro³³³”. O mesmo periódico afirma que o “Sr. Carneiro não disfarça ter interesses na condenação de um pobre oprimido, sob o pretexto de falsa resistência³³⁴”.

Carneiro Júnior foi um comandante do corpo de polícia truculento que reprimiu, por exemplo, uma comemoração de estudantes pelo fim da Guerra do Paraguai. As celebrações consistiam “em discursos e poesias, no sentido democrático, em favor da liberdade³³⁵”. ‘*O Liberal*’ informa que a polícia, com a presença do próprio comandante, armada de cacetes, começou, na Rua Nova, um verdadeiro espancamento dos manifestantes³³⁶, entre os quais o negociante Miguel Gonçalves da Luz e o acadêmico Daniel³³⁷. O referido periódico diz que o Sr. Carneiro afirmou: “aqui não

³²⁷ Jornal do Recife (PE), 13.06.1865

³²⁸ Jornal do Recife (PE), 06.07.1865

³²⁹ Jornal do Recife (PE), 30.06.1868 e 22.08.1877

³³⁰ A Província (PE), 23.12.1874

³³¹ A Província (PE), 28.07.1875

³³² A Província (PE), 02.10.1876

³³³ O Liberal (PE), 12.11.1869

³³⁴ O Liberal (PE), 12.11.1869

³³⁵ O Liberal (PE), 27.04.1870

³³⁶ Diário de Pernambuco (PE), 26.04.1870

³³⁷ O Liberal (PE), 27.04.1870

somos polícia, somos cidadãos, (...) se querem porém ver se temos punhais, nós os mostraremos³³⁸”. O jornal ‘*A Província*’, em 1873, afirma ironicamente que o comandante Carneiro mandou “praças denodadas, com sabres em punho, assaltarem o povo na segunda manifestação contra o jesuitismo³³⁹”. Francisco Carneiro Júnior faleceu em 18/06/1882³⁴⁰.

Constatamos, através do estudo da trajetória de alguns membros das famílias Carneiro e Vilela, a relevância de muitos dos seus integrantes, que ocuparam postos estratégicos nas áreas da educação, do jornalismo, da política, das armas, da justiça. Jerônimo Vilela Tavares, foi preso político entre 1818-21 e um ativo jornalista na luta contra os Colunas; seus filhos, Joaquim e Jerônimo Vilela, exerceram o influente cargo de lente da faculdade de direito, escreveram em diversos jornais, ocuparam relevantes cargos políticos e partidários, chegando Joaquim ao posto de governador do Ceará. Jerônimo Vilela, ao deixar a prisão por conta do envolvimento na Revolta Praieira, transformou-se em um dos mais destacados chefes do Partido Liberal em Pernambuco.

Os Carneiros tiveram atuação destacada desde 1817, ocupando cargos políticos, burocráticos e militares, lutando contra os Cabanos, tentando depor o presidente de província em 1835, defendendo a cidade do ataque dos praieiros. Antônio Carneiro Machado Rios se constituiu numa importante liderança do Partido Conservador a partir da década de 1850. O filho de Francisco Carneiro Machado Rios, Francisco Carneiro Machado Rios Júnior, ocupou durante 10 anos o cargo de chefe de polícia de Pernambuco.

Construímos essa trajetória dos Carneiros e Vilelas não para concluir que o biografado é um mero efeito, mera consequência do que foram e pensaram os seus pais, avós e tios. Não acreditamos que os ancestrais consanguíneos moldem, de maneira atávica, as gerações seguintes. Escrevemos esse capítulo com o interesse de descobrir parte da moldura familiar onde Carneiro Vilela estava inserido. Ao que parece, boa parte da altivez, da coragem, do gosto pelo conflito e pelo combate, Vilela aprendeu no seio da sua família, recebendo inúmeros exemplos de familiares que enfrentaram governos seja através das armas ou da pena de jornal. Essas histórias de lutas devem ter marcado, com o ferro quente das palavras, a carne da sensibilidade de Vilela. Os

³³⁸ O Liberal (PE), 27.04.1870

³³⁹ A Província (PE), 21.02.1873

³⁴⁰ Jornal do Recife (PE), 20.06.1882

Carneiros e os Vilelas respiravam política. Possivelmente aquela atmosfera incensada de fortes paixões partidárias tenha inflado os pulmões de Vilela com ar para toda a vida.

Capítulo 2:

**Carneiro Vilela entre os anos de 1846 a 1885 ou
“caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão”**

2.1 – A infância de Carneiro Vilela (1846-59)

Carneiro Vilela nasceu no bairro de São José do Ribamar, em 1846, o mais pobre entre as quatro freguesias centrais do Recife. Ele se considerava ‘recifense da gema’, nascido no “bairro democrático de S. José, considerado naqueles tempos, o bairro genuíno, o bairro turbulento por índole e devoção, revolucionário por excelência e possuidor dos mais afamados chefes de malta, além de baluarte do Partido Liberal³⁴¹”. O nascimento num bairro popular indica a falta de riqueza do seu pai, Joaquim Vilela de Castro Tavares, possuidor, entretanto, de forte cabedal intelectual e político. Na década de 1840, quando nasceu seu filho, o circunspecto lente da faculdade de direito, Joaquim Vilela, foi chefe da ala liberal no tal ‘bairro revolucionário’, agitado, muitas vezes, pelo seu ‘sabre’.

O censo populacional de 1856 apontava que a Veneza Americana, constituída pelas freguesias de Santo Antonio, São José, Recife e Boa Vista, contava com uma população de 33.270 homens livres e 7.707 escravos. No bairro de São José, viviam 10.324 homens livres, a maior porção comparando com as outras freguesias, e 1.122 escravos, o menor número quando relacionado com os outros bairros centrais³⁴².

O campanário da igreja matriz de São José, situada no largo das Cinco Pontas, próxima à residência dos Vilela, possuía o maior sino do Recife, com o peso de 24 arrobas e um som que chegava até Tejiipió, local bem afastado do centro³⁴³. Os dobres e os repiques escutados na infância marcaram a memória afetiva de Carneiro Vilela. Em 1888, ele afirmou que repiques inspiravam-lhe uma melancolia, que faz ‘as lágrimas subirem do coração aos olhos’, pois “despertam em mim um mundo imenso de recordações e saudades. Aquelas notas alegres e vibrantes, como risadas argentinas de um bando de crianças alvoroçadas³⁴⁴”.

Carneiro Vilela deve ter brincado muito entre a igreja da matriz e o forte das Cinco Pontas. Ele ainda deve ter alcançado os alicerces da fundação em que fincaram o cadafalso para o enforcamento de frei Caneca, em 1825, na área externa do forte. Vilela confessou a Mario Melo, no início do século XX, que desejava pintar um quadro

³⁴¹ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op cit.* p. 313-14

³⁴² CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)**. Recife. Ed. Universitária. 1998. p. 85

³⁴³ SILVA, Leonardo Dantas. **Arruando pelo Recife: por ruas, pontes, praias e sítios históricos**. Recife. Sebrae/PE. 2000. p. 80

³⁴⁴ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 123

histórico do arcabuzamento (a pena de enforcamento foi convertida em arcabuzamento) de Caneca e que estudara bastante o assunto, a localização da forca e a posição que tomaram os soldados que espingardearam o frade revolucionário³⁴⁵. É possível que ele tenha esboçado seus estudos de pintura com a lembrança exata do local da morte de Caneca pois, na sua infância, correu no chão manchado pelo sangue do mártir republicano.

Carneiro Vilela frequentou em demasia a casa do seu avô, Francisco Carneiro Machado Rios, situada no arrabalde, no povoado de Afogados. O sítio do Pitanga foi palco de muitas de suas narrativas, sempre envolta em muito afeto e boas recordações. A casa do avô era uma espécie de porto seguro da memória, território de uma infância aprazível e alegre; lugar de ‘frutas cheirosas’, de ‘flores formosas’, de ‘gozos ingênuos’, de ‘infância vadia’, de ‘vida folgada’, ao ‘pé da jaqueira que o vento movia³⁴⁶’. O sítio do seu avô não será o lugar de combate, mas um refrigerio, um abrigo às ‘suas saudades³⁴⁷’, uma alegria da memória.

Os dias de carnaval do ano de 1852 ou 1853, Carneiro Vilela passou no Sítio do Pitanga. Foram dias de alegria, de prazer de existir mais e melhor, na presença dos pais, dos tios, dos avós, dos primos. Em muitas noites ele recebeu o afago da sua tia Zeferina, ‘quase uma segunda mãe’, e adormeceu escutando-a cantarolar com sua ‘voz doce’. Também escutou, à noite, sons ‘discretos e saudosos’ dos escravos que tocavam os seus instrumentos africanos. Admirou a sua mãe, ‘moça e bonita’ e o pai, ‘moço também, mas um pouco sério, pensativo habitualmente’. Escutou as façanhas militares do seu avô, ‘figura encanecida e respeitável, já lendária’ e do seu tio avô, Antonio Carneiro Machado Rios, ‘maior influência conservadora da Boa Vista³⁴⁸’. Sua avó tinha o costume de receber cafuné na cabeça, quase sempre da ‘negrinha escrava’ Helena. Talvez a sua avó, ‘velha matrona de uma bondade inextinguível’, tenha lhe contado sobre os feitos do velho João Alves Dias Vilela, revolucionário de 1824 e bisavô de Carneiro Vilela³⁴⁹.

Nesses dias de Momo a farra carnavalesca se apoderou da casa. Toda a família se envolveu na confecção de laranjinhas, limões e limas de cera cheias de água de

³⁴⁵ Diário de Pernambuco (PE), 13.01.1925

³⁴⁶ VILELLA, Carneiro. *À Margarida poesias* (1859-1875). Recife. Edição do Autor. 2001. p. 9-10

³⁴⁷ VILELLA, Carneiro. *Cartas sem arte*. *Op. cit.* p. 72

³⁴⁸ *Ibidem.* p. 238

³⁴⁹ *Ibidem.* p. 233-34

colônia. Depois de prontas, essas laranjinhas de cera se convertiam em uma verdadeira ‘artilharia aquática’, deliciosa brincadeira de criança. Depois da farra da guerra de água de cheiro, a fome deve ter apertado o estômago de todos. Na cozinha, as pretas Luiza, Rita, Thereza e Josepha, haviam preparado um verdadeiro banquete: bolos, pão de ló, doces de caju e de pitanga, baba de moça, alfenim, leitão assado, peru recheado, lombo de porco, fiambre preparado com vinho branco de Lisboa, fritadas de camarão e de carapeba, pescadas nos viveiros do sítio, ‘fertilíssimo’³⁵⁰. Esses dias de carnaval no sítio do Pitanga deixaram marcas indeléveis. Em 1901, ele confessou que essas eram as memórias mais antigas da sua meninice³⁵¹.

Carneiro Vilela conta que bebeu o ‘leite puro e alvo’ da sua ama de leite, Sinha’Aninha, ‘gorda e boa crioula’ que o acalentava com ‘história da carochinha’, ‘contos de príncipes e princesas’, histórias da ‘caipora’ e da ‘mula do padre’³⁵². Segundo ele, ela acreditava “mais no seu rosário do que na luz do sol, tinha mais fé nos bentinhos que trazia ao pescoço, do que numa purga de mamona quando o médico receitava”³⁵³.

Constata-se que a infância de Carneiro Vilela, pintada pelo próprio como edênica, foi cercada por escravos: a ama de leite, a escrava Helena, as pretas Luiza, Rita, Thereza e Josepha. O paraíso portanto estava indissociado da escravidão. Vilela ‘adocicou’ as relações escravistas no sítio do Pitanga como podemos observar no seguinte trecho: o meu avô era

“um bom senhor e seus escravos eram mais seus companheiros de trabalho (...), mais amigos do que seus escravos: a prova é que, depois de anos ele os alforriou gratuitamente (nem se falava em abolicionismo) e todos eles ficaram com meu avô e sua família, mais escravos do que dantes, mais escravos do que nunca!”³⁵⁴.

O que chama a atenção é que na vida adulta Vilela se converteu em intransigente abolicionista, látigo na mão e dedo em riste contra os proprietários de escravos, mas quando se referiu aos tempos paradisíacos da infância, ao avô, ‘herói’ de tantas

³⁵⁰ A Província (PE), 16.02.1901

³⁵¹ A Província (PE), 16.02.1901

³⁵² VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 48 e p. 211

³⁵³ A Província (PE), 27.02.1901

³⁵⁴ A Província (PE), 16.02.1901

‘revoluções’, a ‘cordialidade’ e os sentimentos tomaram de assalto a sua coerência, deixando as ambiguidades em carne viva.

Na sua infância Carneiro Vilela se alegrou ao assistir cavalhadas. Uma delas deixou forte impressão na sua lembrança. Essa cavalhada, ‘luzida e célebre’, ‘reprodução fiel de cerimônias medievais de cavalaria’, ocorreu durante o carnaval, na rua da Cadeia de Santo Antônio, atualmente chamada de rua do Imperador. Sua memória registrou esses momentos como um ‘divertimento primoroso’, quando ao toque ruidoso de clarins, surgiram dois grupos de doze cavaleiros, ricamente adornados, representando a luta entre holandeses e pernambucanos. Toda a festa encantava o povo e o divertia, dando-lhe “sábias lições de polidez e história, dessa história cheia de heroicidade que é a dele, mas que ele ignora infelizmente, devido à falta de monumentos que a comemorem, de alegorias que lhe ensinem³⁵⁵”.

Carneiro Vilela correu cavalhadas no terreno próximo ao sítio do avô. Nessas ocasiões, após conquistar as argolinhas ia receber das tias, ‘todo ancho’, os ‘lenços de cambraia no braço’; e da mãe os beijos na face. Na visão de Vilela, a sua mãe “enxergava naquilo o prognóstico de que no futuro”, ele “também tiraria as argolinhas da felicidade, na grande cavalhada que forma a nossa vida social³⁵⁶”.

Foi costume das ‘famílias mais gradas’ do Recife, durante o século XIX, na época das festas natalinas, transferir-se para o Monteiro, ‘arrabalde em plena efervescência de festa’. As festas em homenagem a Nossa Senhora da Saúde enchiam o local com um ‘ruído de alegria’, ‘alegria dos divertimentos cordiais³⁵⁷’. Uma procissão percorria toda a povoação que culminava com o hasteamento da bandeira da Senhora da Saúde no pátio da Igreja do Poço da Panela; quando um “coro de moças, escolhido e bem ensaiado enchia os espaços com as melodias de hino religioso³⁵⁸”. Foi numa dessas festas que Carneiro Vilela, com sete ou oito anos, deixou as calças curtas ‘com babadinhos de renda e o timão comprido’ e pela primeira vez vestiu um ‘paletó de brim branco’, cosido por sua mãe, Maria Madalena Carneiro Rios. Conta Vilela que depois de vestido com a nova indumentária se olhou longamente no espelho, ensaiou as ‘mais sérias e elegantes posições’ e depois, excitado, ‘saltou por uma das janelas’ e ‘ganhou o

³⁵⁵ A Província (PE), 19.02.1901

³⁵⁶ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 66

³⁵⁷ VILELA, Carneiro. **Emparedada da Rua Nova**. 2005. *Op cit.* p. 259

³⁵⁸ *Ibidem.* p. 309

oco do mundo'. Na rua, as moças exclamaram: 'meu noivo!' e acariciaram o seu 'rosto corado como as rosas', por vergonha e regozijo³⁵⁹. Posteriormente, ao escrever a '*A Emparedada da Rua Nova*', Vilela ambientou parte da trama no arrabalde e possivelmente deve ter mobilizado a sua memória das festas do Poço da Panela para compor uma atmosfera alegre e perfumada; reminiscência agradável da sua infância.

Na época da páscoa, uma procissão ocorrida na rua da Cadeia de Santo Antônio com a 'extensão do seu préstito', a 'riqueza dos seus andores' e a 'originalidade de suas alegorias', deixou marcas profundas na memória infantil de Vilela³⁶⁰; que também registrou a intensa circulação do povo, as raras carruagens que circulavam e as "cadeirinhas, com seus panos pretos cheios de arabescos dourados e os palanquins, com rótulas e vidraças, carregados por pretos de libré³⁶¹". Conta ele que a rua foi toda varrida e 'atapetada com folha de canela' para afastar o cheiro fétido das "sarjetas da Companhia de Cambronne e das bocas de lobo dos encanamentos públicos". Com a canela não se "respirava miasmas deletérios, não adquiriria nenhuma febre perniciososa³⁶²".

O cortejo da procissão impressionou o jovem Vilela: "um homem alto e corpulento manejava um enorme chicote de três pernas, genuíno bacalhau da senzala"; um "lábaro enorme com as quatro letras simbólicas S.P.Q.R', que o povo, jocosamente, traduzia por 'sal, pão, queijo e rapadura"; a presença de vários tablados com as figuras de Abel e Caim, Adão e Eva³⁶³; a presença de figuras que representavam a Fé, a Esperança, a Caridade, o Anjo do Paraíso e do Anjo da Morte. Este último "levava na mão esquerda uma ampulheta e na mão direita ostentava ou brandia uma enorme foice cegadora, reluzente, afiada". Este anjo "caminhava de uma maneira solene e grave, voltando-se lentamente, ora para um, ora para outro, como a procurar na multidão aqueles aos quais devia ferir na sua ceifa irremissível e fatal³⁶⁴".

Em 1857, o 'anjo da morte' fez uma incursão à família de Vilela. Não levou o seu pai no primeiro golpe, mas o prostrou na cama, acometido por uma grave doença; a

³⁵⁹ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 124-125

³⁶⁰ A Província (PE), 24.02.1901

³⁶¹ A Província (PE), 01.03.1901

³⁶² A Província (PE), 28.02.1901

³⁶³ A Província (PE), 07.03.1901

³⁶⁴ A Província (PE), 14.03.1901

mesma que vitimou o seu avô paterno, Jerônimo Vilela Tavares, falecido em 1835 depois de passar quase quatro anos padecendo.

O pai de Vilela, poeta, jornalista, político, lente da Faculdade de Direito do Recife e autor do tratado de direito eclesiástico, '*Instruções de Direito Público e Eclesiástico*³⁶⁵', passou meses doente; e foi tratado pelo doutor Silva Gordo, que com a sua 'ciência e cuidados médicos' prolongou a existência de Joaquim Vilela por alguns meses³⁶⁶.

Em março de 1858, a 'ceifa irremissível e fatal' levou o pai de Vilela, com apenas 42 anos de idade, deixando Carneiro Vilela órfão aos 11 anos. Esse fato dividiu sua vida. A morte é muitas vezes um divisor de águas que enche o coração de uma saudade que a vida inteira não desgasta. O pai foi velado na matriz da Boa Vista, em 11 de março. Carneiro Vilela, diante do pai morto, possivelmente se ajoelhou aniquilado. Os alunos da faculdade do Recife erigiram em memória ao saudoso e devotado lente, um mausoléu no Cemitério de Santo Amaro³⁶⁷.

Com a morte do pai, Vilela foi morar na casa do avô materno, no sítio do Pitanga. Durante um bom tempo ele cuidou da ferida afetiva aberta pela morte do pai e viveu o luto, que é estar em sofrimento, para não cair na melancolia. Realizou o duro trabalho de aceitação da morte, para tentar se reconciliar com a vida, e ter de volta um pouco de alegria. Aceitar a morte é deixar Caronte atravessar o rio; deixá-lo levar para a outra margem o ente querido. Carneiro Vilela usou a poesia nessa estratégia de reconciliação.

Em 1859, aos 12 anos de idade, seguindo o estilo do romântico Casimiro de Abreu, autor do poema '*Meus Oito Anos*³⁶⁸', Vilela escreveu o poema '*Saudades*³⁶⁹', o seu mais antigo verso publicado. A roca poética do jovem autor extraiu fios de profundo desalento: 'deploro meus males sem ter alegria', 'meus dias são longos, tristonhos', 'meu peito mais chora', 'as tardes de agora são tristes, medonhas', 'que fundas saudades eu tenho da vida que então eu vivia'. O poema revela a tristeza do tempo presente e a 'saudade magoada' do poeta, mas, por outro lado, valoriza a infância, tempo da

³⁶⁵ LOPES, Silvino. **Discurso de posse do dr. Silvino na cadeira número 8 (Joaquim Vilela de Castro Tavares)**. Academia Pernambucana de Letras (APL). Sessão Patronos da APL. Pasta 8.

³⁶⁶ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 86

³⁶⁷ VILELLA, Carmélio. **Carneiro Vilella: nascimento, vida e morte**. Recife. Novo Estilo, 2003. p. 18

³⁶⁸ BOSI, Alfredo. **História Concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 2006. p. 116

³⁶⁹ VILELLA, Carneiro. **À Margarida poesias (1859-1875)**. *Op. Cit.* p. 9

presença do pai, visto como o tempo da 'idade fagueira', da 'vida folgada', do 'tempo ditoso', da 'infância querida' e da 'cândida idade que amor só dizia'. O poema portanto discorre sobre a tristeza do tempo presente, mas rememora a beleza e as alegrias do passado. Escrever deve ter sido uma boa saída para ajudar a curar a chaga aberta, e pouco a pouco transformar a dor da perda em doce lembrança.

2.2 – Das primeiras letras à Faculdade de Direito do Recife (1860-66)

É possível que Carneiro Vilela tenha recebido as primeiras letras na sua residência. Ele cresceu num ambiente intelectualmente estimulante, visto que o pai e o tio eram lentes da Faculdade de Direito, ambos poetas, jornalistas e autores de livros com bastante prestígio no Brasil. O ambiente também era bastante estimulante politicamente, visto que os Vilelas e os Carneiros possuíam um grande cabedal político, haviam participado de todas as ‘revoluções’ da primeira metade do século XIX. Além disso, nos anos de 1850, o pai de Vilela foi deputado provincial por Pernambuco e presidente de província do Ceará, o tio, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, deputado geral e líder dos liberais em Pernambuco, e o tio avô, Antônio Carneiro Machado Rios, chefe dos conservadores na freguesia da Boa Vista. Do ponto de vista político, Vilela recebeu influências de diferentes perspectivas.

Em 1860, com 14 anos de idade, Vilela ingressou no Colégio de Benfica, “o mais acreditado de então, o de mais renome”, para se preparar para os exames da Faculdade de Direito do Recife. Até 1861, conta Vilela, que o colégio nunca teve um examinado reprovado. O proprietário-diretor do colégio era Estevam Xavier da Cunha, ‘ilustradíssimo português e ex-aluno de matemática da Universidade de Coimbra’. Vilela o descreve como um excelente educador, afável, bondoso, ‘indulgente, embora austero’, inteligente e ‘dono de uma educação esmeradíssima’.

Integravam o corpo docente do colégio, os seguintes professores: conselheiro Autran, de filosofia e também lente de economia política da Faculdade de Direito; desembargador Dr. Francisco Balthazar da Silveira, de inglês; Dr. José Soares de Azevedo, de francês; o ‘emérito literato’ Dr. Antônio Rangel de Torres Bandeira, de história e geografia; Dr. Antônio de Figueiredo, de retórica; Estevam Xavier, que regia aritmética e geometria. Afirma Vilela que os alunos gozavam de uma liberdade que ele nunca encontrou em colégio algum, “por mais moderno e melhor que se apregoe³⁷⁰”.

O colégio de Benfica era interno e recebeu, entre 1860 e 1861, alunos de Alagoas, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Vilela dividiu o seu quarto com Thomaz Coelho de Gusmão, Augusto de Aguiar Belo, Antônio Maria Gonçalves de Oliveira ou o futuro bispo D. Vital e Manoel Varela que ingressou apenas depois que o colégio se transferiu para a rua da Aurora. Reinava entre eles ‘a mais

³⁷⁰ Revista Cultura Acadêmica (PE). 1905

cordial amizade’, sendo Antônio Maria de Oliveira o ‘mais sério e sisudo, o mais respeitado’, que se destinava para padre e que tinha sobre o grupo uma forte ‘supremacia moral’. Era ‘bastante inteligente’, ‘exemplarmente estudioso’ e possuía ‘eloquência natural’. Segundo Vilela, o futuro bispo ‘apostolava com frequência o seu diminuto rebanho’ para ‘alimentar a nossa fé católica’, exaltando com frequência a ‘eficácia das orações rezadas com fervor e devoção³⁷¹’.

Aos domingos Vilela ia à missa do Hospital Português, na ‘qual servia de acólito indefectível o Antônio Gonçalves’. Depois, costumava visitar a família no sítio do Pitanga. Entretanto, algumas vezes, ‘o atrativo do colégio era tamanho’ que Vilela não visitava seus familiares. Nestes dias, quase sempre, o seu avô ia visitá-lo, e abria o verbo sobre os “feitos e ações de dezessete, vinte e quatro, trinta e dois e quarenta e oito, a que assistira e em muitas delas tomou parte ativa”. O seu avô, segundo as palavras de Vilela, era “um herói sem prosopopéia”, que tomara parte em todas as revoluções de 1817 a 1848³⁷².

O mês de fevereiro de 1862 foi puxado para Vilela devido às provas de acesso à Faculdade de Direito do Recife. Ele fez provas de latim, francês, inglês, retórica, poética, filosofia racional e moral, história, geografia, geometria e aritmética³⁷³. Obteve êxito e no mês de março realizou sua matrícula³⁷⁴, pagando a taxa anual de 100\$000 réis³⁷⁵. O diretor da faculdade, Visconde de Camaragibe, líder conservador e aliado político do tio avô de Vilela, Antonio Carneiro Machado Rios, e os demais professores, devem ter depositado alguma esperança no jovem estudante, filho de um antigo lente da instituição e sobrinho do professor de Direito Eclesiástico Jerônimo Vilela Castro Tavares.

A Faculdade de Direito começou a funcionar em 1828, no Mosteiro de São Bento, em Olinda³⁷⁶. O cupim no mosteiro beneditino obrigou a transferência do curso

³⁷¹ Revista Cultura Acadêmica (PE). 1905

³⁷² Revista Cultura Acadêmica (PE). 1905

³⁷³ AGUIAR, Claudio. **Franklin Távora e o seu Tempo**. São Paulo. Atelier Editorial. 1997. p. 55-56

³⁷⁴ Certidão de matrícula de Joaquim Maria Carneiro Vilela. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Livro 14.

³⁷⁵ VEIGA, Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Direito do Recife**. Volume 6. Recife. Editora Universitária (UFPE). 1980., p.279

³⁷⁶ BEVILAQUA, Clovis. **Historia da Faculdade de Direito do Recife**. Vol 1. Brasília. INL. Conselho Federal de Cultura. 1977. p. 30

para o Palácio dos Governadores, em 1852³⁷⁷. Posteriormente, em 1854, ela foi transferida para o Recife.

A realidade é que a pequena Olinda não dispunha de infraestrutura para receber uma população estudantil que ano a ano aumentava. Além disso, o acesso à antiga Marim dos Caetés era difícil. Saindo do Recife havia dois caminhos: ou seguia-se de barco singrando as águas do rio Beberibe ou fazia-se uma longa caminhada através do istmo, uma “estreita estrada de areia, banhada pelo rio de um lado e pelo mar do outro³⁷⁸”. O abastecimento de víveres era precário e as condições de diversão escassas³⁷⁹. O difícil acesso ao pequeno povoado de Olinda levava a um elevado número de falta dos docentes, o que precarizou a formação dos futuros bacharéis³⁸⁰.

Em Olinda, os estudantes, carentes de diversão, improvisaram várias representações teatrais no seu teatro acadêmico, que funcionava numa rua paralela à rua de São Bento³⁸¹. A presença do teatro no seio da faculdade ajudou a despertar vocações para o mundo da dramaturgia. Nos anos de 1850, com a transferência da faculdade para o Recife, o teatro estudantil desapareceu, sendo recriado na década seguinte³⁸². Vilela desempenhará, como veremos, um papel relevante na reinvenção da dramaturgia pernambucana.

As aulas na faculdade, durante o século XIX, não passavam de “120 dias para lição e explicação, acrescidos de 26 dias de sabatinas³⁸³”; no máximo eram 150 dias de aula, menos da metade do ano civil. O ano letivo começava em 15 de março e terminava em 15 de outubro. Entre os estudantes reinava a indisciplina e a anarquia. Para coibir esse estado de coisas, o Estatuto da Faculdade de 1854 estabeleceu para os estudantes a prisão correcional dentro do edifício da instituição³⁸⁴. Maciel Pinheiro, estudante do quarto ano, em 1865, ficou quatro meses preso no andar térreo da faculdade, por haver lançado injúrias ao lente Lourenço Trigo³⁸⁵. Os trotes, as reuniões nas repúblicas e as

³⁷⁷ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p.208

³⁷⁸ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2000. p. 14

³⁷⁹ BEVILAQUA, Clovis. **Historia da Faculdade de Direito do Recife**. *Op. Cit.* p. 440

³⁸⁰ VEIGA, Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Direito do Recife**. Volume 2. Recife. Editora Universitária (UFPE). 1980. p.88

³⁸¹ *Ibidem.* p.295

³⁸² *Ibidem.* p.298

³⁸³ *Ibidem.* p.86

³⁸⁴ *Ibidem.* p.311

³⁸⁵ AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 118

festividades eram frequentes entre os estudantes e ajudavam no processo de construção de amizades; algumas destas durariam a vida inteira³⁸⁶.

Em 1854 a faculdade foi transferida para um sobrado situado na rua do Hospício, logo apelidado de ‘pardieiro’³⁸⁷. A nova sede ficava nos confins da cidade do Recife, num areal semi deserto, uma espécie de “ardente calma do Saara do Hospício³⁸⁸”. Joaquim Vilela, ainda vivo, em 1856, queixou-se afirmando: “a faculdade não está verdadeiramente colocada na cidade do Recife, mas em uma estrada e a ela não se pode ir comodamente a pé³⁸⁹”.

Carneiro Vilela estudou direito no velho pardieiro, ‘arruinado e indecente³⁹⁰’, entre os anos de 1862 a 1866. Os anos em que passou na Faculdade de Direito foram de vital importância para iniciá-lo no mundo do jornalismo e do teatro. Vilela não se encheu de entusiasmo pelo curso, como podemos observar numa crônica escrita em 1888: a morte do meu pai “decidiu a minha sorte, pondo-me na contingência tristíssima de estudar direito, com o que fiquei torto para o resto³⁹¹” da minha vida. Vilela sentia uma pressão, real ou imaginária, por parte de lentes e colegas de estudo, de continuar a obra inacabada do seu pai sobre direito eclesiástico “a fim de que essa obra, começada por seu pai, não ficasse incompleta e por isso de todo perdida³⁹²”. A obra do pai de Vilela representava uma introdução ao direito público e eclesiástico³⁹³, daí a necessidade de complementação.

Na Academia Jurídica, Vilela foi contemporâneo de Franklin Távora, Araripe Junior, Santa Helena Magno, Eduardo de Carvalho, Vitoriano Palhares, Tobias Barreto e Castro Alves, “uma plêiade valorosa de robustas inteligências, cheias de ardor juvenil, sedentas de glórias³⁹⁴”. Vilela estudou em uma época de forte ebulição intelectual, quando estudantes desfraldaram, na fértil imprensa acadêmica, novas bandeiras num atrasado país escravista. Atraso que não se limitava ao campo econômico, social e político, mas inundava a esfera da cultura, da religião, da educação, etc.

³⁸⁶ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-89)**. Santa Maria. Ed. da UFSM. 2010. p. 55.

³⁸⁷ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p.223

³⁸⁸ *Ibidem.* p.227

³⁸⁹ *Ibidem.* p.224

³⁹⁰ *Ibidem.* p. 224

³⁹¹ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 86

³⁹² *Ibidem.* p. 86

³⁹³ BEVILAQUA, Clovis. *Op cit.* 1977. p. 22

³⁹⁴ BEVILAQUA, Clovis. *Op cit.* p. 83

Entre as décadas de 1860 a 1880 os bancos da Faculdade de Direito do Recife viram nascer uma geração frustrada com os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil. Esta faculdade ajudou a formar parte da *intelligentsia* brasileira que lutou em várias trincheiras pela ‘modernização’ do país. Dos seus bancos nasceram poetas, juristas, jornalistas, diplomatas, estadistas, ministros de Estado, políticos, tribunos. A palavra de ordem dessa geração “era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia³⁹⁵”, entendida como ampliação da participação política.

A maioria das aulas da faculdade não deve ter despertado muito o interesse de Vilela. A memorização das leis e das ordenações e a cópia de livros e apostilas desestimulavam os estudantes. Para o padre Lopes da Gama, antigo diretor da Faculdade de Direito, os alunos “nada sabem, papagueiam muito, no fundo tudo ignoram³⁹⁶”. Na visão de Vilela alguns professores não incentivavam novos estudos e novas conquistas do espírito, apenas aspiravam a uma ‘honesta senatoria’ e a um ‘ordenado gordo’, “à cuja sombra pode o corpo engordar, embora a inteligência se embote e o espírito se atrofie afogado nas gordurosas banhas da preguiça³⁹⁷”. Vilela achava que os professores possuíam ideias e métodos confusos e que o direito ensinado estava sem sintonia com os progressos humanos, predominando uma metafísica casuística e nebulosa, ao contrário do direito ‘naturalista e real³⁹⁸’. Como veremos ao longo do trabalho, Vilela sempre manteve uma postura extremamente crítica aos métodos e aos conteúdos ensinados na Academia Jurídica. Ele, ao longo da sua vida, advogou uma profunda reforma no ensino do direito no Brasil.

Se o seu interesse nos estudos jurídicos era baixo, por outro lado, a participação nas lides jornalísticas e teatrais, alegravam o seu coração. A escassez dos estudos jurídicos devido à ausência dos professores, ora exercendo a advocacia ora a deputação³⁹⁹, deixava os alunos mais livres para se lançarem no mundo do jornalismo político, das sociedades secretas e das sociedades teatrais⁴⁰⁰. Entre os anos de 1850 a

³⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Op cit.* p. 97

³⁹⁶ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p.92

³⁹⁷ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte.** *Op. cit.* p. 145

³⁹⁸ *Ibidem.* p. 101-102

³⁹⁹ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p. 18

⁴⁰⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Op. cit.* p. 52

1865, os estudantes da faculdade lançaram vinte e oito periódicos⁴⁰¹. A participação da mocidade no jornalismo representava um espaço complementar para a formação intelectual dos mesmos, um arejamento para o seus espíritos, infelizmente sujeitos a uma educação formal repetitiva e mecânica.

Durante os anos de 1862 a 1864, Vilela foi mais assíduo e obteve melhores notas na faculdade, sendo aprovado nesses anos com o conceito máximo ‘plenamente’⁴⁰². Parece que nesses primeiros anos ele perdeu “belas noites de sono ou de regabofe, com os estudos forçados⁴⁰³”. No ano de 1865, entretanto, ele faltou muitas aulas e sabatinas e recebeu uma nota pior, ao final do ano, sendo aprovado ‘simplesmente’⁴⁰⁴. Talvez essa queda no rendimento tenha relação com o agitado ano de 1865, marcado pela Guerra do Paraguai, pela sua atuação mais sistemática no jornalismo acadêmico, bem como pelo seu casamento com Margarida Iria Bruno.

Em 1865, Vilela ajudou a fundar o jornal ‘*Ilustração Acadêmica*’. Esse ano foi marcado por intensa atividade jornalística na faculdade, com a criação de 9 periódicos⁴⁰⁵. A ‘*Ilustração Acadêmica*’ começou a circular no mês de junho e sobreviveu até meados do ano seguinte. Foram publicados 12 números. Cada edição circulava com 16 páginas e a tiragem oscilava entre 300 a 400 cópias⁴⁰⁶. Integravam o corpo de redação José Higino Duarte, José Elísio de Carvalho Couto e Carneiro Vilela, que assinava com o pseudônimo de ‘barba azul’. No desenho do frontispício do periódico, figuravam, no primeiro plano, um monge encapuzado e um guerreiro, tendo ao fundo o prédio da Faculdade de Direito do Recife e um radioso sol (figura 06). Abaixo dessa imagem, a divisa de Erasmo de Roterdã: ‘*Admonere volumus, non mordere; prodesse, non laedere; consulere moribus hominum, non officere*’ (‘queremos advertir, não ferir; ser de utilidade, não magoar; corrigir os costumes, não morigerar’). Crônicas, folhetins, contos, poesias, crítica de costumes, variedades e charges foram publicadas no citado jornal acadêmico⁴⁰⁷. O chiste e a paródia eram marcas do

⁴⁰¹ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p. 178

⁴⁰² Diário de Pernambuco (PE): 22.07.1862; 18.7.1863; 22.08.1863; 05.09.1863; 29.10.1863; 12.08.1864; 15.11.1864

⁴⁰³ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 87

⁴⁰⁴ Diário de Pernambuco (PE): 30.10.1865; 10.05.1865; 16.10.1865

⁴⁰⁵ BEVILAQUA, Clovis. *Op. cit.* p. 240

⁴⁰⁶ CARVALHO, Alfredo. **Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana**. Recife. Typographia do Jornal do Recife. p. 312-13.

⁴⁰⁷ VEIGA, Gláucio. *Op cit.* p. 177 e NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Recife. Imprensa Universitária/UFPE/, 1967. vol 5/ p. 222-23

periódico. É possível que Vilela tenha produzido algumas charges para esse periódico já que, como veremos adiante, ele possuía um espírito de polígrafo. Essa não foi a estreia de Vilela no mundo da imprensa, uma vez que no ano de 1864 ele publicou um longo poema no *'Diário de Pernambuco'* intitulado *'Deus'*⁴⁰⁸. Vilela, autor profundamente anticlerical, inaugurou a sua longa jornada na imprensa brasileira com a palavra *'Deus'*.



Ilustração Acadêmica (PE), 16.06.1865 (figura 06)

A *'Ilustração Acadêmica'* era o órgão oficial de uma sociedade secreta de estudantes chamada *'a Tugendbund'*⁴⁰⁹, fundada por Carneiro Viela, José Hygino, Gonçalves Ferreira, Domingos Pinto e Feliciano Pontual⁴¹⁰. Essa sociedade tinha como *'grão capitão'*, Feliciano Pontual, como *'irmão terrível'*, Domingos Pinto, e como *'secretário'*, o próprio Vilela, que assinava com o pseudônimo de Barba Azul⁴¹¹. Para

⁴⁰⁸ *Diário de Pernambuco* (PE), 28.07.1864

⁴⁰⁹ Em alemão, a palavra *tugend* significa *'virtude'* e *bund* significa *'sociedade'*. As *Tugendbund* eram associações de virtude fundadas por estudantes das universidades alemãs, durante as Guerras Napoleônicas.

⁴¹⁰ Cf. VEIGA, Gláucio. *Op. cit.* p. 177. e ODILON, Nestor. **Faculdade de Direito do Recife Traços da sua História**. Recife. 1930, Imprensa Industrial. 2 edição. p. 39 e 46.

⁴¹¹ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 154

ingressar nessa associação de jovens acadêmicos eram exigidos estranhos e cômicos ritos; como por exemplo, falar durante uma hora para uma numerosa plateia sobre um tema ‘o mais estapafúrdio possível’, sorteado na hora. Carneiro Vilela falou durante 90 minutos sobre o seguinte tema: ‘da influência da lua nova e da lua cheia no preparo do feijão de coco’⁴¹². A palestra chistosa de Vilela deve ter provocado boas gargalhadas entre o público, além de contribuir para solidificar laços de amizade entre os estudantes. Podemos supor que esse ritual de iniciação parodiava os discursos, frequentemente vazios, proferidos no Parlamento brasileiro.

Um burburinho conquistou as ruas do Recife no ano de 1865. As trágicas notícias dando conta da invasão, pelas tropas paraguaias, da província do Mato Grosso, indignaram todo o Brasil. O governo Imperial criou, no mês de janeiro, os Corpos de Voluntários da Pátria⁴¹³, com o objetivo de suprir o pequeno exército brasileiro⁴¹⁴ com soldados para enfrentar o inimigo. Pernambuco, ainda no mês de abril, conseguiu mobilizar mais de 800 voluntários para as fileiras do 1ª Corpo de Voluntários de Pernambuco, que embarcou para o teatro da guerra no mês de agosto⁴¹⁵. Houve uma verdadeira “torrente de voluntários” em Pernambuco⁴¹⁶. A mobilização da sociedade nos primeiros meses de 1865 surpreenderam as autoridades, com a presença de grande fluxo de voluntários e a doação de donativos à causa da guerra, incluindo “imóveis, dinheiro, serviços e escravos”⁴¹⁷.

Os sentimentos patrióticos afloraram e muitos estudantes da Academia Jurídica se alistaram nos batalhões de Voluntários da Pátria. Muitos abandonaram os livros e marcharam para o Paraguai, a exemplo de José Higino, Paulino Câmara, João Batista da Corte Real, José Joaquim Ramos e Maciel Pinheiro⁴¹⁸. Sobre este último estudante, Castro Alves afirma que ele “simbolizava o entusiasmo e a coragem, e a independência e o talento nas academias” e que não fugiu aos reclamos da pátria e “se improvisou

⁴¹² Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁴¹³ SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania no exército brasileiro**. São Paulo. Paz e Terra. 1990. p. 56.

⁴¹⁴ IZECKSOHN, Vitor. **A Guerra do Paraguai**. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *Op cit.* p 398

⁴¹⁵ LUCENA, Márcio. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem**. Recife. Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 2000. p. 94

⁴¹⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo. Companhia das Letras. 2002. p.117.

⁴¹⁷ IZECKSOHN, Vitor. *Op. Cit.* p. 399

⁴¹⁸ BEVILAQUA, Clovis. *Op cit.* Vol 1. p. 445.

soldado⁴¹⁹”. Diversos poetas usaram a sua pena para enaltecer a coragem dos voluntários da pátria e a necessidade de vingar a pátria ofendida⁴²⁰. Castro Alves, por exemplo, recitou no Teatro de Santa Isabel, a um público entusiasmado, o poema ‘aos estudantes voluntários⁴²¹’.

Vilela, que desde muito jovem possuía um veio crítico, publicou no ‘*Diário de Pernambuco*’ um longo poema intitulado ‘*Pernambuco, tremes?*’, acusando o pernambucano de fugir ao chamado da pátria, uma vez que os “filhos do norte recuam / descorados, covardes e vis”. O poeta questionou se Pernambuco jazia ‘morto’ e ‘corrupto’ e conclamou os soldados de outrora, das lutas contra os batavos, herdeiros do heroísmo de “De Vieira, Vidal e Camarão”, a erguer-se da tumba para “ver vossos filhos / como fogem sem brio!”. Vilela, com língua ferina, afirmou que se chamassem os filhos da terra para “o campo infamante / das eleições” para dar um voto “servil” a um partido qualquer, eles correriam “depressa”, mas hoje recuam ante o chamado da pátria. Com voz dura, lançou uma maldição aos “covardes matricidas”, mas ao mesmo tempo conclamou o “Leão do norte potente” a despertar do ‘sono’ em que vivia, para lutar no sul contra a ‘tirania’ do presidente do Paraguai Solano López e colher os ‘louros’ da vitória, pois Pernambuco vale “por mil / Cada braço que tens, um gigante! Cada filho, um titã de fuzil! / Cada espada, um lampejo que esmaga! / Oh! Não durmas, rival do Brasil!⁴²²”. Nos dias 23 e 24 de março, outros poemas da lavra vileliana foram publicados no ‘*Diário de Pernambuco*’, depois de terem sido lidos nas noites dos dias 17 e 18 por ocasião de ‘festejos patrióticos⁴²³’.

Em outubro de 1865, Carneiro Vilela contraiu núpcias com a Margarida Iria Bruno, italiana de nascimento e naturalizada brasileira; tendo os noivos na ocasião 19 e 14 anos de idade, respectivamente⁴²⁴. O casamento talvez tenha sido uma estratégia de Vilela para evitar um possível recrutamento para a Guerra do Paraguai, uma vez que os homens casados estavam isentos do recrutamento militar⁴²⁵. Devia estar bem claro na sua lembrança o recrutamento do capitão do batalhão da Guarda Nacional, Francisco

⁴¹⁹ ALVES, Castro. **Obras Completas de Castro Alves**. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional. 1944. Vol I. p. 86

⁴²⁰ LUCENA, Marcio. *Op cit.* p. 78-85

⁴²¹ SILVA, Alberto da Costa. **Castro Alves: um poeta sempre jovem**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006. p. 47

⁴²² *Diário de Pernambuco* (PE), 22.02.1865

⁴²³ *Diário de Pernambuco* (PE), 23.03.1865 e 24.03.1865

⁴²⁴ VILELLA, Carmélio. *Op cit.* p. 37

⁴²⁵ IZECKSOHN, Vitor. *Op cit.* p. 402

Carneiro Machado Rios Júnior, seu parente próximo, que foi recrutado no mês de junho e posteriormente dispensado devido à influência política do avô de Vilela, Francisco Carneiro Machado Rios⁴²⁶. Se é verdade que o casamento foi uma artimanha para fugir dos campos de batalha do Paraguai, o Vilela do poema ‘*Pernambuco, tremes?*’, condenando os ‘covardes’ e exalando coragem e patriotismo, só existia no mundo da ficção.

Vilela passou a vida inteira casado com Margarida Bruno, ‘morena italiana, flor das flores⁴²⁷, de doce olhar castanho⁴²⁸’. Na primeira década de casamento, ele compôs diversos poemas ‘por ela e para ela’, sua musa inspiradora ao mesmo tempo flor e pérola. Vilela era um homem erudito e não desconhecia que em latim a palavra *margarita* significa pérola. É o que ele diz na apresentação do livro ‘*À Margarida*’: “margarida é flor modesta (...) e é pérola que se oculta na concha sob as ondas bravias do mar⁴²⁹”. Vilela ditava os poemas e Margarida anotava em um caderno. Num dos poemas, Vilela diz que eles eram um ‘par de rouxinóis’ e que havia muita ventura nas “noites de amor tão cheias de ternura, / quando ela me dizia em lânguido abandono; / ‘contigo quero assim dormir o último sono!’⁴³⁰”.

A pena de Carneiro Vilela no ano de 1866 produziu alguns poemas de acento romântico, publicados no ‘*Diário de Pernambuco*⁴³¹’, bem como textos para o periódico ‘*Ilustração Acadêmica*’. Ele também participou ativamente da reestruturação do Conservatório Dramático de Pernambuco, originalmente criado pelo governo da província em 1853⁴³², durante a gestão do presidente José Bento de Cunha Figueiredo.

No Brasil Imperial existiram vários conservatórios dramáticos. O do Rio de Janeiro, por exemplo, foi criado em 1843 e tinha como finalidade incentivar os estudos dramáticos e o melhoramento da cena teatral brasileira. Além de promover a arte teatral, os conservatórios davam a palavra final em casos de censura, que era exercida em casos de ataques à religião oficial, desrespeito aos poderes políticos da nação e às autoridades

⁴²⁶ Jornal do Recife (PE), 06/07/1865 e 13/06/1865

⁴²⁷ VILELLA, Carneiro. *À Margarida poesias (1859-1875)*. *Op. Cit.* p. 44

⁴²⁸ *Ibidem.* p. 133

⁴²⁹ *Ibidem.* p. 6

⁴³⁰ *Ibidem.* p. 134

⁴³¹ Diário de Pernambuco (PE): ‘*O Beija Flor e o Sol*’, em 07.03.1866; ‘*Fragmento*’, em 13.06.1866; ‘*O Lyrrio*’, em 23.03.1866; ‘*Dous Primos*’, em 04.04.1866; ‘*Balada*’, em 09.04.1866; ‘*Deixa*’, em 14.04.1866.

⁴³² Diário de Pernambuco (PE), 21.04.1866

constituídas e ofensas à moral e à decência pública. As referidas instituições deveriam também zelar pelo uso da língua culta, corrigindo erros. Januário da Cunha Barbosa, Manoel de Araújo Porto Alegre e Machado de Assis foram sócios do Conservatório do Rio de Janeiro, tendo este último produzido dezessete pareceres sobre peças. Num desses pareceres ele argumenta: “o teatro é para o povo o que o coro era para o antigo teatro grego; uma iniciativa de moral e civilização”; a arte “deve identificar-se com o fundo das massas; copiar, acompanhar o povo⁴³³”.

O Conservatório Pernambucano, criado em 1853, não cumpriu as suas funções e caiu no ‘sono da indolência’. Com o intuito de sair dessa letargia, em 1866 ele foi reinaugurado pelo governo, com a esperança de alcançar o ‘progresso’ da arte teatral e de despertar “numerosas vocações, até hoje mirradas pela indiferença”, que pelo estudo e talento irão “desabrochar graciosas ao sol criador do conservatório e abrigar-se à sombra da formosa árvore que hoje se levanta”. O conservatório possuía o objetivo de descobrir os indivíduos com “imaginações ricas em seiva que por aí definham à falta de alento e que podiam há muito ter dotado o nosso teatro com composições nacionais⁴³⁴”. Talvez as palavras proferidas durante a abertura dos trabalhos do conservatório ‘imaginações ricas (...) podiam há muito ter dotado o nosso teatro com composições nacionais’, tenha martelado na sua cabeça por dias.

O conservatório possuía 40 integrantes⁴³⁵; e entre eles havia intelectuais e poetas condoreiros. Além de Carneiro Vilela, Torres Bandeira, Vitrúvio Pinto Bandeira e Franklin Távora, participaram da conferência de reabertura do conservatório, ocorrida no Teatro de Santa Isabel, no mês de abril. Foram nomeados para integrar a sua estrutura: Antonio Rangel Torres Bandeira, 1º secretário; Francisco Manoel Raposo Almeida, 1º sub-secretário; João Franklin Távora, 2º sub-secretário e Rufino de Almeida, tesoureiro. O conservatório se dividia em quatro seções: ‘língua portuguesa’, ‘literatura dramática’, ‘música e artes’ e ‘história e antiguidades’. Vilela foi nomeado como um dos integrantes desta última.

⁴³³ LEMOS, Valéria Pinto. **Os exames censórios do conservatório dramático Brasileiro inventário analítico**. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional. 2014. p. 9-10. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1415592/mss1415592.pdf. Acesso em: 09.09.2015.

⁴³⁴ Jornal do Recife (PE), 26.6.1866.

⁴³⁵ Jornal do Recife (PE), 26.6.1866.

A partir dessa data as artes cênicas entraram definitivamente na vida de Vilela, transformando-o em profícuo dramaturgo, como veremos posteriormente. A presença dele na seção de ‘história e antiguidade’ demonstra o vivo interesse que ele possuía pelos estudos históricos. Como será acentuado posteriormente, a sua literatura e o seu teatro beberam a todo instante da história do Brasil.

Havia uma forte paixão pelo teatro na década de 1860, como podemos constatar na polêmica envolvendo duas estrelas que fulgiam nos palcos do Recife: Adelaide Amaral e Eugênia Câmara, que “provocavam os arroubos líricos da mocidade⁴³⁶”. Em 1866, ambas participaram da peça ‘*Gaspar Hauser*’, de Auguste Anicet-Bourgeois. Castro Alves escreveu uma resenha da peça criticando Adelaide e louvando Eugênia. Tobias não gostou. E a partir daí nasceu uma batalha verbal entre eles que excitou o público, dividido em facções, e ajudou a esgarçar a amizade entre ambos. No teatro de Santa Isabel, no dia 23 de novembro de 1866, “quando apareceram as duas atrizes no palco, as facções se engalinharam. A polícia teve de intervir para separar os brigões. Suspendeu-se o resto da temporada⁴³⁷”. Nesse mesmo ano, a atriz Eugênia Câmara foi morar com o jovem poeta Castro Alves, na ocasião com 19 anos⁴³⁸.

Carneiro Vilela se formou em Ciências Jurídicas em 1866⁴³⁹. O canudo era a “chave mestra do êxito na vida⁴⁴⁰”, a antessala da alta e média burocracia. O diploma ajudaria na luta cotidiana pelos “cobrinhos para os charutos e para o bonde⁴⁴¹”. ‘Boêmio incorrigível’, talvez tenha ele próprio preparado um grande jantar para comemorar a conclusão do seu curso. Ele ficou famoso pelas ‘toneladas de camarão com pimenta’ que preparava, na companhia de ‘alegres boêmios’, na rua estreita do Rosário. Nesses encontros, o seu “espírito fino esvoaçava em ditos, às vezes, tão picantes como a pimenta que condimentava os camarões⁴⁴²”.

⁴³⁶ BEVILAQUA, Clovis. Vol 2. *Op. cit.* p 84

⁴³⁷ SILVA, Alberto da Costa. *Op. cit.* p. 58

⁴³⁸ *Ibidem.* p. 56

⁴³⁹ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife.** Recife. Tipografia do Diário da Manhã. 1931. p. 103

⁴⁴⁰ VEIGA, Gláucio. Vol 5. *Op. Cit.* p. 19

⁴⁴¹ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte.** *Op. cit.* p. 87

⁴⁴² Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

2.3 – Carneiro Vilela entre a magistratura e o Grêmio Dramático (1867-71)

Casado e formado em direito, Vilela começou a correr atrás dos ‘cobrinhos para os charutos e para o bonde’. Ao que parece, ele exerceu a profissão de advogado ao longo do ano de 1867. É o que nos informa o padre Lino de Carmello na indicação que fez de Vilela para os quadros do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)*⁴⁴³.

Em junho de 1867, ele foi nomeado pelo Presidente da Província para o cargo de delegado literário da freguesia de Santo Antônio⁴⁴⁴, com as seguintes atribuições: fiscalizar um determinado número de escolas situadas no referido bairro, suspender professores no caso de faltas graves, nomear professores substitutos, zelar pelo cumprimento dos regulamentos educacionais, bem como fiscalizar a transmissão de valores morais e religiosos aos estudantes.

Franklin Távora, seu amigo dos tempos da faculdade, havia sido eleito deputado da Assembleia Provincial de Pernambuco para o biênio 1867-68, quando defendeu uma proposta de reforma de ensino. Vilela exerceu o cargo de delegado literário durante a gestão de Távora, então Diretor Geral de Instrução Pública, ficando responsável por algumas das 197 escolas de instrução primária que existiam em Pernambuco naquele ano, sendo que 120 eram destinadas ao sexo masculino e 77 ao feminino⁴⁴⁵.

Távora procurou imprimir um tom mais progressista à educação em Pernambuco. As suas intenções não ficaram restritas ao desejo de reformar a estrutura física das escolas, mas ele intentava implementar uma efetiva liberdade de ensino na Província. Ele afirmava que queria o ensino livre porque desejava um “adubo de liberdade em tudo⁴⁴⁶”; um ensino livre porque queria “instrução do povo, isto é, a nação em peso conhecendo (...) a si mesma e a sua política, sabendo como vão sendo administrados os afazeres públicos e como os seus representantes cumprem o mandato da soberania⁴⁴⁷”. Vilela assumiu o seu posto nesse contexto.

⁴⁴³ IAHGP (Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco). Fundo Arquivo do Instituto. Caixa 23.

⁴⁴⁴ Diário de Pernambuco (PE), 01.06.1867

⁴⁴⁵ Diário de Pernambuco (PE), 01.06.1867

⁴⁴⁶ AGUIAR, Claudio. *Op cit.* p.140

⁴⁴⁷ TÁVORA, Franklin. **A liberdade de Ensino**. Recife. Typografia do Jornal do Recife., 1868. Discurso proferido na Assembleia Provincial de Pernambuco. *Apud* AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 140.

Távora era um defensor do ensino popular, público, gratuito e de qualidade, para que as classes pobres pudessem abandonar a ignorância. Ele não achava justa a diferença na qualidade do ensino entre as escolas privadas e públicas⁴⁴⁸. Mas a tentativa de implementação de reformas incendiou a oposição conservadora que passou a atacá-lo na imprensa e na Assembleia Provincial⁴⁴⁹. As suas propostas também não agradaram os setores ultramontanos da Igreja Católica que não subscreveram a tese de liberdade de ensino. Na visão da igreja, liberdade tinha cheiro de laicidade.

Na década de 1860, o clima anti-jesuítico ia se formando em Pernambuco. A questão da reforma educacional acentuou as tensões entre os progressistas, que desejavam mudanças, e os conservadores, que desejavam deixar tudo como estava. Távora diante de tanta resistência, desabafou contra a ‘seita abominável de Ignácio de Loyola’: “Deus nos ajudará a aniquilar o demônio da intolerância, do comércio sacrílego, desse jesuitismo indecente” que sufoca o espírito das crianças nos colégios, e “depois, pelo contágio, transmite-se à casaca do preceptor graduado, nos Ginásios e nas Faculdades”. Na sua visão, os jesuítas eram ‘hidras da hipocrisia’ que controlavam parte da educação da província⁴⁵⁰. Não é ocioso lembrar, como vimos no capítulo 1, que a questão das Bíblias falsas e a negação de sepultura eclesiástica ao general Abreu e Lima acirraram as relações entre ‘maçons’ e ‘jesuítas’.

Esse clima anti-jesuítico reverberará na produção intelectual de Vilela nas décadas seguintes, seja no jornalismo, no teatro, na caricatura, na crônica ou no folhetim. Como veremos, o seu anticlericalismo será uma marca indelével.

Távora fez uma ‘faxina’ na instrução pública e colocou os seus delegados literários para fiscalizar as escolas. Muitos professores foram demitidos. Na época, um jornal conservador esbravejou contra o diretor, ‘denunciando’ os seus ‘atos de exorbitância frenética’, pois a Diretoria da Instrução Pública foi “convertida em tribunal secreto de inconfidência⁴⁵¹”.

É provável que Vilela tenha tido muito trabalho nesse seu cargo de delegado. Jovem e idealista, deve ter sonhado com uma educação afastada das nocivas nomeações de professores para acomodar a clientela política. Ele sabia que esses mestres sem

⁴⁴⁸ AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p.142

⁴⁴⁹ *Ibidem.* p.129-36

⁴⁵⁰ A Consciência Livre (PE), 01.07.1869. Apud AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 149.

⁴⁵¹ O Conservador (PE), 11.09.1867

mérito e sem estudo eram duplamente nocivos, pois não ensinavam nada ao povo e ainda atuavam como peças importantes nas eleições, arregimentando os votantes para o partido que estava no poder. Certamente esse ambiente ajudou a fazê-lo pensar sobre a importância da educação para as classes populares, bem como da necessidade de liberdade de ensino para fazer voar alto o espírito. O tema da educação será bem importante na sua obra. Como veremos, ele atuará sistematicamente no campo da educação e discutirá, na sua obra, diversos aspectos vinculados a esse tema. A educação não sairá do seu ‘radar’.

Em outubro de 1867, o padre Lino do Monte de Carmello Luna, sócio do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP)*, indicou Vilela, para sócio correspondente do referido *Instituto*⁴⁵². No mês seguinte, depois de um escrutínio entre os sócios, Vilela foi aceito nos quadros *IAHGP*⁴⁵³. O ingresso nessa instituição, com apenas 21 anos de idade, talvez demonstre o seu interesse em ampliar os conhecimentos no campo da história. Como veremos ao longo deste trabalho, Vilela, no seu mister literário, não prescindiu da história de Pernambuco. É provável que ele tenha se alimentado dos estudos históricos elaborados pelo Instituto Histórico de Pernambuco; conhecimento este que será ‘infiltrado’ nas suas obras, em prosa ou em verso.

No ano seguinte Vilela foi nomeado juiz municipal da capital da província do Rio Grande do Norte; e no mês de maio embarcou na companhia do seu criado⁴⁵⁴, deixando a mulher no Recife. Ao embarcar, o jovem juiz levava consigo as suas ambiguidades. É provável que a palavra ‘criado’ seja um eufemismo para se referir a ‘escravo’. Como um fervoroso abolicionista podia embarcar com o seu ‘escravo’? Isso devia provocar, no mínimo, problemas de consciência. Talvez no convés do navio ele tenha pensado sobre as suas incoerências.

Ele não passou muito tempo em Natal, ficou aproximadamente 11 meses⁴⁵⁵. E não existem muitas informações sobre a sua estada no Rio Grande do Norte. Não se sabe se Vilela foi um juiz justo e célere, nada se sabe sobre o seu cotidiano. Mas as

⁴⁵² IAHGP (Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco). Fundo Arquivo do Instituto. Caixa 23.

⁴⁵³ IAHGP (Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco). Fundo Arquivo do Instituto. Caixa 08. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano. Ata da 96ª Sessão Ordinária, ocorrida em 21.11.1867. Recife. 1868. Número 14. p. 146.

⁴⁵⁴ Jornal do Recife (PE), 01.05.1868

⁴⁵⁵ VILELLA, Carneiro. *Cartas sem arte*. *Op cit.* p. 78

fontes lançam luz em dois aspectos: ele foi um ‘namorador incorrigível’⁴⁵⁶ em terras potiguares e abandonou o posto de juiz, sendo posteriormente processado pelo Estado. O fato é que esse abandono produziu diversos embaraços na sua vida.

Em 1869 Vilela retornou ao Recife e fundou, juntamente com Franklin Távora, José Antônio de Almeida Cunha, José Elísio de Carvalho Couto, Antônio Souza Pinto e Vitoriano Palhares o Grêmio Dramático do Recife, uma sociedade teatral dramática. O grêmio, que deveria se reunir duas vezes por mês, pretendia “animar e desenvolver o gosto o estudo e o cultivo do drama nacional, tanto pela imprensa como pelo teatro”⁴⁵⁷. Nas suas reuniões, os sócios trocavam experiências, debatiam as peças com o intuito de lapidá-las. O grêmio se converteu em um espaço de trocas culturais na área teatral. O ingresso ao mesmo era condicionado à apresentação pública de uma obra original⁴⁵⁸.

A estrutura burocrática do grêmio era extremamente enxuta, possuindo apenas dois integrantes: Távora, o presidente e Vilela, o secretário. Ao defender a simplicidade do grêmio, Távora aproveitou para criticar o inchaço da máquina pública no Brasil, sobretudo nas posições hierárquicas superiores: “não conheço coisa de pior agouro (...) do que uma sociedade que tem dois presidentes, quatro vice-presidentes, igual número de secretários, dois oradores, tudo sobressalente – já se vê – cabeça de hipopótamo em franzino corpo de esquilo”. Na sua visão essa estrutura hipertrofiada produzia “raqúitico e mingüado fruto”⁴⁵⁹.

O Vice-Presidente da Província concedeu o teatro de Santa Isabel ao grupo de jovens dramaturgos para a realização de sessões públicas de leitura e de crítica das obras⁴⁶⁰. A primeira composição submetida à apreciação foi ‘*Soberba*’, da lavra de Carneiro Vilela. Pelo estatuto, a peça deveria ser lida e posteriormente criticada por um dos integrantes do grêmio. A crítica do drama de Vilela coube ao escritor e ex-deputado provincial, Franklin Távora.

O dia 15 de agosto de 1869 foi marcado pela estreia de Vilela no mundo da dramaturgia. A sua peça foi lida e, posteriormente, Távora teceu comentários. É bem

⁴⁵⁶ O Tagarela (RJ), 16.09.1881

⁴⁵⁷ **Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870**. Recife. Tipografia Universal. 1869. p. 161

⁴⁵⁸ Diário de Pernambuco (PE), 03.07.1869

⁴⁵⁹ Jornal do Recife (PE), 18.08.1869

⁴⁶⁰ **Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870**. *Op. cit.* p. 161

provável que Vilela tenha ficado ansioso pelas palavras do amigo e já experimentado dramaturgo. Távora era cinco anos mais velho que Vilela e já possuía um certo reconhecimento no mundo das letras, com a publicação de diversas obras, que giravam “em torno da história e costumes pernambucanos⁴⁶¹”. Para Távora, a história era um elemento importante no seu romance⁴⁶², sendo este um meio de estudo e de debate da sociedade. Na sua visão, o romance possuía uma influência civilizadora, pois “moraliza, educa, forma o sentimento pelas lições e pelas advertências; (...) até certo ponto acompanha o teatro em suas vistas de conquista do ideal social⁴⁶³”.

Távora publicou diversos romances⁴⁶⁴, ‘*Os Índios de Jaguaribe*’ (1862), ‘*Um casamento no Arrabalde*’ (1869), ‘*O Cabeleira*’ (1876), ‘*O Matuto*’ (1878) e ‘*Lourenço*’ (1881), um livro de contos, ‘*Trindade Maldita*’ (1861) e dois dramas teatrais, ‘*Um mistério de Família*’ (1861) e ‘*As três Lágrimas*’ (1869)⁴⁶⁵. Vilela admirava Távora e não poupou elogios ao drama ‘*As três lágrimas*’:

“Desenhastes com os teus dedos
O quadro da sociedade:
De um lado...sombras...segredos...
De outro, o vício...maldade...
No meio, em luta sem nome,
A virtude se consome
Se debate, arqueja em dor.
(...)
Nas ovações, na homenagem,
O amigo te diz: - Coragem!
O povo te diz: - Avante!

Antes de criticar a peça de Vilela, Távora fez uma veemente defesa do teatro nacional. Ele deplorou a mania de “naturalizar francesa ou lusa a nacionalidade brasileira” e defendeu a necessidade de empregar “diligentes esforços contra o estrangeirismo nas letras”, para aproveitar o que “possuímos em nossa casa, que não é pouco, mercê do céu”. Na sua visão era necessário voltar os olhos para o passado, para as “inexploradas abundâncias da história colonial”. As suas palavras eram coerentes

⁴⁶¹ CANDIDO, Antonio. *Op cit.* p. 616

⁴⁶² *Ibidem.* p. 617

⁴⁶³ TÁVORA, Franklin. **Cartas a Cincinato**. *Apud* CANDIDO, Antonio. *Op cit.* p. 98-99

⁴⁶⁴ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.* p. 616

⁴⁶⁵ Cf. AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p.63-110

com a sua produção literária, como se vê nas suas obras ‘*O Matuto*’ e ‘*Lourenço*’, ambas situadas no Brasil setecentista, no contexto da Guerra dos Mascates⁴⁶⁶.

Ele não economizou elogios ao drama de Vilela. Falou que “tão auspicioso fruto” sugere que a próxima ‘vindima’ será farta “para a província, para as letras da pátria”. Távora situou ‘*Soberba*’ como a “mais esplêndida conquista do drama nacional coetâneo” e afirmou que era necessário apenas alguns ajustes na obra, para suprimir “insignificâncias de estilo, rápidos descuidos de gosto plástico que a experiência e o cultivo do gênero não de eficazmente corrigir”. Sobre o estilo ele pontuou que era “limado, elegante e fluente, muitas vezes enriquecido de imagens lindas”, mas que precisava ser depurado com a retirada de algumas passagens repetitivas⁴⁶⁷.

A trama de ‘*Soberba*’ gira em torno do crime de estupro cometido por Alfredo, filho da ‘dama de salão’ e ‘aristocrática’ Maria Joana, contra a jovem Virgínia. A ‘pérfida’ Maria Joana convenceu Virgínia a negar, perante o júri, o crime, com o intuito de afastar da sua família nódoa tão forte. Távora aconselhou Vilela a não ter misericórdia pela vil personagem Maria Joana e sugeriu uma modificação no final da peça para favorecer uma lição de moral com a punição dela, pois o público, “deve sair do teatro odiando o tipo em toda a sua hediondez⁴⁶⁸”.

Vilela exerceu forte protagonismo no Grêmio Dramático. Primeiro, apresentando um drama e depois, elaborando comentários sobre duas peças. Entre os meses de agosto e setembro de 1869, ele elaborou dois arrazoados críticos. No primeiro, sobre a comédia ‘*Fogo ao sul, fumo ao norte*’, de autoria de V. Ferreira Chaves Júnior, ele refletiu, entre outras coisas, sobre o papel do crítico: “desvendar somente defeitos é o ofício da sátira; apontar somente as belezas é o mister do panegírico, a crítica porém deve ser o conjunto proporcional de uma e outra, deve ser o estudo desapassionado e refletido dos defeitos e das belezas⁴⁶⁹”. No segundo, sobre o drama ‘*As Víctimas*’, de Victoriano José Marinho Palhares, ele aconselhou a punição exemplar da personagem Mendonça, autor de calamidades e desgraças, dominado pelo vício e um verdadeiro

⁴⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.* p. 620

⁴⁶⁷ Jornal do Recife (PE), 18.08.1869

⁴⁶⁸ Jornal do Recife (PE), 18.08.1869

⁴⁶⁹ Jornal do Recife (PE), 03.09.1869

‘vampiro social’, argumentando que o vício precisa sempre ser castigado, para que a sociedade não aceite a impunidade⁴⁷⁰.

Carneiro Vilela iniciou os seus primeiros passos no âmbito da crítica teatral e da dramaturgia, numa atmosfera marcada pelo esforço de ‘nacionalizar’ o teatro brasileiro; num tempo em que era necessário, segundo Távora, ‘pôr lanças em riste’ contra o teatro estrangeiro⁴⁷¹. Vilela está inserido numa geração que nacionalizou o teatro e que procurou transmitir nos palcos valores relacionados à moralização dos costumes sociais. O teatro Vileliano possuía um ideal social. Não apenas o teatro, mas quase toda a sua obra possuía um ideal social. Defendemos que a maior parte dela foi escrita no afã de modernizar e transformar o Brasil do ponto de vista moral, político, social, cultural, etc. A sua pena possuía um espírito reformista. Nesse aspecto Vilela não discrepa em nada quando comparado com outros integrantes da geração de 1870. Como já vimos, essa geração contestadora lançou um olhar atento e crítico sobre os principais problemas e dilemas vivenciados pelo Brasil na aurora da sua modernização.

A crítica de Távora foi favorável ao drama de Vilela e isto deve ter provocado alegria no nosso biografado. Os estudos sobre as peças de Chaves Júnior e Victoriano Palhares ocuparam o seu tempo, fazendo-o esquecer que tinha obrigações em terras potiguares. Vilela simplesmente abandonou o seu posto de juiz. O teatro o conquistara definitivamente, enchendo o seu coração de entusiasmo. O mesmo não pode ser dito da magistratura que lhe deu uma forte dor de cabeça, haja visto que ele foi pronunciado pelo juiz de direito de Natal, em setembro de 1869, por crime previsto nos artigos 157, 167, 181, do código criminal⁴⁷².

O artigo 157 tratava do crime de abandono de emprego, e previa uma pena de 1 a 3 anos de reclusão e uma multa pecuniária; o artigo 167 tratava do crime de falsificação de documentos, e previa pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa de 5% a 20% do dano causado; por fim o artigo 181, tratava do crime de decretação de prisão ilegal, com a pena de 15 dias a 4 meses de reclusão e suspensão de emprego⁴⁷³. Carneiro Vilela não apenas abandonou o posto no Rio Grande do Norte, mas foi acusado de

⁴⁷⁰ Jornal do Recife (PE), 25.09.1869

⁴⁷¹ Jornal do Recife (PE), 18.08.1869

⁴⁷² Relatório com que o ex. sr. dr. Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque passou no dia 17 de fevereiro de 1870 a administração da Província do Rio Grande do Norte ao 3º Vice Presidente o ex. Sr. dr. Otaviano Cabral Raposo da Câmara. Pernambuco. Typographia de M. Figueroa de F. & Filhos. 1870, p. 7 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u693/000002.html> Acesso em: 29.03.2014.

⁴⁷³ **Código Criminal do Brasil Império**. Recife. Typografia Universal. 1858. p. 65 - 75.

cometer outros crimes. Não sabemos o que ele ‘aprontou’ em terras potiguares. Não há documentação que esclareça essa fase da vida de Vilela.

Em 1869, o clima abolicionista cresceu no Recife. As duras palavras de Victor Hugo condenando a escravidão foram publicadas nos jornais do Recife, causando polêmicas e ajudando a sensibilizar setores da sociedade contra tal flagelo. Ele a classificou como um ‘grande crime’ ou um mal profundo e afirmou que “ter escravo era merecer ser escravo”, e que a “escravidão abaixo de vós justifica o tirano acima de vós”. Ainda segundo Hugo, “um escravo em uma casa é uma alma feroz que está convosco e quer entrar em vós. Ela nos penetra e obscurece. Lúgubre envenenamento!”⁴⁷⁴.

Além da carta hugoana, a atitude do jovem acadêmico Joaquim Nabuco, afrontando “os princípios da sua época e da sua roda” quando “se apresentou perante o júri do Recife para defender um escravo assassino”⁴⁷⁵, também contribuiu para aumentar o clima ‘abolicionista’ na Veneza Americana. As manifestações a favor da abolição ganharam as ruas.

Vilela, apesar de ser oriundo de uma família proprietária de escravos, não ficou alheio a esse movimento. Na solenidade de comemoração do 19º aniversário do Gabinete Português de Leitura, quando algumas crianças escravas foram alforriadas, lá estava ele representando o Grêmio Dramático na qualidade de orador⁴⁷⁶.

Entre 1870 e 1871, Vilela integrou, juntamente com José Higinio Pereira, Nicolau Tolentino, José Balthazar Ferreira, Xilderico Araripe de Farias, Paulino Câmara, Jovino Carneiro, Nascimento Pontes e Oliveira Sobrinho, o jornal ‘*Oiteiro Democrático*’, de orientação republicana e abolicionista.

O grupo do ‘*Oiteiro Democrático*’ não ficou apenas escrevendo artigos no conforto dos gabinetes, mas saiu às ruas para difundir o abolicionismo, além de criar comissões “para recolher nos bairros fundos necessários às alforrias” de crianças⁴⁷⁷. Vilela também participou de manifestações de ruas a favor da liberdade de escravos.

As reuniões do *Oiteiro* eram promovidas na rua da Imperatriz; e os seus integrantes, ‘Dantons em miniatura’, revezavam-se na ‘tribuna improvisada’, ou melhor,

⁴⁷⁴ HUGO, Victor. *À Espanha*. Jornal Courrier de L’Europe. 05.12.1868. *Apud* AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 157

⁴⁷⁵ NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. 1979. p. 28

⁴⁷⁶ Diário de Pernambuco (PE), 03.11.1869

⁴⁷⁷ VEIGA, Gláucio. Vol. 6. *Op. cit.* p. 303

subiam num banco e soltavam ‘o verbo às massas’, que, segundo Vilela, iam ‘escutar e aplaudir’. Os ajuntamentos foram ganhando corpo e o entusiasmo cresceu. Até que a polícia resolveu acabar com os encontros a ‘pau e rifle, capitaneada pelo próprio chefe de polícia’, (...) ‘inimigo feroz das liberdades, um escravocrata danado’. O Chefe de Polícia que desceu o cacete nos manifestantes foi Francisco Carneiro Machado Rios Júnior, tio de Vilela⁴⁷⁸.

Em 1870, a mãe de Vilela faleceu. Ela lhe legou, por herança, uma certa quantidade de escravos, que ele, embriagado pelo clima abolicionista, prontamente alforriou, sem nenhum tipo de ônus para os escravos. O Vilela que embarcara com o seu escravo para o Rio Grande do Norte estava ‘morto’. A sua sensibilidade havia mudado.

Sem os vencimentos da magistratura, Vilela precisou correr atrás de ‘uns cobrinhos para o charuto’, e no início de 1870, ele foi nomeado, pelo presidente de Província de Pernambuco, Frederico de Almeida, para o cargo de comissário especial dos exames da Faculdade de Direito do Recife⁴⁷⁹. Em 1874 e 1876, ele foi novamente nomeado para este cargo e avaliou os estudantes em disciplinas diversas, como filosofia, retórica, geografia, história e geometria⁴⁸⁰.

Também em 1870, Vilela foi condenado em primeira instância no processo que corria desde o ano anterior na comarca de Natal. Ele recorreu da sentença ao Tribunal da Relação de Pernambuco⁴⁸¹ e, no ano seguinte, deve ter respirado aliviado, uma vez que foi absolvido por unanimidade dos votos⁴⁸².

As experiências teatrais no Conservatório Dramático e no Grêmio Dramático devem ter dado confiança a Vilela para investir na carreira de dramaturgo. Em 1871, ele escreveu duas peças que foram encenadas no Recife: uma comédia, ‘*Como se ganha uma aposta*’, e um drama, ‘*Gabriella*’. Ao longo da sua vida, Vilela transitou livremente por vários gêneros teatrais. O teatro, pouco a pouco, ajudou a desviar o curso da sua vida do ‘mundo das leis’ para o ‘mundo da cultura’.

Acreditamos que essa mudança ocorreu devido à falta de oportunidades na burocracia estatal por conta da longa dominação saquarema (1868-78). Nesse período,

⁴⁷⁸ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 92-93

⁴⁷⁹ Diário de Pernambuco (PE), 09.03.1870

⁴⁸⁰ Diário de Pernambuco (PE), 01.05.1874 e 05.05.1874 e 27.05.1876

⁴⁸¹ Diário de Pernambuco (PE), 05.12.1870

⁴⁸² Diário de Pernambuco (PE), 22.03.1871 e Jornal do Recife (PE), 22.03.1871

as portas do emprego público estavam fechadas para liberais e republicanos. Vilela experimentou o fenômeno comum a muitos integrantes da geração de 1870 da marginalização política, e, sem emprego público, procurou uma alternativa para conseguir sobreviver. O teatro foi uma das opções escolhidas por Vilela para receber algum dinheiro para viabilizar o sustento da sua família. A opção pelo mundo da cultura talvez tenha relações com a estrutura de oportunidade daquele momento histórico. Ao fechar as portas para Vilela, a monarquia brasileira começou a ganhar um novo inimigo. Vilela passará a utilizar a sua pena para vocalizar suas críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial.

A comédia *‘Como se ganha uma aposta’* foi encenada no Teatro da Zarzuela Espanhola, no Campo das Princesas⁴⁸³. O referido teatro foi construído em 1870, depois que o fogo arrasou o ‘primeiro’ Teatro de Santa Isabel⁴⁸⁴. A zarzuela é considerada um gênero de teatro musicado, tipicamente espanhol, em geral cômico e burlesco, que se aproxima da ópera bufa francesa. A zarzuela no Brasil fundiu o tema nacional à música popular⁴⁸⁵. Nessa ocasião, Vilela apresentou a sua primeira comédia, ou talvez tenha sido a sua primeira zarzuela. *‘Gabriella’* foi encenada no Teatro Santo Antônio. A ação do drama se passava em Pernambuco. Vilela seguia a risca a receita da nacionalização do teatro⁴⁸⁶.

⁴⁸³ Diário de Pernambuco (PE), 16.05.1871

⁴⁸⁴ Jornal do Recife (PE), 19.11.1870

⁴⁸⁵ SILVA, José Amaro Santos. **Música e Ópera no Santa Isabel: subsídio para a história e o ensino da música no Brasil**. Pernambuco. Editora Universitária. 2006. p. 156.

⁴⁸⁶ Diário de Pernambuco (PE), 24/08/1871

2.4 – Carneiro Vilela no periódico ‘*América Ilustrada*’ (1871-75)

Além da atividade na área teatral, o ano de 1871 foi marcado pela fundação do jornal humorístico ‘*América Ilustrada*’, em sociedade com José Caetano da Silva. O periódico, semanário panfletário e caricatural, era “destinado à discussão franca de princípios e à recreação por meio da sátira decente, que admoesta e moraliza⁴⁸⁷” e se tornou um dos “grandes expoentes da imprensa ilustrada, fazendo escola nos seus 229 primeiros números, publicados entre 6 de agosto de 1871 a 19 de dezembro de 1875⁴⁸⁸”. Metade das suas 8 páginas semanais eram preenchidas por iconografia⁴⁸⁹. Os principais assuntos dos desenhos humorísticos eram a crítica social e política, bem como homenagens a pessoas ‘ilustres’ e temas publicitários⁴⁹⁰. Vilela dirigiu os trabalhos jornalísticos no referido periódico até o ano de 1875, quando vendeu a sua parte no negócio pelo valor de 165\$000 réis⁴⁹¹. A ‘*América Ilustrada*’ sobreviverá até 1886, sendo o seu período de maior esplendor entre os anos de 1871 a 1875⁴⁹². Esse periódico será o primeiro jornal de sua propriedade que ele utilizará para vocalizar críticas às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial.

A *América Ilustrada* foi um campo fértil para desenvolver o talento polimórfico de Vilela que se lançou na escrita de folhetins e na produção de caricaturas, além de redigir artigos jornalísticos e dirigir o jornal. Ele possuía dois pseudônimos: ‘Quinquim das Moças’ e ‘Juca das Mercês’. Dono de um estilo sarcástico e venenoso, Vilela foi responsável por uma linha editorial que atacou a escravidão, o jesuitismo e o governo Imperial, bem como defendeu a maçonaria e a abolição da escravatura⁴⁹³. Para os seus ataques ele mobilizou uma grande artilharia, ora utilizando o texto jornalístico, ora a ilustração em litogravura e até mesmo o ‘inocente’ folhetim.

⁴⁸⁷ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. Academia Pernambucana de Letras. Pasta dos Acadêmicos. Número 21. Recife. Mimeo. 1973. p. 4

⁴⁸⁸ SILVA, Leonardo Dantas. **Os pioneiros da caricatura em Pernambuco**. Notícia Bibliográfica e Histórica. Campinas (SP). Ano XXVIII. Abril/Julho. 1996. p. 111

⁴⁸⁹ ATAÍDE, Graça e ANDRADE, Rosário. **História (nem sempre) bem-humorada de Pernambuco**. Recife. Edições Bagaço. 1999. p. 10

⁴⁹⁰ *Ibidem*. p. 12

⁴⁹¹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op cit.* p. 5.

⁴⁹² CAVALCANTI, Laílson de Holanda. **Historia Del humor gráfico em el Brasil**. Espanha., Lleida. Editorial Milênio. 2005. p. 59

⁴⁹³ SILVA, Leonardo Dantas. **Os pioneiros da caricatura em Pernambuco**. *Op. cit.* p. 111

Conta Vilela que a ‘*América Ilustrada*’ possuiu um time bem gabaritado, “um viveiro de aptidões e uma verdadeira escola de escritores⁴⁹⁴”, com a presença de Francisco Cismontano, Antônio Vera Cruz, Crispim Amaral e Afonso Olindense⁴⁹⁵. E que esse periódico viu o ‘desabrochar intelectual’ de Artur Orlando e Martins Júnior, então iniciando as suas carreiras na imprensa. Vilela afirma que nunca asfixiou o seu time de jornalistas, nunca cortou as asas do pássaro que tentava “evolar-se, embora titubeante, por espaços infinitos em busca do azul e da claridade”. Ele se diz satisfeito com o que fez, pois “as andorinhas que ensaiavam naquele tempo, ainda implumes, os seus voos vacilantes, tornaram-se depois pássaros de primeira grandeza⁴⁹⁶”. Em 1901, dois dos tais jovens intelectuais que Vilela viu desabrochar, Artur Orlando e Martins Júnior, fundaram, juntamente com ele, a Academia Pernambucana de Letras.

A ‘*América*’ primou pelo “chiste nas suas gravuras⁴⁹⁷”. Foram companheiros de Vilela na pedra litográfica, dois importantes nomes da caricatura no Brasil: Antônio Vera Cruz e Crispim Amaral. O primeiro gozava de uma técnica e estilo superiores, influenciados por Daumier e Agostini⁴⁹⁸, o segundo ganhou fama internacional como ilustrador, tendo residido na capital francesa por mais de uma década⁴⁹⁹. Vilela foi o principal caricaturista do periódico e assinava com as iniciais C.V. A história de Vilela como caricaturista é pouco conhecida, embora seja muito rica. Os livros ‘*Historia Del humor gráfico em El Brasil*⁵⁰⁰’, de Laílson de Holanda Cavalcanti, e ‘*História da Caricatura Brasileira*⁵⁰¹’, de Luciano Magno, começaram a reparar um pouco no silêncio sobre o Vilela caricaturista, ainda que incipientemente.

Os desenhos de Vilela “evidenciam graça, empatia e traço pessoal⁵⁰²”, apresentando trabalho de inegável qualidade. Os seus desenhos são pensamentos, um verdadeiro ‘pensamento figural’, uma reflexão sobre a sociedade e sobre os homens⁵⁰³.

⁴⁹⁴ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 206

⁴⁹⁵ CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa periódica pernambucana 1821-1908**. Recife. Tipografia Jornal do Recife. 1908. p. 338. Alfredo de Carvalho afirma que participaram do corpo de redação da América na sua primeira fase (1871-75) Feliciano Prazeres, João Pinto Bandeira, Lima Penante e Marcolino Câmara.

⁴⁹⁶ VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 127

⁴⁹⁷ CARVALHO, Alfredo de. *Op. cit.* p. 338.

⁴⁹⁸ CAVALCANTI, Laílson de Holanda. **Historia Del humor gráfico en el Brasil**. *Op. cit.* p. 60-61

⁴⁹⁹ SILVA, Leonardo Dantas. **Os pioneiros da caricatura em Pernambuco**. *Op. cit.* p.111

⁵⁰⁰ CAVALCANTI, Laílson de Holanda. **Historia Del humor gráfico en el Brasil**. *Op. cit.* p. 61

⁵⁰¹ MAGNO, Luciano. **História da Caricatura Brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Gala edições de Arte LTDA. 2012. p. 338

⁵⁰² *Ibidem*. p. 338

⁵⁰³ TODOROV, Tzvetan. **Goya à sombra das luzes**. São Paulo. Companhia das Letras. 2014. p. 13

A caricatura é uma das armas vilelianas para tentar viabilizar a modernização do Brasil. Nos seus desenhos escutam-se uma ladainha que almeja a reforma das instituições políticas do Império e a implantação de um estado burocrático legal, livre do patrimonialismo. Vilela também advogou nas suas caricaturas o fim das fraudes eleitorais e a existência de um estado mais moderno, capaz de prover a sociedade com eficientes serviços públicos, bem como utilizou o seu desenho para denunciar a suposta imoralidade do clero católico.

Vilela, nas caricaturas da ‘*América*’, fustigou o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo e o seu filho, Joaquim Nabuco. Eles “se convertirán en el símbolo permanente de la publicación ya aparecen desde los primeros números⁵⁰⁴”. O primeiro era chamado de ‘Conselheiro’ e o segundo de ‘Quinquim’. Segundo Magno, estes personagens, “em diálogos pitorescos, remetem às melhores séries de humor gráfico” no Brasil⁵⁰⁵.

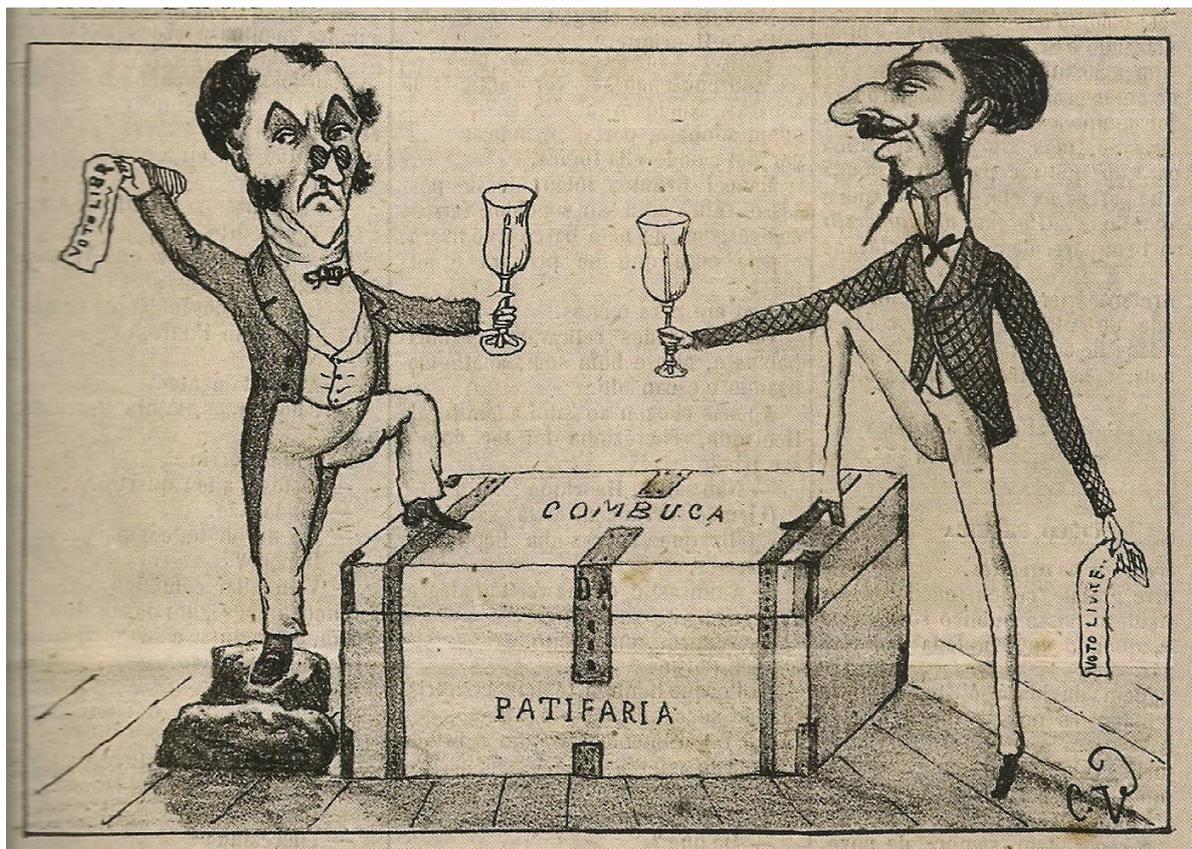
A charge da página seguinte (figura 07), uma das melhores da lavra vileliana, apresenta o Conselheiro Nabuco e o jovem abolicionista travando um diálogo bastante comprometedor diante de uma urna eleitoral⁵⁰⁶. Nela, Vilela denuncia as fraudes que marcam as eleições no Brasil. Ele mostra os supostos arautos da moralidade eleitoral, defensores do voto livre, cometendo um grave crime. A imagem anuncia que a fraude e a patifaria são marcas do processo eleitoral e que a defesa do voto livre é apenas retórica, uma vez que eles fraudam as eleições. Vilela é bastante irônico no diálogo entre Quinquim e o Conselheiro, quando este último afirma que não deve abandonar a urna para que ela não seja ‘desvirtuada’. Ora, a imagem já a apresenta desvirtuada pela patifaria. Nabuco conclui o diálogo afirmando que a urna ‘é bem honrada’, frase que a imagem desmente. A ironia vileliana foi uma importante arma usada para atacar Nabuco de Araújo, influente político do Império que foi nomeado para o Conselho de Estado em 1866⁵⁰⁷.

⁵⁰⁴ CAVALCANTI, Laílson de Holanda. **Historia del humor gráfico en el Brasil**. *Op. Cit.* p.59

⁵⁰⁵ MAGNO, Luciano. *Op. Cit.* p. 338

⁵⁰⁶ Curiosamente é a segunda geração da família Vilela que acicata Nabuco de Araújo. Como vimos no capítulo 1, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, através do jornal ‘*O João Pobre*’ atacou, na década de 1840, o futuro integrante do Conselho de Estado.

⁵⁰⁷ ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 p. 13



O conselheiro. – Ai, ai! Meu Quinquim! Já estou cansado de guardar esta cumbuca eleitoral! Ai, ai!”
 Quinquim. – Vamos abandoná-la? ...que leve o diabo esta trambiquernia e quem a violentou!
 - Não! Não devemos abandoná-la para que a não desvirtuem...
 - Oh! E ela que é bem honrada! Olé!

América Ilustrada (PE), 25.08.1872 (figura 07)

Em sua linha editorial, a ‘América Ilustrada’ apresentava o poder público municipal como incompetente. É o que pode ser lido na charge da página seguinte (figura 08), que apresenta a Câmara Municipal dormindo profundamente, indiferente às urgentes questões que precisavam ser resolvidas pelas posturas ou leis que deveriam ser elaboradas pela Câmara. Esta, ao invés de trabalhar, apenas dorme, como denuncia a legenda: ‘ora... mas não labora’. A caricatura mostra que a agenda de problemas da cidade se acumula, ‘falta água’, ‘chafariz’, ‘gás’, ‘pesos e medidas’, ‘matador’, ‘drainage’, ‘caes’, ‘latrinas’, ‘estradas’, ‘calçadas’, e que a Câmara é profundamente inepta. A caricatura tem o tom de denúncia das ‘imposturas’ da Câmara.



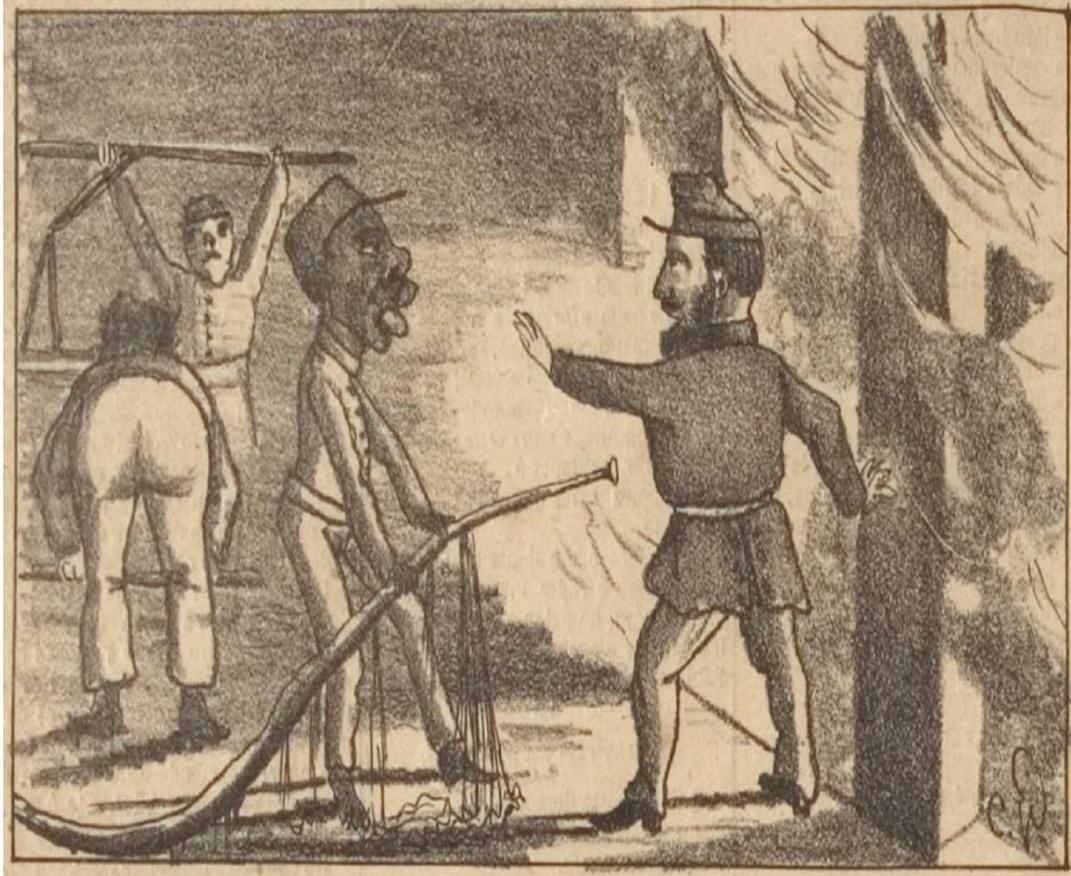
América Ilustrada (PE), 14.12.1873 (figura 08)

Vilela não usou apenas a caricatura para falar mal da limpeza pública. No folhetim *'Noivados Originais'*, também publicado na *'América'*, ele dispara: “por esta cidade / que a tola vaidade / chamou de Veneza, / (...) / famosa cidade / de encantos sem par, / aonde a limpeza, / se fosse por acaso divindade, / não tinha um só altar⁵⁰⁸”. Na mesma linha ele escreveu um artigo no *'Jornal da Tarde'* para criticar a empresa de limpeza da cidade, Companhia Draynage, afirmando que em qualquer outro lugar do mundo ela seria contratada “como trem bélico, pois é a peste em pessoa”, pois

⁵⁰⁸ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. *Noivados Originais (contos)*. Recife. Casa editora empresa da Província. 1893. p. 4

“emporalha a casa, danifica os prédios e nos arruína a saúde com o desagradável aroma⁵⁰⁹”.

Vilela denunciou o péssimo serviço de combate a incêndios da cidade, ironizando o estado das bombas para apagar os fogos que quando existem são ‘eficientes’ apenas para borrifar o chão com água. A charge abaixo mostra um grande vazamento na mangueira de combate ao incêndio (figura 09).

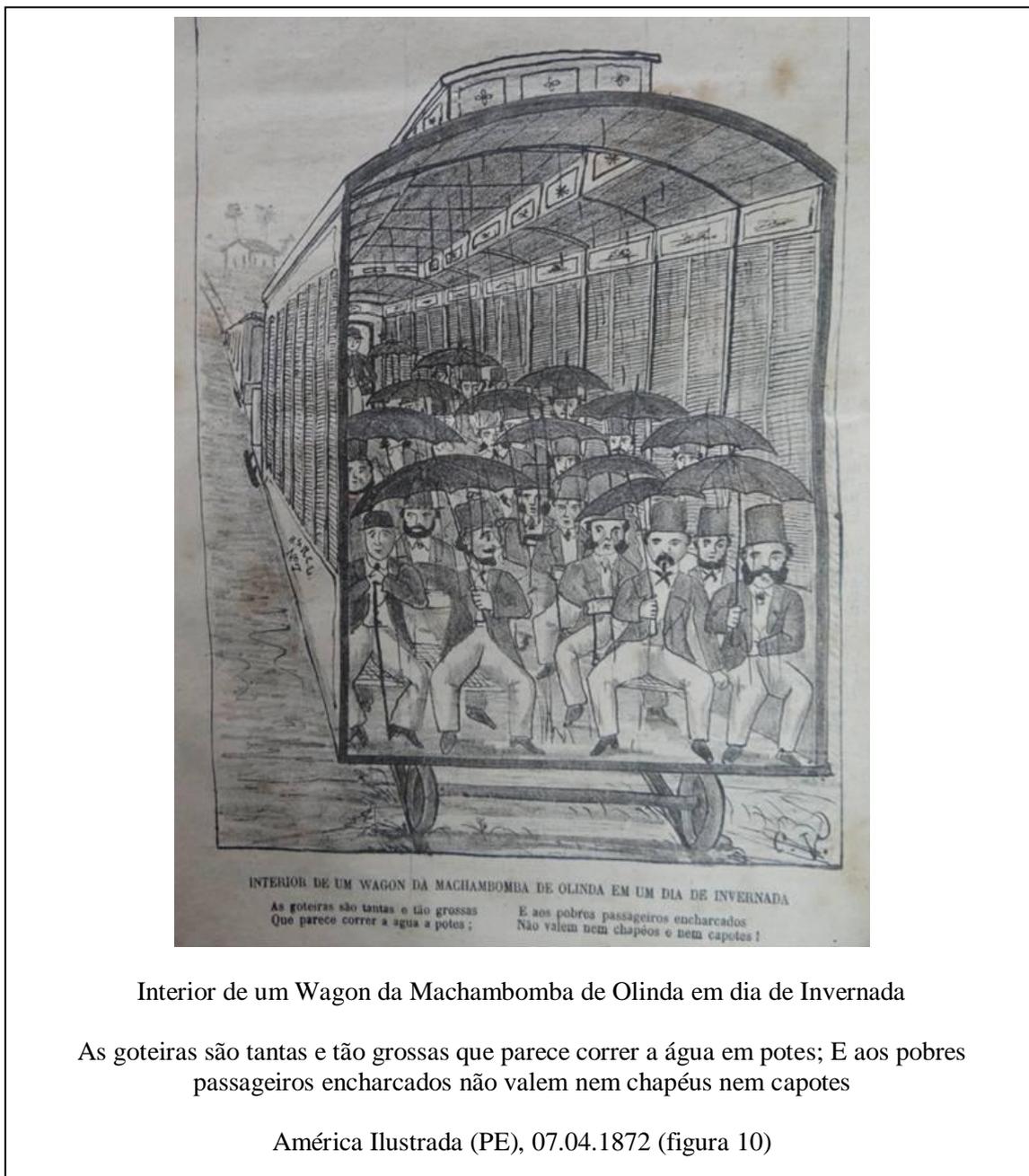


Incêndios, ainda incêndios, sempre incêndios! É horrorosa a tendência que há no Recife para incendiar a cidade! E apesar disso, não há bombas para apagar os fogos, onde as há, são tão boas e em tão bom estado que a água borrija o chão antes de chegar ao fogo. Feliz terra! Felizes arsenais!

América Ilustrada (PE), 25.08.1872 (figura 09)

⁵⁰⁹ Jornal da Tarde (PE), 02.09.1875

Em uma outra caricatura, ele também criticou o estado do transporte público na cidade, descrevendo os precários wagons das maxambombas que em época de chuva ensopavam os passageiros por conta das suas goteiras (figura 10)



Interior de um Wagon da Machambomba de Olinda em dia de Invernada

As goteiras são tantas e tão grossas que parece correr a água em potes; E aos pobres passageiros encharcados não valem nem chapéus nem capotes

América Ilustrada (PE), 07.04.1872 (figura 10)

Nem o imperador D. Pedro II escapou da pena de Vilela (figura 11). O nosso biografado, profundo conhecedor da história da arte, esboçou um projeto de uma estátua ‘equestre’ para o imperador. A estátua equestre é um tema nobre na arte escultória, normalmente vinculado à dimensão do reforço da imagem da figura representada. Burke afirma que a estátua equestre, antigo gênero romano, foi um elemento importante utilizado no processo de ‘fabricação’ da imagem pública do rei Luís XIV. Muitas esculturas do Rei-Sol foram distribuídas pelos espaços centrais da cidade, seguindo certas convenções que ajudavam a enaltecer a sua figura⁵¹⁰. Vilela fugiu completamente das convenções. Ao invés de usar um robusto alazão, ele, jocosamente, montou o imperador numa vaca, uma vaca alada cheia de tetas. Vilela não pretendia enaltecer o imperador. O tema ‘equestre’, ou melhor, ‘bovino’, vem carregado de ironias. A troca do cavalo pela vaca desmoraliza a figura representada, retirando todo o símbolo que implica uma escultura na recém inaugurada praça ajardinada do Recife, símbolo do progresso⁵¹¹.

⁵¹⁰ BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor. 1994. p. 31

⁵¹¹ ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo. Humanitas/FFLCH de São Paulo. 2001. p.12



Jardim Pedro II
Esboço de uma estátua – Saúde Pública – que deve ser erguida no centro do jardim da Praça
Pedro II

América Ilustrada (PE), 14.12.1873 (figura 11)

Vilela fez, ao longo da sua obra, diversas reflexões sobre o ofício do jornalismo e muitas vezes não se furtou em atacar jornais e jornalistas. Na caricatura abaixo ele acusa o *'Diário de Pernambuco'* de plagiar matérias do *'Jornal do Recife'* (figura 12). Esse desenho mostra a rivalidade que havia entre os jornais na época.

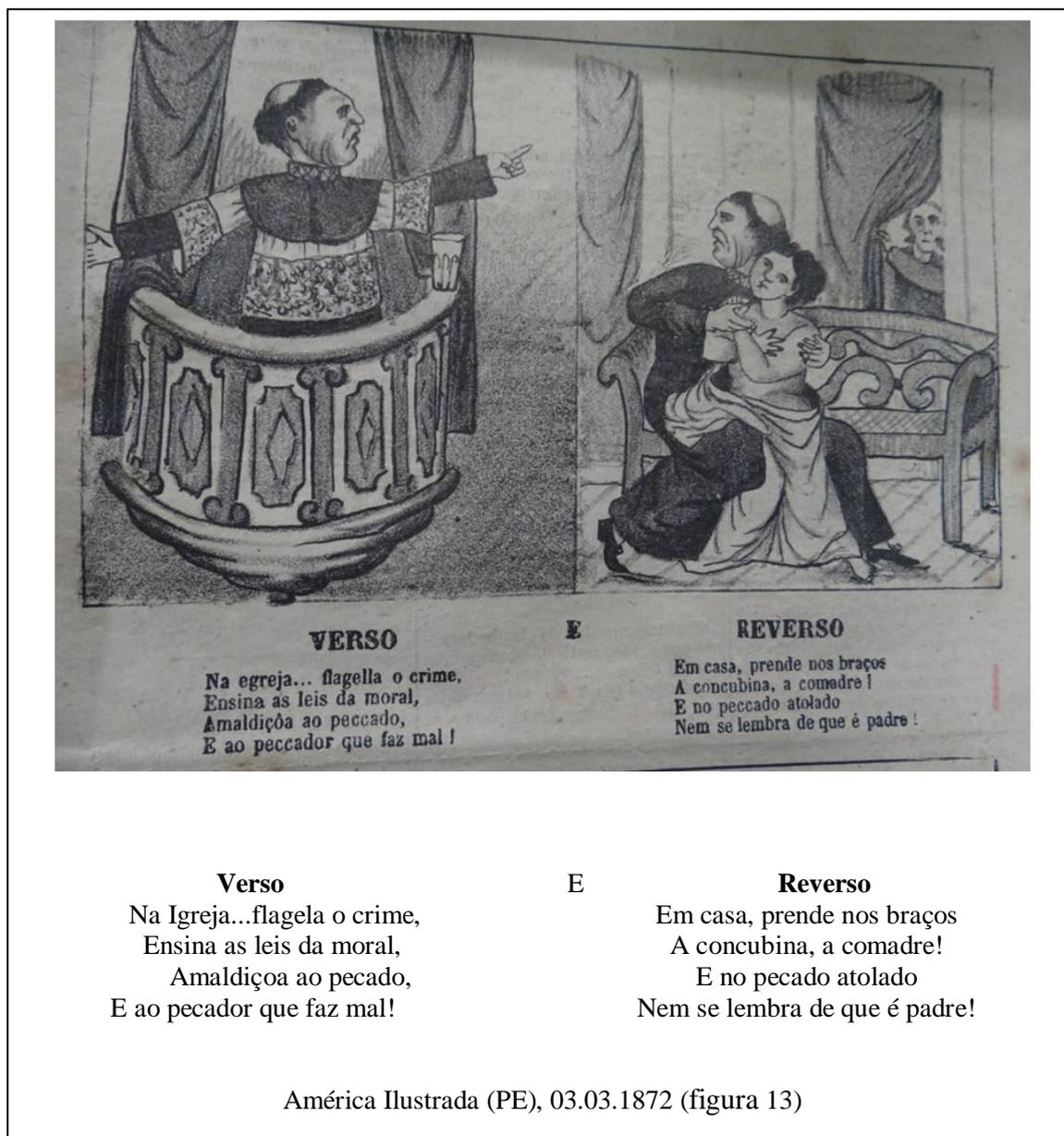


- Ai! Ai! Se não fosse o Jornal do Recife, não sei como poderia publicar os manifestos dos navios e nem outras coisinhas mais. Deus te dê muitos anos de vida, Jornal!

América Ilustrada (PE), 25.08.1872 (figura 12)

Não escapou do desenho vileliano a suposta hipocrisia do clero católico, uma vez que no púlpito o padre exortava os fiéis a não cometerem pecados, mas na esfera privada, longe dos olhares da sociedade, o mesmo padre agarrava-se à sua 'concubina' e não respeitava os seus votos de castidade (figura 13). Na visão de Vilela o clero,

sobretudo o jesuíta, atrasava o progresso do Brasil e por isso deveria receber ‘pauladas’ do ‘progresso’, da ‘história’, da ‘lei’ e da ‘civilização’, como podemos observar na figura 14, que apesar de não ser da lavra vileliana, seguia a linha editorial do periódico ‘*América Ilustrada*’.

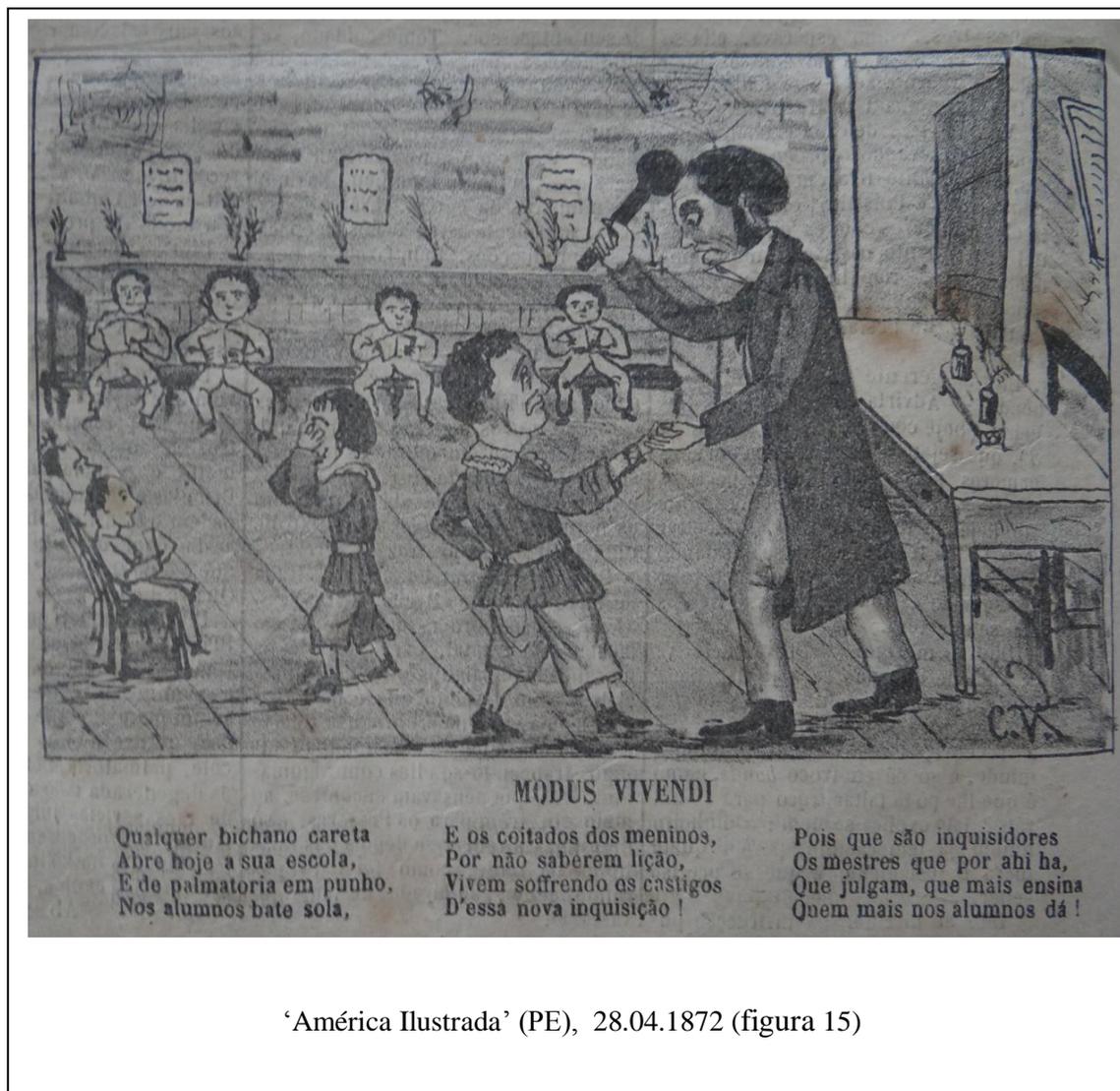




Perseguição Justíssima
O Jesuitismo, acocado por todos os lados, há de refugiar-se no lugar de onde saiu

América Ilustrada (PE), 30.06.1872 (figura 14)

Outro tema caro ao caricaturista Carneiro Vilela foi o da reforma da educação no Brasil. Como veremos ao longo da tese, Vilela sempre advogou mudanças nas práticas educacionais, como podemos observar na figura 15 em que ele condena o uso da palmatória, associando os castigos a uma ‘nova inquisição’. Na legenda dessa mesma caricatura, Vilela denunciou a suposta crença de alguns professores que acreditam que quem mais ‘ensina’ é quem mais bate.



‘América Ilustrada’ (PE), 28.04.1872 (figura 15)

Os temas tratados por Vilela nas caricaturas citadas, serão, ao longo da sua vida, retrabalhados, seja no folhetim, no teatro, no jornalismo.

Também na ‘América Ilustrada’, entre os anos que ele esteve à frente do semanário, Vilela redigiu, em estilo sarcástico, uma coluna chamada de ‘Teatro da América - Companhia de Bufos Literários – Empresa Ó Pestana’, bem como uma coluna de ataque ao clero, intitulada ‘Bispeida’ - *Surriadas Herói Cômica*⁵¹². Nesse mesmo período, ele escreveu diversos folhetins que foram publicados na ‘América’: ‘O Amor’, ‘Laurinha: crônica de Olinda’⁵¹³, ‘O Esqueleto: crônica fantástica de

⁵¹² NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 5

⁵¹³ América Ilustrada (PE), 21.04.1872. Início da publicação nessa data.

*Olinda*⁵¹⁴, *Inah – História de Três Dias*, *Noivados Originais*⁵¹⁵, *A mulher de Gelo – perfil do século XIX*⁵¹⁶ e *A Menina de Luto*⁵¹⁷. Todos eles publicados sem assinatura⁵¹⁸. Muitos desses trabalhos foram posteriormente publicados em outros jornais e também enfeixados em livros. Esses folhetins representam os primeiros passos de Vilela na sua longa e exitosa carreira de ficcionista.

O folhetim foi inventado na França, na década de 1830. Ele surgiu na época de ‘democratização’ do jornal com a diminuição dos preços das assinaturas. Além da baixa do preço, o jornal foi ‘arejado’ com matérias mais leves para seduzir os novos leitores, a burguesia emergente. O folhetim nasceu vinculado a um espírito recreativo. Em 1836, *‘O Lazarrillo de Tormes’* foi o primeiro a aparecer no *‘feuilleton’* do jornal, ou seja, no seu rodapé. Estava inaugurada a era da ‘ficção em pedaços’, da literatura publicada no rez-de-chaussée⁵¹⁹.

Eugene Sue, Alexandre Dumas e Visconde Pierre Alexis Ponson du Terrail são expoentes do folhetim francês. Em 1842 e 1843, Sue publicou *‘Os Mistérios de Paris’* e em 1844 *‘O Judeu Errante’*. Dumas publicou em 1844 *‘Os Três Mosqueteiros’* e *‘O Conde de Monte Cristo’*⁵²⁰. Entre os anos de 1857 e 1862, Ponson du Terrail⁵²¹ publicou os *‘Dramas de Paris’* ou *‘As proezas de Rocambole’*⁵²².

No Brasil, o folhetim francês desembarcou em 1838, com a publicação no *‘Jornal do Comércio’* da novela de Alexandre Dumas *‘O Capitão Paulo’*⁵²³. Pouco a pouco, os textos de Eugene Sue, Alexandre Dumas e Ponson du Terrail foram traduzidos e publicados em diversos jornais brasileiros. *‘Os Mistérios de Paris’*, por exemplo, veio a lume em 1843 no *‘Jornal do Comércio’* do Rio de Janeiro. Em 1845, foi a vez de *‘O Judeu Errante’*, também adaptado para o teatro em 1867⁵²⁴. O folhetim

⁵¹⁴ América Ilustrada (PE), 27.10.1872. Início da publicação nessa data.

⁵¹⁵ América Ilustrada (PE), 1871.

⁵¹⁶ América Ilustrada (PE), 11.02.1872. Início da publicação nessa data.

⁵¹⁷ América Ilustrada (PE), 02.08.1874. Início da publicação nessa data.

⁵¹⁸ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p 5

⁵¹⁹ MEYER, Marlyse. *Op cit.* p. 30-31

⁵²⁰ *Ibidem.* p. 63

⁵²¹ Em 18.12.1869, o *‘Jornal do Recife’* (PE) iniciou a publicação do folhetim de Ponson du Terrail *‘Os dramas de Paris ou Rocambole’*.

⁵²² MEYER, Marlyse. *Op cit.* p. 129.

⁵²³ *Ibidem.* p. 32

⁵²⁴ *Ibidem.* p. 284-287

ajudava a vender jornais, e “não faltam indícios da correlação entre a prosperidade do periódico e o folhetim⁵²⁵”.

No Brasil, com o passar do tempo, as produções francesas começaram a conviver com a ficção no rez-de-chaussée da lavra de escritores nacionais. Um exemplo dessa convivência é a publicação, em 1844, no ‘*Jornal do Comércio*’, do romance ‘*A Moreninha*’, de Joaquim Manuel de Macedo. No país, o folhetim se converterá, para usar as palavras de Machado de Assis, numa ‘frutinha de nosso tempo⁵²⁶’.

Os folhetins vilelianos da ‘*América*’ representam os primeiros passos de um jovem escritor no gênero folhetinesco. Ele ainda não domina o gênero. É no cotidiano da escrita que ele, pouco a pouco, vai aperfeiçoando o seu estilo, aprofundando o seu senso de observação da realidade, aprendendo o momento adequado para fazer o corte na narrativa seguido da colocação da famosa palavra no fim do capítulo: ‘continua’. Palavra que deixa o leitor ansioso e bastante curioso para saber o desenrolar da história. Vilela terá muito chão pela frente antes de ter condições de escrever a ‘*Emparedada da rua Nova*’, seu folhetim mais bem acabado. Defendemos que Vilela utilizou também os seus folhetins como arma para vocalizar críticas a algumas práticas e a alguns valores do Brasil oitocentista. Ele infiltrou no folhetim parte da sua agenda reformista.

Os folhetins ‘*Noivados Originais*’, ‘*O Amor*’, ‘*Laurinha: crônicas de Olinda*’, ‘*O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda*’ e ‘*Inah – História de Três Dias*’ têm como tema comum o casamento. Esse tema ajudava a multiplicar a venda do periódico, sobretudo para o público feminino. Na escrita desses textos Vilela não ficou preso às histórias românticas, mas abriu caminho para o trágico, o fantástico e o jocoso. Ele fez uma espécie de ‘anatomia’ do matrimônio, apresentando-o ora como resultado do amor, ora do ardil, ora do medo, ora do interesse, etc.

O folhetim ‘*Noivados Originais*’, publicado em 1871, é composto por uma série de quatro histórias: ‘*Mariquinha*’, ‘*Maroquinha*’, ‘*Maricas*’ e ‘*Marocas*’. Todas essas personagens ao cabo da trama irão contrair matrimônio. E todas elas se apaixonarão por personagens masculinos vinculados à Academia Jurídica do Recife; um deles ainda

⁵²⁵ *Ibidem*. p. 294

⁵²⁶ ASSIS, Machado. **O empregado público aposentado** in *Obras Completas*. Vol 3. p. 966. *Apud* MEYER, Marlyse. *Op cit.* p. 57

estudante e os três restantes bacharéis em direito. As narrativas são ligeiras, engraçadas e pontuadas por pequenos poemas.

Mariquinha, ‘um mísero Jeremias de saias⁵²⁷’, lamenta-se a todo instante pois, aos 23 anos de idade, ainda não havia se casado. O pai da moça, Sr. Caetano, funcionário público, que “recebia dos cofres públicos em remuneração de uns tantos serviços que não prestava⁵²⁸”, angustiava-se com o ‘estado’ da filha. E para resolver o ‘problema’ atraía constantemente para a sua residência alguns estudantes da Faculdade de Direito do Recife. Estes não se interessavam por Mariquinha, achavam-na sem brilho e sem interesse. Iam pelo chá e pelos pastéis. Com o passar do tempo, a filha do Sr. Caetano apaixonou-se perdidamente por Laurentino, um jovem acadêmico que achava que ela era um ‘anjo que foi com Lúcifer’. Rejeitada, Mariquinha caiu doente, doença nervosa.

A amiga Eulália, recém-casada, prometeu resolver o ‘problema’ que atormentava Mariquinha. E para tanto contratou uma ‘feiticeira de Machbeth’ que preparou uma porção ‘casamenteira’ de ‘fígado de anum torrado’, seguindo a seguinte receita: “arranca-lhe o fígado num quarto escuro, rezando a oração de São Lázaro. E bota-se ao fogo em uma panela e enquanto ele torra, a gente reza sete vezes a oração de São Silvestre⁵²⁹”. O narrador apresentou essa feiticeira como uma ‘barata’ ou uma daquelas ‘beatas’, que têm “intimidade com todos os padres da Penha (...) conhece e manipula todos os remédios caseiros, (...) cura feitiços, olhados e espinhela caída”. E que também faz casamentos, “une mal casados e desune os que se amam. (...) Sabem orações para tudo, orações fortes para trovoadas, para chuva, para sol (...) comunga todos os sábados, vai a todas as festas, não deixa de visitar a Penha uma só madrugada⁵³⁰”. Essa ‘feiticeira’ vivia sob o mesmo lema do “santo frei Serafchim da Penha: fazes aos outros o que não queres que te façam⁵³¹”. As três pitadas da porção no chá de Laurentino cumpriram a sua função e dois meses depois Laurentino e Mariquinha se casaram.

Na segunda história dos ‘*Noivados Originais*’, Maroquinha, uma verdadeira ‘D. Juan de saias’, apaixonou-se por Camilo, um jovem bacharel em direito. Ele estudou na

⁵²⁷ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Noivados Originais (contos)**. *Op cit.* p. 23

⁵²⁸ *Ibidem.* p. 11

⁵²⁹ *Ibidem.* p. 92

⁵³⁰ *Ibidem.* p. 87

⁵³¹ *Ibidem.* p. 89

Academia Jurídica do Recife, que passou por “sucessivas reformas, que tiveram em vista não melhorá-la, mas unicamente atestar os grandes conhecimentos técnicos dos seus autores”. A preocupação por reformas “costuma atacar a alma de quem quer que, de repente e imprevistamente, acorda ilustre ministro, tendo adormecido apenas ilustre desconhecido⁵³²”.

Antes da paixão por Camilo, ela namorou muitos estudantes da Academia Jurídica. Estes, influenciados pelo folhetim ‘*Rocamboles*’, de Ponson du Terrail, publicado no *Jornal do Recife*, começaram a chamá-la de Baccarat, por apresentar semelhança de ‘índole e de costumes’, com a personagem de Ponson du Terrail⁵³³.

O encontro de Maroquinha e Camilo ocorreu no Convento de São Francisco, numa calorenta quinta feira santa, quando a igreja fervilhava de fiéis. Algumas mulheres, atingidas pelo forte calor, desmaiaram na nave principal da igreja e o frade, “levado pelo zelo do seu ministério e pelo ardor da sua caridade evangélica, derramava meio frasco de água de colônia na cabeça da mais velha”, e “procurava com a mão direita ensopada fazer fricções nos seios da mais moça⁵³⁴”.

Maroquinha, contrariando a sua fama de mulher fácil, dificultou a vida de Camilo. Ele precisou engendrar mil planos para conseguir casar com a sua amada. No momento em que ele pediu a sua mão em casamento, ela estava cercada por amigas que “sentiram percorrer-lhe a espinha dorsal um calafrio de comoção”, e Maroquinha, “mostrando as pérolas da boca num sorriso de infinita felicidade, precipitou-se para o rapaz⁵³⁵”. Dias depois se realizou o casamento.

Na noite de núpcias, a linda Baccarat, de ‘contornos harmoniosos’, ‘cabelos anelados’, ‘seios redondos’, dentes de ‘pérola’, começou a se trocar no toucador. Lentamente, com o marido embevecido, ela começou a se despir. Tirou a grinalda de botões de laranjeira, o cabelo postiço, a dentadura, os seios de algodão, os chumaços do vestido. Camilo ficou atônito, ‘os cabelos eriçados’ e as ‘pernas trêmulas’. A ‘bela’ mulher desnuda, “sem cabelo, sem dentes, sem seios, sem cadeira, sem carne, sem nada⁵³⁶”, parecia um ‘esqueleto’. Camilo desesperado, fugiu da alcova, e precipitou-se

⁵³² *Ibidem*. p. 125

⁵³³ *Ibidem*. p. 138

⁵³⁴ *Ibidem*. p. 148

⁵³⁵ *Ibidem*. p. 215

⁵³⁶ *Ibidem*. p. 224

na rua a correr como um possesso. O narrador da trama, depois do ocorrido, comenta ironicamente: “E fie-se a gente em aparências⁵³⁷”.

Maricas, terceira personagem de ‘*Noivados*’, é filha de Lourenço, tenente coronel da Guarda Nacional e senhor de engenho, e de Brazida, velha mandona que deseja casar a filha com um rico viúvo, Manoel Canuto, também senhor de engenho. Contrariando os interesses econômicos da mãe, Maricas almeja casar com Henrique, jovem advogado idealista, filho de pais pobres, simples plantadores de mandioca.

A mãe de Maricas atropela os sentimentos da sua filha e marca o casamento dela com o viúvo Manoel Canuto. A filha entretanto não se submete à vontade da sua mãe e foge para a casa do seu amado. Dias depois eles se casam. Ela não aceitou a lógica econômica da sua mãe e casou ‘por amor’.

Na quarta história dos ‘*Noivados Originais*’, Marocas é apaixonada pelo seu primo Tibúrcio, bacharel em direito, espécie “sempre a se multiplicar; / espécie eterna de praga / de gafanhotos, que a face / do Brasil inunda e estraga⁵³⁸”. Ele espera a sua nomeação para o cargo de juiz municipal, como recompensa pela ajuda que o seu pai prestou ao chefe do Partido Conservador, ajudando-o a vencer as últimas eleições. O seu pai fez com que os moradores do seu engenho votassem no “candidato do governo, dando-lhe uma votação muito superior ao número de votantes e por consequência um triunfo acima da unanimidade⁵³⁹”. Tibúrcio era um namorador contumaz, um ‘bilontra’ que possuía todos os predicados para a política: “dinheiro, proteção e cinismo⁵⁴⁰”.

Marocas e Tibúrcio não esperaram o casamento para consumir o amor carnal. E, depois de alguns encontros, ela engravidou. Apesar de Marocas contar sobre a gravidez ao seu primo, e da necessidade urgente do casamento, Tibúrcio, fugindo das suas responsabilidades, embarcou para Minas Gerais para exercer o cargo de juiz municipal, deixando-a abandonada.

Marocas, depois de perceber a fuga do seu primo, resolveu solucionar o problema, seduzindo um rico comerciante português, João de Lima, que há tempos fazia-lhe uma desastrada corte.

⁵³⁷ *Ibidem*. p. 226

⁵³⁸ *Ibidem*. p. 393

⁵³⁹ *Ibidem*. p. 394

⁵⁴⁰ *Ibidem*. p. 397

João de Lima era filho de portugueses que chegaram ao Recife em busca da “árvore das patacas⁵⁴¹”. Na escola, ele fez grandes progressos na “aritmética, notadamente das operações de multiplicar⁵⁴²”. Posteriormente, ele ingressou no mundo do comércio de miudezas, “um comércio limpo, senão na essência, pelo menos na aparência⁵⁴³” e construiu sólida riqueza, investido em “apólices da dívida pública e em prédios⁵⁴⁴”. Apesar de rico, João causava repugnância, uma vez que as suas roupas estavam sempre sujas.

Enquanto João fazia uma desastrosa corte a Marocas, lançando olhares, a moça o desprezava. Junto com suas primas, chamavam-no de ‘kagado’, ‘tartaruga’, ‘jacaré’, ‘peru de roda’. Entretanto, depois de descobrir que havia sido abandonada pelo primo, ela fugiu para a casa de João, disse-lhe que o amava e que sempre sofreu com as caçoadas que ‘as primas’ lhe faziam. Ele acreditou e depois de alguns dias se consumou mais ‘um noivado original’. Seis meses depois do casamento, nasceu o ‘seu’ primeiro filho: “seis meses! Em matéria de prazos, João de Lima só entendia daqueles em que venciam as suas letras⁵⁴⁵”.

Ao longo das quase 600 páginas do folhetim ‘*Noivados Originais*’, constatamos que Vilela infiltrou nesse folhetim críticas aos jovens bacharéis de direito (‘praga de gafanhotos que inunda e estraga o Brasil’), à Academia Jurídica (sofreu ‘sucessivas reformas, que tiveram em vista não melhorá-las’), aos comerciantes portugueses (‘comércio limpo, senão na essência, pelo menos na aparência’), aos funcionários públicos (realizava ‘serviços que não prestava’), às fraudes eleitorais (número maior de votantes do que de eleitores), aos padres (lascívia do clero), às beatas (ignorantes e concubinas dos padres), ao apego pelas ‘aparências’ sociais e aos casamentos arranjados.

O folhetim ‘*O Amor*’ não conheceu muito a língua ferina de Vilela. Talvez ele a tenha economizado para acentuar o clima de enamoramento da história. A sua escrita concentrou-se em digressões superficiais sobre o amor que culminaram com o casamento de Yayá e Carlos. O folhetim narra a história de Yayá, jovem de 15 anos de idade, ‘pura’, ‘virgem’ e romântica, “botãozinho de rosa desabrochando aos beijos de

⁵⁴¹ *Ibidem.* p. 353

⁵⁴² *Ibidem.* p. 355

⁵⁴³ *Ibidem.* p. 357

⁵⁴⁴ *Ibidem.* p. 360

⁵⁴⁵ *Ibidem.* p. 542

uma brisa matutina⁵⁴⁶”, que se apaixona por Carlos, mancebo de 23 anos. Amor à primeira vista: “os dois olhares se encontram; mágico encontro, choque elétrico de que reverberam mil chispas. O mancebo sorriu. Yayá estremeceu⁵⁴⁷”. A paixão entre Yayá e Carlos “será o fio condutor de toda a trama⁵⁴⁸”. Apaixonada, “o viver de Yayá é um suspiro. Suspira quando cose; suspira quando reza; quando conversa suspira; quando adormece suspira; suspira até quando sonha”. A trama é excessivamente açucarada e frívola.

Apenas uma vez flagramos uma maior ‘agressividade’ da pena de Vilela. A cena ocorre na alcova quando Yayá reza diante da imagem da Virgem: “sua reza é uma meditação pura e suave; uma aspiração, uma elevação da alma aos pés de Deus e não essa repetição, monótona e vazia de sentimentos, de palavras convencionais, a que se dá o nome de orações⁵⁴⁹”. Na sequência o narrador afirma que Yayá “robustez de fé, ardor de caridade, crença de esperança, eis a verdadeira oração, a única que Deus aceita, porque é sincera; a única que para subir aos seus ouvidos não precisa do patrocínio dos santos⁵⁵⁰”. Nesse pequeno parágrafo, um pouco das tensões da chamada ‘Questão Religiosa’, que agitavam o Brasil, invadiram, discretamente, a narrativa. Vilela criticou o culto aos santos e as orações sem sinceridade e fervor por parte dos fiéis.

A narrativa de ‘*Laurinha*’, publicado em 1872, é passada na Olinda do século XVIII, quando o Recife e a Marim dos Caetés eram inimigas. Laura, personagem da trama, é de família aristocrática, pertencendo “a primeira e melhor nobreza de Olinda⁵⁵¹”, que se celebrizou “na guerra dos mascates, depois de terem se coberto de glória na expulsão dos holandeses⁵⁵²”, entretanto arruinada economicamente. Ela se vê num dilema: ou casa-se com D. Braz, “ricaço, fidalgo nos brasões, porém vilão nos sentimentos⁵⁵³”, para evitar a falência do seu pai, Manuel de Oliveira, ou entrega o seu coração ao jovem Ricardo, pobre mascate do Recife, “pobre em ouro! Mas rico...muito

⁵⁴⁶ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Três Crônicas: Laurinha – A Yara – O Amor**. Recife. Ed. Dos organizadores. 2013. p. 122

⁵⁴⁷ *Ibidem*. p. 124

⁵⁴⁸ LIMA, Fátima Maria Batista de e VILELLA, Maria Lúcia. Prefácio. In VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Três Crônicas: Laurinha – A Yara – O Amor**. Recife. Ed. Dos organizadores. 2013. p. 12

⁵⁴⁹ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Três Crônicas: Laurinha – A Yara – O Amor**. *Op cit*. p. 143

⁵⁵⁰ *Ibidem*. p. 144

⁵⁵¹ *Ibidem*. p. 20

⁵⁵² *Ibidem*. p. 36

⁵⁵³ *Ibidem*. p. 21

rico de aspirações grandiosas e nobres! Rico de sentimentos, rico, enfim, sobretudo, de amor!⁵⁵⁴”.

Para salvar a sua família da ruína, Laurinha aceitou casar com D. Braz, que prometeu devolver as letras da dívida de Manoel Oliveira. Dias depois foi celebrado o matrimônio, e logo após o padre oficializar o consórcio, ela voltou-se para o salão, cheio da mais alta aristocracia de Pernambuco, e perguntou ao D. Braz se ele iria honrar a sua palavra e entregar as ‘letras’ das dívidas do seu pai. Ainda não totalmente recuperado do susto, D. Braz levou “maquinalmente a mão à algibeira e entregou um maço de papéis” à Laurinha, que, prontamente, entregou as letras ao pai, “pálido e envergonhado⁵⁵⁵”. Após a cerimônia de casamento, Laurinha recolheu-se ao quarto de núpcias e cometeu suicídio. O pai, ao saber da morte da filha, morreu de congestão cerebral.

Percebe-se em ‘*Laurinha*’ que as ‘lições’ de Franklin Távora calaram fundo no coração de Vilela, pois este seguiu o conselho do amigo de voltar os olhos para o passado, para as “inexploradas abundâncias da história colonial”.

‘*O Esqueleto*’, publicado em 1872, é um folhetim histórico ambientando em Olinda da primeira metade do século XIX e uma das “primeiras novelas de horror publicadas no Brasil⁵⁵⁶”. Na trama, o cearense Felipe, foi para Olinda estudar direito, deixando no seu estado natal a sua amada, Lívia, para quem fez juras de amor e juras de matrimônio. Mas ele não levou a sério os estudos jurídicos e fez amizade com os maiores pândegos da Academia Jurídica, mergulhando na mais completa devassidão, transformando-se no “terror dos pais de família, o duende das moças honestas, o mimo das cortesãs impudicas e o ídolo da rapaziada que o tomava por norte e por modelo⁵⁵⁷”. A casa de Felipe se converteu numa “escola pernicioso e fatal, era um baralho de perdição; um quartel general de onde partiam todas as ordens do dia para o desregramento e para a orgia⁵⁵⁸”.

⁵⁵⁴ *Ibidem*. p. 20

⁵⁵⁵ *Ibidem*. p. 52

⁵⁵⁶ Nota editorial in VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2015. p. 5

⁵⁵⁷ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. *O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. p. 64

⁵⁵⁸ *Ibidem*. p. 46

Felipe tornara-se o ‘D. Juan de Olinda’ e nas suas incursões amorosas, seduziu a jovem Maria, ‘linda moreninha oriunda de família pobre’. Miguel, o irmão de Maria, para evitar a desonra da sua querida irmã, obrigou Felipe a casar-se com ela, caso contrário, iria matá-lo. Felipe, com medo de morrer contraiu núpcias com Maria mesmo sem amor. Sem receber notícias do amado, no Ceará, a jovem Lívia, adoeceu. Depois de algum padecimento, faleceu. Morreu de desgosto.

A morte de Lívia desencadeou o ingresso do sobrenatural na trama. O folhetim que possuía um tom histórico, ganhou ares fantásticos. A cena ocorreu no meio da noite, quando Felipe avistou um vulto, nas proximidades da Cruz do Patrão, local com fama de mal-assombrado, onde eram enterrados os negros novos que ainda não tinham sido batizados⁵⁵⁹. Felipe estava numa canoa e pediu ao canoeiro para se aproximar do vulto, com quem começou a travar um diálogo. Era uma mulher. De repente, ‘como por encanto’, as roupas brancas desapareceram ‘e, em seu lugar, erigiu-se a esquálida estrutura de um esqueleto desencarnado’, acompanhado de um ‘riso tétrico’. Era Lívia. O esqueleto abraçou Felipe. Depois desse evento, ele enlouqueceu.

Em ‘*O Esqueleto*’ há a presença de um narrador que não está preocupado apenas com a trama fantástica, mas em descrever a ‘paisagem local’, natural e histórica, bem como refletir um pouco sobre o ‘passado glorioso’ de Olinda. O saudosismo de Vilela está presente na narrativa e isto é perceptível na descrição que ele faz da Olinda do passado e do presente. A primeira, das guerras contra os holandeses, ‘triumfal’, ‘brilhante’ e ‘esplendorosa’, e a segunda, ‘miserável’, em ‘ruínas’, abandonada pela ‘pátria ingrata’ e ‘saturnal’⁵⁶⁰. Um dos personagens lembra que foi em Olinda que existiu o ‘heróico’ forte de São Jorge, “em cujas pedras se esculpiu o primeiro canto dessa epopeia pernambucana”; local onde João Fernandes Vieira “com trinta e sete companheiros, tão heróis como ele, bateu durante três dias e três noites o exército holandês, com três mil homens⁵⁶¹”. Esse folhetim denuncia o acento regionalista e nativista da literatura vileliana.

O nativismo foi um traço importante da escrita vileliana. Vilela integrou uma geração que procurou se afastar do ‘romantismo indianista’, um dos núcleos da tradição imperial. Nesse romantismo, os

⁵⁵⁹ *Ibidem.* p. 18

⁵⁶⁰ *Ibidem.* p. 15-16

⁵⁶¹ *Ibidem.* p. 16

“nativos eram estilizados como aristocracia autóctone. A idealização da nacionalidade tinha por epicentro a fusão de um colonizador épico com um bom selvagem. Assim se congelavam as características positivas de uma imagem idílica da nacionalidade e se expurgava o processo de colonização⁵⁶²”.

Vilela rompeu com esse esquema e produziu uma literatura mais realista, que valorizou as lutas nativistas. Evaldo Cabral destaca que o nativismo pernambucano sempre se considerou herdeiro da restauração, da ‘heróica’ guerra contra os holandeses ocorrida no século XVII⁵⁶³. A restauração tornou-se como que a experiência fundadora da identidade provincial. Em várias passagens da obra vileliana constatamos o orgulho pelos supostos ‘heróis’ da guerra contra os batavos. Vilela, como muitos de sua geração, procurou quebrar o monopólio exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de enunciar a história do Brasil, escrevendo uma história a partir de uma perspectiva regional⁵⁶⁴, valorizando o protagonismo de Pernambuco. Como veremos ao longo dessa tese, Vilela teve forte interesse por essa ‘epopeia pernambucana’.

O folhetim ‘*Inah*’ oscila entre o romântico e o trágico, ambientado numa época de ‘crise moral e política’, que, ‘há anos, vai passando o país⁵⁶⁵’. Carlos Victor, advogado, apaixonou-se pela jovem viúva Inah. Ela foi casada com o negociante João de Melo, mas passado algum tempo, o casamento transformou-se apenas em “laços das conveniências sociais e talvez mesmo somente de interesses econômicos⁵⁶⁶”. Ela não encontrou no casamento a realização da felicidade “com que sonhamos e com que nos embalam a imaginação durante toda a nossa vida⁵⁶⁷”. Ainda casada, Inah ganhou má fama na sociedade, fama de cortesã, depois que Silvino espalhou que ela era sua amante. Inah desejou vingança, desejou a reparação da sua honra perante a sociedade.

A linda viúva Inah apaixonou-se por Carlos Victor, mas adiou o seu enlace amoroso pois antes pretendia perpetrar a sua vindita. Para tanto, seduziu Silvino e o levou para o altar, enquanto Carlos Victor sofria forte desilusão amorosa. No altar, diante do padre e da sociedade, desmascarou Silvino e retirou de si a nódoa que pesava

⁵⁶² ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. *Op cit.* p. 57

⁵⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro. Topbooks. 1997. p. 19

⁵⁶⁴ *Ibidem.* p. 69

⁵⁶⁵ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Inah**. Recife.: Casa editora empresa da Província. 1894. p. 3

⁵⁶⁶ *Ibidem.* p. 64

⁵⁶⁷ *Ibidem.* p. 165

sobre todo o seu passado. Declarou que nunca havia traído o marido e que Silvino mentira esse tempo todo. Ele nada retrucou e a sua honra foi reconquistada.

Enquanto transcorria a cerimônia do casamento, Carlos Victor, desconhecendo as verdadeiras razões de Inah, arrasado pelo ciúme e pela desilusão, lançou-se ao rio, suicidando-se. Ao saber da morte de Carlos, a viúva se transformou numa ‘muda estátua do sofrimento’, ‘autômato do desgosto’ e ‘tristonho fantasma de si mesma⁵⁶⁸’. Inah termina os seus dias como devota e “depois de enganar aos homens, procura enganar a Deus!⁵⁶⁹”.

Muitos críticos diriam que os citados folhetins de Vilela, devido à baixa qualidade literária, nunca deveriam ter saído do tinteiro. De fato, eles possuem qualidade artística duvidosa, enredos infantis e pobreza da imaginação literária. Entretanto, é preciso pensar que foram escritos na pressão do cotidiano, na expectativa de alavancar a venda dos jornais e agradar moças e rapazes, sobretudo os da Academia Jurídica. Vilela escrevia folhetins para agradar ao público, e, longe de ser uma escolha voluntária, era uma forma de ganhar os suados ‘cobres para o bonde’. A sua dependência econômica o obrigava a escrever folhetins sintonizados com o gosto dominante de sua época. Ele escrevia sobre o amor porque esse era o tema comercialmente mais viável naquele momento, mas não ficou prisioneiro do folhetim açucarado e romântico. Ao contrário, ele produziu uma interessante variação sobre o gênero, abordando-o de maneira trágica, fantástica, jocosa, etc.

Outro ponto a destacar é que Vilela diluiu na trama romanesca algumas pinceladas sobre a sociedade brasileira do século XIX, com sua paisagem e seus principais personagens. Ele concentrou a sua pena em temas relacionados à temática religiosa (os frades, as orações, as beatas), num tempo em que se desenrolavam as tensões da chamada ‘Questão Religiosa’. Também teceu comentários às práticas políticas (eleições fraudulentas), ao comércio dominado por portugueses e às práticas atrasadas da Faculdade Direito do Recife (estudantes pândegos, reformas inúteis). O folhetim, portanto, foi um veículo que vocalizou, discretamente, algumas das suas insatisfações. O ‘inocente’ folhetim provocou a todo instante o público leitor, ajudando-o a formar a sua opinião.

⁵⁶⁸ *Ibidem.* p. 175

⁵⁶⁹ *Ibidem.* p. 176

O folhetim é um gênero controverso. Alguns críticos o consideram ‘paraliteratura e alienante’, espaço vazio destinado apenas ao entretenimento; sendo ‘*As proezas de Rocamboles*’, de Ponson du Terrail, o seu principal representante; uma vez que o folhetim rocambolésco é frívolo e marcado por ‘aventura delirante, malucamente inverossímil⁵⁷⁰’.

Outros críticos argumentam que o folhetim permite um maior conhecimento da sociedade e que suscita engajamentos políticos. O escritor Eugene Sue, por exemplo, fez dos seus textos uma espécie de investigação da sociedade, fazendo a “descrição dos meios populares e criminosos, além de estabelecer a sua vinculação com as camadas dominantes”. O seu folhetim fazia, portanto, um desmascaramento das relações existentes na sociedade⁵⁷¹. Sue elaborou um verdadeiro ‘retrato da sociedade’, trazendo para a sua literatura os bairros populares de Paris. No seu ‘*Os Mistérios de Paris*’, muitas vezes a força romanesca se enfraqueceu para dar lugar a conselhos e reflexões sobre a necessidade de reformas da sociedade, reformas “das prisões, do sistema judiciário, do regime dos asilos, do penhor, da organização do trabalho no campo⁵⁷²”. Sue desvendou as injustiças sociais de uma Paris miserável. O que o moveu foi “redigir um romance que também seja uma História⁵⁷³”.

Carneiro Vilela sofreu fortes influências dos folhetins de Sue. Os folhetins vilelianos, que tanto agradaram os leitores do seu tempo⁵⁷⁴, não são espaços preenchidos apenas pela frivolidade e destinados exclusivamente ao entretenimento. Há algo mais. Nas mãos de Vilela eles se converteram em instrumento para o melhor conhecimento da sociedade do presente e da sua história. Os seus textos elaboram críticas “às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial⁵⁷⁵”.

É preciso dizer, entretanto, que os folhetins da ‘*América Ilustrada*’ não representam a melhor forma de Carneiro Vilela. Ele está ainda aprendendo a sua arte, que exige muita prática e talento. Em algumas décadas, como veremos, ele se converterá num dos melhores folhetinistas do Brasil, articulando com muita

⁵⁷⁰ MEYER, Marlyse. *Op. cit.* p. 119

⁵⁷¹ *Ibidem.* p. 11

⁵⁷² *Ibidem.* p. 76

⁵⁷³ *Ibidem.* p. 80

⁵⁷⁴ RABELO, Sylvio. **Caminhos da Província**. Recife. Imprensa Universitária. Universidade do Recife. 1965. p. 62

⁵⁷⁵ ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império** *Op. cit.* p. 43.

naturalidade e leveza as críticas à ordem imperial com a trama romanesca. Nesse momento, o folhetim se converterá numa arma mais consistente de intervenção no debate político da época.

Vilela pode ser visto como um dos integrantes da militante geração de 1870. Os diversos escritos dessa geração, interpretam a contemporaneidade como um período de crise e propõem um vasto programa de reformas⁵⁷⁶. Em “resposta à agenda política brasileira, o movimento intelectual da geração de 1870 produziu programas completos de reformas modernizadoras⁵⁷⁷”, que incluíam “um novo regime de trabalho; a secularização das instituições; a dilatação da cidadania; a reforma das instituições políticas; a descentralização político-administrativa e tributária; a modernização econômica⁵⁷⁸”.

Carneiro Vilela integrou esta heterogênea geração de contestadores. A sua obra precisa ser analisada levando em consideração o contexto político-intelectual em que surge; apenas a inscrição da sua obra no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político. Parte da sua obra é marcada por um desejo reformista e por fortes traços de frustração e desencanto.

⁵⁷⁶ *Ibidem.* p.178.

⁵⁷⁷ *Ibidem.* p. 246.

⁵⁷⁸ *Ibidem.* p. 252.

2.5 – Vilela no tempo da ‘Questão Religiosa’ (1872-75)

Entre os anos de 1872 a 1875, o Brasil conheceu um intenso conflito entre a Igreja e o Estado Imperial. Esse conflito foi provocado pelo choque entre as novas diretrizes da Igreja romana, implementadas pelo Papa Pio IX, com o ordenamento jurídico brasileiro que definia, no artigo 5º da Constituição Imperial, a união entre Estado e Igreja. União esta regulada pelo Estado, uma vez que todas as bulas e breves papais dependiam do beneplácito do Imperador⁵⁷⁹. Apenas o *placet* imperial tornava as decisões papais legítimas no Brasil. Essa política regalista, que permitia ao Estado interferir em questões religiosas, desagradava diversos setores da Igreja romana.

Na década de 1860, contrariando a política regalista, o Papa Pio IX publicou a encíclica *Quanta Cura* e o compêndio *Syllabus Errorum*, que condenavam o protestantismo, o liberalismo, o racionalismo e a maçonaria, bem como restabeleciam o dogma da infalibilidade papal⁵⁸⁰. Para os ultramontanos, setores mais conservadores da Igreja, a doutrina da infalibilidade e as demais reformas do pontífice estabeleciam uma hierarquia evidente, estando o Papa, em matéria religiosa, num plano superior ao Imperador. Para os ultramontanos as bulas papais não mais precisariam do beneplácito real. Estava armada a equação do conflito: de um lado, a Constituição que assegurava o regalismo e de outro, as novas medidas papais que afrontavam o ordenamento jurídico estabelecido.

A festa realizada em março de 1872, pela loja maçônica Grande Oriente do Lavradio, em comemoração à aprovação da Lei do Ventre Livre, pelo grão-mestre e presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Rio Branco, é considerada um marco da ‘Questão Religiosa’ no Brasil. Nessa solenidade, o padre e maçom Almeida Martins foi um dos oradores. O bispo do Rio de Janeiro, dom Pedro Maria de Lacerda, não gostou da participação do padre num evento maçônico e o afastou das suas funções religiosas⁵⁸¹, bem como o exortou a abjurar publicamente os seus laços com a maçonaria⁵⁸². A ação do bispo não foi fundamentada no direito brasileiro que

⁵⁷⁹ BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. Campinas/SP. Editora da Unicamp. 2009. p. 242

⁵⁸⁰ *Ibidem*. p. 243

⁵⁸¹ *Ibidem*. p. 242-243

⁵⁸² AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 207

reconhecia a legalidade da maçonaria, mas nas novas diretrizes papais que a condenavam.

Em maio de 1872, dom Vital, antigo colega de quarto de Carneiro Vilela no Colégio de Benfica, assumiu o cargo de bispo de Olinda e iniciou uma cruzada contra a maçonaria. No mês seguinte distribuiu uma circular secreta proibindo a participação de clérigos em eventos maçônicos; tendo como resultado imediato da medida a suspensão de missas encomendadas por maçons. Em represália, setores da maçonaria no Recife convocaram um desagravo para o dia 21/7/1872, para comemorar a “data mais auspiciosa para a humanidade, 21/7/1773, quando o Papa Clemente XIV suprimiu a nociva congregação dos jesuítas⁵⁸³”.

Nesse contexto, a palavra ‘jesuíta’ se transformou em sinônimo para designar clérigos corruptos, ‘sinistros, maléficos e malévolos⁵⁸⁴’. Clérigos refratários à pauta de mudanças que envolvia a instituição do casamento e do registro civil, a secularização dos cemitérios, a plena liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado⁵⁸⁵. Na leitura dos maçons, a ordem de Santo Inácio de Loyola era nociva à sociedade.

Aprofundado as suas incursões contra a maçonaria, dom Vital, em dezembro de 1872, dirigiu uma pastoral aos vigários das matrizes do Recife obrigando-os a eliminar “dos quadros das irmandades e confrarias todos os maçons que não abjurassem das suas ideias⁵⁸⁶”. Algumas irmandades não acataram as ordens do bispo e este reagiu promovendo a sua interdição, impedindo a realização de missas ou quaisquer atos religiosos, bem como excomungando maçons que não abjuraram à maçonaria. As irmandades não aceitaram a ação punitiva do bispo e recorreram à justiça civil.

A tramitação do processo foi rápida, e, em junho de 1873, o Conselho de Estado decidiu não aceitar o arrazoado de dom Vital que afirmava não ter cometido crime, pois em ‘matéria religiosa’ estava submetido ao Papa. O Conselho mandou o bispo suprimir a interdição às irmandades religiosas. Ele, entretanto, não acatou a decisão do Conselho e, além disso, num gesto de afronta ao poder civil, publicou o breve de Pio IX *Quamquam Dolores* que obrigava dissolver irmandades que acolhessem maçons. Ele

⁵⁸³ NEVES, Lucia Maria Bastos P. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999. p. 423

⁵⁸⁴ AGUIAR, Claudio. *Op cit.* p. 204

⁵⁸⁵ BALABAN, Marcelo. *Op. cit.* p. 243

⁵⁸⁶ GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife. Editora Raiz Ltda. 1984. p. 146

fez isso sem o *placet* do Imperador e agindo dessa forma transgrediu mais uma vez as leis do país⁵⁸⁷.

Como retaliação ao não cumprimento da decisão do Conselho de Estado, o Solicitador Geral da Coroa denunciou o bispo ao Tribunal Superior de Justiça. Em janeiro de 1874, dom Vital foi preso e condenado a quatro anos de reclusão⁵⁸⁸. O bispo do Pará, dom Macedo, que também tomou medidas de afronta ao poder civil, foi condenado pelo mesmo tribunal. No Pará, no ano de 1873, ele excomungou maçons e proibiu que eles fossem enterrados em cemitérios públicos⁵⁸⁹. Apenas em 1875, os bispos foram anistiados.

A chamada ‘Questão Religiosa’ inquietou sobremaneira o Recife, um dos epicentros da crise. Os jornais maçônicos e ultramontanos se digladiaram durante a crise. De um lado ‘*A Verdade*’ e do outro ‘*A União*’, sendo o primeiro dirigido por Franklin Távora, um defensor da maçonaria; e o segundo dirigido pelo bispo dom Vital, um propagador de valores e práticas da Igreja refratária ao regalismo. Enquanto a ‘*A Verdade*’ lançava uma campanha de difamação contra o bispo de Olinda, afirmando, entre outras coisas, que “ele passava a maior parte do seu tempo fazendo as unhas e penteando a barba”, além de “frequentar com demasiada assiduidade os conventos femininos da cidade⁵⁹⁰”; ‘*A União*’ defendia D. Vital da “horda maçônica” que “vomitava insultos” contra ele⁵⁹¹.

O conflito entre os maçons e os jesuítas não ficou restrito ao âmbito das palavras. Em 14 maio de 1873, ocorreu um comício com cerca de três mil pessoas na praça Conde D’Eu (atual Maciel Pinheiro), em solidariedade ao Deão da Sé de Olinda, D. Joaquim Francisco de Farias, segunda pessoa na hierarquia da Igreja local. O Deão, que era também maçom, foi suspenso pelo bispo dom Vital por ter se manifestado contra os interditos à maçonaria⁵⁹². O tio avô de Carneiro Vilela, o maçom Antônio Carneiro Machado Rios, foi um dos líderes da reunião que ocorreu na praça Conde

⁵⁸⁷ NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Op. cit.* p. 426

⁵⁸⁸ LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: Uma interpretação**. São Paulo. Editora Senac. 2008. p. 527

⁵⁸⁹ BALABAN, Marcelo. *Op. cit.* p. 260

⁵⁹⁰ NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Op. cit.* p. 425

⁵⁹¹ PEDROZA, Cônego Alfredo Xavier. **Letras Católicas em Pernambuco**. Rio de Janeiro. Cruzada da Boa Imprensa. 1939. p. 87-88

⁵⁹² GUERRA, Flávio. *Op. cit.* p. 147

D'Eu⁵⁹³. Após o comício, a multidão saiu em passeata e um grupo de exaltados invadiu o Colégio dos Jesuítas, espancou padres e destruiu o prelo que editava 'A União', sendo o seu maquinário queimado ou arremessado no Rio Capibaribe⁵⁹⁴. No meio do conflito, um padre foi esfaqueado e morto⁵⁹⁵.

Dois dias depois desses eventos trágicos e violentos, uma multidão foi protestar em frente ao Palácio do Governo, tendo o Presidente de Província mobilizado a cavalaria para dispersar a 'turba'⁵⁹⁶. No mês de junho, depois do parecer do Conselho do Estado, contrário ao bispo D. Vital, uma multidão realizou nova manifestação no centro do Recife que por pouco não degenerou em violência, haja vista a exaltação de ânimo dos grupos rivais⁵⁹⁷.

Franklin Távora, testemunha ocular dos acontecimentos, assim se referiu ao período:

“o Recife dormia mal as noites. Logo muito cedo, o artista, o negociante, o empregado público, o homem de letras, o jovem, o ancião, a moça, a matrona, a velha, estavam lendo o jornal. Nunca vi excitação igual no espírito público. (...) Tenho saudade desse tempo de febre nos espíritos⁵⁹⁸”.

Carneiro Vilela não ficou alheio ao conflito entre os 'maçons' e os 'jesuítas'. Ele usou a sua pena no periódico 'América Ilustrada' para defender os maçons e espinafrar os ultramontanos⁵⁹⁹, lançando-os ao ridículo⁶⁰⁰. Ele também mobilizou o seu talento de dramaturgo como uma arma potente para intervir no debate que se travava no seio da sociedade brasileira e para tanto escreveu o drama de “propaganda anti clerical⁶⁰¹” 'Os Maçons e Jesuítas'.

A estreia deste drama estava prevista para o sábado 17 de maio de 1873. Durante semanas, através de anúncios de jornal⁶⁰², a empresa Espiuca e Penante, promotora do

⁵⁹³ A Província (PE), 11.07.1873 e Diário de Pernambuco (PE), 10.06.1873

⁵⁹⁴ PEDROZA, Cônego Alfredo Xavier. *Op. cit.* p. 89

⁵⁹⁵ NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Op. cit.* p. 425

⁵⁹⁶ GUERRA, Flávio. *Op. cit.* p. 147

⁵⁹⁷ AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 216

⁵⁹⁸ *Ibidem.* p. 217

⁵⁹⁹ SILVA, Leonardo Dantas. **Os pioneiros da caricatura em Pernambuco.** *Op. cit.* p. 111

⁶⁰⁰ O liberal (PE), 30.05.1873

⁶⁰¹ Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁶⁰² Diário de Pernambuco (PE), 17.04.1873; 18.04.1873; 07.05.1873; 08.05.1873; 09.05.1873; 10.05.1873; 16.05.1873

espetáculo, afirmou que não poupou sacrifícios nem despesas para produzir o referido drama, que possuía cinco atos: ‘o pacto de ouro’, ‘a moral jesuítica’, ‘à beira do túmulo’, ‘os dois jesuítas’ e ‘o templo maçônico’⁶⁰³. Inicialmente estavam previstas quatro récitas. A maior parte dos ingressos já havia sido vendida⁶⁰⁴.

A semana da estreia foi uma das mais tensas do período. O clima estava crispado. Como já vimos, no dia 14 houve a invasão do Colégio dos Jesuítas, que resultou na morte de um padre. E no dia 16 a multidão que se aglomerou em frente ao Palácio de Governo foi dispersada pela cavalaria. O Presidente de Província, Henrique Pereira de Lucena⁶⁰⁵, membro do Partido Conservador⁶⁰⁶, temendo maiores incidentes, entendeu que o drama não poderia ser representado por causa da ‘exaltação dos espíritos’. A peça foi censurada⁶⁰⁷. Na verdade a peça teria que ser necessariamente adiada pois antes da estreia, o teatro foi invadido e parte do cenário foi destruído⁶⁰⁸.

A invasão do teatro Ginásio Dramático ocorreu no dia 16 de maio, quando José Mariano Carneiro Cunha⁶⁰⁹, integrante do Partido Liberal e diretor do periódico ‘A

⁶⁰³ Diário de Pernambuco (PE), 15.05.1873

⁶⁰⁴ O Liberal (PE), 30.05.1873

⁶⁰⁵ **Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena)**: nasceu em Bom Jardim em 1835 e faleceu no Rio de Janeiro em 1913. Estudou humanidades no Colégio Pedro II e direito na Faculdade de Direito do Recife (1853-1858). Começou sua carreira como delegado no Recife e posteriormente foi juiz. Exerceu o cargo de presidente de província no Rio Grande do Norte (1872), Pernambuco (1872-75), Bahia (1877-78) e Rio Grande do Sul (1885-86). Ainda no Império, foi eleito Deputado Geral por Pernambuco (1886-89) e exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados (1888-89). Recebeu da princesa Isabel o título de Barão de Lucena no ano de 1888. Em 1890 foi nomeado governador de Pernambuco. Entre os anos de 1890 e 1891, durante o governo de Deodoro da Fonseca, exerceu o cargo de ministro da Justiça, da Agricultura e da Fazenda. Em 1891, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, mas no ano seguinte, depois da chegada de Floriano Peixoto ao poder, foi aposentado compulsoriamente.

Disponível

em:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=497

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LUCENA,%20Henrique%20Pereira%20de.pdf>. Acesso em: 11.04.2016

⁶⁰⁶ SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e o seu tempo (1850-1921): o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife. Cepe. 2013. p. 45

⁶⁰⁷ O Liberal (PE), 30.05.1873

⁶⁰⁸ Diário de Pernambuco (PE), 19.05.1873

⁶⁰⁹ **José Mariano Carneiro da Cunha**: nasceu em Ribeirão em 1850 e faleceu no Rio de Janeiro em 1912. Estudou na Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1866-70. Foi jornalista, político, integrante do Partido Liberal e abolicionista militante. Entre os anos de 1878-85, exerceu mandato de Deputado Geral por Pernambuco. Em 1872, fundou o jornal ‘A Província’, órgão do partido Liberal. Tornou-se, na década de 1880, líder abolicionista. Foi um dos fundadores do Clube do Cupim, importante agremiação na luta contra a escravidão em Pernambuco. Aderiu à República após a sua proclamação. Em 1890, foi eleito Deputado Federal constituinte por Pernambuco (1890). Apoiou o governo do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) e exerceu vários mandatos de deputado federal por Pernambuco entre os anos de 1891-99. Por ocasião da Revolta da Armada, em 1893, foi preso na ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, por determinação do governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Depois de libertado fundou em Pernambuco o Partido Autonomista, ao lado de José Maria de Albuquerque Melo. Fez oposição na

Província’, ocupou a sacada do teatro e proferiu um discurso para uma multidão de aproximadamente 1500 pessoas, glorificando a campanha contra os ‘jesuítas’ e qualificando-a como atos de ‘patriotismo e civismo’⁶¹⁰. Segundo Luiz Nascimento, José Mariano iria solicitar ao presidente de Província a expulsão dos jesuítas de Pernambuco⁶¹¹. Diante desse quadro, o presidente de Província de Pernambuco ordenou que a polícia dispersasse a multidão ‘à pata de cavalo’. Segundo um jornal da época, Henrique Pereira de Lucena, “um eunuco do poder que proclamou o despotismo em Pernambuco⁶¹²”, figurou como um “carrasco do povo” e assistiu “impassível ao espancamento brutal dos seus concidadãos⁶¹³” e à invasão do teatro para “espaldear os oradores populares que se reversavam na sacada do prédio convertida em tribuna⁶¹⁴”. Como vimos no capítulo 1, o tio materno de Carneiro Vilela, Francisco Carneiro Machado Rios Júnior, comandou o repressivo batalhão policial. Acreditamos que a truculência policial contribuiu para a destruição de parte do cenário da peça de Vilela.

No dia 7 de junho de 1873, a peça finalmente foi encenada no Teatro Ginásio Dramático. A empresa Espiuca e Penante conseguiu, em pouco tempo, reformar o cenário deteriorado, bem como derrubar a censura. Antes do drama de Vilela subir ao palco foi executada uma ‘valsa extravagante’ chamada ‘*A Bacanal Jesuítica*’, bem como foi executado o ‘*Hino Maçônico*’, da lavra do nosso biografado⁶¹⁵. Este hino foi publicado alguns dias depois no jornal do Pará, órgão da maçonaria, ‘*O Pelicano*’⁶¹⁶. Vilela começava a ficar conhecido para além das paragens pernambucanas.

Câmara dos Deputados ao governo de Alexandre José Barbosa Lima e após o assassinato de seu aliado José Maria de Albuquerque Melo, em 1895, publicou uma “Carta política aos pernambucanos” e um artigo sobre o assunto, intitulado “A tragédia de Pernambuco”, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Retirou-se da vida política após a morte de sua esposa, Olegária da Costa Carneiro da Cunha, sendo então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) oficial do Registro de Títulos e assumindo um Cartório de Títulos e Documentos no Rio de Janeiro. Em 1909, voltou à atuação política e fundou em Pernambuco o Partido Republicano Conservador, que defendeu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República e a de Dantas Barreto ao governo do estado de Pernambuco. Retomou sua vida parlamentar em 1912, quando foi, mais uma vez, eleito deputado federal, agora pela Paraíba.

Disponível em:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=382

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CUNHA,%20Jos%C3%A9%20Mariano%20Carneiro%20da.pdf> Acesso em: 14.04.2016

⁶¹⁰ Diário de Pernambuco (PE), 26.05.1873

⁶¹¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Vol 2. *Op cit.* p. 105

⁶¹² *Ibidem.* p. 178

⁶¹³ A Província (PE), 20.05.1873

⁶¹⁴ GOUVEA, Fernando da Cruz. **O Partido Liberal no Império: o barão de Vila Bela e a sua época**. Brasília. Senado Federal. 1986. p. 375-376

⁶¹⁵ Diário de Pernambuco (PE), 04.06.1873

⁶¹⁶ O Pelicano (PA), 26.06.1873

O drama *‘Os maçons e os Jesuítas’* foi exibido oito vezes, superando a expectativa das quatro apresentações inicialmente programadas⁶¹⁷. O clima anti jesuítico, a invasão do teatro e a censura, sem dúvida contribuíram para despertar a curiosidade do público. A polêmica ajudou inclusive a alavancar a peça de Vilela para fora da província. *‘Maçons’* será seu primeiro grande sucesso.

A peça *‘Os maçons’* narra a história de duas ‘heranças’: a primeira depositada na maçonaria por um pai, para ser entregue ao seu filho, quando este completasse 25 anos; e a segunda depositada na ordem jesuítica por uma viúva, para ser entregue a uma inocente criança. O padre Nicolau, personagem jesuítico, lançará os meios mais criminosos para se apoderar da fortuna pertencente à criança. Ele obriga a viúva moribunda “a fazer um testamento falso em seu proveito; envenena-a, e quando apanha o testamento dá-lhe com escárnio a absolvição⁶¹⁸”. A peça “produz a melhor impressão para a maçonaria e a pior para os jesuítas⁶¹⁹”. Na visão do bispo do Pará, o drama apresenta a maçonaria como uma “sociedade santa, moralizada, professando o verdadeiro culto a Deus e o padre como um descarado corruptor, um falsário, um ladrão, um sacrílego que abusa do confessionário para empolgar heranças⁶²⁰”. O drama vileliano deixou os setores ultramontanos enfurecidos; um desses, mais exaltado, defendeu um auto de fé “ao dr. Carneiro Vilela, não um auto de fé em efígie, mas do próprio, por ter ferido de morte a Companhia de Jesus⁶²¹”.

Vilela pegou embalo com o sucesso do seu drama *‘Os maçons e os Jesuítas’*. No mês de setembro emplacou a peça *‘Brasil e Paraguai’*, em novembro o espetáculo chistoso *‘Os amores de Quinquim das Moças’* e no mês seguinte *‘Soberba’*. O anúncio da última peça o apresentava não como um neófito “que se apresenta trêmulo e receoso a depor a primeira flor nas aras da literatura, mas um moço de talento provado, coroado sempre pelos aplausos do povo⁶²²”. Quatro anos depois de iniciar nas lides do teatro, Vilela começava a colher os frutos simbólicos e materiais.

‘Brasil e Paraguai’ foi encenado para comemorar o 51º aniversário da independência do Brasil. O espetáculo foi grandioso com muitos atores e figurantes. O

⁶¹⁷ Diário de Pernambuco (PE), 03.07.1873

⁶¹⁸ Diário de Pernambuco (PE), 25.05.1876

⁶¹⁹ A Província (PE), 14.06.1874

⁶²⁰ Diário de Pernambuco (PE), 25.05.1876

⁶²¹ O Santo Ofício (PA), 15.05.1875

⁶²² A Província (PE), 24.12.1873

seu início foi marcado pela execução do hino nacional por uma grande orquestra, diante da efígie do Imperador. O drama possuía um prólogo, ‘Os Voluntários da Glória’, e quatro atos, ‘3 de Novembro de 1867’, ‘A Passagem de Humaitá’, ‘As Prisioneiras Brasileiras’ e ‘A Queda do Tirano’. O prólogo passava-se no Recife. No final da peça foi novamente executado o Hino Nacional pela orquestra acompanhada de mais três bandas marciais⁶²³.

Em 1874, Vilela retomou os ataques aos ‘jesuítas’ do seu exitoso ‘*Os maçons e os Jesuítas*’, “o primeiro e mais importante drama sacro que tem visto o público desta capital⁶²⁴”. Estreou também um novo drama, ‘*Os Sete Passos*’, produzido pela Empresa Vicente, que gastou grande soma em dinheiro com a elaboração de belo cenário e com roupas em conformidade com a época que se passa o drama⁶²⁵. A ação da peça se desenrola no contexto das Cruzadas, quando ‘hordas selvagens incitadas pelo Papa’ invadiram Jerusalém, deixando um rastro de morte e de roubo. Os cruzados são apresentados por Vilela como fanáticos e concupiscentes⁶²⁶. Os padres são cheios de paixões mundanas⁶²⁷.

O crítico do *Jornal do Recife* elogiou o cenário e a música do drama, mas defendeu que Vilela pecou contra a história. Ele argumentou que a tese central da peça discutia o tema do celibato, apresentando o padre Gillion atormentado pelo desejo. O crítico defendeu que esse sentimento de angústia não podia existir naquele momento da história, pois o celibato clerical só foi estabelecido pelo Concílio de Latrão em 1215 e o drama se passa em 1149. Na visão do crítico o argumento de Vilela era anacrônico. Com essa ressalva, o crítico o aconselha a polir melhor a peça⁶²⁸. Alheio ao anacronismo, o público esteve presente nas dez apresentações da peça⁶²⁹. Este drama foi encenado no Rio de Janeiro no ano seguinte e teve uma boa acolhida⁶³⁰. ‘*Os Sete Passos*’ será a primeira peça de Vilela na Corte.

Como vimos, Carneiro Vilela se envolveu bastante nos episódios da chamada ‘Questão Religiosa’, atacando com muita virulência os ‘jesuítas’, seja através do teatro,

⁶²³ Diário de Pernambuco (PE), 05.09.1873

⁶²⁴ Diário de Pernambuco (PE), 19.05.1874

⁶²⁵ Jornal do Recife (PE), 27.06.1874

⁶²⁶ A Província (PE), 19.07.1874

⁶²⁷ A Província (PE), 21.07.1874

⁶²⁸ Jornal do Recife (PE), 15.07.1874

⁶²⁹ Jornal do Recife (PE), 18.07.1874

⁶³⁰ A Reforma (RJ), 16.03.1875

com a peça ‘*Maçons e Jesuítas*’, ou do jornal ‘*América Ilustrada*’, em que ele mobilizou a sua pena para escrever folhetins, desenhar caricaturas e redigir artigos, ora ‘sérios’, ora ‘jocosos’, que atacavam a Igreja Ultramontana. Além dessa participação mais intelectual e artística, ele ainda se ofereceu como testemunha de acusação do padre Sebastião Constantino Medeiros, segundo governador da Diocese de Olinda, que passou a chefiar esta instituição religiosa depois da prisão do bispo D. Vital e do seu substituto, primeiro governador e cônego José Joaquim Camelo. O promotor público de Olinda pronunciou o padre Sebastião Constantino por crimes relacionados ao embate entre o Estado brasileiro e a Igreja, uma vez que o mesmo não cumpriu a decisão da justiça brasileira de suspender o interdito proferido ainda pelo ex-bispo D. Vital à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio do Recife, bem como emitiu circular ao clero “concitando-o a não desertar da fileira da desobediência”⁶³¹.

Além das atividades de dramaturgo, jornalista, chargista e folhetinista, Vilela se aventurou nas águas da educação. O Grêmio Dramático, refundado em 1873⁶³², criou uma escola gratuita de instrução primária para o sexo masculino, bem como um curso ‘anexo’ superior, oferecendo as seguintes disciplinas: escrituração mercantil, astronomia, francês, geometria, aritmética, geografia e história. Vilela ficou responsável pelas últimas duas, lecionando gratuitamente⁶³³. No ano de 1875, a sua atuação no campo educacional foi reforçada com a sua nomeação para o cargo de secretário da Sociedade Propagadora da Instrução Pública nas paróquias da Capunga e do Poço da Panela⁶³⁴. Esta sociedade foi fundada em 1872 por iniciativa particular⁶³⁵ com o intuito de promover a instrução das classes menos favorecidas.

No ano de 1875, Vilela conseguiu publicar os seus primeiros livros. A sua estreia foi com o romance ‘*Uma História de Rapazes*’ que “tão bem descreve os costumes de nossa sociedade, zurzindo-lhes os defeitos e os abusos, enquanto que apregoa-lhes as virtudes”⁶³⁶. Ele também publicou um livro de poesias, ‘*À Margarida*’.

⁶³¹ Jornal do Recife (PE), 07.05.1875 e O Globo (RJ), 15.05.1875

⁶³² Diário de Pernambuco (PE), 22.04.1873

⁶³³ Diário de Pernambuco (PE), 03.07.1873

⁶³⁴ Jornal do Recife (PE), 07.04.1875 e Diário de Pernambuco (PE), 07.04.1875

⁶³⁵ **Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1875**. Recife. Typographia Universal. 1874. p. 143. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706060&pesq=SOCIEDADE%20PROPAGADORA%20DA%20INSTRU%C3%87%C3%83O%20P%C3%9ABLICA&pasta=ano%20187>. Acesso em: 15.03.2015

⁶³⁶ Jornal do Recife (PE), 22.05.1875

O jornal ‘*A Reforma*’, do Rio de Janeiro, ao comentar o lançamento deste último livro, descreveu Vilela como poeta, dramaturgo, romancista, além de salientar que ele era o principal redator da ‘*América Ilustrada*’, “folha caricata escrita com muito chiste⁶³⁷”. Pouco a pouco, seu nome começou a ser ouvido em outras paragens.

Em junho de 1875 Vilela vendeu a sua parte no periódico ‘*América Ilustrada*’ e juntamente com L. S. Braga, fundou o vespertino ‘*Jornal da Tarde*’. Ao contrário do tom jocoso e satírico da ‘*América*’, este novo periódico procurou discutir os problemas da sociedade brasileira de maneira mais ‘séria’ e ‘sóbria’. O jornal não teve vida longa, alcançando a marca de 195 edições e sendo fechado após oito meses, devido a problemas financeiros, motivados pela carência de anunciantes. O jornal ‘*Diário do Rio de Janeiro*’, elogiou o programa do ‘*Jornal da Tarde*’, e teceu loas a Vilela, considerado “vantajosamente conhecido como escritor⁶³⁸”.

O ‘*Jornal da Tarde*’ foi criado com o intuito de participar das lutas religiosas, das discussões políticas e das polêmicas literárias, além de “desenvolver a instrução pública e filosófica do povo por meio da publicação da história pátria” e “deleitar por meio de folhetins⁶³⁹”. Na seção intitulada ‘*Instrução Popular*’, o jornal publicou uma série sobre a ‘*História do Brasil*⁶⁴⁰’, e parte da obra de Maurice Lachatre, ‘*Os Crimes dos Papas*’. O jornal ‘*O Apóstolo*’, editado no Rio de Janeiro, protestou contra a publicação da obra de Lachatre no jornal de Vilela, argumentando que ela tecia “infames calúnias” contra a Igreja Católica e que não representava “os altos interesses da sociedade brasileira”. Na visão do ‘*O Apóstolo*’ a obra exprimia os “interesses mesquinhos da seita maçônica⁶⁴¹”.

Segundo Nascimento, foram publicados nesse periódico diversos artigos sobre o ‘*Casamento Civil*’ e a ‘*Questão Religiosa na Europa*’, bem como um folhetim de Ponson du Terrail, ‘*O Regresso de Rocambole*’, e um de Vilela, ‘*Os Mistérios do Recife*’. Além dos folhetins foram também publicados poemas de Castro Alves e

⁶³⁷ A Reforma (RJ), 16.06.1875

⁶³⁸ Diário do Rio de Janeiro (RJ), 27.06.1875

⁶³⁹ Jornal da Tarde (PE), 15.06.1875

⁶⁴⁰ Jornal da Tarde (PE), 24.07.1875

⁶⁴¹ FREITAS, Otávio. **Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras**. Arquivo da Academia Pernambucana de Letras. Pasta 21 (referente à cadeira número 21, que tem Carneiro Vilela como patrono). p.13.

Fagundes Varela⁶⁴². Os ‘*Mistérios do Recife*’, segundo Marlyse Meyer, “após a publicação em jornal, foi divulgado em fascículos em 1876, dividido nas seguintes e sugestivamente folhetinescas partes: *o esqueleto do quartel de polícia, a vingança de um nobre, misérias do povo, os amores de uma fidalga e o testamento do misantropo*”⁶⁴³. O citado folhetim, repleto de personagens ‘misteriosos’ que transitam pelo velho burgo do Recife, narra a história de uma casa mal assombrada e “as peripécias dos policiais para identificar um esqueleto encontrado num antigo quartel da Polícia Militar”⁶⁴⁴. Os “*Mistérios do Recife*” é tributário dos “*Mistérios de Paris*”, do célebre folhetinista Eugène Sue.

Vilela que já havia ‘experimentado de tudo um pouco’ (juiz, dramaturgo, poeta, folhetinista, caricaturista, empresário), enveredou na seara do jornalismo ‘analítico’ no ‘*Jornal da Tarde*’. Ele escreveu duas séries de artigos intitulados “*A Causa dos Nossos Males*” e ‘*Para onde Vamos?*’ fazendo uma análise bastante pessimista sobre a política praticada do Brasil e especialmente em Pernambuco.

Sobre a política praticada em Pernambuco, Vilela denunciou: “é uma coisa sem nome, sem nexos e sem classificação”, pois Pernambuco representa “o hilota de todos os tempos, o joguete de todas as políticas, o mártir de todos os fanatismos, o vasto campo aberto a todas as imposições”⁶⁴⁵. Além disso, ele afirmou que a política na província não se discute e por isso não se avança ideia nova, não avança e que os partidos não são políticos, e sim pessoais. Na sua visão, os políticos proclamam as maiores falsidades e encobrem as maiores verdades e o povo acostumou-se a não averiguar os fatos”⁶⁴⁶.

Para Vilela, a política não se constituía numa “ciência de bem governar os povos” ou num “meio prático para realizar ideias úteis e proveitosas”, mas era apenas um “meio de obter posições”, sendo equiparada a verdadeiras “rixas de tabernas” ou discussões em “calçadas de Igreja”⁶⁴⁷. Na sua concepção, a política era “a mais hipócrita das companhias de Jesus!”⁶⁴⁸, completamente apodrecida e que exalava

⁶⁴² NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op cit.* Vol 2, p. 238-239

⁶⁴³ MEYER, Marlyse. *Op cit.* p. 310.

⁶⁴⁴ JUREMA, Aberdal. **Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras**. Arquivo da Academia Pernambucana de Letras. Pasta 21 (referente à cadeira número 21 que tem Carneiro Vilela como patrono). p. 53-54.

⁶⁴⁵ *Jornal da Tarde* (PE), 16.06.1875.

⁶⁴⁶ *Jornal da Tarde* (PE), 17.06.1875.

⁶⁴⁷ *Jornal da Tarde* (PE), 18.06.1875

⁶⁴⁸ *Jornal da Tarde* (PE), 23.6.1875

“pestilentos miasmas⁶⁴⁹”. Sendo ela marcada por “vergonhosas trapaças para iludir o povo⁶⁵⁰”.

Na sua visão, a política não discutia “as sérias conveniências do país”, pois os partidos políticos não representavam os interesses da sociedade e a paixão dos debates entre partidos não era provocada pela “divergência essencial das ideias (...) em relação aos verdadeiros interesses da pátria, mas apenas pela posição dos seus respectivos chefes, pelos seus nomes”. Vilela avaliava que os partidos eram pessoais e que os seus jornais políticos faziam “apreciações apaixonadas e cientificamente falsas, oposição sistemática e por isso sem critério, (...) acusações e defesas sem mérito porque sem sinceridade⁶⁵¹”.

Para o nosso biografado o falseamento da verdadeira política tem como consequência a indiferença das classes populares, indiferença esta que permite aos políticos proclamar as maiores falsidades e encobrir as maiores mentiras sem que o povo averigue os fatos. Para ele, a presença do povo nas eleições não está relacionada à consciência de um direito, mas ao “mando imperioso de um pseudo chefe”. Sem a pressão deste, o povo não iria votar e as urnas ficariam vazias. Para Vilela o sistema representativo no Brasil era uma grande farsa⁶⁵², tendo o povo esquecido que é cidadão⁶⁵³.

Vilela deseja que o povo saia desse estado de indiferença e fiscalize as ações dos políticos à frente da máquina estatal. Ele argumenta que o povo é pagador de impostos e que precisa saber da destinação dos recursos públicos, pois “quem paga tem o direito de saber no que, porque, e para que se gasta o seu dinheiro”. E que é preciso que o “povo não seja um rebanho de cegos”, ou “massa bruta”, mas “entidade pensante, (...) primeira condição para a grandeza e dignidade de uma nação⁶⁵⁴”.

Num tom bastante pessimista Vilela fala sobre o processo de ‘desfalecimento da sociedade’, pois os ‘homens de Estado’ executam ‘nefandas leis’ e as instituições políticas estão profundamente corrompidas. Ele censura o modo de governar dos políticos que “procuram subir sem se importarem como”. Ele compara o Brasil

⁶⁴⁹ Jornal da Tarde (PE), 25.6.1875

⁶⁵⁰ Jornal do Tarde (PE), 20.08.1875

⁶⁵¹ Jornal da Tarde (PE), 18.06.1875

⁶⁵² Jornal da Tarde (PE), 21.06.1875

⁶⁵³ Jornal da Tarde (PE), 22.06.1875

⁶⁵⁴ Jornal da Tarde (PE), 24.07.1875

Monárquico com a Roma dos últimos imperadores, marcada pela forte degradação dos costumes. Na sua visão, a corrupção é sistêmica, de alto a baixo da sociedade, mas na parte mais elevada “aumenta-se a voracidade dos abutres, que se acercam do cadáver da nação em busca de vida⁶⁵⁵”. Vilela argumenta que as leis são elásticas, fabricadas para serem “torcidas para o norte, ou para o sul, conforme a vontade executora⁶⁵⁶” e que o regime do país é monárquico anti-constitucional, porque a Constituição do Império “é letra morta”, sendo o governo absoluto⁶⁵⁷.

Ele defende que os ministérios estão preocupados apenas em distribuir privilégios para “contentar os seus partidários”; o Senado é um “poder irresponsável” que “cruza os braços e deixa passar a avalanche de desmoralização”; a Assembleia Geral é “uma teta gorda” que vota leis “para indenizar este ou aquele” e que recompensa grupos pelos serviços prestados durante as eleições; as Assembleias Provinciais “bailam a vontade dos Presidentes de Província” e “vexam os seus provincianos com impostos e aumentam os seus subsídios”; as Câmaras Municipais aumentam “as imposições das suas posturas a fim de terem maior monte para dividir entre os seus protegidos”; e os Presidentes de Província sempre têm na mira ‘locupletarem-se’, enquanto não são expelidos do poder, “porque depois vão comprar chácaras de alto preço na própria Corte e começam a viver como lords, nesse mesmo lugar donde há poucos dias saíam como pobretões⁶⁵⁸”.

Vilela mobiliza a sua língua ferina para criticar os funcionários do Estado que deveriam por seus “exemplos imporem ao povo a boa moral e os bons costumes, mas são os primeiros a ensinar-lhes a prática do mal”; predominando entre eles o “sórdido interesse particular”. Vilela denuncia que o funcionário público “quanto mais venal, subserviente, flexível e adulator, mais sobe” na carreira, e se “for prevaricador, se negociar, e trapacear”, vira barão, comendador e até conselheiro⁶⁵⁹.

Vilela nos seus escritos elabora uma dura crítica aos indivíduos que ocupam cargos relacionados às práticas de justiça na sociedade brasileira. Na sua visão os magistrados “se não querem marcar passo se tornam manivelas do poder executivo, (...) escravos do governo” e para ascender na carreira têm que “ser partidário, político”; fato

⁶⁵⁵ Jornal da Tarde (PE), 20.08.1875

⁶⁵⁶ Jornal da Tarde (PE), 02.09.1875

⁶⁵⁷ Jornal da Tarde (PE), 24.08.1875

⁶⁵⁸ Jornal da Tarde (PE), 18.08.1875

⁶⁵⁹ Jornal da Tarde (PE), 20.08.1875

que os torna incapazes de ser imparciais no exercício da justiça⁶⁶⁰; os promotores públicos “são meros órgãos da vontade dos Presidentes de Província, (...) geralmente são cataventos que se movem à feição da vontade presidencial”; os chefes de polícia são normalmente escolhidos entre os parentes dos potentados locais e dessa forma não podem exercer as suas funções com imparcialidade, para não desagradar interesses familiares; os delegados de polícia “são capangas de eleições, mandões de aldeia, capachos dos presidentes, cegas manivelas políticas” que sempre obedecem aos Presidentes de Província, como “as huris ao movimento do lenço do sultão”; os subdelegados “sofrem o mesmo mal dos delegados, (...) tendo contra si a ordem de jurisdição mais limitada”; os inspetores de quartelão “são homens de confiança do delegado ou do subdelegado (...) que se tornaram célebres por umas facadas, ou cacetadas que deram na eleição”. Na visão de Vilela, “estes em vez de policiarem, deveriam ser policiados⁶⁶¹”.

O processo de recrutamento de jovens bacharéis em direito para exercerem cargos de alta complexidade na burocracia estatal também foi alvo de Vilela. Ele ironizou afirmando que o bacharel é preparado para tudo, até para “ser bispo” e que logo após sair da academia jurídica, se for “neto de um conde ou filho de um barão, é escolhido ministro da guerra ou da marinha”, apesar de não saber o significado sequer da expressão “esquerda volver”. Vilela destacou que “quase todo o Império é governado por crianças⁶⁶²”.

Em resumo, para ele as instituições políticas do Império estão corrompidas e os seus representantes são movidos por “sórdidos interesses pessoais⁶⁶³”. O principal prejudicado desse estado de coisas é o povo, que com o seu ‘suor’ e ‘sangue’ paga duplicada ou triplicada a quantia necessária para sustentar o Estado e mesmo assim não recebe em contrapartida serviços públicos adequados; serviços que vão da simples varrição das ruas à prática de uma justiça imparcial⁶⁶⁴.

Na visão pessimista de Vilela, os cidadãos brasileiros tornaram-se “meras máquinas de pagar impostos” para sustentar os privilégios que ‘formigam⁶⁶⁵’, pois os

⁶⁶⁰ Jornal da Tarde (PE), 02.09.1875

⁶⁶¹ Jornal da Tarde (PE), 30.09.1875

⁶⁶² Jornal da Tarde (PE), 24.07.1875

⁶⁶³ Jornal da Tarde (PE), 20.08.1875

⁶⁶⁴ Jornal da Tarde (PE), 20.08.1875

⁶⁶⁵ Jornal da Tarde (PE), 02.09.1875

tributos arrecadados não são aplicados no bem público, mas na distribuição para os políticos e os seus afilhados⁶⁶⁶. Esse tipo de política praticada no país “absorve, como uma imensa esponja, todos os outros ramos, todos os produtos da atividade humana”. Para Vilela, o agricultor, o negociante, o banqueiro, o sacerdote, o médico, o artista e o literato “morrem esquecidos e até ludibriados se não tiverem para escudá-los o braço onipotente e cego da política⁶⁶⁷”. Ele afirma que no Brasil tudo depende da política, e que sem ela o homem comum é posto à margem, obrigado, como Cirineu, a carregar a ‘cruz’ do Brasil.

Nas críticas elaboradas no ‘*Jornal da Tarde*’, Vilela ataca fortemente o sistema político imperial, não poupando nenhum dos dois principais partidos políticos brasileiros. O Vilela desses artigos não suspira pela monarquia, sonha com a república. Em 1874, o seu nome já figurava entre os integrantes do Club Popular Republicano⁶⁶⁸. Marc Hoffnagel destaca que em Pernambuco, na década de 1870, cerca de 300 indivíduos militavam ou simpatizavam com a causa republicana. Segundo ele, a agenda republicana possuía um caráter popular e criticava, entre outros aspectos, a política educacional no Brasil e a especulação no preço dos gêneros alimentícios pela classe mercantil lusitana⁶⁶⁹. Os republicanos argumentavam que, através da educação, o povo tomaria conhecimento do seu próprio valor, pois convém que “instrua-se para que não continue pária no Brasil⁶⁷⁰”.

Fica claro que o Vilela do ‘*Jornal da Tarde*’ defende diversos pontos da pauta reformista da geração de 1870, como a implantação de um estado burocrático legal, infenso ao patrimonialismo, a reforma das instituições imperiais, a independência do poder judiciário, a lisura do processo eleitoral e a ampliação de direitos civis e políticos. Vilela advoga a transparência das instituições políticas e critica o sistema representativo vigente, que falseava a escolha dos seus representantes. Ele também critica a corrupção e a elasticidade das leis, bem como a subserviência de funcionários públicos como o juiz, o promotor, o delegado e o subdelegado. Nas páginas do seu periódico, Vilela realiza uma forte contestação político institucional e defende amplas reformas no Brasil.

⁶⁶⁶ *Jornal da Tarde* (PE), 18.08.1875

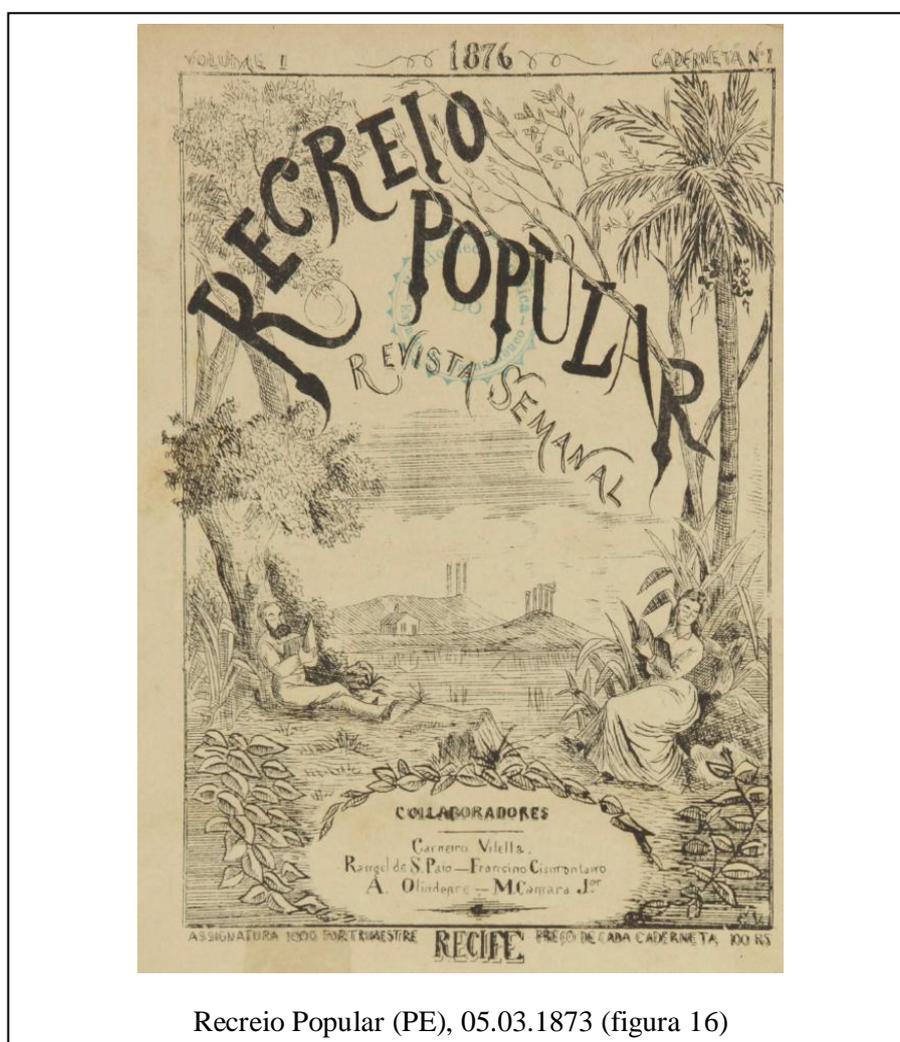
⁶⁶⁷ *Jornal da Tarde* (PE), 17.06.1875

⁶⁶⁸ *A Província* (PE), 20.06.1874

⁶⁶⁹ HOFFNAGEL, Marc. **Rumos do republicanismo em Pernambuco**. In DANTAS, Leonardo. **A República em Pernambuco**. Recife.: Fundaj. Editora Massagana. 1990. p.161-166

⁶⁷⁰ *Ibidem*. p.165

Devido a problemas financeiros, o ‘*Jornal da Tarde*’ fechou as suas portas em fevereiro de 1876⁶⁷¹. No mês seguinte, Vilela passou a colaborar com a revista semanal recém fundada ‘*Recreio Popular*’, que pretendia publicar “romances, poesias, folhetins e variedades dos autores estrangeiros e nacionais mais festejados e reconhecidos do mundo das letras⁶⁷²”. O folhetim ‘*Noivados Originais*’, da lavra de Vilela, foi ofertado aos assinantes da referida revista⁶⁷³. Segundo o jornal ‘*O Globo*’, faziam parte do time de escrevinhadores da revista, C. Vilela, Rangel S. Paio, Francisco Cismontano, Afonso Olindense e Marcolino Câmara Júnior⁶⁷⁴. Vilela iniciou a publicação de um folhetim chamado ‘*Biosia*’ e elaborou o desenho da capa da revista. O desenho, como podemos observar na página seguinte, não possuía o tom satírico das caricaturas da ‘*América Ilustrada*’, mas mostrava um casal lendo numa atmosfera plácida e serena (figura 16).



Recreio Popular (PE), 05.03.1873 (figura 16)

⁶⁷¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* V. 2. p. 239

⁶⁷² Revista Recreio Popular (PE), 05.03.1876

⁶⁷³ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* V.6. p.33

⁶⁷⁴ O Globo (RJ), 14.04.1976

No mês de abril de 1876, Vilela retomou às lides teatrais com a apresentação, no Teatro da Encruzilhada, de sua nova comédia chistosa ‘*Entre Syllas e Charibides*⁶⁷⁵’. E no mês seguinte, a sua peça ‘*Os Maçons e os Jesuítas*’ foi encenada em Belém do Pará, causando uma enorme polêmica.

⁶⁷⁵ Jornal do Recife (PE), 17.04.1876

2.6 – Vilela transfere-se para Belém do Pará (1876-79)

O drama ‘*Os Maçons*’ estreou em Belém, no dia 6 de maio de 1876, mesmo com a tentativa do bispo do Pará, dom Antônio de Macedo Costa, de censurar a peça. O bispo peticionou ao Presidente de Província, Francisco Correia de Sá e Benevides, argumentando que a peça engrandecia a maçonaria, depreciava a Igreja e incitava o ódio contra o clero a quem o Estado devia proteção. Na visão do bispo a representação da peça teria como resultado aumentar a indisposição contra o prelado diocesano e contra os padres e que para o bem da sociedade convinha mais procurar amortecer essas paixões do que excitá-las. O Presidente de Província transferiu a responsabilidade ao Chefe de Polícia e solicitou que proibisse a representação do drama, caso houvesse “alusões odiosas ao clero e ofensas à religião⁶⁷⁶”.

O Chefe de Polícia, dr. Manoel Caldas Barreto, não encontrou motivos para censura, argumentando que ‘*Os Maçons*’ já havia sido encenado em outras províncias “sem que houvesse quem descobrisse nele inconveniências”. O Chefe de Polícia, entretanto, solicitou que algumas frases e pensamentos fossem substituídos, bem como mandou reformular a última cena. Na apoteose do drama o padre era amarrado e surrado pelos maçons, mas o ‘censor’ substituiu este final pela simples expulsão do padre do templo maçônico⁶⁷⁷.

Dom Macedo não se conformou com a liberação da “infame composição” de Vilela e enviou uma dura carta ao Presidente de Província afirmando que a peça desacatava a imagem sagrada “de nosso Deus e Salvador e parodiava sacramentos estabelecidos por Jesus Cristo”. Ele argumentou que a peça era o “maior escândalo teatral da província” e que ela foi escrita para transmitir à opinião pública que a Igreja Católica “aprova e está nutrindo em seu seio uma vasta e tenebrosa conspiração (...) para perpetrarem os mais hediondos crimes”. O bispo afirmou que o drama faz uma ‘horrrível paródia’ ao sacramento da penitência, quando o padre se “apresenta junto ao leito de uma enferma para confessá-la, e na confissão só trata de obrigá-la a fazer um testamento falso em seu próprio proveito. (...) Um sacramento estabelecido por Jesus é assim parodiado e metido ao ridículo no teatro”. Ele também lembrou que a palavra

⁶⁷⁶ Diário de Pernambuco (PE), 27.05.1876

⁶⁷⁷ Diário de Pernambuco (PE), 27.05.1876

“jesuíta”, que se ouve a todo o momento no drama, é cotidianamente atirada pela ‘seita maçônica’ como insulto aos bispos, aos sacerdotes e aos católicos⁶⁷⁸.

A tentativa do bispo de censurar a peça de Vilela repercutiu em várias partes do Brasil. A polêmica sobre o drama de Carneiro Vilela extrapolou as fronteiras do Pará. No Maranhão, no Rio de Janeiro e em Pernambuco foram transcritos em alguns jornais os ofícios trocados entre o Presidente de Província do Pará, o Bispo e o Chefe de Polícia⁶⁷⁹. No Rio de Janeiro, o jornal oficial da maçonaria defendeu ‘*Os Maçons*’ de Vilela e criticou a tentativa do clero de “amordaçar o teatro⁶⁸⁰”.

A estreia do drama na capital do Pará, no Teatro Santo Antônio, foi retumbante. O próprio bispo ‘reconheceu’: “aplausos caíam uníssonos, vigorosos, formidáveis”. Ele defendeu a tese que “as palmas tinham alguma coisa de hostil. (...) Aqueles aplausos e vociferações, todos o sentem, passam por cima dos cômicos e vão ferir a Igreja e o clero”. O bispo não havia se conformado com a liberação da peça pelo Chefe de Polícia e foi para a ofensiva. Do púlpito da catedral de Belém lançou “invectivas contra o teatro e contra a maçonaria⁶⁸¹”. Além disso, afirmou o jornal ‘*O Cearense*’ que o bispo mandou distribuir pasquins “incitando o povo contra a maçonaria (...), aconselhando-se a renovação das cenas sangrentas de 1835”. Um dos pasquins exortou o povo a pegar em armas contra os “ímpios salteadores comissionados pela maçonaria e reunidos no teatro para ultrajar a tua religião, porque estão fartos de ultrajar tua família, tua honra, tua pátria”. Este pasquim defendeu que a “obscena e injuriosa” gritaria do teatro deveria ser combatida com “faca de matos” e que o povo deveria se purificar “no sangue dessa raça maldita! Aos pés de cabra e rabo de macaco! À arma branca! Eia, povo! Coragem! (...) Ou a Igreja ou a Maçonaria⁶⁸²”.

O drama de Vilela, que já havia sido apresentado em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia⁶⁸³, foi prorrogado no Pará, devido ao grande número de espectadores

⁶⁷⁸ O Apóstolo (RJ), 07.06.1876

⁶⁷⁹ Diário do Maranhão (MA), 20.05.1876; O Apóstolo (RJ), 07.06.1876, Diário de Pernambuco (PE), 27.05.1876

⁶⁸⁰ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: jornal official da maconaria brasileira, Rio de Janeiro. Typografia do Grande Oriente Unido, 1876. p. 807. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=074594&pesq=carneiro%20villela&pasta=ano%20187>. Acesso em: 04.04.2015

⁶⁸¹ Diário de Pernambuco (PE), 04.06.1876

⁶⁸² O Cearense (CE), 11.06.1876

⁶⁸³ O Globo (RJ), 05.06.1876

que não conseguiram adquirir ingressos para o espetáculo⁶⁸⁴. Um mês depois da polêmica estreia, a peça continuou a ser representada com grande concorrência. A execução do ‘*Hino Maçônico*’ ao final do drama, que fora proibida pela polícia, voltou a ser cantado por toda a companhia, “causando estrepitosos aplausos⁶⁸⁵”.

Diante do grande sucesso da sua peça, Carneiro Vilela resolveu viajar para o Pará. A sua recepção em Belém foi apoteótica. Lojas maçônicas fretaram um rebocador e foram recebê-lo a bordo do Vapor Nacional Pará. No desembarque, uma multidão o recebeu “de braços abertos e com verdadeiro entusiasmo⁶⁸⁶”. Alguns dias depois, Vilela deve ter assistido emocionado à 11ª representação do seu drama. O teatro estava lotado, apesar da chuva torrencial⁶⁸⁷. No final da apresentação, Vilela foi ovacionado, “freneticamente aplaudido⁶⁸⁸”. Subiu ao proscênio e recebeu dezoito buquês de flores, uma medalha e uma pena de ouro. Ao receber este último regalo, o ator Xisto de Paula Bahia, artista popular nos palcos brasileiros e reverenciado pela imprensa paraense⁶⁸⁹, proferiu as seguintes palavras: “o Sr. escreveu ‘Os *Maçons*’ e corrigiu a sociedade; ofereço-lhe esta pena, para com ela corrigir o clero⁶⁹⁰”. Concordamos com o ator Bahia quando ele afirma que Vilela usava os seus escritos para corrigir a sociedade e o clero. Como já afirmamos nessa tese, Vilela utilizou parte da sua obra para vocalizar críticas e defender reformas modernizadoras.

O drama de Vilela foi elogiado por diversos periódicos. Em Alagoas, o jornal ‘*A Palavra*’ destacou a presença de numerosa plateia no Teatro Providência⁶⁹¹. Em Pernambuco, o ‘*Jornal do Recife*’ desejou que a ‘hábil pena’ de Vilela “que dispõe de tanta aptidão, continue a trabalhar⁶⁹²” e que a sua peça “era um toque de rebate para as consciências manterem-se vigilantes no culto à liberdade⁶⁹³”. No Pará, o jornal ‘*Santo Ofício*’ foi mais longe e afirmou que o drama “imortalizou Carneiro Vilela” e que este

⁶⁸⁴ Diário de Belém (PA), 21.05.1876

⁶⁸⁵ O Cearense (CE), 11.06.1876

⁶⁸⁶ Jornal do Recife (PE), 13.06.1876 e 30.06.1876, A Província (PE), 28.06.1876

⁶⁸⁷ Jornal do Recife (PE), 05.07.1876

⁶⁸⁸ A Província (PE), 28.06.1876

⁶⁸⁹ SOUZA, Roseane Silveira de. **Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890)**. São Paulo. Pontifícia Universidade de São Paulo. Mestrado em História social. 2009. p. 129

⁶⁹⁰ O Santo Ofício (PA), 19.06.1876

⁶⁹¹ A Palavra (AL), 05.08.1876

⁶⁹² Jornal do Recife (PE), 30.06.1876

⁶⁹³ Jornal do Recife (PE), 05.07.1876

cumpria uma “missão toda providencial⁶⁹⁴”. Já o ‘*Diário de Belém*’ passou a se referir ao nosso biografado como o “festejado dramaturgo nacional⁶⁹⁵”.

A peça de Vilela estava longe da unanimidade. Alguns periódicos, ao contrário dos elogios, afundaram o punhal da crítica. O jornal ‘*O Cathólico*’, de Minas Gerais, afirmou que a peça era “altamente ultrajante” à religião católica⁶⁹⁶. E no Rio de Janeiro, o ‘*Almach Brasileiro Illustrado*’ publicou um poema em homenagem à Companhia de Jesus como um contraponto ao “ímpio drama” ‘*Os Maçons e os Jesuítas*’⁶⁹⁷.

O sucesso de Vilela no Pará abriu caminho para a apresentação de outras peças de sua lavra nessa paragem. No mês de julho de 1876 foi encenado ‘*Soberba*’, o primeiro de uma “série de sete dramas que tem por título os pecados capitais⁶⁹⁸”. Nesta peça, Vilela desempenhou o papel de soldado⁶⁹⁹. Em setembro, estreou outro drama, o segundo da série dos pecados, chamado ‘*Avareza*’⁷⁰⁰. Também neste mês ele foi nomeado para o cargo de chefe de seção da secretaria da Presidência da Província do Pará. Este mesmo cargo já havia sido exercido pelo seu grande amigo Franklin Távora no ano de 1874⁷⁰¹.

Enquanto Vilela ia tocando sua vida em Belém, no Recife começou a ser publicado em fascículos, no mês de agosto de 1876, o folhetim ‘*Mistérios do Recife*’. Seguindo uma estratégia para estimular a sua venda, foi entregue ao assinante do folhetim um livro de Carneiro Vilela chamado ‘*Phantasia – contos ao correr da pena*’⁷⁰². Segundo Luiz Nascimento, ‘*Phantasia*’ é um outro título para um antigo trabalho de Vilela, ‘*Noivados Originais*’, publicado na ‘*América Ilustrada*’⁷⁰³.

No mês de setembro de 1876⁷⁰⁴, foi encenado na cidade de Fortaleza ‘*Os Maçons*’, “esse drama infame que insulta os católicos”, esbravejou a ‘*Tribuna Católica*’⁷⁰⁵. Como já havia ocorrido no Recife e em Belém, a estreia foi cercada de

⁶⁹⁴ Santo Offício (PA), 03.07.1876

⁶⁹⁵ Diário de Belém (PA), 28.07.1876

⁶⁹⁶ O Apostolo (RJ), 02.08.1876

⁶⁹⁷ O Apostolo (RJ), 13.08.1876

⁶⁹⁸ A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 29.07.1876

⁶⁹⁹ Diário de Belém (PA), 28.07.1876

⁷⁰⁰ Diário de Belém (PA), 10.09.1876

⁷⁰¹ AGUIAR, Claudio. *Op. cit.* p. 218

⁷⁰² A Província (PE), 17.08.1876 e 31.08.1876

⁷⁰³ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 4

⁷⁰⁴ O Cearense (PE), 20.09.1876

⁷⁰⁵ O Apostolo (RJ), 13.10.1876

muitas tensões. Primeiro, o Chefe de Polícia do Ceará foi acusado de contemporizar com a maçonaria, uma vez que não censurou o drama⁷⁰⁶. Além disso, na primeira exibição da peça, um indivíduo chamado Marrocos, à frente de um grande grupo de capangas, intimou o Chefe de Polícia a suspender o espetáculo que já havia começado. Com a sua negativa, o grupo se dispersou ‘apedrejando janelas’ e gritando ‘morra marinheiros!’⁷⁰⁷.

A segunda apresentação foi igualmente complicada, quando o teatro correu sério risco de ser invadido pelos “raivosos filiados da maldita seita de Loyola⁷⁰⁸”. Conta o ‘*Jornal do Recife*’, que os ‘jesuítas’, com o fito de evitar a encenação da peça, arregimentaram um grupo de mais ou menos cinquenta pessoas de “baixa classe” para amedrontar as famílias que intentavam assistir à peça. Esse grupo fez uma ruidosa passeata, mas não conseguiu evitar a representação do drama. Afirma o jornal ‘*Globo*’ que como a polícia “parecia imóvel ante o proceder irregular dos súcios, cada cidadão armou-se convenientemente para defender a sua vida⁷⁰⁹”. Apesar da tentativa de intimidar os espectadores, estes compareceram em peso ao teatro. A apresentação foi um sucesso⁷¹⁰. Esse episódio no Ceará demonstra que a peça por onde passava deixava um rastilho de pólvora no chão.

No Pará, Vilela se integrou à vida política, exercendo o cargo de chefe da secretaria de governo, e cultural, escrevendo e encenando peças, bem como participando ativamente do Conservatório Dramático Paraense, como diretor da seção de literatura dramática. Ele ajudou a fundar o tal Conservatório em 1877⁷¹¹.

Em abril de 1877, Vilela voltou ao Recife depois de ter conseguido três meses de licença remunerada⁷¹². Ele retornou à sua cidade natal para fazer a mudança da sua família para Belém do Pará. Chegando ao Recife não ficou parado. No mês de maio publicou um poema, ‘*Canção da Sultana*’, na recém fundada gazeta de literatura ‘*Jornal do Domingo*⁷¹³’, e encenou no Teatro Santo Antônio o drama ‘*Demônio do Crime*’, peça

⁷⁰⁶ O Apostolo (RJ), 13.10.1876

⁷⁰⁷ Diário de São Paulo (SP), 26.10.1876

⁷⁰⁸ Jornal do Recife (PE), 30.09.1876

⁷⁰⁹ O Globo (RJ), 13.10.1876

⁷¹⁰ Jornal do Recife (PE), 30.09.1876

⁷¹¹ Jornal do Recife (PE), 25.04.1877 e Diário de Pernambuco (PE), 25.04.1877

⁷¹² A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 06.04.1877. Esta licença foi posteriormente prorrogada, sem ordenado, por mais dois meses. Província (PE), 09.07.1877

⁷¹³ Diário de Pernambuco (PE), 06.05.1877 e Jornal do Domingo (PE), 06.05.1877

que já havia sido apresentada em Belém com o título de ‘*Avareza*⁷¹⁴’. Posteriormente, este drama também foi apresentado no Maranhão⁷¹⁵. Vilela, definitivamente, não era mais um dramaturgo circunscrito a Pernambuco.

No mês de setembro, retornou ao Pará, desta vez com sua mulher e mais quatro filhos⁷¹⁶. Antes de retornar a Belém, ainda teve tempo para encenar uma peça escrita em 1873, ‘*Brasil e Paraguai*’. O referido ‘drama histórico’ recebeu o acréscimo de um quadro final que tratava da volta “triumfante do exército brasileiro, tendo à frente o Marquês de Caxias e o General Osório”, com a presença de mais de duzentas pessoas em cena⁷¹⁷.

O ano de 1878 foi bem produtivo para Vilela. No campo teatral, ele apresentou no Conservatório Dramático do Pará um drama chamado ‘*Um Coração de Mãe*⁷¹⁸’; traduziu e encenou dois dramas franceses: ‘*Trinta Anos ou a Vida de um Jogador*’, de M. Victor Ducange⁷¹⁹ e ‘*Lisbeth, a Tyroleza*⁷²⁰’. Esta última peça alcançou bastante reconhecimento popular⁷²¹ e, ao que parece, Vilela também atuou no referido drama exercendo o papel de Antônio⁷²². Ainda em 1878, Vilela reencenou a peça ‘*Os Maçons e os Jesuítas*’; sem entretanto causar a grande polêmica de dois anos atrás⁷²³. Conta um jornal de Santa Catarina que o Teatro da Paz recebeu ‘*Os Maçons*’ com muito entusiasmo⁷²⁴.

No campo literário, ele traduziu o poema bíblico ‘*Cântico dos Cânticos*⁷²⁵’; tradução elogiada por diversos periódicos⁷²⁶. O crítico José Veríssimo afirmou que “folhetinista do ‘*Diário do Gram-Pará*’ tinha “a grande qualidade de ter conservado a languidez oriental do poema”, mas lhe faltou a “energia e a beleza da primitiva composição”. Apesar de algumas críticas, Veríssimo ficou com uma boa impressão do

⁷¹⁴ Jornal do Recife (PE), 31.05.1877

⁷¹⁵ Jornal do Recife (PE), 02.06.1877

⁷¹⁶ A Província (PE), 19.09.1877

⁷¹⁷ A Província (PE), 05.09.1877

⁷¹⁸ Diário de Pernambuco (PE), 16.06.1878

⁷¹⁹ O Liberal do Pará (PA), 23.03.1878 e A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 26.03.1878

⁷²⁰ A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 03.12.1878

⁷²¹ SOUZA, Roseane Silveira de. *Op cit.* p. 90

⁷²² O Liberal do Pará (PA), 04.12.1878

⁷²³ O Liberal do Pará (PA), 26.09.1878

⁷²⁴ O Despertador (SC), 01.11.1878

⁷²⁵ A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 17.07.1878

⁷²⁶ Diário de Pernambuco (PE), 01.08.1878; O Cruzeiro (RJ), 06.08.1878; Jornal do Recife (PE), 09.08.1878

“belo trabalho” de Vilela e destacou “lindos versos” da tradução⁷²⁷. Franklin Távora destacou a superioridade do trabalho de Vilela ao cotejar com a tradução do padre A. P. Figueiredo. Távora citou dois fragmentos das traduções: “que airosos são os teus passos, ò filha do Príncipe, no calçado que trazes” (Figueiredo) e “teus pés são lindos, pequenos, filha de Príncipes nardos! Bailam vivos e serenos nestas sandálias calçados” (Vilela), para engrandecer o trabalho deste último⁷²⁸. Um outro crítico destacou que as traduções anteriores do poema eram inferiores a de Vilela, e destacou versos carregados de ‘beleza’:

“Oh minha amada! / abre-me a porta depressa / doce pomba imaculada! pois que a noite já começa. / Por me abrir a porta, corre / oh astro que me alumia! / por meus cabelos escorre / o orvalho da noite fria. / Nesta noite sou única, / eu...e da noite a mudez: / já despi a minha túnica.../queres que a vista outra vez?”⁷²⁹

Vilela recusou a versão latina do ‘*Cântico dos Cânticos*’ da Igreja católica alegando que a sua tradução foi marcada por ‘má fé’, ‘patifaria’ e verdadeira ‘capadoçagem intelectual’⁷³⁰. Vilela argumentou que a Igreja transformou o poema de Salomão numa coisa “mística e cheia de alusões divinas, quando a verdade é que a coisa não passa de uma reunião de canções eróticas e lúbricas”⁷³¹. A sua tradução do poema foi mais uma oportunidade que ele encontrou para criticar a Igreja.

Em agosto de 1878, Vilela entrou de licença remunerada do cargo de chefe de seção da secretaria da presidência da Província do Pará⁷³². Dias depois de ter obtido a licença, através do jornal de sua propriedade, ‘*Diário do Gram Pará*’, começou a atacar o governo do Sr. José Joaquim do Carmo, ridicularizando-o⁷³³. Como forma de se vingar desse novo desafeto, o Presidente de Província revogou a licença concedida e demitiu Vilela do cargo. Para o jornal ‘*A Constituição*’ do Pará, Vilela foi vítima de despotismo, mas não foi servil nem abriu mão do seu papel ‘nobilíssimo’ de jornalista.

⁷²⁷ O Liberal do Pará (PA), 07.06.1878

⁷²⁸ TÁVORA, Franklin (org). **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro. N. Midosi. 1880. Tomo VI. Ano II. p.81. Outubro a dezembro de 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 10.03.2015

⁷²⁹ O Cruzeiro (RJ), 06.08.1878

⁷³⁰ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op cit.* p. 133

⁷³¹ *Ibidem.* p. 134

⁷³² Jornal do Pará (PA), 18.08.1878

⁷³³ O Liberal do Pará (PA), 21.01.1887

O jornal de Vilela criticou a decisão do chefe do executivo e prometeu dissecar o governo que “está escandalizando a província e a sociedade paraense⁷³⁴”.

Vilela publicou alguns folhetins no *‘Diário do Gram-Pará’*⁷³⁵, entre eles *‘Inah’*, que já havia sido publicado no Recife. Ele também criticou a pastoral do bispo dom Antônio Macedo⁷³⁶. Na visão do *‘Apóstolo’* do Rio de Janeiro, Vilela escreveu no seu jornal “insultos grosseiros contra o Sr. Bispo e seu clero⁷³⁷”. Em 1 de dezembro de 1878, Vilela vendeu a sua parte no jornal *‘Diário do Gram-Pará’* para o dr. Miguel Lúcio de Albuquerque, porém continuou fazendo parte da redação do periódico⁷³⁸.

Em 1879, ele publicou no Pará, a 1ª edição da novela *‘Inah’*⁷³⁹, e traduziu e encenou *‘O Casal das Giestas’*, de Frederico Soulié⁷⁴⁰, a sua última peça em Belém, uma vez que ele se transferiu para o Rio de Janeiro no final do ano⁷⁴¹.

⁷³⁴ A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA), 19.08.1878

⁷³⁵ O Liberal do Pará (PA), 07.06.1878

⁷³⁶ Diário de Pernambuco (PE), 07.12.1878

⁷³⁷ O Apóstolo (RJ), 20.12.1878

⁷³⁸ Diário de Pernambuco (PE), 13.02.1879

⁷³⁹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 5

⁷⁴⁰ O Liberal do Pará (PE), 02.09.1879. SÁ, Sebastião José Ribeiro de. Revista Universal Lisboense. Lisboa. Tipografia da Revista Universal Lisboense., 1851. Segunda Série. Tomo III. pág. 550. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OL4GAAAAQAAJ&>. Acesso em: 10.04.2016

⁷⁴¹ Diário de Notícia (RJ), 20.12.1879

2.7 – Vilela no Rio de Janeiro (1880-85)

Vilela chegou à capital do Império sem a sua família⁷⁴² e depois de alguns meses foi nomeado, em 28 de fevereiro de 1880, para o cargo de juiz municipal e de órfãos em Manaus⁷⁴³. Entretanto, ele não queria voltar para o norte do Brasil e se conservou na Corte sem emprego e renda. Conta Eustórgio Wanderley que Vilela chegou ao Rio de Janeiro sem um vintém no bolso e arranjou um emprego de ‘cenógrafo’ na casa de um português. Certo dia bateu à porta deste o dr. José Maria de Albuquerque Melo procurando pelo dr. Carneiro Vilela. O português disse que não o conhecia, pois na sua casa trabalhava apenas o ‘seu’ Joaquim que estava pintando um cenário da peça ‘*O Conde de Monte Cristo*’, de Alexandre Dumas⁷⁴⁴. De repente surgiu o ‘seu’ Joaquim “com a blusa cheia de manchas de tinta e empunhando os pincéis de trabalho”. O português atônito constatou que o ‘seu’ Joaquim era o dr. Carneiro Vilela. E prontamente o demitiu pois não queria um doutor como pintor⁷⁴⁵.

Vilela procurou se integrar à vida cultural da Corte, conseguindo publicar na ‘*Revista Brasileira*’, dirigida por Franklin Távora, alguns trabalhos, como o conto fantástico ‘*A Iara*’, um trecho da peça ‘*Sete Passos*’ e três sonetos, ‘*Divergências*’, ‘*As Torrentes*’ e ‘*Aspirações*’. Essa revista havia sido reestruturada recentemente e publicava gente de ‘peso’. ‘*Memórias Póstumas de Brás Cubas*’, de Machado de Assis, e ‘*A Poesia Popular no Brasil*’, de Sílvio Romero, saíram na mesma edição que os trabalhos de Vilela⁷⁴⁶.

Em janeiro de 1881, ele conseguiu uma nova indicação para o cargo de juiz substituto da 1ª vara cível da Comarca de Niterói⁷⁴⁷. A sua nomeação para este cargo contou com a interferência de uma ‘bela Pompadour’, a ‘célebre e sedutora Mariquinha Guedes’, que abria as suas portas às ‘sumidades da política, finanças e literatura’⁷⁴⁸.

⁷⁴² VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 174. Vilela conta na crônica publicada no Diário de Pernambuco no dia 21.10.1888 que na Corte os quadros constituíam a sua única família.

⁷⁴³ Jornal do Recife (PE), 08.03.1880

⁷⁴⁴ FREITAS, Otávio. **Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras**. Arquivo da Academia Pernambucana de Letras. pasta 21 (referente à cadeira número 21 que tem Carneiro Vilela como patrono). p.20

⁷⁴⁵ Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁷⁴⁶ O Mequetrefe (RJ), 25.10.1880

⁷⁴⁷ Gazeta de Notícia (RJ), 31.01.1881

⁷⁴⁸ Diário de Pernambuco (PE), 07.10.1888. Na crônica ‘Cartas sem Arte’, publicada no Diário de Pernambuco (PE), em 07.10.1888, Vilela conta uma história sobre a nomeação de um ‘primo’ para o cargo de juiz. Acharmos que não se trata do seu primo, mas dele próprio. Uma pista disso é que a

Vilela lamentou-se com essa cortesã dizendo que a sua nomeação para juiz era muito remota, pois o Ministro da Justiça havia lhe informado que havia 48 pretendentes para a vaga, sendo Vilela o último deles. A bela Pompadour usou um artil para conseguir a nomeação do nosso biografado. Ela perguntou ao Ministro da Justiça o que ele faria se ela lhe desse um beijo. O ministro, entusiasmado, jurou que faria qualquer coisa. Mariquinha tacou-lhe um beijo e no ‘despacho do sábado’ ele foi nomeado juiz de direito. “Um beijo lavrou-lhe o decreto, um beijo fizera-o feliz”⁷⁴⁹.

Vilela exerceu a magistratura apenas por alguns meses, pois um ‘escândalo’ o obrigou a pedir exoneração do cargo⁷⁵⁰. Ele se envolveu afetivamente com Isabel, uma jovem de 17 anos. O jornal ‘*Tagarela*’, num artigo intitulado ‘*Mais uma infeliz raptada*’, acusou Vilela de ter praticado um ‘crime infame’, pois este ‘raptou’ e levou Isabel para uma “casa de alugar quartos (...) onde esteve por três dias e três noites” e “depois de saciar os seus perversos desejos, mandou-a entregar ao mísero pai”. O referido jornal chamou Vilela de ‘criminoso’ e argumentou que depois desse ato, ele não seria mais capaz de “impor às partes o fiel cumprimento das disposições legais”. Na visão do jornal, ele havia incorrido em crime previsto no art. 166 do código criminal, que previa perda do emprego e inabilitação para obter outro quando o empregado público pratica atos imoderados e escandalosos. O ‘*Tagarela*’ solicitou a abertura de “processo de responsabilidade, a fim de expelir do ‘templo da justiça’ o ‘miserável saltador da honra alheia’⁷⁵¹”.

A pressão foi enorme e dois dias depois da matéria do ‘*Tagarela*’ Vilela pediu exoneração do cargo⁷⁵². O jornal, entretanto, não ficou satisfeito e afirmou que o Ministro da Justiça, Conselheiro Dantas, não deveria ter aceitado a exoneração pois o ato ‘escandaloso’, ‘imoral’ e ‘criminoso’ deveria ser punido como quer o código criminal no seu art. 166, levando Vilela a perder o emprego e o inabilitando para obter outro. Apesar das reclamações do jornal, o Conselheiro Dantas aceitou a exoneração de Vilela⁷⁵³.

nomeação de Vilela para o cargo de juiz foi publicada num sábado, 29.01.1881. Na referida crônica ele afirma que o seu ‘primo’ foi nomeado no despacho do ‘sábado seguinte’.

⁷⁴⁹ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 160-64

⁷⁵⁰ Diário de Notícia (RJ), 18.09.1881

⁷⁵¹ O Tagarela (RJ), 16.09.1881

⁷⁵² Gazeta de Notícia (RJ), 18.09.1881

⁷⁵³ O Tagarela (RJ), 20.09.1881

Se o ‘beijo da bela Pompadour’ reintroduziu Vilela no mundo da magistratura, o ‘beijo de Isabel’ encerrou a sua carreira nessa área e um mês depois ele abriu um escritório de advocacia na Corte⁷⁵⁴. Além da banca de advocacia, Vilela arrumou um emprego de cenógrafo oficial no Teatro Recreio Dramático⁷⁵⁵, destacando-se, a partir dessa época, no campo da pintura de cenários para peças teatrais. Definitivamente Vilela possuía um talento polimórfico.

O primeiro cenário preparado por Vilela foi para uma peça de Joaquim José de França Júnior, ‘*Como se fazia um deputado*’, em 1882. A crítica feita por um jornal da Corte destacou que os cenários, “muito e muito aceitáveis”, foram pintados pelo bacharel, poeta e dramaturgo Carneiro Vilela, “autor de algumas peças muito aplaudidas no norte e de uma bela tradução do Cântico dos Cânticos. Como saiu cenógrafo este literato é coisa que não podemos explicar⁷⁵⁶”. Outro jornal, ‘*O Binóculo*’, afirmou que o “cenário, se não é inteiramente irrepreensível, é, todavia, correto, delicado e agrada⁷⁵⁷”.

A estreia de Vilela no campo da cenografia foi marcada pelo êxito. No Rio de Janeiro, a pintura foi a sua principal atividade. Vilela se tornou um pintor de cenários. Eustórgio Wanderley destaca que Vilela foi um conhecedor da arte da pintura e “mestre profundo nos segredos da perspectiva”, pois os seus “cenários davam uma empolgante impressão de realidade⁷⁵⁸” e que ele aprendeu os segredos da arte cenográfica quando trabalhou no Rio de Janeiro no atelier de Carrancini⁷⁵⁹.

Para exemplificar a competência de Vilela nesse mister, Eustórgio conta que em certa ocasião Vilela foi contratado para pintar uma grande tela, tendo como cenário um trecho da rua do Ouvidor. O patrocinador da pintura queria aparecer no cenário em postura ereta e vestindo um chale de seda vermelho. Depois de concluir o trabalho, o patrocinador questionou Vilela sobre as cores utilizadas na pintura do chale, afirmando que elas não eram realistas. Vilela argumentou que no teatro, a luz de gás carbônico modificaria o tom geral das tintas. O patrocinador não aceitou os argumentos e Vilela, para se livrar do mesmo, sugeriu que ele levasse para o teatro o chale vermelho para prendê-lo com alguns alfinetes, sobre o outro pintado. Na noite do espetáculo ele trouxe

⁷⁵⁴ Diário de Notícia (RJ), 18.10.1881

⁷⁵⁵ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. *Cartas sem arte*. *Op. cit.* p. 174.

⁷⁵⁶ Gazetinha (RJ), 14.04.1882

⁷⁵⁷ Binóculo (RJ), 29.04.1882

⁷⁵⁸ Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁷⁵⁹ A Província (PE), 01.08.1913

o chale e entregou a Vilela que prometeu colocá-lo no lugar combinado. Ao final da peça, o patrocinador foi conversar com Vilela e ficou atônito quando constatou a existência de dois chales, sem conseguir discernir qualquer diferença entre eles. O homem espantado afirmou que Vilela era ‘um danado’⁷⁶⁰.

Entre os anos de 1882 a 1885, Vilela produziu diversos cenários, adotando a pintura como profissão e meio de vida⁷⁶¹. O seu nome passou a figurar nos jornais da Corte como um cenógrafo talentoso, “bastante conhecido em nossos teatros⁷⁶²”, um verdadeiro “mestre do pincel⁷⁶³”. Nesse período ele pintou cenários para as seguintes peças: ‘*A Dama das Camélias*’, drama de Alexandre Dumas⁷⁶⁴, os ‘*Botocudos*’, comédia de Moreira Sampaio⁷⁶⁵, a ‘*Família Benoiton*’, drama de Victorien Sardou⁷⁶⁶, ‘*Os Tirolezes*⁷⁶⁷’, ópera bufa, ‘*De Petrópolis a Paris*’, comédia de Joaquim José de França Júnior⁷⁶⁸, ‘*O Remorso Vivo*’, drama de Furtado Coelho e Joaquim Serra⁷⁶⁹, ‘*A Filha do Guedes*⁷⁷⁰’, comédia francesa com música de Francisca Gonzaga⁷⁷¹, ‘*No Seio da Morte*’, drama de José Echevay⁷⁷², ‘*O Domador de Feras*⁷⁷³’, drama de Adolphe d’Ennery, ‘*José do Telhado*⁷⁷⁴’, drama português, ‘*O Filho da Noite*⁷⁷⁵’, drama de Victor Seyam⁷⁷⁶, ‘*O Conde de Monte Cristo*⁷⁷⁷’, sendo esta última peça exibida mais de 150 vezes. Além desses cenários ele pintou o pano de boca do Teatro Recreio Dramático⁷⁷⁸. Oito anos depois de deixar a Corte, o nome de Vilela ainda seria lembrado pelo jornal ‘*Diário de Notícia*’, como um cenógrafo que viveu “honestamente

⁷⁶⁰ Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁷⁶¹ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 174.

⁷⁶² O Paiz (RJ), 31.08.1887

⁷⁶³ Gazeta de Notícia (RJ), 30.07.1882

⁷⁶⁴ Gazeta da Tarde (RJ), 29.07.1882 e Gazeta de Notícias (RJ), 30.07.1882

⁷⁶⁵ Gazeta de Notícias (RJ), 01.10.1882

⁷⁶⁶ Gazeta de Notícias (RJ), 26.04.1883

⁷⁶⁷ Gazeta de Notícias (RJ), 08.07.1884

⁷⁶⁸ Gazeta de Notícias (RJ), 25.07.1884

⁷⁶⁹ Gazeta de Notícias (RJ), 20.11.1884

⁷⁷⁰ O Paiz (RJ), 23.05.1885

⁷⁷¹ Jornal do Commercio (RJ), 24.05.1885 e 25.05.1885

⁷⁷² O Paiz (RJ), 16.06.1885

⁷⁷³ Gazeta da Tarde (RJ), 17.03.1886

⁷⁷⁴ Gazeta de Notícias (RJ), 03.04.1886

⁷⁷⁵ Gazeta de Notícias (RJ), 23.12.1886

⁷⁷⁶ Jornal do Commercio (RJ), 21.12.1886

⁷⁷⁷ Diário de Notícia (RJ), 13.10.1885

⁷⁷⁸ Gazeta da Tarde (RJ), 26.05.1884

da sua arte⁷⁷⁹”. Infelizmente a pesquisa não descobriu um único trabalho de pintura de Carneiro Vilela.

Em 1882, o drama ‘*A Dama das Camélias*’ foi encenado em dois teatros do Rio de Janeiro: o ‘Lucinda’ e o ‘São Pedro’, tendo, respectivamente, as atrizes Lucinda Simões e Duse Chechi no papel de Margarida Gauthier, personagem principal da peça de Dumas Filho. Conta Vilela que a representação de Duse Chechi, tendo ao fundo o cenário de sua lavra, arrancou suspiros da plateia, sendo o momento da morte da personagem Margarida Gauthier o ápice da emoção. Conta Vilela que um espectador, “numa agitação de entusiasmo incoercível, e com o braço estendido para a cena bradava comovidíssimo: *é assim...é assim...é assim que se morre um tísico*”. Foi apenas nesse momento que Vilela compreendeu a peça de Dumas Filho⁷⁸⁰.

Nas horas vagas como cenógrafo oficial do Teatro Recreio Dramático, Vilela se dedicava à pintura de quadros a óleo. Depois de algum tempo, passou a ter uma ‘galeriazinha bem sofrível’. Os quadros não eram pintados para serem vendidos. Entretanto, a falta de dinheiro o obrigou a vender alguns quadros para ganhar algum para ‘os charutos e o bonde’. Vilela então selecionou alguns trabalhos e deixou na Galeria Glace Elegante, localizada na agitada rua do Ouvidor. A primeira pintura deixada na galeria retratava o Morro de Santa Tereza e custava 20\$000 réis. Essa pintura despertou a atenção de um comprador, que indagou a origem do pintor. Quando ele descobriu que o pintor era do Recreio Dramático e pernambucano, perdeu logo o interesse pela obra. O quadro ficou exposto seis dias, muitos gostaram do mesmo, mas ninguém comprou porque o autor era nacional⁷⁸¹.

Vilela resolveu então pregar uma peça no público fluminense, e assinou os seus quadros com o pseudônimo de William Brotherhood, um suposto pintor estrangeiro. Ele deixou oito obras na galeria, entre elas o quadro do Morro de Santa Tereza, cujo preço foi aumentado. O público ao descobrir que um ‘famoso pintor inglês’ era exibido, afluiu célere à galeria e o transformou no “primeiro paisagista do universo⁷⁸²”. Cinco dias depois todos os quadros haviam sido vendidos, sendo que o do Morro de Santa Tereza

⁷⁷⁹ Diário de Notícia (RJ), 01.05.1893

⁷⁸⁰ VILELLA, Carneiro. **Contos e Recordações**. Bibliografia. GPL, s/n

⁷⁸¹ *Idem*. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 174-178

⁷⁸² *Ibidem*. p. 177

alcançou a marca de 350\$000 réis. Conta Vilela, que o público não queria quadros, mas o ‘status’ de possuir um quadro ‘inglês’⁷⁸³.

Na Corte, Vilela dirigiu a peça ‘*Diabos, Fantasmas e Credores*⁷⁸⁴’, escreveu o drama ‘*A Vingança de um Morto*⁷⁸⁵’ e adaptou, em companhia de Henrique Stepple, uma comédia francesa chamada ‘*O Sogro de Campinas*⁷⁸⁶’. A parceria Vilela e Stepple também ocorreu na escrita da comédia ‘*As Proezas do Ministro*⁷⁸⁷’. Além disso, escreveu uma ópera cômica chamada a ‘*Princesa do Catete*’, que despertou a cidade do “letargo em que vivemos em questão de literatura⁷⁸⁸”, e adaptou a francesa ‘*A Vingança de um Nihilista*’, de J. Clavile⁷⁸⁹, meio termo entre a opereta e o drama⁷⁹⁰.

A peça ‘*A Vingança de um Nihilista*’ é ambientada na Rússia e narra a história do assassinato do czar Alexandre II, morto num atentado em 1881, quando dinamites foram arremessadas contra a sua carruagem. O Conservatório Dramático aprovou a peça e esta seguiu para a apreciação do Chefe de Polícia da Corte, Dr. Belarmino. O tema da peça, o assassinato do czar, o preocupou; talvez ele temesse que a peça ‘incitasse’ um atentado semelhante ao Imperador Pedro II. O periódico ‘*Gazeta de Notícias*’ ironizou a postura do dr. Belarmino afirmando que ele estava tão preocupado com a peça que sentia ‘gosto de pólvora’ até ‘na sopa⁷⁹¹’. O jornal ‘*O Corsário*’ fustigou o Chefe de Polícia dizendo que ele era um ‘beócio’, um ‘assustado’ por acreditar que o drama de Vilela teria o poder de “sublevar o nosso povo cordeiro⁷⁹²”. O periódico ‘*Diabrete*’ sugeriu que o dr. Belarmino estava reprovando na peça tudo que metesse “as botas na monarquia⁷⁹³”. Posteriormente, a peça foi liberada com pequenas mudanças e apresentada, algumas vezes, no Teatro São Luiz⁷⁹⁴. O jornal ‘*Folha Nova*’ teceu elogios ao trabalho de Vilela⁷⁹⁵.

⁷⁸³ *Ibidem*. p. 178

⁷⁸⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ), 01.07.1898

⁷⁸⁵ *Gazeta de Notícias* (RJ), 12.07.1884

⁷⁸⁶ *Gazeta da Tarde* (RJ), 13.03.1883

⁷⁸⁷ *Gazeta da Tarde* (RJ), 23.02.1883

⁷⁸⁸ *Gazeta da Tarde* (RJ), 13.12.1883

⁷⁸⁹ *Corsário* (RJ), 07.07.1883

⁷⁹⁰ *Gazeta de Notícias* (RJ), 15.07.1883

⁷⁹¹ *Gazeta de Notícias* (RJ), 14.07.1883

⁷⁹² *Corsário* (RJ), 07.07.1883

⁷⁹³ *Diabrete* (RJ), 11.07.1883

⁷⁹⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ), 15.07.1883

⁷⁹⁵ *Gazeta de Notícias* (RJ), 15.07.1883

Além da atuação na área teatral, Vilela tentou se firmar no campo do jornalismo. Ele e Henrique Stepple adquiriram um jornal chamado ‘*A Gazetinha*⁷⁹⁶’ em abril de 1883. Este periódico, fundado por Artur de Azevedo, Fontoura Xavier e Aníbal Falcão em 1880 gozava de certo prestígio na Corte⁷⁹⁷. Os jornais ‘*Folha Nova*⁷⁹⁸’, ‘*Mequetrefe*⁷⁹⁹’ e ‘*Gazeta da Tarde*⁸⁰⁰’, enalteciam os novos proprietários da ‘*Gazetinha*’. Em companhia do seu sócio, Vilela começou a escrever para esse jornal, o folhetim ‘*Dramas do Rio de Janeiro*⁸⁰¹’. Entretanto, poucos dias depois o periódico deixou de circular.

Não foi possível avaliar a pintura de Vilela, pois os cenários e a maioria dos seus quadros foram consumidos pela aragem do tempo. Não sabemos se essas obras também foram utilizadas para vocalizar a sua insatisfação com os valores e as práticas fundamentais da ordem imperial. Também não foi possível analisar as peças traduzidas ou escritas por Vilela no Rio de Janeiro, pois estas não foram encontradas. Por fim destacamos que o conteúdo do efêmero periódico ‘*A Gazetinha*’ não foi avaliado, uma vez que o jornal encontra-se bastante deteriorado, restando apenas alguns fragmentos.

A estada de Vilela no Rio de Janeiro evidencia os empecilhos que ele encontrou para se firmar profissionalmente como homem de letras na corte. Com dificuldades para se estabelecer como jornalista e/ou romancista, Vilela lançou-se no campo da pintura para evitar a miséria. Como vimos, a pintura de cenários teatrais, além da adaptação, da direção e da escrita de comédias ou dramas viabilizaram financeiramente a sua permanência na corte por quase meia década. A sua estada no Rio de Janeiro evidencia as vicissitudes do processo de profissionalização dos homens de letras no Brasil, devido à grande dificuldade de conciliar o trabalho cotidiano com a construção de uma obra literária sólida e bem acabada, bem como permite conhecer melhor as condições objetivas da produção literária no país. Normalmente, os homens de letras no Brasil do final dos oitocentos, incapazes de viver exclusivamente da literatura, recorriam ao jornalismo como uma opção de sobrevivência, como um remédio para evitar a miséria.

⁷⁹⁶ Gazeta da Tarde (RJ), 09.04.1883

⁷⁹⁷ SICILIANO, Tatiana Oliveira. **O Rio de Janeiro de Artur de Azevedo**. Rio de Janeiro. Mauad Editora. 2015. p. 90

⁷⁹⁸ Gazetinha (RJ), 12.04.1883

⁷⁹⁹ Mequetrefe (RJ), 20.04.1883

⁸⁰⁰ Gazeta da Tarde (RJ), 09.04.1883

⁸⁰¹ Gazetinha (RJ), 09.04.1883

Vilela, devido ao seu talento polimórfico, recorreu também à pintura e ao teatro para viver na corte.

Em novembro de 1885, Vilela voltou para o Recife trazido pelo Pacote Galícia⁸⁰². Há anos ele não via a família e a saudade deve ter apertado. Além disso, a dificuldade financeira para viver no Rio de Janeiro, devido ao alto custo de vida, deve ter contribuído para ele repensar a sua ‘carreira artística’ na Corte. Apesar de emplacar algumas peças, o lucro auferido não era suficiente para pagar regularmente ‘o dinheiro do aluguel’. O salário do Recreio Dramático não devia ser grandes coisas. E sua tentativa empresarial no jornalismo naufragou com o fechamento da ‘*Gazetinha*’. Vilela avaliou que seria ‘mais bem sucedido’ no Recife. Ele provavelmente imaginou que poderia viver da escrita e da pintura na sua cidade natal. Como veremos, ele estava certo.

⁸⁰² Jornal do Recife (PE), 10.11.1885

Capítulo 3:

**Carneiro Vilela entre os anos de 1885 a 1889 ou
“aqui se inicia uma viagem clara para a encantação”**

3.1 – O teatro vileliano entre 1885 e 1889

Carneiro Vilela voltou ao Recife em 1885 como um experiente ‘homem de teatro’. Naquele momento, ele seria capaz de montar uma peça inteira, pois possuía bastante conhecimento, experiência e talento para escrever, traduzir, dirigir e cenografar dramas e comédias. Como vimos, o teatro foi uma das suas principais atividades durante o ‘exílio’ voluntário do Recife.

Vilela chegou ao Recife no dia 10 de novembro e apenas três semanas depois o Teatro de Variedades anunciou a peça ‘*A Filha do Mascote*’, com cenários “novos e deslumbrantes” pintados por ele⁸⁰³. Além dos cenários do primeiro e segundo atos, ele pintou o pano de boca do referido teatro⁸⁰⁴. Relatam os jornais da época que, em uma das exhibições da peça, ele foi chamado ao palco e “entusiasmadamente aplaudido⁸⁰⁵”.

Alguns meses depois, o Club Dramático Familiar montou, no Teatro Santa Isabel, ‘*As Ruínas do Castelo Negro*’, drama de Adolphe d’Ennery⁸⁰⁶ ambientado na época do ‘terror’ da Revolução Francesa. Dessa peça, Vilela pintou os cenários do ‘Castelo de Pardie’ e do ‘Cemitério de Paimbouf’. Sobre as pinturas de Vilela, o ‘*Jornal do Recife*’ destacou a “beleza da perspectiva e os magníficos efeitos do luar⁸⁰⁷”.

Em dezembro de 1886, o Club Dramático Familiar encenou uma antiga peça de Vilela no Teatro de Santa Isabel, o drama ‘*Gabriella*’. O ‘*Jornal do Recife*’ elogiou o trabalho afirmando que era “bem escrito e cheio de transes magníficos⁸⁰⁸”. O ‘*Diário de Pernambuco*’ também aplaudiu o drama e destacou a presença do Presidente de Província no espetáculo⁸⁰⁹. Nesse mesmo mês, voltou a ser encenada a peça ‘*As Ruínas do Castelo Negro*⁸¹⁰’.

Em 1887, o grupo de teatro Nova Thália encenou duas peças de Vilela: os dramas ‘*Soberba*⁸¹¹’ e ‘*Gabriella*⁸¹²’. Além disso, Vilela pintou diversos cenários para peças exibidas na Veneza Americana, recebendo repetidos elogios da imprensa local.

⁸⁰³ Jornal do Recife (PE), 27.11.1885 e Diário de Pernambuco (PE), 27.11.1885

⁸⁰⁴ Jornal do Recife (PE), 01.12.1885

⁸⁰⁵ Jornal do Recife (PE), 05.12.1885

⁸⁰⁶ Jornal do Recife (PE), 10.04.1886

⁸⁰⁷ Jornal do Recife (PE), 08.04.1886

⁸⁰⁸ Jornal do Recife (PE), 07.12.1886

⁸⁰⁹ Diário de Pernambuco (PE), 07.12.1886

⁸¹⁰ Jornal do Recife (PE), 17.12.1886

⁸¹¹ Jornal do Recife (PE), 25.01.1887

⁸¹² Jornal do Recife (PE), 30.07.1887

Os cenários das peças ‘*A Tempestade*⁸¹³’, zarzuela espanhola de Ruperto Chapí, ‘*La Guerra Santa*⁸¹⁴’, de Julio Verne, ‘*Trabalho e Dedicção ou os Naufragos da Bahia*⁸¹⁵’, drama de Silveira Camargo, e ‘*Uma Viagem à Lua*⁸¹⁶’, de Júlio Verne⁸¹⁷, foram, no todo ou em parte, trabalhos de pintura do nosso biografado. Todos, infelizmente, desaparecidos.

Ainda no ano de 1887, Vilela fundou uma companhia dramática de teatro, passando a atuar também no campo empresarial. O teatro podia ser um negócio rentável financeiramente e a companhia anunciou que pretendia montar as seguintes peças: ‘*Tragédia em Família*’, ‘*Misérias Sociais*’, ‘*As Galés do Casamento*’, ‘*Os Ladrões de Casacas*’, ‘*O Escravo*’, ‘*As Vítimas*’, ‘*O Terceiro Pecado*’, ‘*Guerra às Mulheres*’, ‘*A Vendedora de Perus*’, ‘*Entre o Jantar e o Baile*’, ‘*A Rua da Lua*’, ‘*As Ideias do Burro*’ e ‘*Macaco Azul*⁸¹⁸’. O ‘*Diário de Pernambuco*’ não poupou elogios à criação da nova companhia de teatro e disparou: “o apurado gosto e a longa prática do Sr. Carneiro são garantias suficientes para que haja perfeita escolha de peças⁸¹⁹”. O primeiro trabalho exibido pela sua companhia foi o drama escrito por Vilela ‘*O Nihilista*’. O ‘*Jornal do Recife*’ destacou a beleza do cenário do 3º ato, pintado por Vilela, representando as grandes ruínas da Abadia de Kiev⁸²⁰. A apresentação deste drama representa um bom exemplo do talento polimórfico de Vilela, uma vez que ele escreveu, dirigiu, montou e cenografou a peça.

Vilela teve problemas para realizar a segunda encenação do drama. O Presidente de Província, talvez por perseguição política, concedeu o Teatro de Santa Isabel para a realização de uma ‘festa particular’ no mesmo dia da nova apresentação do ‘*Nihilista*’. A companhia de Vilela tomou um forte prejuízo pois foi obrigada a cancelar a peça e devolver o dinheiro aos espectadores. Só depois de alguns dias, Vilela conseguiu encenar a peça em outro teatro da cidade, o Santo Antônio⁸²¹. Antes da apresentação do

⁸¹³ Jornal do Recife (PE), 19.03.1887

⁸¹⁴ Diário de Pernambuco (PE), 25.03.1887

⁸¹⁵ Diário de Pernambuco (PE), 05.05.1887

⁸¹⁶ Diário de Pernambuco (PE), 06.07.1887

⁸¹⁷ Diário de Pernambuco (PE), 22.05.1887

⁸¹⁸ Diário de Pernambuco (PE), 19.08.1887

⁸¹⁹ Diário de Pernambuco (PE), 01.08.1887

⁸²⁰ Jornal do Recife (PE), 23.08.1887

⁸²¹ Jornal do Recife (PE), 23.08.1887

drama houve um “grande festejo pela chegada do chefe abolicionista Joaquim Nabuco⁸²²”. Vilela era um ‘homem de teatro’ que militava pelo fim da escravidão.

O drama vileliano ‘*O Espião Fidalgo*’, encenado no Recife em 1887⁸²³, causou uma certa polêmica. Um artigo publicado no ‘*Jornal do Recife*’, assinado ‘os pirapamas’, acusou Vilela de copiá-lo “com pequenas alterações” e afirmou que tal fato “desmorona necessariamente os seus foros de dramaturgo⁸²⁴”. Um outro artigo do ‘*Diário de Pernambuco*’, assinado pela ‘comissão acadêmica’, chamou Vilela de ‘histrião’ e ‘arlequim’, e que o público o conhece desde aquela célebre fuga da comarca de Natal quando era Juiz Municipal⁸²⁵. Apesar de recém-chegado à capital da Província, Vilela possuía inimigos. O clima estava crispado pelas lutas abolicionistas. Ele, desde o mês de julho de 1887, fustigava, como veremos, os seus ‘inimigos’ a partir do jornal de sua propriedade, ‘*O João Fernandes*’.

A empresa de teatro de Carneiro Vilela não teve vida longa, sendo apresentadas apenas mais três peças: ‘*Tragédia de Família*⁸²⁶’, drama francês possivelmente traduzido por Vilela, ‘*Guerra às Mulheres*⁸²⁷’, comédia de Afonso Olindense e o drama ‘*O Fantasma Branco*⁸²⁸’. A apresentação da última peça ocorreu em “regozijo ao triunfo eleitoral alcançado pelo chefe do abolicionismo em Pernambuco dr. Joaquim Nabuco e honrado com a presença do grande tribuno dr. José Mariano⁸²⁹”. Como ficará claro no capítulo 4, Vilela mantinha bastante proximidade da facção política marianista.

A partir de 1889, Vilela se envolveu no trabalho de duas peças. Ele traduziu ‘*O Colar de Ouro*’, do dramaturgo Luiz Zapata⁸³⁰ e escreveu uma “opereta cômico-crítico-política” chamada ‘*A Bertoleza*’, ambientada “no tempo das repúblicas e no país dos sonhos ou reino do caranguejo⁸³¹”. As referidas peças foram encenadas no Teatro Santa de Isabel.

A ‘*Bertoleza*’ ridicularizava os ‘republicanos históricos’ de Pernambuco. Maciel Pinheiro e Martins Júnior eram, naquela ocasião, os grandes nomes desse grupo

⁸²² Diário de Pernambuco (PE), 25.08.1887

⁸²³ Jornal do Recife (PE), 28.08.1887

⁸²⁴ Jornal do Recife (PE), 27.08.1887

⁸²⁵ Diário de Pernambuco (PE), 24.08.1887

⁸²⁶ Diário de Pernambuco (PE), 06.09.1887

⁸²⁷ Diário de Pernambuco (PE), 06.09.1887

⁸²⁸ Diário de Pernambuco (PE), 15.09.1887

⁸²⁹ Diário de Pernambuco, 15.09.1887

⁸³⁰ Jornal do Recife (PE), 03.05.1889

⁸³¹ Diário de Pernambuco (PE), 15.10.1889

político. Conta Eustórgio Wanderley que os ‘históricos’ guardam de Vilela a mágoa por terem sido ridicularizados e chamada pejorativamente de ‘bertolezes ou violões’⁸³². Vilela nesse momento integrava o grupo político ligado a José Mariano.

Os ‘republicanos históricos’ não perdoaram Vilela, e, através do jornal ‘*O Raio*’ lançaram toda a sorte de impropérios ao consagrado dramaturgo, chamando-o de ‘animal’, ‘pústula infame’ e desejando a sua morte, pois dessa maneira o mundo deixaria de correr o risco de ser ‘empestado’ por ele. ‘*O Raio*’ também questionou a honestidade intelectual de Vilela, acusando-o de possuir apenas a motivação financeira para exercer o ofício de escritor. Segundo o raciocínio do periódico, a pena de Vilela estava a venda e poderia ser usada tanto para atacar os republicanos quanto para acicatar a monarquia⁸³³.

Enquanto Vilela encenava peças no Recife, seus trabalhos ainda eram vistos no Rio de Janeiro. Em 1886 e 1887, foram encenadas as peças ‘*José do Telhado*⁸³⁴’, ‘*O Conde de Monte Cristo*⁸³⁵’, ‘*O Filho da Noite*⁸³⁶’, ‘*No Seio da Morte*⁸³⁷’ e ‘*Kean ou Desordem e Gênio*⁸³⁸’; todas com cenários produzidos por ele. Em 1888⁸³⁹ e 1889⁸⁴⁰, a peça cômica escrita por ele, ‘*A Vingança de um Morto*’, foi também encenada nos palcos da Corte.

Infelizmente não foi possível avaliar o teatro produzido por Vilela nesse período, pois os textos e os cenários não foram encontrados. Não sabemos portanto se essas obras foram utilizadas para vocalizar a sua insatisfação com os valores e as práticas fundamentais da ordem imperial.

⁸³² Jornal do Recife (PE), 04.06.1925

⁸³³ O Raio (PE), 23.12.1889

⁸³⁴ Diário de Notícia (RJ), 03.04.1886

⁸³⁵ Gazeta de Notícia (RJ), 20.04.1886

⁸³⁶ Gazeta de Notícia (RJ), 23.12.1886

⁸³⁷ Gazeta de Notícia (RJ) 10.06.1887 e 12.06.1887

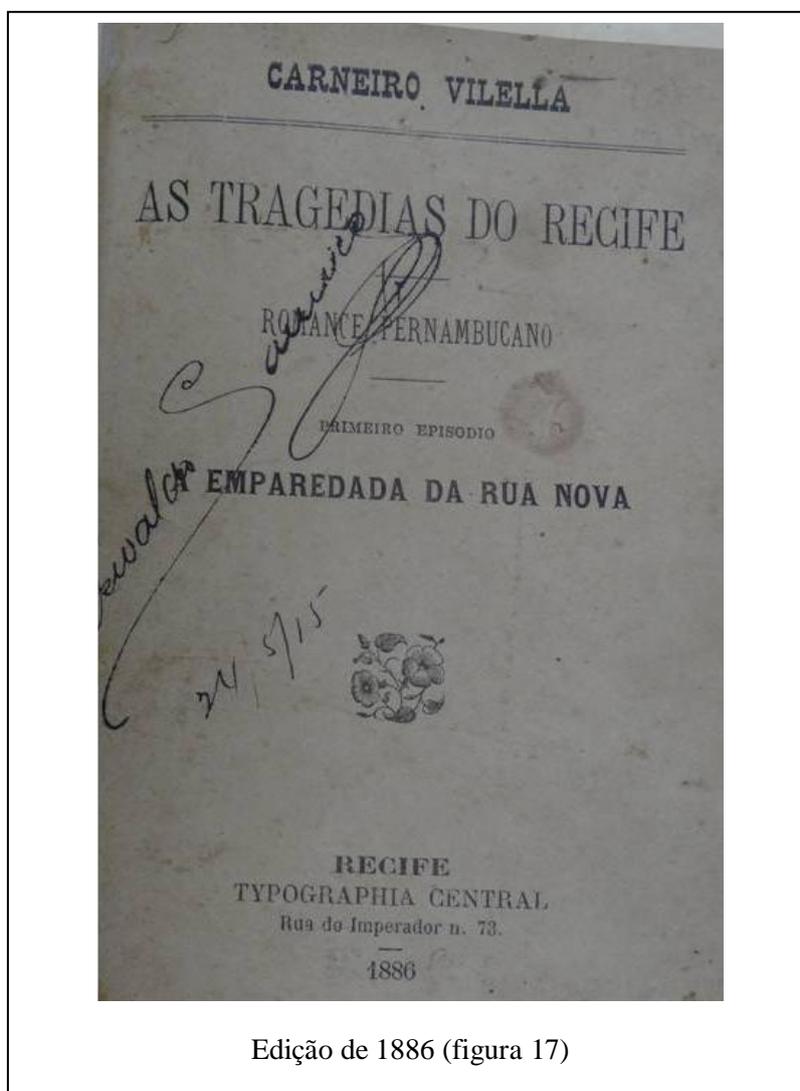
⁸³⁸ Diário Ilustrado (RJ), 26.06.1887 e 29.06.1887. Kean ou a Desordem foi escrito por Alexandre Dumas.

⁸³⁹ O Fluminense (RJ), 27.10.1889

⁸⁴⁰ Diário de Notícia (RJ), 01.09.1888

3. 2 – O folhetim ‘*As Tragédias do Recife*’ ou ‘*A Emparedada da Rua Nova*’ (1886-1887)

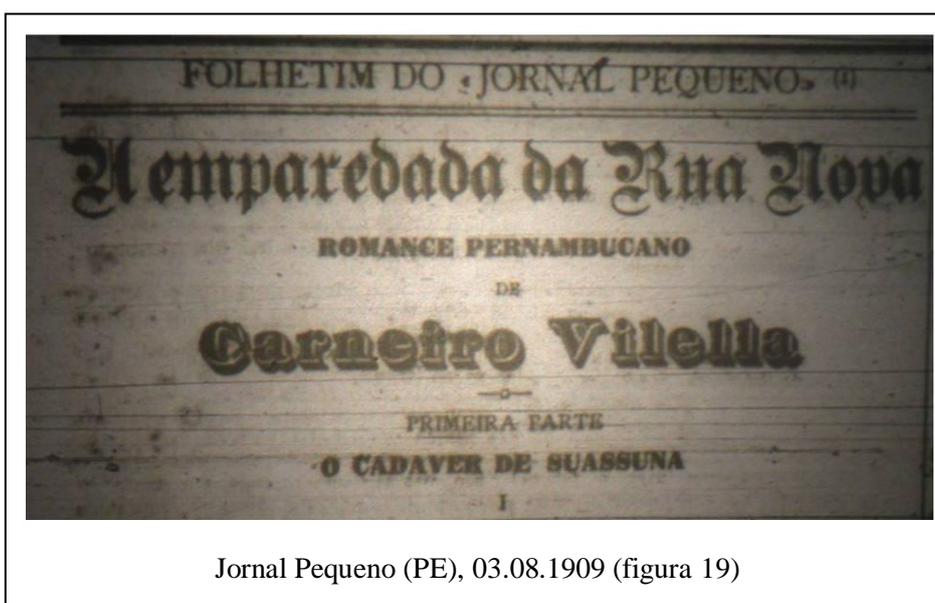
Em maio de 1886, Vilela lançou o folhetim ‘*As Tragédias do Recife*’. O primeiro episódio do seu novo drama foi intitulado ‘*A Emparedada da rua Nova*’ (figura 17)⁸⁴¹.



Alguns meses antes do lançamento de ‘*As Tragédias do Recife*’, o periódico ‘*Lanterna Mágica*’, publicou uma belíssima caricatura que trazia Vilela no centro do desenho, ladeado por supostas cenas do seu novo drama (figura 18). O mesmo jornal não poupou elogios e recomendou o folhetim aos ‘amantes da boa literatura’, afirmando

⁸⁴¹ Vilela, Joaquim Maria Carneiro. **As Tragédias do Recife**. Recife: Typografia Central. 1886. Biblioteca da Academia Pernambucana de Letras.

‘*As Tragédias do Recife*’ foi vendido em vários pontos da cidade, como na Tipografia Central, na Fábrica Globo, na Farmácia do Terço e nas Livrarias Francesa e Industrial. Até o mês de março de 1887, foram vendidos 39 fascículos com 16 páginas cada um⁸⁴³. O referido folhetim foi novamente publicado no ‘*Jornal Pequeno*’, entre os anos de 1909 e 1912, com o título modificado para ‘*A Emparedada da Rua Nova*’ (figura 19). Este folhetim é considerado por Anco Márcio Tenório Vieira “o melhor romance-folhetim da literatura de língua portuguesa do século XIX⁸⁴⁴”.



‘*A Emparedada da rua Nova*’ possui um estilo “folhetinesco-policial⁸⁴⁵” e um enredo sedutor e intrigante. A trama desenrola-se sobretudo no Recife, entre os anos de 1862 a 1864. Adultério, ciúme, vingança, ambição, chantagem, imoralidade e corrupção são ingredientes encontrados na trama. O narrador do romance é intruso e onisciente. O drama que ele narra foi ‘relatado’ por uma escrava que trabalhou no sobrado da família Favais e presenciou diversos fatos trágicos contados pelo narrador. A escrava é a fiadora da verossimilhança.

O narrador constrói um painel da sociedade recifense oitocentista. Ele apresenta, com sua “língua” ferina, uma sociedade decadente, imoral e corrupta. Na sua visão não

⁸⁴³ Diário de Pernambuco (PE), 20.05.1886 e 03.03.1887

⁸⁴⁴ VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Mistérios e costumes em um romance folhetim: A emparedada da rua Nova, de Carneiro Vilela.** In VILELA, Carneiro **A Emparedada da Rua Nova.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco 2013. p. 19

⁸⁴⁵ MEYER, Marlyse. *Op cit.* p. 310

escapa ninguém, uma vez que burguesia, aristocracia e camadas populares se equivalem no plano moral. O narrador também se comporta como um “demolidor” das mais representativas “instituições” do século XIX. Ele ataca a Igreja católica, o governo provincial, a imprensa, a polícia, a justiça e a educação religiosa.

A *Emparedada* narra as ‘aventuras’ de Leandro Dantas, *D. Juan* recifense que mantém relacionamentos amorosos com três mulheres: Celeste Cavalcanti, Josefina Favais e Clotilde Favais, estas últimas mãe e filha, respectivamente. Leandro é filho bastardo de um português com uma prostituta, Carolina Dantas. O *D. Juan* cresceu na casa do seu pai e ao terminar os estudos ‘secundários’, embarcou para Salvador para cursar medicina. Não concluiu o curso, preferindo a vida de pândego. Ao longo da sua infância ele transitou entre a casa da mãe, um verdadeiro prostíbulo, e a casa do pai, ambiente familiar e católico. O narrador constata que a formação do seu caráter foi marcada pela personalidade da mãe.

O romance de Vilela narra a história do adultério de Celeste e Josefina e da vingança do marido traído de Josefina: Jaime Favais. Ele, ao descobrir que estava sendo traído, matou o amante da sua mulher e para tanto se associou a Zanolho, mestiço pobre sem eira nem beira. Este elaborou um plano que demandava a presença de outros comparsas para a sua execução.

O plano consistia em matar Leandro e fazê-lo passar por outro. Nessa direção, Zanolho sugeriu a Jaime contratar um cidadão estrangeiro de origem controversa chamado Oscar Pallet, apelidado ora de Alabama ora de Polaco. Este receberia uma expressiva soma em dinheiro para abandonar, num navio, a província de Pernambuco com um nome falso, o nome de Leandro Dantas. O plano era perfeito: matar Leandro mas associar o seu cadáver a Oscar Pallet. O plano foi executado e Leandro foi assassinado.

O plano de Zanolho também contou com a presença do Polaco em Jaboatão no dia do assassinato de Leandro. O Polaco circulou pela região e comprou numa taberna uma garrafa de genebra e uma quartinha, sendo esta e aquela achadas posteriormente juntas ao cadáver de Leandro. A presença do polaco em Jaboatão, bêbado e aparentando desespero objetivava mostrar à população local que o corpo encontrado dias depois era do estrangeiro.

Quando o cadáver foi encontrado, Jaime, Zanolho e Bigode de Arame foram até o local para ‘reconhecer’ o cadáver, sustentando, diante da autoridade policial, que conheciam o morto e que este era Oscar Pallet, e que possivelmente ele havia se suicidado pois encontrava-se em grave dificuldade financeira.

Apesar de bem tramado, o plano não deu certo já que uma carta, supostamente assinada por Josefina, utilizada para seduzir Leandro às matas de Jaboatão, foi encontrada nos bolsos do cadáver e enviada para o chefe de polícia do Recife, Dr. Bernardes. A referida carta desfazia a tese que o morto era o Polaco, pois a mesma era uma carta de amor, enviada por Josefina Favais para Leandro Dantas. A carta era a prova do adultério da mulher de Jaime Favais e o colocava como o principal suspeito do crime.

O chefe de polícia conhecia a família Favais e não pretendia comprometê-la com este hediondo crime. Para tanto, convocou à delegacia o comendador Antônio Braga, sogro de Jaime e poderoso capitalista. Na delegacia, o chefe de polícia travou com Antônio diálogos reveladores sobre o *modus operandi* da justiça oitocentista. Dr. Bernardes falou que não pretendia incriminar ninguém, ao contrário, deveria deixar as coisas como estavam, ou seja, o morto encontrado em Jaboatão era o Polaco. O chefe de polícia fechou os olhos para o assassinato e entregou ao comendador a prova cabal do crime: a carta. A justiça não foi feita.

O plano de Zanolho quase desandou com o detalhe da carta. Além disso, Jereba, amigo de Leandro Dantas, foi a Jaboatão e reconheceu o morto, afirmando que aquele não era o Polaco. Acontece que Jereba, que poderia denunciar o embuste, não procedeu dessa maneira, ao contrário, realizou um acordo pecuniário com Jaime que comprou o silêncio do “amigo” do *D. Juan*.

Paralelo ao desenrolar da trama de assassinato, Josefina descobriu que sua filha Clotilde não só foi seduzida por seu amante como engravidou dele e que sua melhor amiga também caiu nas garras de Leandro. Diante de tamanha decepção, ela enlouqueceu.

Jaime, ao descobrir que a filha estava grávida do mesmo homem com quem sua mulher o traiu, ainda tentou reparar o ‘mal’ propondo que se casasse com o seu caixeiro João; primo ambicioso que desejava por as mãos no dinheiro dos Favais. Porém sua

filha o desafiou e provocou a ira do pai, que contratou um pedreiro para, na calada da noite, emparedá-la viva no sobrado da família na rua Nova.

Vilela, seguindo a ‘receita’ dos folhetins publicados na *‘América Ilustrada’*, diluiu na trama romanesca da *‘Emparedada’* algumas pinceladas sobre a sociedade brasileira do século XIX e elaborou críticas “às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial⁸⁴⁶”. A *‘Emparedada da rua Nova’* pode ser lida como um texto de intervenção no debate político numa conjuntura marcada por muitas transformações.

Vilela vocalizou através da *‘Emparedada’* uma forte crítica ao arrivismo presente na sociedade brasileira do século XIX. O desejo de enriquecer a qualquer custo e a desonestidade são marcas de diversos personagens da *Emparedada* como veremos a seguir.

Jaime Favais, português de nascimento, emigrou para o Brasil, esse “Eldorado dos ambiciosos (...) com o firme propósito de trabalhar sem descanso até adquirir a fortuna que lhe faltou⁸⁴⁷” na sua terra natal. Chegando ao Recife foi trabalhar com o seu tio, Antônio, no armazém de secos e molhados. A fortuna do tio crescera bastante depois da chegada do sobrinho, pois este

“havia descoberto uma nova aritmética que aplicava rigorosa e proporcionalmente a todos os trocos, e um novo sistema de pesos e medidas, o qual, se diminuía o volume e a quantidade dos artigos vendidos, tinha em compensação a vantagem de aumentar a receita da gaveta e de assegurar um saldo extraordinário no balanço final da mercadoria⁸⁴⁸”.

O narrador, num tom irônico, afirma que Jaime, português ladino, “havia adivinhado e resolvido o mais difícil dos problemas econômicos: - lucrar muito e produzir pouco⁸⁴⁹”. No mesmo tom de ironia ele conclui: “todas essas qualidades (do sobrinho) e os subseqüentes resultados impressionaram e atuaram de tal forma no ânimo reto e justiceiro do velho vendilhão⁸⁵⁰” que este firmou sociedade com Jaime. É importante ressaltar que a palavra vendilhão significa comerciante ou mascate, mas em

⁸⁴⁶ ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Op cit. p. 43.

⁸⁴⁷ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Emparedada da Rua Nova**. 2005. Op. cit. p. 30

⁸⁴⁸ *Ibidem*. p. 31

⁸⁴⁹ *Ibidem*. p. 31

⁸⁵⁰ *Ibidem*. p. 31

sentido figurado, representa aquele que trafica publicamente com coisas de ordem moral. O tom irônico do narrador nos leva a acreditar que o segundo sentido é o mais apropriado para definir a personalidade de Antônio, característica extensiva a Jaime.

Anos depois, o sobrinho contraiu matrimônio com a prima Josefina. O narrador não perdoa: Jaime “instigado pelo demônio da ambição, com o propósito firme de obter o seu fim, não pôde furtar-se à influência magnética dos seus olhos negros nem a atração amorosa e dominadora da sua bondade. Amou-a e foi ardentemente correspondido⁸⁵¹”. Jaime consolidou a sua ascensão econômica depois do casamento com a prima. Posteriormente, por pressão de Josefina, ele abandonou o comércio, “das gorduras do toucinho e da manteiga, das cebolas podres e do bacalhau deteriorado”, vinculado a uma “freguesia reles e aos escravos” e estabeleceu-se na rua Nova, ligando-se a uma outra atividade econômica⁸⁵². Essa mudança de Jaime para a rua Nova é signo do processo de aburguesamento de algumas camadas sociais do Recife do século XIX.

Mas não é apenas Jaime que apresenta traços de voraz arrivismo, pois outros personagens da *Emparedada*, não importando a classe social, buscam desonestamente o caminho para a riqueza.

Bigode de Arame, “conhecido ladrão de cavalo”, com o objetivo de receber uma polpuda recompensa financeira, chegou a incluir o seu filho de 13 anos na execução do plano para matar Leandro. Zarolho foi o arquiteto desse plano. Na visão do narrador, ele integra a “numerosa classe de indivíduos que não têm nem ofício nem benefício, nem eira nem beira, e vivem a mais das vezes de expedientes, prestando-se a todos os misteres, contanto que, na frase deles, o cobre corra frouxo⁸⁵³”.

Carolina Dantas, mãe de Leandro, também conhecida como Calu, é retratada como uma mulher muito ambiciosa e antiética. Ela critica seu filho, pois seus relacionamentos com as mulheres casadas da capital da província não lhe rendem nada. Ela constata que Leandro não conquista vantagens pecuniárias com as cartas enviadas pelas suas amantes, na sua visão “as paixões não lhe servem de nada⁸⁵⁴”. Na visão de Calu, Leandro deveria chantagear as suas amantes.

⁸⁵¹ *Ibidem.* p. 42

⁸⁵² *Ibidem.* p. 34

⁸⁵³ *Ibidem.* p. 26

⁸⁵⁴ *Ibidem.* p. 219

Carolina tem conhecimento do romance de Leandro com Celeste Cavalcanti e chantageia-a com a intenção de receber alguns contos de réis. O amante de Calu, Antônio, sugere a chantagem: “que diabos faz ele que não utiliza dos documentos (as cartas) que tem para obter o dinheiro de que precisa”. Antônio é assim descrito pelo narrador:

“ao vê-lo vinha instantaneamente à memória o retrato que comumente se faz do Iscariotes, tanto era antipática a sua fisionomia, tão grande repugnância inspirava o seu aspecto. Desprendia-se do seu olhar oblíquo e fosforescente, do seu gesto hipócrita e untoso, do seu todo enfim um não sei quê que produzia a prevenção. Dir-se-ia um misto de velhacaria, sordidez e inteligência; tudo isso encoberto ou mascarado por uns modos que tinha a pretensão a francos e galhofeiros e por uns sorrisos que queriam assumir foros de agradáveis⁸⁵⁵”.

Antônio se gaba do seu comportamento antiético e da sua esperteza. O seu ‘lema’ de vida é ‘antes que me logrem, logro eu’, pois “do contrário levavam-me tudo e eu ficava aí de caixa às costas e a pedir esmolas para poder me ir para a terra!” Na ótica do amante de Carolina, Leandro, não chantageando as suas amantes, não prosperará e “por isso é que há de morrer pobre⁸⁵⁶”. Antônio é movido por uma cobiça extremada e ao final do romance rouba os sobrados da sua amante e a deixa na mais absoluta miséria.

Calu, convencida por Antônio, chantageia Celeste. O diálogo entre elas é um emblema dos novos valores que marcam o Brasil do século XIX que o narrador a todo momento denuncia. Celeste, ingênua, pergunta a Calu se Leandro mandou-lhe devolver as cartas. Calu retruca: “não estamos nesse tempo, minha senhora, e amigos amigos, negócios à parte. O meu fim é outro⁸⁵⁷”. E conclui: “é claro como água: quero vender-lhe as tais cartinhas⁸⁵⁸”.

Outro arrivista é o pai de Leandro que seduziu Calu quando ela tinha apenas 15 anos de idade. Ele era um comerciante português casado que gastou boa parte da sua fortuna com Calu. Para fugir da falência ele incendiou a sua casa comercial, “com tanto tino e perícia, com tamanha felicidade, que o seguro lhe pagou os prejuízos e ele aos

⁸⁵⁵ *Ibidem.* p. 289

⁸⁵⁶ *Ibidem.* p. 301

⁸⁵⁷ *Ibidem.* p. 384

⁸⁵⁸ *Ibidem.* p. 385

credores com um abatimento de oitenta e cinco por cento”. Posteriormente, “com a consciência ileso e com o diploma moral de benemérito da honradez e da honestidade comercial, embarcou então para Pernambuco com toda a família⁸⁵⁹”. Mais uma vez o narrador reforça que tudo é permitido para ascender socialmente ou manter o status social.

Jereba, amigo de infância de Leandro Dantas, é assim pintado pelo narrador: “o maior tratante do mundo (...) é capaz de representar todos os papéis, contanto que a coisa lhe renda. Tem exercido todos os misteres: atualmente é espião da polícia...também é ladrão; é jogador; é estelionatário; assassino⁸⁶⁰”.

João, sobrinho de Jaime, possuía “natureza interesseira e vingativa” e estava “disposto a tudo, a empregar todos os meios, e por mais extremos, por mais ilícitos, por mais infames que fossem, contanto que obtivesse o resultado desejado⁸⁶¹”. Como o tio, ele emigrou de Portugal para o Brasil para construir fortuna e, tio e sobrinho, para alcançar os seus objetivos “não recuam diante de meio algum por mais torpe ou indigno que seja, tendo começado por dar costas à civilização de suas pátrias para se virem engolfar na selvageria de uma terra de botocudos e de negros⁸⁶²”.

Instigado pelo “demônio da ambição⁸⁶³” ele deseja morder a bela herança do tio capitalista, e para tanto pede a mão de sua prima Clotilde em casamento. O narrador afirma que o seu amor por ela “era menos que o seu amor pelo dote⁸⁶⁴”. Entretanto, ela recusa, pois está apaixonada por Leandro Dantas. Posteriormente, as coisas mudam de figura, uma vez que Clotilde está grávida de Leandro. Jaime deseja casar os primos para abafar o “escândalo” da gravidez e evitar a sua “desonra”. Entretanto, ao saber que a prima se entregou a um outro homem, João questiona o matrimônio com uma mulher “desonrada” e afirma: “que papel representarei depois de casado com minha própria prima e perante ela, que se entregou a outro homem? Que por muito tempo foi seu amante?⁸⁶⁵”

⁸⁵⁹ *Ibidem.* p. 221

⁸⁶⁰ *Ibidem.* p. 70

⁸⁶¹ *Ibidem.* p. 77

⁸⁶² *Ibidem.* p. 254

⁸⁶³ *Ibidem.* p. 428

⁸⁶⁴ *Ibidem.* p. 225

⁸⁶⁵ *Ibidem.* p. 461

A resposta de Jaime às inquietações do sobrinho são demolidoras e denunciam a hipocrisia: “- Ora João!...É porque não pertences a alta aristocracia, que me fazes semelhantes perguntas?”. Nesse diálogo com o tio, João expõe seus temores: “Se se viessem a divulgar as circunstâncias do meu casamento, e por conseqüência, a desonra de minha prima, a sua infâmia...apontar-me-iam como miserável, como homem sem brio, como marido ridículo e condescendente”. Jaime com o intuito de tranquilizar o sobrinho afirma: “ninguém se atreveria a formar esse conceito, porque o dinheiro legitima e engrandece todas as situações, nobilita todas as ações, enobrece todos os ridículos e faz calar todas as maledicências⁸⁶⁶”.

Diante do interesse do tio, João, movido por uma ambição desmedida, deseja faturar ainda mais com a situação e diz “mas, com franqueza, meu tio! - exclamou o rapaz, queimando seus navios, o dote de minha prima é muito pouco para isto”. Ato contínuo Jaime conclui que para salvar a honra da filha e a da família “esse serviço devia valer muito⁸⁶⁷” e concorda em aumentar o dote para o casamento. Depois de firmado esse acordo com João, Jaime foi à Igreja para tratar dos detalhes da realização do casamento: “pretendia conseguir e conseguiria - o que não se consegue da igreja católica por meio do dinheiro? - pretendia conseguir e conseguiria do bispado todas as dispensas e faria celebrar o casamento à capucha, porém com a maior brevidade⁸⁶⁸”.

Por fim, para concluir esse olhar sobre a importância do dinheiro, vamos recuperar um interessante argumento do narrador. Ele afirma que Celeste é uma devassa, pois já tivera diversos amantes. Mas por se tratar de uma mulher abastada, “nenhuma família honesta ou isenta de pecado evitara o seu contato. Ao contrário, todos se empenhavam em freqüentar a sua casa e as suas festas, e solicitavam a honra de tê-la em seus salões. A aristocracia e o dinheiro são bandeiras que cobrem toda a carga⁸⁶⁹”. O dinheiro compra tudo, reforça o narrador.

Na ‘*Emparedada*’, Carneiro Vilela expõe uma sociedade apodrecida moralmente. O narrador para reforçar a sua tese de podridão moral presente em todas as classes sociais, procura nivelar personagens que integram camadas sociais distintas. Como exemplo poderíamos citar a comparação que ele apresenta entre Calu, prostituta e

⁸⁶⁶ *Ibidem*. p. 461

⁸⁶⁷ *Ibidem*. p. 461

⁸⁶⁸ *Ibidem*. p. 462

⁸⁶⁹ *Ibidem*. p. 193

mãe de Leandro, e Celeste, rica integrante da aristocracia pernambucana. Na festa do Monteiro, Calu avista Celeste junto com Leandro e tem vontade de se aproximar e dizer: “sou eu a mãe daquele a quem sacrificaste a honra do teu marido, a tua dignidade de pessoa e a tua dignidade de mãe!...dá-me um abraço, porque valemos tanto uma como a outra!”. Ela desejava se aproximar de Celeste e estabelecer entre a “fidalga e ela um cordão de intimidade, um pacto de cumplicidade, um laço qualquer de união que as nivelasse, pelo menos moralmente; que estabelecesse entre elas uma comunidade de interesses e portanto as pusesse em pé de igualdade⁸⁷⁰”.

Em outra passagem do texto, quando Calu chantageia Celeste, o narrador expõe com mais clareza essa questão do nivelamento moral, quando Calu se iguala a Celeste, considerando-a uma “prostituta de salão”:

“instigava-a de mais a mais um ódio latente, originário da inveja, comum a todas as prostitutas de profissão e de rua, e que faz cair todas as cóleras e vinditas sobre as co-irmãs, as prostitutas de salão, essas que, tendo a mesma alma, o mesmo coração, a mesma índole, e os mesmos vícios, são entretanto acatadas, respeitadas, bajuladas, porque possuem para protegê-las ou cobri-las, o nome do marido, o brasão nobilíssimo de uma família, ou a proteção poderosa dos amantes⁸⁷¹”.

Existe, na trama vileliana, outro exemplo que reforça essa questão do nivelamento entre camadas sociais diferentes. Jereba, amigo íntimo de Leandro e conhecedor do crime cometido nas matas do Engenho Suaçuna, afirmou a Jaime que poderia destruir “a falsa apreciação dos jornais, para encaminhar a justiça pública a novas pesquisas bem feitas e completas⁸⁷²” sobre o assassinato. Jereba, no momento em que chantageava Jaime Favais, disparou: “comendador, somos dois perfeitos tratantes e, por conseqüência, cartas na mesa e jogo franco⁸⁷³”. Vilela reforçou, portanto, a ausência de diferenças morais entre as camadas abastadas e populares.

Outro exemplo emblemático da estratégia do narrador de nivelar moralmente personagens que possuem situações econômicas e sociais antagônicas podemos verificar na primeira parte da narrativa. Zarolho e Jaime estão indo para Jaboatão pois o corpo de Leandro Dantas será exumado e eles pretendem construir a tese que o cadáver é de um

⁸⁷⁰ *Ibidem.* p. 321

⁸⁷¹ *Ibidem.* p. 387

⁸⁷² *Ibidem.* p. 421

⁸⁷³ *Ibidem.* p. 422

indivíduo chamado Alabama, contratado por Jaime para deixar a província com o nome de Leandro. A viagem foi percorrida por um ‘carro’ puxado por cavalos. Durante duas horas Jaime e Zarolho dividiram o interior desse veículo e num determinado momento Zarolho

“estendeu a mão ossuda, e deixou-a cair familiarmente sobre o ombro do negociante. Jaime estremeceu e arredou-se lentamente como a repelir, cheio de repugnância, aquela familiaridade por demais reles e grosseira. Cravava no imundo companheiro um olhar severo e, medindo-o de alto a baixo, fazia-o lembrar-se de quem era e a distância social que os separava⁸⁷⁴”.

Zarolho encarou Jaime e fez este compreender que “se a posição social separa e abre entre alguns homens largo abismo, ações e segredos existem que nivelam as condições mais heterogêneas e amarram aqueles indivíduos num só amplexo e com os laços de interesse comum: o crime por exemplo⁸⁷⁵”. Na narrativa vileliana, ricos e pobres, pelo menos do ponto de vista moral, estão amarrados num só amplexo, nivelados e, na visão do narrador, uma gangrena moral infecta a sociedade.

O texto vileliano contribui para mostrar as promíscuas relações existentes entre indivíduos abastados e poder público no Brasil oitocentista. Jaime no dia da exumação do cadáver encontrado no Engenho Suaçuna, acompanhou toda a movimentação do delegado encarregado do caso. O delegado ao encontrar com o comendador Jaime, “apenas soubera da qualidade e da posição social do comendador, começara a tratá-lo com toda a deferência e obsequiosidade⁸⁷⁶”. Sobre essa característica cultural, tão presente na sociedade brasileira do século XIX, de tratar os poderosos com obsequiosidade, o narrador alfineta:

“parece incrível o prestígio de que goza e a influência que exerce um título qualquer no espírito dos nossos matutos, ainda os mais atilados e instruídos. E quando esse título, bem ou mal adquirido, vem acompanhado de fama de riqueza, então redobra o valor, e quem o possui está apto para receber tudo o que quiser das nossas autoridades do interior, e digamos a verdade, mesmo da capital⁸⁷⁷”.

⁸⁷⁴ *Ibidem.* p. 105

⁸⁷⁵ *Ibidem.* p. 106

⁸⁷⁶ *Ibidem.* p. 121

⁸⁷⁷ *Ibidem.* p. 125

Durante a exumação do cadáver, o plano de Zanolho foi executado com maestria e o delegado ao saber que o morto era um estrangeiro, desabafou:

“o Sr. tirou-me um peso de dez arrobas de cima de mim! Imagine que não se descobria essa trapalhada toda, que trabalhão ia eu ter para desencavar o assassino desse sujeito!...tinha que ver! Tinha de deixar todos os dias as minhas lavouras, os meus trabalhos, os meus cômodos, para me ocupar com esse inquérito que não me rende nada, ou só me rende intrigas e inimizades. Nada! Ainda se no fim a gente se deparasse com algum guabiru rabudo e pudesse por esse meio machucar um adversário político...ainda vá: mas se a gente, no fim de contas, topasse com um correligionário...hein?...não era uma dos diabos?...Assim foi bom o senhor aparecer. Foi Deus quem o trouxe por aqui⁸⁷⁸”.

Essa fala do delegado desmascara práticas policiais existentes no Brasil oitocentista, deixando claro que o trabalho da polícia não é marcado pela imparcialidade e lisura.

Entre o delegado e o comendador nasceu uma amizade repentina. Tanto assim que Jaime foi pernoitar na residência do delegado e “apenas foi ele apresentado, a consideração e a amabilidade da família deste não tiveram mais limites para ele⁸⁷⁹”.

Jaime, além de construir juntamente com Zanolho e Bigode de Arame, uma versão para o crime do Engenho Suaçuna, ainda solicitou ao delegado que o seu nome não constasse nos autos. Este pedido foi prontamente acolhido.

O plano de Zanolho foi ameaçado pela chegada imprevista de Jereba que afirmou que conhecia a identidade do morto. O comendador entrou em pânico. Zanolho, entretanto, disse que poderia matar o Jereba, contanto que Jaime, que já havia conquistado a simpatia do delegado, garantisse a sua impunidade. O comendador sem meias palavras afirmou “- garanto: com o meu nome e com o meu dinheiro. Contanto que o tal sujeito não fale⁸⁸⁰”.

No dia seguinte à exumação, o delegado tomaria o depoimento dos dois acólitos do comendador. Entretanto, eles não apareceram. O delegado

⁸⁷⁸ *Ibidem.* p. 124

⁸⁷⁹ *Ibidem.* p. 129

⁸⁸⁰ *Ibidem.* p. 130

“ficara perplexo; via desaparecer as testemunhas com que contava para terminar o inquérito a contento do amigo. Estava por isso aflito e agoniado. Será forçado talvez a não cumprir a sua palavra e era a primeira vez que semelhante coisa lhe sucedia. Revoltavam-se os seus orgulhos de homem de bem⁸⁸¹”.

Diante da perplexidade do delegado e da aflição do comendador, o escrivão encontrou uma solução para resolver o problema da falta das testemunhas. Ele sugeriu contratar pessoas da sua confiança para confirmar o ‘suicídio de Alabama’. Dessa forma ele mandou o soldado de polícia, que servia de ordenança do delegado, chamar diversos cidadãos seus conhecidos. E ainda comentou: “ou a gente é autoridade, ou não é: se é, é justamente para servir aos amigos. Não é assim comendador?⁸⁸²”.

Sobre o escrivão, o narrador denuncia:

“habitado como estava com as fórmulas e coisas da justiça e há muitos anos a lidar com elas, conversou com eles e com pouco estavam prontos e aptos para dizer e jurar em juízo e sobre os Santos Evangelhos a verdade do que soubessem e do que lhes fosse perguntado⁸⁸³”.

A solução encontrada pelo escrivão de comprar testemunhas revela algumas práticas, não modernas, da polícia brasileira do século XIX. Para completar o quadro de imposturas da polícia oitocentista, o comendador se oferece para ser portador dos ofícios e do auto policial. Ele se compromete a entregar os referidos documentos ao chefe de polícia. O delegado “se convenceu da utilidade de não deixar para o dia seguinte aquela remessa e aceitou o oferecimento⁸⁸⁴”.

Ainda explorando a questão das práticas policiais na *Emparedada*, cabe analisar o diálogo do Dr. Bernardes, chefe de polícia do Recife, com Antônio, rico capitalista e sogro de Jaime. Informa o narrador que Antônio assim que chegou à delegacia “correu o chefe de polícia ao seu encontro com essa lhaneza e deferência que as nossas autoridades, costumam dispensar aos amigos e às pessoas de posição e influência

⁸⁸¹ *Ibidem.* p. 173

⁸⁸² *Ibidem.* p. 175

⁸⁸³ *Ibidem.* p. 175

⁸⁸⁴ *Ibidem.* p. 178

monetária⁸⁸⁵”. Antônio e Dr. Bernardes não eram amigos, mas freqüentavam o mesmo meio social e havia entre eles “mais ou menos alguma estima, mais ou menos alguma simpatia⁸⁸⁶”. Segundo o narrador, o chefe de polícia possuía um “defeito ingênito e pressentimento interesseiro, que fazem com que se olhe com respeito e com extraordinária simpatia para quem quer que tenha muito dinheiro e por isso possa, qualquer dia, prestar-nos algum favor⁸⁸⁷”.

Dr. Bernardes apresentou a Antônio a carta encontrada no bolso do cadáver de Leandro Dantas. Supostamente assinada por Josefina, era a prova irrefutável que o morto não era o Polaco. Segundo o chefe de polícia a carta iria

“ferir em cheio pessoas solidamente colocadas no comércio e dignamente recebidas na sociedade. Além disso, implicava segredos de família e comprometia a reputação de uma senhora, honrosamente conceituada e de todos bem quista e respeitada. Havia-se já formado, a propósito daquele acontecimento e em torno do assassinato, uma opinião, que seria fácil de destruir, é certo; mas que já estava arraigada e podia muito bem continuar de pé com toda a verossimilhança, e sem que acarretasse conseqüências perigosas e fatais. Com efeito, o polaco não tinha ninguém por si, e a sua morte era equivalente à morte de um cão vadio que obstruísse as ruas por aí⁸⁸⁸”

No mesmo diálogo, Dr. Bernardes concluiu:

“restabelecendo a verdade, pois, a autoridade ia não só entrar numa luta, como também ferir reputações bem firmadas e incomodar pessoas pertencentes à poderosíssima colônia portuguesa e ao comércio. Para que isso, portanto? Qual o interesse próprio que tirava a autoridade com essa prova de zelo social e autoritário?...Indispor-se com alguns poderosos e criar mais alguns inimigos. Ele não fora investido daquele cargo para fazer justiça nem punir os criminosos, não! Fora-o para fazer política e para servir os amigos. Portanto era inútil, ridículo até, o querer representar de Catão⁸⁸⁹”

O narrador reforça, a partir da fala do delegado, que ele não ocupava aquele cargo para fazer justiça nem punir os criminosos, mas para fazer política e para servir os amigos. O escrivão, em diálogo com Jaime citado anteriormente, havia dito quase a

⁸⁸⁵ *Ibidem.* p. 402

⁸⁸⁶ *Ibidem.* p. 403

⁸⁸⁷ *Ibidem.* p. 403

⁸⁸⁸ *Ibidem.* p. 403

⁸⁸⁹ *Ibidem.* p. 403

mesma coisa. Enfim, o chefe de polícia resolveu abafar o crime do Engenho Suaçuna e devolver a carta comprometedora a Antônio, única prova do crime cometido por seu genro e do adultério da filha. Com esse procedimento o Dr. Bernardes objetivava solidificar a amizade com o velho capitalista, bem como “habilitava-se a, em qualquer tempo, poder exigir dele o que fosse conveniente ou necessário. Era o que se chama matar de uma cajadada dois coelhos⁸⁹⁰”.

Essas passagens apresentadas anteriormente são emblemáticas das práticas policiais numa sociedade clientelística. O escritor cidadão Carneiro Vilela, por meio do seu texto literário, denunciou esse estado de coisas pois ele não se conformava com os crimes que ficavam impunes, crimes normalmente cometidos por indivíduos influentes e/ou abastados.

Não escapou da língua ferina de Vilela a questão da falta de isenção da imprensa pernambucana que, segundo ele, manipulava a verdade. Pouco a pouco ele transmite ao leitor uma visão pessimista e constata a perpetuação do arcaico. O primeiro capítulo da *Emparedada* narra que foi encontrado um cadáver nas matas do Engenho Suaçuna. Os jornais do dia 23 de fevereiro de 1864 apresentam duas possibilidades: assassinato ou suicídio. A cidade se dividiu:

“cada qual estabelecia um certo número de argumentos e daí tirava as conclusões mais absurdas, prognosticava os fatos mais aterradores ou comprometia as pessoas mais gradas e mais respeitáveis da cidade, conforme a face sob que encarava o fato em questão, ou segundo a importância e o crédito que dava aos esclarecimentos da polícia e da folha do governo, habituados, como estamos todos, a ser mistificados por esses dois poderes – imprensa e polícia – quando lhes convém não dizer a verdade ou deixar que a dúvida paire sobre qualquer acontecimento⁸⁹¹”.

O comentário do narrador é muito duro. Ele informa que a imprensa e a polícia, duas ‘instituições’ muito relevantes numa sociedade moderna, estão acostumadas a mistificar a verdade, a enganar a sociedade.

Quase dois meses depois, no dia 17 de abril, o Jornal do Recife reforçou a tese de suicídio. O acordo entre o chefe de polícia, Dr. Bernardes, e o abastado capitalista,

⁸⁹⁰ *Ibidem*. p. 404

⁸⁹¹ *Ibidem*. p. 20

Antônio, já havia sido alinhavado. A carta, prova cabal do crime cometido, não mais existia. A versão sustentada pela polícia foi transposta para os jornais, reforçando a fala do narrador: “habituaados, como estamos todos, a ser mistificados por esses dois poderes – imprensa e polícia⁸⁹²”.

O narrador informa que parte da sociedade “começou a murmurar pela boca pequena que a polícia ou fora inepta ou contemporizara com o crime, não querendo expor ao rigor da lei pessoas altamente colocadas⁸⁹³”. A polícia

“diziam outros, que, não querendo dar ao público a ponta do fio que desenrolando a meada judiciária o poria na pista e levaria infalivelmente - porque este argos diabólico é por demais abelhudo - ao descobrimento da verdade, inventara ela um álibi monstruoso e confundindo pormenores, acabara de fazer uma troca, dando ao assassinado o nome de um estrangeiro sem cônsul que por ele punisse e sem fortuna que o pudesse valer e descartando-se deste obrigando-o a embarcar com outro nome⁸⁹⁴”.

Além da imprensa também a polícia é inepta. O narrador, que se apresenta como um argos diabólico e abelhudo, desmascara as arcaicas práticas da imprensa e da polícia.

As práticas educacionais predominantes na província são também criticadas pelo narrador da *Emparedada*. Na sua visão essas práticas, controladas por ordens religiosas, retardam a construção da sociedade moderna, uma vez que

“para a mulher – para a futura mãe de família, para a verdadeira base da sociedade moderna, - estreitavam-se os horizontes intelectuais e morais, proibiam-lhe a liberdade de pensar e de sentir, entregavam-na aos corvos do fanatismo e da hipocrisia, asfixiavam-lhe o coração, envenenavam-lhe o espírito e, em vez de procurarem formar uma esposa e uma mãe com todas as aptidões para procriar cidadãos e homens de espírito, preparavam uma beata inútil e estúpida, apta apenas para dissertar sobre as problemáticas virtudes do rosário ou para engrolar ladainhas depois de indigestos e perniciosos sermões jesuíticos⁸⁹⁵”.

⁸⁹² *Ibidem*. p. 20

⁸⁹³ *Ibidem*. p. 21

⁸⁹⁴ *Ibidem*. p. 21

⁸⁹⁵ *Ibidem*. p. 36

O narrador pinta com cores fortes os efeitos nefastos da educação de base religiosa. Para ele esta educação proíbe o livre pensamento e é ancorada no fanatismo religioso e na hipocrisia. A escola prepara não uma cidadã, mas uma beata inútil e estúpida, apta apenas a falar sobre as virtudes do rosário ou a engolar ladainhas.

Celeste e Josefina estudaram no Colégio das Irmãs Caridades, situado na rua do hospício. Reinava nessa escola uma mentalidade, “eivada desses preconceitos piegas, cheia dessas credices estultas, imbuídas dessa fé falsificadora e embrutecedora⁸⁹⁶”, ela era marcada por uma forte “atmosfera de beatério” e por uma “asfíxia intolerante⁸⁹⁷”. Não transmitia ensinamentos úteis, mas apenas “vícios aprendidos e adquiridos no colégio e todas as corrupções insinuadas nos confessionários⁸⁹⁸”.

Os professores eram “sacerdotes sem ideias, sem princípios, sem moral, sem crenças, sem estudo (...) sacerdotes que fazem da religião um fanatismo; da moral, um enigma; da verdade, um mito; da consciência, uma futilidade; da razão, um monstro⁸⁹⁹”. Nesse ambiente, segundo o narrador, a educação consistia em ensinar apenas os “falsos princípios sobre todas as coisas e uma moral tão relaxada como cômoda: a moral dos colégios⁹⁰⁰”.

Leandro, ao sair do colégio, estava “apto para entrar nas lutas da vida: bastante inteligente e preparado para iludir todo mundo, bastante corrupto para não ser enganado por ninguém⁹⁰¹”. Em síntese, na visão do narrador a educação da época preparava o indivíduo para o vício e para a estupidez.

Vilela acreditava que a educação era um importante instrumento de transformação social e de formação moral do povo, mas constatava que as práticas educacionais brasileiras, sobretudo as que eram dominadas pelas ordens religiosas, eram arcaicas e não contribuíam no sentido de transformar as mentalidades, ao contrário, reforçava a estupidez e o vício.

Carneiro Vilela, inconformado com a excessiva influência da Igreja no Brasil oitocentista, investiu contra ela com uma virulência terrível. O narrador fustiga a Igreja:

⁸⁹⁶ *Ibidem.* p. 188

⁸⁹⁷ *Ibidem.* p. 36

⁸⁹⁸ *Ibidem.* p. 251

⁸⁹⁹ *Ibidem.* p. 188

⁹⁰⁰ *Ibidem.* p. 188

⁹⁰¹ *Ibidem.* p. 225

“isso de remorsos e de outras causas semelhantes não passam de invenções metafísicas e rendosas descobertas muito a propósito para justificar a necessidade de uma das tantas purificações religiosas, que afinal se resumem em mais alguns proventos para os augures modernos, intérpretes das conversas divinas e intermediários entre Deus e os pecados; assim uma espécie de corretores de praça comercial ou de atravessadores de gêneros alimentícios⁹⁰²”.

Outro ponto que merece ser ressaltado diz respeito ao apego da Igreja ao dinheiro. Jaime, no diálogo com João sobre a realização do casamento com Clotilde na Igreja, afirma: “pretendia conseguir e conseguiria - o que não se consegue da igreja católica por meio do dinheiro? - pretendia conseguir e conseguiria do bispado todas as dispensas”⁹⁰³. É mais um ataque à Igreja.

Na multicolorida tapeçaria vileliana, os fios do anticlericalismo ocupam uma parte relevante do desenho produzido sobre a sociedade recifense. Na visão do narrador, a Igreja com seus valores arcaicos e preconceituosos, retardava a implantação de efetivos valores modernos.

O romance de Carneiro Vilela pintou ainda um quadro dos problemas sociais vivenciados no Recife oitocentista. Jaime se associou a Zanolho para realizar o seu desejo de vingança. Este era um homem pobre, sem eira nem beira e residia num “lugar de má fama e de perigosíssima abordagem, onde se abarracava essa população heterogênea, formada de mulheres de soldados, de maridos de prostitutas, de ladrões noturnos e de indivíduos de todas as espécies e profissões inconfessáveis⁹⁰⁴”. Numa determinada ocasião Jaime foi visitá-lo e ficou impressionado com o

“aspecto miserável e sórdido da habitação. Excessivamente baixa e acanhada, suja, e coberta por uma crosta de poeira e de lama, com as portas e janelas desconjuntadas, parecia a casa mais uma pocilga deletéria e imunda de cães do que a morada de criaturas humanas. Se ao aspecto da casa correspondessem a índole e a alma do indivíduo que a ocupava, estava o negociante como queria”.

⁹⁰² *Ibidem.* p. 416

⁹⁰³ *Ibidem.* p. 462

⁹⁰⁴ *Ibidem.* p. 334

Ao chegar à casa de Zanolho, Jaime bateu na porta e depois de algum tempo

“veio recebê-lo uma criatura, cuja classificação sexual seria difícil, se, para acentuá-la, não se deparassem ao Comendador dois indícios: cabelos compridos e uma criança no colo. Extraordinariamente magra e ossuda, a mulher, que viera abrir a porta, tinha os olhos enterrados no fundo das órbitas cavadas, as faces lívidas e chupadas de forma a contornar perfeitamente a caveira, coberta apenas da pele enrugada e seca, e trajava umas roupas sem cor, que haviam sido um vestido de chita, mas que eram agora verdadeiros andrajos, suspensos aos ombros por um milagre de equilíbrio. A criança, esquelética e esfomeada, dependurava-lhe ao pescoço com esse ar assustado dos animais indomesticáveis e resingava uns sons inarticulados, porém dolorosos e aflitivos. Mulher e criança apresentavam ambas o melhor e mais vero atestado de miséria⁹⁰⁵”.

Temos aqui uma descrição eloqüente da miséria do Recife do século XIX. Vilela lançou um olhar sobre a história dos excluídos, denunciando a miséria, a desnutrição, o problema de moradia, a falta de esperança. Vilela também utilizou o desenho para denunciar a situação social no Recife oitocentista, como podemos observar na figura 20 que retrata uma criança ‘enjeitada’.



‘O João Fernandes’ (PE), 07.11.1886, figura 20

⁹⁰⁵ *Ibidem.* p. 335

Num tom igualmente desesperançoso o narrador constata que os pobres estão condenados à pobreza. Para explorar essa questão poderíamos citar que o filho de Bigode de Arame, “um rapazote de doze a treze anos, esperto e já cheio de vício⁹⁰⁶”, foi arrastado para o crime e participou da trama do assassinato de Leandro. O resumo é simples: O pai criminoso levou o filho para o crime. A modernização não consegue quebrar esse ciclo vicioso. A mesma impossibilidade pode ser constatada no caso da família de Carolina Dantas pois ela, sua mãe e sua filha mergulharam na prostituição, não encontrando outra saída para as suas vidas.

Diante do exposto, podemos afirmar que ‘*A Emparedada da rua Nova*’ é um texto de intervenção do debate político; e por meio dela Vilela vocalizou magistralmente algumas das suas insatisfações. Defendemos que a *Emparedada* guarda uma interpretação crítica acerca dos principais dilemas vivenciados pelo Brasil da época. Nas suas mãos o folhetim se converteu numa arma de combate, em prol das transformações sociais. O escritor cidadão Carneiro Vilela, imbuído de uma missão, infiltrou na sua obra profundas críticas aos modos de pensar e de agir da sociedade do Recife oitocentista. Apesar do tom desesperançoso, Carneiro Vilela parece sonhar com um outro ordenamento social. O texto vileliano apresenta, secretamente, um profundo desejo por reformas. Se colocarmos o seu texto na contra-luz perceberemos ali um desejo reformista, vinculado aos sonhos da geração de 1870.

Entendemos que a *Emparedada* é um texto que denuncia as práticas patrimonialistas da polícia brasileira, mostrando os seus mecanismos de funcionamento. A presença no texto ficcional de personagens como o chefe de polícia do Recife, o escrivão e o delegado de Jaboatão foi uma forma encontrada por Vilela para expor os defeitos da justiça que no seu entender deveria ser reformada. Vilela sonhou com a construção de uma justiça isenta e moderna.

Além de denunciar a “justiça da roça⁹⁰⁷”, Vilela também atacou as práticas educacionais vinculadas à Igreja Católica que formava indivíduos fanáticos e marcados pelo vício. Ele não perdoou a imprensa provincial, informando que ela costumava mistificar os seus leitores. Expor os vícios da educação religiosa e da imprensa provincial foi uma forma encontrada pelo escritor para defender reformas institucionais.

⁹⁰⁶ *Ibidem*. p. 357

⁹⁰⁷ *Ibidem*. p. 120. “Justiça da roça” é o título do capítulo XIX da primeira parte do livro “O cadáver de Suaçuna”.

A *Emparedada* também apresenta personagens fortemente marcados por um desejo de enriquecimento, por uma ambição desmedida. Jereba, Zarolho, João, Alabama, Calu, o pai de Leandro Dantas são personagens que tentam melhorar a sua situação financeira não importando os meios utilizados. A ambição no Recife oitocentista é uma característica marcante da mentalidade cidadina. A trama vileliana expõe com muita maestria esse estado de coisas. Entendemos que o texto ficcional pode ser lido como uma forma de denúncia de algumas práticas capitalistas predatórias implantadas no Brasil na segunda metade do século XIX.

O reformismo vileliano enxerga a necessidade de duas mudanças imprescindíveis para transformar efetivamente a sociedade brasileira: abolição e democracia, binômio defendido por Carneiro Vilela. Em apenas duas linhas o narrador vileliano alinhava a sua esperança lacônica que “a ideia abolicionista intente dar para o nivelamento das raças, o passo agigantado que a democracia tem dado para o nivelamento das classes⁹⁰⁸”. Reforça-se assim a tese de que a *Emparedada* é um texto de intervenção no debate político que denuncia aspectos negativos de um Recife que se pretende moderno, mas que também sonha com a construção de um novo ordenamento social e político.

⁹⁰⁸ *Ibidem.* p. 196.

3.3 – Vilela e os últimos anos da monarquia (1886-89)

Em 1886, o conto de Vilela ‘*A Iara*’, anteriormente publicado na ‘*Revista Brasileira*’ em 1880, ganhou tradução para o francês com seguinte título: ‘*L’ Yara, conte fantastique de Pará*’⁹⁰⁹. Ambientada na cidade de Belém do século XIX, a folclórica narrativa baseia-se na lenda da Iara, espécie de sereia, meio peixe, meio mulher, que com o seu belo canto seduzia homens para o fundo dos rios, levando-os à morte. O conto narra a trágica morte por afogamento de Januário, noivo de Mundica, que supostamente foi seduzido e morto pela linda Iara. Os noivos se conheceram na festa do Círio de Nazaré, festa em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré que “atrai milhares de pessoas de todas as cidades, vilas e povoações da província e até das capitais do Maranhão e do Amazonas”⁹¹⁰. Januário era muito amigo de um rapaz chamado ‘Alemão’ que também desejava a jovem Mundica. Esta, depois de algum tempo da morte do noivo, casou-se com Alemão.

Entre julho de 1886 e julho de 1887, Carneiro Vilela e Antonio Moraes foram proprietários da revista crítica e humorística ‘*O João Fernandes*’, publicada uma vez por semana, com oito páginas, sendo quatro delas com charges e desenhos, muitos da lavra do nosso biografado. O personagem principal da publicação era o ‘João Fernandes’, “o Cristo do jornalismo caricato e humorístico” que se “ocupava das coisas grandes e pequenas” da sociedade brasileira com o objetivo de “criticar e corrigir”⁹¹¹. Ele era ‘signatário’ da máxima latina ‘*ridendo castigat mores*’, ou seja, procurava corrigir os costumes morais recorrendo ao cômico, ao riso. O ‘*João Fernandes*’ estava imbuído da missão de “corrigir os meninos malcriados e vadios”, recorrendo à “palmatória”, à “espora”, ao “rebenque” e aos “sinos da crítica”⁹¹². As armas do ‘João Fernandes’ eram a “risada para o que é ridículo, o azorrague para o que é mau, a palmatória para o que é incorrigível, o estilete para o que é desapiedado, a ponta do pé para o que é torpe e a bofetada para o que é infame”. O ‘João Fernandes’ também prometia a “consolação para quem chora, o perdão para o que suplica, a piedade para o que está desamparado, o respeito para o que é digno, a admiração para o que é grande e a caridade para o que merece”⁹¹³. Ao longo de 47 edições, o personagem principal da

⁹⁰⁹ Diário de Pernambuco (PE), 23.11.1886

⁹¹⁰ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Três Crônicas: Laurinha – A Yara – O Amor**. *Op cit.* p. 85

⁹¹¹ O João Fernandes (PE), 11.07.1886

⁹¹² O João Fernandes (PE), 11.07.1886

⁹¹³ O João Fernandes (PE), 22.08.1886

publicação percorreu a cidade do Recife e ‘narrou’ os principais acontecimentos da semana apontando o seu lado ridículo.

Como vimos, Vilela retornou ao Recife em 1885, período marcado por tensões em torno da questão da mão de obra escrava. Segundo Marc Hoffnagel, a campanha abolicionista exerceu um “impacto profundo na vida social, econômica e política brasileira durante a década de 1880⁹¹⁴”. Nessa década, grupos a favor ou contra a abolição organizaram-se em associações para defender os seus interesses. Mais de 20 ‘Clubes Abolicionistas’ foram criados em Pernambuco nesse período, além de um número expressivo de ‘Clubes da Lavoura’ que defendiam uma abolição gradualista com indenização aos proprietários de escravos⁹¹⁵. Segundo Fernando da Cruz Gouvea, a abolição gradual era uma “fórmula habilidosa de manter indefinida a questão do elemento servil⁹¹⁶”.

A ‘*Sociedade Ave Libertas*’ e o ‘*Club do Cupim*’ se destacaram na luta abolicionista no Recife, e, enquanto a Ave Libertas, composta apenas por mulheres, lutava para acabar com a escravidão por meios lícitos e legais, o Club do Cupim atuava ao arrepio da lei, furtando escravos e embarcando-os na calada da noite para o Ceará⁹¹⁷. Também nesse período, o Partido Liberal de Pernambuco estava dividido em duas correntes: a primeira, minoritária, pro-abolicionista, liderada por José Mariano, chamada de ‘democrata’, desejava a aprovação pelo seu partido de um projeto de “abolição imediata e incondicional⁹¹⁸”; e a segunda, majoritária, anti-abolicionista, chamada de ‘leão’, comandada por Luís Felipe de Souza Leão, acreditava que a Lei do Sexagenário, aprovada em 1885 pelo Gabinete Saraiva, representava a solução mais

⁹¹⁴ HOFFNAGEL, Marc. **O Partido Liberal e a Lei Sexagenária**. Boletim do Departamento de História, ano I, n 1, Nov. 1976, p. 19

⁹¹⁵ HOFFNAGEL, Marc. **O Partido Liberal e a Lei Sexagenária**. Boletim do Departamento de História, ano I. N. 1. Nov. 1976. p. 19 e HOFFNAGEL, Marc. **O Partido Liberal e a questão abolicionista 1880-88. In Atualidade e Abolição**. (org) Manuel Correia de Andrade e Eliane Moury Fernandes. Recife. Funda.j Massangana. 1991. p. 144

⁹¹⁶ GOUVEA, Fernando da Cruz. **Uma conjuração fracassada e outros ensaios**. Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1982. p. 19

⁹¹⁷ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Ligeiros apontamentos para a história da abolição em Pernambuco**. In DANTAS, Leonardo. **A Abolição em Pernambuco**. Recife. Fundaj. Editora Massangana, 1988. p.27-35 e SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e o seu tempo (1850-1921): o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife. Cepe. 2013. p. 154-160

⁹¹⁸ HOFFNAGEL, Marc. **O Partido Liberal e a Lei Sexagenária**. *Op. cit.* p. 21.

conveniente para o problema servil⁹¹⁹. Vilela simpatizava com a ala democrata que desejava a abolição imediata da escravidão.

O fugaz hebdomadário ‘*O João Fernandes*’ teve como um dos seus temas principais a luta contra a escravidão. Na primeira edição de outubro de 1886, o ‘João Fernandes’ confessou que passou a “semana inteira horrorizado, com cabelos eriçados e olhos espantados”, escutando a todo o instante o “silvo cortante das pernas de bacalhau”, os gemidos dos escravos açoitados, os “grunhidos triunfantes de algozes miseráveis” e as “exclamações tigrinas de senhores desumanos e assassinos”. Além disso, passou todo esse período sentindo o “cheiro nauseabundo de carnes retalhadas a chicotes” no Engenho Ibura, de propriedade de Nicanor Bandeira de Melo, integrante do Partido Liberal⁹²⁰. Este “escalavrou a pele de um escravo, empalando-o em pleno século XIX⁹²¹” e mandou torturar a escrava Catharina, acusada por Nicanor de facilitar a fuga de duas escravas⁹²².

Vilela denunciou em prosa jornalística e em desenho o horror das sevícias perpetradas no engenho Ibura em quatro escravos, João, Antônio, Benedicta e Catharina, que culminou com a morte desta última (figura 21)⁹²³. Para Vilela, o Ibura era uma espécie de circo romano, onde os escravos eram atirados a feras, como tigres, hienas e panteras; mas diferentemente de Roma, no Ibura as feras eram homens: o tigre era o Nicanor, o Bandeira era a hiena e o Melo a pantera; “três feras distintas em um só monstro⁹²⁴”. A charge da página seguinte apresenta a escrava sendo torturada até a morte por dois feitores enquanto o senhor de engenho assiste à terrível cena:

⁹¹⁹ HOFFNAGEL, Marc. **O Partido Liberal em Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-1888**. In DANTAS, Leonardo. **Atualidade e Abolição**. *Op cit.* p.148

⁹²⁰ O João Fernandes (PE), 03.10.1886

⁹²¹ O João Fernandes (PE), 10.10.1886

⁹²² Jornal do Recife (PE), 13.10.1886

⁹²³ A surra que os escravos levaram foi muito forte, causando a morte de Catharina e levando Benedicta e João para o hospital. Eles só tiveram alta após algumas semanas. Jornal do Recife (PE), 26/10/1886 e 06/11/1886

⁹²⁴ O João Fernandes (PE), 03.10.1886



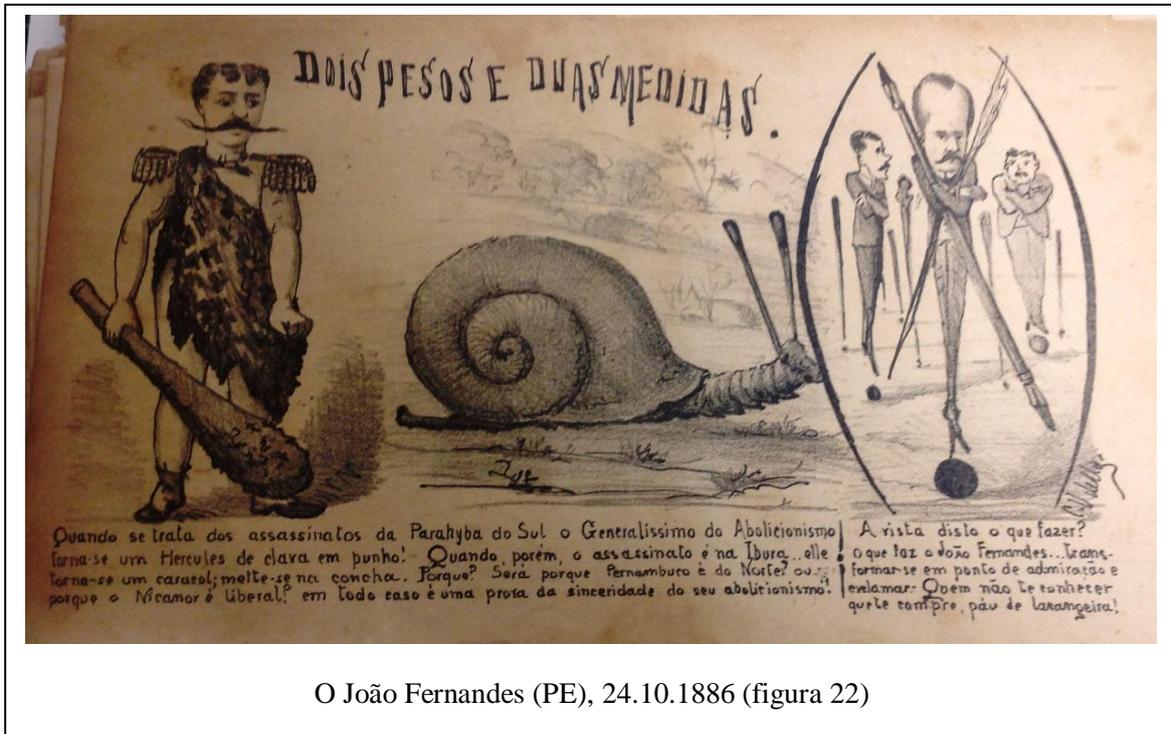
O João Fernandes (PE), 03.10.1886 (figura 21)

Diante de fatos tão bárbaros, Vilela lamentou que a polícia e a imprensa abolicionista não deram muita atenção ao assassinato no Engenho Ibura. A polícia não tomou providências nem conhecimento do crime e os jornais não fustigaram o assassino, nem sequer narraram o ato infame, porque o criminoso é um ‘correligionário’ e ‘capanga de eleições’. Vilela, de forma irônica, lamentou também que o ‘monstro’ do Nicanor talvez receba como ‘castigo’ uma comenda de Oficial da Rosa ou um título de barão⁹²⁵.

O silêncio de alguns abolicionistas diante dos fatos aterradores ocorridos no engenho de Nicanor Bandeira indignou Vilela e ele partiu para o ataque. Segundo Vilela, Joaquim Nabuco, apelidado de “generalíssimo do abolicionismo”, ficou calado diante da morte da escrava Catharina e não foi poupado pelo ‘João Fernandes’ que ressaltou os “dois pesos e duas medidas” de sua postura; uma vez que, alguns meses antes, Nabuco, um verdadeiro “Hércules de clava em punho”, havia denunciado escravocratas assassinos do Paraíba do Sul com uma verve avassaladora. Ele denunciou no jornal ‘O Paiz’ a condenação de quatro escravos à pena de 300 açoites, castigo este

⁹²⁵ O João Fernandes (PE), 10.10.1886

que levou à morte dois escravos⁹²⁶. Mas, diante dos fatos ocorridos em Pernambuco, tornou-se, nas palavras de Vilela, um caracol, meteu-se na concha⁹²⁷, ficou em silêncio. A charge abaixo mostra a suposta postura ambígua de Nabuco, sendo um Hércules no sul e um caracol no norte (figura 22).



Na legenda da charge, Vilela insinua que Nabuco ficou em silêncio para proteger um correligionário, e que isto é uma prova da ‘sinceridade’ do seu abolicionismo! Criticando a postura ‘flexível’ de Nabuco, o João Fernandes exclamou: “quem não te conhece que te compre, pau de laranjeira!⁹²⁸”. Assim como o pau de laranjeira, Nabuco tem, segundo Vilela, uma postura ‘flexível’.

Carneiro Vilela, por má fé ou desconhecimento dos artigos publicados por Joaquim Nabuco no periódico ‘O Paiz’, nos dias 12 e 13 de outubro de 1886, fez uma acusação falsa ao popular abolicionista, pois Nabuco denunciou os “fatos atrozados passados no Engenho Ibura de Nicanor Bandeira de Melo”, bem como relatou indignado os açoites recebidos por um escravo no engenho do tenente coronel Pedro Ozório de Cerqueira, afirmando que os dois eventos se igualavam “em barbárie

⁹²⁶ O Paiz (RJ), 29.07.1886

⁹²⁷ O João Fernandes (PE), 24.10.1886

⁹²⁸ O João Fernandes (PE), 24.10.1886

sanguinária aos fatos recentes do Paraíba do Sul⁹²⁹”. Alguns dias depois da charge de Vilela ser publicada no seu hebdomadário, um artigo no ‘*Jornal do Recife*’, assinado por ‘um indignado’, acusou o ‘João Fernandes’ de faltar com a justiça, e para “fazer calar a calúnia” contra Joaquim Nabuco, recomendou a leitura dos referidos artigos publicados por Nabuco no ‘*O Paiz*’⁹³⁰.

Três dias após o assassinato, Nicanor Bandeira tentou enterrar Catharina no cemitério em Boa Viagem, alegando que a mesma morreu de congestão cerebral. O vigário não concedeu a licença para a realização do sepultamento, o que terminou provocando a realização de um ‘exame cadavérico’, sendo constatada a existência de diversas feridas nas costas e nas nádegas da escrava. Diante de tal fato, o delegado de polícia, Francisco Isidoro, pronunciou Nicanor Bandeira como culpado pelo assassinato de Catharina⁹³¹. Aproximadamente dois meses depois de iniciado o inquérito policial, Nicanor foi preso e recolhido ao estado maior do 14º Batalhão de Infantaria⁹³². Vilela deve ter ficado feliz por ter sido um dos primeiros jornalistas do Recife a denunciar corajosamente o crime do engenho Ibura.

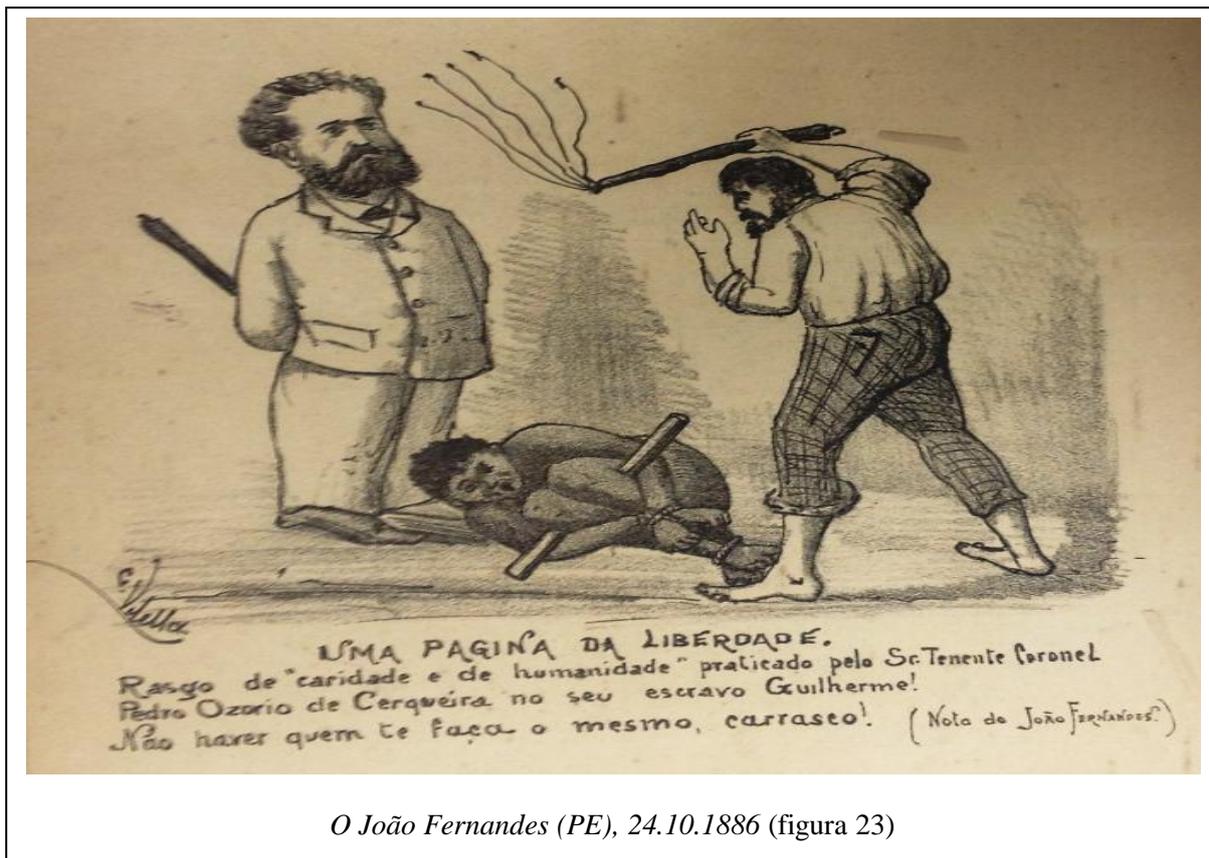
Vilela, na sua cruzada contra a escravidão, e mais especificamente contra os açoites, denunciou, como pode ser observado na charge abaixo, o tenente coronel Pedro Ozório de Cerqueira, chamado de ‘carrasco’, que mandou surrar o escravo Guilherme no Engenho Camorim. Essa estratégia de citar o nome e a imagem do verdugo deve ter contribuído para sensibilizar parte da opinião pública sobre a necessidade da extinção da pena de açoite e da própria escravidão (figura 23).

⁹²⁹ O Paiz (RJ), 12/10/1886 e 13/10/1886

⁹³⁰ Jornal do Recife (PE), 03.11.1886

⁹³¹ Jornal do Recife (PE), 13.10.1886

⁹³² Jornal do Recife (PE), 16.11.1886



O João Fernandes (PE), 24.10.1886 (figura 23)

Uma semana depois, nas páginas de 'O João Fernandes', Vilela comemorou a extinção da pena de açoite no Brasil, durante a gestão do ministro da Justiça Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, membro do Partido Conservador. Além de comemorar o fim dos açoites, Vilela criticou a imprensa abolicionista vinculada ao Partido Liberal que não deu cobertura adequada à mudança no código criminal brasileiro (figura 24).



O João Fernandes (PE), 31.10.1886 (figura 24)

No mês de março de 1887, Vilela voltou a atacar Nabuco afirmando que o seu abolicionismo é “um capote como outro qualquer e fará um efeito ou de um cálice de *cognac* se a temperatura for muito fria ou de um sorvete de abacaxi se o calor for excessivo ou de um copo de cachaça que serve tanto para o verão como para o inverno⁹³³”. Na visão de Vilela, o abolicionismo de Nabuco era puro oportunismo político, apenas uma boa proteção, um bom ‘capote’, para ganhar as eleições. Dentro desse espírito, Vilela retratou Nabuco embaixo do ‘guarda chuva’ ou sob a sombra da árvore (*sub tegmine fagi*) do abolicionismo⁹³⁴, como podemos observar na caricatura da página seguinte (figura 25). Apesar do tom áspero e talvez injusto do ‘João Fernandes’ em relação a Nabuco, não encontramos o popular abolicionista retrucando, uma vez que as suas cartas e os seus artigos de jornal não fazem nenhuma referência a Carneiro Vilela. Ao que parece o nosso biografado foi ignorado por Joaquim Nabuco⁹³⁵.

⁹³³ O João Fernandes (PE), 06.03.1887

⁹³⁴ O João Fernandes (PE), 06.03.1887

⁹³⁵ Não encontramos nenhuma referência a Carneiro Vilela nas correspondências ativa e passiva de Joaquim Nabuco, bem como nos artigos escritos por Nabuco no jornal ‘*O Paiz*’ entre os anos de 1886 e 1887. Também não há referência a Carneiro Vilela na biografia sobre Joaquim Nabuco escrita por Carolina Nabuco. Cf. NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. *Op cit.* NABUCO, Joaquim. **Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 12): Campanhas de imprensa (1884-1887)**. São Paulo. Instituto Progresso Editorial. 1949. NABUCO, Joaquim. **Obras completas de Joaquim Nabuco**

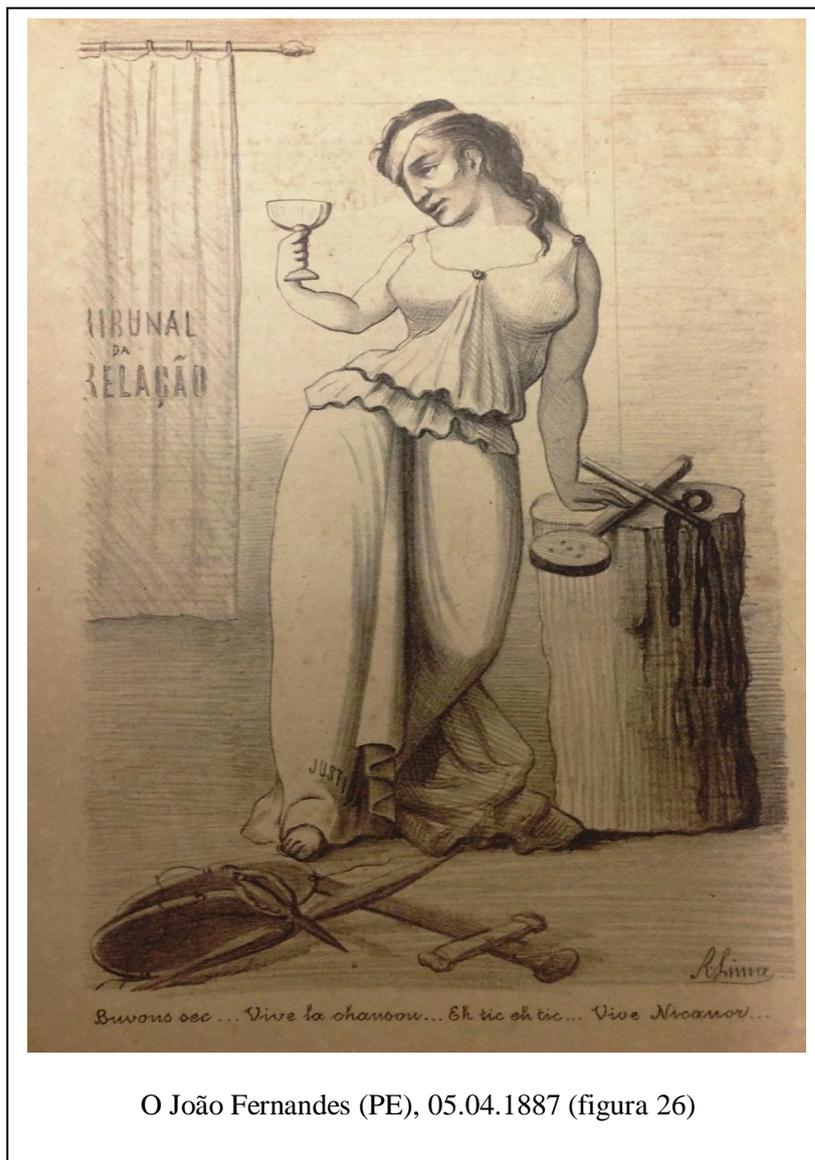


O João Fernandes (PE), 06.03.1887 (figura 25)

No mês de abril de 1887, o periódico ‘*O João Fernandes*’ voltou à carga contra Nicanor, dessa vez lamentando que o Tribunal da Relação de Pernambuco o mandou libertar. Vilela criticou a “decisão imoral do indecente tribunal” e exortou os escravocratas a empunhar o “azorrague, o chicote e o bacalhau”, a erguer os “troncos” e a forjar as “gargalheiras”, pois “o juiz sem consciência aí está para vos absolver⁹³⁶”. Segundo Vilela o tribunal libertou o assassino do engenho Ibura por “interesses partidários”, para proteger um correligionário. O caricaturista Rodolfo Lima, encarregou-se de transpor para a charge as ideias contidas no editorial do periódico (figura 26). A imagem da página seguinte mostra a figura de uma mulher que representa a justiça sem a venda nos olhos e com as suas armas depositas. Ao invés de empunhar a clava da justiça, ela repousa uma das suas mãos em um ‘tronco’ que contém instrumentos de tortura, como a palmatória e o bacalhau.

(volumes 13 e 14). *Cartas a amigos - coligidas e anotadas por Carolina Nabuco*. São Paulo. Instituto Progresso Editorial. 1949. ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; REGO, Carmem Lúcia de Souza Leão; DANTAS, Tereza Cristina de Souza. *Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco (1885-1889)*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1980.

⁹³⁶ João Fernandes (PE), 05.04.1887



Outros temas de destaque na revista humorística *'O João Fernandes'*, foram os vários ataques desferidos por Vilela à Monarquia brasileira e à Igreja de Roma. A caricatura da página seguinte traz uma mulher com barrete frígio, um possível símbolo da república, dentro de um carro que não consegue se movimentar em direção ao progresso, à liberdade e à civilização porque é retardado ora pelo Papa (figura 27) ora pelo Imperador Pedro II (figura 28).



O João Fernandes (PE), 01.08.1886 (figura 27)



O João Fernandes (PE), 01.08.1886 (figura 28)

Vilela que clamava por reformas, entendia que a Igreja e a Monarquia atrasavam o desenvolvimento do país, frustrando reformas necessárias, como a liberdade de culto, o sufrágio universal, a abolição da Guarda Nacional e da escravidão⁹³⁷. Para Vilela, “o progresso exigia uma reforma radical no sistema de eleições”, a secularização dos cemitérios, o casamento civil e uma solução imediata para a questão do elemento servil⁹³⁸. Vilela se mostrava descrente com a possibilidade da monarquia de realizar essa pauta reformista, pois o ‘trono’ diante dos clamores por mudanças ficava mudo, “mais do que mudo, mistificador. Mais do que mistificador, saltimbanco. Ora, para que havia de dar o trono depois de velho!”. Vilela não tinha esperanças de mudanças com D. Pedro II e muito menos com um possível reinado da princesa Isabel: “e se em lugar do trono, vier a trona...Misericórdia! Isabel. Além de Isabel, Bourbon. Além de Bourbon, Orleans. Tibis! É a praga pior que as do Egito⁹³⁹”.

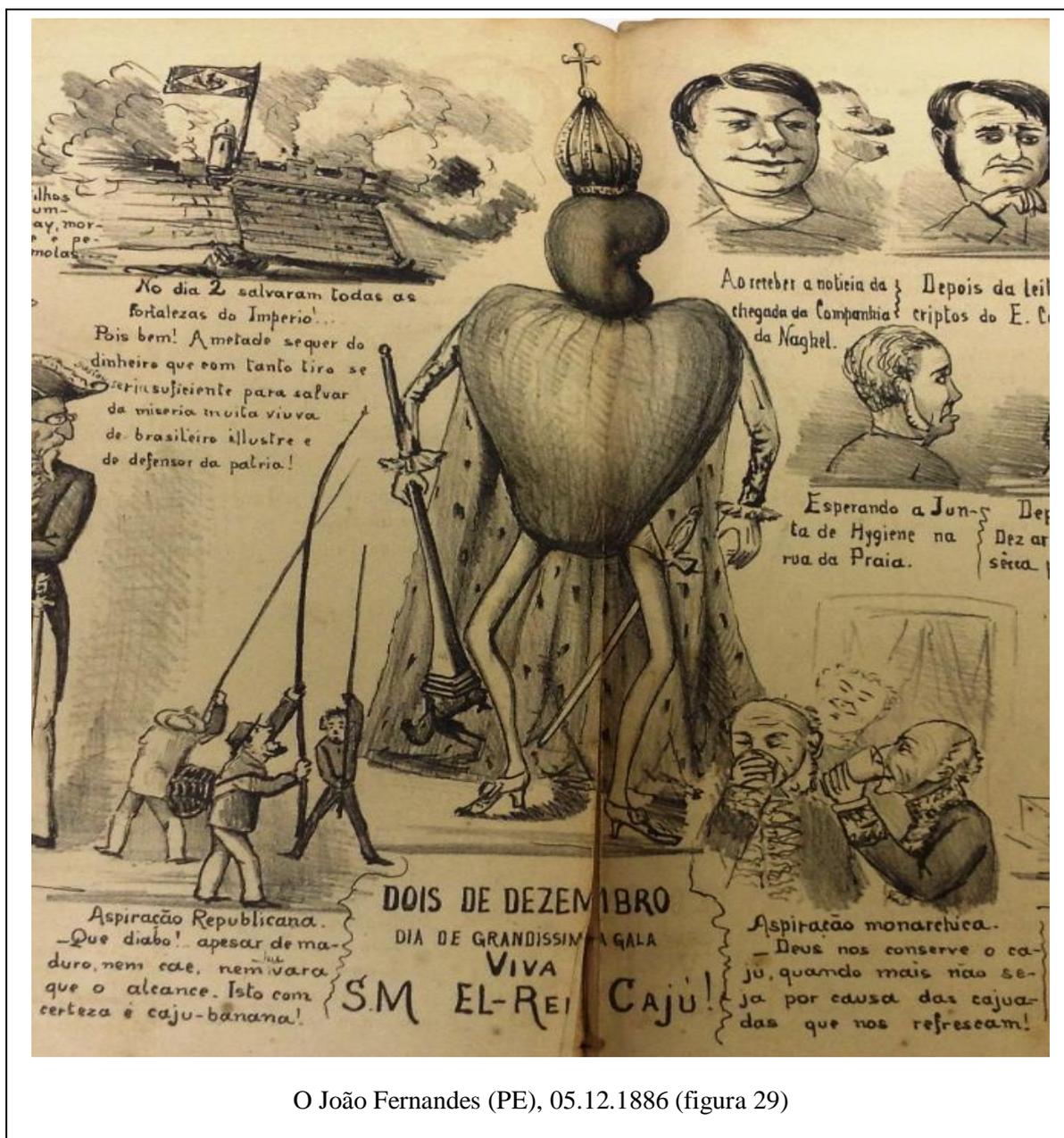
Numa outra ocasião, Vilela publicou uma engraçadíssima charge retratando o imperador Pedro II, apelidado de “El Rei Caju” (figura 29). Na caricatura, o ‘rei Caju’ é ladeado por republicanos e por monarquistas. Os primeiros tentam derrubá-lo do poder, mas ele, apesar de ‘maduro’, não cai. Já os monarquistas desejam que a monarquia de Pedro seja conservada, “por causa das cajuadas que nos refrescam⁹⁴⁰”. As cajuadas são sinônimos das benesses recebidas da monarquia.

⁹³⁷ O João Fernandes (PE), 26.09.1886

⁹³⁸ O João Fernandes (PE), 05.05.1887

⁹³⁹ O João Fernandes (PE), 05.05.1887

⁹⁴⁰ O João Fernandes (PE), 05.12.1886



O João Fernandes (PE), 05.12.1886 (figura 29)

O anticlericalismo, uma das marcas do pensamento vileliano, também está presente nas caricaturas do ‘*O João Fernandes*’, como podemos observar na charge da página seguinte ‘Quatro Sacramentos’ (figura 30). Esta fala algumas ‘verdades’ sobre o comportamento dos padres da Igreja no tocante à administração dos sacramentos. Vilela retrata os padres como ‘interesseiros’, ‘concupiscentes’, ‘falsários’ e ‘abelhudos’.



Vilela ainda denunciou nas páginas do seu periódico as precárias condições de vida dos órfãos e das viúvas dos soldados que morreram na Guerra do Paraguai. Ele condenou, como é possível observar na charge da página seguinte (figura 31), os excessivos gastos com as salvas de tiros de todas as fortalezas do Império para comemorar o aniversário de Pedro II. Segundo Vilela, o dinheiro economizado com os tiros seria suficiente para tirar da miséria muita “viúva de brasileiro ilustre e defensor da pátria!”.



O João Fernandes (PE), 05.12.1886 (figura 31)

Carneiro Vilela além de desenhar dezenas de charges no seu hebdomadário, também escreveu diversos sonetos decassílabos intitulados ‘*Viagens pelas Mulheres*’. Ao longo de vários meses ele escreveu sobre a mulher americana, holandesa, espanhola, italiana, groelandesa, alemã, francesa, veneziana, inglesa, irlandesa, selvagem, chinesa, húngara, grega e brasileira. Segundo Luzilá Gonçalves estes sonetos revelam uma “imagem forte da mulher”. A americana, por exemplo, se traída, “ou chama aos tribunais o namorado, ou lhe aponta um revolver à cabeça” e as holandesas amam “sem que o amor as torne fracas⁹⁴¹”. Posteriormente, o periódico passou a publicar uma outra série de sonetos intitulada ‘*Viagem pelos Homens*’, assinada por P. Stubs. Segundo Nascimento, Stubs é um pseudônimo de Vilela⁹⁴². Nesta segunda sequência de sonetos, Vilela escreveu sobre o homem brasileiro, africano, português, espanhol, italiano,

⁹⁴¹ FERREIRA, Luzilá Gonçalves. **Escritores Pernambucanos do século XIX**. Recife. Cepe. 2010. V. 2. p 336.

⁹⁴² NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. V. 6. *Op cit.* p.219

inglês, francês, alemão, suíço, dinamarquês, húngaro, sueco, norueguês, islandês, holandês, groelandês, yankee e o peruano.

‘*O João Fernandes*’ estendeu-se até o nº 47 “sem jamais fugir ao seu programa”. A sua última edição saiu no dia 15.07.1887⁹⁴³.

Quase um ano depois de fechar o seu hebdomadário, Vilela começou a publicar, em abril de 1888, em fascículos, a 2ª edição da lenda fantástica ‘*O Esqueleto*⁹⁴⁴’. Os fascículos foram distribuídos durante vários meses, e em novembro foram agrupados e publicados em formato de livro⁹⁴⁵. Essa estratégia de venda foi adotada em diversos dos seus folhetins, primeiro eles eram publicados em fascículos e depois reunidos em livro. Seguramente, naquela altura da sua vida, a escrita era o seu ‘ganha pão’.

Um mês depois do início da publicação do ‘*O Esqueleto*’, Vilela escreveu para a “*Lanterna Mágica*⁹⁴⁶”, revista política, satírica e caricata, o soneto “*Ave Libertas*”, em comemoração à lei assinada em 13 de maio de 1888, que, segundo a sua visão, foi a ‘maior lei’ aprovada na história do Brasil⁹⁴⁷:

“Enfim, lavou-se a nódoa, a nódoa que manchava
da história brasileira as páginas brilhantes!
é o Treze de Maio a data que se grava
como uma marco de luz de brilhos cintilantes.

De quebrados grilhões, dos ferros que eram d’antes
das opressões da lei a formidável clava,
formam-se agora e já os arcos triunfantes,
por onde passa livre a raça que era escrava.

De toda a parte se ergue em santa alacridade,
do vale mais humilde às altas cordilheiras,
como um concerto etéreo a voz da Humanidade!

Desfraldem-se da pátria as rútilas bandeiras,
E aos mundos brade a voz da eterna Liberdade!
- Já não há mais escravos em terras brasileiras⁹⁴⁸”.

⁹⁴³*Ibidem*. p.220

⁹⁴⁴ Jornal do Recife (PE), 25.04.1888

⁹⁴⁵ Diário de Pernambuco (PE), 24.11.1888

⁹⁴⁶ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. V. 6, *Op. cit.* p.220. Segundo Luiz Nascimento, ‘A Lanterna Mágica’ existiu entre os anos de 1882 a 1909, sendo Carneiro Vilela um colaborador do referido periódico.

⁹⁴⁷ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Ligeiros apontamentos para a história da abolição em Pernambuco**. In DANTAS, Leonardo. **A Abolição em Pernambuco**. *Op. cit.* p.35

⁹⁴⁸ VILELA, Carneiro. **Urtigas: compilação de versos publicados em diversas épocas e em diversos jornais – 1885-1900** (manuscrito). Recife. Gabinete Português de Leitura. 1901. p. 1

A partir do mês de julho de 1888, Vilela escreveu para o *‘Diário de Pernambuco’* uma série de “saborosas crônicas da vida recifense e da própria vida do escritor⁹⁴⁹”, intituladas *‘Cartas sem Arte’*. Fragmentos da sua infância, do trabalho na *‘América Ilustrada’*, das lutas abolicionistas, da sua estada em Natal, Belém e Rio de Janeiro foram registrados nessas crônicas. Também houve espaço nas suas *‘Cartas’* para a tradução do alemão para o português do poema *‘A poesia dos Sinos’* de Johann Friedrich Von Schiller⁹⁵⁰. Semanalmente, por meio da ironia e da galhofa, ele advogou “uma moral e uma ética que prescindisse da religião⁹⁵¹” e criticou os

“maus costumes da vida brasileira e da natureza humana: o capachismo intelectual, a crença infantilizada nos mistérios da fé, a suposta sapiência dos magistrados, a política e a corrupção dos políticos, as arbitrariedades dos governantes, as ‘verdades’ incontestáveis proclamadas pela ciência, a mentira como instituição nacional, a inveja e a presunção dos homens, a hipocrisia dos moralistas, a falsa honradez das grandes famílias espirituais da cidade⁹⁵²”.

O Vilela cronista foi intransigente com o seu livre pensamento, acicatando magistrados, delegados, governantes, homens de letras e religiosos.

Como já havia feito em outros escritos, Vilela, em uma de suas crônicas, lamentou a falta de progresso material, intelectual, artístico e moral em Pernambuco, uma vez que o bonde era “sujo, quebrado, com cabeças de prego a rangerem o fundilho das nossas calças”, a ponte esburacada, as casas deselegantes, as ruas sem alinhamento e o viveiro do Muniz, foco de miasmas, aterrado de “lixo e podridão”. A sua língua ferina denunciou o ensino infecundo da faculdade de Direito do Recife, a falta de hábito de leitura, a ausência de livros de autores nacionais nas livrarias, o comércio desonesto, bem como apresentou a Câmara Municipal como uma “engenhoca (...) para a fabricação de arranjos pessoais”, o Liceu de Artes e Ofícios como uma “casa mortuária ou uma espécie de armazém de ferro velho” e o Tribunal da Relação como um “asilo de inválidos da ciência⁹⁵³”.

⁹⁴⁹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 9

⁹⁵⁰ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 104-119

⁹⁵¹ VIEIRA, Anco Márcio. Prefácio. *In* VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 26

⁹⁵² *Ibidem*. p. 27

⁹⁵³ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Cartas sem arte**. *Op. cit.* p. 99-103

O anticlericalismo, recorrente em outras publicações vilelianas, esteve presente nas suas crônicas domingueiras. Vilela afirmou que a ‘Santa Madre Igreja’ era uma “verdadeira igreja de pândegos cardeais e de papas ainda mais pândegos⁹⁵⁴” e que a religião não possuía nenhuma serventia, a “não ser para meio de vida de seus sacerdotes, de seus acólitos⁹⁵⁵”. Nas suas palavras, a Igreja servia de “capote a toda casta de espertezas⁹⁵⁶”, os conventos eram “respeitáveis viveiros de parasitas sociais⁹⁵⁷” e os padres só se importavam com os seus ordenados redondos, “à cuja sombra pode o corpo engordar, embora a inteligência se embote e o espírito se atrofie afogado nas gordurosas banhas da preguiça⁹⁵⁸”. Ele também criticou o Estado confessional no Brasil que contribuía para “fechar os portos à grande imigração estrangeira⁹⁵⁹”, fato que prejudicava a economia do país.

Na sua crítica à Igreja não escapou sequer a tradução do ‘*Cântico dos Cânticos*’. Vilela contou que ao cotejar o texto hebraico atribuído a Salomão com o latim da Vulgata e com o texto do padre Pereira, constatou que a Igreja cometeu uma “imensa patifaria”, ao fazer dos Cânticos de Salomão “uma coisa mística e cheia de alusões divinas”, quando na verdade “não passa de uma reunião de canções eróticas e lúbricas⁹⁶⁰”. Na visão de Vilela, a tradução foi um trabalho de “capadoçagem teológica⁹⁶¹” e que a Igreja, ao realizá-la, não agiu por ignorância, mas “unicamente por má fé” e que “a fim de levar água ao seu moinho, torce tudo quanto encontra⁹⁶²”.

Vilela não era ateu ou agnóstico, mas desprezava a liturgia e as práticas da Igreja católica. Ele não acreditava no “Deus de algibeira, meio boneco de enguiço” da Igreja, “Deus que se compra com uma missa, com um padre nosso ou com uma libra de vela”; mas no “Deus que é a eterna bondade, a eterna justiça e a eterna onipotência⁹⁶³”. Vilela acreditava em Deus, mas foi um eterno inconformado com as práticas da Igreja católica.

Nas suas ‘*Cartas sem Arte*’, ele também criticou a estratégia da monarquia de cooptar republicanos por meio do emprego público e da volubilidade dos ideais

⁹⁵⁴ *Ibidem.* p. 87

⁹⁵⁵ *Ibidem.* . p. 219

⁹⁵⁶ *Ibidem.* p. 202

⁹⁵⁷ *Ibidem.* p. 63

⁹⁵⁸ *Ibidem.* p. 145

⁹⁵⁹ *Ibidem.* p. 199

⁹⁶⁰ *Ibidem.* p. 134

⁹⁶¹ *Ibidem.* p. 134

⁹⁶² *Ibidem.* p. 133

⁹⁶³ *Ibidem.* p. 223

republicanos de certos indivíduos. Ele conta numa crônica que ‘sonhou’ que era republicano “ativo, militante, propagandista, barulhento, (...) inimigo intransigente da monarquia, (...) inimigo declarado do rei” e que a sua ambição suprema “era comer uma princesa com cebolas e azeitonas e reduzir o rei ao bife com batatas”. Republicano de ‘quatro costados’, ‘mais ou menos Robespierre, mais ou menos Marat’, que tinha nos seus ombros “a responsabilidade de ideias novas que deviam reconstruir uma pátria nova, mais forte e mais pungente, mais livre⁹⁶⁴”.

Na mesma crônica ele conta que em um sonho havia a mais “absoluta pindaíba de empregos” e que ele não tinha posição adequada. E com o intuito de mudar a sua vida, resolveu dar um “golpe de estado, mudar a face de tudo”. E para tanto se dirigiu ao Palácio de São Cristovão, “ao antro da monarquia, à espelunca do absolutismo, à cova do monstro” e lá encontrou o Imperador Pedro II, mas ao avistá-lo caiu “de joelhos” e começou “a beijar-lhe a mão e a cobri-la de lágrimas sinceras e copiosas”. O imperador perguntou ao “intransigente republicano” o que ele desejava, e este, abandonando o seu plano inicial, afirmou que apenas um “emprego público”. Pedro II acedeu e ele foi alojado no paço e se transformou num “buldog do rei”, pois o seu “republicanismo era mera especulação⁹⁶⁵”.

Através de sua crônica, Vilela criticou a fragilidade da ideologia republicana e o desejo de muitos cidadãos brasileiros de “comer pacificamente os cobres do governo⁹⁶⁶”. No final da crônica, ele ainda insinuou que os acontecimentos narrados no sonho talvez tenham se passado com algum propagandista de “gorro vermelho” de Pernambuco. A ‘carapuça’ coube na cabeça de Afonso de Albuquerque Melo, antigo desafeto de Vilela, que o havia acusado, em artigo publicado no *‘Diário de Pernambuco’* de ser “contra a religião e contra Deus⁹⁶⁷”. Afonso de Albuquerque refutou as acusações de Vilela de ter se convertido num monarquista e afirmou que defendia uma república, mas com Deus⁹⁶⁸.

A crônica do dia 11 de novembro de 1888 não foi publicada pois Vilela esteve ocupado com a produção de uma obra de pintura, um quadro de costumes, que se destinava à Exposição Universal de Paris de 1889. O *Diário de Pernambuco* justificou a

⁹⁶⁴ *Ibidem*. p. 211

⁹⁶⁵ *Ibidem*. p. 213-215

⁹⁶⁶ *Ibidem*. p. 145

⁹⁶⁷ *Diário de Pernambuco* (PE), 24.11.1888

⁹⁶⁸ *Diário de Pernambuco* (PE), 06.12.1888

ausência da crônica de Vilela, afirmando que ele “trabalhou tanto em pintar costumes a pincel” que se esqueceu de ‘pintar’ as ‘*Cartas sem Arte*’. O jornal exultou ao afirmar que brevemente seria possível admirar o seu quadro de costumes⁹⁶⁹.

Em janeiro de 1889, Vilela se transferiu para o periódico ‘*A Província*’ e iniciou uma duradoura colaboração com o jornal de propriedade de José Maria de Albuquerque Melo. No ano de 1889, Vilela publicou o folhetim ‘*Venda Grande*’ e a coluna “‘*Traços e Troços*’⁹⁷⁰”. Nesta última coluna, foi acusado de atacar a dignidade das pessoas, enxovalhando honrados cidadãos de uma “suspeita pouco digna”, atirando-os ao “desconceito público”⁹⁷¹. A partir de 1889, Vilela, que já havia sido proprietário de cinco periódicos, passará a labutar diariamente na redação de ‘*A Província*’ como jornalista assalariado.

O ‘*Jornal do Recife*’, em 1889, repercutiu a publicação do livro de Clóvis Bevilacqua, ‘*Épocas e individualidades*’, sobre a literatura dramática brasileira que destacou a relevância de autores como Antônio José, Gonçalves Magalhães, Gonçalves Dias, França Júnior, Franklin Távora, Maciel Monteiro, Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Aníbal Falcão. O articulista lamentou o esquecimento de Carneiro Vilela do rol de grandes dramaturgos brasileiros, assinalando que ele era um dos mais “fecundos autores dramáticos” da atualidade, autor de diversas peças: ‘*Soberba*’, ‘*Avareza*’, ‘*Pérola*’, ‘*Sete Passos*’, ‘*Nihilista*’, ‘*Gabriella*’, ‘*Vingança de um morto*’, ‘*Como se ganha uma aposta*’, ‘*Entre Syllas e Charibides*’, ‘*A Filha do Mandarim*’, ‘*A Princesa do Motocolombó*’ e ‘*Maçons e Jesuítas*’⁹⁷².

Em 7 de novembro de 1889, Vilela embarcou do Recife, no vapor Pirapama, em direção a Fernando de Noronha. Não sabemos os motivos que o levaram ao presídio. O fato é que durante a proclamação da República ele se encontrava fora do Recife. De Noronha, talvez ele tenha avistado o vapor Alagoas que transportava o ex-imperador Pedro II para o seu exílio na Europa. No dia 24 de novembro, o navio com a família imperial passou ao largo da ilha de Fernando de Noronha. Apenas no início de 1890, Vilela retornou ao Recife⁹⁷³.

⁹⁶⁹ Diário de Pernambuco (PE), 11.11.1888

⁹⁷⁰ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 11

⁹⁷¹ Jornal do Recife (PE), 18.05.1889

⁹⁷² Jornal do Recife (PE), 10.07.1889

⁹⁷³ Diário de Pernambuco (PE), 07.11.1889 e 04.01.1890

Capítulo 4:

Carneiro Vilela entre os anos de 1889 a 1913 ou

“fonte, flor em fogo, o que é que nos espera

por detrás da noite?”

4.1 – Carneiro Vilela: ‘soldado’ marianista’ (1890-95)

Proclamada a República em 1889, três grupos políticos disputaram o poder em Pernambuco: os *republicanos históricos*, liderados por José Isidoro Martins Júnior⁹⁷⁴, popularmente conhecidos como ‘violões’; os *liberais*, guiados por José Mariano Carneiro da Cunha e apelidado de ‘deletérios’ e os *conservadores* do conselheiro João Alfredo e Francisco de Assis Rosa e Silva, que receberam a alcunha de ‘lorotas’⁹⁷⁵. Os periódicos ‘*O Jornal do Recife*’, ‘*A Província*’ e o ‘*Diário de Pernambuco*’ defendiam o programa político, respectivamente, dos *republicanos históricos*, dos *liberais* e dos *conservadores*.

Robert Levine afirma que entre os anos de 1889 a 1896, Pernambuco foi marcado por uma “uma sucessão de administrações repressivas, de vida curta, impostas pelo Rio de Janeiro literalmente para restabelecer a ordem e pôr cobro ao caos político”⁹⁷⁶.

⁹⁷⁴ **José Isidoro Martins Júnior**: nasceu no Recife em 1860 e faleceu no Rio de Janeiro em 1904. Estudou na Faculdade de Direito do Recife (1879-1883) e na vida adulta exerceu diversas profissões: jornalista, advogado, jurista, político, professor e diretor da Faculdade de Direito do Recife. Era considerado um ‘republicano histórico’, pois defendeu a República ainda durante o período monárquico. Fundou em 1888 o Diretório Republicano, que se destinava a incentivar as ideias da abolição e da república. No campo jornalístico, fundou os periódicos ‘*O Progresso*’ e ‘*O Norte*’, e colaborou com diversos outros periódicos em Pernambuco: ‘*Revista do Norte*’, ‘*Folha do Norte*’, ‘*Idéia Nova*’, ‘*A Esmola*’, ‘*A América Ilustrada*’, ‘*A Província*’, ‘*Correio da Noite*’, ‘*A Opinião*’, ‘*Jornal da Tarde*’, ‘*Revista das Artes*’ e ‘*Jornal do Recife*’. Exerceu o cargo de chefe de polícia e fiscal do Banco Emissor de Pernambuco no ano de 1889. No plano político, foi eleito Deputado Estadual por Pernambuco (1892-94) e presidiu a comissão encarregada de elaborar a Constituição Estadual. Entre os anos de 1894-99 exerceu o mandato de Deputado Federal por Pernambuco. Em 1903, passou a lecionar na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e entre os anos de 1900-03 foi secretário de governo de Quintino Bocaiúva, presidente do estado do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores (1901) e depois patrono da Academia Pernambucana de Letras (1920). Em 1902 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Entre os seus escritos se destacam ‘*Vigílias literárias*’ (1879), ‘*Discurso na sessão magna do Gabinete Português*’ (1880) ‘*O Crime da vitória*’ (1880); ‘*O escalpelo: estudo crítico de política, letras e costumes*’ (1881); ‘*A propósito da conversão de Littré*’ (1881); ‘*Visões de hoje – poesias*’ (1881); ‘*Estenógrafo – estudo de crítica genética*’ (1882); ‘*A poesia científica*’ (1883); ‘*Retalhos*’ (1884); ‘*Estilhaços*’ (1885); ‘*Jesus e os Evangelhos*’ (1886); ‘*Síntese artística*’ (1886); ‘*Há crime na ofensa à memória dos mortos?*’ (1887); ‘*Pode-se admitir uma dupla intuição romântica de luta jurídica?*’ (1887); ‘*Fragmentos jurídico-filosóficos*’ (1891); ‘*Tela policroma*’ (1893); ‘*História do direito nacional*’ (1895); ‘*Compêndio da história geral do direito*’ (1898); ‘*Soberania do Acre*’ (1898). Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/martins-junior/biografia>;

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=734

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MARTINS%20JC3%9ANIOR,%20Jos%20C3%A9%20Isidoro.pdf> Acesso em: 12.04.2016

⁹⁷⁵ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. Recife: Coleção Concórdia, 1966, p. 13. Diário de Pernambuco (PE), 29.12.1908. Segundo o Diário os republicanos históricos pernambucanos foram apelidados de ‘violões’ pelo dr. Carneiro Vilela

⁹⁷⁶ LEVINE, ROBERT. **A velha usina Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980. p. 123

Após os acontecimentos de 15 de novembro, o presidente de Província de Pernambuco, Sigismundo Antônio Gonçalves, cedeu o cargo, em 16.11.1889, ao comandante de Armas do Recife, coronel José Cerqueira de Aguiar Lima⁹⁷⁷ que no seu breve governo realizou demissões em massa, com a provável anuência dos republicanos históricos, fato que prejudicou o grupo liberal⁹⁷⁸. José Cerqueira passou menos de um mês no poder, pois Deodoro da Fonseca nomeou o general José Semeão de Oliveira⁹⁷⁹ para ocupar o cargo mais elevado do poder executivo estadual. Semeão não ficou cinco meses no poder, passando a faixa para Albino Gonçalves Meira⁹⁸⁰.

O governo de Semeão se aproximou dos liberais ‘marianistas’, ao contrário do governo de Meira que se aliou aos republicanos históricos ‘martinistas’. Havia entre os partidos de Martins Júnior e o de José Mariano um abismo tão profundo “que não podia

⁹⁷⁷ **José Cerqueira de Aguiar Lima:** nasceu em Bahia em 1828 e faleceu no Rio de Janeiro em 1898. Foi militar e engenheiro. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro (1851-55) e no ano da formatura foi nomeado engenheiro do Exército. Em 1888 exerceu o cargo de Comandante das Armas da província de Pernambuco. E no ano seguinte foi nomeado governador provisório do estado de Pernambuco, passando entretanto menos de um mês no poder. Posteriormente foi governador do Paraná (1890-91) e em 1905 reformou-se como marechal do exército brasileiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIMA,%20Jos%C3%A9%20Cerqueira%20de%20Aguiar.pdf> Acesso em: 14.04.2016

⁹⁷⁸ CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é dono da República em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)**. Recife. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. 2014, 236 f, p.69

⁹⁷⁹ **José Semeão de Oliveira:** nasceu no Rio Grande do Sul em 1838 e faleceu nos EUA em 1893. Exerceu ao longo da vida a atividade de militar, engenheiro, político e ministro de estado. Estudou na Escola Militar do Rio Grande do Sul (1855-60) e na Escola Central do Rio de Janeiro. Formou-se em matemática, ciências físicas e engenharia militar. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-70) e marchou com os destacamentos que perseguiram o presidente do Paraguai, Francisco Solano López, refugiado em Cerro-Corá. Exerceu o cargo de comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul entre os anos de 1880-86. Participou da fundação do Clube Militar da Corte (1887). Entre os anos de 1889-90, foi governador de Pernambuco (1889-90). Durante o seu governo, obteve o apoio do antigo Partido Liberal de Pernambuco, chefiado por José Mariano Carneiro da Cunha e José Maria de Albuquerque e Melo. O seu governo desagradou o pequeno Partido dos Republicanos Históricos, liderado por Jose Isidoro Martins Júnior, e o antigo Partido Conservador, liderado por Francisco de Assis Rosa e Silva, João Alfredo Correia de Oliveira e Antônio João de Amorim, o barão da Casa Forte. Em 1890, foi nomeado conselheiro de guerra do Superior Tribunal Militar e no ano seguinte eleito senador por Pernambuco. José Semeão foi um dos líderes da bancada de oposição ao governo provisório de Deodoro da Fonseca; e, depois da queda deste em 1891, foi nomeador pelo presidente da República, marechal Floriano Peixoto, ministro da Guerra. Em 1892, foi promovido a marechal. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/OLIVEIRA,%20Jos%C3%A9%20Sime%C3%A3o%20de.pdf> Acesso em: 14.04.2016

⁹⁸⁰ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.* p. 69 e p. 78. **Albino Gonçalves Meira:** nasceu na Paraíba em 1850 e faleceu em Pernambuco em 1908. Foi governador de Pernambuco no ano de 1890 e recebeu o apoio de José Isidoro Martins Júnior, apoio este que terminou acirrando as divergências com o grupo político liderado por José Mariano Carneiro da Cunha. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEIRA,%20Albino%20Gon%C3%A7alves.pdf> Acesso em: 14.04.2016

encher nem mesmo com o mar de ódio em que eles se achavam⁹⁸¹”. Os marianistas e os martinistas eram “água e azeite, teimavam em não se misturar⁹⁸²”.

Após a saída de Meira do poder, o Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena) assumiu o governo e procurou realizar uma política de pacificação, reunindo as diversas facções políticas em torno de Deodoro da Fonseca. O êxito do barão foi relativo, conseguindo apenas uma amenização do clima político entre os violões, deletérios e lorotas⁹⁸³. Ele não teve tempo suficiente para implementar o seu projeto de pacificação, pois passados apenas três meses, deixou o poder para assumir o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal. O cargo de governador de Pernambuco foi transmitido para José Antônio Correia da Silva que permaneceu no poder entre outubro de 1890 a novembro de 1891, apoiado pelo grupo marianista⁹⁸⁴.

Carneiro Vilela transformou-se num ativo jornalista do grupo liberal, defendendo, cotidianamente, os ‘deletérios’ e atacando os ‘violões’, chamando-os de ‘pícaros’ que ‘mendigam emprego’, sempre ‘à cata de propinas⁹⁸⁵’. Entre os anos de 1890 e 1891, Vilela exerceu três papéis no periódico ‘*A Província*⁹⁸⁶’: escrita de folhetim, jornalismo ‘circunspeto e analítico’ e jornalismo ‘jocosos’ marcado por palavras ofensivas dirigidas aos adversários políticos. As suas colunas ‘*Monólogos*’ e ‘*Cartas na Mesa*’ possuem estilo mais ‘sério’ e discutem criticamente os rumos da nascente República no Brasil, abordando temas políticos, econômicos, sociais, religiosos, culturais e educacionais. Já a coluna ‘*Diálogos*’ possui tom ‘rasteiro’ que chega a macular a honra dos principais integrantes da facção política martinista, movendo contra eles “uma tremenda campanha de ridículos⁹⁸⁷”.

No início da República, Vilela se encheu de entusiasmo, tomou um ‘porre de esperança’; e, passado alguns meses da queda da monarquia, a sua pena escreveu:

“caíra, como cai uma árvore gigante, o fruto antes do tempo apodrecido e mau; (...) regenera-se tudo, os costumes, os usos; rui por

⁹⁸¹ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 13

⁹⁸² *Ibidem.* p. 26-29

⁹⁸³ *Ibidem.* p. 24

⁹⁸⁴ *Ibidem.* p. 44

⁹⁸⁵ VILELA, Carneiro. **Urtigas: compilação de versos publicados em diversas épocas e em diversos jornais – 1885-1900 (manuscrito)**. Recife. Gabinete Português de Leitura. 1901. pág. 193-194

⁹⁸⁶ Nesse período ‘*A Província*’ era de propriedade de José Maria de Albuquerque Melo e tinha como seu redator chefe José Mariano Carneiro da Cunha. Cf: NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Vol 1, *Op. Cit.* p.98

⁹⁸⁷ Diário de Pernambuco (PE), 29.12.1908

terra o colosso imoral dos abusos; (...) há de erguer-se vivaz, fulgurante, valente, edifício que abrigue em seu seio fecundo, tudo quanto de livre e de bom tem o mundo⁹⁸⁸”.

Para Vilela, o “governo fraternal” de José Semeão de Oliveira aumenta dia a dia a “nossa proverbial felicidade” e o progresso que “ainda não temos em tanta abundância como a paz” (...) há de vir mais tarde e ainda mais cedo do que se pensa e então será progresso a dar com o pau⁹⁸⁹”. Além de elogiar Semeão, que realizou “justo e honestíssimo governo⁹⁹⁰”, Vilela teceu loas aos governadores Barão de Lucena e a Correia da Silva, destacando que os seus governos propiciaram uma fase “de vida pública auspiciosa e próspera” e que todos devem “estar tranquilos e confiar cegamente no futuro” pois “daqui a tempos o nosso Estado estará num pé de prosperidade digna de inveja⁹⁹¹”.

Para Vilela, em apenas um ano, período de “risonha quadra moderna de liberdade⁹⁹²”, houve uma verdadeira “reconstrução moral, de progressos reais, de reformas radicais e completas” que “deu à pátria, em curto período, um impulso que muitas vezes precisam séculos para conseguir e realizar”. Na sua visão, a “moralidade administrativa” do tempo corrente “é a certeza de que as oligarquias morreram para sempre, e com ela toda essa cauda de torpes privilégios pessoais, de domínios ilícitos⁹⁹³”. Segurança no presente e fé no futuro, eis o resumo da sua visão sobre os primeiros momentos da República, pois para ele este regime projetaria o Brasil ao rol de países civilizados.

Diferentemente da visão de Carneiro Vilela sobre o governo de Correia da Silva, o ‘*Jornal do Recife*’, que tinha como principal redator Martins Júnior⁹⁹⁴, cotidianamente, acicatava o governador afirmando que ele era “um homem de pequenas vinganças⁹⁹⁵” e que o seu governo, desastroso⁹⁹⁶, marcado por “ilegalidades e

⁹⁸⁸ A Província (PE), 17.06.1890

⁹⁸⁹ A Província (PE), 10.01.1890

⁹⁹⁰ A Província (PE), 26.04.1890

⁹⁹¹ A Província (PE), 24.10.1890

⁹⁹² A Província (PE), 09.01.1890

⁹⁹³ A Província (PE), 15.11.1890

⁹⁹⁴ Jornal do Recife (PE), 17.07.1891

⁹⁹⁵ Jornal do Recife (PE), 11.04.1891

⁹⁹⁶ Jornal do Recife (PE), 15.04.1891

prepotências⁹⁹⁷”, deveria se cobrir de “vergonha” por conta das fraudes eleitorais ocorridas no pleito para o Congresso Pernambucano⁹⁹⁸, bem como pelas “nomeações, remoções e aposentadorias arbitrárias” de professores primários⁹⁹⁹. Na visão do referido periódico, o governo de Correia da Silva, verdadeira “comédia ou bufocracia¹⁰⁰⁰”, não era marcado pela presença de “almas retas, justiceiras e moralizadoras¹⁰⁰¹”. As críticas de Martins Júnior desfazem a visão ‘idílica’ do governo de Correia da Silva construído por Vilela, cujo partidarismo nublava o seu poder de julgamento.

Na coluna ‘*Monólogos*’, Vilela defendeu uma “reforma radical da instrução pública¹⁰⁰²” no Brasil, pois da “ignorância tem nascido todos os nossos males e todos os nossos erros”. Ele advogou que o governo deveria declarar guerra de morte à ignorância, bem como criar escolas primárias, cursos superiores e técnicos e escolas noturnas para adultos. Vilela criticou a medida do governo de Deodoro que aumentou o número de batalhões do Exército e duplicou o soldo dos soldados, pois na sua visão seria mais útil aumentar o número de escolas e elevar o salário dos professores e mestres¹⁰⁰³.

Além de advogar o ensino público e gratuito, Vilela defendeu a necessidade da obrigatoriedade do ensino e que o governo deveria fornecer aos alunos pobres os “livros necessários, o papel, a pena e a tinta para escrita¹⁰⁰⁴”. Ele também ressaltou a importância da reforma das práticas educacionais e do próprio ambiente escolar, sendo necessário substituir o “ar carrancudo” e “pesado” da escola, em que “o silêncio é a regra e a imobilidade é a ordem”, por um ambiente “mais leve, mais brando”. Vilela defendeu a adoção do *método de Froebel* para as escolas primárias, sendo estas transformadas em ‘jardins de infância’ e que oferecessem às crianças um “recreio inteligente, bem dirigido, constante de brinquedos úteis e proveitosos” e que a educação fosse realizada entre “os risos e os folgares, proporcionando um ensino prático sobre as coisas¹⁰⁰⁵”.

⁹⁹⁷ Jornal do Recife (PE), 20.03.1891

⁹⁹⁸ Jornal do Recife (PE), 08.03.1891

⁹⁹⁹ Jornal do Recife (PE), 12.04.1891

¹⁰⁰⁰ Jornal do Recife (PE), 18.03.1891

¹⁰⁰¹ Jornal do Recife (PE), 26.04.1891

¹⁰⁰² A Província (PE), 12.02.1890

¹⁰⁰³ A Província (PE), 07.02.1890

¹⁰⁰⁴ A Província (PE), 07.02.1890

¹⁰⁰⁵ A Província (PE), 08.02.1890

Na visão de Vilela, a escola primária, alicerce indispensável, deveria abrir mão dos “livros cheios de história de carocha e de (...) pseudo moral” e as crianças não deveriam exercitar a “memória com o decoramento (sic) de máximas abstratas ou trechos com pretensões a clássicos – o que de nada pode servir na vida real”, mas deveriam memorizar as “leis orgânicas e princípios do seu país”, verdadeira cartilha do “ABC moral da pátria¹⁰⁰⁶”. Ainda no campo da reforma dos conteúdos ensinados na escola, Vilela propôs a edificação de uma escola laica, livre do catecismo católico, uma vez que “será mal cabida a interferência do professor de ensino de religião”. Na sua visão, o catecismo deveria ser facultativo¹⁰⁰⁷.

Vilela sonhou com o fim do analfabetismo no Brasil. E para tanto propôs a criação de escolas noturnas para adultos analfabetos que deveriam frequentá-la de maneira obrigatória. Ele argumentou que a polícia deveria perseguir os analfabetos com o mesmo vigor com que perseguia os “vagabundos e desordeiros¹⁰⁰⁸”.

A melhoria da educação no Brasil era um tema caro a Vilela pois este entendia que quanto mais instruído, mais ilustrado, mais educado fosse o povo¹⁰⁰⁹, mais capacidade ele teria de governar por si mesmo¹⁰¹⁰ e ficar imune às mistificações¹⁰¹¹ das oligarquias que desejavam apenas encher suas algibeiras. Vilela sonhava que o povo deixasse de ser manequim, mero espectador, e que entendesse que a República era o governo do povo pelo povo¹⁰¹². Para Vilela a educação desempenharia um papel integrador, pois ajudaria a incorporar as classes populares à vida política, dando-lhe capacidade de discernimento.

Não escapou da sua pena o tema da vadiagem e das ações do governo contra o capoeira e o vagabundo. Vilela se mostrou preocupado com a prisão indiscriminada, por parte da polícia, dos chamados ‘vadios’. Para ele era necessário distinguir o ‘vadio’ do ‘desempregado’, pois alguns indivíduos não exerciam a sua profissão por circunstâncias alheias à sua vontade, uma vez que não encontravam trabalho regular. Vilela denunciou que a polícia lança uma espécie de “rede de arrasto (...) e tudo que cai é peixe, indistintamente, desde o homem feito que descansa ou que conversa acidentalmente,

¹⁰⁰⁶ A Província (PE), 13.02.1890

¹⁰⁰⁷ A Província (PE), 15.02.1890

¹⁰⁰⁸ A Província (PE), 14.02.1890

¹⁰⁰⁹ A Província (PE), 08.03.1890

¹⁰¹⁰ A Província (PE), 12.03.1890

¹⁰¹¹ A Província (PE), 26.02.1890

¹⁰¹² A Província (PE), 08.03.1890

(...) até a criança que leva o recado da pobre mãe lavadeira”. Para ele, o “pobre artista, que levou a sua meninice na aprendizagem de um ofício, embora não possa momentaneamente exercê-lo (...) não pode nem deve ser considerado vagabundo e sofrer os vexames de uma prisão¹⁰¹³”. Na sua interpretação, seria necessário prender apenas os “vagabundos legítimos, desordeiros confessos, que infestam a cidade e os subúrbios¹⁰¹⁴”.

Vilela aprofundou a discussão sobre a vadiagem afirmando que a prisão é apenas um paliativo, pois o simples envio do ‘vadio’ ao cárcere não o moralizará, nem proporcionará os meios de substituírem “a antiga e criminosa ociosidade por uma atividade voluntária, útil, regeneradora¹⁰¹⁵”. Na sua visão, o governo precisava estimular a criação de postos de trabalho capazes de abrigar os vagabundos e transformá-los em “cidadãos trabalhadores”. Ele sugeriu a criação de colônias agrícolas e colônias industriais e argumentou que é

“vergonhoso que num país onde pulula a madeira, se importe mobília, (...) numa terra onde a palha é tão abundante, se mande vir do estrangeiro vassouras e abanos, numa terra que exporta couro, se importe malas, (...) numa terra que é mãe das frutas, se importe doce e passas, (...) na terra da carnaúba, se importe velas (...) numa terra que manda para a Europa o algodão, se importe de lá a chita¹⁰¹⁶”.

Para Vilela, o Brasil perdia uma excelente oportunidade de gerar empregos quando importava excessivamente; e para evitar esse problema, o governo deveria criar uma política francamente protecionista, fundar grandes oficinas industriais¹⁰¹⁷ e usar os recursos do tesouro nacional e “distribuir às mãos cheias os capitais necessários para auxiliar e animar a indústria (...) ou compelir (...) os capitais particulares a se porem em movimento no coração dessas indústrias¹⁰¹⁸”. Procedendo desta forma, o Brasil teria o solo coberto de fábricas e a vagabundagem estaria extinta. Ao tocar no tema das fábricas, Vilela oferecia uma solução possível para a grave crise econômica e social que abatia o Estado de Pernambuco. A crise era decorrente do declínio acentuado da produção de açúcar e algodão da zona da mata pernambucana. A repercussão social da

¹⁰¹³ A Província (PE), 31.01.1890

¹⁰¹⁴ A Província (PE), 01.02.1890

¹⁰¹⁵ A Província (PE), 01.02.1890

¹⁰¹⁶ A Província (PE), 04.02.1890

¹⁰¹⁷ A Província (PE), 08.03.1890

¹⁰¹⁸ A Província (PE), 04.02.1890

crise desses produtos, que constituíam a base da economia do estado, foi arrasadora, com a expansão da miséria e o inchaço do Recife, devido às migrações da zona produtora decadente¹⁰¹⁹.

Vilela utilizou outro argumento para explicar o desemprego em Pernambuco. Ele defendeu a tese de que havia falta de capitais para investimento¹⁰²⁰, pois parte dos recursos disponíveis no mercado eram empregados em compra de apólices do governo e enquanto elas existissem o progresso seria apenas uma promessa. Para Vilela, a apólice, “esse instigador público da avareza particular”, representava “a esterilização absoluta dos dinheiros” e um “prejuízo para o progresso”. Na sua visão, o dinheiro deveria ser “produtivo e reprodutor” e a sua circulação traria lucro para todas as classes sociais e que para o bem da pátria e em favor das classes proletárias, as apólices deveriam ser extintas¹⁰²¹.

Também nos ‘*Monólogos*’, Vilela defendeu uma efetiva separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, que implicasse o fim de alguns privilégios do clero, que ficam “sentados à mesa do orçamento, roendo os ossos que roeram sempre¹⁰²²”. Ele argumentou que apesar da separação, permaneciam “as mamatas das cômguas, pensões, subsídios, prebendas” pagas aos bispos, frades, vigários e padres¹⁰²³. Também na seara religiosa, Vilela advogou o fim dos feriados nos dias santos no Brasil¹⁰²⁴, bem como a extinção de certas imunidades que gozavam os membros da Igreja, como isenção do serviço do júri, do serviço do Exército e da Guarda Nacional. Vilela desenvolveu a tese de que caso as imunidades sejam mantidas aos padres católicos, as mesmas sejam extensivas aos clérigos de todas as religiões, desde “o ministro protestante e o muezzin, o fellak turco até o bonzo chinês e o makulo africano¹⁰²⁵”.

Vilela também questionou as “enxurradas de pensões arbitrárias” concedida aos militares e “em sua maioria (...) fundadas num princípio de favoritismo odioso e injusto”. Ele criticou os altos salários da classe militar e a concessão de pensão para as viúvas dos militares, constatando que a exclusividade do referido direito, uma vez que

¹⁰¹⁹ LEVINE, ROBERT. **A velha usina Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980. p. 58-69.

¹⁰²⁰ A Província (PE), 02.02.1890

¹⁰²¹ A Província (PE), 11.01.1890

¹⁰²² A Província (PE), 22.01.1890

¹⁰²³ A Província (PE), 14.01.1890

¹⁰²⁴ A Província (PE), 21.01.1890

¹⁰²⁵ A Província (PE), 22.01.1890

os magistrados, os professores e os empregados públicos não a possuíam, feriam o princípio da igualdade e configuravam “verdadeiro excesso de recompensa e remuneração”. Na sua argumentação contra o ‘privilégio’ dos militares, ele citou dois exemplos de viúvas de verdadeiros “soldados das letras”, Franklin Távora e Tobias Barreto, que não receberam a “misericórdia de uma pensão”. Para Vilela, as famílias desses intelectuais, que ajudaram a construir o “edifício moral” da nação e a difundir as letras e as artes no país, mereciam o mesmo direito dos militares. Num tom de protesto, Vilela conclama o magistrado a despir a toga; o literato a quebrar a pena; o filósofo a apagar a luz da inteligência e o artista a despedaçar o cinzel e quebrar a palheta¹⁰²⁶.

Vilela bateu-se contra a criação de uma escultura do senador e ministro da Marinha de Deodoro, o almirante Wandenkolk. Ele argumentou que o almirante não possuía uma folha de serviços relevantes à causa republicana para ganhar tamanha homenagem, uma vez que, ironiza Vilela, o senador apenas “aumentou o soldo dos oficiais e praças da Marinha e publicou a reforma compulsória da Marinha, que só interessa a uma classe do país” e que, durante a proclamação da República, “estava muito sossegado em seu navio ou em sua casa à espera que o chamasse para ocupar a pasta que hoje ocupa”. Para Vilela, a construção de estátuas deveria concorrer “razões de ordem superior, razões que, sobretudo, caem no ânimo do povo, se não tivessem antes partido do seu coração justiceiro e sempre grato¹⁰²⁷”. Vilela alertou que a vulgarização das estátuas da República “teria o mesmo valor das comendas do Império¹⁰²⁸”.

Além de desaprovar o ‘falso’ herói almirante Wandenkolk, Vilela criticou a escolha de Tiradentes como herói nacional. Para o nosso biografado, Tiradentes não passava de uma “lenda sulista” e “pseudo autor de uma pseudo revolução republicana¹⁰²⁹”. Vilela defendeu que Joaquim José da Silva Xavier foi apenas um “bode expiatório¹⁰³⁰” e que entrou para a história pois esta é, às vezes, “a mais mentirosa das messalinas”. Para Vilela, os verdadeiros heróis republicanos do período colonial foram Bernardo Vieira de Melo, Domingos Teotônio, Frei Caneca, Padre Roma, Leão Coroado; e a Inconfidência Mineira quis “transformar uma simples questão

¹⁰²⁶ A Província (PE), 18.02.1890

¹⁰²⁷ A Província (PE), 03.03.1890

¹⁰²⁸ A Província (PE), 05.03.1890

¹⁰²⁹ A Província (PE), 27.04.1890

¹⁰³⁰ A Província (PE), 01.02.1891

de lucro numa fermentação de ideias, e elevar o egoísmo da ganância à altura da aspiração da liberdade, a prosa de uns maus pagadores ao nível de um sonho de heróis”; enquanto que os revolucionários pernambucanos “foram impulsionados pura e simplesmente pela aspiração de liberdade, pelo sonho da República¹⁰³¹”.

Vilela desprezou a ‘Revolução de Minas’ e teceu elogios à guerra contra os holandeses, à guerra dos Mascates e às Revoluções de 1817 e 1824, lamentando que “nada valem André Vidal de Negreiros e os seus companheiros; Bernardo Vieira de Melo e os nobres de Olinda; Domingos José Martins, Miguelinho e outros”, pois as

“glórias de Pernambuco são nossas, não são nem nunca foram brasileiras, nunca o serão, que assim tem decretado, decreta e continuará a decretar o sul, Império ou República, é preciso que nos convençamos que o Brasil continua a ser o Rio de Janeiro”.

Vilela lamentou que os ‘heróis’ do Brasil não são aqueles que derramaram o “sangue em prol da liberdade”, mas “aqueles que tenham sabido vender o peixe caro¹⁰³²”.

Nos seus ‘*Monólogos*’, Vilela criticou com veemência a proposta da Intendência Municipal de vender a Praça da Independência ou da Polé para a construção de dez armazéns no bairro de Santo Antônio. Vilela argumentou que ao invés de vendê-la ela deveria ser arborizada e ajardinada, reforma que melhoraria a salubridade da cidade e a embelezaria¹⁰³³.

Vilela alinhavou, também nos ‘*Monólogos*’, a sua visão sobre o jornalismo: poderosa arma capaz de dirigir “a corrente de opinião”, pois “os escritos dos jornais influem nos ânimos dos governos e muitas vezes até determinam as suas decisões¹⁰³⁴”. Para ele, o jornalista seria uma espécie de Diógenes que com a sua lanterna iluminaria o espírito crítico do povo e seria a “exata síntese da opinião pública¹⁰³⁵”.

Ainda nos ‘*Monólogos*’, Vilela criticou o costume carnavalesco do entrudo, “saturnal medonha e vergonhosa”, ápice da “falta de pudor” e da “falta de educação do

¹⁰³¹ A Província (PE), 27.04.1890

¹⁰³² A Província (PE), 18.05.1890

¹⁰³³ A Província (PE), 29.04.1890

¹⁰³⁴ A Província (PE), 10.04.1890

¹⁰³⁵ A Província (PE), 23.02.1890

povo¹⁰³⁶”, costume ‘selvagem’ e ‘grosseiro’¹⁰³⁷. Ele achou acertada a decisão da Intendência Municipal de proibir a “bacanal desenfreada de água e pó¹⁰³⁸” na festa de Momo de 1890. Vilela suspirava pelo carnaval de máscaras de Veneza e desejava uma festa ‘civilizada’, como por exemplo, um baile de máscaras realizado no Teatro de Santa Isabel¹⁰³⁹. Vilela sonhava com um carnaval que passasse em “revista as coisas de nossa terra, revista de todos os fatos que merecem a crítica, a censura e o ridículo”, sendo a festa de Momo um “índice sensato, razoável, justo e completo, de tudo quanto o senso público houvesse condenado aberta ou ocultamente, de tudo enfim quanto houvesse merecido ser açoitado publicamente, com o látigo do ridículo, exposto ao pelourinho sem piedade¹⁰⁴⁰”.

Fica claro que o Vilela dos ‘*Monólogos*’ não estava acomodado. Ele sabia que a mera proclamação da República não resolvia os problemas do Brasil, sendo necessária a luta cotidiana para viabilizar reformas profundas no país. Vilela, um verdadeiro ‘soldado das letras’, que há décadas escrevia com a intenção de sensibilizar a opinião pública e os governos para a necessidade de reformas modernizadoras e moralizadoras, continuou a sua cruzada em defesa de uma reforma educacional, da efetiva separação entre Igreja e Estado, do fim dos privilégios do clero e da implantação de fábricas no Brasil. Vilela estava otimista e acreditava que seria possível implementar parte da longa pauta reformista da geração de 1870.

Os artigos ‘*Monólogos*’ e ‘*Cartas na Mesa*’, publicados ao longo do ano de 1890, foram compilados e publicados com o título de ‘*Monólogos*’, em novembro de 1891, pela tipografia da ‘*A Província*’. Ele dedicou o livro ‘ao povo’ e na página da dedicatória acrescentou a epígrafe ‘quem se ilude é porque quer’. O ‘*Diário de Pernambuco*’ não poupou elogios ao se referir a Vilela: “literato e jornalista vantajosamente conhecido em todo o país, artista que na tela sabe reproduzir a natureza, dramaturgo notável”, embora tenha alertado a necessidade de descontar “o exagero partidário que domina o seu espírito e que o faz, algumas vezes, ser injusto”. Apesar da ressalva, o jornal destacou que o texto de Vilela possuía “profundos estudos teóricos e

¹⁰³⁶ A Província (PE), 16.12.1890

¹⁰³⁷ A Província (PE), 31.01.1891

¹⁰³⁸ A Província (PE), 20.02.1890

¹⁰³⁹ A Província (PE), 31.01.1891

¹⁰⁴⁰ A Província (PE), 12.02.1891

práticos da política¹⁰⁴¹”. O periódico ‘*A Província*’ destacou a “grandeza do seu talento, a vastidão de sua erudição e a multiplicidade de suas aptidões verdadeiramente geniais”, sendo Vilela portador de uma “mentalidade criadora e fecunda¹⁰⁴²”. Os jornais ‘*O Paiz*’ e a ‘*Gazeta de Notícia*’, ambos do Rio de Janeiro, acusaram o recebimento dos ‘*Monólogos*’ e elogiaram a publicação¹⁰⁴³.

Diferente dos ‘*Monólogos*’, a coluna ‘*Diálogos*’ denegriu os ‘violões’ com uma força avassaladora, argumentando que essa “grey ridícula” representava a negação de todas as “promessas de liberdade, igualdade e fraternidade¹⁰⁴⁴”. Para Vilela, os martinistas se interessavam pelo poder para “mergulhar as mãos ávidas no tesouro, aquinhoar os amigos e empregar os parentes¹⁰⁴⁵”. Os epítetos utilizados por Vilela para atacá-los não eram nada elogiosos: Tartufos, Messalinas, Catilinas, hienas, grey nefasta, imorais, capadócijs, rafameia, harpias ou aves de rapina etc.

Vilela acicatou as principais lideranças do grupo martinista, afirmando que Martins Junior, “não é homem nem tem caráter bom” além de ser “mentiroso, intrigante, pequenino e vingativo¹⁰⁴⁶”, e que durante o tempo em que Albino Gonçalves Meira esteve à frente do governo de Pernambuco, Martins nomeou um irmão promotor, outro juiz, depois arrumou para si uma vaga de lente da Faculdade de Direito do Recife e fiscal de um banco. Além disso, demitiu “empregados zelosos e honestos, porque eram amigos de José Mariano, (...) fez do habeas corpus um papel sujo”, bem como “nomeou falidos e estelionatários para lugares do Tesouro e fez o acordo das oligarquias¹⁰⁴⁷”. Vilela chamava Martins Júnior de “ridículo de carne e osso, ridículo moral e físico¹⁰⁴⁸”.

Vilela criticava o nepotismo e acumulação de empregos públicos por Martins Júnior, mas esquecia-se que o governador José Antônio Correia da Silva, apoiado pelo seu grupo político, também acumulava cargos de desembargador¹⁰⁴⁹ e governador e havia nomeado familiares: o filho para juiz¹⁰⁵⁰, o irmão e o sobrinho para a seção de

¹⁰⁴¹ Diário de Pernambuco (PE), 15.11.1891

¹⁰⁴² A Província (PE), 11.11.1891

¹⁰⁴³ O Paiz (RJ), 30.11.1891 e Gazeta de Notícias (RJ), 20.11.1891

¹⁰⁴⁴ A Província (PE), 15.11.1890

¹⁰⁴⁵ A Província (PE), 02.04.1890

¹⁰⁴⁶ A Província (PE), 10.09.1890

¹⁰⁴⁷ A Província (PE), 30.07.1890

¹⁰⁴⁸ A Província (PE), 04.06.1890

¹⁰⁴⁹ José Antônio Correia da Silva foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação do Recife e tomou posse em 01.08.1890. Jornal do Recife (PE), 22.07.1890 e 02.08.1890.

¹⁰⁵⁰ O filho Eduardo Correia da Silva foi nomeado juiz de direito. Jornal do Recife (PE), 10.06.1890

estatística do governo e o genro para três cargos diferentes - chefe de gabinete do governador, lente no Ginásio Pernambucano e no Colégio das Artes. Outros integrantes do governo de Correia da Silva acumulavam cargos, como o dr. José Soriano de Souza e o Dr. José Diniz Barreto, que ocupavam, respectivamente, quatro e dois cargos públicos. O *‘Jornal do Recife’*, ao ironizar esse estado de coisas, afirmou que Pernambuco era um território ‘conquistado’, e que depois da guerra, triunfa o ‘saque’¹⁰⁵¹.

A retórica de Vilela contra os ‘martinistas’ era tão exacerbada que em artigo escrito num sábado de aleluia, ele diz que encontrou, espalhados pela cidade, Judas em todos os lugares, na igreja, na escola, na família, na política, nos negócios, na indústria, na lavoura, e incapaz de ‘enforcar’ todos eles, deveria procurar quem “fosse em si todas as espécies de Judas, Judas para a igreja, Judas para a política, Judas para a pátria”. Vilela descobriu que o ‘Judas dos Judas’ era o Martins Júnior e prontamente pegou o seu ‘Martins’ de palha, agarrou pela perna, correu pela rua e o enforcou de cabeça para baixo¹⁰⁵², na sacada de um prédio.

Outros importantes martinistas foram atacados por Vilela: Ambrósio Machado da Cunha¹⁰⁵³, “não possui qualidades morais e intelectuais¹⁰⁵⁴”; Albino Gonçalves Meira, “sedutor de mulheres casadas¹⁰⁵⁵”, “títere de papelão, movido a barbante¹⁰⁵⁶” e “o maior salteador público deste estado, bandido político, idiota, torpe, vingativo,

¹⁰⁵¹ *Jornal do Recife* (PE), 03.04.1891

¹⁰⁵² *A Província* (PE), 29.03.1891

¹⁰⁵³ **Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti**: nasceu em Alagoas em 1830 e faleceu em Pernambuco em 1897. Estudou na Faculdade de Direito do Recife (1848-52). Iniciou a carreira como promotor em Maceió. Politicamente cumpriu mandato de deputado provincial e mais tarde deputado geral (1864-70) pela província de Alagoas. Transferiu-se posteriormente para Pernambuco e militou ao lado do cunhado Belmiro da Silveira Lins, o barão de Escada, que foi assassinado na cidade de Vitória de Santo Antão em virtude de conflitos armados envolvendo a campanha eleitoral para o Senado (1880). Na década de 1880, Ambrósio Machado foi um dos antigos líderes do Clube da Lavoura que pretendiam retardar o fim da escravidão no Brasil. Segundo Fernando da Cruz Gouvea, ele era arqui-inimigo de José Mariano. Depois da proclamação da República, ele integrou a junta governativa de Pernambuco (1891-92) ao lado de José Vicente Meira de Vasconcelos e Joaquim Mendes Ouriques Jaques e em 1892 foi eleito vice-governador de Pernambuco. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAVALCANTI,%20Ambr%C3%B3sio%20Machado%20da%20Cunha.pdf> Acesso em: 13.04.2016. GOUVEA, Fernando da Cruz. **Uma conjuração fracassada e outros ensaios**. Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1982. p. 19

¹⁰⁵⁴ *A Província* (PE), 10.09.1890

¹⁰⁵⁵ *A Província* (PE), 25.10.1890. O *Jornal do Recife* (PE) dos três dias seguintes não respondeu aos ataques sofridos por Ambrósio Machado da Cunha.

¹⁰⁵⁶ *A Província* (PE), 10.09.1890. O *Jornal do Recife* (PE) dos três dias seguintes não respondeu aos ataques sofridos por Albino Gonçalves Meira.

inepto, inútil, covarde¹⁰⁵⁷”; Ulisses Viana, um dos proprietários e diretor do ‘*Jornal do Recife*’¹⁰⁵⁸, “percevejo de colarinho branco¹⁰⁵⁹” e “Iscariotes da pátria¹⁰⁶⁰”.

Vilela também denegriu o periódico do grupo dos ‘violões’, acusando o ‘*Jornal do Recife*’ de propagar mentiras, falsidades, calúnias e publicar “coisas indecentes e imorais, desrespeitosas ao pudor público e familiar, grosseiramente torpes¹⁰⁶¹”. O Ulisses Viana¹⁰⁶², segundo Vilela, “tem vivido sempre de falsidades e falsificações, de princípios, de moralidade” e que fez descer a invenção de Gutenberg ao nível da “má educação, pondo-a a serviço das ideias mais torpes, obrigando-a a servir de veículo das mais sórdidas aspirações¹⁰⁶³”. Para Vilela, o proprietário do ‘*Jornal do Recife*’, cego de um olho, enxerga “todas as coisas pela metade¹⁰⁶⁴” e seu jornal está se tornando “uma nódoa na nossa imprensa”, que amesquinha e envergonha Pernambuco¹⁰⁶⁵.

Grande parte do jornalismo de Vilela praticado em ‘*A Província*’ foi marcado por extrema parcialidade, discurso regido sob a batuta da paixão, do *phatos*, pura perturbação do ânimo, distante da moderação, que é o “contrário do excesso e do abuso¹⁰⁶⁶”. Na sua retórica, o seu grupo político era tratado com muita simpatia, enquanto o grupo rival era atacado com uma virulência avassaladora. Na ótica vileliana, os grandes ideais da República, “a grandeza, a justiça, o direito, a lei, a verdade, o progresso”, estavam associados exclusivamente ao grupo marianista, sendo os

¹⁰⁵⁷ A Província (PE), 08.10.1890

¹⁰⁵⁸ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op cit.* vol 2. p. 115 e 119.

¹⁰⁵⁹ A Província (PE), 17.12.1890

¹⁰⁶⁰ A Província (PE), 19.02.1891

¹⁰⁶¹ A Província (PE), 21.04.1891

¹⁰⁶² **Ulisses Mascarenhas Pereira Viana (1848-1911)**: foi jornalista e político. Em 1887, adquiriu, junto com Sigismundo Gonçalves, o ‘*Jornal do Recife*’. Durante a República este jornal foi a voz do grupo político martinista e atacou sistematicamente os marianistas e os conservadores. Oliveira Lima considerava Ulisses Viana uma das “inteligências mais lúcidas e mais ilustradas” do seu tempo, possuidor de um “espírito sagaz e formoso”. Segundo Lima, Ulisses Viana possuía preocupações “mais altas do que as rasteiramente políticas”, e que os seus artigos jornalísticos possuíam um cunho “indelével de elevação e de primor” incomuns, pois a sua pena reunia além da erudição a competência jurídica para expor, de maneira irônica, questões relacionadas sobretudo à política e à administração. Depois de deixar Pernambuco, Ulisses Viana foi morar no Rio de Janeiro e passou a se dedicar exclusivamente à advocacia civil e comercial. Cf: GOUVEA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima: uma biografia**. Recife. Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco. 1976. p. 179 e LIMA, Oliveira. Seleta. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro. 1971. Pág. 246-47

¹⁰⁶³ A Província (PE), 28.02.1891

¹⁰⁶⁴ A Província (PE), 21.11.1890

¹⁰⁶⁵ A Província (PE), 22.10.1890

¹⁰⁶⁶ SPONVILLE, André Comte. **Dicionário Filosófico**. São Paulo. Martins Fontes. 2003. p. 394

martinistas vis e preocupados apenas, em espalhar armadilhas para capturar os “cobres alheios”¹⁰⁶⁷.

O ‘*Jornal do Recife*’ protestou contra o jornalismo agressivo, ‘torpe’, ‘infame’, ‘miserável’, ‘covarde’ e ‘mesquinho’ que ‘*A Província*’ praticava¹⁰⁶⁸, afirmando que estava disposto a discutir propostas para Pernambuco, entretanto apenas com periódicos que empregassem uma ‘linguagem séria’, ‘decente’ e em ‘português correto’. Na visão do ‘*Jornal do Recife*’, os ‘turiferários’ da administração de Correia da Silva, realizam na ‘*A Província*’ um jornalismo ‘indecente e desacreditado’¹⁰⁶⁹, marcado por extrema agressividade verbal.

Os destemperos verbais de Vilela não eram uma exceção no jornalismo praticado nos primórdios da República. A linguagem grosseira, os insultos e os ataques pessoais eram comuns nos jornais da época que se digladiavam cotidianamente. Grandes próceres da política pernambucana subscreviam artigos marcados por destemperos e xingamentos¹⁰⁷⁰.

Em maio de 1891, a coluna ‘*Diálogos*’ foi extinta e Vilela pôde se dedicar com mais afinco à escrita do folhetim ‘*Os Mistérios da Rua da Aurora*’, publicado a partir do mês de abril e o maior de sua lavra com 339 inserções¹⁰⁷¹. Como já havia feito em outros dos seus folhetins, Vilela escreveu páginas e mais páginas sobre a vida urbana recifense, descrevendo, com muita argúcia, os seus mais diversos bairros. Infelizmente só tivemos acesso a aproximadamente um terço do citado folhetim, pois os exemplares da ‘*A Província*’ dos anos de 1892 a 1899 estão indisponíveis à pesquisa.

Como já havia feito em outros folhetins, Vilela diluiu na trama romanesca algumas pinceladas sobre a sociedade brasileira do século XIX, abordando temas como a festa de Momo e o tráfico negreiro. A trama é ambientada no Recife da década de 1870, fato que não impedia o narrador de recuar ou avançar na cronologia, muitas vezes fazendo observações sobre o tempo presente.

¹⁰⁶⁷ *A Província* (PE), 11.11.1890

¹⁰⁶⁸ *Jornal do Recife* (PE), 30.03.1892 e 01.05.1892

¹⁰⁶⁹ *Jornal do Recife* (PE), 02.04.1891

¹⁰⁷⁰ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p.56-57

¹⁰⁷¹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 11

No tocante ao tema do carnaval, Vilela repetiu o argumento, que já havia apresentado na ‘*A Província*¹⁰⁷²’, de que o carnaval do passado, com o “arremesso de limas de cheiro e banhos d’água perfumada”, era mais ‘civilizado’, uma vez que estava livre do “entrudo prejudicial”. Outro ponto que ele destacou foi a realização de festas de máscaras realizadas no interior do Teatro de Santa Isabel, fato que não ocorria no tempo presente pois o teatro ainda é “monopólio legal de um indivíduo” e havia se tornado um “casarão solitário, sombrio e hermeticamente fechado¹⁰⁷³”.

Vilela inseriu na sua ficção um pouco da história do tráfico de escravos em Pernambuco. Ele afirmou que algumas famílias abastadas do Estado enriqueceram com o “tráfico de carne humana¹⁰⁷⁴”, “negócio vergonhoso e torpemente lucrativo”. Vilela argumentou que após a proibição do tráfico pela lei de 1831, compradores e vendedores de escravos “se harmonizavam perfeitamente para iludir a lei, para envergonhar a humanidade e para zombar dos ingleses”. Ele mostrou na sua trama ficcional que o contrabando continuou intenso, sendo o personagem Cavalcanti, rico senhor de engenho, o principal comprador do produto¹⁰⁷⁵.

Um dos personagens da trama, o empregado público da Alfândega, Antônio Trindade, descobriu que o brigue Soares iria desembarcar um carregamento de negros numa praia do Recife, e, de posse dessa informação, resolveu mobilizar os recursos repressivos disponíveis na Alfândega para apreender a referida carga¹⁰⁷⁶. Após dias de espera, a operação foi realizada com sucesso e 24 escravos ilegais foram apreendidos.

Pouco tempo depois, o traficante de escravos, ‘o velho Soares’, mobilizou as suas influências políticas junto à Alfândega e em pouco tempo os escravos apreendidos foram libertados e o “contrabando não foi considerado contrabando¹⁰⁷⁷”. O funcionário da Alfândega, Antônio Trindade, ao invés de ser recompensado pelos seus bons serviços prestados à repressão ao tráfico negreiro, foi demitido sumariamente, depois de mais de 30 anos de serviço público, sendo a sua demissão “bárbara e acintosa, produto

¹⁰⁷² A Província (PE), 16.12.1890; 31.01.1891; 20.02.1890

¹⁰⁷³ A Província (PE), 07.04.1891

¹⁰⁷⁴ A Província (PE), 04.09.1891

¹⁰⁷⁵ A Província (PE), 18.09.1890

¹⁰⁷⁶ A Província (PE), 26.09.1890

¹⁰⁷⁷ A Província (PE), 07.10.1890

dos ódios coligados do rico negociante Soares e do fidalgo senhor de engenho Cavalcanti¹⁰⁷⁸».

Vilela concluiu ‘*Os Mistérios da Rua da Aurora*’ em 1893, e nesse mesmo ano, lançou mais dois folhetins na folha marianista: ‘*A Menina de Luto*¹⁰⁷⁹’ e ‘*Noivados Originais*¹⁰⁸⁰’, ambos posteriormente enfeixados em livro pela tipografia de ‘*A Província*’. Em 1894, foram publicadas as obras ‘*O Esqueleto*¹⁰⁸¹’, ‘*Inah*¹⁰⁸²’, ‘*Laurinha: crônicas de Olinda*’, ‘*A Yara*’ e ‘*O Amor*’, sendo os últimos três títulos reunidos no livro ‘*Três Crônicas*¹⁰⁸³’. Entre os anos de 1895 a 1896, saiu o folhetim ‘*Noêmia*¹⁰⁸⁴’, posteriormente também publicado em livro¹⁰⁸⁵. Muitos desses folhetins não eram inéditos, uma vez que eles haviam sido publicados na ‘*América Ilustrada*’, no ‘*Diário do Gram-Pará*’ ou em livros. ‘*Noêmia*’ é a única obra inédita publicada no órgão marianista.

‘*Noêmia*’ é um romance rural, ambientado, na segunda metade do século XIX, no “maior engenho da Província” de Pernambuco¹⁰⁸⁶. O engenho de açúcar do coronel Eça de Mello passou, depois da chegada de Felix Modesto, por um processo de modernização, com a duplicação de sua produção de cana, com a introdução de máquina a vapor e arado, bem como com a diversificação da cultura agrícola, com a plantação de arroz, cacau, café e mamona¹⁰⁸⁷. Escondem-se nas quase 300 páginas do folhetim a questão do amor e do casamento. Como já vimos, esses temas ajudavam a alavancar a venda de jornais. Noêmia e Eugênia sonham em encontrar os seus pares amorosos. Isso só se concretiza na última página do romance, quando a primeira se casa com Daniel e a segunda com Feliz Modesto.

Além de ‘militar’ na redação da ‘*A Província*’ em favor do seu grupo político e escrever folhetins, Vilela foi responsável pela elaboração da *mise-en-scène* da comemoração do aniversário de Deodoro da Fonseca e da Proclamação da República.

¹⁰⁷⁸ A Província (PE), 08.10.1891

¹⁰⁷⁹ Diário de Pernambuco (PE), 05.09.1893. Anúncio de venda da terceira edição do livro ‘*A Menina de Luto*’, título já publicado no periódico ‘*América Ilustrada*’ em 1874.

¹⁰⁸⁰ Jornal do Recife (PE), 26.06.1894. Anúncio de venda do romance ‘*Noivados Originais*’.

¹⁰⁸¹ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Vol 2, *Op. Cit.* p.203

¹⁰⁸² Jornal do Recife (PE), 12.05.1895. Anúncio de venda da quarta edição do livro ‘*Inah*’.

¹⁰⁸³ Diário de Pernambuco (PE), 10.11.1894. Anúncio de venda do livro ‘*Três Crônicas*’.

¹⁰⁸⁴ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Recife. Imprensa Universitária/UFPE. 1967. vol 2, p. 203

¹⁰⁸⁵ Jornal do Recife (PE), 04.03.1896. Anúncio de venda do livro ‘*Noêmia*’.

¹⁰⁸⁶ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Noêmia**. Recife. Empreza da Província. 1894. p. 19

¹⁰⁸⁷ *Ibidem.* p. 21-22

Ele, experiente cenógrafo, ficou encarregado de ‘fabricar’ imagens favoráveis ao reforço do poder simbólico de Deodoro, ‘fiador’, em última instância, do grupo marianista. ‘Cultuar’ Deodoro ajudava os marianistas a permanecer no poder.

Para comemorar o natalício de Deodoro no Teatro de Santa Isabel, em agosto de 1890, Vilela ficou encarregado da criação do monumento comemorativo, um grande obelisco, ostentando o retrato do ‘generalíssimo’¹⁰⁸⁸.

Alguns meses depois, na festa do primeiro aniversário da República, em novembro 1890, Vilela apresentou para a solenidade um quadro retratando o primeiro grito de ‘Viva a República!’, uma “esplêndida perspectiva” do Campo da Aclamação e Quartel General, tendo o general Deodoro, em frente ao Exército, ladeado por Benjamim Constant. Nessa solenidade também foi recitado um extenso poema da lavra vileliana, ‘*Quinze de Novembro*’, sobre a proclamação da República¹⁰⁸⁹.

Para comemorar o aniversário de Deodoro em 1891 foi encenada, no Teatro de Santa Isabel, uma peça traduzida por Vilela, ‘*O Colar de Ouro*’, do dramaturgo Luiz Zapata¹⁰⁹⁰. Também nessa festa foi novamente apresentado o quadro retratando o primeiro grito de ‘Viva a República!’, bem como foi recitado o poema ‘*Quinze de Novembro*’¹⁰⁹¹.

Vilela não criticou os gastos financeiros com as homenagens a Deodoro da Fonseca; diferentemente do que fez em 1887 quando todas as fortalezas do Império deram salvas de tiros em homenagem a D. Pedro II, que na ocasião completava aniversário. Vilela argumentou que o dinheiro despendido com as salvas de tiros poderia ser empregado para ajudar viúvas e órfãos dos soldados da Guerra do Paraguai que, segundo as suas palavras, ‘morriam de fome e pediam esmolas’¹⁰⁹². Vilela, talvez por interesses pessoais e/ou partidários, não defendeu o emprego dos recursos financeiros destinados à comemoração do aniversário de Deodoro em ‘política social’.

Vilela procurou na aurora da República iniciar uma carreira política e para tanto se candidatou, em setembro de 1890, a deputado ‘federal’¹⁰⁹³. Posteriormente, ele se

¹⁰⁸⁸ Jornal do Recife (PE), 05.08.1890 e A Província (PE), 09.08.1890

¹⁰⁸⁹ A Província (PE), 14.11.1890

¹⁰⁹⁰ Jornal do Recife (PE), 03.05.1889

¹⁰⁹¹ A Província (PE), 07.08.1891

¹⁰⁹² Cf. página 209

¹⁰⁹³ Jornal do Recife (PE), 11.09.1890

candidatou a senador estadual no pleito de 1895, obtendo 5030 votos¹⁰⁹⁴. O ‘*Diário de Pernambuco*’, comentando a chapa marianista para as eleições de 1895, assim se referiu a Vilela: “conhecem o pândego?...Veio do Pará, mas não trouxe borrachas. Talento tem; mas os companheiros de redação contam tanta molecagem do rapaz¹⁰⁹⁵”. Nas duas eleições ele não obteve êxito.

Talvez a proximidade com o poder tenha aberto portas para Vilela no campo da cultura. Em 1891, ele integrou uma comissão, nomeada pelo governador do Estado, responsável pela avaliação material do Teatro Santa Isabel, que foi cedido à Sociedade Orion por um prazo de dez anos¹⁰⁹⁶. Algum tempo depois, ele também integrou uma comissão que organizou uma exposição de arte ornamental e decorativa na cidade do Recife¹⁰⁹⁷.

Aproveitando-se da sua conexão política com o governo de José Antônio Correia da Silva, Vilela foi nomeado para o cargo de bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife em fevereiro de 1891, tomando posse no mês seguinte¹⁰⁹⁸. Ele passou apenas alguns meses nesse cargo, pois, com a queda do governador, em novembro de 1891, as coisas se complicaram para os marianistas.

O governador José Antônio Correia da Silva renunciou ao cargo, em novembro de 1891, logo após a crise política iniciada pelo fechamento do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca. O vice-governador, Barão de Contendas, dr. Antônio Epaminondas de Barros Correia, pôs-se à frente da administração depois da saída de Correia da Silva e se conservou no cargo até o golpe de 18 de dezembro de 1891, quando os republicanos históricos o depuseram do poder. Contendas perdeu o poder no contexto da reconfiguração política decorrente da chegada de Floriano Peixoto à presidência da República em 23 de novembro de 1891. Uma Junta Governativa, composta pelo general Jacques Ourique, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e

¹⁰⁹⁴ Jornal do Recife (PE), 24.02.1895

¹⁰⁹⁵ Diário de Pernambuco (PE), 30.12.1894

¹⁰⁹⁶ A Província (PE), 22.08.1891 e Diário de Pernambuco (PE), 02.10.1891

¹⁰⁹⁷ Jornal do Recife (PE), 15.10.1891

¹⁰⁹⁸ Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Universidade Federal do Recife (UFPE). ‘Termos de posse dos diretores, professores e funcionários (1828-1930)’, Livro 964, p. 113-115 e Diário de Pernambuco (PE), 27.02.1890

José Vicente Meira de Vasconcelos, assumiu o poder no lugar do Barão de Contendas que foi derrubado pela força das armas¹⁰⁹⁹.

A Junta Governativa significou um retorno ao poder dos martinistas; e uma de suas primeiras medidas foi promover uma demissão em massa, o que terminou atingindo Carneiro Vilela, que perdeu o seu cargo de bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife em janeiro de 1892¹¹⁰⁰. Vilela foi demitido durante a gestão de Martins Junior como diretor da Faculdade de Direito¹¹⁰¹. Outra medida da Junta que prejudicou o grupo político de Carneiro Vilela foi a anulação da eleição de José Mariano para Prefeito do Recife. A posse que estava marcada para janeiro de 1892 não ocorreu¹¹⁰². Além disso, a Junta de Governo utilizou a estrutura policial do Estado para ‘varejar’ à ‘baioneta calada’ a redação da ‘*A Província*’, bem como passou a perseguir jornalistas do referido periódico. O seu proprietário, José Maria de Albuquerque Melo, teve a cabeça posta a prêmio e fugiu da cidade do Recife para não ser preso. O clima de violência, entre os meses de dezembro de 1891 a janeiro de 1892 cresceu a tal ponto que ‘*A Província*’ fechou as suas portas por alguns dias, pois temia pela integridade física dos seus colaboradores, uma vez que alguns redatores foram “perseguidos e ameaçados por capangas e policiais”. Apenas em abril de 1892, José Maria saiu do seu esconderijo e assumiu as suas funções na direção do jornal¹¹⁰³.

No mês de abril de 1892, o capitão Alexandre José Barbosa Lima¹¹⁰⁴ foi eleito pelo Congresso Estadual governador de Pernambuco, permanecendo no cargo até

¹⁰⁹⁹ CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é dono da República em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)**. *Op. cit.*, p. 96

¹¹⁰⁰ Diário de Notícias (RJ), 06.01.1892

¹¹⁰¹ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o grau na Faculdade de Direito do Recife**. Recife. Tipografia Diário da Manhã. 1931.p 206

¹¹⁰² SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e o seu tempo (1850-1921): o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife. Cepe. 2013. p. 216-217

¹¹⁰³ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.* vol 2, p. 196-197

¹¹⁰⁴ **Alexandre Barbosa Lima**: nasceu em Pernambuco em 1862 e faleceu no Rio de Janeiro em 1931. Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1879-82) e na Escola Militar da Praia Vermelha (1882-84). Em 1889, tornou-se catedrático de geometria analítica na Escola Militar do Ceará. No ano seguinte foi eleito deputado constituinte pelo Ceará (1890-91). Barbosa Lima foi nomeado por Floriano Peixoto governador de Pernambuco (1892-96). Segundo Robert Levine, Barbosa Lima era um “homem impetuoso e administrador autoritário”. Barbosa Lima adiou as eleições locais, suspendeu o orçamento da capital e reformulou as divisões orçamentárias de alguns municípios para diminuir o poder de algumas lideranças políticas estaduais. José Isidoro Martins Júnior, republicano histórico de Pernambuco, fez forte oposição a seu governo, atuando no Rio de Janeiro em favor de sua deposição e estimulando movimentos armados no sertão pernambucano. Barbosa Lima, em represália, empastelou jornais de oposição, perseguiu o Partido Republicano de Pernambuco e demitiu Martins Júnior de seu cargo de professor da Faculdade de Direito do Recife. Depois de deixar o governo de Pernambuco, Barbosa Lima diversos cargos políticos:

1896¹¹⁰⁵. Barbosa Lima foi imposto por Floriano, tendo o Congresso Estadual apenas ratificado a vontade do Marechal de Ferro¹¹⁰⁶. Inicialmente, o grupo marianista apoiou o governo de Barbosa Lima, “movido não apenas por intuitos nobres, mas pela ânsia de esmagar Martins Júnior, o inimigo por excelência¹¹⁰⁷”. Entretanto, em novembro 1893, durante a tentativa de deposição do Presidente da República Floriano Peixoto, liderada pelo Almirante Custódio José de Melo, Barbosa Lima e José Mariano tomaram rumos diferentes, tendo o primeiro mantido a fidelidade ao marechal de ferro e o segundo tramado a sua deposição, aliando-se aos sediciosos da Revolta da Armada. O fracasso desta revolta levou José Mariano ao cárcere e findou na decretação da prisão de vários líderes marianistas: Gaspar Drummond, Faelante da Câmara, Artur Orlando, Manuel Caitano, Carneiro Vilela¹¹⁰⁸, Gonçalves Maia e José Maria de Albuquerque e Melo, diretor do periódico ‘*A Província*’, órgão que foi fechado pelo governo, por ter publicado manifesto de adesão à revolta¹¹⁰⁹. Com exceção de José Mariano e Gonçalves Maia, os outros jornalistas da ‘*A Província*’ conseguiram se esconder da polícia.

Depois da prisão do seu líder, os anos seguintes foram difíceis para os marianistas. Em 1894, José Mariano permaneceu quase todo o período no cárcere e o jornal ‘*A Província*’ passou mais de oito meses empastelado, voltando a circular apenas em agosto de 1894¹¹¹⁰, quando passou a fazer dura oposição ao governo de Barbosa Lima¹¹¹¹. Curiosamente, a luta contra o ‘barbosismo’ uniu antigos desafetos, uma vez que os martinistas e os marianistas formaram uma frente única na luta contra Barbosa Lima¹¹¹².

No ano seguinte, em 1895, durante as eleições para Prefeito do Recife¹¹¹³, José Maria de Albuquerque e Melo, alter ego de José Mariano e uma das figuras

deputado federal por Pernambuco (1897-99), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1900-05), deputado federal pelo Distrito Federal (1906-11 e 1915-1917) e senador pelo Amazonas (1924-30). A Revolução de 1930 extinguiu o seu mandato de senador da república. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIMA,%20Alexandre%20Barbosa.pdf>
Acesso em: 13.04.2016

¹¹⁰⁵ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 52

¹¹⁰⁶ *Ibidem.* p. 48

¹¹⁰⁷ *Ibidem.* p. 64-65

¹¹⁰⁸ Jornal do Recife (PE), 15.11.1895. Ordem de Prisão contra Carneiro Vilela

¹¹⁰⁹ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 114

¹¹¹⁰ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op. Cit.* vol 2, p. 201

¹¹¹¹ *Ibidem.* p. 203

¹¹¹² PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 117

¹¹¹³ CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é dono da República em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)**. *Op. cit.* p. 211

“exponenciais do jornalismo e da política do seu tempo¹¹¹⁴”, foi “barbaramente assassinado por agentes do poder, sendo governador do Estado o capitão Barbosa Lima¹¹¹⁵”. A morte de José Maria causou uma grande comoção no grupo marianista. Vilela, indignado, escreveu um extenso poema, com 2131 versos, chamado ‘*Era Maldita*’, publicado posteriormente pela tipografia do jornal ‘*A Província*¹¹¹⁶’.

Além de Vilela, o jornalista Gonçalves Maia, da ‘*A Província*’, escreveu uma série de editoriais acusando Barbosa Lima e o conselheiro Rosa e Silva pelo assassinato de José Maria. Esses artigos, ainda em 1895, foram reunidos em livro sob o título ‘*A política do assassinato – uma página da história Pernambucana*’. O libelo de Gonçalves Maia foi ironicamente dedicado a Rosa e Silva: “a S. Exa. o Sr. Conselheiro Rosa e Silva, chefe do Partido Federal de Pernambuco (...) e um dos responsáveis pelo bárbaro assassinato do Dr. José Maria e pela impunidade dos assassinos¹¹¹⁷”.

A ‘*Era Maldita*’, “oração fúnebre recitada ao pé da sepultura”, traçou um panorama das relações de poder em Pernambuco no período de 1889 a 1895 e representou “um brado de indignação e de dor, - uma síntese pálida de todas as agonias e amarguras do povo que foi vilmente iludido em seus anelos de liberdade”. O longo poema foi “um grito supremo de maldição contra os algozes da alma nacional, bárbaros modernos que substituíram o direito pela força, a justiça vendada pela justiça vendida, e querem, a todo o transe, fazer de um povo livre um rebanho de escravos¹¹¹⁸”.

A desilusão de Vilela com a República é patente na ‘*Era Maldita*’, pois ele viu “ruírem por terra as coisas mais sérias, / e a pátria a soluçar a braços com a desdita; (...) nesta era infeliz, nessa época maldita, / só vi delito e lama, angústias e misérias¹¹¹⁹”. Vilela esperava que a República erguesse “vivaz, fulgurante, valente / edifício que abrigue em seu seio fecundo / tudo quanto de livre e de bom tem no mundo¹¹²⁰”;

¹¹¹⁴ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 129

¹¹¹⁵ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Era Maldita: 1889-1895**. Recife. M. L. Gonçalves Vilela. 2010. p.5

¹¹¹⁶ Jornal do Recife (PE), 09.04.1896

¹¹¹⁷ MAIA, José Gonçalves. **A política do assassinato – uma página da história Pernambucana**. Recife. Fundaj/Ed.Massangana. 1990. p. 1

¹¹¹⁸ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Era Maldita: 1889-1895**. Recife: M. L. Gonçalves Vilela. 2010. p.20

¹¹¹⁹ *Ibidem.* p. 25

¹¹²⁰ *Ibidem.* p. 26-27

entretanto, a República dos seus sonhos não se concretizou, reinando a “intriga, a perfídia, o terror e a mentira¹¹²¹”.

No poema, Vilela chama o golpe de dezembro de 1891 que colocou no poder os republicanos históricos de ‘A Hecatombe’. O poeta afirma que parece “ainda ouvir os ais e os estertores / de centenas de pais, feridos, moribundos, / imolados sem dó aos ódios iracundos / de uma corja sem fé, sem lei e sem piedade¹¹²²”. Nas palavras de Vilela, o governo martinista é infame, indecente e “abalou também do Estado os fundamentos, / enxurrada de lama, escórias das ladeiras, / cavando e destruindo as sólidas barreiras / que sustentavam inda a estrada para o progresso, / que às glórias do porvir podia dar acesso¹¹²³”.

Vilela também fustigou o Congresso Estadual, que nasceu da ‘corrupção’ e veio da ‘imoralidade’, por ele ter se rendido à vontade de Floriano e eleito, em 1892, o capitão Barbosa Lima. Vilela, para limpar a barra do grupo marianista que apoiou o governador Barbosa Lima entre 1892 e 1893, afirmou que, ao assumir o poder, o governador “pela honra jurou” que

“com ele ia-se abrir uma era toda nova, / era de paz, de amor, de progresso; / ia a pátria se erguer do incógnito recesso, / qual Lázaro surgiu das podridões da cova. / De novo ia surgir o império da Justiça, / expulsos do seu templo os ímpios vendilhões: / o voto popular seria como a missa / sagrado e livre até das mil imposições. / As urnas - coisa santa, uma arca de aliança, / de cujo bojo honesto, isento de maldade, / deveria sair, com toda a segurança, / imaculada e pura a cândida verdade¹¹²⁴”.

Entretanto, segundo Vilela, as promessas eram vãs, e, além disso, ele “se fez chefe de uma imoral quadrilha, / que espera tão somente o dia, que, oportuno / permita-lhe fazer da pátria uma partilha¹¹²⁵”.

Na ‘*Era Maldita*’ Vilela também lembrou da traição de Barbosa Lima durante a tentativa de deposição de Floriano Peixoto, pois o governador chegou a conspirar, ao

¹¹²¹ *Ibidem.* p. 28

¹¹²² *Ibidem.* p. 30

¹¹²³ *Ibidem.* p. 42

¹¹²⁴ *Ibidem.* p. 50

¹¹²⁵ *Ibidem.* p.52

lado dos marianistas, contra o Presidente da República, mas na última hora mudou de lado e se posicionou do lado legalista.

Depois da traição de Barbosa Lima os ‘diques do terror’ foram abertos novamente pelo governador, “e viu-se percorrendo as ruas da cidade / (...) os negros esquadrões, a vil cavalaria / que a seu serviço sói¹¹²⁶ manter a tirania (...) do tirano feroz, do tigre demagogo¹¹²⁷”. Além disso, Vilela destacou que diversas prisões ocorreram e a imprensa foi amordaçada; “essa imprensa que é nobre e grande e verdadeira / que sempre traz a cerviz indômita, altaneira, / tal qual sonhou seu pai, o velho Gutenberg; / que pode se quebrar sem que jamais se vergue; / que é vime para os bons, que é para os maus – cutelo¹¹²⁸”. Vilela também lamentou que a repressão do governador ao grupo marianista tivesse deixado os tipos da imprensa no chão e “os prelos rebentados; esparsos os papéis; os cofres arrombados. / (...) Pior que a Inquisição / abafa o ditador os voos da razão¹¹²⁹”.

Não escaparam da sua narrativa poética sobre os primeiros anos da República em Pernambuco, as eleições para prefeito da cidade do Recife, realizada em 1895. Vilela lamentou que

“a casa da eleição é um antro de maldade / a mesa eleitoral – um rol de funcionários / que possam transformar-se em súbitos sicários; / as urnas, noutra tempo honradas, impolutas, / são como o ventre impuro e nu das prostitutas, de cujo bojo vil, que a sífilis gangrena, / se exala a podridão que as almas envenena, / ou nasce um aleijão, que o fôrceps lhe tira, / que é filho da má fé, da fraude e da mentira¹¹³⁰”

Foi durante essas eleições que José Maria foi assassinado numa seção eleitoral. O desentendimento do proprietário do jornal ‘*A Província*’ com o presidente da mesa eleitoral, capitão José Alfredo de Carvalho Júnior, evoluiu para uma troca de tiros que culminou com a morte de José Maria¹¹³¹ e com o total triunfo do governador Barbosa Lima, ‘Nero’ que conseguiu silenciar o tribuno que “era um látego atroz para todos os

¹¹²⁶ Do verbo soer, com o sentido de costumar.

¹¹²⁷ *Ibidem.* p.54

¹¹²⁸ *Ibidem.* p.60

¹¹²⁹ *Ibidem.* p.61

¹¹³⁰ *Ibidem.* p.64

¹¹³¹ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima.** *Op. cit.* p. 130-31

canalhas¹¹³²». Na visão de Vilela, a morte de José Maria significou a morte da própria liberdade¹¹³³.

O assassinato de José Maria ensejou mais uma vez a união entre martinistas e marianistas¹¹³⁴, reunidos contra o ‘barbosismo’ e contra o ascendente poder do Partido Republicano Federal, fundado em 1893 e controlado em Pernambuco por Francisco de Assis Rosa e Silva¹¹³⁵.

Com o término do mandato de Barbosa Lima, foi eleito em abril de 1896 pelo Partido Republicano Federal para o cargo de governador de Pernambuco, Joaquim Correia de Araújo. Ele foi o primeiro governador da ‘oligarquia rosista’, comandada por Francisco de Assis Rosa e Silva, o ‘chefe do Norte’, líder incontestado de Pernambuco entre os anos de 1896 a 1911¹¹³⁶. Rosa e Silva elegeu todos os governadores do período: Correia de Araújo (1896-99), Sigismundo Gonçalves (1899-1900¹¹³⁷ e 1904-1908), Antônio Gonçalves Ferreira (1900-1904) e Herculano Bandeira¹¹³⁸ (1908-1911).

¹¹³² VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Era Maldita: 1889-1895**. *Op. cit.* p.85

¹¹³³ *Ibidem.* p.81

¹¹³⁴ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 132

¹¹³⁵ **Francisco de Assis Rosa e Silva**: nasceu em Pernambuco em 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 1929. Estudou direito na Faculdade de Direito do Recife (1873-77) e economia e finanças na cidade de Paris (1879-81). Em 1881, filiou-se ao Partido Conservador, chefiado pelo Senador João Alfredo Correia de Oliveira. Exerceu na década de 1880, mandatos de deputado provincial (1882-87) e deputado geral (1886-89). Nesse período também colaborou no periódico o "*Tempo*", órgão do Partido Conservador. Em 1889, exerceu o cargo de ministro da Justiça do gabinete conservador presidido pelo conselheiro João Alfredo. No ano seguinte foi eleito deputado federal constituinte por Pernambuco, permanecendo na câmara federal até o ano de 1896. Fundou em 1893, o Partido Republicano Federal em Pernambuco, sendo um dos principais expoentes. Entre os anos de 1894-1911, Rosa e Silva exerceu diversos relevantes, como o de Presidente da Câmara dos Deputados (1894-96), vice-presidente da República no governo de Campos Sales (1898-1902) e senador (1896-98 e 1903-11). No Senado foi autor da Lei Eleitoral, de nº 1.269, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves em 15 de novembro de 1904, que ficaria conhecida como Lei Rosa e Silva. Em 1901, comprou o jornal '*Diário de Pernambuco*', tendo convidado o deputado federal Artur Orlando para dirigir o periódico. Em 1910, nas eleições para a presidência da República, apoiou o marechal Hermes da Fonseca, que teria dito: "Tenho o Rosa, tenho o Norte". Em 1911, disputou com o general Emídio Dantas Barreto o cargo de governador de Pernambuco e apesar de sair 'vitorioso' nas urnas, a sua vitória não foi confirmada pelo Congresso Nacional que entregou o poder ao general Dantas Barreto. Em 1911, Rosa e Silva vendeu o Diário de Pernambuco. Entre os anos de 1915 e 1929, ele exerceu o mandato de senador. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Rosa%20e.pdf>
http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=224
Acesso em : 12.04.2016

¹¹³⁶ PORTO, Costa. **Os Tempos de Barbosa Lima**. *Op. cit.* p. 153

¹¹³⁷ Depois da renúncia do governador Joaquim Correia de Araújo em 1899, Sigismundo Gonçalves assumiu o poder e terminou o mandato.

¹¹³⁸ **Herculano Bandeira de Melo**: nasceu em Pernambuco em 1850 e faleceu em Pernambuco em 1916. Entre os anos de 1866-70, estudou na Faculdade de Direito do Recife. A partir da década de 70, exerceu diversos cargos políticos: vereador de Nazaré da Mata (1872-1881), deputado provincial (1876-1887), deputado constituinte (1890-91), senador estadual (1895) e deputado federal (1895-1901), senador federal (1901-1908) e governador de Pernambuco (1908-1911). Herculano Bandeira foi ligado politicamente ao

Segundo Robert Levine, todos esses governadores foram “pés-de-bois locais, leais ao partido”¹¹³⁹.

A arquitetura do poder de Rosa e Silva era vasta e profunda. Ele construiu uma “bem montada e disciplinada máquina política, centralizada sobre o seu mando pessoal, compreendendo ligações firmes com os coronéis do interior do estado, mantendo o controle das nomeações”¹¹⁴⁰, seja para os cargos da Faculdade de Direito do Recife ou para os postos do governo estadual¹¹⁴¹. Rosa e Silva controlava com mão de ferro a imprensa governista (‘*Diário de Pernambuco*’, periódico de sua propriedade desde o ano de 1901¹¹⁴²) e o Partido Republicano Federal (PRF). Este partido possuía as maiores bancadas de deputados e senadores do legislativo estadual e federal, bem como nomeava o Prefeito do Recife e controlava o ‘Tribunal Eleitoral’ do Estado, que tinha a última palavra sobre o processo eleitoral¹¹⁴³. O PRF, no âmbito estadual, “supervisionava todas as atividades administrativas, legislativas e judiciárias que tinham por fulcro a cidade do Recife” e no âmbito local “tecia uma intrincada rede de alianças com os coronéis, trocando por votos dos distritos rurais o reconhecimento quase feudal que eles detinham”¹¹⁴⁴. Rosa e Silva, um dos mais “prestigiosos homens públicos do país”, conservou durante os anos de 1896 a 1911, uma “autoridade absoluta graças a uma rede política cuidadosamente mantida”, que articulava Pernambuco, oligarquias políticas nordestinas e poder central¹¹⁴⁵. O apelido de ‘chefe do Norte’ fazia todo sentido, dado o poder que ele possuía.

De 1896 até o final da sua vida, Vilela não mais saiu da oposição. Durante mais de uma década, ele atacou uma das maiores oligarquias políticas do Brasil, praticando um jornalismo partidário e parcial, marcado por insultos pessoais, agressivo, quase que inteiramente *pathos*, numa época em que o espancamento, o assassinato e a intimidação

Conselheiro Rosa e Silva. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20Herculano%20Bandeira%20de.pdf> Acesso em: 09.04.2016

¹¹³⁹ LEVINE, ROBERT. **A velha usina Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Op cit. p. 130.

¹¹⁴⁰ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Recife, culturas e confrontos**. Natal. Edufrn. Editora da UFRN. 1998. p. 151

¹¹⁴¹ *Ibidem*. p. 153

¹¹⁴² *Ibidem*. p. 151. A Direção do Jornal foi entregue ao jornalista Artur Orlando. Cf: NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. Op cit. vol 1, p.111.

¹¹⁴³ LEVINE, ROBERT. Op. cit. p. 143

¹¹⁴⁴ *Ibidem*. p. 127

¹¹⁴⁵ LEVINE, ROBERT. Op. Cit. p.128

dos adversários políticos, “inclusive com o incêndio de suas casas”, eram práticas corriqueiras dos grupos que estavam no poder e não aceitavam contestação¹¹⁴⁶.

¹¹⁴⁶ LEVINE, Robert. *Op. Cit.* p.149

4.2 – Carneiro Vilela: sempre multifacetado (1895-1901)

Paralelo às atividades em ‘*A Província*’, Vilela não descuidou da sua carreira de dramaturgo e cenógrafo, “naquela altura bastante afamada¹¹⁴⁷”. Em outubro de 1895, ele realizou todo o trabalho de cenografia do recém inaugurado Teatro do Arsenal de Guerra do Recife¹¹⁴⁸, bem como participou dos festejos de comemoração do 6º aniversário da República no mesmo teatro pintando “cenários grandiosos”¹¹⁴⁹. Alguns meses depois, o drama ‘*Caim, o Pirata*’, de autoria de José Zorrilla, foi traduzido por Carneiro Vilela e encenado no novíssimo teatro do Club Dramático Familiar, com capacidade para 600 espectadores¹¹⁵⁰. Vilela também pintou os cenários da referida peça, e se tornou sócio benemérito do citado Club Dramático¹¹⁵¹. A sua parceria com o citado grupo teatral era bastante antiga, remontando ao ano de 1883, ano da inauguração do Club Dramático com a apresentação do drama vileliano ‘*Emília ou quatro anos depois*’¹¹⁵².

Em abril de 1896, o Teatro do Club Dramático encenou o drama ‘*As Ruínas do Castelo Negro*’, de Adolphe d’Ennery, tendo Vilela pintado parte dos cenários da peça já exibida no Recife em 1885¹¹⁵³. No mês de junho de 1896, o Club Dramático comemorou o décimo quarto aniversário de sua instalação com dois trabalhos de Vilela: as peças ‘*A Herança de um Náufrago*’ e ‘*O Diabinho do Lar*’, a primeira traduzida por ele e a segunda escrita pela sua pena¹¹⁵⁴. No mês seguinte, durante a apresentação de uma comédia espanhola traduzida por Vilela, ‘*Os Dois Themoteos*’¹¹⁵⁵, ele foi homenageado e presenteado pelo Club Dramático Familiar que na ocasião o reconheceu como “um dos maiores e mais dedicados sustentáculos do Club”¹¹⁵⁶. Vilela foi novamente homenageado pelo Club Dramático na comemoração do 2º aniversário do teatro do Club com uma “festa imponente”¹¹⁵⁷. Também em 1896, foi inaugurado um

¹¹⁴⁷ A Ribalta (PE), 06.12.1896

¹¹⁴⁸ Jornal do Recife (PE), 01.10.1895

¹¹⁴⁹ Diário de Pernambuco (PE), 13.11.1895

¹¹⁵⁰ Jornal do Recife (PE), 06.12.1895 e 10.12.1895

¹¹⁵¹ Jornal do Recife (PE), 08.01.1896

¹¹⁵² CAMPELO. Samuel. **O Teatro em Pernambuco**. In Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano. Recife. Imprensa Industrial. 1922. p. 600.

¹¹⁵³ Jornal do Recife (PE), 12.04.1896

¹¹⁵⁴ Jornal do Recife (PE), 06.06.1896

¹¹⁵⁵ Jornal do Recife (PE), 26.06.1896

¹¹⁵⁶ Jornal do Recife (PE), 01.07.1896

¹¹⁵⁷ Jornal do Recife (PE), 05.12.1897

novo teatro no Recife, o Polymia Dramática da Torre, e a peça de estreia foi a comédia ‘*O Diabinho do Lar*’¹¹⁵⁸.

Em 1897, Vilela participou ativamente dos festejos para comemorar o fim da Guerra de Canudos. O Exército, ao voltar dos campos de batalha, recebeu uma grande homenagem, que contou com uma missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Militares, bem como um cortejo que percorreu algumas ruas da cidade. O préstito foi organizado em 17 ‘setores’, assim dividido: 1º esquadrão de cavaleiros; 2º altas patentes do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Estadual; 3º esquadrão de lanceiros; 4º coche da família do General Artur Oscar; 5º comissão central dos festejos; 6º banda de música; 7º comissão do Atheneu Musical, Arcádia Dramática, Monte Pio Popular; 8º banda de música; 9º andor representando as vítimas da guerra; 10º banda de música; 11º andor com os retratos dos fundadores da república; 12º fileiras de populares; 13º andor representando a República; 14º banda de música; 15º carro alegórico da maçonaria; 16º comissão da maçonaria; 17º banda de música. O ‘*Diário de Pernambuco*’ destacou que o 11º andor, “ricamente trabalhado pelo distinto pintor Dr. Carneiro Vilela, consistia numa fortaleza, tendo em cima os retratos dos fundadores da república¹¹⁵⁹”. Alguns dias depois do imponente préstito, Vilela participou das honras fúnebres aos mortos na Guerra de Canudos na Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Militares, elaborando escudos com fundo negro com inscrições e ornatos prateados¹¹⁶⁰.

A recepção aos soldados da Guerra de Canudos deve ter mobilizado sobremaneira a população do Recife, pois depois da morte do coronel Moreira César, durante a terceira expedição contra os ‘conselheiristas’, houve no país uma verdadeira comoção nacional. No Recife, muitos indivíduos alistaram-se aos corpos de voluntários recém criados e centenas de praças de polícias pediram baixa de suas unidades “para se incorporarem aos batalhões federais¹¹⁶¹”. Pernambucanos e paraibanos formaram a maior parte de dois batalhões de infantaria, o 14º e o 27º, embarcados para o teatro de guerra no mês de março de 1897. Milhares de populares se acotovelavam para assistir ao embarque dessas forças expedicionárias, composta aproximadamente por 800 praças

¹¹⁵⁸ Diário de Pernambuco (PE), 06.10.1896

¹¹⁵⁹ Diário de Pernambuco (PE), 17.11.1897

¹¹⁶⁰ Diário de Pernambuco (PE), 30.11.1897

¹¹⁶¹ MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra total de Canudos**. São Paulo. Escritura Editora. 2014. p. 148

e algumas dezenas de oficiais¹¹⁶². Algumas semanas depois do embarque emocionado dos citados batalhões, o Recife recepcionou tropas potiguares, cearenses, paraenses e piauienses¹¹⁶³ que pousaram na cidade por alguns dias. Frederico Pernambucano de Mello afirma que pelo Recife passaram cerca de dois mil soldados, em trânsito para o teatro da guerra¹¹⁶⁴.

Em 1898, Vilela voltou a se ocupar de cenários com motivos fúnebres, uma vez que ele elaborou diversos escudos com inscrições para as exéquias de D. Olegária Carneiro da Cunha, esposa de José Mariano¹¹⁶⁵. O seu cortejo fúnebre foi acompanhado por uma multidão incalculável. Ela era conhecida como ‘mãe dos pobres’ e ganhou fama na cidade do Recife durante a campanha abolicionista da década de 1880, quando chegou a ocultar escravo que fugia do cativo em sua residência, além de ter dado a suas joias para sustentar a campanha abolicionista¹¹⁶⁶.

Vilela entrou no ano de 1898 a pleno vapor. Ele foi nomeado para a ‘comissão central’ do Club Dramático Familiar¹¹⁶⁷, e escreveu um poema chamado ‘*Nunes Machado*’, herói da Revolução Praieira, que foi recitado no Teatro de Santa Isabel¹¹⁶⁸. Ele também pintou o cenário, “um esplêndido claustro¹¹⁶⁹”, da peça cômica ‘*O Amor Molhado*’, de Jules Prevel e Armand Liorat, exibida no Teatro de Santa Isabel¹¹⁷⁰ e ainda traduziu o drama francês ‘*O Salteador da Floresta Negra*’, além de ter pintado o 2º cenário desse drama¹¹⁷¹.

Vilela procurou recuperar a sua carreira de empresário do setor jornalístico e para tanto fundou o jornal ‘*O Oriente*’, de “propaganda maçônica e ideias liberais”, que se bateu com o órgão de imprensa católica “*Era Nova*”, fundado em 1890, pelo Monsenhor Augusto Franklin Moreira da Silva, com o intuito de “combater os erros” da jovem república, o laicismo e o liberalismo maçônico¹¹⁷². O programa do ‘*O Oriente*’

¹¹⁶² *Ibidem*. p. 150

¹¹⁶³ *Ibidem*. p. 170

¹¹⁶⁴ *Ibidem*. p. 174

¹¹⁶⁵ Jornal do Recife (PE), 25.05.1898

¹¹⁶⁶ SALES, Tadeu José Gouveia de. *Op. cit.* p. 241-242

¹¹⁶⁷ Jornal do Recife (PE), 04.01.1898

¹¹⁶⁸ Jornal do Recife (PE), 02.02.1898

¹¹⁶⁹ CAMPELO. Samuel. *Op. cit.* p. 612.

¹¹⁷⁰ Jornal do Recife (PE), 06.02.1898

¹¹⁷¹ Jornal do Recife (PE), 29.04.1898

¹¹⁷² PEDROZA, Cônego Alfredo Xavier. **Letras Católicas em Pernambuco**. Rio de Janeiro. Cruzada da Boa Imprensa. 1939. p. 93.

falava em “esclarecer o espírito público” contra as “insídias do obscurantismo¹¹⁷³”. Esse novo jornal de Vilela representa uma ampliação do debate que ele realizou como articulista do ‘*Jornal do Recife*’, entre os anos de 1897-98, na sua coluna ‘*Maçonaria*’, que procurava ‘desmascarar’ a “inferral Companhia de Jesus, essa inimiga dos povos e do cristianismo, essa verdadeira entravadora (sic) da civilização e do progresso¹¹⁷⁴”. O periódico de Vilela defendeu o divórcio, denunciou os desvios dos padres, dentro e fora do Brasil¹¹⁷⁵, e atacou o clero na série “*Igreja em Ruínas*”, publicada no mês de julho de 1898. ‘*O Oriente*’ durou até o ano de 1900, ultrapassando o número 100¹¹⁷⁶. O periódico de Vilela era marcado pelo ‘sectarismo’, pois com “linguagem forte e decidida (...) não admitia réplicas aos seus argumentos¹¹⁷⁷”.

Em julho de 1898, Vilela foi acometido por uma congestão cerebral, fato que o obrigou a depor a pena e o pincel¹¹⁷⁸. Depois do derrame, Vilela foi obrigado a passar algum tempo no ‘estaleiro’. Passado mais ou menos um ano, ele recobrou as suas atividades artísticas e intelectuais com mais vigor. Vilela não conseguia ficar parado e em pouco tempo retomou as suas atividades normais, seja escrevendo peças ou folhetins ou pintando cenários. Se a doença deixou marcas, não é possível percebê-las nas suas obras.

Recuperado da doença, Vilela voltou ao batente em meados de 1899, sendo contratado pelo recém fundado vespertino ‘*Jornal Pequeno*’. Durante aproximadamente uma década, ele escreveu folhetins, colunas regulares e artigos esparsos no citado periódico. Entre os anos de 1899 a 1912, Vilela publicou diversos folhetins no ‘*Jornal Pequeno*’: ‘*Gandaia*¹¹⁷⁹’, ‘*Drama Íntimo*¹¹⁸⁰’, ‘*Quadros da Vida*¹¹⁸¹’, ‘*Os Filhos do Governador*¹¹⁸²’, ‘*Misérias do Recife*¹¹⁸³’ e ‘*A Emparedada da Rua Nova*¹¹⁸⁴’. Além da

¹¹⁷³ *Jornal do Recife* (PE), 08.03.1898

¹¹⁷⁴ *Jornal do Recife* (PE), 14.12.1897

¹¹⁷⁵ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op. cit.*. vol 6, p. 429

¹¹⁷⁶ *Diário de Pernambuco* (PE), 06.10.1900 e NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 12; *Diário de Pernambuco* (PE), 06.10.1900

¹¹⁷⁷ FREITAS, Otávio. **Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras**. Arquivo da Academia Pernambucana de Letras. pasta 21 (referente à cadeira número 21 que tem Carneiro Vilela como patrono). p.14.

¹¹⁷⁸ *Jornal do Recife* (PE), 27.07.1898

¹¹⁷⁹ *Jornal Pequeno* (PE), 17.07.1899. A publicação de ‘Gandaia’ se estendeu até 09.01.1900

¹¹⁸⁰ *Jornal Pequeno* (PE), 17.12.1900. A publicação de ‘Drama Íntimo’ se estendeu até 22.08.1901

¹¹⁸¹ *Jornal Pequeno* (PE), 04.09.1901. A publicação dos ‘Quadros da Vida’ se estendeu até 08.03.1902

¹¹⁸² *Jornal Pequeno* (PE), 19.12.1904. A publicação dos ‘Os Filhos do Governador’ se estendeu até 04.01.1907

ficção publicada no *rez-de-chaussée*, ele escreveu colunas regulares como ‘Congressalhada’, ‘Reparos’, ‘Coisa Simples’, ‘A Semana’ e ‘Anotações’.

Em 1899 veio a lume o folhetim ‘Gandaia’, cuja trama se passa no Recife dos primeiros anos da República, apesar do narrador ‘desconversar’ e afirmar que os acontecimentos se desenrolam num ‘país estranho’ que passou por uma mudança “radical, inesperada e profunda, uma espécie de terremoto sem desmoronamentos materiais, (...) fazendo de um Império sem pé nem cabeça uma desgovernada República¹¹⁸⁵”. O narrador afirma que a história se passa num país que é uma espécie de “República-Reino, formada de uma porção de pequeninos Reinos-Repúblicas¹¹⁸⁶”, verdadeiros feudos, tendo cada um deles um “donatário, o seu senhor feudal absoluto¹¹⁸⁷”. Pernambuco, portanto, seria um dos Reinos-Repúblicas do Brasil, em que o “povo só serve para pagar a conta¹¹⁸⁸”, o ‘rei’ tem todo o direito de nomear o seu herdeiro e ser lacaio do rei é “uma das maiores honras ambicionadas, uma das maiores glórias para a família¹¹⁸⁹”.

O Reino-República pernambucano, nas palavras do narrador, é uma espécie de ‘escravo de ganho’, “meio independente, e meio colônia”, parecidos com os “escravos antigos, que viviam sobre si, longe do domínio direto dos seus senhores, aos quais entretanto pagavam a semana¹¹⁹⁰”. Ironiza Vilela que o ‘rei’ desse reino foi escolhido numa eleição fraudulenta, pois foi sufragado num pleito universal, “tão universal que existe no país um corpo eleitoral de 3.333 eleitores cidadãos qualificados, e sua majestade havia obtido 3.999 votos¹¹⁹¹”.

O rei eleito, Tigrinus, era ‘tirânico’, ‘despótico’, ‘hipócrita’ e possuía uma “eloquência de uma gravata vermelha e a retórica exemplar de um chapéu mole”. Ele era talentoso e patriótico; talentoso pois “capaz de inventar a pólvora e outras coisas benéficas para a humanidade, tais como a inquisição, a guilhotina e o empréstimo a

¹¹⁸³ Jornal Pequeno (PE), 16.01.1907. A publicação das ‘Misérias do Recife’ se estendeu até novembro 1907

¹¹⁸⁴ Jornal Pequeno (PE), 03.08.1909. A publicação da ‘A Emparedada da Rua Nova’, que já havia sido publicada anteriormente em fascículos, se estendeu até 27.01.1912.

¹¹⁸⁵ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **A Gandaia: Romance phantástico**. Recife. Ateliê Miranda. 1899, p. 8

¹¹⁸⁶ *Ibidem.* p. 9

¹¹⁸⁷ *Ibidem.* p. 67

¹¹⁸⁸ *Ibidem.* p. 9

¹¹⁸⁹ *Ibidem.* p. 49

¹¹⁹⁰ *Ibidem.* p. 45-46

¹¹⁹¹ *Ibidem.* p. 46

juros¹¹⁹²” e patriótico porque “logo se associou aos lucros do Erário Público” e criou “empregos e mais empregos todas as vezes que mais algum filho, sobrinho ou afilhado vinha aumentar a família dos seus amigos¹¹⁹³”. Tigrinus era um rei generoso com todos os seus amigos pois “tinha à sua disposição os cofres do Estado¹¹⁹⁴”.

A corrupção grassava no reino governado por Tigrinus. O dr. Sales, secretário das finanças, confessou ao rei que cobrava 30% do valor dos contratos assinados entre o erário público e os agricultores¹¹⁹⁵. O rei também assaltava o erário mas não empregava o dinheiro do roubo em propriedades, empresas, ações ou bancos no próprio reino, pois sabia que isso o “denunciaria facilmente como dilapidador das rendas públicas, como ratazana”. Ele, “por excesso de cautela, remetia o dinheiro para fora do seu reino¹¹⁹⁶”.

O palácio real sempre regurgitava de visitas, “havia gente como farinha (...) ao contrário do que sucedia com o mercado, onde não havia farinha como gente¹¹⁹⁷”. O palácio era povoado por

“velhos imprestáveis – que eram senadores, espécie de marquês e comodas de estilo desaparecidos; moços saltitantes – *bidet* da mobília palaciana – que eram os deputados; ouvidores de toga, que faziam dela redes de pescar, juízes sem toga, que faziam da casaca samburá de mariscos, e militares, pretendentes a tudo¹¹⁹⁸”. (...) “Toda aquela gente não passava de um carro de opereta, organizado e reunido espontaneamente para cantar amém a tudo quanto o rei se dignasse deitar pela boca a fora; e tanto mais a asneira quanto maior o aplauso¹¹⁹⁹”.

Apesar de enorme corte, o rei não parou de cooptar antigos inimigos. Ele gostava de transformar “os inimigos velhos em amigos novos, os adversários de ontem em lacaios de hoje, metamorfoseando os gatos ‘muito vigilantes’ em ‘ratazanas¹²⁰⁰’. O dr. Marómbio Flores, antigo desafeto do rei, afastado do poder recentemente e “amedrontado com o ostracismo¹²⁰¹”, abandonou as antigas convicções, traiu o partido,

¹¹⁹² *Ibidem.* p. 50

¹¹⁹³ *Ibidem.* p. 52

¹¹⁹⁴ *Ibidem.* p. 91

¹¹⁹⁵ *Ibidem.* p. 275

¹¹⁹⁶ *Ibidem.* p. 280

¹¹⁹⁷ *Ibidem.* p. 53

¹¹⁹⁸ *Ibidem.* p. 56

¹¹⁹⁹ *Ibidem.* p. 57

¹²⁰⁰ *Ibidem.* p. 68-69

¹²⁰¹ *Ibidem.* p. 69

vendeu os seus irmãos, renegou os seus princípios¹²⁰² e se passou para as hostes do rei Tigrinus.

De todos os personagens da trama, apenas o Conselheiro Acácio Coruja, “chefe supremo e único do partido¹²⁰³” e um dos homens mais ricos e mais nobres do reino, mantinha a altivez diante do rei e o influenciava politicamente¹²⁰⁴. Ele era um “lobo feroz que balava como carneiro inofensivo¹²⁰⁵” e que “operava sempre na sombra¹²⁰⁶”.

O rei Tigrinus, depois de arranjar uma nova amante, começou a se “descuidar das coisas políticas do reino¹²⁰⁷”, fato que desagradou alguns dos seus correligionários. Estes ambicionavam colocar as mãos na fortuna do erário e na fortuna pessoal do rei e para isso começaram a tramar um golpe de Estado¹²⁰⁸. Liderados por Acácio e Marómbio, os golpistas cercaram o palácio de governo com ‘tropas revolucionárias’ e depuseram o rei. Após a derrubada do rei, na sacada do palácio, Acácio foi aclamado pela tropa como “S. Majestade el-rei!”. Apesar do reconhecimento da tropa, ele declinou do cargo e deu um viva ao rei Marómbio¹²⁰⁹.

‘*Gandaia*’ é um folhetim intoxicado de historicidade que denunciou as mazelas do governo republicano, o grau desmoralizante de corrupção no país, a debilidade da sua economia, o vazio ideológico, bem como o sistema oligárquico e clientelista. Não escaparam da pena vileliana os cambalachos políticos que exprimiam a condição do estado republicano dominado e saqueado por oligarquias predatórias.

‘*Gandaia*’ registrou a desilusão de Vilela com a República em Pernambuco. É possível que ele tenha misturado no seu folhetim elementos históricos do governo de Joaquim Correia de Araújo¹²¹⁰ (1896-99), primeiro governador eleito pelo sufrágio

¹²⁰² *Ibidem.* p. 70

¹²⁰³ *Ibidem.* p. 381

¹²⁰⁴ *Ibidem.* p. 61

¹²⁰⁵ *Ibidem.* p. 303

¹²⁰⁶ *Ibidem.* p. 307

¹²⁰⁷ *Ibidem.* p. 384

¹²⁰⁸ *Ibidem.* p. 385

¹²⁰⁹ *Ibidem.* p. 400

¹²¹⁰ **Joaquim Correia de Araújo:** nasceu em Pernambuco em 1843 e faleceu em 1931. Estudou na Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1860-64 e em 1870 ingressou na mesma instituição como professor. Foi integrante do Partido Conservador e entre os anos de 1878-81 foi eleito deputado geral por Pernambuco. Depois do 15 de novembro de 1889, aderiu à república e entre os anos de 1894-96 exerceu o mandato de senador. Por influência de seu aliado e líder político Francisco de Assis Rosa e Silva, foi eleito governador de Pernambuco em 1896, ocupando o cargo até o ano de 1899, quando renunciou ao governo, sendo substituído pelo presidente do Senado estadual, Sigismundo Antônio Gonçalves. Em 1900 foi eleito senador e, no ano seguinte, renunciou. Disponível em:

universal e títere do Conselheiro Rosa e Silva¹²¹¹. Visto no contrapelo, o folhetim de Vilela talvez possa ser lido como uma profunda crítica à oligarquia rosista. Para Vilela a República não significou uma mudança profunda, pois a passagem da Monarquia para a República foi um ‘terremoto sem desmoronamento material’, o que significa afirmar que boa parte da antiga estrutura imperial ainda permaneceu de pé. O alijamento do povo do processo decisório, as eleições fraudulentas, a corrupção sistêmica e a existência de um corpo político e burocrático (senadores, deputados, juízes, ouvidores, etc) submisso e inepto impediam a construção da República dos sonhos de Carneiro Vilela. Na sua República o povo escolheria os candidatos mais capacitados para governar e o governo deveria voltar a sua atenção à maioria da população, virando as costas às oligarquias privilegiadas. Em ‘*Gandaia*’, Vilela voltou a defender a independência do poder judiciário, a garantia da lisura eleitoral e a efetivação do direito ao voto para o cidadão brasileiro. A antiga pauta de reivindicações da geração de 1870 continuou ativa, uma vez que a República significou o imobilismo e o adiamento das reformas desejadas por essa geração.

‘*Gandaia*’ foi posteriormente publicada em formato de livro. Durante meses, os anúncios de propaganda do livro diziam se tratar de um “romance belo e empolgante, como tudo que vem da pena fecunda do brilhante e conhecido literato pernambucano dr. Joaquim Maria Carneiro Vilela¹²¹²”. A propaganda também assinalava que “os tipos e fatos, curiosos e interessantes, oferecem certa quantidade de analogia com outros, que nem surgiram em um tempo muito afastado de nós¹²¹³”.

Quase um ano depois de terminar ‘*Gandaia*’, Vilela encetou um novo folhetim no ‘*Jornal Pequeno*’ chamado ‘*Drama Íntimo*’, ambientado principalmente no Recife da segunda metade do século XIX e tratando de um tema bastante popular: o casamento e a vida conjugal. Vilela já havia abordado essas temáticas em outros folhetins e o fazia pois o assunto despertava interesse sobretudo das leitoras de jornais.

‘*Drama Íntimo*’ esquadrinhou o cotidiano da vida conjugal de Paulo Filgueiras e sua prima Marizé. Paulo, com 11 anos de idade, para fugir da miséria, emigrou de

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARA%C3%9AJJO,%20Joaquim%20Correia%20de.pdf> Acesso em: 10.04.2016

¹²¹¹ PORTO, Costa. **Os Tempos de Rosa e Silva**. *Op cit.* p. 42

¹²¹² A Província (PE), 27.06.1900, 04.09.1900, 17.11.1900, 22.11.1900

¹²¹³ A Província (PE), 27.06.1900

Portugal para Pernambuco e foi morar com um tio comerciante, Hypólito Barradas, ‘grosseiro’, ‘mediocre’, “ganancioso e sem escrúpulos e de uma moral elástica¹²¹⁴”. Na casa do tio, recebeu uma educação de “loja de negócio, pesada e fatigante pelo trabalho, monótono de todos os dias e horas, além da contínua observação das práticas subversivas de probidade a fim de forçar o lucro, com o sorriso sempre mentiroso e adulator” para lograr a freguesia¹²¹⁵. No campo afetivo, a sua nova família lhe foi hostil, negando-lhe os afetos mais elementares.

Apesar de se deparar cotidianamente com práticas desonestas, o seu coração manteve-se ‘puro’. A grande prova de que a educação recebida não afetou a sua probidade se deu quando ele achou um bilhete de loteria premiado, perdido por um freguês da loja do tio. Paulo não descansou até que descobriu o dono do bilhete, o senhor de engenho do Cabo, coronel Francisco de Paula, “família cujo nome figurava na história pernambucana com brilho inexcelável e honradez interminável¹²¹⁶”. O coronel ficou estupefato com a honestidade do rapaz e propôs dividir o prêmio. Paulo não aceitou pois se recebesse recompensas pelas boas ações que praticasse, a “virtude da ação deixaria de existir¹²¹⁷”. Na contramão do sentimento do coronel, toda a sua família abominou o seu gesto de honestidade e passou a hostilizá-lo ainda mais.

Alguns anos depois o velho comerciante Hypólito Barradas faleceu e em seu lugar assumiu o seu filho que logo tratou de demitir Paulo da loja comercial. Desempregado, ele passou a procurar emprego, mas não conseguiu pois ninguém no mundo do comércio estava disposto a contratar um caixeiro que “levava o escrúpulo de consciência ao ponto inacreditável de não carregar a mão na mercadoria para lesar o freguês”. Na visão do narrador, um empregado dessa “natureza seria altamente prejudicial, além de ser, na teoria ou na prática, um perigo revolucionário, um perturbador de todas as leis, um vândalo do comércio¹²¹⁸”.

Desesperado com a falta de emprego, Paulo resolveu procurar o senhor de engenho do Cabo. O coronel o recebeu entusiasmadamente e, sabendo da sua situação, emprestou uma soma razoável para ele abrir uma casa de comissões no Recife. Em

¹²¹⁴ Jornal Pequeno (PE), 04.01.1901

¹²¹⁵ Jornal Pequeno (PE), 29.12.1900

¹²¹⁶ Jornal Pequeno (PE), 05.01.1901

¹²¹⁷ Jornal Pequeno (PE), 08.01.1901

¹²¹⁸ Jornal Pequeno (PE), 23.01.1901

pouco tempo, Paulo prosperou e enriqueceu. E depois de alcançar sólida posição, casou-se com a sua prima Marizé.

Paulo e Marizé não tiveram uma feliz vida conjugal. Ele a tratava como uma ‘santa’, pois o “amor para ele seria tudo menos volúpia, o delírio dos sentidos, era o êxtase da alma e não o espasmo lúbrico¹²¹⁹”. Paulo abstinha-se de qualquer satisfação de amor carnal¹²²⁰, deixando a sua esposa desiludida e insatisfeita, sufocando no seu peito “os excessos de ternura e carinho que ela pudera dar ao marido, porque este os coibira como manifestações indignas do tálamo conjugal, destoante da santidade do sacramento¹²²¹”. Marizé, informa o narrador, acreditava que voluptuosidade, carinhos quentes e exagerados faziam parte do matrimônio. Frustrada pela ausência do amor carnal, ela passa a viver um ‘drama íntimo’, pois o “seu tálamo de esposa era um leito de espinho¹²²²”.

A vida do casal sofre uma reviravolta quando o afilhado do coronel Francisco de Paula, José de Menezes, se hospeda na casa de Paulo. O sobrinho, capitão do Exército e ex-combatente da Guerra do Paraguai, havia sido o primeiro amor de Marizé, fato que Paulo desconhece.

O capitão era um namorador incorrigível e não demorou muito para se tornar amante de Marizé. Paulo, ao chegar mais cedo do trabalho, flagrou os amantes e reagiu sem cólera, apesar de obrigar José de Menezes a pagar a sua mulher como se ela fosse uma prostituta. Constrangido, o capitão entregou a Marizé uma moeda de ouro como ‘paga’ pelos serviços¹²²³.

A partir desse evento, a vida de Marizé virou um inferno. Paulo resolveu castigá-la cotidianamente, não fisicamente, mas moralmente, lembrando-a da sua ‘infâmia¹²²⁴’. Quase todos os dias, a moeda de ouro aparecia ‘misteriosamente’ próxima ao seu prato de comer, o que provocava nos filhos do casal o desejo que a mãe contasse a ‘história daquela moeda’. Paulo dizia aos filhos que apenas a mãe saberia contar sobre a moeda de ouro. Marizé não aguentou essa ‘guerra surda’ e adoeceu, passando a ter ataques

¹²¹⁹ Jornal Pequeno (PE), 04.03.1901

¹²²⁰ Jornal Pequeno (PE), 05.03.1901

¹²²¹ Jornal Pequeno (PE), 18.03.1901

¹²²² Jornal Pequeno (PE), 18.03.1901

¹²²³ Jornal Pequeno (PE), 08.06.1901

¹²²⁴ Jornal Pequeno (PE), 11.06.1901

históricos, desmaios e delírios¹²²⁵. Nela, com o aumento da “debilidade, recrudesçam as alucinações religiosas, voltavam-se ao espírito todos os abusões teocráticos e absurdos que lhe embalaram a infância e formou o amálgama estúpido, deprimente e desonesto da fé, de sua crença numa vida futura¹²²⁶”. Depois de alguns meses de agonia, Marizé faleceu.

Infelizmente não pudemos cotejar o folhetim ‘*Drama Íntimo*’ com os artigos escritos por Vilela defendendo o divórcio no periódico ‘*O Oriente*¹²²⁷’. Parece-nos que Vilela apresenta no ‘*Drama Íntimo*’ as condições asfixiantes da mulher num casamento mal sucedido, sendo a resignação ou a morte as únicas saídas para suportar as vicissitudes do matrimônio, uma vez que a possibilidade do divórcio não era uma alternativa possível. Talvez, ao defender o divórcio, Vilela pensasse em libertar a mulher dessa ‘armadilha’.

Além de trabalhar bastante no ‘*Jornal Pequeno*’, Vilela não cortou as suas relações com a redação de ‘*A Província*’. A sua capacidade de trabalho era hercúlea. Ele era infatigável. Entre os anos de 1900 a 1908, ele publicou nesse periódico a comédia ‘*Quando Elas Querem*¹²²⁸’, manteve uma coluna regular chamada ‘*Tocando e Rindo*’, escreveu diversos artigos, alguns deles no campo da crítica literária e traduziu romances¹²²⁹.

Vilela publicou diversos livros pela tipografia da ‘*A Província*’, bem como utilizou o escritório do referido periódico para vendê-los. Em 1900, por exemplo, o escritório da ‘*A Província*’ anunciou a venda de sete livros de Vilela: “*Noêmia*”, “*Innah*”, “*Noivados Originais*”, “*Três Crônicas*”, “*O Esqueleto*”, “*Era Maldita*” e “*Monólogos*¹²³⁰”. Essa propaganda foi repetida ao longo de muitos meses¹²³¹. Além dos livros já citados, foram publicados em 1901, ‘*À Margarida*’ e ‘*A Menina de Luto*¹²³²’. Vilela foi muito lido pelos seus contemporâneos, possivelmente o escritor mais lido em

¹²²⁵ Jornal Pequeno (PE), 20.06.1901

¹²²⁶ Jornal Pequeno (PE), 12.08.1901

¹²²⁷ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 12

¹²²⁸ A Província (PE), 30.01.1900. A publicação da peça ‘Quando elas Querem’ sem estendeu até o mês de fevereiro.

¹²²⁹ Diário de Pernambuco (PE), 13.06.1905 e A Província (PE), 12.11.1905 informa que Vilela traduziu o conto de Paul Bourget ‘Caso de Consciência’

¹²³⁰ A Província (PE), 20.04.1900

¹²³¹ A Província (PE), 22.07.1900, 09.08.1900, 19.09.1900, 09.11.1900, 10.01.1901, 24.02.1901, 07.03.1901, 23.04.1901, 02.05.1901, 09.06.1901, 04.07.1901, 24.08.1902

¹²³² A Província (PE), 27.03.1901

Pernambuco, e certamente ganhou algum dinheiro com a venda dos seus livros. É impressionante que em apenas nove meses, entre a publicação de ‘*Gandaia*’, em junho 1900, e ‘*A Menina de Luto*’, em março de 1901, Vilela tenha publicado 10 títulos diferentes.

Em janeiro de 1900, Vilela começou a publicar, nas páginas de ‘*A Província*’, a comédia de sua lavra ‘*Quando elas Querem*¹²³³’. Essa peça possui um único ato e se desenrola num único espaço, um gabinete de uma família de classe média. Na didascália Carneiro Vilela descreve o ambiente da peça: “um gabinete elegantemente mobiliado, tendo, a um dos lados um guarda-vestidos, um sofá e uma mesa ou jardineira com preparos de escritas. Uma entrada geral ao fundo e uma outra para o interior. É dia¹²³⁴”.

Quatro personagens integram a comédia “*Quando Elas Querem...*”: Alice (“senhora bonita e de tom”), Irene (“criadinha do trinque”), Oscar (“marido elegante”) e Arthur (“estudante metido a D. Juan”).

A peça possui uma estrutura extremamente simples e pode ser dividida em três partes. Na primeira, narra as peripécias de Alice, uma mulher de classe média, que deseja comprar um novo chapéu. O seu marido, Oscar, nega-lhe o dinheiro para a realização da compra alegando que “nesses tempos tão bicudos / em que o câmbio desce, desce, / e tanto que até parece / arrancar graves e agudos / do nosso peito infeliz; / quando o imposto, como incêndio, / nos torra, qualquer dispêndio / é pra torcer o nariz¹²³⁵”. Oscar insiste que os tempos são difíceis pois “quando se junta algum cobre / se não o leva logo o câmbio, / o imposto aparece e lambe-o / nos deixando quase pobre¹²³⁶”. Alice acusa Oscar de sovina e uma grande discussão ocorre entre marido e mulher.

Oscar afirma que a mulher já possui vários chapéus e solicita que ela abra o seu guarda-vestidos. Ela se nega veementemente a abri-lo e o acusa de bisbilhoteiro. Um impasse se instala. Depois de muita discussão, Oscar e Alice fazem um acordo: ele promete nunca mexer na chave do guarda-vestidos de Alice, e caso venha descumprir a promessa ele deverá comprar um chapéu para a sua mulher.

¹²³³ A Província (PE), 30.01.1900

¹²³⁴ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Quando Elas Querem...** Recife.: L. Vilela. 2007. p. 9

¹²³⁵ *Ibidem.* p. 15

¹²³⁶ *Ibidem.* p. 18-19

Na segunda parte, Alice é assediada por um estudante metido a D. Juan. Arthur, dono de uma verve romântica, que envia-lhe uma “carta cheirosa” em que declara o seu “amor”: “hoje sinto, minha flor / que toda a minha existência / só depende da influência / que tem em mim esse amor. / E peço ao Deus dos altares / que faça com que me dê / ao menos de quando em vez / um sequer dos teus olhares¹²³⁷”. Alice, aparentemente, cai nessa armadilha romântica e recebe o mancebo na sua residência quando seu marido não está em casa.

O D. Juan recifense não convence Alice, e a todo o momento ela ironiza os seus versos. Arthur se diz filho do Maranhão, mesma terra que viu nascer Gonçalves Dias e vangloria-se: “lá na terra das palmeiras / nós todos somos assim! / nascemos poetas¹²³⁸”. Alice responde ao galanteador, que se diz patricio de Gonçalves Dias, num tom nada romântico: “já traz dos berços as asneiras¹²³⁹”. Numa rubrica do autor da peça, ele afirma que Alice “ergue-se de impaciência e enfado. Reprime um bocejo e passa para o outro lado¹²⁴⁰”. Enfim, Alice não cai na armadilha sedutora de Arthur.

Na terceira parte da peça, o marido volta para a casa de repente, ameaçando flagrar o galanteio de Arthur. Ele se desespera, e Alice o esconde no guarda-vestidos. Quando Oscar entra em casa, Alice conta que foi assediada por um estudante. O seu marido fica extremamente bravo, desejando matar o D. Juan que esteve em seu lar. Alice, esperta, afirma que o galanteador encontra-se no guarda-vestidos e entrega-lhe a chave. O marido pega a chave ávido e dirige-se ao armário para abri-lo. A comédia parece se transformar num drama, mas Alice cai na gargalhada, afirmando que não há D. Juan no armário; a estória foi ‘inventada’ pois Alice desejava ganhar a aposta firmada com o marido. E ganhou, pois Oscar pegou a chave. Ele se resigna e sai para comprar o chapéu.

Quando Oscar deixa a cena, Arthur sai do armário “desgrenhado, amarelo, quase verde, amarrotado, trêmulo” (...) “da morte estive tão junto / que trago a calça molhada¹²⁴¹”. Alice ironiza: “como são valentes os sedutores / da sua terra de amores / daquele seu Maranhão¹²⁴²” e se vangloria: “a astúcia deu-me conselhos / e o ganho uma

¹²³⁷ *Ibidem.* p. 40-41

¹²³⁸ *Ibidem.* p. 74

¹²³⁹ *Ibidem.* p. 75

¹²⁴⁰ *Ibidem.* p. 75

¹²⁴¹ *Ibidem.* p. 104

¹²⁴² *Ibidem.* p. 105

gargalhada / e assim, d'uma cajadada / matei logo dois coelhos. / Ao sedutor insolente / dei castigo merecido / dando-o também ao marido / que é pouco condescendente¹²⁴³”.

Enquanto Arthur se refaz do susto, o marido de Alice volta rapidamente para casa. O D. Juan desespera-se. Para acalmá-lo, Alice afirma: “confirme quando eu disser / que o livrarei do perigo!¹²⁴⁴”. Arthur prontamente concorda: “eu lhe juro / juro por...Gonçalves Dias¹²⁴⁵”. Na sala encontrava-se Arthur, “apalermado, trêmulo de medo¹²⁴⁶”, Alice, Irene e Oscar, com o chapéu recém comprado. Alice falou ao marido: foi esse homem que enviou a carta. Oscar explodiu em ira: Pois era verdade!. Mais uma vez a comédia parece transformar-se num drama. Contudo, rapidamente Alice emenda: “A carta...Sim. Era escrita / à Irene, a quem solicita, / com a mão, a felicidade / portanto não o condene¹²⁴⁷” (...) “De certo. Se culpa teve / é porque é noivo de Irene. Arthur volta a se desesperar: “Noivo eu?¹²⁴⁸”. Mas depois ‘filosofa’ resignado: “Aceito. Pode-me crer / que a palavra não retiro / antes gaiola que um tiro / antes penar que morrer¹²⁴⁹”. A peça termina com um sorriso malicioso de Alice afirmando: “quando elas querem...”

A comédia de Carneiro Vilela, entre outros aspectos, revela traços da estrutura social, econômica e cultural do Brasil do século XIX. O autor ironiza o “protocolo romântico” com seus poemas “derramados” e “açucarados”, acusa a alta dos impostos, lamenta a desvalorização da moeda nacional e a perda do poder de compra da população. Apresenta Arthur como um romântico à procura de dotes. Vilela apresenta uma mulher que manipula dois homens. A mulher é tratada como astuta, capaz de construir e executar um plano para alcançar o seu duplo objetivo: humilhar o D. Juan e conseguir o chapéu. Curiosamente, no romance a “*Emparedada da rua Nova*”, escrito uma década antes da peça “*Quando elas querem*”, Carneiro Vilela apresentou as mulheres como vítimas frágeis, que caem no ardid do D. Juan Leandro Dantas. Arthur é um D. Juan às avessas.

Em janeiro de 1901, Vilela ajudou a fundar a *Academia Pernambucana de Letras*, ocupando por pouco tempo o cargo de presidente. Esta não foi a primeira

¹²⁴³ *Ibidem.* p. 108

¹²⁴⁴ *Ibidem.* p. 111

¹²⁴⁵ *Ibidem.* p. 111

¹²⁴⁶ *Ibidem.* p. 113

¹²⁴⁷ *Ibidem.* p. 113

¹²⁴⁸ *Ibidem.* p. 114

¹²⁴⁹ *Ibidem.* p. 115

tentativa de organizar uma academia literária no Estado. Em 1890, Vilela recusou o convite de Artur Orlando, Martins Júnior, Eduardo de Carvalho e Joaquim Tiago da Fonseca, argumentando que uma associação desse tipo só serviria à promoção do elogio mútuo dos seus integrantes ou ao trabalho de muitos em proveito de um só. Além disso, declarou não confiar em Martins Júnior, seu desafeto político, dizendo que temia que a sua falta de senso em matéria de política e economia também se manifestasse no mundo das letras. Por fim, Vilela afirmou que não queria ser responsável ou colaborador por um eventual “descalabro na literatura de nosso estado¹²⁵⁰”. Como já vimos neste capítulo, Vilela, através do jornal ‘A *Província*’, utilizou palavras duríssimas ao se referir a Martins Júnior (“não é homem nem tem caráter bom”, é “mentiroso, intrigante, pequenino e vingativo¹²⁵¹”), sobretudo entre os anos de 1890 e 1891. A verve agressiva de Vilela incendiou todas as ‘pontes’ entre ele e Martins Júnior. Acreditamos que o ódio entre as facções políticas na aurora da República contribuiu para inviabilizar, naquele momento, a criação de uma academia de letras em Pernambuco.

Em 1901, entretanto, Vilela mudou de ideia e ao lado de 20 acadêmicos inaugurou a primeira academia de letras de Pernambuco¹²⁵². No seu discurso inaugural, ele destacou que Pernambuco necessitava de uma “agremiação forte, consciente e compacta, solidária e compenetrada da utilidade e da nobreza do seu ideal, que reunisse em si o pensamento e as aspirações (...) da coletividade intelectual” que tivesse “coragem de assumir a responsabilidade plena dessa luta moral, que todos os dias a inteligência trava contra o erro tradicional e a liberdade trava contra o preconceito e isto combatendo com alma o marasmo e a indiferença do público em geral¹²⁵³”. Vilela também ressaltou a necessidade da “confiança em nossa própria coragem, fé ardente no futuro, e que mantenhamos, como um escudo e um talismã, a mais completa e real solidariedade literária¹²⁵⁴”.

¹²⁵⁰ A *Província* (PE), 03.07.1890

¹²⁵¹ A *Província* (PE), 10.09.1890

¹²⁵² PARAÍSO, Rostand (Org). **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Recife: A Academia, n. 41.Fev. 2012. p 59-60. Foram fundadores da Academia Pernambucana de Letras: Joaquim Maria Carneiro Vilela, Antônio Joaquim Barbosa Viana, Carlos Porto Carreiro, Gervásio Fioravanti, Bianor de Medeiros, Artur Orlando, João Batista Regueira Costa, Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho, Eduardo de Carvalho, Alfredo Ferreira de Carvalho, José Antônio de Almeida Cunha, José Izidoro Martins Junior, Henrique Capitolino, Ernesto de Paula Santos, Joaquim de Farias Neves Sobrinho, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Luiz de França Pereira, Manuel Teotônio Freire, Celso Vieira de Melo

¹²⁵³ *Ibidem*. p. 56

¹²⁵⁴ *Ibidem*. p. 59

Na Academia de Letras, Vilela ocupou a cadeira número 8, tendo como patrono o seu pai, poeta, professor e político Joaquim Vilela de Castro Tavares¹²⁵⁵. No mês de fevereiro de 1901, Artur Orlando foi escolhido presidente da Academia e Vilela foi escolhido para integrar a comissão de trabalhos literários¹²⁵⁶. Carneiro Vilela foi um dos mais ativos intelectuais da Academia, participando com assiduidade dos seus eventos literários, bem como publicando escritos originais na revista da Academia Pernambucana de Letras, fundada também em 1901 e que sobreviveu até o ano seguinte¹²⁵⁷. Nessa revista, ele publicou diversos trechos do longo e inacabado poema com 1301¹²⁵⁸ versos alexandrinos ‘*Legendas da Pátria*¹²⁵⁹’, uma “verdadeira epopeia heroica”, narrando os “feitos imortais da nossa história pátria”, ambientada no século XVI, época do (des)encontro entre portugueses e índios¹²⁶⁰. O poema trata da prisão de Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho, pelos índios tabajaras e do amor da índia Tabira pelo prisioneiro. O pai de Tabira, cacique Arcoverde, perdoa Jerônimo e ele se casa com a filha do chefe indígena, fato que sela a aliança dos portugueses com os tabajaras na luta contra os índios caetés¹²⁶¹. Vilela que já havia ambientado a sua ficção nos séculos XVIII e XIX, escreveu um poema cuja trama se passa no século XVI.

Além de publicar na referida revista, Vilela leu para os acadêmicos alguns trabalhos seus, como o poema ‘*Viagem pelas Mulheres*’, publicado originalmente nas páginas do periódico ‘*O João Fernandes*’, a opereta cômica ‘*A Princesa do Catete*’, encenada no Rio de Janeiro na década de 1880, “na época em que preocupavam o espírito público as arengas dos tribunos demagogos a propósito das questões do imposto do vintém e da imigração chinesa¹²⁶²”, e a terceira parte do inédito poema ‘*Legendas da Pátria*’, intitulada ‘*A Filha de Arcoverde*¹²⁶³’.

Paralelo às atividades da Academia de Letras, Vilela passou a participar das reuniões do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Como

¹²⁵⁵ *Ibidem.* p. 63

¹²⁵⁶ A Província (PE), 07.02.1901

¹²⁵⁷ A Revista da Academia Pernambucana de Letras alcançou a marca de seis revistas, 4 em 1901 e 2 em 1902. Vilela publicou ao longo de 4 edições o seu poema ‘*Legendas da Pátria*’.

¹²⁵⁸ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 14

¹²⁵⁹ PARAÍSO, Rostand (Org). **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Recife: A Academia 1901 e 1902. Números 1, 2, 4, 7, 8.

¹²⁶⁰ Jornal do Recife (PE), 03.06.1925

¹²⁶¹ PARAÍSO, Rostand (Org). **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. 1902. *Op. cit.* p. 29

¹²⁶² *Ibidem.* p. 29

¹²⁶³ Diário de Pernambuco (PE), 17.11.1901 e A Província (PE), 17.11.1901

vimos no capítulo 2, ele havia ingressado nessa instituição no ano de 1867, mas não havia tido uma participação destacada. As coisas mudaram em 1901, quando ele passou a se envolver com o dia a dia do Instituto, participando assiduamente dos encontros promovidos entre os sócios¹²⁶⁴.

No mesmo ano da fundação da Academia Pernambucana de Letras, Vilela retomou o jornalismo político. Nessa época, Pernambuco era dominado pela oligarquia rosista, representada nesse período pelo governador Antônio Gonçalves Ferreira¹²⁶⁵ (1900-1904). Em ‘*A Província*’, ele escreveu a coluna ‘*Tocando e...Rindo*’, abordando temas políticos diversos, com o látego em punho para atacar os rosistas. Segundo as suas próprias palavras, ele ficou meses com a “santa fêrula¹²⁶⁶” ou palmatória ao seu lado, castigando os integrantes do Partido Republicano Federal. Legran, articulista do ‘*Jornal Pequeno*’, argumentou que ele tinha razões de sobra para “ridicularizar os congressistas que na melhor das hipóteses representam simplesmente a vontade e os interesses do partido que governa” e que, ao criticar os congressistas, “por uma inversão natural das coisas, está representando legitimamente o povo, esse povo que paga (...) e que atualmente faz nos negócios públicos o simples papel de gato morto¹²⁶⁷”.

‘*Tocando e...Rindo*’ atacou com bastante virulência o então Vice-Presidente da República conselheiro Rosa e Silva¹²⁶⁸, afirmando que ele era um ‘símio político’, com ‘índole de caranguejo’ e versado no sistema ‘hipócrito de política de morcego’. Vilela argumentou que Rosa e Silva era um símio porque nunca caía, agarrando-se com as ‘mãos’, os ‘pés’ e até mesmo a ‘cauda’ nos ‘galhos do poder’. E que o seu segredo para conservar-se sempre em cima era nunca se opor às medidas advindas do governo

¹²⁶⁴ Jornal do Recife (PE), 08.10.1901, 01.11.1901, 12.11.1901 e Diário de Pernambuco (PE)14.11.1901 e A Província (PE), 12.11.1901.

¹²⁶⁵ **Antônio Gonçalves Ferreira:** nasceu no Recife em 1846 e faleceu no Rio de Janeiro em 1930. Estudou na Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1863-67 e depois de formado ingressou na vida pública como delegado da capital pernambucana, sendo posteriormente nomeado promotor público. Foi deputado provincial (1872-81) e deputado geral (1881-88). Em 1888, exerceu o cargo de chefe de gabinete do visconde de Ouro Preto, ocupando, ainda nesse ano até o ano seguinte o posto de presidente da província de Minas Gerais. Foi deputado constituinte por Pernambuco (1890-91) e posteriormente passou a exercer o mandato ordinário de deputado até 1893. Entre 1894 e 1896, durante o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), exerceu o cargo de ministro da Justiça (1894-96). Eleito senador em 1897, renunciou ao mandato para assumir o mandato de governador de Pernambuco (1900-04). Voltou ao Senado entre 1904 e 1914, e à Câmara dos Deputados entre 1915 e 1929. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERREIRA,%20Ant%C3%B4nio%20Gon%C3%A7alves.pdf> Acesso em: 10.04.2016

¹²⁶⁶ A Província (PE), 11.04.1901

¹²⁶⁷ Jornal Pequeno (PE), 05.06.1901

¹²⁶⁸ KOIFMAN, Fábio (org). **Presidentes do Brasil**. São Paulo. Editora Cultura. 2002. p. 100. Rosa e Silva é vice do presidente da república Manuel Ferras de Campos Sales (1898-1902)

federal¹²⁶⁹. Além da característica simiesca, Vilela afirmou que o Vice-Presidente da República era um morcego que dominava a “excelência na arte de chupar e soprar ao mesmo tempo¹²⁷⁰”, e que possuía uma ‘índole de caranguejo’, porque só andava de banda¹²⁷¹.

Vilela não deu trégua a Rosa e Silva. E quando fanfarras e charangas executaram o hino nacional para recepcioná-lo no porto do Recife, Vilela não perdoou, afirmando que o hino deveria ser “honrado e respeitado”, não sendo executado em “ocasiões (...) chinfrins”, quando “algum palhaço mais habilidoso fura numa cambalhota o círculo de papel”; e que seria muito mais oportuno, ao recebê-lo, que as bandas tocassem “o popularíssimo *Vem cá, Bitú* ou *Volta a meus braços, pomba querida*¹²⁷²!”.

Para Vilela, Rosa e Silva pertencia e controlava o ‘partido do egoísmo’ que nasceu “das trevas, da traição, alimenta-se com a perfídia, cimenta-se com o sangue dos assassinados oficiosamente e que mete mãos criminosas nas arcas do tesouro, alimentando ratazanas”. Além disso, ele denunciou que a dignidade dos integrantes desse partido consistia “na máxima curvatura do mais humilde *salamaleck*, na maleabilidade de caráter, na submissão incondicional de pensamento” e que o líder da oligarquia rosista é “herdeiro político do sangue sedento e sanguinolento de Barbosa Lima¹²⁷³”, antigo governador pernambucano. Para Vilela, o grupo político de Rosa e Silva habitava ‘terras úmidas, moftentas’, marcadas pelo ‘impaludismo’ e ‘pelo ar letal’, e que seus ‘habitantes’ eram ‘lesmas’, ‘répteis asquerosos’, ‘piolhos repugnantes’, ‘aranhas caranguejeiras com feitio de cancro¹²⁷⁴’.

O ‘*Diário de Pernambuco*’ se defendia dos ataques da ‘*A Província*’ chamando os jornalistas desse periódico de ‘alugados’, ‘infelizes desclassificados sociais’, ‘atassalhadores das reputações’ e ‘rigoletos da imprensa’, acusando-os de tentar com as

¹²⁶⁹ A Província (PE), 11.06.1901

¹²⁷⁰ A Província (PE), 12.07.1901. O Diário de Pernambuco (PE) dos dias seguintes (13.07.1901 a 15.05.1901) não fez nenhuma referência ao artigo de Vilela sobre Rosa e Silva publicado na Província. Ao que parece, muitos dos artigos de Vilela eram ignorados pelo Diário.

¹²⁷¹ A Província (PE), 04.08.1901

¹²⁷² A Província (PE), 08.05.1901. O Diário de Pernambuco (PE) dos dias seguintes (09.05.1901 a 11.05.1901) não fez nenhuma referência ao artigo de Vilela sobre Rosa e Silva publicado na Província. Ao que parece, os artigos de Vilela eram ignorados pelo Diário.

¹²⁷³ A Província (PE), 14.06.1901. O Diário de Pernambuco (PE) dos dias seguintes (16.06.1901 a 18.06.1901) não fez nenhuma referência ao artigo de Vilela sobre Rosa e Silva publicado na Província. Ao que parece, os artigos de Vilela eram ignorados pelo Diário.

¹²⁷⁴ A Província (PE), 23.11.1901. O Diário de Pernambuco (PE) dos dias seguintes (24.11.1901 a 26.11.1901) não fez nenhuma referência ao artigo de Vilela sobre Rosa e Silva publicado na Província. Ao que parece, os artigos de Vilela eram ignorados pelo Diário.

suas ‘vilanias diárias’ macular a reputação do ‘ilustre’ dr. Rosa e Silva¹²⁷⁵; que procurava, através do periódico de sua propriedade, ser “um verdadeiro órgão de educação cívica, um manual cotidiano de propaganda social, moral e estética¹²⁷⁶”. Na visão do ‘Diário’, ‘A Província’ era um jornal, ‘indigno’ e ‘desmoralizado¹²⁷⁷’, que tratava os adversários políticos com os “requintes de todas as perversidades¹²⁷⁸” e possuía uma “miserável fama¹²⁷⁹”, pois “atirava palavras a esmo, em verdadeiro desespero de causa, desacompanhadas de provas¹²⁸⁰” que feriam a ‘reputação alheia’. Para o ‘Diário’, as acusações do periódico rival tinham o propósito “exclusivo de ofender, esquecendo os assuntos de maior gravidade que mereceriam uma discussão competente e criteriosa¹²⁸¹”.

A visão negativa que Vilela possuía de Rosa e Silva não era unanimidade. Gilberto Amado, por exemplo, articulista do ‘Diário de Pernambuco¹²⁸²’, na direção contrária da dura retórica vileliana, coberta de fel, que acicatava Rosa e Silva, cobria-o de elogios. Amado assim se referia ao ‘chefe do Norte’:

“desse homem baixinho (...) a impressão que se desprendia, era, paradoxalmente, a de verticalidade. Não se pensava diante dele na sua estatura; não parecia pequeno. Ao contrário. (...) encontrei muita gente por esse mundo. Tratei com indivíduos célebres em numerosos países e meios diferentes. Jamais vi (...) aparência mais digna do que a de Rosa e Silva¹²⁸³”.

Na mesma linha de Gilberto Amado, Francisco Pereira da Costa, ao escrever uma pequena biografia de Rosa e Silva, ressaltou o seu “proeminente papel no cenário político nacional, prestigiado pelo seu valor de chefe de um Estado de primeira ordem e respeitado pela hombridade do seu caráter”, bem como afirmou que a campanha movida na imprensa oposicionista contra Rosa e Silva era motivada ou pelo “desespero de

¹²⁷⁵ Diário de Pernambuco (PE), 07.07.1899

¹²⁷⁶ Diário de Pernambuco (PE), 04.10.1901

¹²⁷⁷ Diário de Pernambuco (PE), 05.07.1905

¹²⁷⁸ Diário de Pernambuco (PE), 27.07.1905

¹²⁷⁹ Diário de Pernambuco (PE), 05.07.1905

¹²⁸⁰ Diário de Pernambuco (PE), 13.06.1905

¹²⁸¹ Diário de Pernambuco (PE), 13.06.1905

¹²⁸² AMADO, Gilberto. **Minha Formação no Recife**. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. 1958. p.140, 143, 284. Gilberto Amado ingressou no ‘Diário de Pernambuco’ em 1907 à convite do então diretor do periódico Francisco Rosa e Silva Júnior. Até o ano de 1909, ele manteve uma coluna regular intitulada ‘Golpes de Vista’.

¹²⁸³ *Ibidem*. p. 193

interesses contrariados” ou pela “inveja, que se converte em ódio”. No texto alinhavado por Pereira da Costa, Rosa e Silva é retratado como ‘preclaro’, ‘ilustre chefe político’, sábio e patriótico¹²⁸⁴.

A retórica vileliana no ‘*Tocando e...Rindo*’ não perdoou os congressistas pernambucanos, supostamente escolhidos pelo chefe da oligarquia rosista em eleições fraudulentas¹²⁸⁵, “votações falsas a fim de mandar para a Câmara e para o Senado senadores e deputados imbecis, sem votos, mas com o único mérito de pertencer ao partido, por serem do peito, até mesmo da família¹²⁸⁶. Para Vilela, a Câmara de Deputados era um “pátio de bichos, museu de espécimes singulares, moral e intelectual”, um verdadeiro ‘jardim zoológico’ de “difícil classificação na ordem dos mamíferos¹²⁸⁷”; e o Senado “desceu ao nível das criações fantásticas mais inúteis, sendo confiado o triste mister de órgão de adulação mais vergonhoso (...) espécie de canal subterrâneo por onde se escoam as escórias do engrossamento mais nojento¹²⁸⁸”.

Vilela construiu a tese de que os congressistas pernambucanos, ‘ascetas da nulidade’, com raras exceções, “arvoraram o silêncio em principal regra da eloquência e fizeram da liberdade de pensar um embrulho que atiraram às urtigas” e que conservam a “atitude quieta e muda de soldados de pau chineses, sentinelas sarapintadas em fortalezas de papelão¹²⁸⁹”. Para Vilela, o Congresso é um ‘deserto de ignorância’, uma verdadeira ‘caverna da estupidez, marcado por um ‘viver vegetativo’, por uma ‘asfixia deprimente’, que leva à ‘anulação do pensamento¹²⁹⁰, e a não aprovação de projetos que visem à utilidade pública, pois as leis aprovadas não são a favor da indústria, da arte, do comércio ou da agricultura, mas “leis personalíssimas, leis que só tratam de interesses privados, deve a sua existência unicamente ao fato desse interesse¹²⁹¹”.

Não escapou da verve vileliana a suposta corrupção do governo de Antônio Gonçalves Ferreira, marcado, segundo Vilela, por desvio e má gestão do dinheiro

¹²⁸⁴ Diário de Pernambuco (PE), 07.11.1910

¹²⁸⁵ A Província (PE), 18.07.1901. O Diário de Pernambuco (PE) dos dias seguintes (19.07.1901 e 21.07.1901) não fez nenhuma referência ao artigo de Vilela sobre Rosa e Silva publicado na Província. Ao que parece, os artigos de Vilela eram ignorados pelo Diário.

¹²⁸⁶ A Província (PE), 10.05.1901

¹²⁸⁷ A Província (PE), 09.04.1901

¹²⁸⁸ A Província (PE), 10.04.1901

¹²⁸⁹ A Província (PE), 17.04.1901

¹²⁹⁰ A Província (PE), 17.04.1901

¹²⁹¹ A Província (PE), 15.05.1901

público, bem como pela compra de redatores de alguns periódicos¹²⁹². Desiludido pelas práticas de corrupção que enxergava, Vilela afirmou que ninguém mais combate, na arena política, por convicção, mas tem apenas a preocupação com a ‘vida do estômago’. Para ele “o vírus da corrupção invadiu todo o organismo, sem que o governo saiba ou queira reagir contra especuladores tenazes e sem escrúpulos¹²⁹³”.

Paralelo à publicação de ‘*Tocando e...Rindo*’, Vilela escreveu no ‘*Jornal Pequeno*’ a coluna ‘*Congressalhadas*’, de estilo jocoso e fortemente marcada pela ironia e comicidade. Nesta coluna, assinada com o pseudônimo de ‘A & Z, ao escrever sobre a Câmara de Deputados; e Z & A, ao tratar do Senado¹²⁹⁴’, Vilela transformou-se em ‘taquígrafo’ que acompanhava “os suculentos trabalhos legislativos, a fim de fornecer aos leitores o resumo cotidiano¹²⁹⁵” do trabalho das duas casas, atacando sistematicamente a oligarquia rosista. Vilela se entrincheirou no Senado e na Câmara de Deputados do Estado de Pernambuco com o intuito de “recolher as pérolas que rolam por aqueles tapetes¹²⁹⁶”.

A sua estreia nas ‘*Congressalhadas*’ foi marcada por forte texto irônico, repercutindo a aprovação de uma moção congratulatória ao Vice-Presidente da República pela ‘Câmara Baixa’; instituição política que nas suas palavras não admitia “trocadilhos”. Vilela conta que os deputados João Elysio de Castro Fonseca¹²⁹⁷,

¹²⁹² A Província (PE), 30.08.1901

¹²⁹³ A Província (PE), 30.08.1901. O ‘Diário de Pernambuco’ (PE) do dia 01.09.1901 lamentou genericamente, sem citar o nome de Carneiro Vilela, os artigos virulentos publicados na ‘A Província’ (PE).

¹²⁹⁴ LUZ, Noemia Maria. **Os Caminhos do Olhar – circulação, propaganda e humos – Recife 1880-1914**. Recife. UFPE/CFCH/Programa de pós-graduação em História. Tese de Doutorado. 2008. p. 307.

¹²⁹⁵ Jornal Pequeno (PE), 12.03.1901

¹²⁹⁶ Jornal Pequeno (PE), 14.03.1901

¹²⁹⁷ **João Elísio de Castro Fonseca (1862-?)**: Estudou na Faculdade de Direito do Recife entre os anos 1879-83. Em 1884 foi nomeado promotor público em Manaus, mas pouco meses depois deixou o cargo para ocupar o posto de chefe de seção da Secretaria de Governo da província do Amazonas, ocupando-o até o ano de 1885. Em 1890 foi nomeado professor da Faculdade de Direito do Recife e no ano seguinte tornou-se professor catedrático de teoria do processo civil, comercial e criminal. Em 1901 foi eleito deputado estadual em Pernambuco, sendo reeleito por mais duas legislaturas. Entre os anos de 1901-09, foi líder da bancada que apoiou os governos estaduais ligados ao grupo político liderado por Francisco de Assis Rosa e Silva. Entre os anos de 1910-15, exerceu mandato de senador estadual. Em 1915 foi eleito deputado federal por Pernambuco, permanecendo na Câmara Federal até o ano de 1930. Na seara jornalística, escreveu em diversos jornais pernambucanos, como ‘*Folha do Norte*’, ‘*Opinião*’, ‘*Jornal do Recife*’ e ‘*Diário de Pernambuco*’. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Jo%C3%A3o%20El%C3%ADsio%20de%20Castro.pdf> Acesso em: 12.04.2016

Joaquim José de Farias Neves Sobrinho¹²⁹⁸ e Manuel Artur Muniz¹²⁹⁹ disputaram a “honra e o direito exclusivo de interpretar a alma coletiva do nosso Estado”. Farias Neves argumentou que como já havia sido porta-voz de outras moções congratulatórias, deveria ser escolhido; fato que recebeu os veementes protestos de João Elyσιο e Artur Muniz, o primeiro argumentou que em matéria de “curvatura não admitia rival”; e o segundo acentuou que a atitude de Farias Neves era ‘egoísmo político’, pois ele também tinha o “direito de incensar o ídolo¹³⁰⁰”. Ainda repercutindo a chegada de Rosa e Silva a Pernambuco, Vilela mostrou que a comissão do Senado para recepcionar o ‘chefe’ foi “queimar incenso e lambar as botas do eminente pernambucano” e que ela “cumpriu o seu dever com superabundância de bajulação e alguns assassinatos da gramática¹³⁰¹”.

Com o intuito de demonstrar a suposta subserviência da Câmara a Rosa e Silva, Vilela ‘repercutiu’ a discussão de um projeto de lei que obrigava que todas as casas, prédios, igreja e cemitérios de Pernambuco fossem “caiadados de cor rosa e as portas e portadas pintadas de verde cor das Silvas”. Segundo Vilela, a reação do deputado Farias Neves foi exultante e afirmou que o assinaria com as “duas mãos¹³⁰²”.

¹²⁹⁸ **Joaquim José de Faria Neves Sobrinho:** nasceu em Pernambuco em 1872 e faleceu no Rio de Janeiro em 1927. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1891 e no ano seguinte exerceu o cargo de promotor público no município de Bezerros (PE). Lecionou latim no Ginásio Pernambucano, sendo nomeado durante a gestão de Joaquim Correia de Araújo em 1896. Entre os anos de 1898-1907, exerceu diversos mandatos de deputado estadual na Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco. Em 1908 foi eleito senador estadual, mas não concluiu o mandato pois foi eleito deputado federal. Permaneceu na Câmara Federal até o ano de 1911. Foi redator regular do ‘*Diário de Pernambuco*’ e do ‘*Estado de Pernambuco*’. No ‘*Diário*’ escreveu diversas colunas satíricas (‘Rua das Amarguras’, ‘Rua das Conversas’, ‘Estrada dos Aflitos’, ‘Moscas na Corda’, ‘Na Maciota’, ‘Avulsos’) atacando os adversários políticos com o pseudônimo de ‘Lulu Senna’. Farias Neves foi fundador da Academia Pernambucana de Letras (1901) e publicou diversas obras literárias, como Quimeras (1890), O hidrófobo (contos, 1896), Morbus (romance, 1898), Estrofes (1911), Pôr de sol (1920), Sol posto (1923) e Crepúsculo (1924). Fontes: Arquivo da Academia Pernambucana de Letras, pasta 16 (referente à cadeira número 16 ocupada Joaquim José de Faria Neves Sobrinho). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/NEVES%20SOBRINHO,%20Joaquim%20Jos%C3%A9%20de%20Faria.pdf> e <http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/Pseudonimos.pdf> Acesso em: 12.04.2016

¹²⁹⁹ **Manuel Artur Muniz (1870-1824):** formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1890. Dois anos depois assumiu o posto de bibliotecário da mesma faculdade, possivelmente ocupando o lugar de Carneiro Vilela após a sua demissão. Exerceu dois mandatos de deputado estadual (1899-1902) e posteriormente ingressou no senado pernambucano, ocupando o cargo de primeiro vice-presidente. Conhecido como orador brilhante, Artur Muniz também integrou o Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano e a Academia Pernambucana de Letras (1906). Cf: PARAÍSO, Rostand. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Recife: A Academia, n. 41. Fev. 2012, p. 142 e Diário de Pernambuco (PE), 09.03.1924 e MEDERIOS, Biano. Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras. Arquivo da Academia Pernambucana de Letras. pasta 13 (referente à cadeira número 13 ocupada em 1906 por Manuel Artur Muniz).

¹³⁰⁰ Jornal Pequeno (PE), 12.03.1901

¹³⁰¹ Jornal Pequeno (PE), 18.03.1901

¹³⁰² Jornal Pequeno (PE), 01.04.1901

Vilela atacou diversas vezes o deputado Farias Neves, afirmando que ele possuía uma “fidelidade de cãozinho felpudo” e que tinha uma forte consciência do que viria a ser o patriotismo, não o patriotismo “romântico que levou frei Caneca à forca mas um patriotismo sólido, positivista, que faz conquistar, em lugar de coroas de martírio, cadeiras no Ginásio, (...) patriotismo que faz de valdevinos um comensal do tesouro¹³⁰³”.

Dono de um grande veio cômico, Vilela ‘transcreveu’ o discurso do deputado Artur Muniz afirmando que até os passarinhos do rio Capibaribe se calavam para ouvi-lo. Em tom irônico, Vilela destacou a fala vazia e confusa do citado deputado: “acoriavam aos templos délficos onde as pitonisas sagradas, epileticamente supinas na trípode soltanguriavam vaticínios sibilinos, e iam ali no âmbito aprender com elas a descendação esfinética dos mistérios arcanos ocultos nos ondúriaes do Destino¹³⁰⁴”. O intuito de Vilela não era apenas desqualificar o parlamentar, mas toda Câmara ‘Baixa’ e para isso ele ‘citou’ os apartes de deputados que elogiaram o discurso sem pé nem cabeça do parlamentar. A mensagem de Vilela é clara: ao elogiar o discurso sem consistência, ‘muito bem’, ‘apoiado’, ‘é sublime’, ‘bravo! bravo!’, os deputados se igualavam com quem proferia o discurso, pois o ato de elogiar seria tão desqualificador quando o discurso proferido.

Vilela não economizou palavras e imagens para atacar os adversários. Segundo ele, durante uma sessão do Senado, de repente, assomou “à porta um volume rotundo, convexo, de proporções quase fantásticas, que obstrui a passagem. Parece uma saca de farelo ou de feijão, mas é uma barriga”, do senador desembargador Delphino. O senador resolveu fazer uma charada para o plenário, e ficou “de cócoras” (...) estendeu “o braço direito com um gesto de comando”; e fez com a mão esquerda sinal de quem cheira um “cabo de chapéu; apontou para o sul com o fura bolo da esquerda; levou o da direita à testa, depois à boca, tirou o lenço de tabaco do bolso, acenou com ele para os lados do mar, e ergueu-se dançando”. Ainda segundo Vilela o Senado ficou ‘pasmado’ e o senador Artur Orlando¹³⁰⁵ pediu a palavra para explicar a charada muda:

¹³⁰³ Jornal Pequeno (PE), 10.04.1901

¹³⁰⁴ Jornal Pequeno (PE), 12.03.1901

¹³⁰⁵ **Artur Orlando da Silva**: nasceu em Pernambuco em 1858 e faleceu em 1916 em Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito do Recife (1877-81) e foi discípulo de Tobias Barreto. Foi advogado, jornalista, político, jurista, crítico literário e ensaísta brasileiro. Era considerado um intelectual brilhante, dotado de grande cultura jurídico-filosófica e comprovada erudição. Orlando possuía

“o gesto é a roupa da ideia”; (...) o “movimento é o pensamento que se move”; (...) “pôr-se de cócoras como galinha e espremer-se: ‘*eu proponho*’...estender os braços e dedilhar os dedos: ‘*que mande um telegrama*’...cheirar e apontar o sul com o fura bolo: ‘*ao ilustre doutor Rosa*’. Dedo na testa e na boca, e acenos do lenço: ‘*saudando-o pela ideia luminosa com que respondeu*’. Gesto para o mar: ‘*ao correspondente do Herald*’. Dança: ‘*entusiasmo universal*’.

Seguindo a mesma linha da coluna ‘*Tocando e...Rindo*’, Vilela nas ‘*Congressalhadas*’ argumentou que a oligarquia rosista fincou suas “raízes nas podridões ensanguentadas do Sr. Barbosa Lima, grelou na administração hipócrita do Sr. Correia de Araújo, espalhou-se na gerência imoral do Sr. Sigismundo Gonçalves¹³⁰⁶, e floresce agora na mordomia do Sr. Antônio Gonçalves Ferreira¹³⁰⁷”.

grande preocupação com a educação brasileira e considerava o ensino fator primordial para o desenvolvimento de qualquer nação. Ele exerceu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco (1889-92) e nesta função “propôs a criação de uma escola em cada povoado com mais de 25 crianças em idade escolar, a abolição dos castigos corporais, a extinção de concurso para acesso à escola secundária e a inclusão da matéria Literatura Nacional”. Orlando exerceu mandatos de deputado estadual (1893-95), senador estadual (1901-03) e deputado federal por Pernambuco (1903-14). O jornalismo, entretanto, se constituiu na sua atividade mais constante. Foi diretor e redator-chefe do ‘*Diário de Pernambuco*’ (1901-1911), bem como colaborou com ‘*A Província*’, o ‘*Jornal do Recife*’, a ‘*Revista Brasileira*’ e a ‘*Revista Ilustrada*’. Participou ativamente da vida cultural de Pernambuco e do País. Foi sócio-fundador da Academia Pernambucana de Letras, membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1907, ocupando a Cadeira 25. Entre as suas obras mais relevantes destacam-se: *Filocrítica* (1886); *O meu álbum* (1891); *Ensaio de crítica* (1904); *Propedêutica político-jurídica* (1904); *Novos ensaios* (1905); *Pan-Americanismo* (1906); *Porto e cidade do Recife* (1908) e *Brasil, a terra e o homem* (1913).

Disponível

em:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=349

<http://www.academia.org.br/academicos/artur-orlando/biografia> Acesso em: 13.04.2016

¹³⁰⁶ **Sigismundo Antônio Gonçalves:** nasceu no Piauí em 1845 e faleceu em 1915. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e passou a se dedicar à magistratura e à política. Foi juiz substituto em Alcântara (MA) de 1867 a 1872; deputado provincial no Maranhão de 1868 a 1869; juiz de direito da comarca de Bragança (PA) de 1872 a 1877; chefe de polícia de Pernambuco em 1878; deputado geral pela província de Goiás de 1878 a 1881; juiz de direito de Bom Jardim (PE) de 1882 a 1883 e de São José dos Campos (SP) de 1884 a 1885; e deputado geral pela província de Pernambuco em 1885. Em 1876, casou-se com D. Maria das Dores de Souza Leão, filha do senador Felipe de Souza Leão, chefe do Partido Liberal pernambucano. Em Pernambuco, filiou-se ao Partido Liberal e, junto com o jornalista Ulisses Viana, comprou de José de Vasconcelos o ‘*Jornal do Recife*’ em 1887. Foi governador de Pernambuco em três ocasiões: 1) entre os dias 14 a 16 de novembro 1889; 2) entre os anos de 1899-1900, mandato tampão para completar o mandato de Joaquim Correia de Araújo; 3) entre os anos de 1904-08. Sigismundo ingressou no Partido Republicano Federal pernambucano e foi eleito senador estadual em 1898. Entre os anos de 1900-03 foi senador por Pernambuco. Em 1904, assumiu, como o apoio de Rosa e Silva, o governo de Pernambuco. A sua administração, aliada à gestão do prefeito Eduardo Martins de Barros, planejou e modificou a face urbana do Recife remodelando praças, alargando e reconstituindo ruas, cais e passeios públicos. Entre os anos de 1908-15 voltou a exercer o mandato de senador da república. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%20C3%87ALVES,%20Segismundo%20Ant%C3%B4nio.pdf> Acesso em: 10.04.2016

¹³⁰⁷ *Jornal Pequeno* (PE), 26.03.1901

Ele também fustigou o Congresso Estadual afirmando que os congressistas “não foram eleitos pelo povo, nem saíram das urnas, mas foram inventados por obra e graça da tolice humana¹³⁰⁸” e que “nada são e nada valem por si próprios como elementos políticos”, pois são “meros efeitos de uma causa única, e (...) a causa que produziu semelhante efeito é pura e simplesmente o Sr. Rosa e Silva¹³⁰⁹”.

Ao se referir aos integrantes do Congresso Pernambucano, Vilela utilizou epítetos nada elogiosos, chamando senadores de ‘néscios mercadores’, ‘charadista ridículo’, ‘fidalgo em ruínas’, ‘sofista sem pudor’, ‘nulidade obesa’, ‘falsificador de atas eleitorais’ e ‘palerma apalhaçado’. Ele também detratou os deputados afirmando que eles brigam entre si para saber quem tem mais “honra de capacho” e confundem amizade com servilismo, solidariedade política com miséria moral, e que se pode ser “amigo, ser dedicado, ser escravo da gratidão, ser tudo conservando sempre a integridade de caráter e a dignidade de ser pensante¹³¹⁰”.

Foi com esse tom crítico que Vilela escreveu ao longo de seis meses, entre março a agosto de 1901, a coluna ‘*Congressalhada*’, perfazendo um total de 107 artigos. A partir de julho de 1901, também no ‘*Jornal Pequeno*’, ele iniciou uma série de artigos chamados ‘*Reparos*’, e começou a publicar o folhetim ‘*Quadros da Vida*’. Vilela nessa fase da vida é um homem muito dedicado à escrita nos jornais e para dar um exemplo desse devotamento, constatamos a publicação de 182 textos escritos por ele apenas no ‘*Jornal Pequeno*’, durante o segundo semestre de 1901. Ele possuía uma capacidade de trabalho hercúlea, assinalada por muitos dos seus contemporâneos, que o viam como um “operário literário, capaz de escrever ao mesmo tempo para dez jornais, trabalhar em alguns livros e ainda dispor de horas para outras ocupações úteis¹³¹¹”.

Na coluna ‘*Reparos*’, publicada entre julho e dezembro de 1901, Vilela abandonou o tom de galhofa das ‘*Congressalhadas*’ e continuou a bater na oligarquia rosista, desta vez com uma escrita ‘séria’, e segundo as suas palavras, em “defesa dos interesses legítimos do Estado e do povo¹³¹²”. Para Vilela, a dignidade política do Estado de Pernambuco estava “enterrada, vítima de toda a sorte de infortúnios, crivada

¹³⁰⁸ Jornal Pequeno (PE), 24.04.1901

¹³⁰⁹ Jornal Pequeno (PE), 26.03.1901

¹³¹⁰ Jornal Pequeno (PE), 26.03.1901

¹³¹¹ Jornal Pequeno (PE), 05.06.1901

¹³¹² Jornal Pequeno (PE), 06.07.1901. O Diário de Pernambuco (PE), durante todo o mês de julho de 1901, não fez nenhuma menção à coluna que Vilela escrevia no ‘Jornal Pequeno’. A estratégia do Diário era ignorar publicados contra o grupo político rosista.

de fachadas de tamanha quantidade, que reduziram-na a uma urupema¹³¹³”, sendo Pernambuco dominado por uma “súcia de exploradores dos cofres públicos, saturninos envenenadores do povo, usurpadores dos seus direitos, mantenedores da sua fome¹³¹⁴”. Segundo Vilela, o responsável por esse estado de coisas era o conselheiro Rosa e Silva, que deveria, como castigo, recitar o “necrológio da infeliz dignidade pernambucana”, pouco a pouco ‘escrita’ por ele mesmo¹³¹⁵; pois a política praticada no Estado é “pura e simplesmente política do conselheiro Rosa e Silva (...) que só vive de falsificações: falsifica leis, falsifica atas, falsifica até dinheiro¹³¹⁶”.

Nos ‘*Reparos*’, Vilela defendeu uma “aplicação mais honesta, mais justa, mais útil, mais aproveitável” dos recursos públicos, defendendo que o governo construísse um sanatório para acolher os tuberculosos de Pernambuco¹³¹⁷. Para ele o dinheiro dos impostos não deveria ser usado para “remunerar parasitas ou alimentar os afeiçoados do governo, os fetichistas do poder, a súcia insaciável dos escravos da amizade e da disciplina”, mas para dar ao povo “tudo o que lhe falta, todas as comodidades públicas que a civilização tem introduzido, todos os benefícios que ele tem direito”. Para o nosso biografado os recursos do erário deveriam ser gastos para o “bem do povo e não em benefício de uns tantos auxiliares incondicionais da política do governo¹³¹⁸”.

O tema da corrupção foi recorrente nos ‘*Reparos*’; e, no artigo de 23.07.1901, Vilela comparou as cidades de Nápoles e do Recife, afirmando que na primeira quando se desvia dinheiro público, os envolvidos são submetidos a um processo judicial, mas no Recife, ‘na terra do Sr. Rosa e Silva’, os conselheiros praticam malfeitos e os prefeitos ‘vendem cabritos sem ter cabras’, e ao invés de serem processados, são “premiados com cadeiras na Assembleia¹³¹⁹”.

Nos ‘*Reparos*’, Vilela acusou o governador de mandar matar desafetos¹³²⁰ e o chamou de medroso pois se curvava às vontades do Diretor do Tesouro do Estado, dr.

¹³¹³ Jornal Pequeno (PE), 19.07.1901

¹³¹⁴ Jornal Pequeno (PE), 10.08.1901

¹³¹⁵ Jornal Pequeno (PE), 19.07.1901

¹³¹⁶ Jornal Pequeno (PE), 30.07.1901

¹³¹⁷ Segundo Robert Levine, a tuberculose e a disenteria eram as moléstias que mais provocavam óbito no Recife. Cf: LEVINE, ROBERT. **A velha usina Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. *Op cit.* p. 47.

¹³¹⁸ Jornal Pequeno (PE), 09.07.1901

¹³¹⁹ Jornal Pequeno (PE), 23.07.1901

¹³²⁰ Jornal Pequeno (PE), 06.07.1901

João Guimarães¹³²¹, bem como reclamou da ‘invasão’ que Pernambuco estava sofrendo de ordens religiosas, pois, segundo suas palavras, os jesuítas expulsos principalmente da Espanha estavam ingressando no Brasil e que os irmãos salesianos haviam conseguido “aboletar-se no tesouro público, abrindo brecha formidável no orçamento do Estado¹³²²” de Pernambuco, recebendo muitos “contos de réis, vergonhosamente dados de mão beijada ao celebríssimo Liceu falsificado dos Salesianos¹³²³”. Nas palavras de Vilela, essas ordens eram ‘pragas’, uma “espécie de peste negra¹³²⁴”. Como já demonstramos ao longo deste trabalho, Vilela foi, ao longo de toda a sua vida, um incansável defensor da educação laica. A pressão de Vilela pela expansão da escola pública em Pernambuco fazia todo o sentido, uma vez que Pernambuco era o estado brasileiro que menos alocava recursos no campo da instrução pública, investindo apenas 5% do orçamento do estado, enquanto que o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul investiam, respectivamente, 15% e 20%¹³²⁵.

A partir do mês de setembro de 1901, Vilela começou a publicar uma série de crônicas intituladas “*Quadros da Vida*”¹³²⁶. Essas crônicas, embebidas do cotidiano, representam um depósito fecundo de experiências sociais. Com um olhar sociológico, Vilela ‘devassou’ lojas, bondes, trens, festas públicas e privadas, pastoris, presépios, teatros e saraus, procurando estabelecer uma nova trama de significados para os acontecimentos do dia a dia. É possível perceber através desse folhetim a sensibilidade de Vilela diante de problemas sociais do seu tempo.

As primeiras crônicas retratam o mundo do comércio, das lojas de tecido. Vilela descreveu o interior das lojas, o perfil sócio econômico dos consumidores, o sistema de crédito, os diálogos entre os caixeiros e os fregueses, os preços das caxemiras, das chitas, das alpacas. Não escapou da sua observação as diferentes maneiras de falar dos consumidores, oscilando entre a fala ‘erudita’ das lojas ‘elegantes’ da rua Nova e o linguajar ‘popular’ das casas frequentadas por consumidores não abastados da rua do Rangel.

¹³²¹ Jornal Pequeno (PE), 08.07.1901

¹³²² Jornal Pequeno (PE), 18.07.1901. O Diário de Pernambuco (PE), órgão rosista, não se defendeu das acusações de Carneiro Vilela. Manteve a estratégia do silêncio.

¹³²³ Jornal Pequeno (PE), 10.07.1901. O governo de Pernambuco concedeu 3 contos de réis ao Colégio de Artes e Ofícios dos Salesianos. Cf: Diário de Pernambuco (PE), 12.07.1901

¹³²⁴ Jornal Pequeno (PE), 18.07.1901

¹³²⁵ LEVINE, ROBERT. *Op cit.* p. 106.

¹³²⁶ Jornal Pequeno (PE), 03.09.1901

Vilela também ‘pintou’ um quadro dos bondes da cidade do Recife, suas linhas, seus frequentadores e seus itinerários, constatando profundas diferenças sociais, econômicas, culturais e comportamentais entre os usuários do serviço de transporte. Ele argumentou que cada linha de bonde tinha “o seu pessoal próprio (...) e isto abrange o pessoal que viaja (...) e o pessoal da companhia empregado no bonde ou na linha¹³²⁷”. E que até os burros, a depender da linha, eram “mais adestrados, mais inteligentes, mais instruídos no seu ofício¹³²⁸”.

Vilela constatou que os assuntos discutidos no bonde de Afogados eram diferentes dos da linha da Madalena. No primeiro falava-se de pornografia e carestia e o segundo de política, literatura¹³²⁹ e orçamento do Estado¹³³⁰. Ele registrou que muitos dos passageiros do bonde da Madalena eram ricos capitalistas, “grandes figuras ornamentais do comércio, quase umas cariátides que sustentam o frontispício dos grandes edifícios especulativos, esses edifícios financeiros fabulosamente prósperos¹³³¹”, enquanto que os usuários do bonde de Afogados eram mal remunerados funcionários públicos que “apesar de viverem palitando os dentes e saboreando os cigarros, conhece-se que não almoçaram bem e que nos seus estômagos ainda há lugar para outro almoço¹³³²”. Vilela também ‘flagrou’ uma conversa entre os passageiros do bonde de Afogados, reveladora da sua situação socioeconômica:

- “o chicote do cocheiro bate nos burros só na pele, e o do governo nos bate cá por dentro, na alma; açoita-nos o brio, a dignidade e às vezes até a honra”. (...)

- “este burro é mais feliz que eu: ao menos tem o que comer, não deve nada a ninguém, (...) não tem medo de ser demitido se não votar na chapa do governo¹³³³”.

Segundo Vilela, mudar de bonde é quase “mudar de terra¹³³⁴”, pois no bonde do Derby, depois do espetáculo teatral domina a pândega e a algazarra, enquanto que no bonde da Fernandes Vieira andam padres que dizem que a “República é um parto

¹³²⁷ Jornal Pequeno (PE), 30.09.1901

¹³²⁸ Jornal Pequeno (PE), 02.10.1901

¹³²⁹ Jornal Pequeno (PE), 30.09.1901

¹³³⁰ Jornal Pequeno (PE), 03.10.1901

¹³³¹ Jornal Pequeno (PE), 02.10.1901

¹³³² Jornal Pequeno (PE), 01.10.1901

¹³³³ Jornal Pequeno (PE), 01.10.1901

¹³³⁴ Jornal Pequeno (PE), 04.10.1901

diabólico só comparável à maçonaria” e que conversam sobre os segredos do confessionário fazendo “observações a respeito dos homens e senhoras, sobre a virtude aparente de uma mãe de família, sobre a suposta honradez do chefe de uma casa¹³³⁵”.

Além dos bondes, Vilela trouxe um pouco do cotidiano dos trens suburbanos. No trem do São Francisco, por exemplo, embarcavam, na primeira classe, plantadores de cana que defendiam que o “governo deveria acabar com o Exército, com a Marinha, com os bacharéis e com os vagabundos, mandando toda essa gente para a lavoura¹³³⁶”, uma vez que havia carência de braços para a lavoura de cana. Nas suas conversas, eles discutiam os altos custos dos fretes e os altos impostos sobre as usinas e os banguês. Para Vilela, ao longo da viagem desencadeavam-se opiniões e lamúrias, sendo “cada passageiro um Jeremias de chapéu Chile (...) chorando sobre as ruínas de Sião, que é a lavoura¹³³⁷”.

Vilela também ‘viajou’ nos trens de Limoeiro e da Central. Segundo ele, os ‘*wagons*’ da linha Limoeiro recebiam os boiadeiros e marchantes que viajavam para fazer negócios com o gado advindo da Paraíba, sendo a política o assunto principal das conversas e a maior fonte de aborrecimento¹³³⁸. Nos ‘*wagons*’ da linha Central era impossível viajar de roupa limpa, pois “por economia, ganância ou má gerência”, a chaminé do trem costumava derramar fagulhas que eram “impelidas pelo vento para dentro do *wagon* e para cima dos passageiros”, queimando alguns chapéus, saias e anáguas¹³³⁹.

Vilela retratou o trem suburbano que fazia a viagem da Várzea a Dois Irmãos, passando por bairros abastados da cidade do Recife. Ele informou que na primeira classe “domina quase que em absoluto o elemento britânico” e que o *wagon* assemelhasse a um gabinete de leitura, pois os passageiros leem jornais, sendo o ‘*Times*’ e ‘*A Província*’ os mais frequentes, raramente o ‘*Jornal do Recife*’ e o “*Diário...nunca!*¹³⁴⁰”. Os passageiros da segunda classe: ‘valentões’ que à noite faziam sambas nos *wagons*,

¹³³⁵ Jornal Pequeno (PE), 05.10.1901

¹³³⁶ Jornal Pequeno (PE), 15.10.1901

¹³³⁷ Jornal Pequeno (PE), 16.10.1901

¹³³⁸ Jornal Pequeno (PE), 17.10.1901

¹³³⁹ Jornal Pequeno (PE), 23.10.1901

¹³⁴⁰ Jornal Pequeno (PE), 25.10.1901

‘lavadeiras’ que carregavam trouxas de roupas, ‘vadios peraltas e insolentes’, ‘criados’, ‘operárias’, ‘mulher de soldado’¹³⁴¹.

Nos seus ‘*Quadros da Vida*’, Vilela retratou as festas públicas e particulares, construindo um vivo painel das celebrações profanas e sacras. As quermesses, as procissões religiosas, os casamentos, os batizados, a festa natalina, a missa do galo, os presépios, os pastoris, os teatros particulares e os saraus fizeram parte das suas crônicas que documentaram um pouco da vida social nos primeiros anos do século XX¹³⁴².

O ano de 1901 foi extremamente trabalhoso para Vilela. Ele ajudou a fundar a *Academia Pernambucana de Letras*, retomou as suas atividades no *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, e escreveu diversas colunas e folhetins nos periódicos ‘*A Província*’ e ‘*Jornal Pequeno*’. Vilela ainda encontrou tempo para pintar o cenário do drama encenado no Teatro de Santa Isabel ‘*Fidalgos e Operários*’ ou a *Tomada da Bastilha*’, de Adolphe d’Ennery¹³⁴³. A carga foi grande e o corpo não aguentou o ‘fardo’. No final do mês de novembro, ele sofreu um novo insulto cerebral, o que o prostrou por alguns meses, obrigando-o a reduzir a jornada de trabalho.

¹³⁴¹ *Jornal Pequeno* (PE), 26.03.1901

¹³⁴² *Jornal Pequeno* (PE), 19.11.1901 a 23.11.1901; 25.11.1901 a 29.11.1901; 01.12.1901; 03.12.1901 a 05.12.1901; 11.12.1901; 24.12.1901; 28.12.1901; 04.01.1902; 10.01.1902; 11.01.1902; 16.01.1902; 17.02.1902; 18.02.1902; 27.02.1902; 06.03.1902

¹³⁴³ *A Província* (PE), 14.07.1901 e 16.07.1901 e *Diário de Pernambuco* (PE), 16.07.1903

4.3 – 1902-1913: convalescência, trabalho intelectual e polêmicas

No início de 1902, Vilela deixou o Recife e foi morar em Caruaru, com o intuito de repousar e recuperar a sua saúde¹³⁴⁴. O novo AVC não afetou as suas faculdades cognitivas, apesar de deixá-lo meio paralítico do lado direito, fato que dificultou a sua escrita e locomoção. Vilela, entretanto, não se abatia facilmente. Ele era ambidestro e passou a escrever com a mão esquerda¹³⁴⁵ e, em pouco tempo, começou a publicar artigos esparsos no ‘*Jornal Pequeno*’ e na ‘*A Província*’.

A partir de fevereiro de 1902, Vilela voltou a escrever para o ‘*Jornal Pequeno*’, abordando a conjuntura política em Pernambuco e batendo na mesma tecla, ou seja, atacando a oligarquia rosista¹³⁴⁶ e vocalizando as suas insatisfações com as práticas nada republicanas existentes no Brasil.

No mês de maio, Vilela retornou ao Recife e à “estrada larguíssima da imprensa”, lamentando que havia ficado muito tempo “num descanso infecundo à beira do caminho¹³⁴⁷”, em “estática contemplação da natureza, sob o cabuloso pretexto de refazer forças físicas e espirituais”. Ele voltou entusiasmado e com o desejo de ‘acertar o passo’ e continuar a ‘viagem do jornalismo’

“essencialmente necessário e útil, através dos meandros dos fatos sociais, estudando, comparando, aprendendo, ensinando, sempre em busca de um ideal que é o repositório da nobreza, ao mesmo tempo que se vai semeando um outro ideal, que é um *mare magnum* de observações e de ensinamentos, de conselhos e de censuras, de consolações e de castigos, uma espécie de missão paternal¹³⁴⁸”.

Cheio de afeto, Vilela confessou que na sua estada solitária em Caruaru viu “distanciarem-se os bons amigos de excursão e de estudo”, verdadeiros “cirineus

¹³⁴⁴ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. Cit.* p. 14 e *A Província (PE)*, 26.01.1902

¹³⁴⁵ *Ibidem.* p. 15

¹³⁴⁶ Entre fevereiro e abril de 1902, Vilela escreveu no *Jornal Pequeno* diversos artigos: ‘Reboliços políticos’ (18,19,20,21 de fevereiro); ‘Governo de palha’ (25/02); ‘Um problema difícil’ (1,3,5,6 de março); ‘Gloria in excelsis’ (10/03); ‘Análise’ (12, 13 de março); ‘De longe’ (14/03); ‘Confrontações’ (17,18,19,20,21 março); ‘Falta perdão’ (01/04); ‘Os Resultados’ (07/04); ‘Vergonha nova’ (25/04)

¹³⁴⁷ *Jornal Pequeno (PE)*, 09.05.1902

¹³⁴⁸ VILELLA, Carneiro. **Contos e Recordações**. Bibliografia. Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Livros de recortes de textos de Carneiro Vilela de diversos periódicos doado ao Gabinete. Não foi encontrada a ata de doação. O livro consta de cerca de 400 páginas que não estão numeradas.

obsequiadores”, e que chegou a “perdê-los de vista, de vista dos olhos, mas não felizmente da vista do coração¹³⁴⁹”.

Além dos escritos no ‘*Jornal Pequeno*’, Vilela exercitou na ‘*A Província*’ o seu veio crítico no campo da literatura, analisando obras de Amélia de Freitas Bevilaqua, Virgílio Várzea, Domingos Magarinos, Odilon Nestor e Gustav Flaubert. As críticas elaboradas por Vilela possuem um tom bastante ameno, bem distante do tom agressivo do seu jornalismo político. Ao comentar o livro de contos ‘*Alcyone*’, de Amélia Bevilaqua, Vilela não economizou elogios, afirmando que a autora possuía uma “imaginação graciosa e sutil” e que era uma “espécie de violeta que vivia escondida na modéstia do seu canteiro”. Ele defendeu que a escrita de Amélia era marcada por um forte contraste com Gorki, escritor russo “propagandista de ideias socialistas, eivado de amarguras, filosófico e intenso em tudo, ora trágico como a desgraça, ora sardônico como a inveja, sempre, porém amargo como a miséria”, pois os contos da autora eram “despidos de amargura e cheios dos encantos piegas das almas ingênuas, dos espíritos sadios e alegres, que nunca mediram as profundezas da miséria humana”. Ao contrário do ‘espírito revoltado’ de Gorki que “cospe sobre a sociedade a saliva da sua indignação, descrevendo-lhes as misérias, pondo a nu o que ela tem de mau e hipócrita”, a autora nunca perscrutou as “agonias da sociedade (...) não conhecendo da vida senão o seu lado mimoso e bom”. Para Vilela, os contos de Amélia anunciam a primavera, não a tempestade¹³⁵⁰.

Vilela também elaborou um arrazoado crítico sobre o livro de poesias ‘*Thopheos*’, de Domingos Magarinos, destacando que o autor se inspirou na natureza opulenta e tropical e apresentou “o curso dos nossos regatos sem grandes saltos de grandes cachoeiras”, fazendo “o encanto dos nossos sentidos, dando à nossa existência uma amenidade que lhe suaviza as agruras do passado e as incertezas do futuro”. Vilela afirmou que não se encontra nos ‘*Thopheos*’ “nenhuma dessas rebuscadas torturas de frases que a tornam uma espécie de Laocoonte”, mas a “suavidade de contornos das Vênus de Praxíteles ou da pureza das linhas das madonas de Rafael¹³⁵¹”. Vilela, profundo conhecedor da história da arte, recorria, nos seus arrazoados críticos, a uma imagética oriunda do mundo da escultura (as ‘torturas’ de Laocoonte, a ‘suavidade’ da

¹³⁴⁹ *Ibidem.*

¹³⁵⁰ *Ibidem.*

¹³⁵¹ *Ibidem.*

Vênus) e da pintura ('pureza' das linhas de Rafael). Ele procurava nas obras de arte metáforas que pudessem falar sobre a obra literária analisada.

Vilela resenhou "*As Tentações de Santo Antão*", de Gustav Flaubert, afirmando que o autor fez um "belíssimo e profundo estudo crítico e científico, histórico e literário" sobre o santo ermitão dilacerado pelos "jejuns e pelo cilício, pela abstinência dos gozos e pela auto-sugestão de martírio" e que a obra realiza a "crítica histórica e filosófica de todas as religiões" e a "síntese do pensamento humano através dos séculos"¹³⁵².

Ao comentar o volume de poesia '*Juvenillia*', de Odilon Nestor, Vilela derramou elogios declarando que leu o livro "com a íntima satisfação de quem saboreia com sibaritismo um manjar delicioso", pois a lírica do autor "corre suave, branda, e por vezes, faz lembrar ninfas gregas a dançarem nos bosques da velha Arcádia ao som da flauta de um fauno inocente". Vilela argumentou que há nos versos de Odilon uma 'melancolia literária e social', não uma melancolia real, pulsante no coração do poeta, mas uma 'melancolia de salão', pois adquirida 'com as leituras', não sendo portanto a "melancolia do sertanejo, natural e atávica"¹³⁵³.

De volta ao Recife desde maio de 1902, Vilela, além das atividades jornalísticas, voltou a participar das reuniões do *Instituto Histórico*¹³⁵⁴ e da *Academia de Letras*¹³⁵⁵. Para esta última instituição ele doou um volume encadernado contendo toda a coleção do hebdomadário maçônico '*O Oriente*¹³⁵⁶'. Um fato trágico, entretanto, marcou a sua vida no mês de agosto, quando a sua neta, que contava com apenas 1 ano e dois meses, morreu afogada num tanque no quintal da sua residência, situada na rua da Concórdia, no bairro de São José¹³⁵⁷. Esse fato e o agravamento da sua doença, devem ter contribuído para fazê-lo voltar a Caruaru, iniciando uma fase de certa inatividade intelectual, que se prolongou até meados de 1904.

¹³⁵² A Província (PE), 16.05.1902

¹³⁵³ A Província (PE), 16.05.1902

¹³⁵⁴ Segundo as atas de reunião do Instituto Histórico, Vilela esteve presente nas reuniões dos dias 01.05.1902, 12.06.1902, 26.06.1902, 10.07.1902, 17.07.1902, 20.07.1902, 24.07.1902, 31.07.1902, 14.08.1902. Cf: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, Volume 13. 1908, pág. 686, 688, 690, 691, 692, 693, 695 e Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, Volume 14. 1909, pág. 679 e 681. Diário de Pernambuco (PE), 02.05.1902 e Jornal do Recife (PE), 29.06.1902; 22.07.1902 e A Província (PE), 19.08.1902.

¹³⁵⁵ Diário de Pernambuco (PE), 18.05.1902; 15.06.1902; 10.08.1902 e A Província (PE), 24.06.1902

¹³⁵⁶ A Província (PE), 14.09.1902

¹³⁵⁷ A Província (PE), 22.08.1902

Em 1904, Vilela retomou o trabalho e pintou parte do cenário da peça *'Nu e Cru'*, da autoria de Domingos Magarinos¹³⁵⁸, bem como passou a integrar o corpo de redação da revista *'A Cultura Acadêmica'*¹³⁵⁹. Nessa revista ele publicou a crônica *'Oração de São Silvestre – Recordações de Colégio'*, traçando um panorama da educação que ele recebeu na sua adolescência¹³⁶⁰. Também no ano de 1904, ele voltou a frequentar as reuniões do *Instituto Histórico*¹³⁶¹ e da *Academia Pernambucana de Letras*¹³⁶² e iniciou no *'Jornal Pequeno'* a publicação de um novo folhetim: *'Os filhos do Governador'*¹³⁶³. Este se prolongou até o ano de 1907 e contou com 231 inserções.

'Os Filhos do Governador' é um romance histórico do século XVII. A maior parte da trama se desenvolve em Olinda, antiga capital da capitania de Pernambuco, durante o governo de João da Cunha de Souto Maior, “devoto quase fanático” e “educado na escola da astúcia das cortes de Portugal”¹³⁶⁴. A memória do governo de Souto Maior “nunca deixou de ser maldita, tanto pelos nobres quanto pelo povo”¹³⁶⁵, uma vez que o seu governo, entre os anos de 1685-1688, foi marcado por prisões arbitrárias, negócios ilícitos e desvios de dinheiro público. O assalto ao erário foi tão intenso que a justiça de Portugal sequestrou todos os bens do governador, segundo “carta régia de 19 de março de 1690”¹³⁶⁶. Além dos atos ilícitos cometidos pelo governador, os seus filhos, Ruy Souto Maior e Vasco Souto Maior, praticaram diversos atos desonestos, como roubo, extorsão e estupro, sendo várias mulheres “vítimas da concupiscência de D. Ruy e da lascívia de D. Vasco”¹³⁶⁷. Para o narrador, esses fidalgos que nos mandam Portugal vêm para “enricar à nossa custa por isso arrancam couro e cabelo do pobre povo”¹³⁶⁸.

Ao narrar o corrupto e despótico governo de Souto Maior, Vilela não perdeu a oportunidade de estocar a oligarquia rosista, afirmando que os leitores vão descobrir “nas pessoas e fatos do passado, fatos e pessoas da atualidade fielmente retratados, e se

¹³⁵⁸ Jornal do Recife (PE), 16.07.1904

¹³⁵⁹ A Província (PE), 12.08.1904

¹³⁶⁰ A Cultura Acadêmica – Ciências e Letras do Recife (PE), Ano II, Vol II, Tomo I, Fascículo I, 1905

¹³⁶¹ Jornal do Recife (PE), 11.10.1904 ; A Província (PE), 23.12.1904

¹³⁶² Diário de Pernambuco (PE), 21.10.1904

¹³⁶³ Jornal Pequeno (PE), 19.12.1904

¹³⁶⁴ Jornal Pequeno (PE), 14.01.1904

¹³⁶⁵ Jornal Pequeno (PE), 04.01.1907

¹³⁶⁶ Jornal Pequeno (PE), 04.01.1907

¹³⁶⁷ Jornal Pequeno (PE), 19.07.1905

¹³⁶⁸ Jornal Pequeno (PE), 03.02.1905

admirarão de vê-los figurarem em idênticos enredos, com paixões análogas, numa extraordinária semelhança de circunstâncias¹³⁶⁹”.

O velho literato procurou equilibrar no folhetim ‘*Os Filhos do Governador*’ elementos ficcionais e históricos. O narrador confessa que recorreu à história e à crônica da época para construir parte da arquitetura do folhetim¹³⁷⁰. Em diversas passagens do romance, o ‘Vilela historiador’ predominou, elogiando as ações governativas de Maurício de Nassau, condenando o governo de Jerônimo Mendonça Furtado, o Xumberga, descrevendo a rua dos Judeus, local da antiga Sinagoga e “hediondo viveiro humano sempre bem provido, graças ao tráfico constante entre o Brasil e as costas d’África¹³⁷¹”, bem como abordando o governo de João da Cunha de Souto Maior, personagem histórico e ficcional, simultaneamente.

Não escaparam da lente de Vilela práticas econômicas e médicas de Pernambuco do século XVII. Ele inseriu no seu folhetim tópicos relacionados à produção de doces para exportação, ao tráfico negreiro, ao contrabando de pau-brasil, aos monopólios da Companhia Geral de Navegação, ao sistema tributário e aos negócios do açúcar. Além do tema econômico, ele descreveu a epidemia de peste que grassou em Pernambuco em 1686, inserindo no seu folhetim um fértil debate sobre as causas da doença e a melhor maneira de erradicá-la¹³⁷². Três argumentos se delinearam na ‘conferência médica’ sobre a peste: a tese da origem divina da doença, sendo esta vista como um castigo de Deus; a tese da origem celeste da peste, devido à passagem de um cometa no ano anterior e a tese natural da doença que acusava as águas paradas do Varadouro como a sua causa. Vilela deve ter estudado bastante para escrever estas páginas recheadas de citações de Hipócrates, Avicena, Galeno, Pedro Miguel de Hereria, Jorge Baglivio, Ovídio, Paracelso, Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás.

Nesta ‘conferência médica’ sobre a peste, Vilela deixou as fronteiras entre história e ficção indefinidas, uma vez que um dos personagens do debate foi o médico João Ferreira Rosa, autor da obra ‘*Tratado Único da Constituição Pestilencial de*

¹³⁶⁹ Jornal Pequeno (PE), 19.02.1904

¹³⁷⁰ Jornal Pequeno (PE), 19.12.1904

¹³⁷¹ Jornal Pequeno (PE), 24.02.1905

¹³⁷² Jornal Pequeno (PE), 22.09.1905, 26.09.1905, 02.10.1905, 04.10.1905, 10.10.1905, 13.10.1905, 17.10.1905, 18.10.1905, 24.10.1905, 26.10.1905, 03.11.1905, 07.11.1905, 10.11.1905.

*Pernambuco*¹³⁷³, que viveu no mesmo período em que a doença se propagou pela capitania.

Além das figuras históricas já citadas, outras povoaram o universo ficcional vileliano, como o beneditino Ruperto de Jesus¹³⁷⁴, o governador geral dos índios da capitania de Pernambuco Sebastião Pinheiro Camarão e o capitão de infantaria Bernardo Vieira de Melo, um dos líderes da Guerra dos Mascates.

‘*Os Filhos do Governador*’, penúltimo folhetim escrito por Vilela, comprova a influência da história na sua produção literária. Com esse folhetim, ambientado no século XVII, Vilela completou a sua ‘viagem’ pelos quatro séculos da história de Pernambuco. É inegável que Vilela seguiu à risca os conselhos dados por Franklin Távora ao comentar o drama ‘*Soberba*’, no ano de 1869. Nessa ocasião Távora sugeriu que a literatura deveria voltar os seus olhos para as “inexploradas abundâncias da história colonial”. Távora, se estivesse vivo, ficaria feliz ao saber que Vilela levou a sério o seu conselho.

Vilela acentuou o ritmo de trabalho em 1905, participando com assiduidade dos encontros no *Instituto Histórico*¹³⁷⁵ e na *Academia de Letras*¹³⁷⁶; e escrevendo folhetins e colunas regulares no ‘*Jornal Pequeno*’, artigos esparsos na ‘*A Província*’ e folhetins

¹³⁷³ ROSA, João Ferreira. ‘*Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco*’. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal, 1694.

Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=pNf610-vocoC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=Pernambuco+Pestilencial%E2%80%99&source=bl&ots=xkxQB9B_M3&sig=dDYXYJgVnnanYF1V3zQpz2uaN1g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjD-NyX9-LJAhVCEZAKHZWaD_YQ6AEIHDAA#v=onepage&q=Pernambuco%20Pestilencial%E2%80%99&f=false Acesso em: 10.10.2015

¹³⁷⁴ “O frei Ruperto de Jesus nasceu na vila de Igarassu (Pernambuco), a 9 de agosto de 1644, e morreu na cidade da Bahia, em 1708. Monge beneditino, professor no mosteiro do Rio de Janeiro e doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, desempenhou, em sua ordem, as funções de lente de teologia, provincial e visitador geral; foi, ainda, qualificador do Santo Officio”. Disponível em: <http://acervo.cedaph.org/items/show/1446> Acesso em: 10.12.2015

¹³⁷⁵ Vilela participou das reuniões do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco ocorridas entre os meses de fevereiro a dezembro de 1905. Cf: *Jornal do Recife* (PE), 18.02.1905, 18.03.1905, 08.04.1905, 03.05.1905, 11.06.1905, 12.07.1905, 26.08.1905, 26.09.1905, 25.10.1905, 11.11.1905, 08.12.1905; *A Província* (PE), 12.05.1905. Segundo as atas de reunião do Instituto Histórico, Vilela esteve presente nas reuniões dos dias 16.02.1905, 16.03.1905, 23.03.1905, 06.04.1905, 27.04.1905, 14.05.1905, 08.06.1905, 06.07.1905, 10.08.1905, 31.08.1905, 14.09.1905, 28.09.1905. Cf: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife. Imprensa Industrial. Volume 16. 1914. p. 348, 487, 488, 491, 493, 494, 497, 498, 500, 503, 504, 506.

¹³⁷⁶ Vilela participou de várias reuniões na Academia Pernambucana de Letras ocorridas nos meses de março, abril, maio, dezembro de 1905. Cf: *Jornal do Recife* (PE), 17.03.1905, 12.15.1905; *A Província* (PE), 05.05.1905, 28.12.1905; *Diário de Pernambuco* (PE), 28.04.1905

no ‘*Correio do Recife*’. Além do trabalho intelectual, ele exerceu o cargo “*cara-mór* diretor¹³⁷⁷” do Club carnavalesco ‘*Cara Dura*¹³⁷⁸’.

O ‘*Cara Dura*’ foi fundado em 1901, tendo dois filhos de Vilela como integrantes: Leão Vilela e Carlos Bruno Vilela¹³⁷⁹. Eles possuíam papel bastante ativo no bloco, participando dos trabalhos carnavalescos de organização e ornamentação¹³⁸⁰. O ‘*Cara Dura*’ não era partidário do entrudo, mas do carnaval anárquico e jocoso que procurava satirizar os poderosos e rememorar alguns acontecimentos relevantes. No seu primeiro desfile, o bloco contou no seu préstito com 13 ‘carros’, cada um deles representando um assunto que os integrantes do bloco desejavam criticar e/ou homenagear. O segundo carro, por exemplo, criticou o câmbio “por um engenhoso mecanismo que sobe e desce sem cordão”; já o nono carro, realizou uma crítica à companhia de bondes, enquanto que o décimo carro homenageou o “heroísmo e o patriotismo do sul da África¹³⁸¹”. Ao que parece, Vilela desde 1901 cooperou com o bloco, pintando, com o seu “pincel miraculoso¹³⁸²”, muitos dos seus carros. Em 1905, ele tornou-se sócio e presidente do ‘*Cara Dura*¹³⁸³’.

No *Instituto Histórico*, Vilela foi eleito pelos seus pares para a comissão de trabalhos históricos¹³⁸⁴, escreveu o artigo ‘*Ligeiros apontamentos para a história da abolição em Pernambuco*’, abordando a história do *Club do Cupim*, importante organização abolicionista que lutou contra a escravidão em Pernambuco na década de 1880¹³⁸⁵, bem como participou de uma comissão encarregada de fazer uma pesquisa no cemitério indígena de Limoeiro, realizando escavações no sítio da Pedra do Caboclo e no Engenho Duas Pedras. A comissão encontrou no referido engenho diversas igaçabas, importante pote cerâmico indígena relacionado a rituais fúnebres. Além disso, a comissão constatou a existência de tribos indígenas em Limoeiro até o final do século XVIII¹³⁸⁶.

¹³⁷⁷ A Província (PE), 25.01.1905

¹³⁷⁸ A Província (PE), 16.03.1905

¹³⁷⁹ A Província (PE), 30.01.1901 e 02.02.1901

¹³⁸⁰ A Província (PE), 03.04.1901

¹³⁸¹ A Província (PE), 17.02.1901

¹³⁸² Jornal do Recife (PE), 21.02.1924

¹³⁸³ A Província (PE), 25.01.1905

¹³⁸⁴ Jornal do Recife (PE), 18.02.1905

¹³⁸⁵ DANTAS, Leonardo (org). **A Abolição em Pernambuco**. Recife: Fundaj. Editora Massangana. 1988. p. 27-35

¹³⁸⁶ Diário de Pernambuco (PE), 27.08.1905

Na *Academia de Letras*, Vilela leu, durante algumas semanas, a peça ‘*A Bertoleza*’, “opereta cômico-crítico-política”, ambientada “no tempo das repúblicas e no país dos sonhos ou reino do caranguejo¹³⁸⁷”, sendo muito felicitado pelos colegas¹³⁸⁸. Ele também integrou a comissão de redação da Revista da Academia¹³⁸⁹ e esteve presente na solenidade de recepção do escritor Euclides da Cunha¹³⁹⁰.

Mesmo andando pelas ruas com certa dificuldade, por conta das sequelas do acidente vascular cerebral sofrido em 1901, Vilela saía de casa todas as manhãs para trabalhar em diversas redações de jornais da cidade¹³⁹¹. Em 1905, ele trabalhava em três jornais: ‘*A Província*’, ‘*O Jornal Pequeno*’ e o ‘*Correio do Recife*’. Neste último periódico ele publicou o folhetim ‘*Eterno Tema*’, que no ano seguinte saiu do prelo em formato de livro¹³⁹².

‘*Eterno Tema*’ é um folhetim trágico e moralista ambientado na Corte na segunda metade do século XIX que narra as desventuras do doutor Paulo e da belíssima prostituta Carmelina, “uma criatura perdida...uma mulher pública¹³⁹³”. Paulo, recém formado em medicina, filho de dona Jeronyma, rica senhora de engenho de Pernambuco, é noivo de Júlia, “uma das meninas mais formosas da corte (...) bonita, espirituosa, bem educada e rica¹³⁹⁴”. Para enorme tristeza da sua mãe, Paulo abandonou a sua noiva e casou-se com a cortesã Carmelina, dilapidando a sua fortuna com uma vida de muito fausto.

Depois de alguns anos de vida pródiga, o dinheiro acabou e Carmelina abandonou Paulo, deixando-o arrasado e com ideias suicidas. O suicídio, entretanto, não se consumou e Paulo procurou dar um novo sentido à sua vida, resolvendo embarcar para a Guerra do Paraguai na condição de soldado do Corpo de Voluntários da Pátria. Para Paulo, envergonhado por ter abandonado a sua noiva, magoado a sua mãe e vivido como um devasso, a guerra era uma “perspectiva redentora¹³⁹⁵”, pois ele esperava que o

¹³⁸⁷ Diário de Pernambuco, 15.10.1889

¹³⁸⁸ Jornal do Recife (PE), 27.04.1905 e A Província (PE), 05.05.1905

¹³⁸⁹ Diário de Pernambuco (PE), 15.12.1905

¹³⁹⁰ A Província (PE), 28.12.1905

¹³⁹¹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 15

¹³⁹² Jornal do Recife (PE), 24.08.1906

¹³⁹³ VILELA, Carneiro. **Eterno Tema**. Recife. Typografia do Correio do Recife. 1906. p. 88

¹³⁹⁴ *Ibidem.* p. 41 e p. 46

¹³⁹⁵ *Ibidem.* p. 514

nome do soldado encobrisse o do devasso e que o ‘amor da pátria’ lavasse ‘as manchas de amor da prostituta’¹³⁹⁶.

Carmelina, depois de abandonar Paulo, foi viver com Gabriel, levando uma vida de luxo e lascívia. Posteriormente, quando o dinheiro de Gabriel acabou ela fugiu com um novo amante. E pouco a pouco, foi “descendo a ladeira da vida: descendo de camada em camada, de abismo em abismo”¹³⁹⁷, até contrair tuberculose e passar a viver num cortiço, local “humilde e sórdido”, onde “reina um burburinho confuso de colmeia, que às vezes (...) degenera em gritaria, quando, por qualquer motivo fútil na aparência, os ânimos se exaltam e se forma uma contenda”¹³⁹⁸.

Apesar de a doença apresentar um estágio avançado, o proprietário do cortiço, o barão Bartolo, indiferente ao seu sofrimento, ordenou que Carmelina fosse despejada do quarto por não pagar o aluguel.

A ação de despejo não se concretizou pois o dr. Matias intercedeu a favor de Carmelina. Dr. Matias, médico da Misericórdia, tio de Júlia e amigo de dona Jeronyma, estendeu a mão para aquela que desgraçou a felicidade da sua sobrinha e da sua amiga. Ele, Júlia e Jeronyma dedicavam-se à caridade, visitando os cortiços e fazendo o bem pelo bem, sem outro interesse que a satisfação de suas consciências¹³⁹⁹.

Nas últimas páginas do drama, Júlia e Jeronyma se deparam com o sofrimento de Carmelina, quando de repente surge Paulo que se ajoelha e pede perdão à mãe. A cortesã, ao avistar Paulo tem uma crise e aos “borbotões começou a deitar sangue pela boca”¹⁴⁰⁰, fato que a levou à morte. Paulo, não sensibilizado pelo sofrimento de Carmelina, lança-lhe improperios, amaldiçoando-a e afirmando que ela ‘semeou a vergonha’ em sua vida e o ‘martírio na alma’ da sua mãe. A sua mãe, entretanto, pede ao filho que não amaldiçoe Carmelina, pois Jeronyma a perdoou. E num gesto elevado ajoelha-se diante da morta.

A atividade de Vilela no ‘*Jornal Pequeno*’ foi bastante intensa em 1905 com a continuação do folhetim ‘*Os Filhos do Governador*’ e com a escrita de duas colunas regulares: ‘*A Semana*’ e ‘*Coisa Simples*’, ambas assinadas, respectivamente, com

¹³⁹⁶ *Ibidem.* p. 515

¹³⁹⁷ *Ibidem.* p. 497

¹³⁹⁸ *Ibidem.* p. 471

¹³⁹⁹ *Ibidem.* p. 502

¹⁴⁰⁰ *Ibidem.* p. 516

pseudônimo *Carlos Vidigal e Ignotus*¹⁴⁰¹. A primeira coluna era redigida em versos e traçava um panorama bem humorado dos acontecimentos semanais. No dia 30.12.1905, Vilela repercutiu a passagem de Euclides da Cunha por Pernambuco:

“a passagem do ilustre literato desse autor dos Sertões (...) / surgiram não sei de onde – se de tocas / como finas minhocas - / apanhados à pressa, / literatos sem pernas nem cabeça, / literatos sem livros, mas de fios / nos dentes e nas línguas, que andaram pelas ruas da cidade / mostrando a todo o mundo da vaidade / as empolas e as ínguas / Que juízo faria o nosso Euclides / destes tais literatos de pevides, / literatos sem letras nem produto! / Do infalível ridículo bem lógico, / que sobre o nosso literário meio / fatalmente cairia / felizmente salvou-nos o Instituto, / o Instituto Arqueológico / e mais a Academia / de letras recebendo-o no seu seio¹⁴⁰²”.

Diferentemente da ‘*A Semana*’, a coluna ‘*Coisa Simples*’ foi escrita em prosa. Ao longo de meses, Vilela abordou temas diversos, com destaque para os assuntos políticos, realizando, como já havia feito anteriormente, uma pesada crítica à oligarquia rosista. Ele acusou o governo estadual de abrigar “Antônios Silvinos de gravatas brancas e luvas de pelica” que desviavam dinheiro dos cofres públicos, bem como denunciou que se a lei eleitoral fosse cumprida “o governo não teria unanimidade de deputados e o povo teria representantes que fossem realmente seus”. Vilela tratou também da demora da liberação da verba por parte do Governo Federal para a realização dos melhoramentos no Porto do Recife. Ele afirmou que o Estado de Pernambuco era um ‘servo humilíssimo’, ‘subserviente’ e sem ‘nenhuma altivez’ e que o Sr. Rosa e Silva ou era ‘um diretor político inútil ao seu Estado’ ou era ‘um chefe sem valor moral’.

Vilela acusou o governo de Sigismundo Gonçalves (1904-1908) de extinguir escolas, diminuindo a difusão do ensino e conseqüentemente aumentando o analfabetismo e, em alguns artigos da série ‘*Coisa Simples*’, lamentou a ‘estéril luta

¹⁴⁰¹ Luiz Nascimento, um dos primeiros biógrafos de Carneiro Vilela, não percebeu que ‘Carlos Vidigal’ e ‘Ignotus’ eram pseudônimos de Vilela. A pesquisa realizada sobre Vilela descobriu no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco um livro de recortes de artigos de jornais doado pelo próprio Carneiro Vilela ao Gabinete. Nesse livro estão artigos escritos pelo autor ao longo da primeira década do século XX e entre eles se encontram a coluna ‘*A Semana*’ e ‘*Coisa Simples*’.

¹⁴⁰² Jornal Pequeno (PE), 30.12.1905

intestina da oposição’ em Pernambuco’, incapaz de combater as ‘oligarquias nefastas¹⁴⁰³’.

Vilela bateu-se também contra a prefeitura do Recife e algumas de suas ‘(im)posturas’. Ele exortou o público leitor a plantar nos seus quintais árvores de rápido crescimento, no intuito de substituírem, nos recintos particulares, as árvores que nos privam nos recintos públicos, bem como defendeu que o poder público municipal conservasse e estimulasse a arborização da cidade, com o fim de “oxigenar o meio ambiente, ministrar sombras, atrair chuvas e conservar a umidade do solo, impedindo a evaporação rápida das águas e por consequência grande reverberação solar que gera o mormaço”. Vilela denunciou que o poder público municipal assinou com um contratante de limpeza um contrato de ‘sujidade pública’, uma vez que a empresa não cumpria com a sua obrigação de manter a cidade limpa¹⁴⁰⁴.

Ainda na coluna ‘*Coisa Simples*’, Vilela atacou a Repartição de Higiene da Prefeitura do Recife, que, entre outras atribuições, deveria fiscalizar a venda de gêneros de primeira necessidade nos mercados públicos. Vilela destacou que o leite, alimento importante para as crianças, era algumas vezes misturado com cal e outras “com água e polvilho, em tal quantidade que, quando fervido o leite fica reduzido a mingau¹⁴⁰⁵”.

‘*Coisa Simples*’ possuía uma grande variedade temática, tendo Vilela defendido a criação de uma política industrial no Brasil que protegesse o setor têxtil. Ao comentar uma propaganda publicada no Rio de Janeiro que defendia o uso de roupas de brim claras e leves, a pretexto de serem mais saudáveis e de estarem em harmonia com a temperatura de nosso clima, Vilela denunciou que a nova moda auxiliava “como sempre os interesses de manufaturas europeias, que precisam dar saída às suas fazendas claras e leves, fabricadas talvez em escala muito maior que o necessário para o consumo do mercado”. Vilela defendeu o uso de roupas leves, mas acrescentou que seria “patriótico” se os tecidos fossem produzidos pelas fábricas brasileiras, pois dessa maneira a “independência industrial” do país seria possível¹⁴⁰⁶.

Ao que parece o ‘*Diário de Pernambuco*’ ignorou os artigos que Vilela escreveu no ‘*Jornal Pequeno*’ sob a proteção do pseudônimo ‘ignotus’. Em apenas uma ocasião,

¹⁴⁰³ VILELLA, Carneiro. **Contos e Recordações**. *Op cit.*

¹⁴⁰⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁰⁵ *Ibidem.*

¹⁴⁰⁶ *Ibidem.*

o ‘*Diário*’, desconhecendo a identidade do escrevinhador, queixou-se dos seus ‘desaforos’, ‘provocações’ e ‘vilanias’, afirmando que ‘ignotus’ ainda quebraria os “dentes no desespero de sua própria degradação”¹⁴⁰⁷.

Além das colunas regulares publicadas no ‘*Jornal Pequeno*’, Vilela escreveu artigos esparsos abordando temas diversos. Ele denunciou os baixos salários das praças de pré do Exército, dos cocheiros e dos condutores da companhia de bonde Ferro Carril, argumentando que os soldos dos soldados deveriam ser aumentados pois sobre eles “recaem o maior peso militar, (...) sendo eles os que mais sofrem, os que mais trabalham, os que mais arriscam a vida em tempo de guerra e a saúde em tempo de paz” e que os vencimentos dos funcionários da empresa de bonde também deveriam aumentar, pois a empresa deveria ter um “pouco mais de misericórdia” com os seus empregados¹⁴⁰⁸.

A parcialidade dos escritos de Vilela, sobretudo quando escrevia sobre grupos políticos rivais era avultada. Como vimos, as colunas ‘*Tocando e Rindo*’, ‘*Congressalhadas*’ e ‘*Reparos*’ eram marcadas por forte visão partidária, fato que contribuía para distorcer os fatos abordados. Um outro exemplo dessa parcialidade, encontramos num artigo que ele escreveu sobre a ‘*tragédia de Angelim*’, ocorrida em junho de 1904, no município de Correntes.¹⁴⁰⁹ Nessa ‘tragédia’, Francisco Missano, prefeito de Correntes, Antônio da Costa Monteiro, delegado de polícia e Vitor Albuquerque foram assassinados numa emboscada, sendo este último covardemente esfaqueado por 10 indivíduos.

Conta Vilela que o prefeito morto era comerciante e aliado político do grupo rosista e tentou tornar o comércio de Correntes privilégio seu. Para tanto, passou a perseguir desafetos, entre eles Epaminondas de Souza, ex-aliado que foi preso e obrigado a varrer as ruas da cidade e fazer faxina no quartel, além de apanhar de palmatória na cadeia. Depois de passar algum tempo na cadeia, Epaminondas foi solto e mudou-se para União, município de Alagoas, “levando no amargo do coração um acúmulo de fel, misto de dor e vergonha, que lhe bradavam pedindo-lhe uma vingança”¹⁴¹⁰.

¹⁴⁰⁷ Diário de Pernambuco (PE), 30.12.1905

¹⁴⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁹ Diário de Pernambuco (PE), 07.06.1904

¹⁴¹⁰ VILELLA, Carneiro. **Contos e Recordações**. *Op. cit*

Vilela argumenta que faz uma ‘narrativa desapaixonada dos fatos’ e verifica que a “causa primordial da tragédia de Angelim pertence às autoridades políticas de Correntes”, sendo o prefeito assassinado um dos seus “responsáveis morais”, pois este ‘escarneceu do caráter’ e ‘humilhou a dignidade’ de Epaminondas de Souza. Para Vilela, os assassinos não podem ser considerados como “bandidos, porém como vingadores de si próprios (...), porque a vingança quando justa não deixa de ser uma justiça; é a reivindicação desta¹⁴¹¹”.

Ao abordar os assassinatos no sítio Angelim, Vilela, bacharel em direito e ex-magistrado, construiu uma visão extremamente partidária dos fatos ao considerar que os assassinos, “humilhados, perseguidos e alucinados pelo ódio”, agiram corretamente ao emboscar e matar as “autoridades soberbas e triunfantes, que, com todo o sangue frio”, humilharam e escarneceram Epaminondas de Souza¹⁴¹².

Além de escrever bastante no ano de 1905, Vilela ainda teve energia para se envolver em duas polêmicas. A primeira na área da arquitetura, discutindo a questão da demolição dos arcos de Santo Antônio e da Conceição, e a segunda no campo da literatura e do jornalismo, polemizando com Aníbal Freire da Fonseca¹⁴¹³, redator do *Diário de Pernambuco*, em torno de questões suscitadas pelo ‘*Inquérito Literário*’. Freire era genro de Rosa e Silva, arqui-inimigo de Carneiro Vilela¹⁴¹⁴.

Para Freire, o ‘Inquérito’ seria uma oportunidade para “dissipar desafeições e hostilidades” e para desanuviar o clima entre os jornalistas pernambucanos, marcado por uma verdadeira luta “íntima, corrosiva e deletéria” e por uma sistemática “campanha de ridículos” e “ódios pessoais”. Na sua visão, essa luta tinha como resultado a produção de um estado de desalento entre os intelectuais e predisponha o

¹⁴¹¹ *Ibidem.*

¹⁴¹² *Ibidem.*

¹⁴¹³ **Aníbal Freire da Fonseca:** nasceu em Sergipe em 1884 e faleceu no Rio de Janeiro em 1970. Estudou nas faculdades de direito da Bahia, do Rio e do Recife, bacharelando-se por esta última em 1903. Foi redator do *Diário de Pernambuco* (1902-11) e tornou-se professor da Faculdade de Direito do Recife (1907). Entre os anos de 1907-09, exerceu o mandato de deputado estadual por Pernambuco. Casou-se com a filha do conselheiro Rosa e Silva, Maria das Dores Rosa e Silva da Fonseca. Foi secretário-geral do estado de Pernambuco (1908-09), no governo de Herculano Bandeira de Melo. Ao deixar o posto, foi eleito deputado federal por Pernambuco (1909-12). Em 1916, tornou-se catedrático de direito administrativo da Faculdade de Direito do Recife. Entre 1922 a 1930, exerceu, no Rio de Janeiro, a diretoria do *Jornal do Brasil*. Também na década de 20, exerceu mandatos de deputado federal (1924-25 e 1927-30) e foi ministro da fazenda do presidente Artur Bernardes (1925-26). Apoiou o Estado Novo Vargasista (1937-45) e foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1940. Em 1948, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20An%C3%ADbal.pdf> Acesso em : 13.04.2016

¹⁴¹⁴ LEVINE, Robert. *Op. cit.* p. 130

público leitor a “encarar o jornal como uma arena em que só se debate questões pessoais, num tom de acrimônia odienta e desprezível¹⁴¹⁵”.

Aníbal Freire solicitou a alguns literatos radicados em Pernambuco que respondessem a três questões: 1) ‘a que elementos devo a minha formação literária?’, 2) ‘qual o espírito mais bem organizado da atual geração de intelectuais de Pernambuco?’, 3) ‘como considero o jornalismo do Recife e quais os meios de remodelá-lo?’. Vilela alegou “incompatibilidades morais e políticas de alta monta¹⁴¹⁶” com o proprietário do ‘*Diário de Pernambuco*’, conselheiro Rosa e Silva, e por isso respondeu ao questionário do ‘*Inquérito*’ nas páginas de ‘*A Província*’, periódico que o acolheu desde 1889.

Na primeira questão, Vilela levantou suspeitas sobre se estava efetivamente ‘formado literariamente’ e afirmou que para responder à proposição deveria fazer uma verdadeira ‘autobiografia intelectual’, o que “redundaria em autoidolatria (...), o primeiro passo para a megalomania, e esta o primeiro passo para a loucura completa”. Ao abordar a segunda questão, Vilela questionou a sua autoridade para apontar o “espírito mais bem organizado de uma geração” e falou que seria mais fácil apontar os defeitos, pois para “conhecer a perfeição é preciso olho de mestre¹⁴¹⁷”. A resposta de Vilela no tocante ao terceiro ponto não foi nada elegante:

“há entre nós jornalismo e jornalismo; um, o que se acha perfeitamente compenetrado da sua missão se inspira nas normas eternas da verdade e da justiça, visa o bem público, tendo diante da alma unicamente a pátria e, em grau mais elevado a humanidade, por cujos direitos, por cujos deveres, por cujos ideais combatem sem trégua (...) e há o outro, o jornalismo individual, subserviente, amarrado aos interesses políticos, comerciais, mercantis, pessoais do seu patrão, capaz de endossar o próprio crime e o próprio vício¹⁴¹⁸”.

Alguns dias depois, o ‘*Diário de Pernambuco*’ respondeu às acusações de Vilela. Aníbal Freire foi para a ofensiva, não temendo, segundo suas palavras, a “carranca” e a “fama de polemista ousado e desabrido” do velho literato. Freire acusou Vilela de tratar um assunto ‘impessoal’ e sem conotação política com uma falta absoluta de “cortesia”, “civilidade” e “gentileza”, aproveitando-se da “oportunidade para

¹⁴¹⁵ *Diário de Pernambuco* (PE), 08.06.1905

¹⁴¹⁶ *A Província* (PE), 10.06.1905

¹⁴¹⁷ *A Província* (PE), 10.06.1905

¹⁴¹⁸ *A Província* (PE), 10.06.1905

desabafar os seus ódios, pondo à mostra a sua grosseria inata, a sua perversidade notória, a sua falta de critério e de bom senso”. Segundo Freire, a resposta de Vilela estava eivada de “superioridade” e de “desdém” e que os seus comentários, marcados pelo ódio, o “comprometeram irremediavelmente” e menosprezaram a sua personalidade de escritor. Para Freire, Vilela possuía um pensamento maniqueísta e desonesto intelectualmente, pois enxergava o jornalismo praticado pela ‘*A Província*’ como “independente”, “excelente, digno e brioso”, enquanto que o ‘*Diário*’ era “subserviente, subordinado aos interesses do patrão”, além de “infame, servil e nocivo aos interesses da comunhão”. Arrematou Aníbal Freire argumentando que os redatores da “*A Província*” eram movidos apenas por interesses pessoais, não possuíam ideal político e escreviam “picuinhas e ironias sem educação e sem imaginação¹⁴¹⁹”. Na coluna ‘Na Maciota...’, Lulu Senna, pseudônimo de Farias Neves Sobrinho, também criticou a postura de Vilela, afirmando que faltou ‘urbanidade’ e sobrou ‘indelicadeza¹⁴²⁰’.

No dia seguinte, Vilela se defendeu acusando Aníbal Freire de ser um indivíduo “eivado de uma fatuidade ridícula (...) insolente por índole e por ofício, um malcriado, sem educação alguma”, mas que o ‘perdoaria’, do mesmo modo que Jesus perdoou, “apesar de, certa vez, ter expulsado do templo a chicote uns tantos vendilhões que o profanavam”. Vilela concluiu a sua resposta, afirmando que recebeu do episódio uma lição, a de não cair outra vez na “asneira de dispensar benevolência e franqueza (...) a um tipo sem educação (...) que podendo ser na sua terra natal um modesto promotor público ou um honrado juiz municipal preferiu vir ser lacaios em terra estranha¹⁴²¹”.

Nos dias seguintes, redatores do ‘*Diário*’ não deram tréguas a Vilela devido às suas “respostas desaprumadas¹⁴²²”, levado por “paixões e inimizades pessoais¹⁴²³”, chamando o velho literato de ‘podridão ambulante’, ‘carranca literária¹⁴²⁴’ e ‘invejoso¹⁴²⁵’, por não tolerar o brilho intelectual de Phaelante da Câmara e constatando

¹⁴¹⁹ Diário de Pernambuco (PE), 13.06.1905

¹⁴²⁰ Diário de Pernambuco (PE), 13.06.1905

¹⁴²¹ A Província (PE), 14.06.1905

¹⁴²² Diário de Pernambuco (PE), 21.06.1905

¹⁴²³ Diário de Pernambuco (PE), 21.06.1905

¹⁴²⁴ Diário de Pernambuco (PE), 16.06.1905

¹⁴²⁵ Diário de Pernambuco (PE), 15.06.1905

que os seus ‘assomos de grosserias’ não representavam um comportamento adequado aos que “da pena e pela pena têm vivido¹⁴²⁶”.

O redator Ismael Chagas foi mais longe e anunciou a ‘queda do intelectual’ Carneiro Vilela, que destruiu “num dia tudo o que ergueu a golpes de talento e força de nobreza”, pois este ao abraçar os seus ideais políticos esqueceu-se da ‘delicadeza’, da ‘cortesia’ e da ‘verdade’ e dessa forma provou que a “sua alma, outrora cheia de luz e de sinceridade e repleta de sonhos e de essências delicadas, é hoje o obscuro abrigo de um ódio torpe e repugnante”. Para Ismael, Vilela, influenciado por ambições e ódios, “não é mais aquele espírito lúcido que tantas vezes, através de suas produções, irmanava-se com o meu espírito, elevando-me a um mundo de beleza e de verdade¹⁴²⁷”. Ismael argumentou que ‘homem político’ não podia ser um ‘perfeito literato’, pois o literato, o maior “representante da instrução e do adiantamento da pátria”, deveria desprezar todas “as conveniências e tudo quanto é vil e repugnante, e à luz da justiça e ao bafejo da imparcialidade”, trazer à tona “os raios eternamente puros da verdade¹⁴²⁸”. Na avaliação de Ismael Chagas, Vilela faltou com a verdade no ‘Inquérito Literário’.

Depois de alguns dias de calorosos debates através da imprensa, Vilela depôs as armas e silenciou a sua pena. O retraimento de Vilela não foi perdoado por Lulu Senna que debochou do velho literato: “Tanto berreiro, tanto brado, / Tanto não venhas! E alto lá! / Para, afinal, escorraçado, / Murcho, batido inteiramente, fugires vergonhosamente! / Ora, Babá!¹⁴²⁹”.

Informa Luiz Nascimento que vários respondentes do ‘Inquérito Literário’ manifestaram veemente repulsa aos métodos jornalísticos praticados na época. O poeta João Barreto de Meneses argumentou que a imprensa nacional precisava de uma completa regeneração, pois os grandes órgãos da opinião pública no Brasil não refletiam as aspirações sociais, mas as paixões e os interesses efêmeros. Já França Pereira lamentou que eram raríssimos os jornais alheios ao partidarismo e que muitos jornalistas não faziam da imprensa uma carreira, mas simplesmente viam nela um trampolim para “alcançar altas posições na causa pública¹⁴³⁰”.

¹⁴²⁶ Diário de Pernambuco (PE), 16.06.1905

¹⁴²⁷ Diário de Pernambuco (PE), 18.06.1905 e 20.06.1905

¹⁴²⁸ Diário de Pernambuco (PE), 18.06.1905

¹⁴²⁹ Diário de Pernambuco (PE), 21.06.1905

¹⁴³⁰ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954**. *Op cit.* Vol 1. p. 118

Além da polêmica do *'Inquérito'*, Vilela não ficou alheio à proposta do poder executivo municipal, com apoio do governador e do bispo, para demolir os arcos de Santo Antônio e da Conceição, situados na ponte do Recife e com a presença de altares e nichos religiosos que festejavam o padroeiro da cidade e a padroeira da antiga Província. Talvez por causa do desgaste sofrido no *'Inquérito'*, ele tenha utilizado o pseudônimo “católico puro”.

O velho literato argumentou que a destruição dos arcos significava um menosprezo à história, à arte e à arqueologia, uma vez que os arcos, “na sua muda eloquência, na imorredoura retórica da pedra”, representavam “monumentos honrosos que estão identificados com os nossos fastos”. Para Vilela a postura de Pernambuco era contrária à corrente que predominava em alguns países da Europa, onde a arte exerce uma “função instrutiva, científica e patriótica”, e a preservação de importantes monumentos tem a função de “comemorar, aos olhos das gerações novas, as datas e os feitos das gerações que sumiram no pó dos séculos¹⁴³¹”.

Vilela também questionou o direito do bispado de receber do Estado 60 contos de réis a título de indenização pela demolição dos arcos, e afirmou que o bispo D. Luiz, ao contrário de receber tal indenização, deveria fazer “oposição formal, franca e enérgica à infeliz demolição desses núcleos de devoção e de fé, consagrados pelo tempo, respeitados por todos os governos e venerados pelo povo”. Na visão de Vilela, ao invés de destruir os arcos, eles deveriam passar por um processo de restauro com a subtração das “estúpidas pinturas a óleo que os macula e vulgariza, tornando-os ridículos¹⁴³²”. Apesar dos esforços de Vilela, os arcos foram demolidos na década de 1910: em 1913, tombou o arco da Conceição e em 1917, o arco de Santo Antônio.

Ainda em 1905, Vilela escreveu duas operetas *'Guardiões Fora'* e *'Folgam os ratos, quando os gatos saem'*, ambas encenadas pelos alunos do Colégio Prytaneu¹⁴³³; traduziu o conto de Paul Bourget *'Caso de Consciência'*¹⁴³⁴; ingressou na *Sociedade Literária e Histórica Bernardo Vieira de Melo*¹⁴³⁵ e analisou o livro *'Poesias'* de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, procurando relativizar a posição do acadêmico da *Academia Pernambucana de Letras* João Batista Regueira Costa que “exagerava o valor

¹⁴³¹ Jornal Pequeno (PE), 29.07.1905

¹⁴³² Jornal Pequeno (PE), 02.08.1905

¹⁴³³ A Província (PE), 07.11.1905 e Jornal do Recife (PE), 21.11.1905

¹⁴³⁴ A Província (PE), 12.11.1905

¹⁴³⁵ Jornal do Recife (PE), 18.11.1905

poético” de Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1804-68), patrono da cadeira 7 da Academia Pernambucana de Letras¹⁴³⁶. Vilela argumentou que o que deu “grande realce e avolumou a láurea” do autor de ‘*Poesias*’ foi o meio literário em que ele surgiu, um Recife em que os salões literários eram ‘desertos áridos’ e que “não possuía uma literatura, nem conhecia poetas”. Para o velho literato, a poesia de Maciel Monteiro foi como uma gota de orvalho inesperado que caiu no deserto, daí a sua fama poética. Vilela, muito elegantemente, conclui afirmando que a falta de genialidade do poeta não o “expele da galeria de nossos poetas¹⁴³⁷”.

Em 1906, Vilela continuou a frequentar diariamente a redação de três periódicos: ‘*Correio do Recife*’, ‘*A Província*’ e ‘*Jornal Pequeno*’¹⁴³⁸. Neste último ele inaugurou a coluna ‘*Anotações*’, assinando com o pseudônimo de Timon, identidade logo descoberta pelo ‘*Diário de Pernambuco*’ que revelou que “Timon é o desprezível dr. Joaquim Maria Carneiro Vilela, segregado do seio da sociedade em que arrasta as perversões do seu caráter¹⁴³⁹”. O velho literato não deixou barato e no dia seguinte foi à forra, acusando de maneira genérica, o articulista do ‘*Diário*’, dr. Artur de Albuquerque, de descomposturas e más ações¹⁴⁴⁰.

Vilela saiu de uma polêmica para entrar em outra, e no mês de abril de 1906, envolveu-se em uma discussão com integrantes do grêmio literário ‘*Baltazar Pereira*’ que o convidaram, através da imprensa, para realizar uma conferência no salão do *Instituto Histórico*. Ao que tudo indica, houve um grande mal entendido entre Vilela e o grêmio. Na visão de Vilela, ele apenas acordou com o grêmio a realização de uma pequena “conversa, íntima e modesta” sobre literatura, e não uma conferência literária¹⁴⁴¹. O nosso biografado, segundo as suas palavras inimigo de “exibições e de reclamos”, argumentou que “não fazia conferências, nunca as tinha feito, nem faria, porque me faltam aptidões, dotes oratórios, conhecimentos e hábitos de tribuna” e que o seu cérebro estava “fatigado pelo trabalho mental excessivo¹⁴⁴²”.

¹⁴³⁶ PARAÍSO, Rostand (Org). **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Recife: A Academia. N. 41. Fev. 2012. *Op cit.* p. 128

¹⁴³⁷ A Província (PE), 08.08.1905

¹⁴³⁸ A Província (PE), 28.04.1906

¹⁴³⁹ Diário de Pernambuco (PE), 16.03.1906

¹⁴⁴⁰ A Província (PE), 17.03.1905

¹⁴⁴¹ A Província (PE), 24.04.1906 e 26.04.1905

¹⁴⁴² VILELLA, Carneiro. **Contos e Recordações**. *Op cit.*

Dias depois, o grêmio ‘*Baltazar Pereira*’ respondeu a Vilela lamentando o tom “acrimonioso e brusco das suas declarações”, denunciando sua ‘teimosia’ e ‘futilidade’ e a sua ‘injustiça’ de levar ao ridículo os integrantes do grêmio¹⁴⁴³.

Vilela não se cansava de uma boa divergência, e, em maio de 1906, envolveu-se em outra discussão, desta vez com o presidente do *Instituto Histórico*, João Batista Regueira Costa, que recebeu a doação da ‘placa comemorativa da fundação da Alfândega’, doada pelo coronel Manoel Pinto da Fonseca¹⁴⁴⁴. Para Vilela, a placa, por se tratar de um documento histórico colocado e existente em lugar público, um “atestado perene dos bons serviços prestados” pelo Conde da Boa Vista, não deveria ter sido retirada da Alfândega e muito menos recebida pelo *Instituto*. O nosso biografado acusou Regueira Costa de não respeitar a “história e as glórias de Pernambuco¹⁴⁴⁵”. Depois da pressão de Vilela, o *Instituto Histórico* decidiu, por unanimidade, devolver a referida placa ao coronel Pinto da Fonseca¹⁴⁴⁶.

Também em 1906, o velho literato voltou a exercitar o seu veio crítico e comentou o livro ‘*Notas Dominicais*’, do escritor francês Tollenare e traduzido por Alfredo de Carvalho. Vilela derramou elogios à obra, destacando que o autor “descreve, narra, pinta e inicia o leitor nos segredos da vida e da natureza em Pernambuco” e que “aduba a sua narrativa com observações filosóficas judiciosas, cheias de uma sinceridade tocante, de tal probidade que nunca se esquece de alegar a ignorância quando sobre um assunto não tem dados seguros”. O nosso biografado também ressaltou que a obra de Tollenare, contemporâneo e testemunha ocular da Revolução de 1817 em Pernambuco, representava um subsídio inestimável sobre os usos e costumes de Pernambuco, uma vez que a sua narrativa abrangia aspectos relacionados à religião, à política, à família, ao cotidiano e à economia, mostrando com muita perspicácia “todas as modalidades da vida (...), as tristezas e alegrias, os lutos e divertimentos¹⁴⁴⁷”.

Ainda no ano de 1906, entre os meses de janeiro a maio, Vilela participou ativamente das reuniões do *Instituto Histórico*¹⁴⁴⁸, integrando as comissões de fundos e

¹⁴⁴³ A Província (PE), 28.03.1906

¹⁴⁴⁴ Diário de Pernambuco (PE), 13.05.1906

¹⁴⁴⁵ A Província (PE), 15.05.1905

¹⁴⁴⁶ Jornal do Recife (PE), 18.05.1905

¹⁴⁴⁷ A Província (PE), 29.03.1906

¹⁴⁴⁸ Diário de Pernambuco (PE), 02.02.1906, 05.04.1906, 23.02.1906; Jornal do Recife (PE), 04.01.1906, 06.02.1906, 24.02.1906, 31.03.1906, 18.05.1906, 23.05.1906; A Província (PE), 30.03.1906. A última participação de Carneiro Vilela nas reuniões do Instituto Histórico ocorreu no dia 17.05.1906. A pesquisa

orçamentos e admissão de sócios¹⁴⁴⁹, escreveu a opereta ‘*As donzelas d’Honor ou o Duende da Noite*’, encenada no Colégio Prytaneu¹⁴⁵⁰, e participou de duas comissões julgadoras, a primeira num concurso de pintura¹⁴⁵¹ e a segunda num concurso literário¹⁴⁵².

Neste mesmo ano, o velho literato passou a escrever a coluna ‘*Maravalhas*’ no ‘*Correio do Recife*’, abordando “temas políticos, crítica literária e de costumes, com liberdade de ação, penetrando nos escaninhos da vida pública que outrem não ousava, uma espécie de Mario Melo antecipado¹⁴⁵³”. No ano seguinte ele transferiu a coluna ‘*Anotações*’, publicada no ‘*Jornal Pequeno*’ para o ‘*Correio do Recife*’, além de manter as suas ‘*Maravalhas*¹⁴⁵⁴’. O ‘*Diário de Pernambuco*’ como forma de acicatar o periódico rival, apelidou-o de ‘*Corsário do Recife*’, acusando-o de ‘injúrias¹⁴⁵⁵’, de faltar com a verdade¹⁴⁵⁶ e de possuir uma seção em versos que era “um verdadeiro pelourinho da reputação alheia¹⁴⁵⁷”. O ‘*Diário*’ denunciou a verve ‘suja’ do ‘*Correio da Difamação*’ ou ‘*Correio de Calúnias*’, como também era chamado o periódico em que Vilela trabalhava, citando, na edição de 15.09.1905, alguns exemplos da sua ‘sublime prosa’: ‘retrocede, pulga de cachorro magro!’, ‘afunda-te no esterquilínio, varejeira de ferida!’, ‘enterra-se na várzea, sapo boi do jornalismo’, ‘suicida-se na forca, vômito de ébrio¹⁴⁵⁸’.

Em 1907, depois que um jornalista do ‘*Correio do Recife*’ foi espancado por sicários ligados aos rosistas, Vilela, sexagenário, encanecido e hemiplégico, comandou o contra ataque do jornal, num momento em que os jornalistas do periódico encontravam-se com medo de escrever, temendo ‘retaliações’ físicas. Para a surpresa

não conseguiu descobrir as razões do desaparecimento de Vilela dos encontros no Instituto Histórico. Talvez o conflito com João Batista Regueira Costa tenha sido decisivo para o afastamento de Vilela do dia a dia do Instituto. Cf: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920 e 1921.

¹⁴⁴⁹ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, Volume 17. 1915, pág. 202. Sobre a presença de Vilela na comissão de admissão de novos sócios do Instituto, conferir IAHPG (Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco). Fundo Arquivo do Instituto, Caixa 23.

¹⁴⁵⁰ A Província (PE), 28.11.1906

¹⁴⁵¹ Jornal do Recife (PE), 17.11.1906

¹⁴⁵² Diário de Pernambuco (PE), 30.10.1906

¹⁴⁵³ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 17

¹⁴⁵⁴ *Ibidem.* p. 17

¹⁴⁵⁵ Diário de Pernambuco (PE), 13.05.1905

¹⁴⁵⁶ Diário de Pernambuco (PE), 14.07.1905 e 27.10.1905

¹⁴⁵⁷ Diário de Pernambuco (PE), 16.07.1905

¹⁴⁵⁸ Diário de Pernambuco (PE), 15.09.1905

dos periodistas do ‘*Correio do Recife*’, Vilela afirmou que assinaria os artigos dando a devida resposta à facção política rival. Ele, que cotidianamente denunciava as “roubalheiras, chamando os ladrões pelos nomes de batismo, pedindo ao povo a condenação¹⁴⁵⁹” dos corruptos, escreveu e assinou dois virulentos artigos, “contudente vara de marmeleiro tangida por braços galegos¹⁴⁶⁰”. O ‘*Correio do Recife*’ era um periódico vespertino e começou a circular no início da tarde, quando Vilela abandonou a redação em direção a sua casa, percurso que ele fazia a pé, em companhia do jornalista Jerônimo Rangel Moreira. Este último, preocupado com a repercussão dos artigos assinados por Vilela, sugeriu que o mesmo não passasse pela frente do ‘*Diário de Pernambuco*’, órgão rosista, uma vez que as suas calçadas estavam repletas de políticos e jornalistas integrantes da facção atacada pelos artigos de Vilela. O velho literato retrucou indignado e afirmou que nunca na sua vida havia traçado “linhas curvas para evitar o encontro de adversários¹⁴⁶¹”, e minutos depois, Vilela, homem coxo com 61 anos de idade, passou tranquilamente, apoiado na sua bengala de cereja, sem ser importunado pelos adversários que se espremiavam na calçada do ‘*Diário*’. Vilela era sem dúvida corajoso, ou melhor dizendo, temerário.

Também em 1907, Vilela concluiu no ‘*Jornal Pequeno*’ o folhetim ‘*Os filhos do Governador*’ e iniciou um novo trabalho: ‘*Misérias do Recife*’, folhetim que se estendeu até o mês de novembro do mesmo ano, com 67 inserções. Como não há exemplares do ‘*Jornal Pequeno*’ para o ano de 1908, não conseguimos acompanhar a provável continuação da trama, ambientado no Recife do século XIX, “data nem muito próxima nem muito afastada da proclamação da República, a qual tanto deveria influir nos costumes e nos progressos, modificando-os em todos os sentidos¹⁴⁶²”. ‘*Misérias do Recife*’ conta a história do envenenamento da filha do comendador Sancho, morador do arrabalde recifense. Sobre o caso, a vizinhança se divide: tentativa de assassinato ou suicídio frustrado?

Vilela, como já havia feito em outros folhetins, insere na trama a figura do subdelegado major Canuto Borja que vai investigar o caso. Ele é uma figura sórdida, interessado apenas em auferir algum tipo de vantagem, sobretudo pecuniária. Diz o

¹⁴⁵⁹ MOREIRA, Jerônimo Rangel. **Amigos e Mestres**. São Paulo. Empresa Tipográfica Pensamento. 1915. p. 76

¹⁴⁶⁰ *Ibidem* . p. 80

¹⁴⁶¹ *Ibidem* . p. 80

¹⁴⁶² *Jornal Pequeno* (PE), 17.01.1907

narrador que o subdelegado é “quase sempre um indivíduo sem eira nem beira, e que, para obter meios decentes de vida se acosta a um partido, sempre no que está dominante, ao qual presta os mais inconfessáveis serviços¹⁴⁶³”. O narrador também fustiga a polícia, sendo esta retratada como uma ‘instituição política’ que “só descobre entre nós os mistérios que não são mistérios, e embaralha ainda mais os que não o são: só penetra nos segredos trancados com fechaduras quebradas ou com ferrolhos ruídos da ferrugem¹⁴⁶⁴”. Além disso, o narrador afirma que a polícia desempenha um papel essencial nas eleições, “com todo o seu cortejo de fraudes, tramoias, simulacro de policiamento” e arremata defendendo que a instituição policial deveria possuir uma “carreira como a diplomacia, o correio e a alfândega”, independente do governo e bem remunerada, para ficar imune às influências políticas. Enfim, uma polícia “sem algemas políticas, sem falsas obediências, sem outros intuitos senão a prevenção do crime e a perseguição dos criminosos¹⁴⁶⁵”.

Além do envolvimento da polícia com o caso, Vilela esquadrinhou a relação da imprensa com o acontecimento e descreveu o interior de uma redação de jornal, marcada por um colorido burburinho. Ele, que tantas vezes denunciou a imprensa partidária, desta vez abordou o jornal sedento por notícias sensacionalistas. O velho literato inseriu na trama a figura do inescrupuloso ‘repórter’ Leonel Lemos, que constata que o jornal anda “à míngua não só de fatos sensacionais, como também, e ainda mais, de anúncios e assinaturas” e que como ele vive “da venda avulsa e para vender é preciso explorar o escândalo” (...) pois o “escândalo é o nosso elemento¹⁴⁶⁶”. Na redação do jornal, todos concordam em transformar um caso de família, particular, em algo público, explorando a suposta tentativa de suicídio da jovem filha do comendador.

Nas ‘*Misérias do Recife*’, Vilela também retratou o suposto ‘passado heroico’ de Pernambuco, desta vez abordando o papel da sua própria família, os Carneiros. O velho literato inseriu na trama um proprietário de uma olaria,

“um tal de Carneiro, que não era, nem parentesco tinha com o popular chefe político da Boa Vista nos tempos do Império, o coronel Antônio Carneiro, que, em épocas anteriores, tão saliente papel histórico

¹⁴⁶³ Jornal Pequeno (PE), 19.03.1907

¹⁴⁶⁴ Jornal Pequeno (PE), 07.05.1907

¹⁴⁶⁵ Jornal Pequeno (PE), 19.03.1907

¹⁴⁶⁶ Jornal Pequeno (PE), 01.06.1907

representou com os seus irmãos, Francisco, Manuel e Joaquim, nos movimentos políticos de Pernambuco¹⁴⁶⁷”.

Como vimos no capítulo 1, Francisco Carneiro era avô de Carneiro Vilela, sendo Francisco, Manuel e Joaquim Carneiro os seus tios-avôs.

Vilela, nas ‘*Misérias do Recife*’, seu último folhetim, constatou que a cidade do Recife era “essencialmente enganadora, uma verdadeira cidade de ilusão, quanto à natureza, quanto à moralidade e à vida íntima”. E que a sua miséria era enorme, devido a três elementos deletérios: “o fanatismo religioso, o indiferentismo político e a falta absoluta de instrução”. Para Vilela, destas três fontes “decorrem todos os vícios, todos os crimes e todos os males¹⁴⁶⁸”.

Em 1908, Vilela se envolveu em mais uma polêmica, desta vez com o poeta Joaquim Osório Duque Estrada, autor da letra do hino nacional brasileiro e que proferiu algumas palestras literárias no Gabinete Português de Leitura, abordando o tema das ‘Trovas Populares¹⁴⁶⁹’ e fazendo uma longa digressão sobre a etimologia da palavra ‘Leque¹⁴⁷⁰’. O velho literato não perdoou a conferência sobre ‘O Leque’ e atacou Duque Estrada pelas páginas do ‘*Correio do Recife*¹⁴⁷¹’, argumentando que

“outrora, no meu tempo de menino, havia um italiano que comprara um realejo velho. O realejo tocava apenas uma música. O italiano saía, de cidade em cidade, com o seu realejo, anunciando espetáculo e, com aquela música tocada ao público ia cavando a vida. Agora, como o italiano do realejo, havia literatos que escreviam uma conferência e saíam de cidade em cidade a proferi-la, para cavar a vida, com aplausos de todos¹⁴⁷²”.

O comentário de Vilela, ironizando a conferência de Duque Estrada, levantou a fúria deste último que através das páginas do ‘*Diário de Pernambuco*’ respondeu ao nosso biografado com o dedo em riste, chamando-o de ‘torpe’, ‘canalha’, ‘tapado’, ‘cão’, ‘tinhoso’, ‘ignóbil’, ‘desclassificado moral’ e afirmando que os seus escritos eram “estultices sem talento e sem gramática” e que a “natureza gravou no corpo e na alma desse infeliz os mais impiedosos estigmas: fê-lo coxo e burro”. Além disso, ele afirmou

¹⁴⁶⁷ Jornal Pequeno (PE), 09.09.1907

¹⁴⁶⁸ Jornal Pequeno (PE), 16.01.1907

¹⁴⁶⁹ Diário de Pernambuco (PE), 11.02.1908

¹⁴⁷⁰ Diário de Pernambuco (PE), 12.02.1908

¹⁴⁷¹ O Século (RJ), 18.02.1908

¹⁴⁷² Correio do Recife (PE), apud NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. *Op. cit.* p. 18. Correio do Recife (PE), 31.01.1908, 04.02.1908, 05.02.1908, 12.02.1908

que Vilela possuía uma “alma vil e desmanchada pelo deboche” e que desejava colocar as filhas no Largo do Rocio no Rio de Janeiro, lugar de prostituição, antro de “podridão do vício”. Por fim ele chamou o velho literato de ‘louco’ e sugeriu que o mesmo se enforcasse¹⁴⁷³”. Duque Estrada atacou Vilela depois deste ter afirmado que a ‘conferência mendicante’ possuía uma ‘retórica estafada’ e estava cheia de ‘banalidades pueris’¹⁴⁷⁴.

Vilela reagiu em editorial do ‘*Correio do Recife*’ afirmando que desprezava as calúnias de Duque Estrada e que empolgara “três gerações sucessivas com a acuidade e a prodigiosa exuberância de um enorme talento¹⁴⁷⁵”.

Durante a polêmica travada com Osório Duque Estrada, faleceu uma outra neta de Vilela, com apenas 17 anos de idade¹⁴⁷⁶. Ele passou apenas dois dias afastado da redação do jornal ‘*Correio do Recife*’, e quando retornou voltou a atacar Duque Estrada, acusando-o de plagiar um texto escrito pelo literato da Academia Pernambucana de Letras Antônio, Joaquim Barbosa Viana¹⁴⁷⁷.

Ocorreu no mês de março de 1908 um fato curioso. Uma bomba de São João caiu sobre o telhado da casa do velho literato e explodiu na sua sala de estar. O ‘*Diário de Pernambuco*’, num tom brincalhão, afirmou que Vilela não foi ferido e que mesmo que “casa caísse, o Vilela ainda ficaria incólume. Está na regra...¹⁴⁷⁸”.

A brincadeira do jornal fazia sentido. Vilela era um homem velho, com 62 anos de idade, que sobrevivera a dois AVCs, e apesar de ter ficado paralítico do lado direito, trabalhava diariamente em três jornais. Vilela parecia invencível.

Alguns meses depois do episódio da bomba, Vilela tombou depois de um novo AVC¹⁴⁷⁹. Dessa vez o golpe foi mais severo, reduzindo-o à inatividade, sem poder frequentar as redações.

Vilela dependia economicamente do seu trabalho cotidiano nos jornais. A sua família dependia desses recursos para fechar as contas do mês. Mas, impossibilitado

¹⁴⁷³ Diário de Pernambuco (PE), 18.02.1906

¹⁴⁷⁴ Correio do Recife (PE), 05.02.1908

¹⁴⁷⁵ Correio do Recife (PE), apud NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela.** *Op. cit.* p. 18

¹⁴⁷⁶ Correio do Recife (PE), 17.02.1908

¹⁴⁷⁷ Correio do Recife (PE), 20.02.1908

¹⁴⁷⁸ Diário de Pernambuco (PE), 05.03.1908

¹⁴⁷⁹ Correio da Manhã (RJ), 05.08.1908

pela doença, Vilela estava sem condições de trabalhar. Uma solução encontrada pelo nosso biografado foi publicar no ‘*Jornal Pequeno*’ o antigo folhetim ‘*As Tragédias do Recife*’, romance vendido através de fascículos entre os anos de 1886 a 1887¹⁴⁸⁰. Vilela alterou o título deste folhetim para ‘*A Emparedada da Rua Nova*’ e entre os meses de agosto de 1909 a janeiro de 1912 o seu romance mais famoso foi republicado. Foram ao todo 209 inserções¹⁴⁸¹. Não é ocioso lembrar que o primeiro episódio do folhetim ‘*As Tragédias do Recife*’ foi chamado em 1886 de ‘*A Emparedada da rua Nova*’ (figura 01, do capítulo 3).

A doença, apesar de ter inutilizado fisicamente o nosso biografado, não o liquidou intelectualmente, pois ele passou a traduzir folhetins para ‘*A Província*’. Vilela traduziu quase todos os romances estrangeiros publicados neste periódico entre os anos de 1906 a 1913¹⁴⁸². E mesmo quando a doença o castigou mais severamente, ‘*A Província*’ continuou auxiliando-o financeiramente¹⁴⁸³. Apesar dos efeitos devastadores da doença, que o prostrou numa cama, ele ainda teve fôlego para preparar o voto para a escolha de um imortal da *Academia Pernambucana de Letras* em 1909. Ele justificou o seu voto por escrito¹⁴⁸⁴.

Ao que parece, Vilela passou os últimos anos de sua vida remoendo ‘grandes amarguras’. É o que relata Jerônimo Rangel Moreira que o visitou em 1910. Na despedida, Rangel Moreira lhe deu um forte abraço e derramou ‘lágrimas sinceras’ ao escutar de Vilela a frase ‘sei que não te verei jamais’¹⁴⁸⁵.

Em 1912, o seu amigo Eustórgio Wanderley, futuro integrante da *Academia Pernambucana de Letras* e do *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, foi visitá-lo no Sítio do Pitanga, antiga residência do avô de Vilela, Francisco Carneiro Machado Rios. Na despedida, conta Eustórgio que escutou do velho literato a seguinte frase: “talvez não te veja mais, isso está a findar”. Eustórgio, tomado pela emoção, respondeu com a voz embargada: “não pense em tal coisa, o senhor ainda tem muita vitalidade e resistência” e abraçou “demoradamente o mestre e amigo,

¹⁴⁸⁰ Diário de Pernambuco 20.05.1886 e 03.03.1887

¹⁴⁸¹ Jornal Pequeno (PE), 27.01.1912

¹⁴⁸² A Província (PE), 02.07.1913

¹⁴⁸³ Diário de Pernambuco (PE), 09.11.1916

¹⁴⁸⁴ Diário de Pernambuco (PE), 26.02.1909

¹⁴⁸⁵ MOREIRA, Jerônimo Rangel. *Op cit.* p.84

disfarçando a comoção daquele derradeiro adeus com um até breve, dito à pressa, para que não me traísse o tremor da voz¹⁴⁸⁶”.

Talvez, na solidão dos seus aposentos e nos momentos de tristeza, Vilela tenha lembrado do poema ‘*Lira de Velho*’ que ele escreveu em 1902:

“Cansei; deponho as armas
Recolho-me a quartéis – corpo desfeito
As ilusões se alguém pudesse dar
mas não mais vicejam no meu peito
Dispo a velha armadura
dos velhos prélios, em que entrei contente
mas nem a inveja a vida me tortura,
nem me deixa o cansaço – indiferente.
Se não canto a vitória,
Não sofri da derrota os alvoroços;
fico à margem da estrada, que é da glória,
e cedo o passo à legião dos moços
Mas alegro-me – ufano
por tê-los hoje, qual eu fui outrora.
E a um deles digo: - o Fado soberano
jamais demude em mente a grande aurora¹⁴⁸⁷”.

Em 01 de julho de 1913, aquela vida, tão intensamente vivida, extinguiu-se. Depois de longa enfermidade, um dos mais populares jornalistas de Pernambuco¹⁴⁸⁸, que teve a coragem de viver honestamente de sua pena, faleceu na sua residência, situada na rua São Miguel, no bairro de Afogados. O incansável Vilela, raro entre os que conseguiram viver exclusivamente de letras no Brasil¹⁴⁸⁹, emudeceu, para alegria dos inimigos e tristeza dos amigos.

¹⁴⁸⁶ A Província (PE), 01.08.1903

¹⁴⁸⁷ A Província (PE), 15.09.1921

¹⁴⁸⁸ A Província (PE), 02.07.1913

¹⁴⁸⁹ A Província (PE), 05.05.1909

Considerações Finais

“Nada vos sovino: com a minha incerteza vos ilumino”

No dia 02 de julho de 1913, Carneiro Vilela foi inumado no cemitério de Santo Amaro. Os jornais não economizaram elogios: ‘*A Província*’ lamentou a morte do ‘jornalista talvez mais popular de nossa época’, “artista, homem de letras, homem de ação, lutador impertérito que quase todo o Brasil conheceu, admirou e aplaudiu¹⁴⁹⁰”; o ‘*Jornal Pequeno*’ enalteceu o espírito polimórfico de Vilela, comparando-o a Leonardo da Vinci e a Leopardi e destacando a sua “capacidade de trabalho, a fortaleza assombrosa do seu espírito, a rijeza de sua têmpera e a sua energia combativa¹⁴⁹¹”; o periódico ‘*O Tempo*’, em artigo assinado por Gonçalves Maia, lembrou a ‘firmeza’ das ‘convicções progressistas’ de Vilela, que sofreu a todo o momento “a vindita desleal das retrógradas difamações mais aviltantes que, sorradeiras e hipocritamente foram levadas contra a sua honra e seu ilustre nome¹⁴⁹²”; e o ‘*Jornal do Recife*’ destacou que o nome de Vilela “ocupava no vasto cenário intelectual do Brasil um lugar de destaque, sendo as suas obras procuradas por todos e lidas com sofreguidão¹⁴⁹³”.

Todos os jornais citados no parágrafo anterior destacaram o protagonismo de Vilela na imprensa pernambucana. O ‘*Jornal do Recife*’ afirmou que ele era ‘um combatente exímio’ e “temido pelos adversários, pois a sua pena revestia-se, às vezes, de uma ironia ferina, fazendo sair em debandada os que procuravam levá-lo de vencida¹⁴⁹⁴”; ‘*A Província*’ destacou a “integridade de caráter, a firmeza de crenças e a máxima independência que ele não daria em troca de um império”; ‘*O Tempo*’ constatou o ‘temperamento combativo’ de Vilela que “não media a consequência de seus atos, nem sabia respeitar conveniências quando tinha de corrigir erros ou doutrinar princípios”; e o ‘*Jornal Pequeno*’ ressaltou que a sua pena de jornalista militou a favor de “causas sociais”, defendendo a “dignidade das instituições, o asseio dos costumes e o policiamento das práticas democráticas¹⁴⁹⁵”. Tanto o ‘*Jornal Pequeno*’ quanto ‘*A Província*’ destacaram que Vilela seria capaz de sozinho confeccionar um jornal inteiro, devido à variedade de suas aptidões: “grave e doutrinário, no artigo editorial; sarcástico

¹⁴⁹⁰ *A Província* (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹¹ *Jornal Pequeno* (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹² *O Tempo* (PE), 02.07.1913 *Apud* MELO, Mário. Prefácio. In: VILELA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. Recife. Edições Mozart. 1936. p. 9

¹⁴⁹³ *Jornal do Recife* (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹⁴ *Jornal do Recife* (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹⁵ *Jornal Pequeno* (PE), 02.07.1913

no comentário político; encantador de humorismo e finura no *fait-divers*; satírico no verso e sensacional no folhetim¹⁴⁹⁶”.

Além de destacar a trajetória do ‘Vilela jornalista’, os periódicos não olvidaram outras facetas de Vilela, destacando que ele foi além de periodista “um artista que sabia onde pisava” e dono de uma “pena de veludo para o lirismo mais delicado em verso ou em prosa¹⁴⁹⁷”. Nos obituários, os jornais citados não esqueceram a trajetória do nosso biografado como romancista, contista, poeta, dramaturgo, pintor, polemista, cenógrafo, tradutor e escultor¹⁴⁹⁸.

Outros jornais do Brasil repercutiram a morte de Vilela. ‘A *Época*’, do Rio de Janeiro, apontou que o seu “nome não fica somente em evidência dentro dos limites estreitos de sua terra”, pois ele “deixa uma bagagem literária que muito contribuiu para o fulgor das letras nacionais¹⁴⁹⁹”. ‘O *Imparcial*¹⁵⁰⁰, e ‘O *Paiz*¹⁵⁰¹, também do Rio de Janeiro, publicaram notas sobre o falecimento de Vilela, tendo o último periódico noticiado uma informação equivocada, uma vez que ele afirmou que “esteve muito concorrido o enterro do escritor Carneiro Vilela”, fato inverídico, pois apenas 16 amigos, entre os quais se contavam os seus filhos¹⁵⁰², compareceram ao último adeus ao velho literato.

Ao que parece, nessa fase da vida, Vilela era homem de poucos amigos. Talvez por temperamento, muitas vezes irascível, talvez por conta da sua militância num tipo de jornalismo muito agressivo, ferino, e por vezes absolutamente partidário, ele tenha colecionado ao longo da vida muitos inimigos. Ele mesmo confessou ao jovem jornalista Mário Melo, então seu companheiro de redação no ‘*Correio do Recife*’, que tinha inimigos e que por isso andava pelas ruas do Recife sempre do lado do sol uma vez que do lado do sol há menos pessoas do que do lado da sombra, e que “quem quer por uma tocaia, procura o lado da sombra¹⁵⁰³”.

Vilela era dono de uma “franqueza rude que não conhecia conveniências quando era preciso ‘dizer a verdade’ sobre qualquer assunto”. Ele era um “homem sem

¹⁴⁹⁶ Jornal Pequeno (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹⁷ A Província (PE), 02.07.1913

¹⁴⁹⁸ A documentação pesquisada não nos revelou a faceta de escultor de Carneiro Vilela.

¹⁴⁹⁹ A *Época* (RJ), 03.07.1913

¹⁵⁰⁰ O *Imparcial* (RJ), 03.07.1913

¹⁵⁰¹ O *Paiz* (RJ), 05.07.1913

¹⁵⁰² Jornal Pequeno (PE), 02.07.1913

¹⁵⁰³ O Tempo (PE), 02.07.1913 *Apud* MELO, Mário. Prefácio. *Op cit.* p. 9

reticências”, sanguíneo e impulsivo, que ia “direto ao alvo que tinha em mira”, sendo a sua palavra desferida com vigor e coragem¹⁵⁰⁴. Como vimos ao longo deste trabalho, Vilela não fugia da polêmica, não escapava pela tangente. Esse traço da sua personalidade sem dúvida ajudou a aumentar o séquito de inimigos.

Ao sepultamento pouco concorrido, três ‘instituições’ literárias e um jornal enviaram representantes: a ‘*Academia Literária Carneiro Vilela*’ foi representada pelos Srs. Severino de Albuquerque, Augusto Bandeira e Sebastião Pereira; o ‘*Centro Maciel Monteiro*’ pelos Srs. Pércio Moreira de Mendonça, José Lopes Ferreira Maia e Francisco Dias Vasconha; a ‘*Academia Pernambucana de Letras*’ pelo imortal Manuel Artur Muniz e o jornal ‘*A Província*’ pelo Dr. Manuel Caetano de Albuquerque Melo e Oscar Melo. Ao baixar o cadáver à sepultura, Artur Muniz proferiu “sentidas e eloquentes palavras¹⁵⁰⁵”.

A missa de sétimo dia, realizada na Igreja do Espírito Santo, esteve um pouco mais concorrida com a presença de representantes da *Academia Pernambucana de Letras*, do *Instituto Arqueológico Pernambucano*, do *Grêmio Literário Tobias Barreto*, da *Academia Literária Carneiro Vilela* e dos jornais ‘*O Tempo*’, ‘*A Província*’ e ‘*Jornal Pequeno*’. O periódico a ‘*Província*’ citou nominalmente a presença de 34 pessoas, muitas destas acompanhadas de familiares¹⁵⁰⁶.

Duas semanas depois do falecimento do velho literato, o *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, em sessão ordinária, lamentou a sua morte e registrou em ata um voto de pesar pelo infausto acontecimento¹⁵⁰⁷. O passamento de Vilela foi lembrado apenas por uma lacônica linha, ao contrário do que aconteceu com outros sócios do *Instituto* que mereceram ‘elogio fúnebre’, a exemplo de A. J. Barbosa Vianna, Francisco Correia Luiz de Andrade e Antônio Pimentel, sendo que este último sequer era sócio do *Instituto Arqueológico*¹⁵⁰⁸.

O seu enterro foi o primeiro capítulo de um longo processo que levou ao esquecimento da maior parte da sua obra literária, jornalística, teatral, etc. Para Gonçalves Maia, a postura de Vilela ‘altiva e intransigente’, que nunca se curvou “às

¹⁵⁰⁴ Jornal do Recife (PE), 02.06.1925

¹⁵⁰⁵ A Província (PE), 03.07.1913

¹⁵⁰⁶ A Província (PE), 09.07.1913

¹⁵⁰⁷ Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, Volume 23. 1921, p. 155.

¹⁵⁰⁸ *Ibidem*. Volume 22. 1920. p. 210-214.

exigências e as formalidades dos nulos, lhe valeu um ostracismo vitalício¹⁵⁰⁹”. Ao morrer, Vilela começou a ser esquecido.

Em poucas décadas, a obra de Vilela estava soterrada pela poeira da indiferença, apesar da tentativa da ‘*Arcádia Jaboatonense Carneiro Vilela*’¹⁵¹⁰, da ‘*Academia Lútero-Científica Carneiro Vilela*’¹⁵¹¹, e da ‘*Troupe Carneiro Vilela*’¹⁵¹², tentarem manter o seu nome aceso na memória dos contemporâneos. Além dessas associações que procuraram imortalizar o nome do nosso biografado, outras caminharam na mesma direção, como o ‘*Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco*’ e a ‘*Academia Pernambucana de Letras*’ que transformaram Carneiro Vilela em patrono, respectivamente em 1919¹⁵¹³ e 1920¹⁵¹⁴; bem como a ‘*Faculdade de Direito do Recife*’ que inaugurou uma galeria de retratos com professores e bibliotecários da referida Academia¹⁵¹⁵, figurando entre eles além do bibliotecário Carneiro Vilela, os lentes Joaquim Vilela e Jerônimo Vilela, respectivamente pai e tio do nosso biografado.

Entre as décadas de 1910 e 1920, o legado de Carneiro Vilela, em raras ocasiões, foi lembrado pela imprensa. O periódico do Rio de Janeiro ‘*A Imprensa*’ destacou que Vilela integrou uma geração que ajudou a fazer florescer “um verdadeiro teatro nacional¹⁵¹⁶” no Brasil, entre os anos de 1860 a 1880; o ‘*Jornal do Recife*’, numa matéria sobre o Club do Cupim, destacou o artigo de Vilela sobre o tema¹⁵¹⁷; o ‘*Diário de Pernambuco*’ ressaltou a importância do nosso biografado no campo teatral¹⁵¹⁸, bem como no jornalismo¹⁵¹⁹, em artigo assinado por Gilberto Freyre; além de destacar que Vilela deu ao jornal ‘*A Província*’ “uma fase de brilho e vivacidade¹⁵²⁰”. Na década de 1930, em apenas três momentos encontramos referências a Carneiro Vilela: em 1932, quando da inauguração da Escola de Belas Artes de Pernambuco¹⁵²¹; em 1933, no

¹⁵⁰⁹ O Tempo (PE), 02.07.1913 *Apud* MELO, Mário. Prefácio. *Op cit.* p. 9

¹⁵¹⁰ A Província (PE), 08.09.1911. A ‘*Arcádia Jaboatonense Carneiro Vilela*’ foi fundada em 1911

¹⁵¹¹ Jornal do Recife (PE), 15.10.1912. A ‘*Academia Lútero-Científica Carneiro Vilela*’ foi fundada em 1912

¹⁵¹² Diário de Pernambuco (PE), 18.11.1922. A ‘*Troupe Carneiro Vilela*’ foi fundada em 1922 “com o fim de proporcionar um meio de diversão aos moradores daquele arrabalde”.

¹⁵¹³ Diário de Pernambuco (PE), 03.10.1919

¹⁵¹⁴ PARAÍSO, Rostand (Org). *Op cit.* N. 41. Fev. 2012. p 162. Carneiro Vilela é patrono da cadeira 21.

¹⁵¹⁵ Jornal do Recife (PE), 17.12.1922

¹⁵¹⁶ A Imprensa (RJ), 10.12.1913

¹⁵¹⁷ Jornal do Recife (PE), 13.05.1914

¹⁵¹⁸ Diário de Pernambuco (PE), 06.06.1919

¹⁵¹⁹ Diário de Pernambuco (PE), 07.11.1923

¹⁵²⁰ Diário de Pernambuco (PE), 05.08.1928

¹⁵²¹ Jornal do Recife (PE), 27.08.1932

aniversário do ‘*Jornal do Recife*¹⁵²²’; e em 1936, no lançamento da nova edição da ‘*Emparedada*¹⁵²³’.

A única obra de Vilela que sobreviveu ao esquecimento do grande público foi “*A Emparedada da rua Nova*”, republicada em fascículos de 16 páginas no ano de 1918, com o título de “*As Tragédias do Recife*¹⁵²⁴”. A ‘*Emparedada*’, seu folhetim mais conhecido, voltou a ser publicada em 1936, 1984, 2005, 2013, sendo esta última a sua sétima edição¹⁵²⁵.

Infelizmente com o passar do tempo um silêncio espesso cobriu quase a totalidade da obra de Carneiro Vilela, apesar dele ter construído uma obra vigorosa e corajosa, de ter sido provavelmente o autor mais lido e publicado em Pernambuco, além de ter alcançado a fama de dramaturgo conhecido nacionalmente. Carneiro Vilela, um escritor engajado e consciente das inquietações do seu tempo, foi quase esquecido, tornando-se aparentemente autor de um único romance: ‘*A Emparedada da rua Nova*’. Vilela foi lentamente ‘emparedado’ pelo seu folhetim mais famoso.

Vilela, que desorientava pelo grande talento, “opulência amazônica, descomunal¹⁵²⁶”, não “mereceu espaço suficientemente digno na história da literatura, tantas vezes aberta com a mais tolerante hospitalidade para autores de menores significação¹⁵²⁷”. Ele, que sempre recusou as propinas oferecidas por governos que queriam o seu silêncio, orgulhava-se da sua pobreza honesta¹⁵²⁸. Ele nunca se ‘lafayetizou¹⁵²⁹’. Morreu pobre, esgotado e quase abandonado¹⁵³⁰, não teve o tempo necessário para lapidar sua extensa obra, produzida, na maioria das vezes, na pressão do

¹⁵²² *Jornal do Recife* (PE), 31.12.1933

¹⁵²³ *Diário de Pernambuco* (PE), 05.07.1936

¹⁵²⁴ *Diário de Pernambuco* (PE), 14.09.1918, 15.11.1918, 28.11.1918 e *A Província* (PE), 07.09.1918. Segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 11.08.1918, a Empresa S. Canetti do Alfarrábio “teve a feliz ideia de republicar as melhores obras do talentoso escritor” Carneiro Vilela. A primeira publicação da referida editora foi ‘*As Tragédias do Recife*’ em fascículos de 16 páginas por 400 reis.

¹⁵²⁵ Edições da *Emparedada*: 1886, 1909, 1918, 1936, 1984, 2005, 2013.

¹⁵²⁶ Fragmento do discurso de França Pereira proferido na posse de novos acadêmicos na Academia Pernambucana de Letras, em 1920. *A Província* (PE), 14.05.1920 e *Jornal do Recife* (PE), 14.05.1920

¹⁵²⁷ RABELO, Sylvio. *Op cit.* p. 61

¹⁵²⁸ MOREIRA, Jerônimo Rangel. *Op cit.* p.81

¹⁵²⁹ *Diário de Pernambuco* (PE), 12.08.1888. Carneiro Vilela usa essa expressão nas suas *Cartas sem Artes*: “depois veio o governo e corrompeu-nos, lafayetizou-nos”. Acreditamos que a expressão deriva da postura do político Lafayette Rodrigues Pereira, que mesmo sendo simpático à causa republicana, aceitou, em 1878, o cargo de ministro da Justiça do gabinete Sinimbu. Lafayette Rodrigues portanto era um republicano que ‘virou a casaca’, mudou de lado, seduzido pelo poder. Em 1879, ele foi escolhido senador pelo imperador D. Pedro II e, em 1883, Presidente do Conselho de Ministros.

¹⁵³⁰ MOREIRA, Jerônimo Rangel. *Op. cit.* p. 84 e *Jornal do Recife* (PE), 02.06.1925

fechamento da edição do jornal e portanto sujeita a um alto grau de improvisação. Vilela, que escrevia dois ou três folhetins ao mesmo tempo, não teve tempo “para mergulhar nos desvãos das sutilezas filosóficas, para amaciar o estofado das suas composições poéticas¹⁵³¹”. A maioria dos seus folhetins contém páginas ainda não lapidadas e indicam que se ele aplicasse mais vagar e mais apuro poderia ter produzido obra mais firme.

Carneiro Vilela, um verdadeiro operário das letras, que viveu conforme a divisa de Voltaire: ‘*ma vie est un combat*’ (‘minha vida é uma luta’), comeu o pão que o diabo amassou, escrevendo sobre política em todos os estilos. O seu cotidiano exaustivo nas redações dos jornais contribuiu para esgotar as suas energias e mitigar o seu talento. Concordamos com Clóvis Beviláqua quando ele afirma que caso Vilela tivesse aplicado “o seu grande talento em trabalhos de maior concentração e não tivesse empenhado os seus esforços na carreira jornalística, deixaria obra mais durável¹⁵³²”.

O ódio despertado pelas diversas polémicas em que ele se envolveu, seus constantes destemperos verbais, bem como a prática de um jornalismo partidário muitas vezes marcado por ataques à honra pessoal e regido sob a batuta da paixão, puro *pathos* e distante da reflexão crítica, ajudam a explicar o silêncio que recaiu sobre a sua produção jornalística e literária. Ao longo da vida, Vilela não foi um fiel seguidor da divisa de Erasmo de Roderdã: ‘*admonere volumus, non mordere; prodesse, non laedere*’ (‘queremos advertir, não ferir; ser de utilidade, não magoar’). Ele até desejava ‘advertir’ e ‘ser de utilidade’, mas escolhia mal as palavras e frequentemente feria e magoava ao escrever de maneira colérica e muitas vezes parcial, colecionando assim muitos desafetos. Talvez por isso a sua morte tenha sido um descanso para todos¹⁵³³.

Outro aspecto a ser destacado sobre o silêncio em torno da sua obra tem relação com o ‘veneno’ das paixões políticas e das dissensões religiosas que influíram no pior sentido, pois limitaram a sua imaginação de romancista¹⁵³⁴, reduzindo a qualidade da sua produção literária. Muitas vezes a sua literatura foi transformada em ‘arma’ à serviço do seu grupo político para acicatar o grupo rival. Esse fato prejudicou

¹⁵³¹ A Província (PE), 05.05.1909

¹⁵³² A Província (PE), 17.03.1909

¹⁵³³ VIEIRA, Anco Márcio. Prefácio. In: VILELLA, Carneiro. **Cartas sem arte**. Organização, notas e apresentação: Fátima Maria Batista de Lima; Prefácio: Anco Márcio Tenório Vieira. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 29

¹⁵³⁴ RABELO, Sylvio. *Op cit.* p. 63-64

sobremaneira a sua literatura que ficou, em parte, prisioneira do tempo em que foi escrita.

Vilela, semelhante ao narrador intruso e onisciente da *'A Emparedada da rua Nova'*, que se nomeia, apropriadamente, como um “Argos diabólico e abelhudo¹⁵³⁵”, não merece a sombra do esquecimento. Vilela foi uma espécie de Argos, personagem mitológico que possuía cem olhos, dos quais cinquenta continuavam abertos mesmo quando ele dormia. Ele enxergou, de maneira perspicaz, o mundo a sua volta e denunciou, com voz firme, as arcaicas práticas e valores do Brasil do seu tempo. Vilela, navegante ousado e abelhudo, singrou os mares do Brasil e faz um diagnóstico da contemporaneidade como um período de crise que necessitava de urgentes reformas. Mesmo não sendo brilhante, a sua obra, inundada pelas águas densas e estagnadas do rio Lethé, merece maior publicidade e circulação, pois, entre outras coisas, é uma obra de ‘combate’, marcada por agudo senso de observação e crítica de costumes sociais e políticos.

¹⁵³⁵ VILELA, Carneiro. **A emparedada da rua Nova**. 2005. *Op cit.* p. 21.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) Fontes Manuscritas

- a) Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
 - Coleção Tribunal da Relação: Caixa 2 (1831). Apelante: Estevão Cavalcanti de Albuquerque. Apelada: viúva e herdeiros de Francisco Carneiro do Rosário.
 - Fundo Instituto Arqueológico: Caixas 08, 23
- b) Arquivo da Faculdade de Direito do Recife
 - Certidões Diversas (Livro 14)

2) Fontes Impressas (Jornais, Periódicos e Discursos)

- a) Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
 - Correio do Recife (PE)
 - b) Coleção de microfilmes da FUNDAJ
 - Diário de Pernambuco (PE)
 - A Província (PE)
 - Jornal Pequeno (PE)
 - c) Arquivo da Academia Pernambucana de Letras
 - Coleção pasta de acadêmicos (números 06, 08, 13,16, 21)
 - d) Coleção Obras Raras da Biblioteca Pública Castelo Branco (PE)
 - América Ilustrada
 - Lanterna Mágica
 - e) Coleção de jornais da Biblioteca Nacional
- Pernambuco**
- O Constitucional (PE)
 - O Amigo do Povo (PE)
 - Typhis Pernambucano (PE)
 - O Carcondão (PE)
 - O Maribondo (PE)
 - O Olindense (PE)
 - Diário Novo (PE)
 - O Guararapes (PE)
 - O Arara (PE)
 - O Conservador (PE)
 - O Liberal Pernambucano (PE)
 - Revista Acadêmica (PE)
 - O João Pobre (PE)
 - A Revolução de Novembro (PE)
 - O Atheneu Pernambucano (PE)
 - Diário de Pernambuco (PE)
 - A Província (PE)
 - Jornal Pequeno (PE)
 - O Oriente (PE)
 - Jornal do Recife (PE)
 - A Consciência Livre (PE)
 - O Tempo (PE)
 - O Conservador (PE)
 - Jornal da Tarde (PE)
 - O liberal (PE)
 - O João Fernandes (PE)
 - A Cultura Acadêmica – Ciências e Letras do Recife (PE)
 - A Lanterna Mágica (PE)
 - O Raio (PE)

Rio de Janeiro

- O Tagarela (RJ)
- A Reforma (RJ)
- O Globo (RJ)
- O Cruzeiro (RJ)
- Diário de Notícias (RJ)
- O Mequetrefe (RJ)
- Gazeta de Notícias (RJ)
- Gazetinha (RJ)
- Binóculo (RJ)
- O Paiz (RJ)
- Gazeta da Tarde (RJ)
- Diário de Notícias (RJ)
- O Apóstolo (RJ)
- Corsário (RJ)
- Diário Ilustrado (RJ)
- O Fluminense (RJ)
- Diabrete (RJ)

- O Século (RJ)
- A Época (RJ)
- O Imparcial (RJ)

Pará

- O Pelicano (PA)
- O Santo Ofício (PA)
- Diário de Belém (PA)
- O Liberal do Pará (PA)
- A Constituição: órgão do Partido Conservador (PA)

Outros Estados

- Diário do Maranhão (MA)
- O Cearense (CE)
- A Palavra (AL)
- Diário de São Paulo (SP)
- O Despertador (SC)

3) Documentos e livros raros consultados na Internet

NEVES, Lucia Maria Bastos P. *A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Revista Tempo. 1999. p. 7. Disponível em: http://www.história.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf. Acesso em: 05/07/2014.

Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf>. Acesso em: 08/09/2014

Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>. Acesso em: 15/08/2014

BELOCH, Israel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Coordenação geral <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> Acesso em 10.02.2015

Manuscrito. Revolução de 1817. *Relação dos réus presos existentes na cadeia da Relação da Bahia*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_div_manuscritos/cmc_ms618_20_02/cmc_ms618_20_02.pdf. Acesso em: 15/08/2014

TÁVORA, Franklin (org). *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro. N. Midosi. 1880. Tomo VI. Ano II. p.81. Outubro a dezembro de 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 10.03.2015

SÁ, Sebastião José Ribeiro de. *Revista Universal Lisboense*. Lisboa. Tipografia da Revista Universal Lisboense., 1851. Segunda Série. Tomo III. pág. 550. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OL4GAAAAQAAJ&>. Acesso em: 10.04.2016

ROSA, João Ferreira. *‘Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco’*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal, 1694. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=pNf6l0-vocoC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=Pernambuco+Pestilencial%E2%80%99&source=bl&ots=xkxQB9B_M3&sig=dDYXYJgVnnanYF1V3zQpz2uaN1g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjD-NyX9-LJAhVCEZAKHZWaD_YQ6AEIHDA#v=onepage&q=Pernambuco%20Pestilencial%E2%80%99&f=false Acesso em: 10.10.2015

4) Revistas

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano. Recife. 1868.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Tipografia do Jornal do Recife. 1908 e 1909.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922

Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870. Recife. Tipografia Universal. 1869.

Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1875. Recife. Typographia Universal. 1874.

PARAÍSO, Rostand (Org). *Revista da Academia Pernambucana de Letras*. Recife: A Academia 1901 e 1902.

5) Teses, dissertações e monografias

ATAÍDE, Maria das Graças. *Guarda Nacional em Pernambuco*. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 1986.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)*. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE, 2011.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 2005.

CAVALCANTI, Henrique Soares. *Quem é dono da República em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)*. Recife: Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. 2014, 236 f.

CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. *“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-37)*. Recife: Tese de Doutorado em História. UFPE. 2015.

_____. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 2001.

LUCENA, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem*. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 1986.

LUZ, Noemia Maria. *Os Caminhos do Olhar – circulação, propaganda e humor – Recife 1880-1914*. Recife: UFPE/CFCH/Programa de pós-graduação em História. Tese de Doutorado, 2008.

ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros (História da Conciliação em Pernambuco, 1849-57)*. Recife: Tese de Doutorado em História. UFPE. 1999.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre A Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais do Recife do século XIX (1830-50)*. Recife: Tese de Doutorado em História. UFPE. 2003.

5) Livros e artigos

AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

_____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. In GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, Vol. 3. (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

ALVES, Castro. *Obras Completas de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, Vol I.

AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1958.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; REGO, Carmem Lúcia de Souza Leão; DANTAS, Tereza Cristina de Souza. *Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco (1885-1889)*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1980.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH de São Paulo, 2001.

_____. *Recife, Culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionistas de 1911*. Natal: Editora da UFRN. 1998

ATAÍDE, Graça e ANDRADE, Rosário. *História (nem sempre) bem-humorada de Pernambuco*. Recife: Edições Bagaço, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2009.

BERNARDES, Denis. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. Vol. 1 e 2

BOAS, Sergio Vilas. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Unesp, 2008.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *Caminhos entre a literatura e a história. Estudos Avançados*; v.19 n.55 São Paulo set. 2005.

BRESCIANI, Maria Stella. *O cidadão da república. Liberalismo versus positivismo no Brasil: 1870-1900*. Revista USP, número 17, 1993.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

BURGUIERE, André. *Dicionário das Ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago. 1993

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Recife: Tese de Doutorado em História. UFPE. 2012.

_____. *O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Revolução Praieira*. In: SILVA, Wellington Barbosa (org.). *Uma cidade, várias histórias: o Recife no século XIX*. Recife: Editora Bagaço, 2012.

CAMPELO, Neto. *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1923.

CAMPELO, Samuel. *O Teatro em Pernambuco*. In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano*. Recife. Imprensa Industrial. 1922

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Produção editora Gráfica Star, 1979.

CARVALHO, José Murilo. *A ortodoxia positivista no Brasil – um bocheviquismo de classe média*. Revista Brasileira. Ano 4. Número 8. 1989.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998.

CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periódica pernambucana 1821-1908*. Recife: Tipografia Jornal do Recife. 1908.

_____. *As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos 1834-35*. In DANTAS, Leonardo (org). *A República em Pernambuco*. Recife. Fundaj Editora Massangana. 1989

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A “República dos Afogados”: a volta dos liberais após a Confederação do Equador*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. História: fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 485-499.

_____. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: Ed. Universitária, 1998.

_____. *Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824*. In: Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>.

_____. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. São Paulo: Revista Brasileira de História. vol. 23 numero 45, July 2003.

_____ e CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *A Insurreição Praieira*. Almanack Brasiliense, número 8, novembro 2008.

_____. *Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848)*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAVALCANTI, Laílson de Holanda. *Historia Del humor gráfico em El Brasil*. Espanha, Lleida: Editorial Milênio. 2005. p.

_____. *No princípio era o Carcundão*. Recife: Revista Continente Multicultural. Março. 2007.

CAVALCANTI, Manuel Nunes Júnior. *Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)*. Natal: Ampuh. XXVII Simpósio Nacional de História., 2013.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: General de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Introdução*. In: MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. XLI.

CODIGO CRIMINAL DO BASIL IMPÉRIO. Recife: Typografia Universal, 1858.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1956.

COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2.ed. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNDARPE, 1983. v.9.

_____. *Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres*. Recife: Typographia Universal, 1882.

DANTAS, Leonardo (org). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1980.

DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Rocco. 2012

_____. *A Abolição em Pernambuco*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp. 2009.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1987.

EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Paz e Terra. 1989.

FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Escritores Pernambucanos do século XIX*. Recife: Cepe, 2010. Vol 2.

FERREIRA, Pinto. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1980.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)*. João Pessoa: Revista Saeculum, jan./jun. 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOFF, Jacques Le. *São Luís biografia*. São Paulo: Record. 1999

GOUVEA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o barão de Vila Bela e a sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.

_____. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976.

_____. *Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1989.

_____. *Campanha abolicionista no Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1988.

_____. *Uma Conjuração Fracassada e outros ensaios*. Recife: Secretaria de educação e Cultura e Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

_____. *Abolição: a liberdade veio do Norte*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1988.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1973.

GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. Vol. 1, 2 e 3.

GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. Recife: Editora Raiz Ltda. 1984.

HALL, Michael. *Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração*. Revista História, número 105, 1976.

HEINZ, Flávio. *O historiador e as elites à guisa de introdução. Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: editora da FGV. 2006.

HOFFNAGEL, Marc. *O Partido Liberal e a Lei Sexagenária*. Boletim do Departamento de História, ano I, n 1, Nov. 1976, p. 19

_____. *O Partido Liberal e a questão abolicionista 1880-88*. In Atualidade e Abolição. (org) Manuel Correia de Andrade e Eliane Moury Fernandes. Recife: Fundaj Massangana, 1991.

_____. HOFFNAGEL, Marc. *Rumos do republicanismo em Pernambuco*. In DANTAS, Leonardo. *A República em Pernambuco*. Recife: Fundaj. Editora Massangana. 1990

IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JAMBO, Arnaldo. *História e Jornal de Quinze Décadas*. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

KOIFMAN, Fábio (org). *Presidentes do Brasil*. São Paulo: Editora Cultura. 2002.

LEMOS, Valéria Pinto. *Os exames censórios do conservatório dramático Brasileiro - inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

_____. *Sobre a micro-história*. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org). São Paulo: Unesp. 1992.

LEVINE, Robert. *A velha usina Pernambuco na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Henrique Espada. *Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg*. ArtCultura. Uberlândia, v.9, n.15, jul-dez 2007.

LIMA, Hernan. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1963. Volume I.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Pernambuco e o seu desenvolvimento histórico*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1975.

LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: Uma interpretação*. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2008.

MAGNO, Luciano. *História da Caricatura Brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala edições de Arte LTDA. 2012.

MAIA, José Gonçalves. *A política do assassinato – uma página da história Pernambucana*. Recife: Fundaj/Ed.Massangana, 1990.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Imprensa, ideologia, poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

MARTINS, Henrique. *Lista Geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife*: Recife: Tipografia do Diário da Manhã, 1931.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Typographia F. C. Lemos e Silva, 1853.

MELLO, Antônio Joaquim de. *Biographia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife. Typographia Universal. 1859.

_____. *Biographia de alguns poetas, homens illustres da Província de Pernambuco*. Tomo III. Recife. Typographia Universal. 1859.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *A Guerra Total de Canudos*; São Paulo: Escrituras, 2014.

MELO, Jerônimo. *Chronica da Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1850.

_____. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília; Senado Federal, 1979. P XXXI

MELO, Jonas. *Memória Legislativa*. Recife: editora da UFPE, 1996.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional e Garamond, 2013.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOREIRA, Rangel. *Amigos e Mestres*. São Paulo: Empresa Tipográfica Pensamento. 1915.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v.1.

_____. *Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 12): Campanhas de imprensa (1884-1887)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949

_____. *Obras completas de Joaquim Nabuco (volumes 13 e 14). Cartas a amigos - coligidas e anotadas por Carolina Nabuco*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954*. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1967. v.1,2,3,4,5,6.

_____. *Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela*. Academia Pernambucana de Letras, Pasta dos Acadêmicos, número 21. Recife: Mimeo, 1973.

NEEDELL, Jeffrey D. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Alm. braz., São Paulo, nº 10, nov. 2009. http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392009001000001&lng=pt&nrm=iso.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. NEVES, Lucia Maria Bastos P. *A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Revista Tempo. 1999.

NESTOR, Odilon. *Faculdade de Direito do Recife Traços da sua História*. Recife: Imprensa Industrial, 1930.

PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro. Saga. 1966.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PARAÍSO, Rostand. *Revista da Academia Pernambucana de Letras*. Recife: A Academia, n. 41, fev., 2012.

PEDROZA, Cônego Alfredo Xavier. *Letras Católicas em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.

PORTO, Costa. *Os Tempos de Barbosa Lima*. Recife: Coleção Concórdia, 1966.

_____. *Os Tempos de Rosa e Silva*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco. 1970.

PRIORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi. v.10. n.19. jul-dez. 2009.

QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Recife: Cepe (Companhia Editora de Pernambuco). 2011.

RABELO, Sylvio. *Caminhos da Província*. Recife: Imprensa Universitária. Universidade do Recife, 1965

REGO, General Melo. *Chronica da Rebelião praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

ROSA, João Ferreira da. *Tratado único da constituição pestilental de Pernambuco*. Lisboa: Oficina Miguel Manescal, 1694.

ROSAS, Suzana Cavani. “*Não é honrado nem cidadão quem foge às urnas*”: eleições no Recife oitocentista. In: SILVA, Wellington Barbosa (org.). *Uma cidade várias histórias: o Recife no século XIX*. Recife: Editora Bagaço, 2012.

_____. *Da “Constituinte Soberana” a “Conciliação política sobre as reformas”*: o Partido Liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. São Paulo. Revista de História, número 170, Jan-Jul 2014. p 295

SABINO, Urbano. *Apreciação da Revolução Praieira*. Brasília: Senado Federal, 1978.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania no exército brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra. 1990.

SALES, Tadeu José Gouveia de. *José Mariano e o seu tempo (1850-1921): o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República*. Recife: Cepe, 2013

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *As Carneiradas*. Clio – Revista do Curso de Mestrado em História. nº 3. Recife: UFPE, 1980.

_____. *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Recife: Dissertação de Mestrado em História. UFPE. 1977.

_____. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. União editora, João Pessoa, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo. Duas Cidades; Ed. 34. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo. Cia das Letras. 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio de Janeiro de Artur de Azevedo*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2015

SILVA, Alberto da Costa. *Castro Alves: um poeta sempre jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, José Amaro Santos. *Música e Ópera no Santa Isabel: subsídio para a história e o ensino da música no Brasil*. Pernambuco: Editora Universitária, 2006.

SILVA, Leonardo Dantas. *Arruando pelo Recife: por ruas, pontes, praias e sítios históricos*. Recife: Sebrae/PE, 2000.

_____. *Os pioneiros da caricatura em Pernambuco*. Notícia Bibliográfica e Histórica Campinas, (SP), Ano XXVIII, Abril/Julho, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Roseane Silveira de. *Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890)*. São Paulo. Pontifícia Universidade de São Paulo. Mestrado em História social. 2009.

SPONVILLE, André Comte. *Dicionário Filosófico*. São Paulo. Martins Fontes. 2003.

STONE, Lawrence, In BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991

TAVARES, Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Governo do Estado, 1969.

TÁVORA, Franklin (org). *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: N. Midosi, 1880, Tomo VI, Ano II, p.81, outubro a dezembro de 1880.

TODOROV, Tzvetan. *Goya à sombra das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. *Mistérios e costumes em um romance folhetim: A emparedada da rua Nova, de Carneiro Vilela*. In VILELA, Carneiro *A Emparedada da Rua Nova*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco 2013.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Império (1822-89)*. Rio de Janeiro. Objetiva. 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-89)* Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

VEIGA, Gláucio. *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1980. Vol I, II, III, IV, V, VI

VILELLA, Carmélio. *Carneiro Vilella: nascimento, vida e morte*. Recife: Novo Estilo, 2003.

VILELA, Joaquim Maria Carneiro. *Urtigas: compilação de versos publicados em diversas épocas e em diversos jornais – 1885-1900 (manuscrito)*. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1901

_____. *O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

_____. *O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

_____. *À Margarida (1859-1875)*. Recife: Edição do Autor. 2001.

_____. *Noivados Originais (contos)*. Recife: Casa editora empresa da Província, 1893.

_____. *Três Crônicas: Laurinha – A Yara – O Amor*. Apresentação: Fátima Maria Batista de Lima e Maria Lúcia Gonçalves Vilella. Recife: Ed. dos organizadores, 2013.

_____. *Inah*. Recife: Casa editora empresa da Província, 1894.

_____. *Cartas sem arte*. Organização, notas e apresentação: Fátima Maria Batista de Lima; Prefácio: Anco Márcio Tenório Vieira. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. *Contos e Recordações*. Bibliografia. Gabinete Português de Leitura.

_____. *Noêmia*. Recife: Empresa da Província, 1894.

_____. *Era Maldita: 1889-1895*. Apresentação: Maria Lúcia Gonçalves Vilela. Recife: M. L. Gonçalves Vilela, 2010.

_____. *A Gandaia: Romance phantástico*. Recife: Ateliê Miranda, 1899.

_____. *A Emparedada da Rua Nova*. Prefácio: Mário Carneiro do Rêgo Melo. Recife: Edições Mozart. 1936

_____. *A Emparedada da Rua Nova*. Introdução e notas: Lucilo Varejão Filho. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife. 1982.

_____. *A Emparedada da Rua Nova*. Apresentação: Lucilo Varejão Filho. Recife: Edição do Organizador, 2005

_____. *A Emparedada da Rua Nova'*. Apresentação: Anco Márcio Tenório Vieira. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2013

_____. *As Tragédias do Recife*. Recife: Typografia Central. 1886. Biblioteca da Academia Pernambucana de Letras.

_____. *Quando elas querem...*Apresentação: Fátima Maria Batista de Lima. Recife: Edições do Autor. 2007.

_____. *Eterno Tema*. Recife. Typografia do Correio do Recife. 1906.

_____. *Ligeiros apontamentos para a história da abolição em Pernambuco*. In DANTAS, Leonardo. *A Abolição em Pernambuco*. Recife. Fundaj. Editora Massangana, 1988.

ANEXO – Produção artística e intelectual de Carneiro Vilela

Ano	Produção Artística ou Intelectual de Carneiro Vilela	‘Papel’ desempenhado por Carneiro Vilela
1865	Jornal ‘Ilustração Acadêmica’	Jornalista (PE)
1869	‘Soberba’ (drama) ‘Fogo ao sul, fumo ao norte’ ‘As Victimias’	Dramaturgo (PE) Crítico teatral (PE) Crítico teatral (PE)
1870	Jornal ‘Oiteiro Democrático’	Jornalista (PE)
1871	‘Como se ganha uma aposta’ (comédia) ‘Gabriella’ (drama)	Dramaturgo (PE) Dramaturgo (PE)
1871 1875	Periódico ‘América Ilustrada’ ‘O Amor’; ‘O Esqueleto: crônica fantástica de Olinda’; ‘Inah – história de três dias’; ‘Noivados originais’; ‘A mulher de gelo – perfil do século XIX’; ‘A Menina de luto’	Proprietário, jornalista, folhetinista, caricaturista, poeta (PE) Folhetinista na ‘América Ilustrada’ (PE)
1873	‘Maçons e Jesuítas’ (drama) ‘Brasil e Paraguai’ (drama) ‘Os Amores de Quinquim das Moças’ (comédia)	Dramaturgo (PE) Dramaturgo (PE) Dramaturgo (PE)
1874	‘Os Sete Passos’ (drama)	Dramaturgo (PE)
1875	‘Uma história de rapazes’ ‘À Margarida’ ‘Jornal da Tarde’ ‘Os Mistérios do Recife’	Romance – livro publicado ((PE) Poesia – livro publicado (PE) Proprietário, jornalista, folhetinista (PE) Folhetinista no ‘Jornal da Tarde’ (PE)
1876	Revista ‘Recreio Popular’ ‘Biosia’ ‘Entre Syllas e Charibides’ (comédia) ‘Avareza’ (drama) ‘Mistérios do Recife’ ‘Noivados Originais’	Ilustrador, folhetinista e articulista (PE) Folhetinista na Revista ‘Recreio Popular’ (PE) Dramaturgo (PE) Dramaturgo (PA) Romance - versão publicada em fascículos (PE) Romance – publicação em livro (PE)
1878	‘Um coração de mãe’ (drama) ‘Trinta anos ou a vida de um jogador’ (drama francês) ‘Lisbeth e Tyloresa’ (peça francesa) ‘Cântico dos Cânticos’ Jornal ‘Diário do Gram Pará’ ‘Inah’	Dramaturgo (PA) Tradutor e encenador teatral (PA) Tradutor e encenador teatral (PA) Tradutor (PA) Proprietário, jornalista e folhetinista (PA) Folhetinista no ‘Diário do Gram Pará’ (PA)
1879	‘Inah’ ‘O casal das Giestas’ (drama francês)	Romance – publicação em livro (PE) Tradutor e encenador teatral (PA)
1880	‘A Iara’	Conto – publicação na ‘Revista Brasileira’ (RJ)
1882	‘Como se fazia um deputado’ ‘A Dama das Camélias’ ‘Os Botocudos’	Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ)
1883	‘Família Benoiton’ ‘O sogro de Campinas’ (comédia francesa) ‘As proezas do ministro’ (comédia) ‘A Princesa do Catete’ (comédia) ‘A vingança de um niilista’ (drama francês) Periódico ‘A Gazetinha’ ‘Dramas do Rio de Janeiro’	Cenógrafo (RJ) Tradutor de teatro (RJ) Dramaturgo (RJ) Dramaturgo (RJ) Tradutor de teatro (RJ) Proprietário, jornalista e folhetinista Folhetinista na ‘A Gazetinha’ (RJ) - inconcluso

1884	'Os Tirolezes', 'De Petrópolis a Paris' 'O Remorso Vivo' 'A vingança de um morto' (drama)	Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Dramaturgo (RJ)
1885	'A Filha do Guedes' 'No Seio da Morte' 'O Conde de Monte Cristo' 'A filha do mascote'	Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (PE)
1886	'O Domador de Feras, 'José do Telhado' 'O Filho da Noite' 'As ruínas do Castelo negro' 'As Tragédias do Recife' 'L' Yara' Periódico 'O João Fernandes' 'Viagem pelas mulheres'	Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (RJ) Cenógrafo (PE) Romance - versão publicada em fascículos (PE) Conto traduzido para o francês Proprietário, jornalista, caricaturista, poeta (PE) Poeta no 'O João Fernandes' (PE)
1887	'A Tempestade' 'La Guerra Santa' 'Os Naufragos da Bahia' 'Uma Viagem à Lua' 'Kean ou a desordem de um gênio' 'O espião fidalgo' (drama) Companhia Dramática de Teatro 'O Nihilista' (drama) 'Viagem pelos homens'	Cenógrafo (PE) Cenógrafo (PE) Cenógrafo (PE) Cenógrafo (PE) Cenógrafo (RJ) Dramaturgo (PE) Proprietário, cenógrafo, tradutor (PE) Dramaturgo e Cenógrafo (PE) Poeta no 'O João Fernandes' (PE)
1888	'Cartas sem Arte' 'O Esqueleto'	Cronista no Diário de Pernambuco (PE) Romance - publicação em livro (PE)
1889	'A Bertoleza' (drama) 'O colar de ouro' 'Venda Grande' 'Traços e troços'	Dramaturgo (PE) Tradutor teatral (PE) Folhetinista no jornal 'A Província' (PE) Colunista no jornal 'A Província' (PE)
1890	'Monólogos' 'Cartas na mesa' 'Quinze de Novembro'	Colunista no jornal 'A Província' (PE) Colunista no jornal 'A Província' (PE) Poesia (em homenagem à proclamação da República)
1891	'Monólogos' 'Diálogos' 'Os mistérios da rua da Aurora'	Livro publicado (compilação de artigos) – (PE) Colunista no jornal 'A Província' (PE) Folhetinista no jornal 'A Província' (PE)
1893	'A menina de luto' 'Noivados Originais'	Folhetinista no jornal 'A Província' (PE) Folhetinista no jornal 'A Província' (PE)
1894	'A menina de luto' 'Noivados Originais' 'Inah' 'Laurinha: crônicas de Olinda' 'O Amor' 'A Iara'	Romance - publicação em livro (PE) Romance - publicação em livro (PE) Folhetinista no jornal 'A Província' (PE)
1895	'Caim, o pirata' (drama) 'A Era Maldita' 'Noêmia' 'Inah' 'Três Crônicas'	Tradutor teatral Poesia - publicação em livro (PE) Folhetinista no jornal 'A Província' (PE) Romance – publicação em livro (PE) Romance - versão publicada em livro de três textos de Vilela: 'Laurinha', 'O Amor' e 'A Iara' (PE)

1896	‘Noêmia’ ‘A herança de um náufrago’ ‘Os dois Temoteos’ (comédia) ‘Diabinho do lar’ (comédia)	Romance - publicação em livro (PE) Tradutor teatral (PE) Tradutor teatral (PE) Dramaturgo (PE)
1897	‘Maçonaria’	Colunista no ‘Jornal do Recife’ (PE)
1898	‘Nunes Machado’ ‘O amor molhado’ ‘O Salteador da floresta negra’ (drama francês) Jornal ‘O Oriente’	Poesia (PE) Cenógrafo (PE) Tradutor teatral e cenógrafo (PE) Proprietário e jornalista (PE)
1899	‘Gandaia’	Folhetinista no ‘Jornal Pequeno’ (PE)
1900	‘Drama Íntimo’ ‘Quando elas querem’ (comédia) ‘Noêmia’ ‘Inah’ ‘Noivados Originais’ ‘Três Crônicas’ ‘O Esqueleto’ ‘Era Maldita’ ‘Monólogos’ Gandaia’	Folhetinista no ‘Jornal Pequeno’ (PE) Dramaturgo - peça publicada na Província (PE) Romance - publicação em livro (PE)
1901	‘Quadros da Vida’ ‘A Margarida’ ‘A Menina de Luto’ ‘Legendas da pátria’ ‘Tocando e... rindo’ ‘Congressalhadas’ ‘Reparos’ ‘Fidalgos e Operários ou a tomada da Bastilha’	Cronista no ‘Jornal Pequeno’ (PE) Poesia - publicação em livro (PE) Romance - publicação em livro (PE) Poesia publicada na revista da Academia PE Letras Colunista no jornal ‘A Província’ (PE) Colunista no jornal ‘Jornal Pequeno’ (PE) Colunista no jornal ‘Jornal Pequeno’ (PE) Cenógrafo (PE)
1904	‘Os filhos do governador’ ‘Nu e cru’ Revista ‘A Cultura acadêmica’	Folhetinista no ‘Jornal Pequeno’ (PE) Cenógrafo (PE) Cronista
1905	‘Eterno Tema’ ‘A Semana’ ‘Coisa Simples’ ‘Inquérito Literário’ ‘Demolição dos Arcos’ ‘Guardiões fora’ (comédia) ‘Folgam os ratos quando os gatos saem’ (comédia) ‘Caso de Consciência’	Folhetinista no ‘Correio do Recife’ Colunista no jornal ‘Jornal Pequeno’ (PE) Colunista no jornal ‘Jornal Pequeno’ (PE) Polemista (PE) Polemista (PE) Dramaturgo (PE) Dramaturgo (PE) Tradutor de conto francês (PE)
1906	‘Eterno Tema’ ‘Anotações’ ‘Grêmio Baltazar Pereira’ ‘As donzelas d’honor ou o duende da noite’ (comédia)	Romance - publicação em livro (PE) Colunista no ‘Jornal Pequeno’ (PE) Polemista (PE) Dramaturgo (PE)
1907	‘As misérias do Recife’ ‘Maravalhas’	Folhetinista no ‘Jornal Pequeno’ (PE) Colunista no ‘Correio do Recife’ (PE)
1908	‘Osório Duque Estrada’	Polemista (PE)
1909	‘A Emparedada da rua Nova’ ou ‘As tragédias do Recife’	Folhetinista no ‘Jornal Pequeno’ (PE)